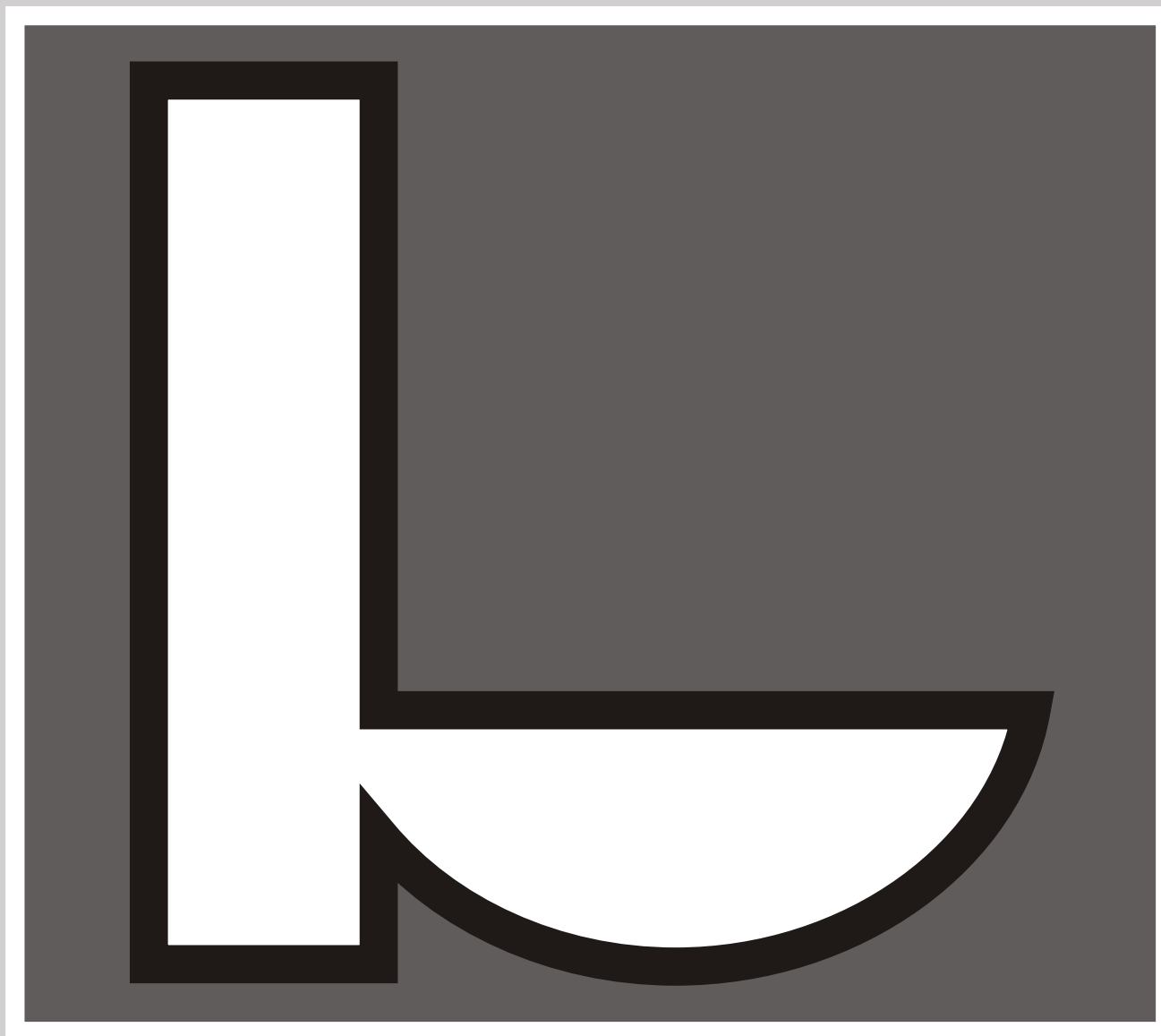




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LIX - Nº 222 - QUARTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2004 - BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2003/2004)

PRESIDENTE	JOÃO PAULO CUNHA - PT - SP
1º VICE-PRESIDENTE	INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL - PE
2º VICE-PRESIDENTE	LUIZ PIAUHYLINO - PSDB - PE
1º SECRETÁRIO	GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB - BA
2º SECRETÁRIO	SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE
3º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA - PTB - RO
4º SECRETÁRIO	CIRO NOGUEIRA - PFL - PI
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	WILSON SANTOS - PSDB - MT
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	CONFÚCIO MOURA - PMDB - RO
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS - PL - AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2004

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 939/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a leitura do Aviso nº 61/04-CN e seu encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOPF). 57306

Nº 968/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a promulgação da Lei nº 11.001/04, oriunda da MPV nº 211/04. 57306

Nº 970/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a promulgação da Lei nº 11.008/04, oriunda da MPV nº 215/04. 57308

Nº 975/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a constituição de Comissão Mista destinada a emitir parecer à MPV nº 229/04, bem como o estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 57310

Nº 976/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando o término do prazo, sem interposição de recurso, para apreciação do PDC nº 14/04-CN pelo Plenário do Congresso Nacional, e que o mesmo irá à promulgação. 57311

Nº 979/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a promulgação da Lei nº 11.029/04, oriunda da MPV nº 218/04. 57311

Nº 981/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLV nº 61/04 à sanção..... 57312

Nº 990/04-CN – Do Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, comunicando a promulgação da Lei nº 11.034/04, oriunda da MPV nº 224/04. 57312

Nº 992/04-CN – Do Senhor Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLV nº 63/04 à sanção. 57315

Nº 994/04-CN – Do Senhor Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLV nº 64/04 à sanção. 57315

Nº 996/04-CN – Do Senhor Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLV nº 65/04 à sanção. 57315

Nº 998/04-CN – Do Senhor Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLV nº 67/04 à sanção. 57315

Nº 2.499/04 – Do Senhor Senador Alberto Silva, Segundo-Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria do Senado Federal, encaminhando o autógrafo do Decreto Legislativo nº 471/04..... 57316

Nº 2.501/04 – Do Senhor Senador Alberto Silva, Segundo-Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria do Senado Federal, encaminhando o autógrafo do Decreto Legislativo nº 637/04..... 57316

Nº 2.541/04 – Do Senhor Senador Mão Santa, no exercício da Primeira-Secretaria do Senado Federal, comunicando o encaminhamento do PLC nº 96/04 à sanção..... 57317

COMUNICAÇÃO

– Do Senhor Deputado Gilberto Kassab, comunicando sua renúncia à Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, a partir de 15-12-04..... 57317

RELATÓRIOS

– Do Senhor Deputado Jamil Murad, de Viagem em Missão Oficial, para participar do Seminário “Iniciativas Internacionais para a aproximação entre a esquerda Euro-Mediterrânea e o Oriente Médio”, realizado em Trípoli, Líbano, no período de 19 a 21-11-04..... 57317

– Da Senhora Deputada Maria Helena, de Viagem em Missão Oficial, para participar da “Segunda Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Turismo do Parlamento Latino Americano-Parlatino”, realizada em Oranjestad, Aruba, nos dias 18 e 19-11-04.	57319	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e dá providências correlatas.....	57337
– Da Senhora Deputada Mariângela Duarte, de Viagem em Missão Oficial, para participar da “Conferência da Região Sul – Estatuto do Desporto”, em Florianópolis/SC, nos dias 18 e 19-11-04.	57321	Nº 4.579/2004 – Do Sr. Feu Rosa – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	57337
– Da Senhora Deputada Vanessa Graziotin, de Viagem em Missão Oficial, para participar da “Reunião da Comissão de Serviços Públicos e Defesa do Consumidor do Parlamento Latino Americano-Parlatino”, realizada em Oranjestad, Aruba, nos dias 18 e 19-11-04.....	57322	Nº 4.583/2004 – Do Sr. Eduardo Cunha – Dispõe sobre a dedutibilidade de medicamentos de uso continuado na apuração do imposto de renda da pessoa física.....	57338
– Da Servidora Karla Schaefer, de Viagem em Missão Oficial, para participar, como Secretária Administrativa do Grupo Brasileiro, da “Reunião do Comitê Executivo, por ocasião da 111ª Assembléia da União Interparlamentar”, realizada em Genebra, Suíça, nos dias 25 a 27 e 30-9-04.....	57322	Nº 4.584/2004 – Do Sr. Eduardo Cunha – Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudos a estudantes em instituições particulares de ensino superior que comprovadamente prestem serviço voluntário.	57338
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Nº 4.586/2004 – Do Sr. José Divino – Estabelece a busca imediata de pessoa desaparecida menor de 18 anos e portadora de deficiência física ou mental.	57339
Nº 341/2004 – Do Sr. Almir Moura – Dá nova redação ao art. 19, I, da Constituição Federal.....	57323	Nº 4.588/2004 – Do Sr. Eduardo Cunha – Veda o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar, nos processos seletivos que especifica.....	57339
PROJETOS DE LEI		Nº 4.592/2004 – Do Sr. Dimas Ramalho – Altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, aumentando de 1/4 do salário mínimo para um salário mínimo a renda máxima mensal de família com deficiente ou idoso.....	57340
Nº 4.544/2004 – Do Sr. Cabo Júlio – Modifica a redação dos artigos 248 e 249 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).....	57326	Nº 4.602/2004 – Do Sr. Fernando Coruja – Estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel.	57341
Nº 4.555/2004 – Do Sr. Henrique Fontana – Dispõe sobre a obrigatoriedade da Natureza Pública dos Bancos de Cordão Umbilical e Placentário e do Armazenamento de Embriões resultantes da Fertilização Assistida e dá outras providências.....	57327	Nº 4.606/2004 – Do Sr. Roberto Gouveia – Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.....	57341
Nº 4.557/2004 – Do Sr. Onyx Lorenzoni – Dispõe sobre a destinação de recursos com publicidade, divulgação e propaganda institucional dos órgãos e entidades da Administração Federal, na produção de obras literárias de autores brasileiros.	57334	Nº 4.610/2004 – Do Sr. Marcos de Jesus – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”, para garantir acesso à educação a crianças e adolescentes internados em hospitais e demais instituições de atendimento à saúde.....	57347
Nº 4.562/2004 – Do Sr. Silas Brasileiro – Dispõe sobre a identificação de assinantes de serviços de correio eletrônico em redes de computadores destinadas ao uso público, inclusive a Internet.	57335	Nº 4.713/2004 – Do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.	57347
Nº 4.571/2004 – Do Sr. Carlos Nader – “Fica assegurado às pessoas cegas o direito ao acesso a informações escritas em relevo pelo sistema Braille em todo território Nacional e dá outras providências.”	57336	SESSÃO ORDINÁRIA DE 28-12-2004	
Nº 4.574/2004 – Do Sr. Ronaldo Vasconcelos – Torna possível às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, manter a qualificação obtida com base em diplomas legais diversos	57336	IV – Pequeno Expediente	
Nº 4.578/2004 – Do Sr. Corauci Sobrinho – Acrescenta, onde couber, inciso ao artigo 20 da		MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Artigo <i>Governabilidade</i> , de autoria do ex-Ministro Maurício Corrêa, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> .	57348

GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Desenvolvimento de vacina contra a AIDS pela Universidade Federal de Pernambuco. Crônica *O Vigário de Sertânia*, extraída do livro *Bilhetes do Sertão*, de Luiz Cristóvão dos Santos, publicada pelo *Jornal de Arcoverde*. 57350

ZONTA (PP – SC) – Princípio básico do cooperativismo. Importância das cooperativas do trabalho como instrumento de inclusão social e de combate à informalidade. 57352

JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ) – Discriminação praticada contra o Estado do Rio de Janeiro no tocante à distribuição de verbas do Orçamento Geral da União. Destinação de recursos orçamentários para a restauração da BR-101, no trecho entre o Município de Campos dos Goytacazes até a divisa com o Estado do Espírito Santo. Divulgação pela mídia de imagens de assassinatos e esarteamento de marginais no Morro da Mineira, no Rio de Janeiro. Omissão do Governo Federal e do Governo Rosinha Matheus sobre o quadro de violência reinante no Estado. Conveniência de determinação, pelo Presidente da República, de intervenção na área de segurança pública fluminense. 57352

LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Perseguição política empreendida pelo Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Pinho Moreira, contra o Prefeito Décio Gomes Góes, do Município de Criciúma. Mobilização dos munícipes contra a cassação do Prefeito pela Justiça Eleitoral. 57353

CARLOS NADER (Bloco/PL – RJ) – Empenho do Prefeito Antônio Francisco Neto na urbanização de favelas do Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Êxito do projeto municipal Vilas da Cidadania, destinado à construção de casas populares para a população residente em áreas de risco. 57353

COLBERT MARTINS (PPS – BA) – Anúncio da revisão, pelo Prefeito eleito de Salvador, Estado da Bahia, João Henrique, das tarifas públicas cobradas pela Prefeitura do Município. Questionamento acerca da superficialidade das investigações e da forma de encerramento dos trabalhos da CPI do BANESTADO. 57354

FERNANDO FERRO (PT – PE) – Documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre a importância socioeconômica da agricultura familiar. Repúdio aos latifúndios improdutivos no País. 57354

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Caráter falacioso de campanha sobre a suposta inocuidade do amianto crisotila. 57355

DR. HELENO (PP – RJ) – Perspectiva da instalação, no País, de sede do Centro Internacional para Cooperação Técnica sobre HIV/AIDS. Retrospectiva de acontecimentos marcantes na vida do orador em 2004. Elogio ao Presidente e ao Vice-Presidente da Mesa Diretora da Casa. 57357

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Agradecimento ao Deputado Dr. Heleno pela manifestação elogiosa. 57358

ROBERTO BALESTRA (PP – GO) – Associação às manifestações do Presidente em exercício dos trabalhos e do Deputado Dr. Heleno a respeito da exibição desairosa de fotografias de Parlamentares em *outdoors*. Posse do orador como membro do Conselho da República. Passamento do poeta e político goiano Getúlio Vaz. 57358

NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Caráter desprezível do reajuste concedido pelo Governo Federal a aposentadorias e pensões mantidas pelo INSS. Pobreza dos indicadores sociais a despeito da crescente produção de riquezas no País. 57359

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Regozijo com o retorno do Deputado Roberto Magalhães ao Partido da Frente Liberal. 57359

PEDRO CORRÊA (PP – PE) – Importância socioeconômica da produção de *biodiesel* no País. Evolução do agronegócio brasileiro. Elogio à atuação do Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, e aos demais integrantes da Mesa Diretora. Votos de próspero Ano-Novo aos Congressistas e aos servidores da Casa. 57360

V – Grande Expediente

GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Posse do Deputado Roberto Balestra como membro do Conselho da República. Saudação ao público presente nas galerias do plenário. Balanço das realizações do primeiro biênio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Superávit contínuo na balança comercial brasileira. Importância das viagens internacionais do Chefe do Executivo para a expansão do mercado brasileiro. Estabilização dos indicadores macroeconômicos. Retomada do crescimento da economia em bases sustentáveis. Perspectiva de investimentos vultosos em infra-estrutura de transportes, com destaque para a revitalização do modal ferroviário. Enfoque da gestão petista na diminuição de desigualdades sociais. Imprescindibilidade da implementação dos projetos de revitalização e transposição das águas do Rio São Francisco. Recomposição do valor do salário mínimo. Reversão da escalada do desemprego. Efetivo combate à corrupção administrativa. Acerto da aprovação da reforma estrutural do Poder Judiciário. Persistência de altos índices de criminalidade. Desafio de superação do crônico déficit habitacional. Deficiências dos setores de educação e saúde pública. Votos de feliz Ano-Novo ao povo brasileiro. Aprovação, pelo Congresso Nacional, de proposições essenciais à continuidade do desenvolvimento socioeconômico do País. 57361

DRA. CLAIR (PT – PR. Pela ordem.) – Congratulações ao Presidente João Paulo Cunha e ao 1º Vice-Presidente Inocêncio Oliveira pela condução democrática dos trabalhos da Casa. Balanço da

- atuação parlamentar da oradora em 2004. Votos de feliz Ano-Novo aos Parlamentares, aos funcionários da Casa e à população brasileira. 57366
- LUPÉRCIO RAMOS (PPS – AM) – Êxito da política econômica do Governo Federal. Constrangimento com a situação do Brasil no *ranking* da educação, segundo relatório divulgado pela UNESCO. Oportunidade de convocação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos Governos Estaduais e dos Municipais e da sociedade civil organizada para cruzada nacional contra a violência urbana. Relação entre o baixo investimento em educação com o aumento do índice de violência. Potencialidades da Amazônia e do Nordeste em favor do crescimento sustentável da economia brasileira. Votos de próspero Ano-Novo aos Congressistas, particularmente ao Deputado Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente da Mesa Diretora. Elogio à atuação do Deputado Gonzaga Mota à frente da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Proposta de realização de seminário sobre manejo florestal como possibilidade econômica para os povos da floresta. 57367
- WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Inadequação do debate do Orçamento Geral da União no período de festividades de fim de ano. Risco permanente de procrastinação na elaboração orçamentária pela falta de *quorum*. Vulnerabilidade do processo de elaboração do Orçamento a interesses regionais e corporativos e à corrupção. Debate sobre a alocação de recursos para revitalização e ampliação do modal ferroviário no Estado da Bahia. Contemplação orçamentária do Município de Salvador. Importância da garantia da liberação de recursos previstos no Orçamento. Perspectiva de efetivação de programas de reforma agrária e fortalecimento da agricultura na Bahia. Aumento do número de administrações municipais geridas pelo PT no Estado. Defesa da adoção do Orçamento impositivo. 57369
- MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem.) – Empenho do Governador Lúcio Alcântara no incremento do setor de turismo no Estado do Ceará. 57373
- VIEIRA REIS (PMDB – RJ. Pela ordem.) – Manifestação de votos de condolências às famílias das vítimas de maremoto ocorrido em países asiáticos. Pedido a Chefes de Estado para auxílio às populações atingidas. 57374
- REINALDO BETÃO (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Atraso no pagamento de clínicas de hemodiálise pelo Ministério da Saúde. Homenagem ao Coral dos Canarinhos de Petrópolis. Protesto contra a rejeição da emenda orçamentária destinada à duplicação da BR-493, no Estado do Rio de Janeiro. 57374
- MAURO PASSOS (PT, SC. Pela ordem.) – Conveniência do fim do recesso parlamentar no mês de julho. Vantagens do início da elaboração do
- Orçamento Geral da União no mês de julho. Protesto contra a cassação, pela Justiça Eleitoral, do registro da candidatura do Prefeito reeleito Décio Góes, de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Votos de Feliz Ano Novo ao Deputado Inocêncio Oliveira. 57375
- RONALDO VASCONCELLOS (PTB – MG. Pela ordem.) – Saudações aos Deputados Inocêncio Oliveira e Nilson Mourão. Anúncio, pelo orador, de renúncia ao mandato parlamentar para posse no cargo de Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Expectativa de agilização dos trabalhos da Casa. Regozijo com a instituição do Dia do Bacharel em Turismo, por projeto de lei apresentado pelo orador. Apresentação de projeto de lei estabelecendo a profissão de turismólogo em lugar de bacharel em turismo. Conveniência de diminuição dos períodos de recesso parlamentar no Congresso Nacional. 57376
- PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Agradecimento ao orador pelas referências elogiosas. Votos ao Deputado Ronaldo Vasconcellos de profícua gestão na Vice-Prefeitura de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. 57376
- JORGE GOMES (PSB – PE. Pela ordem.) – Outorga do Prêmio Fernando Figueira a instituições destacadas no atendimento pediátrico humanizado e no estímulo ao aleitamento materno no Estado de Pernambuco. Felicitações às instituições premiadas, particularmente ao Instituto Materno Infantil de Pernambuco. Elogio aos integrantes da Mesa Diretora da Casa. Votos de próspero Ano-Novo aos Congressistas e aos funcionários. 57377
- NILSON MOURÃO (PT – AC) – Solidariedade aos países asiáticos atingidos por tsunamis causadas por forte terremoto no leito oceânico. Expectativa de ajuda brasileira às vítimas da tragédia no sul da Ásia. Registro do pronunciamento do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre as realizações dos 2 primeiros anos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Votos de feliz Ano-Novo aos Parlamentares e funcionários da Casa. 57377
- REINALDO BETÃO (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Balanço positivo dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional em 2004. Expectativa de instalação no País do 1º Centro Internacional para Cooperação Técnica sobre HIV/AIDS, do programa UNAIDS, da ONU. Transcurso do 60º aniversário da Fundação Getúlio Vargas. Lançamento, pela instituição, do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP). 57385
- ROBERTO MAGALHÃES (Sem Partido – PE. Pela ordem.) – Agradecimento ao Deputado Inocêncio Oliveira pelas referências elogiosas ao orador, ao ensejo do retorno aos quadros do PFL. 57385
- PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Reafirmação do enaltecimento do Deputado Roberto Magalhães. 57386

MIGUEL DE SOUZA (Bloco/PL – RO. Pela ordem.) – Expectativa de lançamento de licitação para construção de rodovia de interligação do País com portos no Oceano Pacífico. Votos de feliz ano novo ao povo brasileiro. 57386

ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS. Pela ordem.) – Desempenho da bancada do Estado de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional. Luta dos Parlamentares sul-mato-grossenses pela garantia de recursos do Orçamento Geral da União ao Estado. Contestação a declarações do Deputado Vander Loubet sobre suposta inércia da bancada do PT. 57388

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA. Pela ordem.) – Balanço das atividades legislativas da Casa. Prejuízos contabilizados no desempenho da Casa decorrentes da abusiva edição de medidas provisórias e da crise instalada na base de sustentação do Governo. Regozijo com a aprovação de projeto de lei complementar, de autoria do orador, sobre a nova Lei de Falências. Preocupação com a possibilidade de prejuízos na pauta de votações do Congresso Nacional em 2005, pela proximidade das eleições majoritárias no País. Urgente tramitação da reforma política. 57389

WASNY DE ROURE (PT – DF. Pela ordem.) – Votos de louvor à atuação dos Parlamentares integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Elevação dos recursos alocados para o Distrito Federal. Elogio à Mesa Diretora da Casa pela celeridade na aprovação de projeto de lei concessivo de reajuste salarial dos servidores da Casa. Urgente votação da proposta pelo Senado Federal. 57390

HAMILTON CASARA (Bloco/PL – RO. Pela ordem.) – Desafios da bancada do Estado de Rondônia na Câmara dos Deputados, em especial na garantia de condições para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Saudação ao povo rondoniense. 57390

PAES LANDIM (PTB – PI. Como Líder. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Posse da Juíza

Liana Chaib na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Piauí. Luta do orador pela instalação e fortalecimento da instituição. 57391

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Aviso ao Plenário sobre a transferência da sessão do Congresso Nacional destinada à votação de créditos suplementares e do Orçamento Geral da União para o dia 29 de dezembro de 2004, às 11h. 57391

Apresentação de proposições: CARLOS NADER, RONALDO VASCONCELLOS..... 57391

VI – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores.)

VII – Encerramento

COMISSÕES

2 – ATAS

a) Comissão Especial destinada a “efetuar estudo em relação à matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional”: *1ª Reunião, em 26-2-03 (Instalação e Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes), * 2ª Reunião (Ordinária), em 13-3-03, *3ª Reunião (Ordinária), em 20-3-03, *4ª Reunião (Audiência Pública), em 27-3-03, *5ª Reunião (Audiência Pública), 3-4-03, 6ª Reunião (Ordinária, em 10-4-03, *7ª Reunião (Audiência Pública), em 15-4-03, *8ª Reunião (Ordinária), em 24-4-03, * 9ª Reunião (Ordinária), em 8-5-03. 57392

*Atas com notas taquigráficas

3 – DESIGNAÇÕES

a) Comissão de Finanças e Tributação, em 28-12-04. 57606

SEÇÃO II

4 – MESA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

6 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

7 – COMISSÕES

SUPLEMENTO

Ato da Mesa nº 53/04, sairá publicado em Suplemento a este **Diário**.

Ata da 10ª Sessão, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura, em 28 de dezembro de 2004

Presidência dos Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente; Carlos Nader, Reinaldo Betão, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, 1º Suplente de Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. GONZAGA PATRIOTA, 1º Suplente de Secretário, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Of. nº 939/2004-CN

Brasília, 15 de dezembro de 2004

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foi autuado e lido, na sessão do Senado Federal realizada nesta data, o Aviso nº 61, de 2004-CN (nº 2.307-GP-TCU/2004, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, e foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa protestos de estima e consideração. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Publique-se. Arquive-se.

Brasília, 28 de dezembro de 2004. – **João**

Paulo Cunha, Presidente.

Ofício nº 968 (CN)

Brasília, 21 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Promulgação de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Com referência ao Ofício PS-GSE nº 1.710, de 6 de dezembro de 2004 dessa Casa, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 11.001, de 16 de dezembro de 2004, que “abre em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional crédito extraordinário no valor de R\$60.000.000,00 para os fins que especifica”, cujas disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 211, de 6 de setembro de 2004.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o texto promulgado para arquivo nessa Casa.

Atenciosamente, – Senador José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 11.001, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

Abre em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional crédito extraordinário no valor de R\$60.000.000.00 para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 211, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto em favor do Ministério dos Transportes crédito extraordinário no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para atender à programação constante, do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o **caput** deste artigo decorerem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2003.

Art. 2º Fica aberto crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo II desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o **caput** deste artigo de-

correm de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo III desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 16 de dezembro de 2004
183º da Independência e 116º da República.

Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E	S	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS																	10.000.000
PROJETOS																	
26	782	0237 12GX	OBRAS EMERGENCIAIS PARA O REESTABELECIMENTO DO TRAFEGO SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS NA BR-135/MA - CREDITO EXTRAORDINARIO														10.000.000
26	782	0237 12GX 0021	OBRAS EMERGENCIAIS PARA O REESTABELECIMENTO DO TRAFEGO SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS NA BR-135 MA - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO MARANHÃO														10.000.000
			OBRA EXECUTADA (M) 1022														10.000.000
TOTAL - FISCAL																	10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	10.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL


ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E	S	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES																	50.000.000
ATIVIDADES																	
06	182	1029 86AF	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO														50.000.000
06	182	1029 86AF 0001	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NACIONAL														2.000.000
06	182	1029 86AF 0023	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 2														2.000.000
06	182	1029 86AF 0023	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO CEARA														4.000.000
06	182	1029 86AF 0025	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1														4.000.000
06	182	1029 86AF 0025	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DA PARAIBA														7.100.000
06	182	1029 86AF 0051	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 5														7.100.000
06	182	1029 86AF 0051	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO MATO GROSSO														10.000.000
06	182	1029 86AF 0052	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 20														10.000.000
06	182	1029 86AF 0052	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DE GOIAS														10.300.000
06	182	1029 86AF 0101	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1														10.300.000
06	182	1029 86AF 0101	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - MACEIO - AL														12.000.000
06	182	1029 86AF 0103	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1														12.000.000
06	182	1029 86AF 0103	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - PELOTAS - RS														2.500.000
06	182	1029 86AF 0105	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1														2.500.000
06	182	1029 86AF 0105	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - CAMARAGIBE - PE														2.100.000
06	182	1029 86AF 0105	LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1														2.100.000

TOTAL - FISCAL							50.000.000				
TOTAL - SEGURIDADE							0				
TOTAL - GERAL							50.000.000				
ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA											
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA											
ANEXO III				CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO	SUBTITULO	PRODUTO	E S F	C N P	M O D	I L U	F T E	VALOR	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA										50.000.000	
OPERACOES ESPECIAIS											
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA									50.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL									50.000.000
TOTAL - FISCAL										50.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										50.000.000	

Publique-se. Arquive-se.

Brasília, 28 de dezembro de 2004.


JOÃO PAULO CUNHA
 Presidente

Ofício nº 970 (CN)

Brasília, 21 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado João Paulo Cunha
 Presidente da Câmara dos Deputados
 Assunto: Promulgação de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Com referência ao Ofício PS-GSE nº 1.714, de 10 de dezembro de 2004, dessa Casa, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 11.008, de 17 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre o reajustamento dos valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, e dá outras providências”, cujas disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 215, de 16 de setembro de 2004.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o texto promulgado para arquivo nessa Casa.

Atenciosamente,

Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 11.008, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 215, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, discriminados na Tabela 1 do Anexo 1 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, passam a vigorar na forma da Tabela constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 10 de setembro de 2004.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 2004; 183º da Independência e 116ª da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ANEXO

TABELA DE SOLDOS VIGENTE A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2004

Posto ou Graduação	Valor (R\$)
1. OFICIAIS GERAIS	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.950,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.719,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.512,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	4.116,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.951,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.777,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	2.970,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	2.772,00
Segundo-Tenente	2.475,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.310,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	447,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	363,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	330,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	324,00
Aprendiz-Marinheiro	255,00

6. PRAÇAS GRADUADAS	
Suboficial e Subtenente	2.079,00
Primeiro-Sargento	1.812,00
Segundo-Sargento	1.548,00
Terceiro-Sargento	1.254,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	876,00
Cabo (não engajado)	198,00
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	825,00
Taifeiro de 2ª Classe	759,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Para-Quedista (engajado)	594,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	495,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	168,00

Publique-se. Arquite-se.

Brasília, 28 de dezembro de 2004. – **João**

Paulo Cunha, Presidente.

OF. Nº 975/2004–CN

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República adotou, no dia 17 de dezembro de 2004, e publicou no dia 18 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 229, de 2004, que “Acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

Nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, e da Resolução nº 2, de 2000–CN, fica constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para a tramitação da matéria, conforme relação anexa.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Deputados

Titulares

PT

Arlindo Chinaglia

Angela Guadagnin

PMDB

José Borba

Mendes Ribeiro Filho

PFL

José Carlos Aleluia

Rodrigo Maia

PP

Pedro Henry

PSDB

Custódio Mattos

PTB

José Múcio Monteiro

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel

PPS

Júlio Delgado

PSB

Renato Casagrande

*PV

Edson Duarte

Suplentes

1.Fernando Ferro

2.Ivan Valente

1.Adelor Vieira

2.Osmar Serraglio

1.José Roberto Arruda

2.Onyx Lorenzoni

1.Celso Russomanno

1.Alberto Goldman

1.Ricarte de Freitas

1.Miguel de Souza

1.Lupércio Ramos

1.Dr. Evilásio

1.Deley

Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000–CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DOU**: 18-12-2004 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão 21-12-2004
- Instalação da Comissão: 22-12-2004
- Emendas: até 15-2-2005 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 18-12-2004 a 22-2-2005 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 22-2-2005
- Prazo na CD: de 23-2-2005 a 8-3-2005 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 8-3-2005
- Prazo no SF: de 9-3-2005 a 22-3-2005 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 22-3-2005
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 23-3-2005 a 25-3-2005 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 26-3-2005 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 9-4-2005 (60 dias)

O Senhor Presidente da República adotou em 17 de dezembro de 2004, e publicou em 18 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 229, de 2004, que “Acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002–CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)

José Agripino (PFL)

Arthur Virgílio (PSDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros

Hélio Costa

Sérgio Cabral

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti (PT)

João Capiberibe (PSB)

Duciomar Costa (PTB)

PDT

Jefferson Péres

PPS

Mozarildo Cavalcanti

Suplentes

1. **Paulo Octávio (PFL)**

2. **Demóstenes Torres (PFL)**

3. **Antero Paes de Barros (PSDB)**

4. **Lúcia Vânia (PSDB)**

1. **Luiz Otávio**

2. **Ney Suassuna**

3. **Garibaldi Alves Filho**

1. **Roberto Saturnino (PT)**

2. **Geraldo Mesquita Júnior (PSB)**

3. **Ana Júlia Carepa (PT)**

1. **Almeida Lima**

1. **vago**

Publique-se. Arquite-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. nº 976/2004–CN

Brasília, 21 de dezembro de 2004

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que terminou no dia 20 do corrente o prazo, sem interposição de recurso, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2004–CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Informo, ainda, que o Projeto vai à promulgação.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração.

Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Publique-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 979 (CN)

Brasília, 21 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Promulgação de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Com referência ao Ofício OS–GSE nº 1.718, de 10 de dezembro de 2004, dessa Casa, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 11.029, de 21 de dezembro de 2004, que “autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos no combate à praga de gafanhotos”, cujas disposições foram adotadas pelo Exceletíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 218, de 27 de setembro de 2004.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o texto promulgado para arquivo nessa Casa.

Atenciosamente, – **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 11.029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 218, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a re-

dação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002–CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos no combate à praga de gafanhotos que vem ocorrendo no ano de 2004.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo inclui a doação à República do Senegal de aeronave destinada à aplicação aérea de inseticidas.

§ 2º A doação prevista no § 1º deste artigo será efetivada mediante termo lavrado perante a autoridade competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de dezembro de 2004. – 183º da Independência e 116º da República – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 981 (CN)

Brasília, 21 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Projeto de Lei de Conversão à sanção.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002–CN, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 20 de dezembro do corrente ano, que “dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550, de 13 de novembro de 2002, e 10.484, de 3 de julho de 2002; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 990 (CN)

Brasília, 22 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Promulgação de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Com referência ao Ofício PS–GSE nº 1.768, de 14 de dezembro de 2004, dessa Casa, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 11.034 de 22 de dezembro de 2004, que “altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona; da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA; e da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDJA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229 – 43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências”, cuja as disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 224, de 21 de outubro de 2004.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o texto promulgado para arquivo nessa Casa.

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 11.034, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona; da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA; e

da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229 – 43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 224, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002–CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A partir de 10 de maio de 2004, os percentuais para cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM, de que trata o Anexo da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passam a vigorar de acordo com os valores constantes do Anexo 1 desta Lei.

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2004, os valores do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA, estabelecidos no Anexo II da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, passam a ser os constantes do Anexo II desta lei.

Art. 3º Até que seja instituída nova disciplina para a aferição de avaliação de desempenho individual e institucional e concluídos os efeitos vigentes do último ciclo de avaliação, a GDASA será paga no valor equivalente a 70 (setenta) pontos aos servidores ativos alcançados pelo art. 10 da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, respeitados os níveis do cargo efetivo e os respectivos valores unitários do ponto, fixados no Anexo II desta lei.

§ 1º O pagamento da GDASA na forma estabelecida no **caput** deste artigo dar-se-á com efeitos retroativos a 1º de maio de 2004 para os servidores que tenham obtido resultado inferior a 70 (setenta) pontos na avaliação vigente naquela data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ativos alcançados pelo art. 1º da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, ocupantes de cargos em comissão.

§ 3º O Poder Executivo disporá, em regulamento a ser editado no prazo de 120 (cento e vinte) dias

a contar da data de publicação desta lei, sobre nova disciplina para a aferição de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de pagamento da GDASA.

Art. 4º O inciso II do art. 6º da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

II – o valor correspondente a 21 (vinte e um) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

.....“(NR)

Art. 5º O inciso I do art. 7º e o art. 14 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 7º

I – até 30% (trinta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual do servidor;

.....“(NR)

“Art. 14. Nos meses de agosto e setembro de 2004 poderão ser antecipados, em cada mês, até 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da Gifa e das parcelas do pró-labore e da GDAJ referidas, respectivamente, no art. 4º, no inciso II do **caput** do art. 5º e no inciso II do **caput** do art. 7º desta Lei, dispensada, para os referidos meses, a avaliação do resultado institucional de desempenho, observando-se, nesses casos:

I – a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização da despesa; e

II – a compensação da antecipação concedida nos pagamentos das referidas gratificações dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º Na impossibilidade da compensação integral da antecipação concedida na forma do inciso II do **caput** deste artigo, o saldo remanescente deverá ser compensado nos valores devidos em cada mês no exercício financeiro seguinte, até a quitação do resíduo.

§ 2º No período de outubro de 2004 a março de 2005 ou até que seja processada a primeira avaliação de resultado institucional de desempenho, se anterior ao último mês deste período, a parcela da GDAJ de que trata o inciso II do **caput** do art. 7º desta lei será paga de acordo com o valor máximo fixado, mês a mês, para pagamento da parcela do pró-labore referida no inciso II do **caput** do art. 5º desta lei.”(NR)

Art. 60 O inciso II do art. 9º da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.9º

II – o valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

..... “(NR)

Art. 7º Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a que se refere o art. 18 da Medida Provisória nº 216, de 23 de setembro de 2004, quando cedidos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário farão jus à Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, calculada como se estivessem em exercício no Incra.

Art. 8º Os servidores redistribuídos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional que, no interesse da Administração, retornarem para o mesmo quadro mediante processo administrativo de redistribuição iniciado a partir de 25 de setembro de 2004 poderão exercer a opção de que trata o § 1º do art. 32 da Medida Provisória nº 216, de 23 de setembro de 2004, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação do ato de redistribuição, aplicando-se, quan-

to á remuneração, o disposto nos arts. 32, 33 e 35 da mesma medida provisória.

Parágrafo único. A vantagem pessoal nominalmente identificada a que se refere o art. 36 da Medida Provisória nº 216, de 23 de setembro de 2004, não será devida ao servidor que retome ao Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional a partir da data de exercício da opção referida no **caput** deste artigo.

Art. 9º Para fins do disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º do art. 38 da Medida Provisória nº 216, de 23 de setembro de 2004, não se considera redução de remuneração a renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração, na forma prevista no § 2º do art. 32 da mesma medida provisória.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2004 para os arts. 1º, 2º, 3º e 4º e a partir de 1º de agosto de 2004 para os arts. 6º e 7º.

Art. 11. Revoga-se o § 1º do art. 41 da Medida Provisória nº 2.229 – 43, de 6 de setembro de 2001.

Congresso Nacional, 22 de dezembro de 2004. – 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO I

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2004. Percentuais para cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar

CLASSE	PADRÃO	PORCENTAGEM
A	III	0,25760%
	II	0,25217%
	I	0,24675%
B	VI	0,24132%
	V	0,23591%
	IV	0,23049%
	III	0,22506%
	II	0,21964%
C	I	0,21421%
	VI	0,20878%
	V	0,20338%
	IV	0,19795%
	III	0,19252%
D	II	0,18710%
	I	0,18167%
	V	0,17625%
	IV	0,17084%
	III	0,16541%
	II	0,15999%
	I	0,15456%

ANEXO II

Tabela de Valor dos Pontos Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2004.

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO (EM R\$)
SUPERIOR	38,50
INTERMEDIÁRIO	20,50

Publique-se. Arquive-se.

Brasília, 28 de dezembro de 2004.


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Ofício nº 992 (CN)

Brasília, 23 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei de Conversão à sanção.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, com emenda de redação, em sessão realizada no dia 21 de dezembro do corrente ano, que “dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Publique-se. Arquive-se

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 994 (CN)

Brasília, em 23 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei de Conversão à sanção.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 21 de dezembro do corrente ano, que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003 e 10.848, de 15 de março de 2004.”

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercido da Presidência.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 996 (CN)

Brasília, 23 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei de Conversão à sanção.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 65, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, com emendas de redação, em sessão realizada no dia 21 de dezembro do corrente ano, que “dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o **Warrant** Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Siqueira Campos** Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 998 (CN)

Brasília, 23 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei de Conversão à sanção.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 67, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, com emendas de redação, em sessão realizada no dia 21 de

dezembro do corrente ano, que “estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12- 2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 2.499 (SF)

Brasília, 10 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Remessa de autógrafo de Decreto Legislativo.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, em substituição ao ofício SF nº 1.375 de 20 de agosto de 2004, por ter saído com incorreção, referente ao Decreto Legislativo nº 471, de 2004, promulgado pelo Senhor Presidente do Senado Federal, que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara-BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicoara, Estado da Bahia.”

Refere-se esse ato ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2.629, de 2002, originário da Câmara dos Deputados e aprovado em revisão, pelo Senado Federal, onde tomou o nº 220, de 2004.

Atenciosamente, Senador **Alberto Silva**, Segundo-Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **José Sarney**, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 471, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara-BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicoara, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 659, de 30 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara-BA a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicoara, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Publique-se. Arquive-se.

Brasília, 28 de dezembro de 2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 2.501 (SF)

Brasília, 10 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Remessa de autógrafo de Decreto Legislativo.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, em substituição ao ofício SF nº 1.605 de 26 de agosto de 2004, por ter saído com incorreção, referente ao Decreto Legislativo nº 637, de 2004, promulgado pelo Senhor Presidente do Senado Federal, que “aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Tupã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.”

Refere-se esse ato ao Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2003, originário da Câmara dos Deputados e aprovado em revisão, pelo Senado Federal, onde tomou o nº 484, de 2004.

Atenciosamente, Senador **Alberto Silva**, Segundo-Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **José Sarney**, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 637, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Tupã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 419, de 31 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Clube de Tupã Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 2541 (SF)

Brasília, em 23 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de remessa de matéria à sanção.

Senhor Primeiro-Secretario,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado com emenda de redação pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2004 (PL nº 4.321, de 2004, nessa Casa), que “antecipa parcela constante do Anexo III-B, da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, que trata da remuneração dos integrantes das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União.”

Atenciosamente, Senador **Mão Santa**, no exercício da Primeira-Secretaria.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº 138/04

Brasília, 15 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, venho informar-lhe que estou renunciando ao mandato de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, a partir de 15 de dezembro de 2004.

Informo ainda que a minha renúncia deve-se a minha posse no dia 01 de janeiro de 2005, na Vice-Prefeitura do Município de São Paulo.

Atenciosamente, **Gilberto Kassab**, (PFL/SP).

Publique-se.

Em 28-12-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 187/2004

Brasília, 6 de dezembro de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Mozart Viatina de Paiva
Secretário Geral da Mesa
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho para Vosso conhecimento o Relatório da viagem em Missão Oficial ao Líbano, ocorrido de 19 a 21 de novembro do corrente ano, conforme determina o ato da mesa nº 35/03.

Sendo o que requer o momento, despeço-me.

Respeitosamente. – **Jamil Murad**, Deputado Federal PCdoB – SP.

Seminário “Iniciativas Internacionais para a Aproximação entre a Esquerda Euro-mediterrânea e o Oriente Médio”

Data: 19 a 21 de novembro de 2004

Local: Anfiteatro do Salinas Hotel – Trípoli – Líbano

Organização: Partido Comunista Libanês

– Participaram do encontro delegações de partidos comunistas, socialistas e de esquerda dos seguintes países e regiões: Líbano, França, Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Grécia, Suécia, Marrocos, Federação Russa, Sudão, Venezuela, Brasil, Cuba, Jordânia, Síria, Egito, Palestina, Bahain, Catalunha, China e Marrocos, além do Comitê Mundial Pela Paz e do Parlamento Europeu.

– A programação diária consistiu em atividades em tempo integral, com intensas discussões sobre o quadro político mundial e a situação do Oriente Médio – onde pudemos constatar que a maioria dos participantes compartilham de opiniões semelhantes.

Com relação à situação política internacional:

– Os Estados Unidos foram identificados como potência hegemônica mundial, que passaram a tomar decisões unilaterais e ignorando os interesses dos outros países. Eles também criaram uma estratégia de segurança nacional, agindo unilateralmente e de maneira agressiva, em nome da luta contra o terrorismo.

Para colocar em prática esta doutrina, os Estados Unidos constroem planos e projetos para várias regiões do mundo – inclusive para o Oriente Médio, objeto de discussão do encontro. Para esta região foi criado o projeto do “Grande Oriente Médio”, que é uma maneira de implementar a estratégia de segurança nacional norte-americana contra o terrorismo. De acordo com este plano, os regimes políticos, econômicos e sócio-culturais da região serão bastante reorganizados.

– Chegou-se à conclusão de que, com estas medidas, os Estados Unidos tentam recolonizar o mundo – inclusive com a ocupação militar em alguns países, como é o caso do Iraque e do apoio irrestrito à ocupação israelense nos territórios palestinos, além da recente interferência na política interna do Líbano.

– A política de segurança nacional dos Estados Unidos levou este país a formular um projeto que despreza os interesses nacionais dos países e dos povos do mundo, particularmente os árabes. As forças progressistas presentes ao encontro são contra as mudanças de cunho político, econômico e sócio-cultural impostas pelos Estados Unidos com a desculpa de combater o terror e defender a democracia.

– O encontro procurou amadurecer pontos de vista em comum contra a ocupação do Iraque e da Palestina, defendendo a cooperação entre as forças políticas e sociais pela paz, a independência, a autodeterminação dos povos, o progresso dos países árabes, o Estado Palestino Independente com capital em Jerusalém, o direito do retomo dos palestinos hoje exilados e a desocupação do Iraque, com a garantia a seu povo do direito de construir, de maneira unificada, um Iraque independente e democrático.

– Os participantes do encontro também responderam de maneira afirmativa ao chamado para a participação no Fórum Social Mundial que acontecerá em Porto Alegre, em janeiro de 2005, além da mobilização de parlamentares dos países árabes para o Fórum de Parlamentares Árabes e Parlamentares dos Países da América do Sul que será realizado no mesmo período que o respectivo encontro de chefes de Estado destes países.

– Vale destacar que o encontro foi realizado na ocasião das comemorações pelos 80 anos do Partido Comunista Libanês. As atividades aconteciam em tempo integral e, ao final de cada dia, os delegados participavam de eventos políticos e culturais nas cidades de Trípoli e Beirute.

– Depois de 115 anos o Brasil enviou, pela primeira vez, o seu presidente a um país árabe com o intuito de aproximar os dois povos, dentro de uma política de cooperação e proveito mútuo. Estamos certos de que nossa participação neste seminário contribuiu para aprofundar estes laços e levar adiante a política do governo brasileiro de somar esforços para que as nações, por meio da ONU, alcancem a paz e o progresso.

Atenciosamente. – Deputado Federal **Jamil Murad**, Pcdob – SP.

Participante: Deputado Jamil Murad

Detalhes da Missão	
Assunto : INICIATIVA INTERNACIONAL PELO ORIENTE MÉDIO: UMA APROXIMAÇÃO DAS ESQUERDAS EURO-MEDITERRÂNEAS	
Período : 17/11/04 a 21/11/04	
Destino : Líbano	
Diárias	
Quantidade	: 3
Valor Unitário	: U\$ 350
Passagens	
Passagens pagas por : Câmara dos Deputados	
Tipo de Passagem	: Classe Econômica Promocional

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.

Em 28 de dezembro de 2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

GAB-MH/909 Ofício Nº 248

Brasília, 8 de dezembro de 2004

Ao Senhor

Mozart Viana de Paiva

Secretário Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário,

Tendo em vista a minha participação na Segunda Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Turismo do Parlamento Latino Americano, à qual compareci em viagem oficial à Aruba, e em cumprimento às normas da Casa encaminho o relatório das atividades nessa desenvolvidas.

Atenciosamente, **Maria Helena**, Deputada Federal PPS/RR.

**RELATÓRIO DA VIAGEM OFICIAL POR OCASIÃO
DA II REUNIÃO DA COMISSÃO DE
MEIO AMBIENTE E TURISMO DO PARLAMENTO
LATINO AMERICANO**

DEPUTADA MARIA HELENA

Local de Realização: Oranjestad, Aruba

Período: 18 – 19 de novembro de 2004

Na ausência do Presidente da Comissão, Deputado Raúl René Robles Ávila (Guatemala) e do Primeiro Vice-presidente, Senador William Marlin (Antilhas) a Presidência da Reunião foi assumida pelo Segundo Vice-presidente, Deputado Adolfo Taylhardat (Venezuela).

Participantes:

ARGENTINA Sen. María Elisa Castro	MÉXICO Sen. Alberto Martínez Mireles Sen. Emilia Patricia Gómez Bravo Dep. Gema Isabel Martínez López Dep. María Avila Serna Dep. Pablo Antonio Villanueva Ramírez Dep. Bernardo Loera Carrillo Dep. Adrián Chávez Ruiz
ARUBA Sen. Arondino Croes Sen. Benedict Nisbet Sen. Seferino Bislik	PARAGUAI Dep. Raúl Adolfo Sánchez
BRASIL Dep. Maria Helena Rodrigues Dep. Roberto Freire	PERU Cong. Fabiola Morales Castillo
CHILE Dep. Carlos Olivares	URUGUAY Dep. Raúl Argenzio Dep. Jaime Trobo
COSTA RICA Dep. Peter Guevara Guth	VENEZUELA Dep. Walter Gavidia Dep. José Antonio Furiati
CUBA Dep. Ana María De la Torre	
EQUADOR Dep. Sandra Sandoval	

ABERTURA:

Engenheiro Edison Brisen, Ministro do Turismo e Transporte de Aruba após os cumprimentos e votos de boas vindas, o ministro apresentou um panorama das atividades turísticas de seu país.

PAUTA:

- TEMA 1: Turismo em Aruba, Turismo de Cruzeiros: impacto econômico e ambiental
- TEMA 2: Turismo sustentável: avaliação dos acordos e Declarações de Quebec, de Galápagos e do Rio Amazonas.
Apresentação das ações realizadas nesse aspecto, por países. Papel do Parlamento Latino-americano no cumprimento dos objetivos contemplados nos documentos acima descritos.
- TEMA 3: Organismos Geneticamente Modificados.
- TEMA 4: Avaliação do Cumprimento das decisões e compromissos da Cúpula de Johannesburgo e dos Acordos constantes da Declaração de Montevideú.
Apresentação de informes por países.
- TEMA 5: Propostas de Planos de Trabalho da Comissão para o ano de 2005 a serem apresentadas na Reunião de Diretorias de Comissões, em São Paulo, Brasil, em 9 de dezembro de 2004:
Temas relacionados com o Meio Ambiente.
Temas relacionados com o Turismo.
- TEMA 6: Definição de data e local da próxima reunião.

**ABORDAGENS RELEVANTES REGISTRADAS
DURANTE A REUNIÃO**

•TEMA 1: Turismo em Aruba, Turismo de Cruzeiros: impacto econômico e ambiental.

Conferencistas: Professora Mirna Hansen, Diretora de Turismo de Aruba e Professor Marion Arends, Diretor da Secretaria de Turismo Latino-americano de Aruba.

Os conferencistas apresentaram diversos aspectos das atividades turísticas de Aruba, bem como acerca das principais atribuições dos órgãos que dirigem. Enfatizaram a importância da indústria do turismo para Aruba, demonstradas por meio de cifras e dados estatísticos, que representam essa atividade como fonte de emprego e renda para a economia daquele país.

Um segundo conferencista, o Biólogo Marino Byron Boekhoudt, fez uma exposição aprofundada acerca dos aspectos relacionados com o impacto ambiental, sob o vetor da atividade turística em Aruba.

Foi aberto, então, um intenso debate sobre os temas enfocados. Principais pontos levantados na discussão:

- necessidade de assegurar um equilíbrio entre a exploração do turismo, como setor da maior importância para o desenvolvimento econômico e social;

- necessidade de assegurar a proteção do meio ambiente, particularmente nos ecossistemas frágeis e delicados como o do ambiente marinho;

- importância do turismo para divulgação do patrimônio natural e cultural da localidade;

- necessidade de se levar em consideração as implicações sociais, econômicas e ambientais da indústria do turismo que, ao mesmo tempo em que traz benefícios para as comunidades locais, traz danos para o meio ambiente; e

- necessidade de se considerar o impacto social e econômico que podem causar a exploração dos cassinos.

•TEMA 2: Turismo sustentável: avaliação dos acordos e Declarações de Quebec, de Galápagos e do Rio Amazonas.

Apresentação das ações realizadas nesse aspecto, por países.

Papel do Parlamento Latino-americano no cumprimento dos objetivos contemplados nos documentos acima descritos.

Conferencistas: Senadora Emilia Patricia Gómez (México), Deputada Ana Maria De la Torre (Cuba), Deputada Maria Helena (Brasil), Deputado Roberto Freire (Brasil) e Congressista Fabiola Morales (Perú).

Em suas intervenções os parlamentares destacaram que as distintas formas de turismo, especialmente o ecoturismo, se desenvolvido de forma sustentável, podem representar uma valiosa oportunidade econômica para os países e para as populações locais. Porém, enfatizaram que é necessário que se desenvolvam projetos de educação ambiental para que os visitantes sejam também responsáveis pela sustentabilidade e preservação do meio ambiente, de forma a minimizar os possíveis impactos negativos sobre o ecossistema.

Destacaram a importância de que os países contem com um marco regulador que defina as políticas, planos de gestão e programas de aproveitamento da indústria turística. Para eles seria necessário que o Parlatino considerasse a conveniência de levantar as legislações existentes em matéria de turismo e meio ambiente e harmonizar um sistema regional de avaliação de impacto ambiental na prática do turismo.

•TEMA 3: Organismos Geneticamente Modificados.

Conferencista: Doutora Claret Michelangeli, que enfocou aspectos gerais sobre os Organismos Gene-

ticamente Modificados, e Deputado Adolfo Taylhardat que discorreu sobre o tema Uso Seguro e Sustentável da Biotecnologia: o papel do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIIGB) e a gestão dos organismos geneticamente modificados.

A Comissão apreciou uma proposta do Deputado Roberto Freire de que se proponha às autoridades do Parlatino a realização de uma Conferência Parlamentar dedicada especificamente ao tema de Engenharia Genética e Biotecnologia, considerando-se os alcances políticos, sociais, morais e econômicos da utilização dessas tecnologias, que foi acolhida. Se acordou, ainda, em se solicitar o apoio do Programa das Nações para o Meio Ambiente, da Universidade das Nações Unidas e do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia na preparação e realização dessa Conferência Parlamentar.

•TEMA 4: Avaliação do cumprimento das decisões e compromissos da Cúpula de Johannesburgo e dos Acordos constantes da Declaração de Montevideu.

Apresentação de informes por países.

Conferencistas: Deputada Ana Maria de la Torre (Cuba) e Senadora Emilia Patricia Gómez Bravo (México) e um informe escrito apresentado pela Senadora Maria Elisa Castro (Argentina). O Deputado Adrián Chávez (México) fez, também, comentários e proporcionou informações adicionais, em relação à situação de seu país nesse tema.

A Comissão recebeu os demais informes dos países participantes, para que fossem incorporados à ata da Reunião.

•TEMA 5: Propostas de Planos de Trabalho da Comissão para o ano de 2005 a serem apresentadas na Reunião de Diretorias de Comissões, em São Paulo, Brasil, 9 de dezembro de 2004:

Temas relacionados com o Meio Ambiente

Temas relacionados com o Turismo

A Comissão tomou conhecimento da proposta da Organização Ação Global de Parlamentares (Parliamentarian Global Action – PGA) para a realização de painéis com trabalhos conjuntos para a realização do Quarto Fórum Mundial de Água, em Junho de 2006, no México. Esses teriam como objeto fundamental associar a atividade dos parlamentos membros do Parlatino aos preparativos do Fórum, de forma a assegurar a presença expressiva de parlamentares durante sua realização.

A Comissão expressou sua confiança de que a Junta Diretiva do Parlatino acolherá favoravelmente a proposta da Ação Global de Parlamentares, de forma a adiantar os preparativos para a realização dos painéis propostos.

• **TEMA 6: Definição de data e local da próxima reunião.**

A Comissão acordou que seriam incluídos na Pauta de sua próxima reunião os seguintes temas:

– Turismo em todos os seus aspectos, incluindo turismo e o funcionamento das casas de jogo, e turismo de cruzeiros: impacto econômico, social e ambiental;

– Turismo sustentável: avaliação dos Acordos e Declarações de Québec, de Galápagos e do Rio Amazonas. Informes por países;

– Avaliação de cumprimento das decisões e compromissos da Cúpula de Johannesburg e dos Acordos constantes da Declaração de Montevidéu. Informes por países;

– Proteção das espécies migratórias;
– Biopirataria e Tráfico Ilegal de organismos endêmicos: proposta da Deputada Maria Helena acatada pela Comissão;

– A data e a sede da próxima reunião da Comissão serão estabelecidas pela Secretaria de Comissões, em conjunto com a Diretoria da Comissão.

Brasília, de dezembro de 2004. – Deputada **Maria Helena**, PPS/RR.

Participante: Deputado Maria Helena

Detalhes da Missão	
Assunto :	REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - PARLATINO
Período :	18/11/04 a 19/11/04
Destino :	Aruba
Diárias	
Quantidade :	4
Valor Unitário :	US 320
Passagens	
Passagens pagas por :	Parlatino (Grupo Subvencionado com recursos públicos)
Tipo de Passagem :	Classe Econômica Promocional

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.
Em: 28 / 12 / 04.


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Relatório da Conferência da Região Sul – Estatuto do Desporto Realizada em Florianópolis nos dias 18 e 19 de novembro de 2004

Eu, Mariângela Duarte, Deputada Federal, venho atentamente à presença de V.Ex^a, apresentar relatório de viagem em missão oficial, ocorrida nos dias 18 e 19 de novembro p.passado, onde participei da Conferência da Região Sul – Estatuto do Desporto, no Hotel Cambirela, em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, nos termos que seguem:

1. O evento foi uma iniciativa da Câmara dos Deputados e sob a coordenação do Deputado Ivan Ranzolin (SC), e contou com a presença de deputados, secretário de estado da Organização do Lazer (SC), gerente do Unisul Esporte Clube, presidente do Tribunal de Justiça Desportiva (SC), presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, diretor geral da Fundação Catarinense de Desporto (SC), presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, superintendente administrativo e financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro, coordenador de solidariedade olímpica do Comitê Olímpico Brasileiro, Conselho Estadual de Desportos (SC), secretaria de estado da Educação e Inovação (SC), diretor-geral da Fesporte além de diversas autoridades e personalidades do mundo esportivo.

2. O encontro de Florianópolis foi dividido em cinco painéis sobre Políticas Públicas para o Esporte, Desporto de Alto Rendimento, Esporte Social, Futebol e Legislação Esportiva.

3. Sobre a importância do esporte na construção da auto-estima da população, como nos ensina o professor Celso Antunes, “a ferramenta essencial da educação é a auto-estima e o esporte, pelo seu poder motivador e de disciplina, dá à pessoa perspectivas para ultrapassar seus limites, renovando o seu próprio valor”, afirmei que o esporte é indissociável da educação.

4. Defendi a necessidade de perseguição e conquista da formulação de lei que regularize a situação do desporto no País. Sugeri a atualização da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para que o desporto seja conduzido na seara do ensino escolar pelo Ministério da Educação.

5. Ressaltei também a necessidade de discussão da questão dos tributos para que sejam justos e não escorchantes e concluí dizendo que há urgência na definição do Estatuto do Desporto e do Futebol.
– Deputada **Mariângela Duarte**, PT/SP.

Participante: Deputado Mariângela Duarte

Detalhes da Missão	
Assunto :	CONFERÊNCIAS QUE BUSCAM AMPLIAR A DISCUSSÃO SOBRE O ESTATUTO DO DESPORTO
Período :	18/11/04 a 19/11/04
Destino :	Florianópolis/SC
Diárias	
Quantidade :	1,5
Valor Unitário :	R\$ 300
Passagens	
Passagens pagas por :	Câmara dos Deputados
Tipo de Passagem :	Classe Econômica

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.
Em: 28 / 12 / 04.



JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

OF. Nº 75/GD2004

Brasília/DF, 25 de Novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, conforme determina o ato da mesa nº 35/03, o relatório de viagem realizada pelo Parlatino - Parlamento Latino Americano, nos dias 19 e 20 de novembro de 2004, para participar da Reunião da Comissão de Serviços Públicos e Defesa do Consumidor em Oranjestad- Aruba.

Sendo o que requer o momento.

Cordialmente, **Vanessa Grazziotin**, Deputada Federal, PCdoB/AM.

Relatório

Nos dias 18 a 19 de novembro de 2004, participei, em Aruba da reunião da Comissão de Serviços Públicos e Defesa do Consumidor do Parlamento Latino Americano, Parlatino, onde tratou-se do tema "Elaboração do ante Projeto de Lei de Serviços Públicos do Parlamento Latino Americano, para definir idéias gerais e características do Serviço Público, onde foi apresentado uma proposta de análise do referido Projeto de Lei.

No segundo dia, a Comissão se reuniu para elaborar propostas de modificação da Lei de Defesa do Consumidor e para definir os temas que carecem de atenção e o Plano de Trabalho para 2005.

Após o encerramento dos trabalhos da foi realizado um ato comemorativo aos quarenta anos de existência do Parlamento Latino Americano, ato que contou com as presenças do Primeiro Ministro de Aruba, do Presidente do Parlamento de Aruba e do Presidente do Parlatino, Deputado Ney Lopes.

Vanessa Grazziotin, Deputada Federal, PCdoB/AM.

Participante: Deputado Vanessa Grazziotin

Detalhes da Missão	
Assunto :	REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR - PARLATINO
Período :	18/11/04 a 19/11/04
Destino :	Aruba
Diárias	
Quantidade :	4
Valor Unitário :	R\$ 320
Passagens	
Passagens pagas por :	Parlatino (Grupo Subvencionado com recursos públicos)
Tipo de Passagem :	Classe Econômica Promocional

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.
Em: 28 / 12 / 04.



JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Of. nº 30/04

Brasília, 18 de outubro de 2004

Ilmo. Senhor
Dr. Mozart Vianna de Paiva
Secretário Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

Senhor Secretário Geral,

Como Secretária Administrativa do Grupo brasileiro da União Interparlamentar solicito a Vossa Senhoria a gentileza de encaminhar à Mesa da Câmara dos Deputados o relatório do trabalho da Reunião do Comitê Executivo, por ocasião da 111ª Assembléia da União Interparlamentar, realizada em Genebra nos dias 25, 26, 27 e 30 de setembro do corrente ano.

Atenciosamente, – **Karla Schaefer**, Secretária Administrativa.

Brasília, 18 de outubro de 2004

Reunião do Comitê Executivo, por ocasião da 111ª Assembléia da UIP

Senhor Secretário Geral,

Tendo participado da Reunião do Comitê Executivo da União Interparlamentar, em Genebra, nos dias 25, 26, 27 e 30 de setembro do corrente ano, venho apresentar o relatório dos trabalhos por mim desenvolvidos.

O Brasil faz parte agora do Comitê Executivo da União Interparlamentar e para esse cargo foi eleito o Senador José Jorge que participou de mais esta reunião.

A reunião realizada na sede da União Interparlamentar iniciou-se com a adoção da Ordem do Dia e depois tratou da aprovação da Ata da 242ª Reunião do México. As atividades do Presidente da União Interparlamentar seguido pelo Relatório Provisório do Secretário Geral sobre as Atividades da União em 2004 foram os seguintes debates. No item “questões relativas aos membros e ao estatuto de observadores da UIP”, tratou-se dos pedidos de filiação e refiliação à União e da “situação de alguns membros”. “Extensão da UIP”, o comitê discutiu medidas para ampliar o número de Membros da UIP. O Comitê avaliou a situação do conjunto de observadores da União Interparlamentar. Ficou decidido que parlamentares deverão ajudar a República Dominicana e Honduras que estão no momento, fora da UIP. Importante também foi o pedido para que parlamentares, mostre a importância da volta dos Estados Unidos a União Interparlamentar. As “questões financeiras” foram discutidas por bastante tempo, situação financeira da União, projeto de programa e orçamento para 2005, fundação interparlamentar para democracia, nomeação de dois fiscais de contas para o exercício de 2004 e emendas do Regulamento financeiro. Sobre a reforma da União Interparlamentar os membros continuaram debatendo sobre a questão e depois foram convocados a refletir sobre a viabilidade de sub-comissões procedentes de três Comissões permanentes. Cooperação da União com as Nações Unidas: fatura linha de atuação na área de cooperação entre as Nações Unidas e a UIP durante o período preparatório da Segunda Conferência Mundial dos Presidentes dos Parlamentos. Um relatório foi feito sobre o seguimento dado às conclusões do Grupo de eminentes personalidades sobre as relações entre as Nações Unidas e a sociedade civil (Grupo Cardoso). Os preparativos para a Segunda Conferência Mundial dos Presidentes dos Parlamentos foram bastante debatidos. O que aparentemente ficou decidido é que fariam um contato com a ONU para que a reunião se realizasse em Nova York, na sede da ONU. Falou-se nas Reuniões Especializadas passadas como a Reunião dos Presidentes dos Parlamentos dos países vizinhos ao fraque, sobre o processo constitucional desse país, Reunião parlamentar por ocasião da XI UNCTAD. e o Seminário para a região árabe sobre O Parlamento e o processo orçamentário, especialmente na perspectiva do equilíbrio entre homens e mulheres”. Tratou-se das “Futuras Reuniões Interparlamentares”. A

próxima 112ª Assembléia em Manila (Filipinas), de 03 a 08 de abril de 2005. Foram examinadas as atividades dos diversos comitês e grupos reunidos durante a 111ª Assembléia. Questões relativas ao secretariado da União Interparlamentar também são decididas pelo Comitê Executivo. Finalmente aprovaram a Ordem do Dia da 176ª Reunião do Conselho Diretor. O Senador José Jorge explicou que por estarem os parlamentares brasileiros envolvidos com as eleições de 03 de outubro, pela primeira vez o Brasil não se faria representar.

O Senador José Jorge apresentou, por escrito, uma carta dando apoio a Cuba para ocupar um lugar no Comitê Executivo e outra carta apoiando a candidata da Venezuela para ocupar a Presidência do GRULAC.

Para qualquer outra informação estarei na Secretaria do Grupo Brasileiro, no 19º andar, sala 1.909. – **Karla Schaefer**, Secretária Administrativa.

Participante: Deputado Vanessa Grazziotin	
Detalhes da Missão	
Assunto : REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR - PARLATINO	
Período : 18/11/04 a 19/11/04	
Destino : Aruba	
Diárias	
Quantidade	: 4
Valor Unitário	: R\$ 320
Passagens	
Passagens pagas por : Parlatino (Grupo Subvencionado com recursos públicos)	
Tipo de Passagem : Classe Econômica Promocional	

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.
Em: 28 / 12 / 04.


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 341, DE 2004

(Do Sr. Almir Moura e outros)

Dá nova redação ao art. 19, I, da Constituição Federal.

Despacho: Apense-se A(O) Pec-202/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso I do artigo 19 da Constituição Federal de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19.....

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes a criação, o funcionamento, a organização e a estruturação interna, negar-lhes o registro de atos constitutivos ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (NR)

II –

III –”

Justificação

Embora a liberdade religiosa seja um direito já assegurado pela Constituição Federal de 1988 (artigos 5º, VI e 19, I), não raro nos vemos às voltas com projetos de lei ou mesmo leis que restringem, indevidamente, tal direito fundamental.

Parece-nos, infelizmente, que o fato de um direito ser previsto na Carta Magna não lhe garante a devida eficácia, basta notar-se o contraste existente entre a finalidade constitucional atribuída ao salário mínimo (art. 7º, XXIII, CF) e a realidade, que demonstra sua total insuficiência para atender às necessidades básicas do indivíduo e de sua família.

O mesmo acontece com a liberdade religiosa. Qualquer lei ordinária pode limitar este direito, como o fez o Código Civil, que obrigava as instituições religiosas a se organizarem como associações ou fundações, limitando muito o seu raio de ação, tanto que houve necessidade de editar-se a Lei nº 10.825, de 2003, para fazer valer a liberdade dos cultos religiosos.

Daí a necessidade de se explicitarem, na Constituição, os limites que condicionam a elaboração legislativa, ou seja, deve-se deixar claro que a legislação infraconstitucional de todos os entes federados não pode interferir na criação, no funcionamento, na organização, estruturação e registro dos atos constitutivos das igrejas e cultos religiosos, sob pena de se vulnerar o próprio direito à liberdade de crença e religião, assegurado no nosso Estado laico.

Daí a importância da presente proposta de emenda constitucional que, embora baseada na redação atribuída, pela Lei nº 10.825/2003, ao artigo 44, §1º, do Código Civil, traz o tratamento da matéria para o corpo da Constituição Federal, de modo impedir sua violação pela legislação infraconstitucional.

Por estes motivos, contamos com o apoio dos ilustres Pares nessa empreitada.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– Deputado **Almir Moura**.

Proposição: PEC-341/2004

Autor: ALMIR MOURA E OUTROS

Data de Apresentação: 30/11/2004 17:09:00

Ementa: Dá nova redação ao art. 19, I, da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:	171
Não Conferem:	10
Fora do Exercício:	0
Repetidas:	43
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0

Assinaturas Confirmadas

- 1 – ADELOR VIEIRA (PMDB – SC)
- 2 – ALBERTO FRAGA (PTB – DF)
- 3 – ALCEU COLLARES (PDT – RS)
- 4 – ALMEIDA DE JESUS (PL – CE)
- 5 – ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)
- 6 – ALMIR MOURA (PL – RJ)
- 7 – ALMIR SÁ (PL – RR)
- 8 – AMAURI GASQUES (PL – SP)
- 9 – ANDRÉ LUIZ (PMDB – RJ)
- 10 – ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
- 11 – ANÍBAL GOMES (PMDB – CE)
- 12 – ANN PONTES (PMDB – PA)
- 13 – ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE)
- 14 – ANTONIO CRUZ (PTB – MS)
- 15 – ANTONIO JOAQUIM (PP – MA)
- 16 – ARIOSTO HOLANDA (PSDB – CE)
- 17 – ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
- 18 – ÁTILA LINS (PPS – AM)
- 19 – ÁTILA LIRA (PSDB – PI)
- 20 – AUGUSTO NARDES (PP – RS)
- 21 – B. SÁ (PPS – PI)
- 22 – BABÁ (S.PART. – PA)
- 23 – BENEDITO DE LIRA (PP – AL)
- 24 – BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)
- 25 – BOSCO COSTA (PSDB – SE)
- 26 – CABO JÚLIO (PSC – MG)
- 27 – CARLOS DUNGA (PTB – PB)
- 28 – CARLOS MOTA (PL – MG)
- 29 – CARLOS NADER (PL – RJ)
- 30 – CARLOS RODRIGUES (PL – RJ)
- 31 – CARLOS SANTANA (PT – RJ)
- 32 – CARLOS SOUZA (PP – AM)
- 33 – CARLOS WILLIAN (PSC – MG)
- 34 – CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
- 35 – CHICO DA PRINCESA (PL – PR)
- 36 – CONFÚCIO MOURA (PMDB – RO)
- 37 – COSTA FERREIRA (PSC – MA)
- 38 – DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)
- 39 – DARCI COELHO (PP – TO)
- 40 – DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)

- 41 – DR. BENEDITO DIAS (PP – AP)
42 – DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)
43 – DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA)
44 – EDMAR MOREIRA (PL – MG)
45 – EDSON DUARTE (PV – BA)
46 – EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG)
47 – EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ)
48 – EDUARDO SCIARRA (PFL – PR)
49 – ELAINE COSTA (PTB – RJ)
50 – ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)
51 – ENIO BACCI (PDT – RS)
52 – ENIO TATICO (PTB – GO)
53 – FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA)
54 – FRANCISCO APPIO (PP – RS)
55 – FRANCISCO GARCIA (PP – AM)
56 – FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR)
57 – FRANCISCO TURRA (PP – RS)
58 – GERVÁSIO OLIVEIRA (PDT – AP)
59 – GIACOBO (PL – PR)
60 – GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)
61 – GONZAGA MOTA (PSDB – CE)
62 – GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE)
63 – GUSTAVO FRUET (S.PART. – PR)
64 – HAMILTON CASARA (PSB – RO)
65 – HELENILDO RIBEIRO (PSDB – AL)
66 – HENRIQUE AFONSO (PT – AC)
67 – HOMERO BARRETO (PTB – TO)
68 – HUMBERTO MICHILES (PL – AM)
69 – IBERÊ FERREIRA (PTB – RN)
70 – ILDEU ARAUJO (PP – SP)
71 – INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
72 – INALDO LEITÃO (PL – PB)
73 – ISAIÁS SILVESTRE (PSB – MG)
74 – JAIME MARTINS (PL – MG)
75 – JOÃO BATISTA (PFL – SP)
76 – JOÃO CAMPOS (PSDB – GO)
77 – JOÃO LEÃO (PL – BA)
78 – JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG)
79 – JOÃO MATOS (PMDB – SC)
80 – JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG)
81 – JOÃO TOTA (PL – AC)
82 – JONIVAL LUCAS JUNIOR (PTB – BA)
83 – JORGE BOEIRA (PT – SC)
84 – JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ)
85 – JOSIAS QUINTAL (PMDB – RJ)
86 – JOSUÉ BENGTON (PTB – PA)
87 – JOVAIR ARANTES (PTB – GO)
88 – JOVINO CÂNDIDO (PV – SP)
89 – JÚLIO CESAR (PFL – PI)
90 – JÚNIOR BETÃO (PPS – AC)
91 – JURANDIR BOIA (PSB – AL)
92 – LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC)
93 – LEONARDO MATTOS (PV – MG)
94 – LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)
95 – LEONARDO VILELA (PP – GO)
96 – LEÔNIDAS CRISTINO (PPS – CE)
97 – LINCOLN PORTELA (PL – MG)
98 – LINO ROSSI (PP – MT)
99 – LUCIANA GENRO (S.PART. – RS)
100 – LUCIANO LEITOA (PSB – MA)
101 – LUIZ BASSUMA (PT – BA)
102 – LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)
103 – MANATO (PDT – ES)
104 – MARCELINO FRAGA (PMDB – ES)
105 – MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
106 – MARCELO ORTIZ (PV – SP)
107 – MARCONDES GADELHA (PTB – PB)
108 – MÁRIO HERINGER (PDT – MG)
109 – MAURÍCIO RABELO (PL – TO)
110 – MAURO LOPES (PMDB – MG)
111 – MEDEIROS (PL – SP)
112 – MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS)
113 – MICHEL TEMER (PMDB – SP)
114 – MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)
115 – MILTON CARDIAS (PTB – RS)
116 – MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)
117 – MORAES SOUZA (PMDB – PI)
118 – NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP)
119 – NELSON MEURER (PP – PR)
120 – NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)
121 – NILSON MOURÃO (PT – AC)
122 – NILSON PINTO (PSDB – PA)
123 – NILTON CAPIXABA (PTB – RO)
124 – ODAIR (PT – MG)
125 – OLIVEIRA FILHO (PL – PR)
126 – OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG)
127 – OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
128 – OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS)
129 – OSVALDO REIS (PMDB – TO)
130 – PAES LANDIM (PTB – PI)
131 – PASTOR AMARILDO (PSC – TO)
132 – PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB – RR)
133 – PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)
134 – PASTOR REINALDO (PTB – RS)
135 – PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)
136 – PAULO BAUER (PFL – SC)
137 – PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ)
138 – PAULO GOUVÊA (PL – RS)
139 – PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP)
140 – PEDRO CANEDO (-)
141 – PEDRO CHAVES (PMDB – GO)
142 – PEDRO NOVAIS (PMDB – MA)
143 – PHILEMON RODRIGUES (PTB – PB)
144 – RAIMUNDO SANTOS (PL – PA)
145 – RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
146 – ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)

147 – ROBERTO PESSOA (PL – CE)
 148 – ROMEL ANIZIO (PP – MG)
 149 – ROMEU QUEIROZ (PTB – MG)
 150 – RONALDO VASCONCELLOS (PTB – MG)
 151 – RONIVON SANTIAGO (PP – AC)
 152 – RUBINELLI (PT – SP)
 153 – SANDES JÚNIOR (PP – GO)
 154 – SANDRO MABEL (PL – GO)
 155 – SARAIVA FELIPE (PMDB – MG)
 156 – SEVERIANO ALVES (PDT – BA)
 157 – SILAS BRASILEIRO (-)
 158 – VADÃO GOMES (PP – SP)
 159 – VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
 160 – VICENTINHO (PT – SP)
 161 – VIEIRA REIS (PMDB – RJ)
 162 – VIGNATTI (PT – SC)
 163 – WAGNER LAGO (PP – MA)
 164 – WALTER PINHEIRO (PT – BA)
 165 – WANDERVAL SANTOS (PL – SP)
 166 – WELLINGTON ROBERTO (PL – PB)
 167 – ZÉ GERALDO (PT – PA)
 168 – ZÉ GERARDO (PMDB – CE)
 169 – ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)
 170 – ZEQUINHA MARINHO (PSC – PA)
 171 – ZICO BRONZEADO (PT – AC)

Assinaturas que Não Conferem

1 – ADÃO PRETTO (PT – RS)
 2 – CARLOS DUNGA (PTB – PB)
 3 – EDUARDO VALVERDE (PT – RO)
 4 – MARCUS VICENTE (PTB – ES)
 5 – MORONI TORGAN (PFL – CE)
 6 – ROBERTO BALESTRA (PP – GO)
 7 – ROBSON TUMA (PFL – SP)
 8 – TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)
 9 – TATICO (PTB – DF)
 10 – WELLINGTON ROBERTO (PL – PB)

Assinaturas Repetidas

1 – ALCEU COLLARES (PDT – RS)
 2 – ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)
 3 – ANDRÉ LUIZ (PMDB – RJ)
 4 – CARLOS DUNGA (PTB – PB)
 5 – CARLOS MOTA (PL – MG)
 6 – CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
 7 – EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG)
 8 – ENIO BACCI (PDT – RS)
 9 – ENIO TATICO (PTB – GO)
 10 – FRANCISCO APPIO (PP – RS)
 11 – FRANCISCO GARCIA (PP – AM)
 12 – FRANCISCO TURRA (PP – RS)
 13 – GERVÁSIO OLIVEIRA (PDT – AP)
 14 – GONZAGA MOTA (PSDB – CE)

15 – HELENILDO RIBEIRO (PSDB – AL)
 16 – ILDEU ARAUJO (PP – SP)
 17 – INALDO LEITÃO (PL – PB)
 18 – JÚLIO CESAR (PFL – PI)
 19 – LEONARDO MATTOS (PV – MG)
 20 – LINO ROSSI (PP – MT)
 21 – LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)
 22 – MAURO LOPES (PMDB – MG)
 23 – MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS)
 24 – MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)
 25 – OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG)
 26 – OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
 27 – OSVALDO REIS (PMDB – TO)
 28 – PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)
 29 – PAULO GOUVÊA (PL – RS)
 30 – PEDRO NOVAIS (PMDB – MA)
 31 – RONIVON SANTIAGO (PP – AC)
 32 – TATICO (PTB – DF)
 33 – VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
 34 – VIEIRA REIS (PMDB – RJ)
 35 – VIGNATTI (PT-SC)
 36 – WALTER PINHEIRO (PT – BA)
 37 – WANDERVAL SANTOS (PL – SP)
 38 – ZICO BRONZEADO (PT – AC)

PROJETO DE LEI Nº 4.544, DE 2004 (Do Sr. Cabo Júlio)

Modifica a redação dos artigos 248 e 249 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

Despacho: Apense-se A(O) PI-1857/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a redação do Código Penal Brasileiro, aumentando as penas previstas nos seus artigos 248 e 249.

Art. 2º Os artigos 248 e 249 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar, respectivamente, com as redações abaixo:

“Art. 248.

.....
 Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, ou multa. (NR)

Art. 249.

.....
 Pena – detenção, de 4 (quatro) meses a 4 (quatro) anos, se o fato não constitui elemento de outro crime. (NR)

.....”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criança é ser puro, indefeso, que segue os caminhos traçados pelos adultos a quem, em geral, deposita sua confiança, a ele abandonando-se. Os incapazes, por não possuírem capacidade de autodeterminação, a eles se assemelham sob essa ótica.

Muitas vezes a subtração se dá por motivos sentimentais ou interesses outros. Em alguns casos, entretanto, o destino da criança leva-a à degradação e morte.

A mídia, de modo geral e corriqueiramente, nos traz notícias de crianças desaparecidas. Em alguns casos, para os menos infelizes, são subtraídos e levados para o domínio de famílias bem constituídas e organizadas, sendo-lhes garantido um porvir adequado, restando-lhes, entretanto, o fato de não estarem com seus pais verdadeiros; e a dor desses pais que perderam os filhos é pior, por estarem em condições que não lhes permitem saber que destino foi dado às crianças e se algum dia voltarão a vê-las.

Um dos casos mais pungentes e dolorosos foi o do famoso caso “Pedrinho”, em que a criminosa, adentrando à maternidade, subtraiu a criança ainda em fase de aleitamento, deixando a mãe em completa angústia e desespero, incidindo nas penalidades do Código Penal.

Embora o caso tenha tido um epílogo aceitável, face às circunstâncias, devemos ter presente, e bem presente, que na maioria dos casos as inocentes vítimas são insumos que irão compor a indústria impessoal e criminosa que oferece como produto a satisfação da sanha doentia dos pedófilos e, na seqüência, a escravatura da prostituição.

Decidimos aproveitar o ensejo para modificar também as penas do artigo 248, pelo fato de os comportamentos descritos no artigo ter correlação inquestionável com desaparecimentos de crianças.

Semelhantes fatos ocorrem com pessoas que embora não sendo crianças, são incapazes, devido o seu desenvolvimento tardio, de se defenderem e se autodeterminarem.

O pior é que tais modalidades de crimes muitas vezes envolvem autoridades, o que torna mais difícil a apuração.

No caso do presente PL, enfocamos nas justificações os aspectos mais negativos da subtração, que podem estar por trás dos comportamentos descritos no artigos 248 e também, no caso do artigo 249. A hipótese citada de criança subtraída para dar sustáculo a outro crime e que se identifica como subtra-

ção, tem finalidade marcadamente esclarecedora, pois há casos de subtração de crianças sem as finalidades que mencionamos, como por exemplo a retomada de filhos, por entender a parte que lhe será possível dar melhores condições de vida, ou para evitar um perigo físico ou moral eminente.

Não é necessário que a subtração prevista no Código Penal redunde em fatos criminosos subsequentes, para tipificar o comportamento descrito nos artigos.

Entretanto o crime neles descrito pode ser a fonte geratriz dos outros fatos mais graves. Por isso decidimos apená-los, com sentido preventivo mais gravemente, aumentando as penas.

São as justificações do PL, para o qual pedimos total apoio dos nobres Colegas.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2004.
– Deputado **Cabo Júlio**.

PROJETO DE LEI Nº 4.555, DE 2004

(Do Sr. Henrique Fontana)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da Natureza Pública dos Bancos de Cordão Umbilical e Placentário e do Armazenamento de Embriões resultantes da Fertilização Assistida e dá outras providências.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3055/2004

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da natureza pública dos bancos de sangue de cordão umbilical e placentário e do armazenamento e disponibilização de embriões resultantes da fertilização assistida, estabelecendo penas e punições.

Art. 2º. Os serviços de seleção de doadoras, coleta, transporte, processamento de células, acondicionamento, armazenamento, disponibilização, descarte e registros de cordão umbilical e placenta para transplantes de células tronco hematopoiéticas e os serviços de armazenamento de embriões resultantes da fertilização assistida são considerados serviços de relevância pública e serão exercidos, exclusivamente, por instituições de natureza pública.

Parágrafo único. Os serviços definidos no **caput** deste artigo, prestados por estabelecimentos privados, existentes na data da aprovação desta Lei, serão considerados de interesse público e seus responsáveis serão seus depositários fiéis.

Art. 3º. É proibida a veiculação, através de qualquer meio de comunicação social de anúncio que configure:

a) publicidade dos serviços definidos no art. 2º desta Lei, por estabelecimentos privados;

b) apelo público no sentido da doação de sangue de cordão umbilical e placentário ou embrião para pessoa determinada, identificada ou não, ressalvado o disposto no parágrafo único;

c) apelo público para a arrecadação de fundos para o financiamento dos serviços definidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos de gestão nacional, regional e local do Sistema Único de Saúde realizarão, periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência desta Lei e de estímulo à doação de sangue do cordão umbilical e placentário, conforme a necessidade étnica e epidemiológica da população.

Art. 4º. Não serão objeto de comercialização, os embriões, nas condições definidas na Lei, para obtenção de células tronco embrionárias.

Art. 5º. É vedada, aos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células Tronco Hematopoiéticas, a comercialização de sangue de cordão umbilical e placentário.

Art. 6º. Constituem crimes:

I – Armazenar ou disponibilizar tecido ou sangue de cordão umbilical e placenta sem autorização legal ou nos casos vedados por esta lei.

Pena: reclusão de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos.

II – Comercializar tecido ou sangue de cordão umbilical e placentário.

Pena: reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos.

III – Comercializar embriões resultantes de fertilização assistida.

Pena: reclusão de 02 (dois) a 06 (seis) anos de reclusão.

Art. 7º. Revoga-se o Parágrafo único do art. 2º da Lei Nº 10.205, de 21 de março de 2001.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

1) Sobre as células tronco:

Os animais, neles incluído o ser humano, começam sua existência com uma célula simples, o zigoto ou ovo (o óvulo fertilizado). O zigoto começa a dividir-se em

duas células, depois em quatro, em oito e assim por diante, por um processo denominado mitose em que as células resultantes são todas iguais (indiferenciadas). Cerca de cinco dias após a fertilização o embrião se torna um blastocisto, uma esfera com aproximadamente 100 células. As células da camada externa vão formar a placenta e outros órgãos necessários ao desenvolvimento fetal. As células do interior vão formar os diferentes tecidos que constituem os diferentes órgãos que compõem o ser humano. Estas são as células tronco utilizadas em pesquisas e podem ser:

a) Totipotentes ou embrionárias que são capazes de diferenciar-se em todos os tipos de células que constituem os diferentes tecidos do corpo humano (cerca de 200).

b) Pluripotentes que podem diferenciar-se em quase todos os tecidos humanos à exceção da placenta e anexos.

c) Oligopotentes que podem diferenciar-se em poucos tecidos.

d) nipotentes que, como o nome sugere, podem diferenciar-se em um único tecido.

As células no indivíduo adulto morrem constantemente e são renovadas a partir de células maduras de mesmo tipo celular por um processo denominado mitose. As exceções são as células sanguíneas, nervosas e musculares.

As células vermelhas do sangue que têm uma vida média de aproximadamente 120 dias, são substituídas por novas células formadas a partir de células tronco adultas encontradas na medula óssea.

As células tronco adultas podem ser encontradas também no fígado, na polpa dentária, na placenta e no cordão umbilical. Os cordões umbilicais e placentas descartados normalmente após o parto, possuem células tronco adultas que, se transplantadas, tem enorme valor terapêutico.

Estudos recentes vêm demonstrando que com o uso de células tronco é possível a regeneração de outros tecidos, abrindo a possibilidade de cura para inúmeras doenças como Alzheimer, Parkinson e doenças neuromusculares. Pode vir a ser possível também, a regeneração e a repopulação, por exemplo, das células que compõem as ilhotas de Langherhans, no pâncreas endócrino, responsáveis pela produção de insulina.

As células tronco embrionárias, pluripotentes, são obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizadas no procedimento. Podem ser utilizadas para fins de pesquisa e terapia celular.

2) Sobre as fontes de células tronco:

A obtenção de células tronco adultas é mais fácil a partir do sangue do cordão umbilical e da placenta

que da medula óssea. Assinalamos algumas diferenças mais importantes:

Para obtenção na Corrente Sanguínea e na Medula Óssea	Para obtenção no sangue do cordão umbilical e da placenta.
Processos invasivos;	Método Não Invasivo (Material de descarte);
Riscos;	Ausência de Risco Cirúrgico;
Obtenções complexas;	Facilidade de obtenção;
Quantidade de células tronco circulante reduzida, no caso da corrente sanguínea;	Células em grande quantidade;
Necessidade de múltiplas punções (100 a 200 punções), no caso da medula óssea;	Células com característica de imaturidade e com grande potencial regenerativo;
Células tronco com história de exposição a doenças e agentes carcinogênicos;	Células pouco expostas a fatores ambientais e agentes carcinogênicos (químicos, drogas, vírus, bactérias, etc.);
Difícil disponibilidade;	Não constituem fator de risco para o recém-nascido doador;
Dependente das condições clínicas do doador.	Prontamente disponíveis;
	A sua utilização não carece de discussão ética porque são descartadas imediatamente após o parto.

As células tronco do sangue do cordão umbilical e da placenta devem ser consideradas como importante reserva biológica que devem ser utilizadas de forma a beneficiar universalmente e em condições de igualdade, àqueles que delas necessitam. Por isto, propomos que os serviços de coleta, armazenamento e disponibilização dessas células sejam exercidos por instituições de natureza pública; propomos uma regra de transição para os serviços de armazenamento privados existentes, a tipificação de crimes e a definição de penas.

A polêmica em torno do uso das células embrionárias está na concepção do que seria o início da vida. No caso de uso de embriões, produzidos para fertilização *in vitro*, aqueles não utilizados ou que sejam inviáveis, poderão até ser descartados, sem que ofereçam a esperança de cura a muitos seres humanos. A regulamentação pretendida com esta proposição, sobre as células embrionárias, diz respeito tão somente à natureza pública de seu armazenamento, a proibição de sua comercialização, a tipificação de crimes e a definição de penas, posto que a pesquisa para a sua utilização para fins terapêuticos é objeto do projeto de biossegurança, em fase final de tramitação no Congresso.

3) Sobre os Tipos de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário

As descobertas da ciência trazem novas tecnologias que podem melhorar a qualidade de vida humana. Foi assim com a descoberta da vacina, do antibiótico e da energia nuclear. Mas o uso de tecnologia sem critério, pode causar danos à humanidade. Da energia existente no núcleo do átomo surgiu a tomografia computadorizada e a ressonância magnética, mas surgiram também as bombas atômicas e os acidentes de Chernobyl e do Césio 137, em Goiânia (GO).

No caso da genética molecular e da genética humana, bem como em outros campos da ciência e tecnologia, o grande desafio é a geração de conheci-

mento e sua reversão em prol da proteção e da melhoria das condições de vida e do bem estar de toda a população. Por isto, é necessário estabelecer mecanismos de acesso ao conhecimento gerado e aos benefícios sociais e econômicos deles advindos, para romper com situações históricas de desigualdades regionais e locais, e ainda, impedir o acesso definido pelas diferenças de poder econômico ou de classes sociais. No caso das células tronco, é fundamental ampliar e diversificar os pontos de coleta para aumentar as chances de compatibilidade e de oportunidade para o acesso a esta tecnologia. Bem assim, é a necessidade de se prevenir e impedir a possibilidade de vigência de mecanismos de desvio de finalidade destes avanços tecnológicos e de novas descobertas, tais como a comercialização e a seleção de doadoras e receptores por critérios que extrapolem as razões técnica e eticamente defensáveis.

Conforme avaliação do Ministério da Saúde, vinte mil amostras de cordões umbilicais garantem toda a diversidade biogenética (fenotípica) da população brasileira, embora, atualmente, haja a necessidade de cinqüenta mil amostras para assegurar estoque tecnicamente adequado do ponto de vista epidemiológico. Das 2,5 mil indicações anuais para transplante de medula no Brasil, 1,5 mil pacientes não tem ainda, doador compatível.

Existem três formas de doação de sangue de cordão umbilical e placentário:

a) Doação heteróloga, voluntária, para o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUPA), sem custo para a família, sendo que as células ficam disponíveis para qualquer pessoa que necessite.

b) Doação autóloga, quando há, comprovadamente, *um parente compatível que apresente doença* que necessite de um transplante de medula óssea, sem custo para a família.

c) Doação autóloga, de sangue de cordão umbilical e placentário (SCUP) e *armazenamento com o objetivo de atender, exclusivamente, à própria família*. Para isto, existem centros que executam a coleta privada, devendo os custos serem cobertos pela família.

Quanto a organização do sistema nacional de coleta, armazenamento e distribuição de sangue de cordão umbilical e placentário, o Ministério da Saúde instituiu a Rede Pública de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BrasilCord). Trata-se de uma importante fonte de células para transplante, principalmente para os pacientes que não têm um doador familiar e dependem de doadores voluntários

cadastrados em Registros de doadores. Para coletar amostras de sangue de cordão umbilical e placentário capazes de representar toda a diversidade étnica brasileira, as dez unidades da BrasilCord serão instaladas em hemocentros distribuídos pelas cinco regiões do país. As cidades-sede dos bancos serão Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) definir as normas sanitárias de funcionamento dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, dentre elas, a autorização do doador para descarte do material depois do prazo considerado seguro para utilização; a existência de um manual técnico operacional com detalhes de todos os procedimentos de seleção de doadoras, coleta, transporte, processamento de células, armazenamento, liberação, descarte e registros. É competência do Ministério da Saúde garantir a gratuidade da doação; a vinculação de todo banco de sangue a um serviço de hemoterapia ou de transplante de células progenitoras hematopoéticas.

A ANVISA, por meio da Resolução RDC nº 153, de 14 de junho de 2004, estabelece que:

a) Entende-se por “Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para uso alogênico não-aparentado” (BSCUP), os serviços que coletam, testam, processam, armazenam e liberam células progenitoras hematopoéticas obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário para uso alogênico não-aparentado”, ou seja, aqueles que recebem doações heterólogas, para utilização de usuários não-aparentados, cujo destino das células tronco é definido pelo Sistema.

b) Entende-se por “Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para uso autólogo (BSCUPA), os serviços que coletam, testam, processam, armazenam e liberam células progenitoras hematopoéticas obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário para uso autólogo”, ou seja, aqueles que recebem doações autólogas, para utilização em usuários aparentados. Aquelas doações, cujo destino das células tronco é definido pela própria família do doador.

4) Sobre a Natureza Jurídica dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário

É crescente a procura pela guarda das células tronco, tanto para uso da própria pessoa/família, quanto para uso de toda a população. Existem os Bancos

Privados e a Rede Pública de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário.

Os que defendem os bancos privados, como mais vantajosos para a doação autóloga, argumentam que, caso ocorra a necessidade de uso das células tronco, com esses bancos, não será necessário procurar um doador compatível, pois o sangue da própria pessoa, já estará disponível, coletado na hora do parto, e que, esses bancos funcionam como uma reserva biológica para a própria pessoa ou familiares para casos de transplantes de medula (linfomas, neuroblastomas, etc.) ou mesmo como fonte de células tronco para uso potencial em medicina regenerativa de acordo com recentes pesquisas (diabetes, doenças degenerativas cardíacas, etc.). Além disto, que uma das principais vantagens da guarda de células tronco em bancos autólogos, além da ausência de rejeição, é a garantia da disponibilidade destas células.

Para os pesquisadores, Claudio L. Lottenberg, pesquisador do Hospital Israelita Albert Einstein e Carlos A. Moreira-Filho, pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa Albert Einstein e do Depto. de Imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, *“o banco público possui importantes vantagens sobre o congelamento privado de SCU. A mais importante é que o transplante autólogo (com células do próprio paciente) tem resultado pior do que o alogênico (com células de um doador, aparentado ou não) em casos de leucemia, imunodeficiências e anemia aplástica. Além disso, a probabilidade de que uma criança vá precisar de suas próprias células é, segundo a maioria dos estudos, muito baixa (1:100.000), não justificando os custos do depósito para uso próprio”*.

A maior limitação no uso de células tronco adultas da própria pessoa é que, nos casos de portadores de doença genética, as células tronco também carregariam o mesmo defeito. Por outro lado, a quantidade de células tronco na medula óssea é pequena. Outra limitação é que a quantidade de células obtidas de um único cordão pode, no máximo, servir para o tratamento de pacientes com até 50 quilos. Com a existência de Bancos públicos, torna-se possível combinar cordões geneticamente compatíveis e tratar pacientes de maior peso. Além disso, as células tronco adultas não são capazes de se diferenciarem em qualquer tecido, o que reforça a importância de estudos com células tronco embrionárias. Alguns estudos com células de medula óssea de ratos foram capazes de produzir diferentes tecidos *in vitro* o que levanta a hipótese de que essas células também poderiam apresentar maior alcance.

Nos bancos privados de sangue de cordão umbilical e placentário, cerca de trinta centros existentes para transplantes entre familiares, a família da cri-

ança desembolsa, inicialmente, entre R\$ 3.950,00 a R\$ 5.000,00 relativos ao procedimento de coleta, testes e armazenamento do sangue, valor este, dividido conforme capacidade de pagamento da família. A manutenção cobrada, depois de um ano e para o resto da vida, tem um preço anual que varia de R\$ 500,00 a 1.000,00.

Os pacientes com indicações para transplante não-aparentado devem ser cadastrados pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), instalado fisicamente no Instituto Nacional de Câncer (INCA), de acordo com suas características. Isso é feito através do teste de laboratório para compatibilidade de Antígenos Leucocitários Humanos (HLA), que identifica geneticamente o doador. É feito um cruzamento de informações entre o REDOME e o Registro Nacional de Doadores de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (RENACORDE), instalado no Sistema Nacional de Transplantes (SNT/DAE/SAS/MS), com a finalidade de identificar um doador compatível entre as unidades armazenadas. As chances de se encontrar um doador dependem da tipagem do HLA, da forma da tipagem e do número de doadores voluntários cadastrados no banco. O serviço de Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea (REREME) será responsável pelos cadastros de receptores e buscas de doadores tanto no REDOME como no RENACORDE, quanto nos registros internacionais, tais como no National Marrow Donor Program (NMDP), Caitlin Raymond International Registry (CRIR), na World Marrow Donor Association (WMDA), maior rede mundial de doadores, e no New York Blood Center (NYBC), dentre outros.

O processo de transplante é semelhante ao utilizado para medula óssea, ou seja, após um regime de preparação com quimioterapia e/ou radioterapia, o paciente recebe as células tronco, através de uma transfusão.

A coleta e armazenamento de cada unidade custa em torno de R\$ 2 mil para o SUS no primeiro ano e mais R\$ 1.000,00 para cada ano subsequente. Já a importação de unidades de sangue de cordão umbilical vindas de centros internacionais fica em torno de US\$ 32.000 dólares. Além disto, as chances de um brasileiro localizar um doador em território nacional é vinte vezes maior que a chance de encontrar o mesmo doador no exterior segundo pesquisa realizada pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME). Isso ocorre devido às características genéticas comuns à população brasileira.

No Brasil, há muito tempo, os pesquisadores trocam células tronco entre si. A Rede Pública de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (Brasil-Cord) surgiu da necessidade de organizar esta ativi-

dade junto ao Sistema Único de Saúde, onde cientistas podem depositar células desenvolvidas por eles e retirar outras criadas em outros bancos, e os usuários, de forma equânime e universal podem se beneficiar desta ação de saúde. Atualmente, muitos bancos de células são administrados por institutos de pesquisa e empresas privadas.

A utilização de células tronco hematopoiéticas para pesquisa e uso terapêutico é necessária, mas não se pode permitir que qualquer laboratório faça essa manipulação e, é aí, que entra o papel regulatório e controlador do Estado, que deve ser laico e pluralista conforme determina a Constituição Federal. Além de legislação, é necessário vigilância e controle social, para se evitar o comércio de tecidos ou órgãos e para assegurar que milhões de vidas sejam salvas com transplantes.

A importância de Bancos Públicos e Redes de Bancos é indiscutível pois traz o conceito de relevância pública e de acesso universal e equânime.

A existência de serviços que se propõem a realizar a coleta, processamento e armazenamento para utilização para a própria criança (bancos autólogos, privados) tem suscitado muita controvérsia. Entre os pontos em discussão encontra-se o fato de que a maioria das doenças para as quais o transplante de medula óssea está indicado, têm sua origem nas células tronco e, portanto, não estaríamos trazendo benefício algum para o paciente que armazenou suas células.

A tese de que a doação autóloga deve servir para uso futuro em medicina regenerativa ainda não está provada, pois poderiam ser utilizadas também as próprias células tronco do adulto para tal finalidade, além do que, mantidas as condições atuais de preservação, pode-se garantir esta armazenagem, apenas por 20 anos.

As enfermidades que são divulgadas como passíveis de tratamento com as células tronco armazenadas nestes bancos, não possuem ainda um suporte em pesquisa para a sua utilidade e na sua maioria são tão raras que pouquíssimos pacientes seriam beneficiados. Vemos com muitas restrições a existência destes bancos privados. Há necessidade de regulamentação e fiscalização dos bancos existentes e de fortalecimento da rede pública oferecendo aos brasileiros, quando necessário, unidades para tratamento. Existem serviços privados com suporte em escritórios de advocacia alertando famílias para o direito de se fazer a coleta e a criopreservação já que o setor público ainda não atende às demandas necessárias. A possibilidade de estarmos diante de um comércio enganoso existe e combatê-lo é o foco principal desta proposição. Nos USA existem quase 200.000 unidades de sangue de

cordão umbilical armazenadas em empresas privadas há cerca de oito anos e apenas duas foram utilizadas até hoje para transplante autólogo cujos resultados não foram cientificamente divulgados. Em países como a Itália e a Bélgica nos quais o sistema de Rede já existe, os bancos privados são proibidos.

É necessário normas rígidas para o controle de qualidade do funcionamento dos bancos privados existentes; decisão política pela impossibilidade da criação de novos bancos dessa natureza; normas rígidas para a regulação da publicidade de suas atividades, evitando que as famílias sejam enganadas com falsas promessas; e, vínculos institucionais que garantam a manutenção do serviço em caso de descontinuidade da empresa prestadora de serviço, bem como a definição de normas de segurança para a preservação do material conservado.

A implementação dos Bancos Públicos em Rede já é uma medida desestimuladora da criação e da manutenção dos serviços privados, já que o governo seria o responsável pelo fornecimento de unidades de células tronco, embora a atividade se torne alvo permanente de tentativas, caso não seja impedida a atuação privada. Além disto, tranqüiliza a população quanto as possibilidades de atendimento adequado em caso de necessidade terapêutica e não apenas quando possuir condição econômica privilegiada.

5) Sobre a Relevância Pública dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário

A Constituição Federal assegura (art. 197) que *“São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”*.

O art. 199 da CF assegura liberdade à iniciativa privada. A prestação privada da assistência à saúde no sistema único de saúde deve ser complementar, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. Assegura ademais que, *“a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização”*.

O art. 200 da Carta Magna estabelece competência ao sistema único de saúde para, além de outras atribuições, nos termos da lei, *“controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamen-*

tos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.”

A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), em seu Capítulo I, dos Objetivos e Atribuições, inclui no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (art. 6º) a formulação e execução da política de sangue e seus derivados (XI). O Capítulo IV, Seção I, que trata das Atribuições Comuns (art. 15), estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, dentre outras, a implementação do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (XIV). Na Seção II, da Competência, atribui à direção nacional do Sistema Único de Saúde (art. 16) a competência para normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (XVI).

A Lei n.º 9.434, de 4 de fevereiro de 1.997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, permite a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em *vida* ou *post mortem*, para fins de transplante e tratamento, na forma desta Lei (art. 1º). Esta Lei condiciona a realização de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, à autorização prévia do órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde (art. 2º), tipifica como crime para quem *“comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano”*, com pena de reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa, bem assim, a quem *“promover, intermediar, facilitar ou auferir qualquer vantagem com a transação”* (Art. 15.). E ainda, como crime, *“realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano obtidos em desacordo com os dispositivos da Lei”*, com pena de reclusão, de um a seis anos, e multa, de 150 a 300 dias-multa (Art. 16.). Prevê ainda, sanções administrativas para aqueles que incorrerem nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16 e 17, dentre outros:

“.....

Art 21. No caso dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16 e 17, o estabelecimento de saúde e as equipes médico-cirúrgicas envolvidas poderão ser desautorizadas temporária ou permanentemente pelas autoridades competentes.

§ 1º Se a instituição é particular, a autoridade competente poderá multá-la em 200 a 360 dias-multa e, em caso de reincidência, poderá ter suas atividades suspensas temporária ou definitivamente, sem direito a

qualquer indenização ou compensação por investimentos realizados.

§ 2º Se a instituição é particular, é proibida de estabelecer contratos ou convênios com entidades públicas, bem como se beneficiar de créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista, pelo prazo de cinco anos.

Art. 22. As instituições que deixarem de manter em arquivo relatórios dos transplantes realizados, conforme o disposto no art. 3.º § 1º, ou que não enviarem os relatórios mencionados no art. 3.º, § 2º ao órgão de gestão estadual do Sistema único de Saúde, estão sujeitas a multa, de 100 a 200 dias-multa.

Art. 23. Sujeita-se às penas do art. 59 da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, a empresa de comunicação social que veicular anúncio em desacordo com o disposto no art. 11.”

A Lei Nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, veda a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, em todo o território nacional, a pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente (art. 1º), definindo por “sangue, componentes e hemoderivados os produtos e subprodutos originados do sangue humano venoso, placentário ou de cordão umbilical, indicados para diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças”. O parágrafo único do art. 2º, ressaltou que “não se considera como comercialização a cobrança de valores referentes a insumos, materiais, exames sorológicos, imunoematológicos e demais exames laboratoriais definidos pela legislação competente, realizados para a seleção do sangue, componentes ou derivados, bem como honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes e aos doadores.”

A Portaria nº 2.381/GM, de 29 de setembro de 2004, que cria a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células Tronco Hematopoiéticas (BrasilCord), veda (art. 8º) aos mesmos a comercialização de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário.

A questão que se coloca é que os “valores referentes a insumos, materiais, exames sorológicos, imunoematológicos e demais exames laboratoriais”, assim como os “honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes e aos doadores” cobrados

pelos bancos privados de sangue de cordão umbilical e placentário, via de regra, extrapolam os valores dos mesmos materiais, procedimentos e serviços cobrados em outras prestações do setor saúde. É difícil para os órgãos de fiscalização calcular e controlar a cobrança dos valores reais, já consagrados no “mercado”, sem que sejam embutidos nos valores totais dessas operações, os valores referentes às ações de “coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados”, proibidos pela legislação.

Neste sentido, melhor solução é definir tais ações e serviços como de relevância pública, devendo sua prestação ser, exclusivamente, exercida pelo Setor Público e sob seu absoluto controle, nos casos de serviços privados existentes, atualmente.

O sentido e alcance da expressão “relevância pública” empregada no texto constitucional deve levar em consideração o conjunto de princípios e normas jurídicas – sistema – em que se encontra ela inserida. Em ambos os dispositivos em que foi empregada (artigo 129, II e 197), “relevância pública” qualifica, ou adjetiva, serviços e ações merecedores de especial atenção do Poder Público – aí inserido o Ministério Público, no exercício da função de “curatela” que lhe foi atribuída – devido ao reconhecido interesse social na sua prestação.

Numa minuciosa interpretação do artigo 197 da CF, deve-se atentar para a circunstância de que a saúde pública configura, no âmbito do texto constitucional, uma garantia fundamental (Título II da CF), revelada pelo Legislador Constituinte como direito social (artigo 6º), traduzido como “direito de todos e dever do Estado” (artigo 196). A eficácia que decorre da interpretação de tais normas é dupla. De um lado, o dever do Estado de efetivar a prestação de serviços e ações de saúde, e, de outro, o direito público subjetivo conferido a toda coletividade para reclamar pela devida prestação de tais serviços e ações, inclusive mediante o ajuizamento de ações judiciais cabíveis para compelir o “devedor” ao cumprimento de sua obrigação constitucional.

A afirmação constitucional de que “são de relevância pública as ações e serviços de saúde” (primeira parte do artigo 197 CF), e, reafirmada para o objeto específico desta proposição, encerra no contexto do próprio dispositivo em que está contida a afirmação, uma finalidade própria, que guarda estreita relação com a norma atributiva de função institucional conferida ao Ministério Público no artigo 129, II, da CF. Cabe destacar que a efetivação da garantia fundamental à saúde deve ser enfocada pelo Estado-Administração pelo prisma da essencialidade e da indisponibilidade.

Analisada a premissa perante o conjunto de dispositivos que constituem a Carta Magna vigente, confirma-se a intencionalidade da norma pela verificação de que encerra a expressão “relevância pública” múltiplos significados e conseqüências:

a) sendo de relevância pública, identificam-se as ações e serviços de saúde com o interesse social (adotado aqui o termo no sentido de interesse público), e, conseqüentemente, caracterizam-se pela indisponibilidade inerente ao interesse público sempre perseguido pela Administração, cuja atuação, neste particular, é vinculada e não discricionária;

b) sendo a saúde uma garantia fundamental e um direito social, cuja concretização – mediante ações e serviços – constitui questão de relevância pública, dado o interesse público na sua concretização, encontra-se legitimado todo o grupo social, coletiva ou individualmente, ou o Ministério Público, para reclamar do Estado a formulação de uma política de saúde eficaz e de cunho universal, além da prestação efetiva de ações e serviços que a concretizem, bem como insurgir-se contra qualquer ato ou procedimento do Estado que possa causar danos à saúde pública. Significa isso, que o direito público versado é de natureza difusa, transindividual ou supraindividual;

c) como responsável direto pela “regulamentação, fiscalização e controle” de tais serviços e ações de relevância pública (artigo 197, 2ª parte), compete ao Estado intervir, sempre que necessário, por si próprio (autoexecutoriedade) ou através do Poder Judiciário, para que sejam seguidas por seus próprios órgãos e pelos prestadores de serviços de saúde da iniciativa privada, as normas diretoras traçadas pelo próprio Estado, titular da competência normativa, com caráter de imperatividade e não meramente de forma indicativa;

d) a relevância pública das ações e serviços de saúde decorre de sua caracterização como direito social, garantia fundamental conexas a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana. Outros direitos podem vir a ter reconhecido esse caráter de relevância pública, por designação direta do legislador ordinário ou como fruto de uma interpretação jurisprudencial. No caso desta proposição, pela especificidade de seu objeto, mesmo como uma ação de saúde pública, mas sendo os bancos de sangue de cordão umbilical e placentário e o armazenamento de embriões

ações de saúde recentes em nosso país, nos parece pertinente incluí-los, na legislação, na condição de serviços de relevância pública, para que seja fortalecida a condição interventora do Estado nesta prestação e controle, visando a sua conformação com os ideais do Estado Democrático de Direito;

e) alguns dos postulados mais importantes do Estado Democrático de Direito são o resguardo da dignidade da pessoa humana; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais, etc.. Por conseguinte, foi imperioso que o legislador constituinte concebesse uma “fórmula” que pudesse legitimar a atuação estatal na concretização desses postulados, ainda que essa intervenção tivesse que ocorrer na esfera privada. Isto porque a Constituição Federal reconhece e valoriza a propriedade privada, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

f) a atuação do Ministério Público, no exercício da função que lhe foi conferida pelo artigo 129, II, da CF não se deve ser restrita àqueles serviços considerados expressamente como sendo de relevância pública pelo artigo 197 da CF, mas deve abranger todo e qualquer serviço, mediante verificação quanto à primazia dos serviços enfocados, tomando-se por parâmetro para tal definição os princípios fundamentais estabelecidos no Título I da CF e os direitos e garantias fundamentais estabelecidos no Título II, que se consubstanciam em cláusulas pétreas, inalteráveis, da Constituição Federal (artigo 60, parágrafo 4º, IV, da CF).

Pelo exposto, entendemos e convocamos os nossos pares para assim o fazê-lo, que o acesso universal, igualitário e equânime à Rede Pública dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário e o armazenamento pelo poder público de embriões obtidos nos processos de fertilização assistida, devem ser entendidos como direitos humanos básicos, essenciais e indisponíveis, portanto, bens públicos que devem ser geridos e prestados pelo poder público e controlado pela sociedade, para o bem da sociedade.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2004. –
Henrique Fontana, Deputado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 4.557, DE 2004

(Do Sr. Onyx Lorenzoni)

Dispõe sobre a destinação de recursos com publicidade, divulgação e propaganda

institucional dos órgãos e entidades da Administração Federal, na produção de obras literárias de autores brasileiros.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3983/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Federal, contemplados na Lei Orçamentária anual, com dotações para publicidade, divulgação e propaganda institucional, destinarão três por cento desse montante para a aquisição de obras literárias de autores brasileiros independentes.

§ 1º Entende-se por independente o autor que não possuir vínculo ou contrato com Editora.

§ 2º Entende-se por obra literária a publicação escrita nos campos de memória, histórico-documental, institucional e outros gêneros diversificados, como poemas, contos, ensaios, romances, novelas e crônicas.

§ 3º O beneficiário desta lei somente poderá ter sua obra adquirida uma vez por ano, em tiragem estipulada pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 2º A aquisição das obras literárias que trata o “caput” do artigo 1º dessa lei, será prioritariamente destinada a escolas da rede pública, bibliotecas públicas e em outras instituições de acesso público que objetivem a promoção cultural de nossos artistas e nossa história cultural, e se dará da seguinte forma:

I – O Ministério da Educação abrirá licitação visando selecionar os autores e obras de que trata o art. 1, dessa lei. II – O conteúdo das obras literárias de que tratam o § 2º do art. 1º dessa lei, não poderá tratar de assuntos político-ideológicos, político-partidários, ou de qualquer outra forma de manifestação que enalteça ou critique determinada forma de pensamento ideológico/partidário.

Art. 3º Após a aprovação dessa lei fica o Poder Executivo fica obrigado a apresentar na próxima previsão orçamentária inclusa no orçamento do Ministério da Educação, o montante destinado as obras literárias de que tratam o § 2º do art. 1º dessa lei

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É volumoso o gasto com propaganda e publicidade efetuada pela União, que envolve, inclusive, as entidades da administração indireta.

Ao se formular este Projeto, pretende-se destinar tão-somente 3% desse montante para fomentar a produção de obras literárias de autores brasileiros sem vínculo ou contrato com editoras.

Tais obras seriam adquiridas para escolas, bibliotecas e outras instituições públicas facilitando aos estudantes em geral mais necessitados o acesso à cultura e o conhecimento da língua e da literatura brasileira contemporâneas.

Para evitar favorecimentos, previu-se a adoção de processo licitatório para a seleção das obras literárias, e os temas correspondentes não poderão ter conotação político-partidária, ideológica ou similar.

Entendemos, assim, estar incentivando a criação nacional e contribuindo para a formação de nossas crianças e jovens, para o que solicitamos o apoio dos pares.

Sala das sessões, 2 de dezembro 2004. – Deputado **Onyx Lorenzoni**.

PROJETO DE LEI Nº 4.562, DE 2004

(Do Sr. Silas Brasileiro)

Dispõe sobre a identificação de assinantes de serviços de correio eletrônico em redes de computadores destinadas ao uso público, inclusive a Internet.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3016/2000

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei determina a coleta de dados para identificação do assinante, na concessão de endereços eletrônicos por provedores de serviços de correio eletrônico em redes de computadores destinadas ao uso público, inclusive a Internet.

Art. 2º Os provedores de serviços de correio eletrônico em redes de computadores destinadas ao uso público, inclusive a Internet, ou em redes a estas conectadas, deverão coletar, arquivar e manter atualizados os seguintes dados a respeito dos titulares de endereços eletrônicos por estas assignados:

I – nome completo;

II – domicílio;

III – número de identidade, CPF, título de eleitor ou outro documento válido e verificável para identificação do usuário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente a serviços gratuitos ou prestados a um público restrito ou bem delimitado.

Art. 3º Os provedores de que trata esta lei deverão manter, por um prazo não inferior a um ano, o

endereço eletrônico do destinatário das mensagens expedidas por cada usuário de correio eletrônico e a data hora do envio.

Art. 4º A desobediência às disposições desta lei sujeita o infrator à pena de multa de até cinco mil reais, acrescida de um terço na reincidência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O enorme número de mensagens não solicitadas (SPAM) na Internet cresceu enormemente nos últimos anos e corresponde, hoje, a mais da metade do total de e-mails que transitam na rede. Se o crescimento dessas mensagens acompanhar o ritmo atual, o correio eletrônico tornar-se-á inviável e cairá em desuso.

Parte dessas mensagens, em especial as destinadas a fins maliciosos, como a inoculação de vírus em computadores ligados à rede, são emitidas por usuários que se cadastram em provedores gratuitos, que não exigem identificação rigorosa do solicitante.

Para coibir a prática do SPAM e sinalizar aos provedores a necessidade de uma prática mais rigorosa de identificação de seus usuários, ofereço aos ilustres Pares este projeto, que cria tal obrigação sem sobrecarregar as empresas de informática com procedimentos de segurança dispendiosos. Certo de sua eficácia, peço aos colegas parlamentares o apoio indispensável à sua discussão e aprovação.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2004. – Deputado **Silas Brasileiro**.

PROJETO DE LEI Nº 4.571, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

“Fica assegurado às pessoas cegas o direito ao acesso a informações escritas em relevo pelo sistema Braille em todo território Nacional e dá outras providências.”

Despacho: Apense-se A(O) PI-4354/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado às pessoas cegas, em todo território nacional, o direito a terem colocadas a sua disposição as seguintes informações escritas pelo sistema de escrita Braille:

I – As informações de destino nos pontos de ônibus;

II – Identificação das telas de acionamento de elevadores prediais;

III – Identificação do número do andar nas áreas internas de prédios de acesso público.

Art. 2º O não cumprimento do disposto nesta lei implicará em multa diária no valor de 500 (quinhentas) UFIR'S.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa diária será cobrada em dobro.

Art. 3º As empresas terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adaptar-se ao disposto nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A anagliptografia é um conjunto de caracteres codificados e impressos em relevo, permitindo a leitura através do toque dos dedos das mãos pelo tato. Este espetacular sistema de escrita, foi criado, há quase 200 anos, pelo francês Louis Braille por causa da sua própria condição de cego.

A apresentação deste projeto de lei é uma forma de tentar minimizar as diferenças que nos permeiam. Nosso compromisso é com a erradicação das formas de exclusão social. O número de deficientes de uma forma geral no Brasil é bastante significativo, contando com 14,5% da nossa população.

Diante do aqui exposto solicito o apoio dos nobres Pares, para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader**, PL/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 4.574, DE 2004

(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Torna possível às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, manter a qualificação obtida com base em diplomas legais diversos

Despacho: Apense-se A(O) PI-3877/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei possibilita às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a manutenção simultânea de qualificações obtidas com base em diplomas legais diversos.

Art. 2º O artigo 18 da Lei nº 9.790, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão quali-

ficar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que apresento à consideração desta Casa visa a tornar possível que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público possam ser declaradas de utilidade Pública.

Não se compreende a proibição em vigor, na medida em que ambas as noções – “interesse público” e “utilidade pública” são distintas, não havendo motivo para torná-las mutuamente excludentes.

Retenha-se que, aqui, estamos a tratar de sociedades sem fim lucrativo e que, portanto, os benefícios advindos da aprovação deste projeto de lei reverterão a favor de toda a sociedade.

Sendo assim, conto com o apoio de meus Pares no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Ronaldo Vasconcellos**.

PROJETO DE LEI Nº 4.578, DE 2004

(Do Sr. Corauci Sobrinho)

Acrescenta, onde couber, inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e dá providências correlatas.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3310/2000

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O artigo 20 da lei nº 8136, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

*“Artigo 20
Inciso ... – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do mal de Parkinson.”*

Art.2º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A propositura que ora submeto à apreciação dos ilustres componentes desta Casa de Leis, propondo a

inclusão de inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036/90, objetiva permitir que o trabalhador utilize o saldo de sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço caso ele próprio ou qualquer de seus dependentes seja portador do mal de Parkinson.

O próprio Poder Judiciário, através de recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, reconheceu o direito de portador daquele mal sacar os valores de seu FGTS em ação ajuizada por cidadão contra a Caixa Econômica Federal.

A exemplo de casos hoje já previstos para aquela movimentação – neoplasia maligna, doença grave, AIDS, etc – a permissão para o levantamento da conta vinculada do trabalhador no FGTS, quando ele ou qualquer de seus dependentes for portador do mal de Parkinson, é medida de elevado alcance social e será de extrema importância para os inúmeros brasileiros que hoje padecem daquela doença, pois permitirá que tenham acesso aqueles valores, generalizando assim aquela sábia decisão do Poder Judiciário.

Estes os motivos que me levaram a formular esta proposta e conto com o inestimável apoio dos nobres pares para a sua pronta aprovação.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Corauci Sobrinho**.

PROJETO DE LEI Nº 4.579, DE 2004

(Do Sr. Feu Rosa)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Despacho: Apense-se A(O) PI-2236/1996

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 32-A. A documentação de que trata o art. 27 será dispensada no caso de empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, instituído pela Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996”.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica às licitações cujos editais já tenham sido publicados à data de publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As microempresas e empresas de pequeno porte desempenham um papel fundamental na economia brasileira. De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, disponíveis em dezembro de 2004, as micro e pequenas empresas representam 98% das 4,1 milhões de empresas formais na indústria, comércio e serviços, respondem por 20% do PIB e empregam 45% da força de trabalho que possui carteira assinada.

A importância desse segmento econômico foi reconhecida no âmbito da Constituição Federal, cujo art. 179 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. Ainda no texto constitucional, o inciso IX do art. 170 indica como princípio geral da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

A Lei n.º 9.841, de 5 de outubro de 1999, veio regulamentar os citados dispositivos constitucionais. Em seu art. 24, a lei estabelece que a política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado, nos termos do regulamento.

Na linha do que estabelecem os mencionados dispositivos constitucionais e legais, o presente projeto de lei pretende simplificar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações. Para esse fim, propõe-se que as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, instituído pela Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, sejam dispensadas da apresentação da documentação pertinente à fase da habilitação nos procedimentos licitatórios.

É como submetemos a presente proposição à apreciação dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Feu Rosa**.

PROJETO DE LEI Nº 4.583, DE 2004

(Do Sr. Eduardo Cunha)

Dispõe sobre a dedutibilidade de medicamentos de uso continuado na apuração do imposto de renda da pessoa física.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3018/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altere-se a alínea **a**, do inciso II, do art. 8º, da Lei n.º 9.250, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º

II –

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos, próteses ortopédicas e dentárias, medicamentos para diabetes, medicamentos para cardiopatias e medicamentos de uso continuado;” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Justificação

São sobejamente conhecidas as dificuldades por que passam as pessoas portadoras de moléstias crônicas, dependentes de tratamentos medicamentosos muitas vezes indisponíveis.

Apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, no sentido de serem desenvolvidos medicamentos genéricos, de preços mais acessíveis, a par da redução de tributos incidentes, os remédios ainda se apresentam com custos inaceitáveis para a maioria de sua população.

Desta maneira, o presente projeto de lei pretende permitir a dedução de seu custo na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, como forma de observar o princípio da capacidade contributiva e de resgatar lacuna na legislação tributária.

Pela justiça e alcance social, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Eduardo Cunha**.

PROJETO DE LEI Nº 4.584, DE 2004

(Do Sr. Eduardo Cunha)

Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudos a estudantes em instituições particulares de ensino superior que comprovadamente prestem serviço voluntário.

Despacho: Apense-se Ao PI 3795/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições particulares de ensino superior poderão abater, anualmente, do imposto de renda devido, nos limites estabelecidos pela legislação específica, os valores relativos à concessão de bolsas de estudos a estudantes regularmente matriculados em seus cursos de graduação e superiores de formação específica, e que comprovem a prestação de serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, conforme estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no “caput” aplica-se exclusivamente a instituições e cursos que apresentem desempenho considerado satisfatório pela avaliação conduzida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, mantido pelo Ministério da Educação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de criar mais um estímulo para dar acesso à educação superior de qualidade aos estudantes que, sendo economicamente carentes, estão dispostos a oferecer à sociedade um serviço comunitário relevante.

O meio proposto, o de abatimento do imposto de renda devido pelas instituições particulares, constitui incentivo significativo para a sua mobilização, promovendo a eficácia do instrumento de equidade social que inspira a proposição.

Finalmente, busca-se materializar, também por este meio, a obrigação constitucional do Estado brasileiro de garantir o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, V, da Constituição Federal).

Estou convencido de que as fundadas razões que motivam a apresentação deste projeto de lei não de assegurar o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Eduardo Cunha**.

PROJETO DE LEI Nº 4.586, DE 2004

(Do Sr. José Divino)

Estabelece a busca imediata de pessoa desaparecida menor de 18 anos e portadora de deficiência física ou mental.

Despacho: Apense-se A(O) PI-981/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei determina à autoridade policial que proceda imediatamente à busca de pessoa desaparecida menor de dezoito anos e portadora de deficiência física ou mental.

Art. 2º A autoridade policial procederá imediatamente à busca de pessoa desaparecida, quando esta for menor de dezoito anos e portar deficiência física ou mental.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, a pessoa definida no **caput** será considerada desaparecida a partir da comunicação do desaparecimento à autoridade policial.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora apresento à apreciação desta Casa visa a estabelecer a obrigatoriedade da busca imediata de menor de dezoito anos, quando este for portador de deficiência física ou mental.

Tal norma é necessária, pois a praxe é a da autoridade policial aguardar um prazo de 48 horas para dar a pessoa como desaparecida. É fácil perceber que essa demora agrava a situação de menores de 18 anos portadores de deficiência física ou mental – facilitando a prática de crimes relativos ao tráfico de órgãos e à exploração sexual.

Assim, conto com o esclarecido apoio de meus Pares, no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **José Divino**.

PROJETO DE LEI Nº 4.588, DE 2004

(Do Sr. Eduardo Cunha)

Veda o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar, nos processos seletivos que específica.

Despacho: Apense-se A(O) PI-252/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar, em processos seletivos franqueados a administração pública direta, indireta ou a qualquer interessado que cumpra requisitos de caráter impessoal estabelecidos no instrumento que disciplinar sua realização.

Art. 2º A incidência de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar implicará em cancelamento do processo seletivo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Carta Magna firmou em seu art. 37, I o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções no que tange ao ingresso no serviço público.

Uma das formas mais cruéis de eternizar os abismos que segregam os brasileiros no mercado de trabalho é a realização de processos seletivos teoricamente abertos a qualquer interessado, mas que se realizam em condições que exigem dos candidatos conhecimentos superiores aos indispensáveis para o desempenho das tarefas a executar. Isso se verifica com desconfortável frequência nos concursos públicos, onde são muito comuns os casos de profissionais de nível superior que ocupam postos reservados à pessoas com menor escolaridade.

A proposta aqui defendida, com alcance universal, abrangendo processos seletivos abertos tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, tem como propósito coibir esse tipo de conduta. Note-se que para os empregadores do setor não estatal a matéria tem efeito meramente indicativo, porque só se aplicará aos empregadores que resolverem – e isso é medida de seu próprio talante – adotar o caminho da seleção impessoal de seu corpo de empregados. A regra tem alcance absoluto no âmbito administrativo porque, no caso do Poder Público, a seleção por meio de tais critérios é objetivamente imposta pelo ordenamento jurídico.

Pelos motivos antes explicitados, pede-se aos nobres Pares apoio à importante iniciativa.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Eduardo Cunha**.

PROJETO DE LEI Nº 4.592, DE 2004

(Do Sr. Dimas Ramalho)

Altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, aumentando de 1/4 do salário mínimo para um salário

mínimo a renda máxima mensal de família com deficiente ou idoso.

Despacho: Apense-se A(O) PI-3967/1997

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo.

.....”

Art. 2º Os recursos destinados a atender o § 3º do art. 20 desta Lei serão devidamente alocados nos Orçamentos Gerais da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei n.º 8.742/93 determina no **caput** do art. 20 que é assegurado à pessoa do idoso, com mais de 70 (setenta) anos de idade, ou ao deficiente físico e desde que ambos não possuam outras formas de sustentar-se ou de tê-la provida por sua família, o benefício da prestação continuada, cujo valor equivale a 1 (um) salário mínimo.

Entretanto, o § 3º do mesmo art. 20 da norma em referência determina que é “*incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.*”

Ora, ocorre que o índice retro citado, de 25% do salário mínimo, é ínfimo para que uma pessoa se mantenha, muito mais árduo é para uma família inteira sobreviver e quase impossível para um grupo de indivíduos que residem sob o mesmo teto, com uma pessoa idosa ou um deficiente físico.

Assim, a presente proposição objetiva aumentar o limite de 1/4 (um quarto) para 1 (um) salário mínimo a renda per capita máxima de famílias que aspiram receber o benefício assistencial ao idoso ou ao deficiente.

Dessa forma, conta-se com o apoios dos nobres pares para que o projeto que se analisa seja aprovado e dilate esse percentual tão reduzido para a concessão de um direito tão necessitado por famílias carentes e desamparadas.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Dimas Ramalho**, PPS/SP.

PROJETO DE LEI Nº 4.602, DE 2004

(Do Sr. Fernando Coruja)

Estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel.

Despacho: Apense-se A(O) PI-848/2003**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em nenhum momento, sob qualquer hipótese, o saldo devedor do financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel.

Art. 2º A avaliação do valor de mercado do imóvel, levará em conta o valor originalmente financiado corrigido à data de avaliação, e considerará as condições normais de depreciação e conservação, sendo a avaliação feita pelo agente financeiro, sem ônus para o mutuário.

Justificação

Os financiamentos habitacionais mostram-se injustos pois geram distorções que muitas vezes levam mutuários a deverem mais do que vale o imóvel no mercado, considerando que os agentes nem mesmo são obrigados a aceitarem os imóveis em dação de pagamento.

A nossa legislação, lamentavelmente, pouco tem estimulado aqueles que fazem um grande esforço, sacrificando muitas vezes a maior parte do orçamento familiar, para honrar as prestações do imóvel adquirido no âmbito do sistema de financiamento por agências financeiras controladas pelo Poder Público.

Peço a provação deste projeto por se tratar de uma matéria de grande interesse social, e que com certeza irá resolver grande parte dos problemas habitacionais do país.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2004. – Deputado **Fernando Coruja**.

PROJETO DE LEI Nº 4.606, DE 2004

(Do Sr. Roberto Gouveia)

Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.

Despacho: Apense-se A(O) PI-4010/2004**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A saúde é uma das condições essenciais da liberdade individual e coletiva e de garantia da dignidade humana, constituindo-se em direito público subjetivo.

Art. 2º Os dirigentes públicos da área da saúde são os responsáveis pela execução das políticas de saúde, expressas em planos de saúde, devendo observar os princípios do Sistema Único de Saúde, inscritos em leis específicas.

Art. 3º Ressalvada a competência do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos para a prática de atos específicos decorrentes do exercício da chefia do Poder Executivo, a direção do Sistema Único de Saúde é exercida, na União, pelo Ministro da Saúde, no Estado, no Distrito Federal e no Município pelos Secretários de Saúde ou autoridade equivalente.

Parágrafo único. Além do Ministro e dos Secretários, as demais autoridades sanitárias do Sistema Único de Saúde são as identificadas na organização do Ministério da Saúde e das Secretarias ou órgãos equivalentes, e nos atos regulamentares de fiscalização, controle das ações e serviços de saúde.

CAPÍTULO II**Das Responsabilidades Sanitárias****SEÇÃO I****Das Transferências de Recursos aos Fundos de Saúde**

Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem alocar recursos para o financiamento da saúde, conforme dispõem os incisos I, II e III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal e leis específicas.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para receberem as transferências de recursos obrigatórias da União, e os Municípios, para receberem as transferências obrigatórias dos Estados, de forma regular e automática, na forma de leis específicas, para o financiamento e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde deverão contar com:

I – Fundo de Saúde;

II – Conselho de Saúde;

III – Plano de Saúde;

IV – Relatórios de gestão;

V – Prestação semestral de informações para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde ou outro que venha a lhe substituir;

VI – Alocação de recursos de suas receitas, conforme determinam os incisos I, II e III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal e regulamentos próprios.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto no caput deste artigo mediante o envio de relatório de gestão ao Conselho de Saúde respectivo, até o dia 30 de março do ano seguinte à execução financeira, cabendo ao

Conselho emitir parecer conclusivo mencionando o cumprimento ou não do estabelecido no caput, o qual será publicado na imprensa oficial, amplamente divulgado para a população e encaminhado ao Tribunal de Contas respectivo, juntamente com a prestação de contas anual dos entes federativos.

§ 2º Anualmente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atualizarão sua ficha cadastral no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, ou outro que venha a lhe substituir, fazendo menção às exigências mencionadas no caput e indicando a data de aprovação do relatório de gestão pelo respectivo Conselho de Saúde e a data de sua publicação na imprensa oficial, sendo que a comprovação da existência de declaração que não corresponda à realidade será caracterizada como crime de falsidade ideológica.

Art. 6º Os recursos destinados ao financiamento e à execução de ações e serviços de saúde provenientes dos percentuais mínimos de receitas próprias dos entes federativos, das transferências regulares e automáticas de outros entes da Federação, das operações de crédito internas e externas vinculadas à saúde e de outras receitas destinadas à saúde serão depositados e movimentados pelos Fundos de Saúde de cada esfera de governo, devendo sua execução ser acompanhada e fiscalizada por meio de relatórios ao Conselho de Saúde respectivo, sem prejuízo do acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo de cada esfera de governo.

SEÇÃO II Dos Planos de Saúde

Art. 7º Os Planos de Saúde, elaborados pela direção do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo, mediante critérios demográficos, epidemiológicos e de organização dos serviços, serão a base das atividades e programação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária, sendo vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações e serviços que não estejam previstos no Plano, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área da saúde, constituindo infração administrativa a aplicação de recursos em atividades não previstas no Plano de Saúde e seus aditamentos.

§ 1º O Plano Nacional de Saúde deverá conter metas mínimas discutidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, periodicamente, devendo ser comprovado que, da totalidade dos recursos da União transferidos para Estados e Municípios, setenta por cento foram para os Municípios.

§ 2º Os Planos de Saúde e sua proposta orçamentária serão apresentados aos Conselhos de Saúde

para apreciação e aprovação no prazo máximo trinta dias, publicados na imprensa oficial quinze dias após sua aprovação e incluídos na proposta da lei orçamentária, anualmente.

§ 3º Os Planos de Saúde serão plurianual e anual e deverão conter indicação precisa das metas anuais a serem alcançadas e dos recursos financeiros, devendo observar na sua elaboração, no que couber, as regras e os prazos previstos para a confecção das propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária e, no que for pertinente, compor aquelas propostas.

§ 4º As modificações e os aditamentos aos Planos de Saúde poderão ocorrer a qualquer tempo, desde que sejam compatíveis com as leis orçamentárias, aprovados pelos Conselhos de Saúde e publicados na imprensa oficial no prazo máximo de quinze dias contados da sua aprovação.

§ 5º É vedada a descontinuidade de serviço de saúde, exceto nos casos em que houver justificativa epidemiológica.

Art. 8º Os Planos de Saúde deverão prever a obtenção de resultados mínimos, de acordo com metas estabelecidas periodicamente pelo Ministério da Saúde, em relação a pelo menos:

- I – mortalidade infantil e materna;
- II – mortalidade por doenças e agravos evitáveis;
- III – infecção hospitalar;
- IV – parto cesariano;
- V – filas de espera;
- VI – atendimento humanizado;
- VII – fornecimento de medicamentos;
- VIII – programa de saúde da família;
- IX – protocolos técnicos de condutas profissionais nas áreas de promoção, proteção e recuperação da saúde;
- X – capacitação e formação de pessoal.

§ 1º O Ministério da Saúde, baseado em fatores epidemiológicos, poderá exigir o cumprimento de resultados mínimos em relação a outros indicadores de saúde.

§ 2º Os Municípios deverão prever em seus Planos de Saúde a aplicação de, no mínimo, quinze por cento dos recursos transferidos pela União em ações e serviços básicos de saúde.

SEÇÃO III Dos Relatórios de Gestão

Art. 9º O relatório de gestão, instrumento que permite verificar, anualmente, a execução do Plano de Saúde pelos agentes públicos em todos os seus

aspectos, inclusive o financeiro, deverá conter, dentre outros elementos, obrigatoriamente:

I – A identificação dos fatores sócio-econômicos condicionantes e determinantes da saúde;

II – o montante de recursos aplicados e suas fontes; as auditorias iniciadas e concluídas no período;

III – a oferta e a execução de serviços na rede de atenção à saúde, própria e complementar, quanto à capacidade da oferta e quantidade de ações e serviços executados e quanto ao perfil de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;

IV – os indicadores de qualidade dos serviços e os resultados alcançados, de acordo com o previsto no Plano de Saúde;

os segmentos da população atendidos; a demonstração de evolução do cumprimento do Plano de Saúde;

V – o atendimento das metas pactuadas com as demais esferas de governo, no âmbito da regionalização; o cumprimento de compromissos pactuados na Comissão Intergestores Tripartite e Comissão Intergestores Bipartite, conforme o caso;

VI – a forma de participação do ente político na regionalização, destacando direitos e deveres;

VII – a apuração das denúncias do cidadão feitas às ouvidorias de cada esfera de governo;

VIII – formas de valorização dos servidores públicos da saúde e de seu comprometimento com a população.

Art. 10. O relatório de gestão deverá ser elaborado pela direção do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo, até o dia 30 de março do ano seguinte à execução orçamentária, observadas as diretrizes e padrão definidos pelo Ministério da Saúde, e apresentado ao Conselho de Saúde respectivo, que emitirá parecer sobre o seu conteúdo que será publicado na imprensa oficial no prazo máximo de 15 dias, devendo ser dada ampla divulgação em audiência pública nas Casas Legislativas.

SEÇÃO IV

Dos Conselhos de Saúde

Art. 11. Os Conselhos de Saúde deverão ser organizados em conformidade com as diretrizes legais de âmbito nacional e as leis específicas de cada esfera de governo, e reunir-se-ão ao menos uma vez a cada mês, cabendo ao Ministério da Saúde, às Secretarias da Saúde ou aos órgãos equivalentes proverem as condições necessárias ao seu funcionamento.

SEÇÃO V

Das Notificações e das Comissões de Saúde

Art. 12. Os serviços de saúde da administração direta ou indireta, autárquica ou fundacional da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão:

I – manter comissão de ética em saúde;

II – manter comissão de infecção hospitalar e ambulatorial;

III – manter comissão de verificação de óbito;

IV – manter comissão interna de prevenção de acidente ou comissão de saúde e trabalho;

V – notificar a morte encefálica à Central de Notificação, Transplante e Captação de Órgãos de seu Estado;

VI – notificar os agravos à saúde, considerados de notificação compulsória.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se a todos os serviços privados de assistência à saúde, com ou sem fins lucrativos, independentemente de participarem ou não do Sistema Único de Saúde.

CAPÍTULO III

Das Infrações Administrativas e das Penalidades

Art. 13. Considera-se infração administrativa no âmbito do Sistema Único de Saúde a desobediência ou a inobservância ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que o ato ensejar, em especial a responsabilidade pela prática de ato considerado como de improbidade administrativa, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e demais normas da legislação pertinente.

Art. 14. Responderá pela infração o agente público que por ação ou omissão lhe deu causa, concorreu para a sua prática ou dela se beneficiou.

Art. 15. Considera-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 16. As infrações administrativas serão punidas alternada ou cumulativamente com as penalidades de:

I – advertência;

II – multa;

III – declaração de inidoneidade para contratar ou conveniar com o Sistema Único de Saúde.

Art. 17. A pena de advertência será aplicada no caso de infração leve e a de multa quando a infração for considerada grave.

§ 1º São infrações leves aquelas que não causam prejuízos diretos para a saúde da população.

§ 2º São infrações graves aquelas que:

I – Causam prejuízos diretos ou implicam potencial risco de prejuízo para a saúde da população;

II – cerceiam o direito do Conselho de Saúde de exercer as suas funções;

III – impedem ou dificultam o acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundo de Saúde pelo sistema de controle interno e externo e pelo controle social.

§ 3º O cometimento sucessivo de infrações leves será considerado infração grave, a critério da autoridade competente.

Art. 18. O ato de declaração de inidoneidade para contratar ou conveniar com o Sistema Único de Saúde aplica-se, tão-somente, aos entes privados, com ou sem fins lucrativos, em razão do descumprimento do disposto no art. 12, cabendo ao sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em procedimento administrativo próprio, propor a aplicação da penalidade ao Ministro da Saúde, ao Secretário de Saúde ou autoridade sanitária equivalente, conforme o caso.

Parágrafo único. O ato de declaração de inidoneidade de contratar ou conveniar com o Sistema Único de Saúde será cabível quando houver reincidência de infração grave.

Art. 19. No caso de cometimento de infração grave o valor da multa será de até vinte vezes o valor da remuneração percebida pelo agente público, a critério da autoridade competente, que levará em conta a extensão do dano causado.

Parágrafo único. No caso de reincidência do cometimento de infração grave, o valor da multa poderá chegar a até trinta vezes o valor da remuneração percebida pelo agente público, a critério da autoridade competente.

Art. 20. O valor da multa pelo não cumprimento pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios do disposto no inciso VI do art. 5º desta lei, a não apresentação por dois anos consecutivos do relatório de gestão e o descumprimento por dois anos consecutivos de cinquenta por cento das metas previstas no Plano de Saúde será de trinta vezes o valor da remuneração percebida pelo agente público e os serviços de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde competentes deverão promover completa fiscalização contábil, financeira e de resultados nos serviços de saúde do ente federativo, com acompanhamento do Ministério Público.

Art. 21. No caso de inobservância do disposto no art. 12, o valor da multa será estabelecido em regulamento próprio, pelo Ministério da Saúde.

§ 1º Quando o ente jurídico apenado for entidade privada, com ou sem fins lucrativos, que participa do Sistema Único de Saúde de forma complementar o valor da multa será descontado dos recursos que o Fundo de Saúde lhe transfere regularmente para a execução de ações e serviços de saúde.

§ 2º Os valores das multas não recolhidas pelas entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, serão inscritos na dívida ativa da esfera de governo correspondente e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

Art. 22. Os recursos dos Fundos de Saúde irregularmente aplicados em outras áreas públicas deverão ser devolvidos no prazo máximo de quinze dias após a comprovação administrativa do fato e notificação do infrator, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta lei.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização, Controle e Avaliação

Art. 23. Os serviços do sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão verificar, em suas respectivas esferas de governo, pelo sistema de amostragem, o cumprimento do disposto nesta lei, além de verificar a veracidade das informações constantes do relatório de gestão, privilegiando a averiguação in loco dos resultados alcançados em relação a documentos formais de comprovação, sem prejuízo do acompanhamento pelos órgãos de controle externo de cada esfera de governo e do Ministério Público.

Art. 24. As infrações administrativas serão apuradas em procedimento próprio pelos serviços do sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e encaminhadas ao Tribunal de Contas respectivo, para aplicação da penalidade administrativa quando o infrator for agente público federal, estadual, distrital ou municipal, exceto aquelas decorrentes do descumprimento do disposto no art. 5º e art. 12 quando, então, serão competentes para a apuração e a aplicação das penalidades os serviços do sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde.

§ 1º As autoridades do Sistema de Vigilância Sanitária de cada esfera de governo são consideradas competentes para verificar o cumprimento do disposto no art. 12 e aplicação da penalidade, devendo haver prévia articulação entre as autoridades sanitárias dos entes federativos, a fim de impedir a duplicidade de ações administrativas.

§ 2º A autoridade sanitária competente para aplicação da penalidade poderá optar pela celebração de

termo de ajuste de conduta quando a infração cometida não causar prejuízo direto para a saúde da população, devendo, nestes casos, ser dada ciência ao Conselho de Saúde e ao Ministério Público para acompanhamento do cumprimento do acordo.

Art. 25. No caso de aplicação de multa, o agente público infrator será notificado a recolhê-la no prazo máximo de cento e oitenta dias ao Fundo de Saúde da esfera de governo da autoridade processante, sob pena de inscrição na dívida ativa daquela esfera de governo.

Parágrafo único. Os valores das multas não recolhidas pelos agentes públicos serão inscritos na dívida ativa da esfera de governo correspondente e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

Art. 26. São autoridades sanitárias, além do Ministro da Saúde e do Secretário da Saúde, competentes para a fiscalização e aplicação da penalidade, na forma do disposto nos arts. 23 e 24, os servidores públicos investidos formalmente na função de auditores ou fiscais do Sistema Único de Saúde das esferas federal, estadual, distrital e municipal e as autoridades do Sistema de Vigilância Sanitária de cada esfera de governo, conforme o disposto no § 1º do art. 24.

Art. 27. A aplicação da penalidade pelo descumprimento do disposto no art. 5º caberá ao dirigente máximo do sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde, federal ou estadual, conforme o caso,

CAPÍTULO V Do Direito de Defesa

Art. 28. É assegurado a todos os agentes públicos e entidades privadas o direito a ampla defesa e ao contraditório, além do direito de interpor recurso à autoridade superior ou pedido de reconsideração no caso de condenação em processo administrativo, na forma e nos prazos previstos nesta lei.

Art. 29. O direito de apresentação de defesa nos processos administrativos será de quinze dias, a contar da data da notificação do infrator na imprensa oficial, devendo, na mesma data, ser encaminhado aviso pelo correio.

Art. 30. O direito de recorrer será de quinze dias, a contar da data da publicação da condenação na imprensa oficial, devendo na mesma data, ser encaminhado aviso pelo correio.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo

Art. 31. Cabe pedido de reconsideração do ato de declaração de inidoneidade que será dirigido ao Ministro da Saúde, Secretário de Saúde ou autoridade equivalente de cada esfera de governo, no prazo de quinze dias contados da publicação na imprensa ofi-

cial do ato condenatório, devendo na mesma data ser encaminhado aviso pelo correio.

Art. 32. Caberá recurso ao Ministro da Saúde, ao Secretário da Saúde ou a autoridade sanitária equivalente, conforme a esfera de governo autuante, no prazo máximo de quinze dias após a publicação na imprensa oficial, da decisão de encaminhamento do processo administrativo ao Tribunal de Contas respectivo, devendo na mesma data ser encaminhado aviso pelo correio.

§ 1º O recurso será apreciado no prazo máximo de trinta dias, sob pena de apuração de responsabilidade do agente público em processo administrativo, nos termos da legislação pertinente, e a decisão será publicada na imprensa oficial, devendo ser emitida, na mesma data, notificação ao infrator.

§ 2º Quando o agente público infrator for Chefe do Poder Executivo, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, Ministro da Saúde, Secretário da Saúde ou autoridade equivalente, o recurso será interposto perante o Conselho de Saúde respectivo, na forma e no prazo previsto no caput.

§ 3º. Em se tratando do Conselho de Saúde, será nomeada uma comissão para apreciar o recurso no prazo máximo de trinta dias, devendo o relatório ser apresentado ao plenário do Conselho na sessão seguinte, para decisão final.

CAPÍTULO VI Das Disposições Gerais

Art. 33. O Ministério da Saúde poderá instituir incentivos para os Estados, Distrito Federal e Municípios que alcançarem as metas previstas em seu Plano de Saúde e atenderem os demais requisitos previstos nesta lei.

Art. 34. A União deverá manter Comissão Intergestores Tripartite e os Estados Comissões Intergestores Bipartite, composta pelos dirigentes da saúde das esferas de governo, com a finalidade de discutir e decidir sobre questões sobre a rede regionalizada e hierarquizada da saúde e seus aspectos econômico-financeiros, além de outros assuntos de organização, direção e gestão da saúde, em função da realização simultânea e articulada dos princípios da integralidade, equidade e universalidade.

Parágrafo único. As decisões das Comissões Intergestores serão publicadas na imprensa oficial.

Art. 35. As autoridades administrativas terão acesso a todos os documentos necessários ao cumprimento de suas atividades, ressalvadas as hipóteses de sigilo legal, devendo os servidores federais, estaduais, distritais e municipais, investidos formalmente nas funções de auditores do Sistema Único de Saúde, manter permanente articulação entre si, para o cumprimento desta lei.

Art. 36. Nenhum processo administrativo poderá ultrapassar o prazo de cento e cinquenta dias entre a sua abertura e decisão final, considerados os prazos para o exercício do direito de defesa e de interposição de recurso, sob pena de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Os processos encaminhados ao Tribunal de Contas deverão estar concluídos no prazo máximo de cento e vinte dias após o seu recebimento, cabendo àquele órgão regulamentar os seus trâmites.

Art. 37. Qualquer cidadão poderá e o conselheiro de saúde deverá informar aos serviços do sistema de auditoria, controle e avaliação do Sistema Único de Saúde e ao Tribunal de Contas da esfera de governo correspondente, o descumprimento desta lei, sob pena de responsabilidade dos conselheiros aqui definidos como agentes públicos que colaboram com o Poder Público, sem remuneração.

Art. 38. Independentemente das penalidades aplicáveis aos agentes públicos, na forma desta lei, no caso de inobservância do disposto no art. 5º pelos Municípios ou pelos Estados e pelo Distrito Federal a administração dos recursos provenientes das transferências obrigatórias para execução de ações e serviços de saúde será feita pelos Estados e pela União, respectivamente.

Art. 39. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei representa um esforço de aprimoramento do PL 4010 apresentado em agosto de 2004 e tem a finalidade de definir as responsabilidades administrativas dos agentes públicos na área da saúde, aqui denominadas “responsabilidade sanitária”.

Responsabilidade sanitária significa o compromisso público que o Chefe do Poder Executivo e os dirigentes da saúde devem assumir no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Desse modo foram definidas infrações administrativas que podem ser cometidas pelos agentes públicos que deixarem de observar requisitos mínimos aqui previstos e outros constantes de leis – como a Lei n. 8.080/90 e Lei n. 8.142/90 – e ainda de lei complementar prevista no § 3º do artigo 198 da Constituição Federal, bem como deixarem de atingir resultados mínimos de diminuição do risco de agravo à saúde em áreas como mortalidade infantil, controle de infecção hospitalar, entre outros.

Hoje não se pode mais admitir que o dirigente da saúde, bem como os Chefes do Executivo deixem de cumprir requisitos administrativos mínimos exigidos

pela Constituição e por leis, como o de manter todo o dinheiro da saúde em Fundos de Saúde, fazer funcionar os Conselhos de Saúde, elaborar planos de saúde, prestar contas à população, manter comissões de ética, de óbito, melhorar o atendimento ao cidadão.

É inadmissível pensar que, decorridos 15 anos de implantação do Sistema Único de Saúde, muitos de seus princípios e diretrizes ainda não venham sendo cumpridos por alguns dirigentes da saúde, sem possibilidade de aplicação de penalidades, uma vez que não estão elas previstas na Lei Orgânica da Saúde.

E a penalidade de devolução dos recursos da União desviados ou mal-aplicados na saúde aos cofres do fundo de saúde da União implica penalizar a população duas vezes, o que não resolve o problema da saúde.

Tampouco é admissível privilegiar o controle dos recursos públicos federais, quando o importante é o controle dos recursos públicos nacionais, sejam eles arrecadados pela União, pelo Estado ou Município. O importante é que os recursos são públicos, pertencem à população e devem ser honrados como tal.

Por outro lado, o controle hoje existente está cercado de formalidades que, sem privilegiar a avaliação dos resultados alcançados em relação às necessidades da população, exigem excessiva documentação que tramita de uma esfera de governo para a outra, sem a menor possibilidade de a União analisá-la a contento e fazer sozinha a verificação *in loco*.

Deve-se privilegiar os sistemas de controle externo e interno de cada ente político, a participação da sociedade e a verificação dos resultados em relação a simples controles centralizados.

Os controles devem ser descentralizados e a punição deve alcançar o agente público faltoso, sem onerar os cofres públicos, sob pena de se punir a população em vez do infrator.

Ao agente público cabe assumir as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupa, sejam aquelas de cunho geral, aplicáveis a todos os dirigentes públicos, sejam as específicas de cada área, como é o caso da saúde pública.

É o que pretende o presente projeto de lei: criar responsabilidades sanitárias, eliminar controles meramente formais, definindo obrigações administrativas e sua conseqüente punição.

Estas são as razões pelas quais apresento o presente projeto de lei, esperando a atenção dos ilustres parlamentares e o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2004. –
Deputado **Roberto Gouveia**.

PROJETO DE LEI Nº 4.610, DE 2004

(Do Sr. Marcos de Jesus)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”, para garantir acesso à educação a crianças e adolescentes internados em hospitais e demais instituições de atendimento à saúde.

Despacho: Apense-se A(O) PI-4191/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 12-A. Os hospitais e demais estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições materiais para que a criança ou adolescente internados tenham acesso a atividades educativas.” (NR)

Art. 2º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

*“Art. 53.....
VIII – acesso a atividades educativas regulares para aqueles que se encontram internados em hospitais e demais estabelecimentos de atendimento à saúde.” (NR)*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 6º, institui a educação como um dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros. O art. 205, por sua vez, estabelece ser ela direito de todos e dever do Estado e da Família. Tal dispositivo garante a qualquer pessoa a possibilidade de ter acesso aos meios de educação que lhe convém ou que lhe são disponíveis.

Inscrever o direito *de todas as pessoas* à educação é medida calcada no preceito da igualdade de todos perante a lei. As diferenças de oportunidade e as vicissitudes a que estão sujeitos os indivíduos não podem afastá-los daquilo que lhes é essencial. Para garantir o direito de cada cidadão brasileiro à educação, o art. 208 da Carta Magna estabelece ser o acesso ao ensino fundamental direito público subjetivo.

Em seu § 2º, o referido artigo determina, ainda, que o não-oferecimento do ensino obrigatório

pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. Se o texto constitucional deixa claro que toda criança de sete a quatorze anos de idade tem direito à educação, cabe, portanto, ao Estado oferecê-la e aos pais ou responsáveis efetivar a matrícula de seus filhos ou tutelados, não podendo ser impedimento o fato de essas crianças estarem impossibilitadas de freqüentar escolas regulares por força de problemas de saúde.

A criança ou o adolescente de sete a quatorze anos de idade que esteja internado em hospitais ou em outro tipo de instituição de atendimento à saúde já tem, portanto, seu direito à educação salvaguardado pela Constituição Federal. Incluir, na legislação infraconstitucional, mais especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente, a obrigatoriedade de oferta de atividades educativas por parte do Poder Público e dos hospitais ou instituições afins é forma de reforçar a responsabilidade do Estado e da sociedade em propiciar o acesso de todos ao ensino.

O Hospital de Base de Brasília (HBDF), desde 1967, dá andamento a um projeto que pode servir de inspiração para a medida que propomos. Num convênio entre a Secretaria de Saúde, que fornece o espaço físico no próprio hospital, e a Secretaria de Educação, que fornece professores especializados, crianças e adolescentes internados pelas mais distintas razões vivenciam atividades educacionais. O projeto do Hospital de Base, em todos os anos de funcionamento, tem como inquestionável mérito propiciar aos internos o exercício do direito à educação bem como, ao mesmo tempo, melhorar a auto-estima e diminuir o estresse dos jovens pacientes.

A oferta de atividades educativas à criança ou ao adolescente que passa pela traumática experiência de um longo período de internação hospitalar traz a reboque a possibilidade de constituir-se alegria, alento e distração para esses pacientes e a vantagem prática de evitar que os mesmos percam o ano letivo ao saírem recuperados do hospital.

É por essas razões que contamos com os ilustres pares para a aprovação da iniciativa que ora propomos.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2004. – Deputado **Marcos de Jesus**.

PROJETO DE LEI Nº 4.713, DE 2004

(Do Tribunal de Contas da União)

MENSAGEM Nº 02-GP/TCU

Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

Despacho: ÀS Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças

e Tributação (ART. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (ART. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24, II.

PROJETO DE LEI Nº 4.713, DE 2004
(Do Tribunal de Contas da União)

Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 10 de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo não se aplica à remuneração dos Ministros e dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Ficam revogados, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por meio do Ato Conjunto nº 1, de 2004, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal alteraram, em 15% (quinze por cento), a partir de 10 de novembro de 2004, as remunerações dos servidores daquelas Casas Legislativas e do Tribunal de Contas da União, a fim de dar cumprimento a comandos da Constituição Federal e da Lei nº 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU – e de torná-las compatíveis com a complexidade das atividades exercidas por aqueles servidores, bem como com a de carreiras com atribuições assemelhadas.

Contudo, ao julgar pedido de liminar formulado pelo Ministério Público da União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.369, o Supremo Tribunal Federal encerrou controvérsias existentes sobre a matéria e deixou claro que a realização de alterações remuneratórias no âmbito do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União somente pode ser realizada mediante lei em sentido estrito, que exige cumprimento do procedimento legislativo estipulado pela Constituição Federal. Assim, aquela Corte, liminarmente, suspendeu os efeitos ao aludido Ato Conjunto nº 1, de 2004.

A aludida deliberação liminar, entretanto, não impugnou o mérito do aumento concedido aos servidores, já que limitou-se a apontar a impropriedade formal do instrumento escolhido para o incremento da remuneração.

Assim, por não haver restrição da Corte Suprema à alteração de remuneração dos servidores, e a fim de ser cumprida integralmente a decisão do STF, de ser atendida a vontade do Congresso Nacional manifestada por meio do Ato Conjunto no 1, de 2004, e, por fim, de serem evitados os prejuízos à normalidade dos trabalhos desta Corte que a frustração de fundadas e justas expectativas dos servidores certamente acarretaria, o Tribunal de Contas da União, por intermédio de seu presidente, nos termos do art. 29 de seu Regimento Interno, respeitosamente solicita do Congresso Nacional a aprovação, por ambas as Casas Legislativas, do presente projeto de lei.

Tribunal de Contas da União, em 22 de dezembro de 2004. – **Valmir Campelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após afastar-se, por implemento de idade, do Supremo Tribunal Federal, mesmo mantendo incomparável vitalidade intelectual, o Ministro Maurício Corrêa continua defendendo as suas idéias através de artigos publicados na imprensa, com lúcidas considerações em torno de nossa realidade política, jurídica, social e econômica.

A exemplo do que vem fazendo, ultimamente, aquele ilustre cultor do Direito, com extraordinária sensibilidade, emite opinião abalizada sobre temas da atualidade, em estilo escorreito e com clarividente exegese de fatos a seu juízo relevantes para a opinião pública brasileira.

Anteontem, no **Correio Braziliense**, Maurício Corrêa abordou, sob várias angulações, a questão da governabilidade, palavra-chave que vem sendo utilizada indiscriminadamente, até como forma de justificar apoio aos que se alçaram ao poder, e cujo afastamento, se ocorrer, poderá gerar dificuldades intransponíveis para a condução de matérias do interesse público.

Na recente crise interna nos quadros do PMDB, com 2 grupos em disputa conflituosa, transferida agora para o Superior Tribunal de Justiça, nunca se mencionou tanto a palavra “governabilidade”, no seio dos que defendiam a continuidade de apoio ao Primeiro Mandatário do País.

Pelas lúcidas considerações tecidas por Maurício Corrêa no aludido artigo, entendi de transcrevê-lo nos Anais da Casa, como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Governabilidade

A expressão governabilidade passou a ser o bordão corriqueiro de uma boa parcela de políticos e da mídia — e até mesmo de membros do Poder Judiciário — para justificar certas atitudes quando se quer ficar bem com o governo. O termo tem semântica latino-americana. Vem de nossos vizinhos de língua espanhola de cima e de baixo da linha do equador. Daí a palavra *governabilidad*.

A construção vernacular parcimoniosamente contextualizada em nossos dicionários apresenta governabilidade como sendo o conjunto de esforços e ações para dar viabilidade ao governo de um país.

A insegurança das instituições políticas reinante nos países geograficamente ao sul da fronteira dos Estados Unidos catalisou o condimento necessário para substanciar o vocábulo, que se fortaleceu com as ditaduras e os golpes militares que se espalharam por essa parte das Américas, em passado não muito distante. Como se sabe, tais regimes, impostos em sua maioria por militares, tiveram como palco o mesmo cenário da reconstrução econômica, social e política do caos gerenciado pelos políticos de então.

A experiência por eles vivenciada, contudo, não produziu os efeitos esperados, tendo os seus atores se revelado seres mortais iguais ou piores do que os políticos de linha-gem comum.

Passado o furacão, ganhou o termo uma nova estrutura conceitual. Já não são mais os que tomaram o poder os salvadores da pátria. Agora são governos ungidos pelo voto popular. Não é o caso aqui de examinar se os eleitos de agora ou do período imediato à desmilitarização latino-americana se valeram da força do poder econômico ou se utilizaram do demagógico processo de persuasão eleitoral com promessas irrealizáveis ou inatingíveis, como é o caso específico do Brasil do PT. Nessa nova safra pós-governos arbitrários, o estudo da governabilidade subiu as escadas das universidades. Em inglês veio *governability* e em francês *gouvernabilité*. O acadêmico da era moderna define governabilidade, resumidamente, como o conjunto de meios postos à disposição do administrador para a realização dos negócios públicos (ou privados), sobretudo visando aos obstáculos que se antepõem ou possam se antepor aos objetivos de governo.

Ou como afirma David Lee, da OEA: um sistema social é governável quando, sobre a base de uma concepção comum do bem público, é estruturado politicamente de maneira tal que todos os atores estratégicos têm uma inter-relação efetiva na tomada de decisões coletivas e na solução de seus problemas e conflitos para um sistema de regras formais ou informais.

A governabilidade assim compreendida não resulta apenas das circunstâncias internas de um país, mas interage com fatores externos ditados pelos comandos mundiais da

globalização. A pregação programática do atual presidente da República, por exemplo, em 2002, espertamente se baseou no que não podia ser cumprido, pela simples razão de que as estratégias de governo — e isso é fenômeno também inerente a outros países — não se estabelecem no plano do que se quer fazer, mas do que é possível fazer, levando em

conta esses fatores externos. *Disso, ele e seus agentes sabiam. Enganaram o povo para não dizer que agirem de má-fé.*

Se os partidos políticos brasileiros se reúnem e entendem que devam votar essa ou aquela matéria de interesse da administração pública — como ocorreu no caso das reformas da previdência, tributária e do Judiciário e agora com entronização das parcerias públicas e privadas —, digamos que a hipótese se enquadra no conceito de governabilidade. Entretanto, se as ações parlamentares se desenvolvem para frustrar a sociedade, como se deu no caso do abortamento da comissão parlamentar de inquérito para apurar as circunstâncias do assassinato do prefeito Celso Daniel, do PT, em Santo André: ou da que pretendia se aprofundar na investigação dos atos palacianos do senhor Waldomiro Diniz, digamos que isso não é governabilidade e, sim, embuste contra o povo. Se o governo faz de tudo para obter maioria parlamentar, juntando-se a gatos e lagartos, mediante vergonhoso e repugnante rateio de cargos públicos, como se tem verificado a torto e a direito, isso também pode ser chamado de jogo político baixo, mas nunca governabilidade.

Se um juiz, turma, seção ou pleno de um

tribunal se sujeita à vontade do Executivo para assegurar-lhe direito que não tem, em prejuízo do cidadão e da sociedade — como pode parecer se justificar —, isso não é governabilidade, mas ato de torpeza e indignidade.

Se o presidente da República retém por meses e meses, como ocorre no momento, listas tríplices de tribunais para nomeação de juízes e não o faz no prazo estabelecido de vinte dias, em desrespeito à Constituição que ele jurou obedecer, isso também não é governabilidade, mas ingovernabilidade ou até crime de responsabilidade.

Se o presidente da República, sabendo que estão sumindo — entre uma fogueira e outra — com os arquivos das violações de direitos humanos da ditadura de 64, e, mesmo assim, constitui uma comissão interministerial para nada resolver com a rapidez que o caso exige, isso pode ser tudo, inclusive medo, menos defesa do patrimônio histórico nacional. Para saber o que é uma comissão, ninguém melhor do que Fred Allen para defini-la: consiste em uma reunião de pessoas importantes que, sozinhas, não podem fazer nada, mas que juntas decidem que nada pode ser feito.

Contemplemos o sumiço do resto. Se é que existe.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer registro de fato que, certamente, representa grande avanço na luta contra a AIDS. Cientistas da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, liderados pelo Prof. Dr. Luís Cláudio Arraes – filho do nosso colega Deputado Miguel Arraes —, juntamente com professores do Centro Biomédico de Saints-Pères, em Paris, conseguiram progresso marcante e internacionalmente reconhecido ao desenvolver vacina que está tendo ótimo resultado no combate à doença e que está sendo muito bem recebida e divulgada por publicações científicas de renome mundial.

Testes feitos com a vacina contra a AIDS em pacientes infectados pelo vírus HIV no Brasil tiveram resultados positivos, segundo pesquisa publicada *on-line* na revista especializada *Nature Medicine*. De acordo com os pesquisadores da UFPE, 4 meses após a aplicação da vacina, houve redução de mais de 80% na taxa de linfócitos CD4, o principal alvo do vírus. Mesmo após um ano sem tomar nenhum remédio, dos 18 pacientes que receberam a vacina, 8 apresentavam redução de mais de 90% da carga de vírus HIV e 4 tinham concentração tão baixa que os impedia de transmiti-lo a outras pessoas.

São necessárias mais pesquisas para aperfeiçoar a vacina, por enquanto só usada para tratamento dos pacientes, e não como forma de prevenção da doença. Ela funciona de forma semelhante à terapia celular individual aplicada no combate ao câncer.

Nos trabalhos, os cientistas usam células do sistema imunológico e vírus desativados do sangue de cada indivíduo. A combinação resulta em vacina específica para cada paciente. Com isso, os cientistas do Centro Biomédico de Saints-Pères, em Paris, e da Universidade Federal de Pernambuco conseguiram “acordar” as células do sistema imunológico e garantir resposta do corpo à infecção pelo HIV.

A Universidade Federal de Pernambuco, Sr. Presidente, vem realizando trabalho silencioso e eficiente no Nordeste. Apesar do momento difícil por que passam as universidades brasileiras, o ensino, a pesquisa e a extensão prosseguem a todo vapor na UFPE. São muitas as áreas de atuação que fazem dessa universidade, em 58 anos de existência, uma das mais dinâmicas do Brasil.

Na área de pesquisa e de pós-graduação, a UFPE é bem avaliada: possui a 7ª melhor produção científica nacional entre as universidades federais. Está ainda em 7º lugar entre todas as instituições brasileiras, de acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, tem 29.159 alunos, sendo que 22.241 nos cursos de graduação; 4.082 nos de especialização; 2.006 em mestrados; e 830 em doutorados. Há,

ainda, 433 alunos do Colégio de Aplicação, que oferece ensino médio. O quadro de professores é formado por 1.648 docentes efetivos. Desse total, 770 têm título de doutorado e/ou pós-doutorado, 565 de mestrado, 155 de especialização e 158 de graduação.

Nossas congratulações aos cientistas e pesquisadores envolvidos no desenvolvimento dessa vacina e a todos os professores, funcionários, alunos e direção da Universidade Federal de Pernambuco, que tanto orgulho dá ao Estado e ao Brasil.

Apelo ao Sr. Ministro da Educação, Tarso Genro, para que não deixe faltar as verbas necessárias para essa instituição. Sobretudo com o reforço de R\$1,7 bilhão para o orçamento da educação, temos esperança de que nenhuma pesquisa será paralisada na UFPE, pois não se faz pesquisa sem dinheiro. Temos certeza de que essa e outras em andamento continuarão para o avanço no tratamento de doenças e para a promoção do bem-estar geral.

Deixo, portanto, meu irrestrito apoio a essa sólida instituição, que representa marco na qualidade de ensino no Nordeste e em todo o Brasil, e que dá às moças e aos moços pernambucanos educação sólida e posição cobiçada no mercado de trabalho, além de irradiar conhecimento, formação e informação para toda a região.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Gostaria que ficasse registrada nos Anais da Câmara dos Deputados uma verdadeira jóia, uma pérola da literatura regional que anexo a este pequeno pronunciamento. Trata-se da crônica *O Vigário de Sertânia*, escrita e publicada pela primeira vez em 1950, por Luiz Cristóvão dos Santos, um dos gigantes das letras pernambucanas, como se percebe nesse texto magistral, providencialmente transcrito no *Jornal de Arcoverde* de agosto de 2004.

O editor do jornal e o responsável pela coluna *Bilhetes do Sertão* estavam realmente inspirados ao resgatar essa preciosidade, que nos tocou profundamente, evocando saudades dos doces tempos de outrora. O vigário de Sertânia, a que o título da crônica em questão faz referência, é o Monsenhor Urbano de Carvalho V.Exa. o conheceu, Sr. Presidente, nascido em Belmonte e descendente dos Carvalhos, que se fixaram no Pajeú na época em que se levantaram os primeiros currais e as primeiras fazendas, depois transformados em vilas e cidades nos primórdios da civilização sertaneja. Monsenhor Urbano era hábil orador, profundo conhecedor dos fatos da língua, da gramática, do latim, da literatura. Era professor e verdadeiro educador.

Ensinava as letras à criançada do sertão com calma, amor e dedicação inigualáveis. Padre Urbano educou várias gerações, Sr. Presidente. Ex-alunos do Monsenhor Urbano andam por todo o Brasil: são médicos, Deputados, engenheiros, bacharéis, padres, fazendeiros, trabalhadores nas mais diversas profis-

sões, pois relevante e vasto em seus efeitos é o trabalho do educador.

Tenho a honra de dizer, Sr. Presidente, que fui privilegiado, pois Monsenhor Urbano de Carvalho é meu padrinho de batismo, o que considero uma das maiores bênçãos de minha vida. Por isso, entendo de extrema importância não apenas para Sertânia, Mirandiba ou Belmonte, mas para

BILHETES DO SERTÃO

Luiz Cristóvão dos Santos

O VIGÁRIO DE SERTÂNIA

Monsenhor Urbano é sertanejo da gema. Nasceu no Belmonte e descende dos Carvalhos que se fixaram no Pajeú. Luziram em feitos e trabalhos, quando levantaram os primeiros currais e as primeiras fazendas que depois foram às vilas e as cidades nos primórdios da civilização sertaneja. A que mestre Capistrano de Abreu chamou pitorescamente a "civilização do couro".

Baixo, forte, gestos mansos, olhar penetrante, a Diocese tem naquele vigário humilde um dos seus grandes valores. Corre mundo a fama de monsenhor Urbano de Carvalho como orador e profundo conhecedor do vernáculo. É uma espécie do padre Otaviano, vigário do Piancó, sem ter, porém como o padre paraibano, a láurea da imortalidade de uma Academia de Letras. Foi monsenhor Urbano quem me ensinou os rudimentos de gramática, no velho "Colégio Cardeal Arcoverde", instalado em sobrado mal-assombrado, ainda hoje existente em Pesqueira. O Colégio do então padre Urbano recebia os meninos dos sertões. Vinham espantados, agressivos, pés compridos nos sapatos ríngidos, lanhados de espinhos e queimados de sol. Então padre Urbano os recebia, risonho e afável, para desbastar as arestas nascidas na liberdade do pátio das fazendas, na vida livre dos campos. Era um São Francisco caboclo pregando àquelas aves agrestes que esvoaçavam de encontro aos janelões do velho sobrado. Não usava de violência nem erguia a voz. Persuadia com os gestos e as palavras da imensa ternura humana que lhe brotavam no coração. E tal era a orientação que imprimia aos estudos, promovendo reuniões literárias levando à cena pequenos dramas, incentivando, abrindo as almas, clareando as inteligências infantis. Que, pouco tempo depois, os bugrezinhos do Moxotó e do Pajeú declamavam versos de Castro Alves, de Bilac e de João de Deus, com a voz desacostumada dos aboiros.

Dom José Lopes - de saudosa memória - mandou que constasse em ata, ter sido o padre Urbano "educador emérito de várias gerações sertanejas". Hoje monsenhor Urbano é vigário de Sertânia. Os trabalhos de intenso apx stolidado não lhe abatam o ânimo. Constrói um santuário na cidade. Ergue, a golpes de tenacidade, um Centro de Estudos em Custódia. Funda um albergue para os pobres e tem quase pronta a nova Casa Paroquial. Está à frente de suas freguesias e ainda tem tempo para, no meio de seus livros e dos

seus quadros familiares, no gabinete modesto onde uma caveira sorri da humana vaidade, meditar, estudar e escrever artigos para os jornais.

todo o nosso sertão, que a crônica *O Vigário de Sertânia* conste nos Anais desta Casa, como memorial desse grande homem, servo de Deus, benfeitor do povo do sertão, e cuja saudosa memória jamais deve ser apagada das mentes daqueles que o conheceram.

Muito obrigado.

CRÔNICA A QUE SE REFERE O ORADOR

Às vezes apareço por lá, para um bate-papo amigo. E se é hora, tomo parte na ceia tipicamente sertaneja, onde existe além de queijo assado, o melhor pirão de cuscuz deste mundo. Os ex-alunos do monsenhor andam por aí: deputados, médicos, bacharéis, padres, engenheiros e fazendeiros turúbas do sertão brabo.

Um dia destes, abalei-me para os serotes da fazenda "Açude", nas abas das serras de Custódia. Sai cedo, mas cheguei atrasado. O homem põe, Deus dispõe, e os pneus estouram, contrapõem. Monsenhor já havia celebrado os casamentos e administrado o batismo, na fazenda de "seu" Quincas da Barra. E regressava, trepado numa fubica 29, barulhenta e fumegante. Sem a minha presença, o meu compadre ficou triste, com o filho pagão, mas não substituiu o padrinho. Aguardaria a minha presença.

Foi assim que me disse monsenhor Urbano quando nos encontramos na estrada. Nem precisou que eu lhe pedisse para voltar. E foi um alegrão, quando chegamos e mesmo tarde, o batizado se realizou. Então eu e o amigo estreitamos os ossos no primeiro abraço de compadrio.

De noite, aos solavancos, regressamos à Sertânia. Durante a viagem evoquei o bom tempo do Colégio. Os amigos da infância, uns espalhados pelo mundo largo, outros já adormecidos para todo o sempre. Recordei as tertúlias literárias das quintas-feiras, os dramas do fim do ano. Então pedi ao monsenhor Urbano que declamasse. E novamente, como no tempo passado, aos solavancos da estrada, na noite estrelada cobrindo o sertão adormecido, Monsenhor declamou a "Ode aos Dois de Julho", "O Fantasma e a Canção" e outros poemas.

Aquela não era uma viagem de volta. Em verdade era uma fuga ao passado. Ali estavam novamente unidos, tocados de uma saudade que não morre nunca, o professor e o aluno. O discípulo e o mestre querido da infância que ficou para trás, levada pelas asas do Tempo.

Obs: Esta crônica é de 1950. Foi extraída do livro "Bilhetes do Sertão", publicado pela "Prima" - Editora do velho Antonio Napoleão. Luiz Cristóvão foi um dos gigantes das letras pernambucanas. Foi candidato a vice-prefeito de Arcoverde na chapa de Napoleão quando este perdeu para Otacílio Moraes (1950).

O SR. ZONTA (PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Casa, ocupo a tribuna para mais uma vez explicitar o desafio da organização dos segmentos de trabalho e produção do País que tem como caminho, forma e doutrina o cooperativismo.

O Brasil, cada vez mais, tem um caso especial com o cooperativismo. Pelas dimensões, pelas características diferenciadas, pelo povo, que trabalha e produz, surge cada vez mais forte o cooperativismo como maneira de organizar os diversos segmentos dentro das suas necessidades, especialmente os menores, os menos favorecidos, que isoladamente têm dificuldades em vencer desafios.

Esse o princípio básico do cooperativismo sem envolvimento partidário, ideológico ou religioso, sem a necessária repartição do patrimônio entre os degraus do poder. O cooperativismo se consagra cada vez mais como instrumento de inclusão social.

Por isso, o tema abordado no *Simpósio Brasileiro de Cooperativismo*, de 6 a 8 de dezembro, em Cuiabá, é muito próprio para que a população brasileira, especialmente a menos favorecida, adote o cooperativismo como saída para suas necessidades.

O cooperativismo é sinônimo de inclusão social. Basta observar que a empresa é constituída não de capital, mas de pessoas. Os associados e seus familiares são o maior patrimônio dessa organização que não visa a lucros, e sim a manutenção.

Lógico, é preciso autogestão responsável para cumprir seus objetivos, e para isso existe a lei. É empresa que congrega pessoas, que busca no anonimato as menos favorecidas, que oferece oportunidades e faz inclusão social.

Vejamos o cooperativismo do trabalho. Hoje há no Brasil milhões de pessoas na informalidade, que não têm a oportunidade de emprego formal. O cooperativismo do trabalho pode ser, e será, o grande caminho para retirar da informalidade esses cidadãos, num gesto de inclusão.

Nas cidades, os catadores de lixo se organizam em cooperativas, assim como, no campo, os bóias-frias, os cortadores de cana. Os operários se juntam nas fábricas para o crédito e para o consumo. O pequeno agricultor forma cooperativas agropecuárias para a compra em escala de bens de consumo e insumos, assim como para a comercialização dos produtos da agroindústria. É nessa escala que se inclui o pequeno.

As iniciativas do cooperativismo no Brasil têm sido muito férteis e compõem realmente grande patrimônio, que hoje envolve mais de 20 milhões de pessoas em 13 ramos de atividade.

Vamos encerrar o ano de 2004 com grandes avanços no setor, principalmente a inclusão de milhares de associados e dependentes, das mulheres e dos jovens. Independentemente do tamanho da atividade ou do local onde seja realizada, todos têm a oportunidade de

praticar a gestão empresarial, pois qualquer atuação cooperativista é considerada empresa.

Neste momento que antecede o encerramento da Sessão Legislativa de 2004, vamos dignificar o cooperativismo e homenagear todos os seus integrantes. Invocamos nossos pares a nos irmanarmos para transformar este País numa grande república cooperativista. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ DIVINO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de filho adotivo de Campos dos Goytacazes, estou trabalhando na Comissão de Orçamento para que o Rio de Janeiro receba aquilo que lhe é devido, já que é o segundo Estado da Federação que mais contribui para a arrecadação do Governo Federal, e lamentavelmente, até o momento, recebeu apenas 7,42% de tudo o que foi aprovado no Orçamento de 2004.

Agora estamos reeditando para 2005 o que foi feito anteriormente, na esperança de que isso se materialize. Nas negociações de hoje, conseguimos ampliar os recursos de infra-estrutura para os pontos críticos da BR-101, a conhecida “rodovia da morte”, que liga a cidade do Rio de Janeiro – atravessa toda a região do Norte Fluminense – ao Município de Campos. Tais recursos são extremamente necessários, tendo em vista o alto índice de acidentes naquele trecho.

Dessa forma, esperamos que o Ministério dos Transportes conclua as obras e dê solução a esse problema, para salvar as vidas das pessoas que diariamente transitam naquela rodovia.

É lamentável ter de usar constantemente esta tribuna para cobrar tais iniciativas do Poder Executivo, que tem sido omissos quanto a esse aspecto. Fala-se muito em privatizar a BR-101, em cobrar pedágio do povo sofrido, mas não vemos resultados práticos que equacionem o grave problema daquela rodovia, que se torna ainda mais preocupante com a chegada das chuvas de verão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveite também a oportunidade para lamentar o estado em que se encontra o Rio de Janeiro no que se refere à segurança pública. Ontem, a imprensa escrita, falada e televisada, mais uma vez, chocou a opinião pública ao divulgar as imagens de 7 marginais esquartejados no Morro da Mineira, todos assassinados por traficantes.

O Governo Federal tem ouvidos, mas não ouve; tem olhos, mas não vê; tem boca, mas não fala; enfim, é omissos, assim como o Governo do Rio de Janeiro. O ex-Governador Garotinho não quis assumir novamente a Secretaria de Segurança Pública, porque ficou conhecido no Estado e no Brasil como “Secretário da Insegurança Pública”, porque não conseguiu resolver o problema que hoje afronta, amedronta toda a população fluminense e a deixa refém do marginal, que impõe o terror e o medo. Infelizmente, o Governo assiste a tudo de modo passivo, sem tomar atitudes concretas na área de segurança.

Recentemente, a pedido do Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, o Governo interveio nesse sentido. Esperamos que a Governadora Rosinha tenha a humildade de reconhecer que vidas estão sendo ceifadas, sangue está sendo derramado e peça urgentemente ajuda ao Governo Federal. A população do Rio de Janeiro é a maior vítima, pois, além de pagar altos impostos, está com sua auto-estima abalada pela insegurança.

Solicito ao Presidente da República que interveja na segurança pública do meu Estado, porque todos os dias há morte de civis e policiais. Vivemos pior do que a população do Iraque, que está em guerra.

Esse o protesto que faço neste final de ano. Muito obrigado.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Casa, venho a esta tribuna prestar minha solidariedade ao Prefeito de Criciúma, Décio Gomes Góes, que tem sido alvo de vingança por parte do Vice-Governador de Santa Catarina, Pinho Moreira, que odeia o PT e a administração popular, não ganhou as eleições e é capaz de tudo para ganhar no tapetão. Aliás, isso não é de se estranhar, já que o PMDB prejudicou o PT em todo o Estado de Santa Catarina. Nos lugares visitados pelo Vice-Governador, os votos do PT foram subtraídos. No caso de Indaial, onde eles não conseguiram ganhar as eleições, incomodaram todo o tempo o nosso Governo. Fizeram de tudo para que o Prefeito não se candidatasse à reeleição, e, mesmo depois de ter sido reeleito, tentaram derrubá-lo.

O mesmo está acontecendo com a administração popular de Criciúma. O Prefeito Décio Góes é um político intocável pela sua grandiosidade e generosidade, além de ter coerência em seus atos. Olha para o povo com carinho; faz daquela administração não sua casa, sua propriedade, mas governa de forma participativa; faz mudança de cultura política; permite a interação das pessoas; cria nova entidade política, mostrando que ela pode ser exercida por todos; melhora as condições de vida para o povo, e destina recursos públicos para solucionar os problemas deixados pelo governo do PMDB, tais como esgoto a céu aberto, bairros sujos etc.

O que incomoda àqueles que fazem de tudo para tirar do poder o Governador – entram na Justiça e acirram disputas – é exatamente o fato de S.Exa. ter acabado com a corrupção e os privilégios do governo anterior, além de ter garantido a destinação dos recursos públicos para o bem-estar da população.

Neste momento, desejo me somar aos movimentos sociais e às entidades que estão levantando acampamento em frente à Prefeitura de Criciúma em apoio e solidariedade ao Prefeito Décio Góes. Não podemos nos calar diante da injustiça de se pretender cassar um Prefeito por colocar no seu *slogan* de campanha a palavra “feliz”, que também consta de hinos da Prefeitura. Costumamos usar a palavra “feliz”,

porque nossa luta é para o povo ser feliz e não infeliz. É inadmissível que se cometa tal brutalidade com S.Exa. Está sendo feita injustiça tão grande que não há como medi-la. Esperamos que Tribunal Regional Eleitoral reveja sua decisão.

O povo de Criciúma está nas ruas e permanecerá vigilante para não deixar ninguém assumir a Prefeitura no tapetão. Queremos justiça! Estamos na luta, apoiando e conclamando a população daquela cidade a que vá às ruas, que acampe, leve suas bandeiras em defesa do nosso Governador. Tudo o que foi feito pelo Governo do PT causa inveja e ódio no coração de algumas pessoas. A alternância de governos é importante e precisa ser respeitada. Se o PT tivesse perdido as eleições, teria respeitado o seu adversário, como sempre o faz.

Reitero minha solidariedade ao Prefeito de Criciúma Décio Góes e a toda a sua equipe. Há muito ladrão para ser cassado. Peço que não cometam injustiça com essa digna pessoa, que tem desempenhado magnífico trabalho e merece continuar seu Governo. Seu grupo de assessores tem história de lutas, de compromisso social e de justiça e não de enriquecimento.

Conclamo o povo a que continue mobilizado contra a cassação do Prefeito. Se lutarmos, poderemos mudar a realidade. Foi assim que conquistamos nossos direitos. Esta é a hora de continuarmos lutando pelos nossos direitos conquistados nas urnas: de ter um governo justo. Não se pode abrir um precedente e, devido à perseguição política, punir aquele Prefeito.

Parabéns ao povo pela coragem de levantar a cabeça e de lutar pela sua dignidade. Se formos para as ruas, seremos vitoriosos!

O SR. CARLOS NADER (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dedicar o pronunciamento de hoje novamente ao tema moradia, ao qual me referi ontem, porque entendo que os bons exemplos devem ser seguidos, independentemente de quais sejam os autores das iniciativas.

Há 8 anos, quando assumiu a Prefeitura de Volta Redonda, no sul do Estado do Rio de Janeiro, o Prefeito Antônio Francisco Neto encontrou uma cidade com 150 núcleos favelados. Eram áreas que não dispunham de infra-estrutura e que, por isso mesmo, submetia seus moradores a uma série de sacrifícios.

Hoje, entretanto, todos esses núcleos estão pavimentados, urbanizados, com rede de água e esgoto. Os moradores, enfim, desfrutam de cidadania! Para levar essa melhoria a milhares de pessoas, o Município desenvolveu amplo projeto de investimentos nos núcleos favelados, o que foi cumprido com intensidade e empenho. E não se limitou a isso. Hoje, Volta Redonda exibe ótimo exemplo de que, com planejamento e disposição para cumprir projetos, é possível melhorar a vida das pessoas, incluindo-as verdadeiramente na sociedade.

Há alguns anos, é desenvolvido na cidade um projeto chamado Vilas da Cidadania. São casas construídas pelo Poder Público, com verbas municipais, estaduais e federais, destinadas a receber famílias residentes em áreas de risco. Centenas de casas foram construídas para abrigar pessoas que moravam próximas a ribanceiras, em condições arriscadas. Essas casas, Sr. Presidente, que já são entregues equipadas com pia, chuveiro e vaso sanitário, custam em média 9 mil reais. São residências de boa qualidade, entregues em nome da esposa do chefe de família, para garantir que não venham a ser vendidas em caso, por exemplo, de separação do casal, situação em que a mulher e os filhos continuam abrigados. Trata-se de projeto que pode muito bem ser seguido por outras cidades, principalmente se houver apoio dos Estados e do Governo Federal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários, ouvintes da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, quero me referir a 2 temas neste pronunciamento.

O Prefeito eleito de Salvador, Deputado Estadual João Henrique, iniciou hoje discussão sobre as tarifas públicas cobradas pela Prefeitura daquela cidade para qualquer tipo de solicitação, inclusive inscrição em concursos. Antes de iniciar o mandato em 1º de janeiro próximo, S.Exa. já detecta e enfrenta o problema mediante estudos encomendados sobre o assunto. O objetivo é fazer revisão desses custos. Quando necessário, eles serão reduzidos, abolidos, ou cobrados de acordo com a possibilidade de pagamento dos solicitantes.

É cada vez mais elevado o número de taxas sobre serviços públicos que oneram o cidadão. Entretanto, a Prefeitura de Salvador criará fórmula que permita justiça nessa cobrança. Vamos participar da administração municipal, e entendemos que ações inovadoras sempre terão bom espaço para serem implementadas.

Sr. Presidente, na condição de Deputado do PPS, o segundo ponto que gostaria de abordar refere-se à finalização da CPI do BANESTADO. Não é possível que o trabalho dos Parlamentares seja encerrado dessa forma. Não podemos permitir que se concretize essa situação, que depõe contra o Congresso Nacional. O instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito vai para o ralo, a persistir a decisão tomada ontem pelo Congresso Nacional. Depois de longo período de apurações, não é possível que tudo termine em pizza e que não se responsabilizem os culpados.

Nós, do PPS, representados naquela Comissão pelo Deputado Dimas Ramalho, entendemos que todos os nomes citados, repito, todos, quem quer que seja, devem ser investigados pelo Ministério Público. Não podemos permitir disputa partidária em relação a esse ponto. Muito pelo contrário. A CPI, da qual participaram Deputados e Senadores de vários matizes políticos,

mas todos com responsabilidade pública, apurou fatos que deverão, sim, ser investigados pelo Ministério Público, independentemente dos nomes citados.

Sr. Presidente, nós, do PPS, não podemos aceitar que uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga remessas ilegais de recursos para fora do País por meio das chamadas contas CC5, depois de exaustiva apuração, encerre seus trabalhos sem análise e votação do relatório e conseqüentes encaminhamentos.

Essa CPI não foi constituída apenas para fazer denúncias. Houve problemas? Sim, mas eles têm de ser corrigidos para o bem do Congresso Nacional e das próprias Comissões Parlamentares de Inquérito, que a cada dia perdem a isenção.

É importante dar finalização adequada a um processo que ainda não terminou. O que houve ontem no Congresso Nacional foi a tentativa de jogar o resultado da CPI debaixo do tapete. Não podemos permitir que se ocultem os fatos. Eles precisam se tornar públicos e ter conseqüências práticas.

Se existem problemas na remessa de recursos para o exterior, que eles seja solucionados. Não podemos aceitar que interesses partidários sirvam de obstáculo para uma ação que não é apenas da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas do Congresso Nacional como um todo. Na condição de Deputado Federal, sinto-me particularmente atingido por esses fatos.

Portanto, o PPS exige o devido encerramento dos trabalhos da CPI do BANESTADO.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para dar repercussão a documento produzido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que apresenta resultados das cadeias produtivas da agricultura familiar.

De acordo com o documento, a agricultura brasileira é responsável por 33% do Produto Interno Bruto. Desse percentual, 20% compreende a contribuição da agricultura patronal, o grande agronegócio, e 10,1% é da agricultura familiar.

Sr. Presidente, esse documento consolida nossa idéia a respeito da importância da agricultura familiar no Brasil.

Na agricultura familiar existe grande geração de empregos, como também se observam as maiores preocupações com a questão ambiental e laços de solidariedade. Por meio da agricultura familiar se consolidam as populações no campo, onde lhes são oferecidas oportunidades de cidadania.

Esse estudo, desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE nos autoriza a continuar a luta em defesa da reforma agrária e da distribuição de terra no País. O agronegócio familiar é uma realidade no Brasil e participa com quase 157 bilhões de reais do PIB.

Essa espetacular eficácia da agricultura familiar revela claramente a importância de lutarmos contra o latifúndio improdutivo. Matam-se trabalhadores no campo, cortam-se sonhos e impõem-se grandes prejuízos a este País, obstaculizando o desenvolvimento.

Estou convicto, portanto, de que esse estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo em vista as informações que traz, reforça a política do Governo do Presidente Lula de incentivo à agricultura familiar. Mais do que isso, acho que estamos diante da possibilidade de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, numa próxima etapa, faça um estudo detalhado sobre a agricultura familiar e a agricultura patronal, para conferirmos a eficácia e o rendimento dessas duas modalidades de agricultura. Tenho certeza de que a balança penderá para o lado da agricultura familiar.

Esse estudo é importante para que se crie no Brasil a consciência de que o latifúndio é improdutivo por excelência, e também violento, porque ali se mata, vidas são ceifadas e frustrados se vêem os sonhos e expectativas de produção num país agrário como o nosso.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos assistido, nos últimos meses, a intensa campanha na mídia em defesa do uso, da comercialização e da produção do chamado amianto crisotila, na tentativa de mostrar à população brasileira que se trata de modalidade especial, inócua e inofensiva, que não causa danos à saúde. Ao contrário, a opinião internacional consolidada a respeito é de que esse produto é cancerígeno e causa asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma.

A Organização Mundial de Saúde editou, em 1998, a normativa Critério de Saúde Ambiental nº 102, na qual estabelece, de forma cristalina, que qualquer tipo de amianto, inclusive a crisotila, aumenta o risco de contrair as referidas doenças.

Portanto, dar outro nome ao amianto é dourar a pílula, é iludir a opinião pública. Desde logo, torna-se importante denunciar essa tentativa industrial de substituir o nome convencional pelo da crisotila, ação cujas conseqüências não podem ser minimizadas nem consideradas efêmeras, por ser atentatória à saúde pública.

O amianto, também chamado de asbesto, é um mineral de fibras finas e sedosas. Seja do tipo crisotila ou não, é produto de uso proibido em 42 países, onde são comuns ações indenizatórias contra empresas que o utilizaram ou ainda o utilizam. Só na Europa, 5 mil pessoas morrem anualmente devido a doenças originárias do amianto. Como, se na maioria dos países ele já está proibido? Ocorre que os sintomas se manifestam, muitas vezes, anos depois da exposição ao produto. Estima-se que o volume de indenizações, só nos países da Comunidade Européia, chegue a 80 bilhões de dólares, segundo relatório da Price Waterhouse Coopers, feito em 2002. Processo semelhante ocorre na

África do Sul, onde o amianto tem sido utilizado e as mortes decorrentes de tal uso começam a ser questionadas na Justiça.

Em 1996, o Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França publicou inquestionável relatório, concluindo cientificamente que *“todas as fibras de amianto são cancerígenas, qualquer que seja o seu tipo ou origem geológica”*. Em função desse relatório, a França banuiu, no ano seguinte, a exploração e o uso de amianto em todo o seu território.

Não bastasse o exemplo e a cautela internacionais, estudos e pesquisas feitos pelos Drs. Arthur Frank e René Mendes mostram que o amianto crisotila brasileiro deve ser considerado como tendo potencialidade biológica de produzir cânceres, incluindo a asbestose e o mesotelioma.

Não existem condições aceitáveis para o uso do amianto, o que foi denunciado em documento intitulado *Chamamento Internacional*, elaborado pelo Collegium Ramazzini, de Roma, academia científica internacional composta de 180 membros. Segundo o colegiado, *“existe farta disponibilidade de substitutos mais seguros e apropriados para o produto,”* – o amianto sob todas as formas – *“não sendo aceitável seu uso nem em nações desenvolvidas, nem naquelas de industrialização mais recente”*.

De se concluir, portanto, que a tentativa de dissociação do amianto crisotila brasileiro dos males causados à saúde pelo amianto crisotila do resto do mundo não passa de ardil propagandista, cuja sordidez, aliás, está prevista pelo Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, do Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária, em seus arts. 23, 27 e 32:

“Art. 23 Os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do Consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade.

.....
Art. 27 O anúncio deve conter uma apresentação verdadeira do produto oferecido, conforme disposto nos artigos seguintes desta Seção, onde estão enumerados alguns aspectos que merecem especial atenção.

§ 1º – Descrições. No anúncio, todas as descrições, alegações e comparações que se relacionem com fatos ou dados objetivos devem ser comprobatórias, cabendo aos Anunciantes e Agências fornecer as comprovações, quando solicitadas.

§ 2º – Alegações. O anúncio não deverá conter informação de texto ou apresentação visual que direta ou indiretamente, por implicação, omissão, exagero ou ambigüidade, leve o Consumidor a engano quanto ao produto anunciado, quanto ao Anunciante ou seus concorrentes, nem tampouco quanto à:

- a) natureza do produto (natural ou artificial);
- b) procedência (nacional ou estrangeira);
- c) composição;
- d) finalidade.

.....
 Art. 32 Tendo em vista as modernas tendências mundiais, e atendidas as normas pertinentes do Código de Propriedade Industrial, a publicidade comparativa será aceita, contanto que respeite os seguintes princípios e limites:

- a) seu objetivo maior seja o esclarecimento, se não mesmo a defesa do Consumidor;
- b) tenha por princípio básico a objetividade na comparação, posto que dados subjetivos, de fundo psicológico ou emocional, não constituem uma base válida de comparação perante o Consumidor;
- c) a comparação alegada ou realizada seja passível de comprovação..."

A campanha publicitária em questão propala a idéia de que a exploração e a comercialização de produtos à base de amianto crisotila brasileiro são altamente controladas e que estariam de acordo com as mais exigentes normas da Organização Internacional do Trabalho. Não é verdade, tanto que as primeiras e maiores vítimas são os trabalhadores. Proliferam os processos de descaso com a saúde de trabalhadores ligados à mineração e à industrialização do amianto, sendo notórios os prejuízos à saúde causados por dita indústria, que age em total descumprimento aos preceitos da OIT, aceitos pelo Brasil através do Decreto nº 126/91.

A campanha de defesa do amianto crisotila usa de artifício leviano, que não se coaduna com a realidade, visto que, indubitavelmente, a exploração e a comercialização do referido minério e seus subprodutos expõem a população a desnecessários e constantes riscos de contaminação.

No Brasil, a maioria das caixas d'água residenciais e industriais são de cimento-amianto, mesma matéria-prima utilizada na fabricação de telhas e canaletas, em tubos e como isolante térmico. Usa-se o amianto na indústria automotiva e em brinquedos e materiais escolares. Em todos os casos, existem substitutos com características melhores. Porém, predomina o interesse comercial na sua exploração e utilização, independentemente do fator de risco imposto à população. Saber que o mal existe e vendê-lo é ato de barbárie. São bárbaros os que conhecem o problema e não se dispõem a enfrentá-lo, de forma a bani-lo, expurgá-lo, como fizeram e fazem outros países.

Por isso, não estamos dispostos a calar em face da ofensa contida na propaganda ilegítima, falsa, na agressão à inteligência do povo, dos dirigentes, dos

órgãos controladores e até desta Casa. A saúde da população espera mais, muito mais, de todos nós.

É triste observar que enquanto vários países vão banindo o amianto das suas fronteiras, a posição do Brasil continua tímida em relação ao assunto. Na França, o Parlamento anunciou que vai instalar nos próximos dias Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar danos causados por exposição ao amianto, cuja comercialização está proibida naquele país desde 1997. Hoje são registradas 3 mil mortes por ano como consequência da aspiração de poeira do mineral, segundo cálculos das autoridades sanitárias francesas.

A estratégia dos lobistas do amianto na Europa, no Brasil, no Canadá, em vários países emergentes e do Terceiro Mundo é tentar minimizar os efeitos desastrosos dessas fibras para a saúde, fato que constitui um dos grandes escândalos de saúde pública nos últimos anos. Tais países permitem a exploração e comercialização desse produto, agindo de forma idêntica, geralmente orientados por associações de defesa do produto.

No Brasil, que tem uma das maiores minas de amianto do mundo, a de Goiás, várias cidades (São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Osasco, São Caetano do Sul, entre outras) e 3 Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) aprovaram leis que proíbem o uso do produto. Infelizmente, as leis estaduais de São Paulo e de Mato Grosso do Sul foram revogadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob a alegação de que ambos os Estados invadiram a competência do Governo Federal.

Na verdade, pesaram nessa decisão os interesses econômicos envolvidos. O Governo de Goiás tem na exploração desse mineral a segunda arrecadação de ICMS do Estado.

O forte **lobby** das mineradoras tem conseguido evitar uma legislação restritiva e manter a produção de artigos contendo amianto, mesmo com a multiplicação de casos de doenças fatais.

Em vários países, entretanto, a mobilização pelo banimento do minério tem obtido sucesso. No último dia 21 de novembro, por exemplo, foi aprovada em Tóquio a Declaração Anti-Amianto, durante o Congresso Mundial do Amianto (GAC/2004), evento que reuniu quase mil representantes de mais de 40 nações. O Japão foi um dos maiores consumidores mundiais de amianto e grande importador do Brasil, mas, através dos esforços conjuntos da sociedade japonesa, autoridades públicas, ativistas e associações de vítimas, já proibiu a maioria de suas utilizações.

Desde 1998, o Critério de Saúde Ambiental 203, da Organização Mundial da Saúde (OMS), considera o amianto crisotila ou asbesto altamente cancerígeno e responsável por doenças respiratórias como a asbestose, uma fibrose pulmonar que diminui a elasticidade dos pulmões, dificultando a respiração, e a mesotelioma, tumor do pulmão. O mineral é utilizado na

fabricação de telhas, caixas-d'água, pastilhas de freio, roupas especiais, termoplásticos e tintas.

Por apresentar riscos para a saúde humana e para o meio ambiente, seu uso foi proibido em 42 países. A partir de 2005, será também na Europa. Nos Estados Unidos, o amianto já matou mais de 200 mil, número que pode se elevar a 750 mil até 2030.

No Brasil, dados do Ministério do Trabalho referentes apenas às empresas com cadastro oficial revelam que 165 indústrias produzem, utilizam ou comercializam amianto. Juntas empregam 15 mil trabalhadores, dos quais 3.500 (23%) mantêm contato direto com o minério.

Apesar dos sucessivos exemplos internacionais, o amianto ainda é muito utilizado no Brasil, um dos maiores produtores mundiais, para coberturas, telhas e tubulações de cimento-amianto, isolamento térmico, principalmente na indústria bélica, pesada e naval, materiais de fricção etc. O Governo brasileiro optou pela tese do “uso seguro” do amianto, colocando o País numa posição de explícita defesa da crisotila e na contramão da história, para prejuízo da saúde, da vida e do meio ambiente.

Na verdade, a intenção brasileira de adotar a Convenção nº 162 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da utilização do asbesto em condições de segurança, é uma forma de proteger o mineral, permitindo que seja utilizado em condições consideradas “seguras”. O objetivo é impedir o banimento completo e imediato do asbesto e garantir alguns anos de sobrevida aos negócios da crisotila, com a legitimação internacional estabelecida em um fórum com o prestígio da OIT.

Durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, de 26 a 31 de janeiro de 2005, está prevista a realização da Oficina das Vítimas do Amianto, que reunirá trabalhadores, ex-empregados e expostos em geral da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Será grande oportunidade para o Governo Lula anunciar medida eficaz de banimento do mineral no País. O discurso oficial é que uma decisão definitiva será tomada até abril, mas outras promessas foram feitas anteriormente, e as soluções têm sido adiadas.

Temos grande expectativa de que também no Brasil se pare de comercializar a saúde e a vida da população. Já existem alternativas seguras e apropriadas para o uso do amianto. Só com o banimento definitivo do produto protegeremos o trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. HELENO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o programa brasileiro de combate à AIDS, que contempla as áreas de prevenção, assistência e tratamento, acaba de ganhar reconhecimento mundial. Isso porque nosso País poderá ser o primeiro a sediar o Centro Internacional para Cooperação Técnica sobre HIV/AIDS do Programa Conjunto das Nações Unidas – UNAIDS.

Esse centro englobará a cooperação técnica sobre HIV/AIDS e encontra-se inserido em acordo proposto pela UNAIDS ao Presidente Lula. O protocolo de intenções prevê investimento na ordem de 1 milhão de dólares americanos, com recursos adicionais a serem arrecadados na iniciativa privada e em organismos internacionais.

A grande importância desse centro é que ele funcionará como organismo de capacitação de profissionais e técnicos dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem acordo na área. Será um centro de referência onde haverá perfeito intercâmbio de informações envolvendo prevenção, tratamento, direitos humanos e vigilância epidemiológica.

Esse acontecimento vem coroar o trabalho que o nosso País vem realizando desde 1995, com vista ao efetivo combate desse terrível mal. Estão hoje ombreados com o Brasil cerca de 25 países, que funcionarão como multiplicadores dessa prática, sempre respeitando as especificidades culturais de cada um.

Outro passo importante que gerou a vinda desse centro foi a implantação, ainda em 2002, do Programa de Cooperação Internacional – PCI com outros países em desenvolvimento, que tem como objetivo precípua compartilhar experiências no campo.

São fatos dessa natureza que nos enchem de orgulho, levando-nos a parabenizar a administração do Governo do Presidente Lula pelo trabalho que vem implementando no setor.

Portanto, é de grande importância a implantação do Centro de Cooperação Técnica sobre HIV/AIDS, que, além de difusor de informações, dará verdadeiro certificado de credibilidade ao eficiente trabalho desenvolvido pelo nosso serviço sanitário, o qual, a exemplo do passado, continua merecendo reconhecimento mundial.

Sr. Presidente, ao encerrar este ano, aproveito para expressar meu orgulho em ver que demos vários passos à frente e nenhum para trás. Por isso, quero aplaudir meus colegas Deputados.

Ontem, em conversa com vários deles, afirmei de grandes alegrias que experimentei recentemente: primeiro, o nascimento do meu quarto neto, há 4 meses; segundo, a comemoração dos 100 anos de idade de minha mãe, no dia 7 de setembro; terceiro, a vitória, com o apoio dos colegas, contra perversa mentira divulgada pela CUT; quarto, a reativação da biblioteca pública e do centro cultural, ainda não inaugurado, em Duque de Caxias.

Pediram-me para não falar sobre a CUT, mas a notícia mentirosa dada pela Central aos trabalhadores de que acabaríamos com o 13º salário, o Fundo de Garantia e o auxílio-natalidade fez com que 253 colegas perdessem a última eleição. Isso me doe e feriu minha honra. Tenho como princípio de vida o respeito aos direitos dos trabalhadores e menos favorecidos. Como podia sofrer tamanha infâmia? Até minha filha

chegou em casa chorando, certo dia, e me chamando de monstro. Eu já havia contado isso aqui.

Graças à Mesa Diretora, tudo acabou sendo esclarecido. A CUT teve de se retratar, e divulgou no seu **site** que nunca fizera parte da nossa pauta qualquer projeto contra o 13º salário, o Fundo de Garantia e o auxílio-natalidade. Assim, minha honra foi lavada.

Minha quarta grande alegria, repito, foi a reativação da biblioteca pública e do centro cultural na minha cidade, após 5 anos de luta. A biblioteca é a segunda maior do Estado. Caxias, antes terra do banguê-banguê, passa a ser referência cultural. Nossos sonhos tornam-se realidade. Antes, tínhamos de estudar no Rio de Janeiro, mas agora temos nossa própria biblioteca.

Portanto, Sr. Presidente, estou feliz pelo meu desempenho parlamentar e pela alegria em estar com os colegas, como numa grande família, e também pelo fato de ser o porta-voz da minha cidade, Duque de Caxias. Na última eleição, não saí vitorioso o nosso candidato. Mesmo assim, lá estarei para ajudar com a minha voz e com mais recursos. Conforme eu disse ao novo Prefeito, não existem inimigos políticos. Acima de tudo, tenho obrigação com a minha cidade, Duque de Caxias, e com o Estado do Rio de Janeiro. Por isso, repito, estou feliz.

Quero parabenizar os membros da Mesa, o Presidente, o Vice-Presidente e os Secretários pela conduta exemplar. Eu conversava há pouco com um colega e comentava que nunca – estou aqui há 6 anos e 90 dias, estes em estágio, vi atuação tão salutar, hospitaleira e humana como a da atual Mesa Diretora, que sempre deu aos pequenos oportunidade de externar suas opiniões.

Que marquemos, no ano bom que está chegando, presença neste chão brasileiro, com vontade e vocação de transformar este País, sempre respeitando o próximo.

Que o Deputado Inocêncio Oliveira mantenha a inocência absoluta de querer fazer o bem para o próximo e defender sua terra, como sempre tem feito. S.Exa. é um grande companheiro, e de sua sabedoria muito aprendi.

Ao Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, os meus parabéns pelo desempenho.

A essas meninas bonitas e capacitadas que trabalham conosco, nosso abraço afetuoso e nosso desejo de que os seus lares tenham prosperidade e paz. Só assim poderemos trabalhar melhor e progredir mais.

A todos os colegas, os meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Meu caro Deputado Dr. Heleno, agradeço os elogios a mim dirigidos, bem como ao Presidente João Paulo Cunha e a toda a Mesa Diretora.

Também eu, Deputado Dr. Heleno, fui vítima daquele panfleto infame, distribuído em Municípios do meu Estado, dizendo que tínhamos aprovado um projeto aqui que acabava com o 13º salário, com a auxílio-natalidade e até com as férias dos nossos trabalhadores.

Felizmente, a CUT fez o desmentido, reconhecendo que nunca foi votado projeto dessa natureza. Portanto, como poderíamos tê-lo aprovado?

Foi uma infâmia cometida contra Parlamentares de bem, como V.Exa., Deputado Dr. Heleno, que tem zelado pelo seu mandato, defendendo com denodo sua querida Duque de Caxias e todo o Rio de Janeiro, e honrando os eleitores daquele Estado que confiaram em V.Exa. brilhante homem público que tem engrandecido muito a nossa instituição.

Parabéns, Deputado Dr. Heleno!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra meu grande amigo e futuro Secretário de Agricultura do Estado de Goiás, o nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PP-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me somar a V.Exa. e ao nobre colega Deputado Dr. Heleno, que me antecedeu na tribuna, porque também fui uma daquelas vítimas. Apesar de tudo, acho que valeu, pois não tinha condições de fazer propaganda em **outdoors**, e eles, agindo assim, estamparam minhas fotos por todo o Estado, o que até me ajudou. De qualquer maneira, o tempo passou e, como dizem, o tempo é que cura queijo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, duas razões me trazem hoje à tribuna. A primeira delas alegra-me bastante: há poucos meses esta Casa, por indicação do meu Partido, o PP, elegeu-me membro do Conselho da República, e, na semana passada, a Presidência da República comunicou-me que eu tomara posse hoje, às 16h30min. Como foi a Casa que me conduziu ao cargo e como o mandato pertence também aos nobres colegas, apesar do convite já enviado a cada gabinete parlamentar, achei por bem reiterá-lo. Convido todos a prestigiarem hoje, às 16h30min, nossa posse no Conselho da República, onde procurarei representar a Câmara dos Deputados à altura de todos os seus membros.

O segundo motivo que me traz à tribuna não me provoca satisfação, muito pelo contrário. Anuncio, com muita tristeza, o passamento do grande companheiro e amigo Getúlio Vaz. Vereador de Inhumas, de 1954 a 1960, pela União Democrática Nacional – UDN, foi, em seguida, eleito por 3 vezes consecutivas Deputado Estadual, também pela UDN.

Meu conterrâneo, Getúlio Vaz nasceu em Inhumas, em 5 de março de 1931. Como já disse, ingressou muito jovem na vida pública; além de político, foi um grande poeta, escrevendo grandes obras, a exemplo de *Madrugada* e *Versos Diversos*. Ressalto que a nova edição de *Madrugada* foi revisada e ampliada.

Falo de Getúlio Vaz, filho do Sr. Joaquim Pedro Vaz e de D. Jovita Póvoa Paz. Deixa 3 irmãos – Carlos Alberto dos Passos, Abelardo Vaz e Atayde Póvoa Vaz —, bem como 2 filhos – Marcelo Rodrigues, que mora em Luziânia, e Eliane Moura, em Goiânia.

Também deixa alguns sobrinhos, dentre eles Abelardo Vaz, Prefeito eleito de Inhumas, que, certamente, dará continuidade ao trabalho do tio, embora não mais pela UDN, mas pelo PP, o sucedâneo daquele partido.

Foi um dileto amigo, e seu passamento deixa a cidade e todo o Estado de luto, pois em sua vida prestou grandes e relevantes serviços, principalmente quando atuou pela oposição, adversária do então PSD de Pedro Ludovico Teixeira; e, quando Vereador, fazia oposição ao Prefeito, também do PSD.

Getúlio Vaz foi autêntico homem público. Desempenhou com muito denodo a função pública. Aposentou-se por invalidez quando exercia a função de Procurador do Estado.

Sr. Presidente, solicitamos a V.Exa. o registro de seu passamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Durante o discurso do Sr. Roberto Balestra, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Nader, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Nader) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Bornier.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contrariando as expectativas dos aposentados na Nação brasileira, que esperavam a passagem de ano em clima de otimismo e confiança nos destinos do País, o Governo se antecipa para conceder-lhes um reajuste equivalente apenas à reposição da inflação, um verdadeiro presente de grego que nada tem a ver com a realidade dos nossos dias.

O que vemos, Sr. Presidente, é que, pelo terceiro ano consecutivo, o Governo vai conceder aos aposentados e pensionistas que recebem mais do que um salário mínimo – ou seja, 37,2% dos 22 milhões de beneficiários do INSS – apenas a reposição do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE.

Diante disso, o reajuste dos benefícios acima do mínimo não deverá ser superior a 6%, pois o INPC entre janeiro e novembro foi de 5,23%. Com a elevação do mínimo para 300 reais, o percentual de reajuste concedido pelo Governo foi de 15,3%, o que provocará um impacto de 1,6 bilhão de reais nas contas do INSS.

Todos nós sabemos que este tratamento diferenciado aos aposentados com proventos acima do mínimo levará estes a um achatamento de renda. Isso porque o salário da maioria dos beneficiários já não corresponde às necessidades básicas de uma família.

Portanto, os índices encontrados pelo Governo não são suficientes para atender à classe dos aposentados e pensionistas.

Evidentemente, não vamos comparar um país em desenvolvimento com um país desenvolvido, em

que a economia seja estável o desemprego, tolerável, com plena consciência de suas aspirações e responsabilidades, diferentemente da situação brasileira, que fechou o mês de fevereiro último com cerca de 1,5 milhão de desempregados.

Sr. Presidente, os brasileiros não agüentam mais tamanho arrocho salarial e financeiro! Este Governo jamais titubeia ao optar entre a melhoria da qualidade de vida da população e o cumprimento das metas draconianas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. O resultado é que a população brasileira continua a cumprir sua triste sina de passar fome em meio à fartura.

Causa-me enorme indignação constatar que os nossos aposentados, continuam sendo tratados como marionetes. Ao longo dos 5 séculos de história do Brasil, nossos trabalhadores derramaram sangue, suor e lágrimas para produzir riquezas fantásticas, mas que jamais se traduziram em indicadores sociais minimamente aceitáveis para o bem da população brasileira.

Enquanto a riqueza acumulada pelo trabalho de nossos homens, mulheres e até crianças é enviada sem escrúpulos ao exterior, milhares de cidadãos brasileiros continuam morrendo feito moscas, diariamente, por falta das mais básicas condições de higiene e de alimentação.

Lamentavelmente, a qualidade de vida dos aposentados brasileiros não é prioridade para o Governo do nosso País. Para os embaixadores do capital internacional, prioritário é o cumprimento rigoroso de todas as metas estabelecidas pela equipe econômica. Feita a pilhagem, as migalhas são lançadas à nossa sofrida população, envolvidas em palavras bonitas e acompanhadas por atraentes campanhas publicitárias.

Sr. Presidente, está na hora de rompermos definitivamente com essa trágica vocação que faz de nosso País um renitente acumulador de riquezas à custa do sacrifício e da dignidade dos brasileiros!

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manancial de sabedoria e fonte inesgotável de lições de vida, a Bíblia relata a parábola do filho pródigo que resolveu deixar o lar paterno em busca de novos horizontes. O evangelista Lucas nos conta que o filho pródigo andou por mil caminhos, colheu ventos e tempestades, alegrias e infortúnios. Conheceu terras hospitaleiras e abrigou-se em tendas estrangeiras. Na descoberta de novos horizontes ele haveria de lembrar que havia deixado seus laços afetivos no lar paterno.

Em meio a uma dessas caminhadas, o filho pródigo resolveu voltar às origens. Caminhou em direção ao lar e foi recebido com alegria e festa pelo seu pai. Houve a celebração do reencontro. O pai mandou sacrificar o novilho mais cevado para simbolizar um novo tempo de fartura. De volta ao lar paterno, o filho pródigo confessou que não se acostumara nas terras por onde andou.

Numa adaptação da parábola aos tempos modernos, se poderia lembrar a frase do escritor e notável político paraibano José Américo de Almeida de que “*voltar é uma forma de renascer e ninguém se perde no caminho da volta*”.

A parábola do filho pródigo vem à mente neste reencontro do Deputado Roberto Magalhães Melo com suas origens partidárias. Num certo momento de transição, ele revelou que havia mudado para continuar fiel a si mesmo. Assim aconteceu em sua trajetória política, na busca e na descoberta de novos horizontes, em meio a alegrias e infortúnios inerentes ao exercício da vida pública e às nossas próprias contingências existenciais. A parábola do filho pródigo é rica em reflexões sobre a busca de conhecimentos, privações, generosidades e reencontros.

Somos todos filhos pródigos em algum momento da vida, mesmo os que continuaram sempre à sombra do lar paterno.

Hoje, tenho a alegria e a honra de saudar o amigo e companheiro Roberto Magalhães Melo na celebração do seu retorno ao Partido da Frente Liberal. Apresento meu testemunho de que, mesmo quando percorreu outros caminhos em busca de novos horizontes, ele manteve os laços afetivos e eletivos com suas origens partidárias. Continuou a cultivar os laços da amizade e da lealdade.

Em sua trajetória de homem público, como Secretário de Estado, Vice-Governador, Governador, Prefeito do Recife e Deputado Federal, Roberto Magalhães foi pródigo na realização de obras em favor do bem comum. Ao ocupar esses cargos, deixou sua marca de competência e de espírito público.

De minha parte, aprendi com meu querido pai, Missena (Vicente Inácio de Oliveira), a realizar sem prometer, para não ser um comprador nem um vendedor de ilusões. Surgem daí nossas afinidades em torno de princípios e ideário do social-liberalismo.

Em janeiro de 1994, ao exercer a liderança do Partido da Frente Liberal, este Parlamentar indicou o Deputado Roberto Magalhães para ser o Relator da Comissão Mista de Inquérito sobre o Orçamento da União, sob a Presidência do Senador Jarbas Passarinho. Naquele momento, havia o clamor da sociedade para que o Congresso Nacional fizesse a depuração dos elementos acusados de corrupção infiltrados em seu organismo. O Relator cumpriu a missão com exemplar equilíbrio e propriedade, sendo encaminhadas as conclusões do relatório para que fossem adotadas as providências complementares pelo Ministério Público e pela Justiça.

Mudou o Natal, mudou o Brasil e mudamos todos nós, como diria o escritor Machado de Assis. Nestes prenúncios de Natal e Ano-Novo, desejamos que Roberto Magalhães seja bem-vindo, ao modo do filho pródigo de volta ao lar paterno!

E que esta união fraterna seja campo fértil, sob o signo dos nossos ideários, para caminhadas ven-

turosas ao lado dos companheiros do partido para a conquista de novos horizontes.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO CORRÊA (PP-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação e orgulho que venho a esta tribuna para ressaltar alguns dos avanços obtidos pelo País em 2004, resultado de votações nesta Casa e da atuação direta de Parlamentares.

Um dos assuntos a que me refiro é a decisão da utilização do *biodiesel* na mistura com o óleo derivado do petróleo. Além da economia com a redução do consumo de *diesel* – da ordem de 800 milhões de litros somente em 2005, conforme dados do Ministério de Minas e Energia —, a qualidade do ar, principalmente a dos grandes centros, será afetada positivamente, o que resultará na diminuição de casos de doenças alérgicas e broncopneumonias, aliviando o movimento e reduzindo os gastos nas unidades públicas de saúde.

E o mais importante: o programa do *biodiesel* vai gerar emprego e renda nas regiões mais pobres do Brasil, beneficiando pequenos agricultores, e será capaz de impulsionar o desenvolvimento de áreas como o semi-árido nordestino, região cuja pobreza conheço de perto e à qual tenho dedicado minha vida pública de mais de 25 anos, no sentido de reduzir as carências de tantos Municípios, sobretudo os situados na zona da Chapada do Araripe, que fica entre meu Estado, Pernambuco, o Piauí e o Ceará.

O fato é que o programa do *biodiesel*, aliado ao PROÁLCOOL, transformará o Brasil na principal potência mundial produtora de combustíveis alternativos, de fontes renováveis, e de custos significativamente menores aos da extração ou importação de petróleo.

Isso será possível pela evolução da pesquisa agrícola e pela quantidade de terras produtivas no País. O *biodiesel* é um combustível renovável produzido com oleaginosas como mamona, soja, dendê e girassol, encontradas em abundância no Brasil. O óleo vegetal é extraído dessas plantas por esmagamento e, em seguida, posto a reagir quimicamente com álcool, metanol ou etanol, com a presença de um catalisador.

Os 57 Deputados que hoje compõem a bancada do Partido Progressista, a quarta maior da Câmara e que tenho a honra de presidir, muito se empenharam e continuam trabalhando para que toda a legislação referente ao programa do *biodiesel* seja aprovada nesta Casa.

Outro motivo de orgulho para todos os brasileiros é a evolução do agronegócio no nosso País. Essa atividade tem sustentado os sucessivos saldos positivos do conjunto da nossa balança comercial. Este ano, a balança do agronegócio atingiu superávit acima de 29 bilhões de dólares, o que representa um aumento de quase 35% na comparação com o resultado do ano passado, que superou os 21 bilhões de dólares.

Os destaques de 2004 no agronegócio foram os aumentos de remessas de produtos dos complexos

soja e carnes, assim como a redução de importação de trigo, devido ao aumento da produção doméstica do grão.

O sucesso desse segmento deve-se, em grande parte, à atuação do Governo Federal, que liberou um montante maior de financiamento, estimulou pesquisas científicas, por meio da EMBRAPA, para aumento da produtividade, tem investido na defesa sanitária e defendido, de forma decisiva, na Organização Mundial do Comércio, os interesses dos produtores brasileiros contra os subsídios de outros países.

O Partido Progressista também tem contribuído para o crescimento do agronegócio. No passado, com 2 Ministros da Agricultura que ajudaram a criar as condições necessárias para que a atividade deslanchasse: o Deputado Francisco Turra e Pratiní de Moraes. No presente, com a forte atuação da Comissão de Agricultura da Câmara, presidida pelo Deputado Leonardo Vilela, do PP de Goiás, e com o trabalho incansável de mais 11 Deputados da legenda, que fazem parte da mesma Comissão.

Os resultados alcançados pelo agronegócio são inúmeros e não quero aqui me alongar em números. Mas, por meio do crescimento dessa atividade, a renda de agricultores familiares aumentou e foram criados verdadeiros pólos de produção, especialmente no Centro-Oeste, onde há prosperidade e melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes.

O agronegócio tem contribuído, ainda, para fixar o homem no campo, evitando o inchaço maior dos grandes centros.

O tema agronegócio me apaixona, mas não pretendo cansar os senhores.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, pela correta e digníssima atuação durante todo o seu mandato, que conquistou o respeito e a admiração de seus pares.

Estendo meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa Diretora, especialmente aos meus companheiros de bancada, Deputado Severino Cavalcanti e Deputado Ciro Nogueira.

Ao Presidente e às Sras. e aos Srs. Parlamentares, aos funcionários, assessores, jornalistas e frequentadores do Congresso desejo um feliz ano novo e que os sonhos se transformem nas obras que imaginamos e que possam melhorar as condições do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Carlos Nader, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero saudar o eminente Deputado Roberto Balestra pela posse no Conselho da República.

Desejo que Deus o ilumine e que o Conselho seja convocado apenas para ajudar nosso Governo.

A folha corrida de trabalhos que S.Exa. tem nesta Casa já demonstra o que vai realizar naquele órgão.

Sr. Presidente, o meu pronunciamento – e desde já agradeço ao Deputado Lupércio Ramos pela permuta – objetiva mostrar uma imagem positiva do nosso País, embora faça parte do Governo.

No Governo de José Sarney, passei 4 anos na Constituinte representando o PMDB. Com a ajuda do então Presidente Sarney, conseguimos elaborar uma Constituição duradoura. Mesmo assim, naquele momento, privava-me de fazer pronunciamentos afirmando que o Presidente Sarney, embora não tenha sido eleito pelo voto direto, preparava a redemocratização do País.

Hoje, porém, me sinto na obrigação de fazer este pronunciamento porque trabalhei muito durante anos, na qualidade de funcionário da Rede Ferroviária Federal e advogado, para levar aos quatro cantos deste País a palavra da redemocratização, da tomada do poder, enfim, da mudança.

Há 2 anos e pouco meses, conquistamos, com o Partido dos Trabalhadores, a eleição do companheiro Lula para Presidente da República. No entanto, o povo quer saber o que mudou neste País e o que o Brasil conseguiu durante o Governo do Presidente Lula.

Quero saudar a platéia que vê o plenário vazio e dizer que nossos companheiros estão na Comissão Mista do Orçamento.

Parabenizo todos por virem a esta Casa, onde debatemos os problemas do Brasil.

Sr. Presidente, estou neste Grande Expediente para dizer ao Brasil, que nos vê através da *TV Câmara* e nos ouve pela *Rádio Câmara*, que este Governo que apóio e que ajudei a eleger está no caminho certo. Nossas dificuldades são enormes, mas o Presidente Lula conseguiu em 2 anos de governo fazer a exportação de nossos produtos como nunca foi feito. São 95 bilhões de dólares de exportações este ano contra uma importação de pouco mais de 62 bilhões de dólares. Cresceram as importações, mas cresceram muito mais as exportações. Com isso, tivemos um superávit de mais de 33 bilhões de dólares.

Perguntam por que Lula foi à Ásia, por que discutiu tanto aqui na América Latina, por que foi à África e ficou por lá. Por que o Presidente Lula viajou tanto? Viajou não só para ver os problemas dos negros, que trouxeram essa civilização extraordinária para o Brasil, que desbravaram as fronteiras virgens brasileiras, mas também para abrir os mercados aos produtos brasileiros, para mostrar o que é o Brasil.

Com a autoridade de um Presidente que teve mais de 50 milhões de votos, conseguiu também a

estabilidade da economia de fato e de direito, e não uma estabilidade feita em computadores. Conseguiu impor respeito aos países credores. Nossa economia começou a se valorizar na hora em que o Risco Brasil ia desaparecendo após ter chegado a 1.500%. Conseguimos baixar esse número para menos da metade.

Falam que os juros estão altos. Sim, estão altíssimos. No entanto, recebemos o País com juros de 27% ao ano. Ele está agora entre 16% e 18%, mas, se Deus quiser, vamos chegar a juros suportáveis.

O crescimento no ano passado foi zero e o deste ano vai ultrapassar os 6%.

Nesse sentido, é bom perguntar: será que vamos suportar? Estamos crescendo muito, principalmente na área de produção de grãos, e as rodovias e ferrovias do País foram aniquiladas; os portos, da mesma maneira.

Já estamos vendo o Governo preocupado em revitalizar as malhas rodoviária e ferroviária. Na semana passada, o Presidente Lula chamou-nos ao Palácio do Planalto para mostrar uma grande indústria que será instalada em Recife com o custo de 2 bilhões de reais. Mais de mil empregos diretos serão criados só na sua construção.

Disse-nos ainda S.Exa: “*Vamos tratar ainda hoje da Ferrovia Transnordestina, para interligar o Porto de Petrolina ao Porto de Suape, em Recife, e interligar o Porto de Petrolina ao Porto de Pecém*”. Serão feitos dois pequenos ramais, sendo um para pegar todo o gesso do Brasil, que está na região do Araripe.

Sr. Presidente, comecei a perguntar-me se vale a pena trazer este pronunciamento para mostrar que o Brasil cresceu, que o PIB cresceu, que o Governo está construindo estradas, que vai construir ferrovias, que vai revitalizar o Rio São Francisco, que andou morrendo.

O outro lado que o Governo Lula mais cuidou foi o das pessoas.

Como patriota, não poderia deixar de respeitar as opiniões dos companheiros da Oposição. Eles dizem: “*Fome Zero, para quê? Para que Bolsa-Renda? Para que Vale-Gás, Bolsa-Escola?*” Isso é uma vergonha.

Diz isso quem nunca passou fome, quem tem um botijão de gás em casa, quem não vê que a política do crescimento está viva e que estamos fazendo a política social para amanhã não precisarmos do Bolsa-Renda. Escuto as pessoas dizerem: “*Para que transposição ou revitalização do Rio São Francisco? Para que investir 1 bilhão de reais na preservação das matas ciliares ou em saneamento, a fim de que o esgoto não seja jogado no Rio São Francisco?*” Quando ouço isso, começo a me perguntar se é porque querem a miséria da indústria da seca, aquela que faz com que coronéis tomem assento nesta Casa por 10, 20, 30, 40 anos, sem olhar os problemas, que chamam de pequenos, mas que são grandes, como o problema da fome, do desequilíbrio social, da falta de confraternização, de amizade, de paz e de amor. Só conseguiremos superar

esses problemas quando tivermos um programa social que una as pessoas.

Por isso, Deputado Zarattini, fico muito feliz em ver algumas coisas do seu Governo sendo resolvidas. O salário mínimo, por exemplo. O Governo teve a coragem de não conceder no início deste ano o aumento que queriam para quebrar o Brasil. No próximo ano, o salário mínimo vai ultrapassar os 100 dólares que queriam no início do ano. É uma grande distribuição de renda.

A outra forma de distribuição de renda foi a geração de novos empregos. O crescimento da economia gerou novos empregos. Houve a confiança dos empresários, que, em vez de comprarem dólares, de aplicarem no mercado financeiro, investiram nas empresas, e o Brasil cresceu 6%.

Neste ano, estamos chegando a 2 milhões de empregos no Brasil.

Ouçó, com muita atenção, meu eminente e eterno líder paulista, Deputado Zarattini.

O Sr. Zarattini – Deputado Gonzaga Patriota, tenho a maior admiração por V.Exa. E minha admiração aumenta ainda mais ao ouvir seu brilhante pronunciamento em defesa do Governo Lula. V.Exa. é um dos melhores Deputados desta Casa e uma liderança incontestada do Nordeste. Quero me alinhar ao discurso de V.Exa., que analisa com descortino e brilhantismo o que foi feito durante esses 2 anos de Governo Lula e mostra o que será feito, particularmente em benefício do nosso Nordeste. V.Exa. sabe, apesar de ser Deputado de São Paulo, que tenho muitas raízes históricas de luta no Estado de Pernambuco e no Nordeste em geral. Congratulo-me com V.Exa. e o parabeno pelo seu pronunciamento, que retrata a verdade de um novo Brasil que se construirá e que certamente colocará o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lado dos grandes estadistas da história recente, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O SR. GONZAGA PATRIOTA – Deputado Zarattini, agradeço a V.Exa. e, com sua permissão, incorporarei seu aparte a meu modesto pronunciamento.

Antes de V.Exa. chegar, eu dizia que não é do meu feitio ou do meu costume, em vinte e tantos anos de Parlamento, vir à tribuna para fazer prestação de contas do Governo, ou mostrar o que está certo, porque é obrigação do Governo fazer as coisas certas.

Aproveitei este último dia que terei na tribuna porque, se Deus quiser, amanhã, aprovaremos o Orçamento de 2005, vamos para o Estado de Pernambuco, para Salgueiro, para a minha querida Sertânia. Aproveitei para fazer este levantamento sobre a coragem do Presidente Lula, que esteve aqui na Esplanada gritando contra determinadas reformas que quiseram fazer na Constituição brasileira. Mas o Presidente assumiu a responsabilidade, por exemplo, de fazer a reforma da Previdência. E eu votei contra, caladinho ali no canto, o item da taxação dos inativos.

Hoje, vemos que não foi apenas essa a reforma que se fez. Ela teve um acompanhamento. A Polícia Federal do Brasil, a Receita Federal e o INSS se juntaram para diminuir a evasão de arrecadação, e vemos hoje a Previdência Social fechando o ano positivamente. Estão todos de parabéns.

Por outro lado, o Governo conseguiu fazer com que o Senado Federal concluísse a reforma do Poder Judiciário, que foi aplaudida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Com essa reforma, colocamos o Judiciário no lugar em que deveria sempre estar, respeitado, acima de qualquer suspeita, com controle externo como têm os outros Poderes, a súmula vinculante para evitar que processos se acumulem nos tribunais, quando outros iguais já foram julgados no Supremo Tribunal Federal.

Sabemos, Deputado e Presidente Inocêncio Oliveira, que 90% dos processos que se acumulam nos tribunais são de autoria do Poder Executivo. São os Municípios, Estados e a própria União que bancam processos para que eles fiquem sobrestados nos tribunais.

Por último, quero dizer que são muitos os programas sociais existentes no País. Mas mesmo depois de 2 anos de Governo, ainda são muitas as dificuldades do País. Sabemos que ele cresceu, exportou, produziu muito, aumentou a produção de grãos este ano em quase 15; por outro lado, as estradas estão em estado de calamidade, precisamos de recursos, precisamos melhorar os portos, precisamos fazer a revitalização do Rio São Francisco, e depois a sua transposição para o Ceará, para o Rio Grande do Norte, pelo eixo oeste, para o Estado da Paraíba, terminando pelo Estado de Pernambuco. Temos de resolver sérios problemas que não puderam ser combatidos, como a violência no País.

Não podemos ficar seguros nem dentro da nossa casa. Vimos recentemente, aqui em Brasília, um caso que chocou o Brasil inteiro.

O programa de arrendamento residencial, ainda é muito pálido, começou agora. É oferecida habitação a pessoas população de baixa renda, que pagarão um *leasing* inferior ao preço do aluguel. Mas o programa não atinge 1% da população. Precisamos, então, de mais recursos para habitação.

Na qualidade de candidato a Prefeito de Petrolina, coloquei no programa de governo 2 pontos fundamentais. E não é difícil fazer isso. Espero que o Prefeito Fernando Bezerra Coelho o faça. Todas as pessoas que moram em Petrolina poderiam ter um lugar para morar, basta que o Prefeito desapropriar terras na cidade e as ofereça à população com pelo menos um piso de casa. As próprias pessoas conseguiriam com uma carrada de pedra aqui, outra ali, fazer o alicerce para um quarto e depois outro e estariam pagando não o aluguel, mas a própria casa. É assim com o Programa Arrendamento Residencial.

O semi-árido é outra região muito pobre e só há uma saída para ela: a revitalização do Rio São Francisco e a transposição de suas águas. Não adianta perfurar poços; são apenas quebra-galhos, paliativos.

No que se refere à educação, ainda falta muito para que o analfabetismo seja erradicado de vez, pois o índice ainda é muito alto. Quanto à saúde, gasta-se dinheiro, mas os índices de pessoas doentes é alto no País.

Participarei de reunião para tratar de recursos para os programas sociais. Não queremos programa social que vicie o cidadão, mas que, concomitantemente, o cidadão que recebe a bolsa-renda, quando empregado, não tenha direito ao benefício nem o queira.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa. que é um bravo Deputado, sertanejo, nordestino, conhece todos esses problemas. Este é apenas um preâmbulo do pronunciamento que farei, para mostrar que houve crescimento, que o Governo acertou. Mostro também do que precisamos.

Sras. e Srs. Deputados, no segundo ano do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitos foram os desafios. Muitas foram as conquistas. Muito há ainda a ser feito. Mas robustos são os dados que indicam que todos avançamos.

A balança comercial brasileira registrou um superávit de 1,188 bilhão de dólares na quarta semana de dezembro (entre os dias 20 e 26) e já acumula um saldo positivo de 33,081 bilhões de dólares neste ano. Dessa forma, faltando uma semana para o fim do ano, o Brasil conseguiu ultrapassar a estimativa do Banco Central de atingir um superávit comercial de 32,5 bilhões de dólares neste ano.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, o superávit da balança na semana passada foi resultado de exportações de 2,313 bilhões de dólares e importações de 1,188 bilhão de dólares.

No mês de dezembro, a balança acumula um superávit de 2,885 bilhões de dólares. Já no ano, o saldo alcança 33,081 bilhões de dólares, resultado de exportações de 94,898 bilhões de dólares (crescimento de 32,7% em relação ao mesmo período do ano passado pela média diária) e de importações de 61,817 bilhões de dólares (alta de 30,7%).

O superávit recorde da balança comercial acumulado neste ano até a semana passada, de 33,081 bilhões de dólares, contribui para a queda da cotação do dólar, para o recuo da inflação e também para o aumento da confiança dos investidores de que o Brasil será capaz de honrar os compromissos de dívida externa.

Exportamos mais e são menores e melhor negociadas as nossas dívidas externa e interna, colocando o Brasil numa situação de confiança no mercado externo.

O crescimento econômico, de fato, já é uma realidade sentida e percebida pela população. Na geração de empregos, o ano de 2004 bate recordes históricos:

de janeiro a setembro, foram criados cerca de 1,8 milhões de postos de trabalho com carteira assinada.

O crescimento do PIB de 6,1% no terceiro trimestre também é uma realidade irrefutável.

Outro elemento a ser considerado é a atuação do sistema financeiro estatal – BNDES, Banco do Brasil, Caixa, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste – assegurando o financiamento à produção. Além de abundante, esse crédito para a exportação e para o setor agrícola (inclusive a agricultura familiar) contém um razoável subsídio: o crédito ao setor agrícola é concedido a uma taxa pré-fixada de 8,75% ao ano, quando a taxa básica de juros – SELIC – está atualmente em 16% e teve no ano passado a média de 22%.

Vemos portanto, Sr. Presidente, que o rumo proposto pela equipe econômica parece ser o mais adequado.

Digo isso, e muitos outros aqui e lá fora, senão a maioria, já o dizem; este é o sentimento do povo brasileiro com relação ao nosso Governo, qual seja: confiança em suas propostas, visto que elas têm coerência e se efetivam eficazmente.

É necessário que se destaquem, também, as vitoriosas articulações do Governo Lula no cenário internacional, como a sua atuação na América do Sul, a política junto ao continente africano e a construção de parcerias econômicas e relações com países fora do chamado eixo sul—norte. A postura do Brasil muda este eixo, fortalecendo a política entre os países da parte sul do planeta. A retomada do relacionamento com os povos árabes, com a Rússia, a China e a África do Sul, mantendo-se, também, a continuidade de um intenso relacionamento com o Japão, a Europa e os Estados Unidos, merece destaque, assim como a atuação do Brasil no MERCOSUL e na ONU. Todos esses avanços podem resultar em uma vaga, para o Brasil, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Uma boa política externa, Sr. Presidente, impulsiona fortemente as vendas brasileiras no Exterior. Isso, sem dúvida, é outro fator do êxito do setor exportador, que puxou o crescimento da economia brasileira no seu conjunto. O investimento estrangeiro direto no País apresentou crescimento significativo no terceiro trimestre de 2004 se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Mesmo na área social, em que as realizações do Governo ainda não são tão bem percebidas quanto as realizações da área econômica, os avanços são significativos e se consolidam dia-a-dia. E isso tem sido possível porque o País voltou a crescer e de maneira sustentável.

Exaustivamente publicados, os indicadores estão aí, apontando nos mais variados setores da economia: crescimento significativo, mais empregos com carteiras assinadas e, conseqüentemente, menores taxas de sua ocupação na informalidade.

Se em 2004 conseguimos dar o salto extraordinário que demos na geração de emprego, no tratamento

dos problemas sociais, no crescimento da nossa economia, na diminuição da nossa dívida interna, poderemos fazer muito mais no próximo ano de 2005.

Com a ajuda do meu partido, o PSB, as coisas acontecerão do jeito que eu imaginava que deveriam acontecer. Seja no crescimento do turismo, seja no crescimento da agricultura, seja no crescimento da indústria, no crescimento da geração de empregos.

A prova de que nossos pensamentos e anseios sociais já se traduzem em ações se consolidam com a aprovação de matérias importantes.

Dentre essas matérias, podemos destacar: o Estatuto do Idoso, cujo projeto estava engavetado há mais de 12 anos, mas conseguimos aprová-lo no Congresso Nacional e já está funcionando; a reforma da Previdência Social, que trará benefícios no curto prazo; o Bolsa-Família, com o qual atingiremos 6,5 milhões de famílias agora neste finalzinho de dezembro e, se Deus quiser, chegaremos a 8,7 milhões de famílias em 2005 – nesse campo, também acho que estamos avançando.

Tem sido um sucesso extraordinário o nosso programa da Saúde Bucal. Pela primeira vez, o Estado oferece ao povo a possibilidade de fazer um tratamento odontológico de qualidade, o Brasil Sorridente.

As farmácias populares têm sido um sucesso, e pretendemos continuar fazendo no próximo ano.

O PROUNI também é outro ponto positivo. Temos mais de 100 mil vagas colocadas à disposição do Governo. Anunciamos neste final de ano o projeto do biodiesel, que é o grande projeto deste País, porque vamos mudar a matriz energética do Brasil. Portanto, estamos no caminho certo.

Colegas, não bastassem todas essas conquistas, para o ano de 2005 aponta-se um crescimento ainda maior, com as metas fiscais e o controle rigoroso da inflação em nada afetados, o que indica, portanto, que as políticas econômicas e sociais contarão com mais recursos e deverão avançar sobre temas, que, nesses dois anos, ainda não foram possíveis. Há espaço para valorizar o salário mínimo, tornar mais justa a tabela do Imposto de Renda e implantar uma política para a juventude – que o País nunca teve.

Aguardemos ainda mais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, não bastassem as exitosas conquistas que o povo brasileiro alcançou nesta sessão legislativa.

O trabalho de coordenação política da coalizão que sustenta o Governo no Congresso Nacional abriu caminho para as mudanças estruturais que o País precisa e levou adiante matérias da agenda microeconômica e de reestruturação das instituições brasileiras.

Muito mais, tivemos nesta Casa, neste ano que se encerra, Sr. Presidente algumas realizações.

Fizemos o Programa de Arrendamento Residencial, que oferece habitação à população de baixa renda por meio da opção do arrendamento.

Criamos o Instituto Nacional do Semi-Árido, que fará estudos para o Ministério de Ciência e Tecnologia com o objetivo de integrar pólos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos do semi-árido para o desenvolvimento sustentável da região.

Fizemos o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa de Apoio ao Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. Esses programas reforçam a estratégia de universalização da educação – o Governo deve gastar nesse ano 246 milhões de reais com o transporte escolar em áreas rurais para atender 3,25 milhões de crianças.

Criamos o Bolsa-Atleta, que dá condições mínimas para que os atletas brasileiros ligados ao Comitê Olímpico Internacional e Comitê Paralímpico Internacional possam competir no País e no Exterior.

Também podemos apontar a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2005, que estabeleceu parâmetros macroeconômicos para o próximo ano, dentro do PPA 2004-2007, cuja meta de inflação é de 4,5%; o crescimento do Produto Interno Bruto, estimado em 4%; e a previsão de redução da taxa de juros SELIC dos 16% atuais para 11,75%.

O Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007 prevê investimentos de 1,8 trilhão de reais até 2007. A maior parte dos recursos será destinada à educação, saúde e energia. O PPA ainda incluiu 10 milhões de reais para o Ministério da Justiça destinar à Campanha do Desarmamento.

Para o setor habitacional, instituímos um regime opcional para os incorporadores imobiliários, com a unificação do Imposto de Renda e das contribuições sociais numa alíquota de 7% (hoje é 8,6%). Sua maior vantagem é permitir que, em caso de quebra da empresa, os compradores possam contratar outra construtora para dar continuidade às obras.

Reduzimos as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes na importação e na comercialização de fertilizantes e defensivos agropecuários, por meio de uma medida provisória. Tal lei ainda isenta o feijão, o arroz e a farinha de mandioca da cobrança dessas contribuições.

Não é, no entanto, só isso. Criamos um conjunto de regras que permite a reestruturação da empresa em dificuldade financeira, a Lei de Falências, cujo projeto foi apresentado na Câmara em 1993 e só foi votado agora. A lei que vigorou até antes da aprovação da Lei de Falências cuidava apenas da divisão do que restava da empresa falida, sem pensar na sua recuperação.

Aprovamos o projeto de lei das parcerias público-privadas, que institui regras gerais para a licitação e o funcionamento das PPPs. Com esse instrumento, o Governo pretende obter novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento.

Foi de vital importância a aprovação do projeto que trata das parcerias público-privadas ainda em

2004. Todos sabemos o quanto foi difícil a deliberação de projetos em um ano eleitoral como este. Conseguir essa aprovação ainda este ano traz a todos a certeza de que 2005 começará já com efetivas ações na área de infra-estrutura, segurança, habitação, saneamento, dentre outros.

Não estaremos mais engessados pela legislação limitada, mas abertos ao desenvolvimento de forma responsável e segura tanto para o Poder Público como para a iniciativa privada.

Importante é frisar que além de todos os benefícios internos que os contratos a se realizarem causarão, a aprovação das PPPs já traz para o nosso País maior credibilidade junto ao cenário internacional. A simples aprovação do projeto já fez com que os negócios na bolsa de valores se mostrassem mais estáveis e o investidor estrangeiro tivesse mais confiança na política brasileira.

Este é só um exemplo das portas que se abriram para 2005. Se me perguntarem se estou satisfeito com tudo que temos feito direi que não. Estou, sim, feliz por ver que o Brasil deixou de ser o país do futuro e age como um país responsável no presente para angariar benefícios futuros. Mas não estou satisfeito, muito mais pode ser feito.

Para que o País melhore o seu crescimento é necessária a modernização dos portos e um maior investimento do Governo nas diversas formas de transportes, como por exemplo a expansão do uso das ferrovias e a melhoria da qualidade das estradas. Estaremos atentos para que o programa de parceria exposto acima seja bem administrado e realmente consiga atingir a melhoria que acabamos de citar.

Há outras matérias, Sr. Presidente, que também merecem destaque. A Lei de Informática, que trata da capacitação e competitividade do setor de informática no País e amplia o prazo de benefícios dos bens de informática em dez anos até 2020, gradativamente, conforme o ano e o produto a ser comercializado. O texto estabelece como contrapartida às isenções fiscais o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico também está garantido para os próximos anos. Aqui, em especial, cabe destacar o papel importante do PSB junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Ministro Eduardo Campos.

Há que se citar a inovação tecnológica, que cria incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica do ambiente produtivo. O objetivo é permitir o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial do País. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial fomentará estratégias competitivas que auxiliem o Brasil a transpor o atual estágio de desenvolvimento industrial para atingir novo patamar, baseado nos processos de inovação.

A recriação da SUDENE e da SUDAM teve como grande avanço a instalação de comitês gestores, que possibilitarão à sociedade acompanhar e fiscalizar

o andamento dos planos, projetos e programas propostos.

A SUDENE abrangerá os nove Estados da Região Nordeste e Municípios de Minas Gerais, do Espírito Santo, que sofrem com a seca. O Conselho Deliberativo será composto pelos Governadores dos Estados, Ministros de Estado, Superintendente do órgão, o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), representantes dos Municípios que abrange, dos empresários e dos trabalhadores de sua área de atuação.

No novo formato da SUDAM, a criação do comitê gestor será de fundamental importância para impedir as irregularidades e a corrupção que levaram à extinção do órgão. Também garante investimentos na infra-estrutura, uma das grandes carências da Região Norte.

Não podemos esquecer do projeto da biossegurança, que já teve o seu parecer aprovado na Comissão Especial e aguarda a sua inclusão na Ordem do Dia desta Casa. Acho que isso se dará no início da próxima sessão legislativa. O PL da Biossegurança tem papel importante, dentre outros, a regulamentação do uso das famosas células-tronco. A terapia com células-tronco poderá no futuro tratar muitas doenças degenerativas, hoje incuráveis, causadas pela morte prematura ou mau funcionamento de tecidos, células ou órgãos. Como exemplo, podemos citar as doenças neuromusculares, diabetes, doenças renais, cardíacas ou hepáticas. Para isso, estão sendo feitas inúmeras pesquisas no mundo todo para descobrir como fazer as células-tronco se diferenciarem no tecido que está doente.

O Governo Lula procurou, nesses dois anos, promover a participação popular em conselhos e conferências: da Terra, das Cidades, do Esporte, da Juventude, dos Direitos Humanos, das Mulheres, e outras. Elas mobilizaram muitas pessoas.

Por essas e outras razões, a avaliação do Governo mostra um bom desempenho em todos os índices pesquisados. Com efeito, a avaliação de ótimo e bom do Governo subiu de 38% para 41%; a confiança no Presidente Lula subiu de 58% para 63%, e a avaliação de desempenho de Lula subiu de 55% para 62%.

Repetindo, Sr. Presidente, muito foi feito, mas faremos muito mais ainda, sem desviar um milímetro sequer de nossa doutrina, que tem por pressupostos básicos, mesmo diante da chamada “internacionalização da economia”, que o Estado brasileiro seja soberano, sem adjetivações.

Que não sendo gigante, também não seja mínimo, mas o necessário para manter o que conquistamos até aqui; para promover as políticas públicas indutoras do desenvolvimento, visando atender as necessidades alimentares básicas de todo o povo brasileiro, conforme consubstanciado na Constituição Federal, respeitado o estado democrático de direito.

Solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento pelos órgãos de comunicação da

Casa, para que o Governo tome conhecimento do que acertou e do que falta fazer.

Aproveito a oportunidade deste último discurso de 2004 para desejar a todos um Ano-Novo de muita paz, prosperidade e desenvolvimento.

Deus ilumine a todos.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – V.Exa. será atendido.

Durante o discurso do Sr. Gonzaga Patriota, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Carlos Nader, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Inocência Oliveira, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Antes de passar a palavra ao próximo orador do Grande Expediente, concedo a palavra para uma breve comunicação à Sra. Deputada Dra. Clair.

A SRA. DRA. CLAIR (PT-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente parabênzo o Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, V.Exa., Deputado Inocência Oliveira, e toda a Mesa Diretora pela gestão democrática dos trabalhos desta Casa.

Aproveito a oportunidade, nesta última semana de 2004, para fazer uma prestação de contas do meu mandato.

Chegamos ao final de 2004 com a sensação do dever cumprido. Ao longo de 2 anos representando o meu Estado na Câmara dos Deputados, tenho buscado manter uma linha de defesa das causas nacionais, dos direitos dos trabalhadores e da melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, por meio da geração de emprego e da justa distribuição de renda, mantendo-me sempre fiel à trajetória profissional e política que me consagrou a primeira mulher eleita Deputada Federal do Paraná.

Nesse período, tenho travado muitas lutas, contando sempre com apoio de diversos setores da sociedade paranaense, com meus companheiros de partido e com a equipe que me acompanha e contribui de forma efetiva para o desempenho do meu mandato.

Tenho dedicado grande parte do meu mandato à discussão da dívida pública e dos problemas que ela acarreta para o desenvolvimento do País. Criamos a Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida, que reúne Deputados e representantes de vários segmentos da sociedade civil, para debater a dívida e sugerir alternativas para o enfrentamento deste grave problema que coloca o Brasil numa posição vulnerável no mercado financeiro internacional, refletindo ainda nos números do Orçamento de 2005.

Para os cidadãos brasileiros terem conhecimento, a previsão de receita para o próximo ano é de 1 trilhão, 616 bilhões de reais, sendo que 935 bilhões e 500 milhões de reais referem-se ao refinanciamento da dívida pública, sobrando apenas 457 milhões de reais de receitas correntes. Deste valor, 141 milhões vão para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública interna e outros 37,4 milhões serão destinados para

o pagamento dos juros da dívida externa. Com isso, restam apenas 11,5 bilhões para investimento.

Vários debates foram realizados ao longo do ano pela Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros, atraindo a atenção de várias entidades para essa questão crucial.

O petróleo entrou na pauta do nosso mandato. Em agosto deste ano, a Agência Nacional do Petróleo, que realizou a 6ª Rodada de Licitação das Bacias Petrolíferas, leiloou grandes áreas com potencial de produção. Envidamos todos os esforços, com o apoio do Governador Requião, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, da Federação Única dos Petroleiros, bem como de outras entidades e de personalidades, para evitar a realização desse leilão e para questionar a Lei do Petróleo, que fere a Constituição do País ao permitir a apropriação do petróleo brasileiro por empresas multinacionais vencedoras das licitações. Aguardamos a posição final do Supremo Tribunal Federal em relação à constitucionalidade da matéria e esperamos que seja mantido o preceito constitucional que garante o monopólio da propriedade do petróleo pela União.

Batalhamos pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros: apresentamos um projeto que altera o processo da Justiça do Trabalho, a fim de garantir maior agilidade nos processos e prestação jurisdicional dos trabalhadores; apresentamos uma emenda em relação ao salário mínimo no valor de 300 reais. Felizmente, o Governo Federal decidiu que o salário mínimo, a partir de maio de 2005, será de 300 reais, o que beneficiará mais de 100 milhões de brasileiros e toda a sociedade, uma vez que, com mais dinheiro circulando no mercado, haverá também uma dinamização da economia. Com isso, toda a sociedade será beneficiada.

Posicionamo-nos contra a Lei de Falências e a alteração do Código Tributário Nacional, pois entendemos que esses projetos só beneficiaram os créditos financeiros.

Participamos da luta pela reestruturação do setor ferroviário brasileiro, por entender que essa é uma bandeira fundamental para permitir um maior desenvolvimento econômico para o Brasil.

Além disso, não tenho esquecido o Paraná, Estado que me elegeu. Nesses dois anos, apresentei diversas emendas ao orçamento para contemplar projetos de vários Municípios e também ações do Estado, no intuito de melhorar as condições de saúde, educação, infraestrutura e moradia dos meus concidadãos. Projetos como o de Vila Audi, que reloca 192 famílias que viviam em condições precárias, na região de manancial do Rio Iguazu, está em andamento graças à emenda de minha autoria.

Para o próximo ano, vamos seguir firme na determinação de construir um Brasil melhor. Para isso, vamos mobilizar a sociedade civil, sindicatos, ONGs,

pessoas que têm o compromisso com o País e com o povo brasileiro, para participar de um grande movimento em defesa de uma política econômica mais justa e que privilegie o trabalhador e a renda e não mais o mercado financeiro e os grandes detentores do capital, como temos visto até agora.

É hora de colocarmos o Brasil definitivamente nos trilhos do crescimento econômico com distribuição de renda. Por isso vamos continuar lutando pela redução do superávit primário, para que os recursos hoje destinados ao pagamento dos juros da dívida sejam investidos em infra-estrutura, saúde, educação e programas de distribuição de renda, como o Bolsa-Família e o Primeiro Emprego. Vamos defender também a redução dos impostos para desonerar as empresas e favorecer a produção e a redução dos juros.

Aproveito o ensejo para desejar aos Parlamentares, servidores, a população brasileira, a população do Paraná, um 2005 de paz de desenvolvimento, de avanços e da realização de nossos sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lupércio Ramos, que disporá de 25 minutos na tribuna.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (PPS-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo momento propício para reflexões e análises sobre a realidade do povo desta Nação. O final do ano é sempre momento para grandes reflexões.

Os analistas econômicos e políticos dão conta do bom momento vivido pelo Governo, bem como pelo consumidor e pelo povo simples das ruas. Todos nós sentimos no ar certa esperança. Estamos passando por momento de especial euforia, com a elevação de 5,3% em relação ao conjunto das riquezas produzidas pelo País.

Não somos do PT, mas da base de sustentação do Governo. Sentimos, por isso, certo alívio. Para se chegar a este momento foram necessários alguns gestos de coragem e certo desprendimento na hora de votarmos algumas reformas impopulares ou alguns projetos intragáveis.

Muito ainda vamos ter de avançar. Naturalmente ainda teremos de votar coisas amargas, difíceis sob o ponto de vista eleitoral, mas precisamos entender que não se constrói um país sem os dissabores das horas difíceis.

Vamos continuar apoiando o Presidente Lula. Essa é a decisão de dois terços da bancada do PPS nesta Casa. Esse é o nosso compromisso com a Nação.

Temos consciência de que avançamos ainda muito pouco. Nem só de macroeconomia vive o povo brasileiro. Contudo, sabemos que está chegando a hora de cobrarmos outros avanços, em especial os sociais.

O ano de 2004 foi do Ministro Palocci. É preciso que 2005 e 2006 sejam anos do Presidente Lula.

O esforço para manter a economia sem sobresaltos é de fundamental importância, mas apenas terá

significado quando começar a influir na qualidade de vida de todos.

O que vamos esperar agora? Queremos mais investimento na educação. O nosso futuro depende também de outras questões essenciais, e uma delas é justamente a capacitação e qualificação de nosso capital social, por meio da educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nenhum país conseguirá ter um desenvolvimento sustentável sem educação de qualidade. É necessário que o Brasil encontre urgentemente recursos financeiros para que todos tenham acesso à escola e que esta seja de boa qualidade para todos. Entretanto, o tema ainda parece não ter entrado na pauta das discussões nacionais como deveria.

Relatório sobre a situação da educação no mundo, divulgado no início de novembro pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, coloca o Brasil na 72ª colocação num *ranking* de 127 nações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, tal situação é vergonhosa. Nossa posição nesse *ranking* nos envergonha. O Brasil precisa ficar alerta quanto a essa realidade. Se não conseguirmos mudá-la, não há como acontecer o crescimento do PIB de forma permanente; não poderemos esperar que esse crescimento que tanto comemoramos produza efetiva melhoria nas condições de vida de nossa gente.

Esperamos que o Governo não perca este bom momento. É louvável seu esforço para equilibrar as contas públicas. É louvável o avanço nas relações internacionais e no comércio exterior. Mas não menos importante é a atenção que temos de dar aos problemas domésticos.

Chegou a hora de o Presidente Lula convocar os Governos Estaduais e os Municipais e a própria sociedade para uma verdadeira cruzada nacional contra a violência urbana.

O crescimento da criminalidade e da insegurança nos últimos anos está fazendo com que a população não encontre lugar seguro para viver. O pânico está dominando a sociedade. O povo está com medo de sair às ruas ou mesmo de ficar em casa. Não encontramos mais nenhum lugar seguro.

Ou os Governos enfrentam, com um projeto nacional, inteligente e bem estruturado, o crime organizado, ou a violência vai marcar para sempre de preto este País verde-amarelo.

Os especialistas concordam: é necessário um conjunto de ações coordenadas e de longo alcance para uma mudança real no quadro de violência. Neste momento, a segurança pública se torna um dos grandes desafios do atual Governo.

Não há solução imediata. Essa é a verdade. Precisamos de projetos de longo prazo. Se não se promove uma ação abrangente e coordenada, com a participação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e

dos Municipais, o crime não acaba, os criminosos só mudam de lugar.

Trato desses 2 temas porque acredito que a educação deficiente e o crescimento da violência estão diretamente relacionados. O reduzido investimento em educação aumenta, com certeza, o número de criminosos. A educação pode não resolver de imediato o problema da violência, mas a longo prazo resolve.

Lugar de criança é na escola, e o Brasil está com tantas e tantas crianças nas ruas. Lugar de criança é no banco da escola, não nos bancos das ruas. A soma de educação e oportunidades pode operar o milagre que a repressão policial e a privação da liberdade não conseguiram resolver nas últimas décadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este momento é propício para profunda reflexão. O País atravessa um bom instante no que diz respeito à macroeconomia. Essa reflexão, no entanto, tem de se estender às questões cruciais da vida doméstica, ao feijão-com-arroz.

Desejo ainda, nobres colegas, fazer menção ao eminente Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, nosso grande ex-Governador do Ceará, Deputado Gonzaga Mota, que deu neste ano feição alegre e de permanente trabalho àquela Comissão.

Dizia eu, ao assumir o mandato nesta Casa, que a Amazônia havia sido sempre região esquecida e considerada problema para o restante do País. Naturalmente, esse mesmo pensamento dizia respeito ao Nordeste. Hoje, insisto em dizer nesta Casa que a Amazônia e o Nordeste não são mais problemas para o restante do País. A Amazônia é, antes de tudo, uma grande solução.

No momento em que teço comentários a respeito do avanço da macroeconomia, pergunto como vamos fazer para que o País assegure crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Dou a resposta: se o Governo atentar para as possibilidades econômicas da nossa região, a Amazônia vai passar a ser solução permanente para os problemas nacionais. Se quisermos que a nossa economia tenha crescimento sustentável, precisamos olhar para a Amazônia. Um pouco mais de conhecimento, aliado a mais investimento em ciência e tecnologia, com isso podem ser exploradas as grandes potencialidades econômicas da região.

A Amazônia é hoje, reconhecidamente, celeiro de riquezas. Precisamos, entretanto, estabelecer parâmetros relativos aos projetos estruturantes de que o País necessita, ao pensamento ecológico e à necessidade de preservação do meio ambiente.

Há mais de 1 ano, Sr. Presidente, o Governo anuncia o início das obras do Gasoduto Coari—Manaus, que esbarra permanentemente em questões ambientais que não são superadas. Mais um problema que o Governo precisa solucionar: reduzir a burocracia e estabelecer parâmetros entre o crescimento e a preservação do meio ambiente.

A Amazônia tem 1,5 trilhão de dólares só em madeira. Não é preciso, Sr. Presidente, explorar sequer 10% desse recurso. Mas precisamos, de forma inteligente, com investimentos sérios em estudos e técnicas avançadas, reflorestar as áreas degradadas e fazer as verdadeiras fazendas florestais, que comecem a surgir na Amazônia.

Quando nosso gás, nosso potencial pesqueiro, nossa madeira e nossa floresta forem trabalhados de forma sustentável, quando tudo isso começar a surgir como potencial econômico, a verdadeira vida do povo abandonado daquela região vai mudar, bem como a situação do Brasil.

O mesmo digo com relação ao Nordeste, que nos dá exemplo com a indústria limpa do turismo, com a criação de peixes e crustáceos, demonstrando que onde há água há riqueza. É preciso urgentemente que o Governo inicie o grande projeto de redenção de boa parte do Nordeste, com a transposição de águas do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de encerrar o meu pronunciamento, desejo um final de ano feliz a todos, em especial ao nosso Presidente Inocêncio Oliveira, pela gentileza, pela tranqüilidade e pela persistência com que sempre dirige os trabalhos nesta Casa. O Presidente Inocêncio Oliveira tem demonstrado sua quase onipresença nesta Casa.

Estamos felizes, Presidente Inocêncio Oliveira, por este ano que termina, pelo avanço que o Congresso Nacional e esta Casa, a Câmara dos Deputados, conseguiram imprimir à vida nacional. Todo este bom momento que vivemos na macroeconomia surgiu nesta Casa, por meio dos votos às vezes arrepiantes relativos a matérias intragáveis, difíceis sob o ponto de vista eleitoral, impraticáveis para nós que somos políticos. Agimos com a consciência de que não construiremos um País melhor e rico sem os sabores das horas amargas.

Ouço, com prazer, o aparte do Deputado Gonzaga Mota.

O Sr. Gonzaga Mota – Meu caro Deputado Lupércio Ramos, ouvia suas palavras, estava no gabinete, e me desloquei até aqui para ter a oportunidade de dizer algo sobre sua bela oratória. Em primeiro lugar, enalteço o bom caráter de V.Exa. ao elogiar nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira. É cidadão que merece todo o nosso respeito, toda a nossa consideração. Em segundo lugar, digo para os amigos daquela região tão bela, a região amazônica, que V.Exa. foi permanente defensor de tal localidade, trazendo, como o faz agora, idéias e propostas que realmente são viáveis. Meu caro Deputado Lupércio Ramos, digo a V.Exa. – já tive oportunidade de fazê-lo na nossa Comissão, da qual tenho a honra de participar, juntamente com o amigo – que o Brasil só será rico, independente e pujante quando tiver a Amazônia realmente voltada para os interesses do povo brasileiro. A Amazônia é tudo que precisamos. A Amazônia não

é patrimônio da humanidade, é patrimônio do Brasil. Isso tem de ficar bem claro. É patrimônio do Brasil. E nós, brasileiros, temos a obrigação de encontrar um caminho de desenvolvimento para aquela região, caminho sustentável, que possa trazer o desenvolvimento preservando aquilo que é necessário preservar. Ao encerrar este pequeno aparte, cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento. Repito: só teremos um Brasil rico com a Amazônia rica, fazendo com que as demais regiões, como o meu Nordeste, possam também se beneficiar do crescimento esperado daquela grande região. Meus parabéns, Deputado Lupércio Ramos.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Agradeço ao Deputado Gonzaga Mota as palavras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de agradecer de forma muito especial o nosso querido Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que promoveu vários seminários este ano sobre potencialidades econômicas no País e fez dela a mais atuante desta Casa em 2004.

S.Exa. me fez também imaginar uma proposta, a qual pretendo efetivar no início de 2005, sobre a realização de seminário em nossa Comissão acerca de manejo florestal como possibilidade econômica para os povos da floresta.

Manejo florestal é hoje uma realidade no Brasil. Quando se fala nesta Casa sobre a derrubada de uma árvore na floresta amazônica, o teto pode desabar. Mas, se começarmos a discutir francamente, com conhecimento científico, a respeito das possibilidades técnicas do manejo florestal, certamente a população brasileira entenderá que os que habitam a Amazônia precisam da floresta para sobreviver.

Feliz Ano-Novo a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Walter Pinheiro, que disporá de 25 minutos na tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo, com este pronunciamento, fazer uma reclamação. Este momento é diferente, pois nossa presença na Casa, no período destinado ao recesso parlamentar, prende-se à votação do Orçamento Geral da União, de suma importância, mas, lamentavelmente, pouco debatido em ocasiões como esta, de esvaziamento e afogadilho.

A peça mais importante para a Nação é exatamente a Lei Orçamentária. Aqui discutimos a alocação e a destinação de recursos levando-se em conta a real necessidade dos Estados e Municípios, programas. O debate que deveria nortear o trabalho de forma mais qualitativa do Parlamento, lamentavelmente, é feito com a Casa quase vazia, sofrendo a pressão de um calendário festivo. Sr. Presidente, digo isso extremamente constrangido. Essa é uma reclamação que faço nesta

Casa há anos, devido à importância que todos terminamos por emprestar ao Orçamento Geral da União.

Voltaremos aqui, talvez, amanhã, já próximo do dia mais importante para muitos – a virada do ano. O dia 31 de dezembro é um momento em que alguns, até de forma mística, consideram como redenção ou como se fosse a passagem da morte para a vida.

Na verdade, nesta Casa, neste período, age-se de afogadilho. Tanto é assim que, por diversas vezes, ficamos submetidos à vontade de um Parlamentar que, tendo os seus interesses, ou os do Estado, ou os do Município, feridos, pode solicitar a verificação de presença e, conseqüentemente, derrubar a sessão, dificultando, assim, a aprovação dessa peça de suma importância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos debatendo na Casa, por exemplo, a respeito de recursos para construção e recuperação da malha rodoviária em nosso País. No caso específico da Bahia, travamos grande debate sobre a necessidade da retomada de vários trechos ferroviários e a efetiva possibilidade de construção de uma ferrovia que resgate o Porto de Campinhos, importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado. Esse debate será feito sem o conhecimento daquele Estado, sem que tenha demandado de forma muito mais intensa – até com base no que se estava fazendo quanto ao Porto de Campinhos.

Estamos discutindo nesta Casa algo de suma importância, e talvez a população da Bahia, os moradores, os plantadores de soja daquela região, que se tem distanciado de outros Municípios do Estado por sua pujança econômica, nem saibam. Trata-se de importante debate sobre as ferrovias para a cidade de Camaçari.

Desde a campanha, nosso companheiro Caetano, que deve tomar posse no dia 1º de janeiro, já levantava a necessidade da retirada da ferrovia do centro dos Municípios de Cachoeira e São Félix, da velha ponte por onde o trem passa, que causa transtorno até hoje, porque paralisa a cidade. Há também o problema do envelhecimento da malha ferroviária. Isso está sendo debatido agora na Comissão de Orçamento, com o aporte de mais de 20 milhões de reais para a execução de projetos.

A cidade de Salvador, cujo novo Prefeito, João Henrique, tomará posse em 1º de janeiro, de certa forma foi muito bem tratada neste Orçamento pela bancada federal da Bahia. Só para obras de vias públicas, terá no Orçamento algo na ordem de 27 milhões de reais, com a possibilidade efetiva de tirar essa espinha cravada na garganta do povo baiano, particularmente na do povo soteropolitano.

Para o metrô, que foi objeto de demanda na última campanha, com ataques de todos os lados, estão sendo destinados quase 90 milhões de reais. Porém, precisamos nos esforçar para conseguir a liberação de recursos, porque de nada adianta uma peça orçamen-

tária se isso não acontecer. Enfim, obras de diversas frentes estão sendo apontadas para a Bahia.

Quanto ao campo da tecnologia, Salvador deve receber um centro de capacitação tecnológica. Recursos estão sendo apresentados. Menciono também a instalação dos infocentros – Programa Casa Brasil —, centros para capacitação de jovens, adultos, enfim, centros de inclusão digital. Objetiva-se a retirada, de uma vez por todas, das vendas sobre os olhos daqueles que não conseguem adentrar no novo mundo do trabalho, porque as novas ferramentas do conhecimento ainda lhes são extremamente distantes. Podemos solicitar esses aportes.

Também podemos citar importantes iniciativas relacionadas ao campo, no Estado da Bahia. Emendas dizem respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Trata-se de pequenas iniciativas, geração de renda, abertura de estradas, consolidação de caminhos para a pequena e média produções, que têm sido aquinhoadas este ano com recursos da ordem de 7 bilhões de reais, para todo o Brasil, a fim de atender à demanda no campo.

Na região de Irecê, do semi-árido baiano, do sertão da Bahia, estamos dispensando recursos a essas iniciativas. Na realidade, há todo um esforço concentrado para que possamos, de uma vez por todas, apresentar ao Estado um orçamento que possibilite não só a gestão do Governador, mas também a dos Prefeitos que assumem.

O Partido dos Trabalhadores aumentou de 7 para 19 o número de administrações pelas quais é responsável no Estado. Administramos cidades importantes na Bahia, como Senhor do Bonfim e Alagoinhas, onde os meus irmãos nasceram – o que digo com orgulho.

Não tive o mesmo privilégio de meus irmãos. O meu pai era um velho ferroviário e aquela era uma cidade caracterizada pela ferrovia. Hoje, Deputado Mauro Passos, a característica marcante é exatamente a saída, o abandono, o desmonte da ferrovia. A velha Alagoinhas, juntamente com Aramari, e todo o seu arsenal de construção de vagões estão hoje abandonados. Queremos, portanto, dar importância para a retomada do desenvolvimento nessas áreas.

A cidade de Vitória da Conquista, verdadeira capital regional no sudoeste baiano, é administrada pelo companheiro José Raimundo, que faz belíssimo trabalho na área de saúde, trabalho de excelência, de destaque no Brasil inteiro e no mundo. Aquela cidade ganhou prêmio porque soube, de forma qualitativa, gerenciar o sistema de saúde, atendendo a todos com qualidade.

Também ganhamos a administração de Municípios importantes como Entre Rios e a própria cidade de Cipó, muito marcada pelas estâncias hídricas. Na realidade, trata-se de uma cidade com potencial para o lazer. Contudo, é necessário retomar o trabalho, ajustar a vida dos pequenos e médios produtores daquela região, criar as condições para que os com-

panheiros possam administrar as cidades que usam o seu potencial.

A nossa pequenina Pintadas – terceira gestão do Partido dos Trabalhadores, cravada no sertão, vive o problema da ausência de recursos hídricos. Superamos isso. A Prefeita Neusa entrega a gestão com todas as casas da zona rural providas de cisterna. Demarcamos o campo, mas é preciso fazer mais agora. Precisamos partir para a etapa efetiva do desenvolvimento.

Aquela cidade, Deputado Mauro Passos, tem algo interessante. Recordo-me de que, na nossa primeira vitória, na eleição de 1996, vários companheiros foram fazer campanha em Ribeirão Preto, porque boa parte dos baianos de Pintadas estavam em Ribeirão Preto, cortando cana, ganhando a vida com a mão. Essa expressiva parcela da população voltou à cidade de Baixa Grande, vizinha de Pintadas, que agora tem a primeira experiência com o companheiro Gilvan. Eles sentiram que surgia a esperança e que era possível retomar o crescimento, aproveitar seu potencial e elaborar novas alternativas. A cidade carece de infra-estrutura, de algo que faça o cidadão ter desejo de viver, como assistência médica, boas escolas e condições de sobrevivência para o pequeno e o médio agricultor.

Poderia citar as 19 experiências de desafios no Estado da Bahia, mas é importante dizer que as iniciativas adotadas por nossa bancada buscam exatamente canalizar recursos para que o baiano se orgulhe de suas cidades e tenha condições de viver com dignidade.

Nobre Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa. tem vários mandatos e larga experiência nesta Casa. Sou um Deputado neófito, ainda estou engatinhando no que diz respeito a essas experiências, mas contento-me com o amadurecimento de nossa bancada. Quando cheguei à Câmara dos Deputados, nossa bancada sequer se reunia para discutir os problemas do Estado. As divergências e até mesmo o sectarismo dos Parlamentares da bancada estão hoje literalmente superados. Convivemos com nossas divergências. Cada um defende suas idéias, mas temos a capacidade de entender que o que deve estar em primeiro plano é o interesse dos baianos, que, de certa forma, depositam confiança em seus Parlamentares. Hoje é possível, na bancada da Bahia, mais coesão, com a finalidade de identificar as prioridades.

Esse aspecto muito me anima. Fui uma das pessoas que batalhou para que a bancada tratasse desses assuntos de forma correta e amadurecida. E demos um significativo exemplo.

Evidentemente, ainda temos problemas na elaboração orçamentária. Ainda vamos brigar muito com o Executivo, para que ele compreenda a natureza da liberação de recursos. Precisamos mudar o trato com a peça orçamentária. Ela não pode ser instrumento de chantagem. Trata-se de um caminho de mão dupla. Quando quer extrair vantagem, o Legislativo usa esse instrumento; quando quer servir-se do Legislativo, o

Executivo também o adota como pressão. Ou seja, se liberarem emendas, votamos; se não votarmos, não liberarão emendas. E ficamos nesse jogo lamentável.

O Orçamento tem que ser respeitado. Ele é um instrumento de promoção do desenvolvimento. Precisamos ser mais profissionais ao tratarmos dessa questão, até mesmo ao adotarmos o Orçamento impositivo. Vamos realizar um orçamento factível, e não de ficção. O que discutimos é um orçamento de ficção. Depois, negociamos parte a parte.

Alguns até satanizam a liberação de emendas. Os Deputados gostam de emendas. Se elas tiverem caráter estruturante, acabará o tratamento individual, a relação promíscua com empreiteiras e coisas do gênero. Romperemos essa barreira na medida em que tratarmos dessa matéria de forma correta, como um todo, discutindo projetos.

Há pouco discutíamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a liberação de recursos para o CNPq, um dos órgãos mais respeitados do País, que ajuda a desenvolver nosso conhecimento científico e tecnológico. O esforço dos Deputados nessa votação não tem relação com interesses pessoais, mas relação direta com um dos principais caminhos do desenvolvimento, a aplicação da ciência. Trata-se de iniciativas adotadas por bancadas ou Parlamentares para o desenvolvimento de seus Estados. Esse procedimento é lícito.

Lidamos, porém, com o Orçamento como se ele fosse um ioiô, uma peça que vai e volta. Às vezes, discutimos; outras vezes, recuamos. Quando pensamos que vão liberar o recurso, não liberam mais. Assim, permitimos que a força de um seja maior que a do outro. Permitimos que prevaleça o interesse localizado, não mais o interesse geral, que não predominem os instrumentos que ajudam os Estados a se desenvolver, mas, sim, os que ajudam interesses pontuais, às vezes, perigosos.

A Casa já realizou verdadeiro esforço para acabar com o esquema de corrupção que envolvia a votação do Orçamento. Atribuir a responsabilidade do Orçamento somente a esta Casa é errado. Elaboramos o Orçamento, mas sua liberação ocorre do outro lado da rua. Não há liberação sem a peça orçamentária; mas, se não houver liberação, não adianta votarmos a peça orçamentária. Trata-se de uma relação. Se essa relação for correta, séria, ela se tornará perene, transparente, consistente e pública. Ou seja, todos a conhecerão. Esse é o melhor mecanismo para coibir a corrupção e dizer ao povo brasileiro, do Ceará, de Santa Catarina, da Bahia, que as representações, as bancadas parlamentares querem exatamente buscar a melhoria da condição de vida e de desenvolvimento econômico e social dos Estados e Municípios.

Acabaremos, portanto, com histórias como essa que ouvimos há poucos dias, de que o Congresso Nacional se movia levando em conta liberações pontuais de emendas. Isso é um negócio nefasto. Como disse,

satanizaram o método porque ele está errado. Precisamos corrigi-lo. Por isso, insisto: precisamos discutir mais a peça orçamentária, atribuição mais importante desta Casa. No entanto, nós a discutimos em 15 dias. Matéria que envolve mais de 1 trilhão de reais é discutida em alguns segundos. E, se não houver um amplo acordo, ela não será votada.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Mauro Passos.

O Sr. Mauro Passos – Deputado Walter Pinheiro, inicialmente gostaria de parabenizá-lo por tratar de assunto tão atual como a questão orçamentária de forma tão lúcida e oportuna. Somos testemunhas do que se passa na Casa às vésperas da votação do Orçamento. Questões que deveriam ser consideradas com um olhar mais amplo são muitas vezes tratadas com uma lupa dirigida a um determinado Estado ou segmento. Isso, inclusive, confunde a opinião pública em relação ao nosso trabalho e denigre o papel do Congresso Nacional neste momento histórico em que se discute o Orçamento. Fomos informados do movimento de alguns Parlamentares do Rio de Janeiro que procuram utilizar este momento importante para incluir matérias, como a antecipação de **royalties** daquele Estado. Esse procedimento é impróprio e cria constrangimentos para a Casa. Parece uma espécie de chantagem. Existem até vários projetos em tramitação na Casa para que esse assunto seja revisto e tratado da forma mais isonômica possível, uma vez que está havendo grande convergência de recursos para determinado Estado e alguns Municípios. Cumprimento V.Exa. por trazer à discussão esse assunto, dando-lhe a devida dimensão, haja vista a responsabilidade de se votar matéria relativa a mais de 1 trilhão de reais, como comentou V.Exa. de forma muito lúcida e oportuna. Saúdo V.Exa. e o parabenizo por sua manifestação.

O SR. WALTER PINHEIRO – Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado Mauro Passos.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Gonzaga Mota.

O Sr. Gonzaga Mota – Nobre Deputado Walter Pinheiro, fazia muito tempo que não ouvia um pronunciamento tão objetivo e sincero acerca do nosso Orçamento. Estou nesta Casa desde 1991 e digo com toda sinceridade que nunca me interessei em participar daquela Comissão, apesar de conhecer e reconhecer sua importância. Comissão que no começo da década de 90 sofreu muito, teve muitos problemas. Em 1994, lembro-me bem, fui Relator da matéria concernente ao Plano Real. O Líder do PMDB era o Deputado Tarcísio Delgado, pai do nosso querido colega Deputado Júlio Delgado. S.Exa. convidou-me para participar dessa Comissão, mas eu recusei. Na época, o Presidente da Casa era o nosso querido Deputado Inocêncio Oliveira. A relatoria da Comissão de Orçamento caberia ao PMDB e à Câmara dos Deputados. Os 2 maiores partidos da Casa eram o PMDB e o PFL. A Presidência da Comissão ficaria com o PFL e o Senado Federal.

Parece que eu estava adivinhando ao não aceitar aquele convite. Dez anos depois, ao ouvir as palavras de V.Exa., posso dizer que não fui para a Comissão pelas razões que V.Exa. acabou de apresentar. Passaram-se quase 10 anos, e não criamos um mecanismo independente de elaboração do Orçamento, a principal peça desta Casa e do Senado, ou seja, do Congresso Nacional. Suas palavras lembraram-me 10 anos atrás. Continua a mesma coisa. Tomara que para o ano mude essa sistemática. Nós temos responsabilidade nesse sentido. Mas não sei se existe uma força do Executivo de 10 anos atrás atuando agora ou pronta a agir daqui para frente – institucionalmente, digo, uma vez que me referi a 1995 e estou me referindo a 2004. Precisamos, para corrigir as falhas que o Deputado tão bem apontou, modificar a Lei Orçamentária. A V.Exa., Deputado Walter Pinheiro, os meus cumprimentos, a minha admiração e o meu respeito, porque, embora pertencendo ao PT, partido que merece todo o respeito e toda a consideração, V.Exa. também fez críticas a esse partido. Da mesma forma, àquela época integrando o PMDB, fiz críticas ao meu partido. Precisamos ter a visão de que o importante para esta Casa é o povo. O PT, o PSDB, partido a que pertencço, o PMDB e o PFL precisam trabalhar em favor do povo, com transparência, com objetividade, visando, acima de tudo, à melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Muito obrigado, Deputado. Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Considerando a importância do discurso de S.Exa., vou conceder mais 5 minutos ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Agradeço o aparte ao nobre Deputado Mauro Passos e ao experiente Deputado Gonzaga Mota, que atuou no Executivo.

Insisto, Deputado Gonzaga Mota: essa é uma das questões que me têm preocupado muito. Quando falam em Orçamento, o que os noticiários mais questionam é se esta Casa vota ou não vota, se ela vai varar a madrugada. Saímos da Comissão de Orçamento às 4h da manhã. Trabalhamos a noite inteira.

É importante discutir. Estamos debatendo as linhas mestras do desenvolvimento: educação, saúde, infra-estrutura, ciência e tecnologia. Tudo o que o País vai fazer mais à frente depende da Lei Orçamentária. Portanto, ela não pode continuar sendo analisada de afogadilho neste Parlamento, ao apagar das luzes, na virada do ano. Não há neste plenário 100 Parlamentares. Além dos integrantes da Comissão, aqui estão muito poucos – não pretendo, com isso, tirar o mérito daqueles que aqui estão.

Como lei tão importante pode ser debatida dessa forma? Ela vai mudar rumos, vai acrescentar recursos aqui ou acolá, vai estabelecer novos corredores de desenvolvimento econômico. Sua discussão não pode ser processada em tão pouco tempo, Deputado Mauro Benevides. As propostas ali inseridas não servirão apenas para o ano de 2005; elas fazem parte de um plano plurianual e, portanto, devem vigorar por pelo me-

nos 4 anos, pois referem-se a linhas de investimento, com recursos de alto valor, não só para saneamento, manutenção de estradas e portos, mas também para geração de emprego.

Na realidade, essa é discussão mais importante desta Casa. V.Exa., Deputado Mauro Benevides, que já presidiu o Congresso Nacional, sabe exatamente o que isso significa. Poderíamos debater o Orçamento em setembro, outubro e novembro e adentrar dezembro. Seriam quase 4 meses para debater a lei mais importante para este Parlamento – eu assim a considero. Devemos discuti-la todo o ano, de forma extremamente qualitativa, tirando do Orçamento a terrível pecha de que envolve corrupção, isso e aquilo. Precisamos afastar esses ataques e realizar um debate à altura da grandeza dessa lei e das necessidades da Nação.

O Deputado Gonzaga Mota tem razão: com transparência, e tendo o povo em primeiro lugar, vamos fazer um grande debate sobre a Lei Orçamentária.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputado Walter Pinheiro, V.Exa., de maneira extremamente cavalheiresca, fez referência a mim próprio e à minha atuação parlamentar. Permito-me deslustrar o seu discurso na tarde de hoje fazendo uma sugestão mínima, que se enquadra nesse raciocínio cuja argumentação expendida vai-nos conduzir a um espaço de tempo. Poderíamos perfeitamente antecipar a chegada do Orçamento a esta Casa – que para cá vem no dia 31 de agosto – para 1º de agosto. Assim já ganharíamos 30 dias. Não se trata de contribuição tão significativa, mas com isso teríamos um espaço a mais para que não nos situássemos, de forma imperiosa, a assistir esse quadro a que V.Exa. alude: a aprovação de matéria a toque de caixa, sem que se interessem todos os 513 Deputados e 81 Senadores. Isto, pelo que apreendi, é o que V.Exa. pretende: participação efetiva de todos os Parlamentares na discussão e votação de matéria que é inquestionavelmente a mais relevante de todo o ano legislativo.

O SR. WALTER PINHEIRO – Agradeço a V.Exa., Deputado.

Sr. Presidente, diz um ditado popular que *“a esperança é a última que morre”* e diz o Evangelho que a nossa esperança morreu, mas ressuscitou – a nossa esperança está firmada em Cristo. Portanto, renovo a esperança de que possamos restabelecer esses caminhos, renovar nossos compromissos e repensar estas questões: Orçamento impositivo; Orçamento com maior prazo de discussão; Orçamento com caráter cada vez mais estruturante, eliminando a disputa pessoal; Orçamento com transparência, publicidade e ampla participação da sociedade e dos setores interessados.

Assim é que vamos superar problemas e caminhar na direção do resgate da confiança da sociedade: aprovando uma lei que efetivamente cumpra seu objetivo principal, atender às demandas e ajudar a

desenvolver o País, gastando o dinheiro bem, com consequência – assim não há colapso nem atraso no desenvolvimento de que o Brasil tanto precisa.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o incremento das atividades turísticas no Ceará vem atingindo percentuais animadores, graças aos esforços despendidos pelos setores governamentais competentes, em meio a uma campanha intensiva que busca divulgar as nossas atrações, sobretudo para alcançar, tanto interna como externamente, aqueles que aspiram deslocar-se de seus Estados e Países em busca de outros ambientes que lhes propiciem lazer e entretenimento, bem assim, em muitos casos, negócios rentáveis, numa permuta que quase sempre atinge os mercados internacionais, num esforço de captação de divisas para o Brasil.

Em recente entrevistas concedida à imprensa de meu Estado, o Secretário Allan Aguiar admite que, com base em pesquisas estatísticas até fevereiro vindouro – ou seja, na chamada alta estação – é apontado o número de 570 mil visitantes, que seriam absorvidos por uma rede hoteleira de boa classificação, inclusive pousadas na área litorânea, especialmente em Jijoca de Jericoacoara, cujo Prefeito, agora reeleito, Sérgio Jimenez, vem adotando medidas elogiáveis, capazes de ajustar-se às exigências dos que demandam aquela fascinante faixa de nossas praias, na zona norte do Estado.

Ressalta-se que, com base em levantamento procedido, recentemente, pela Associação Brasileira dos Agentes de Viagens, Fortaleza, Natal e Salvador são identificadas como as cidades que mais se dispuseram a oferecer apoio ao desenvolvimento do turismo, na região nordestina, enquanto o Rio continua situado como o polo que capitaliza maior gama de visitantes, apesar das questões vinculadas à violência e o tráfico de drogas, combatidos, empenhadamente, pelos governos Federal e Estadual.

Segundo informações do Secretário Allan Aguiar, através do Aeroporto Pinto Martins, desembarcam em Fortaleza, até o final do ano, dois milhões e trezentos mil passageiros, o que exige das companhias aéreas e da INFRAERO um esforço permanente, que se amplia nos meses de maior movimentação, particularmente os que são destinados às férias tradicionais.

Mesmo sendo um aeroporto moderno, construído com recursos do PRODETUR, em projeto de que fui Relator, em 1993, no Senado Federal, a INFRAERO, presidida exemplarmente pelo Dr. Carlos Wilson Campos, já cogita de ampliar as atuais instalações, levando em conta a necessidade imperiosa de acompanhar a preferência que os turistas vêm emprestando à nossa metrópole.

Sabe-se que o Governador Lúcio Alcântara empenha-se com tal objetivo, ampliando-se, dessa forma, as possibilidades de que se acresça um maior número de turistas, a partir de agora, como prognostica o atual Secretário Allan Aguiar.

Vale mencionar, por outro lado, que o turismo religioso, que tem a cidade de Juazeiro do Norte como centro galvanizador das atenções, pela figura lendária do Padre Cicero Romão Batista, apresta-se para acomodar os romeiros de todos os níveis sociais, inclusive dispendo de hotel cinco estrelas, ao lado de centro de hospedagem para os devotos do milagroso sacerdote, cujo prestígio já ultrapassou as fronteiras do nosso País.

A Serra do Araripe, por seu turno, ensejando, em suas cidades adjacentes, pesquisas paleontológicas, passa a ser também alvo preferencial de cientistas de outras nacionalidades, o que repercutirá nas estatísticas de desenvolvimento turístico de nossa Unidade Federada.

O Ceará, assim, situa-se entre aqueles que melhor se estruturaram para incentivar a indústria sem chaminés, num permanente reforço ao nosso crescimento econômico.

O SR. VIEIRA REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIEIRA REIS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento profundamente o acidente ocorrido no continente asiático e por isso presto minhas condolências às famílias enlutadas nos países afetados pelas ondas gigantes.

Apelo aos Governos de todos os países que estão colaborando para que não meçam esforços neste momento de tragédia, principalmente ao Governo do Brasil, um país rico – graças a Deus, nada nos falta. Que nosso Presidente se sensibilize e envie a ajuda necessária aos irmãos que estão sofrendo. Países riquíssimos como os Estados Unidos, que gastam muito com armas, podem ajudar mais os irmãos que estão passando por este momento difícil.

Meu apelo é para que os países que estão se mobilizando não ofereçam migalhas às nações vítimas dessa calamidade, mas as ajudem de forma contundente, de coração aberto, porque realmente o povo está sofrendo.

Nesta hora de dor e aflição, vamos abrir o coração e ajudar os irmãos que passam por este momento difícil.

Muito obrigado.

O SR. REINALDO BETÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. REINALDO BETÃO (Bloco/PL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Saúde atrasou o pagamento de mais de 650 clínicas que realizam o tratamento de terapia renal substitutiva no Brasil. O pagamento refere-se ao mês de outubro deste ano e deveria ter sido feito até o dia 2 de dezembro, o que não aconteceu.

O atraso nos repasses, Sr. Presidente, prejudica o atendimento a mais de 60 mil pacientes renais crônicos, que dependem desse tratamento para sobreviver. A situação é gravíssima. As clínicas filiadas à Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – ABCDT estão preocupadas e aflitas, pois não têm recursos para comprar nem sequer os medicamentos necessários ao tratamento dos pacientes ou pagar aos fornecedores, que já estão se negando a entregar os materiais. Os funcionários também serão prejudicados, uma vez que as clínicas não terão condições de pagar salários, impostos e o décimo terceiro salário. As dívidas já acumulam em milhões de reais. E se o Governo continuar agindo dessa maneira, a situação tende a piorar ainda mais, chegando a ameaçar a saúde da coletividade.

As clínicas de hemodiálise trabalham desde 1996 com normas impostas pelo Ministério da Saúde. Mas, apesar de terem padrões de primeiro mundo, o Ministério paga com uma defasagem de 40% no valor da hemodiálise e ainda não estabeleceu um cronograma para a transferência desses recursos. No ano passado, por exemplo, o mês de outubro foi liberado com atraso de 2 meses para os gestores estaduais e municipais, deixando as clínicas sem recursos até mais ou menos dia 19 de janeiro de 2004. Uma verdadeira vergonha.

O problema agrava-se ainda mais devido ao fato de as Secretarias Municipais e Estaduais, que são as gestoras dos recursos, levarem mais de 20 dias para efetuar a transferência, sendo que o prazo determinado pela Portaria nº 3.478, de 1998, são 5 dias úteis.

Portanto, faço um apelo ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, para que trate com carinho e agilidade a transferência dos recursos às clínicas que realizam o tratamento de hemodiálise, pois 60 mil pacientes renais crônicos dependem desse tratamento para sobreviver.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Parabenizo nesta oportunidade o Coral dos Canarinhos de Petrópolis, da nossa região serrana do Estado do Rio de Janeiro, que, como é de costume, atuou com brilhantismo e empolgou corações.

Um coral de tamanha beleza que encanta crianças, jovens, adultos e idosos há mais de 60 anos. É ainda o mais antigo e também um dos mais famosos coros do Brasil e se dedica ao canto coral não só como instrumento de apresentação, mas sobretudo de formação.

O repertório do Coral dos Canarinhos de Petrópolis conta com obras que vão desde o canto gregoriano até a música contemporânea, incluindo a música popular brasileira, tendo como característica predomi-

nante o cultivo da música sacra. Músicas que parecem tocar o céu. Uma verdadeira maravilha, Sras. e Srs. Deputados.

Fundado em 1988 pelo Frei José Luiz Prim, o Coral é composto por meninas e meninos e já realizou concertos em todos os Estados da Região Sudeste e também em Goiás, no Pará e no Rio Grande do Sul. É bom lembrar que esse coral é mantido pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, localizada em Petrópolis.

Além das muitas apresentações pelo Brasil, o Coral fez, ainda, concertos internacionais em Portugal, na Itália, na Áustria e na Alemanha.

Gostaria também de parabenizar os maestros Marco Aurélio Liste e Marcelo Vizzani, que têm feito um excelente trabalho à frente do Coral dos Canarinhos de Petrópolis.

Portanto, Sr. Presidente, é um orgulho muito grande para nós, do Estado do Rio de Janeiro, ter representantes tão ilustres como o Coral dos Canarinhos de Petrópolis, que divulga de forma ímpar a nossa querida região serrana.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para manifestar minha indignação contra o corte de verbas do Orçamento referentes ao Rio de Janeiro, Estado tão sofrido, que só teve liberado 7% do Orçamento deste ano. Agora, querem cortar 10 milhões de reais, medida prejudicial à infra-estrutura da BR-493, única estrada por onde podem trafegar caminhões, proibidos de utilizarem a Ponte Rio – Niterói. Os acidentes ocorridos naquela estrada são gravíssimos, fatais mesmo, e agora querem rejeitar emenda de bancada no valor de 10 milhões de reais destinada à duplicação daquela importantíssima estrada. O trecho Magé – Manilha, no Município de Magé, é de apenas 25 quilômetros. A Ponte Rio – Niterói não permite mais a passagem de caminhões com cargas perigosas, tipo inflamáveis, e pesadas. A BR-493 liga a região serrana com a região dos lagos e todo o interior do Estado.

A discriminação do Governo Federal contra o nosso Estado é absurda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Quero agradecer ao ilustre Deputado Nilson Mourão, orador do Grande Expediente, pela compreensão e paciência.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Passos, que disporá de 5 minutos na tribuna.

O SR. MAURO PASSOS (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Também agradeço ao Deputado Nilson Mourão a paciência.

Sr. Presidente, depois de ouvir tantas observações pertinentes à peça orçamentária, ocorreu-me que a responsabilidade sobre esse tema talvez nos leve a discutir a conveniência de darmos fim ao recesso do mês de julho. Quem sabe, o mês de julho não seja propício para que se faça o primeiro esboço da peça orçamentária, ocasião em que seriam incorporadas as primeiras manifestações, as primeiras demandas e

ansiedades. Aquele período ficaria em aberto. Participariam os Deputados mais interessados, que poderiam trazer contribuição antecipada à peça do Orçamento, a fim de evitarmos este afogadilho de final de ano, como sempre ocorre, em meio a outra situação de incertezas e indefinições sobre tão importante matéria que tramita no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o motivo principal da minha presença na tribuna é para registrar o que temos vivenciado em Santa Catarina: uma diferença profunda nas decisões do Poder Judiciário em relação às últimas eleições de outubro e novembro.

Tivemos a infelicidade de assistir à decisão judicial que cassa o mandato do nosso Prefeito Décio Góes, da cidade de Criciúma – um excelente Prefeito, que ganhou com folga a reeleição no primeiro turno. A partir do dia 1º de janeiro próximo, o cargo de prefeito será outorgado ao segundo colocado nas eleições, o candidato Antonelli, pelo PMDB.

Para nossa surpresa e de toda a sociedade catarinense, o motivo principal da cassação do registro da candidatura do companheiro Décio Góes, legitimamente vitoriosa nas urnas, foi sua participação na Festa das Etnias, evento que ocorre há vários anos no Município de Criciúma. A cassação do Prefeito marca muito o povo daquele Município, tanto que já está sendo organizada uma manifestação a ser feita no 1º dia do ano. Antes, na noite de Natal, o povo já havia se reunido na praça localizada em frente à sede da Prefeitura, onde organizou uma ceia.

Sr. Presidente, de forma alguma pretendia que minha manifestação fosse entendida como choro de derrotado. Aconteceram derrotas em outras cidades. Blumenau, por exemplo, onde o PT comandou, por 2 mandatos consecutivos, aquela Prefeitura, não se questionou absolutamente nada por termos perdido nas recentes eleições.

É impossível conviver com tamanha disparidade! Há 2 dias, em Florianópolis, por exemplo, a Justiça julgou o processo de Dário Berger e o manteve na Prefeitura. Os Desembargadores entenderam que o resultado das urnas deve ser preservado e a vontade popular deve estar acima de qualquer situação. Compartilhamos com esse pensamento. No entanto, a 250 quilômetros dali não foi o que se viu. A vontade popular foi negada ao se criar total desconfiança em relação ao processo ali estabelecido.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, que esse tipo de decisão vem se repetindo em vários Municípios. Talvez a conjugação do rigor da legislação com o instrumento da reeleição esteja gerando situações constrangedoras para quem governa, pois o administrador candidato a reeleição tem de ficar impedido de participar de eventos promovidos por sua própria administração. E por quê? Porque tal fato pode ser caracterizado como eventual uso da máquina pública do cargo que esteja ocupando.

Acho que esse caso terá repercussões em todo o País. As manifestações contrárias à decisão judicial crescem em Criciúma. Não vou entrar no mérito da decisão da Justiça Eleitoral no Estado, mas, com certeza, ela deve à sociedade catarinense uma explicação sobre o ocorrido em Florianópolis e em Criciúma.

Sr. Presidente, desejo um bom Ano-Novo a V.Exa. e a sua família. Espero que no próximo ano estejamos aqui novamente trabalhando juntos nesta Casa pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Deputado Mauro Passos, retribuo os votos a V.Exa, meu particular amigo, a vossa família e a vossos amigos, que lhe são muito caros. Receba pois meus votos de feliz Ano-Novo, com muita felicidade, paz, saúde e prosperidade.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero começar saudando o Presidente desta sessão por uma das características que o homem público deve ter: determinação. O Deputado Inocência Oliveira preside sempre com competência esta Casa, não importa o momento.

Quero saudar também o Deputado Nilson Mourão, que também exerce outra virtude importante na vida de todos nós políticos: a paciência. Muito obrigado, Deputado Nilson Mourão, pelo exercício da paciência, dando-nos a oportunidade de conversar com nossos pares e com os brasileiros, por intermédio dos órgãos de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, assumo esta tribuna para anunciar que, amanhã, renunciarei a meu mandato. Apresso-me a explicar por quê. O companheiro Fernando Pimentel e eu tivemos a oportunidade de ser eleitos Prefeito e Vice-Prefeito da magnífica, prazerosa e agradável Belo Horizonte, cuja administração assumiremos a partir do dia 1º de janeiro de 2005.

A Constituição brasileira exige que renunciemos. Farei esse ato, que às vezes não soa bem aos ouvidos ou aos olhos de alguém que ouve ou lê a palavra “renúncia”, mas não há outra expressão. Qualquer outra, apesar do que disse o Deputado Nilson Mourão, é eufemismo. Seja Deputado Federal, seja Deputado Estadual, seja Vereador, ninguém pode exercer 2 cargos eletivos ao mesmo tempo.

Portanto, anuncio a esta Casa, que me recebeu tão bem há alguns anos, o ato que tomarei amanhã, com regozijo, para, a partir do dia 1º de janeiro de 2005, ao lado do meu companheiro Fernando Pimentel e de 41 Vereadoras e Vereadores, na Capital mineira, a bela, aprazível e ainda segura Belo Horizonte, trabalhar com afinco, humildade, determinação e paciência, repetindo as palavras já citadas em referência aos Deputados Inocência Oliveira e Nilson Mourão.

Aproveito estes instantes rápidos para dizer que, pessoalmente, talvez pelo fato de ser engenheiro e professor, penso que, por ser morosa, a nossa Casa precisa agilizar os seus trabalhos. Alguns, prezado Deputado Reinaldo Betão, consideram a Câmara amorosa. Ela pode ser amorosa, mas continuo insistindo que também é morosa.

Penso que, em determinados momentos, discute-se pouco, fala-se muito e vota-se pouco nesta Casa.

É importante que eu faça o mea-culpa pelos 6 anos que aqui permaneci.

Há pouco, o Deputado Walter Pinheiro lembrou que o Orçamento precisa ser impositivo. Concordo com S.Exa. Outros Deputados falaram do recesso parlamentar. Quero deixar claro que defendo, no máximo, um recesso parlamentar de 2 meses por ano.

Até apresentei proposta de emenda constitucional determinando os meses de janeiro e julho para o recesso parlamentar, embora ainda pense que deveria ser de apenas 30 dias.

Por fim, Sr. Presidente Inocência Oliveira, minhas colegas e meus colegas, quero dizer que me afasto desta Casa em decorrência do exercício da função de Vice-Prefeito, mas que minha vontade é um dia voltar para cá, o terceiro grau da política brasileira.

Tive oportunidade de aqui apresentar 199 proposições, entre propostas de emenda constitucional e projetos de lei.

Também tive o prazer, Sr. Presidente, colegas Deputados, de ter um projeto transformado em lei. É quase um milagre. Ele foi aprovado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e, por fim, sancionado. Meu projeto, que foi transformado em lei, instituiu a data de 27 de setembro como o Dia do Bacharel em Turismo.

Termino este meu mandato, Sr. Presidente, apresentando outro projeto de lei, desta vez para a criação e regulamentação do exercício da profissão de turismo. É uma idéia minha que espero seja transformada em lei.

Portanto, termino este mandato apresentando esse importante projeto de lei para o turismo brasileiro e os turismólogos, antes chamados de bacharéis em Turismo.

Sou muito grato aos Deputados, aos Senadores e ao Governo, que me ajudaram.

Sr. Presidente Inocência Oliveira, receba meu abraço de reconhecimento pessoal e, ao mesmo tempo, na condição de representante do Parlamento brasileiro, instituição que me recebeu muito bem e que muito me ensinou.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Agradeço ao nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos as referências elogiosas à minha pessoa e, sobretudo, a esta Casa, desejando-lhe um profícuo trabalho na Vice-Prefeitura da grande capital mineira, Belo Horizonte. E

que continue sendo o político correto, sério, honesto, decente e competente como tem sido nesta Casa.

Tenho certeza de que V.Exa. vai se sair muito bem nessa nova função, continuando sua brilhante carreira política, sempre em defesa do seu glorioso Estado de Minas Gerais.

Meus cumprimentos, nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos!

O SR. JORGE GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, agradeço ao Deputado Nilson Mourão a gentileza de permitir que antecipasse minha intervenção ao seu pronunciamento no Grande Expediente para fazer um registro importante.

No primeiro semestre, estive aqui para falar sobre a criação do Prêmio Fernando Figueira, que visa homenagear este grande pediatra pernambucano fundador do IMIP e também estimular as instituições hospitalares a garantir a humanização na assistência às crianças e a seus familiares.

Pois bem, no último dia 23, o prêmio instituído pelo Ministério da Saúde teve em Recife, Pernambuco, sua primeira edição. Quarenta instituições de 23 Estados inscreveram-se, e a maioria delas esteve presente para receber a premiação. Onze foram premiadas e outras tantas receberam menção honrosa.

Sr. Presidente, a solenidade contou com a presença do Ministro da Saúde, o companheiro pernambucano Humberto Costa, do Secretário Estadual de Saúde, do Secretário Municipal, da Vice-Governadora do Estado do Pará e de outras autoridades, e ali tivemos um momento importante porque, repito, nessa primeira edição, concorreram 40 instituições de 23 Estados.

O prêmio foi concedido às instituições indicadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde por atenderem aos critérios estabelecidos, tais como aleitamento materno e atendimento humanizado à mulher e à criança. É muito importante estrategicamente, porque, com ele, dentro do Sistema Único de Saúde, haveremos de reduzir a mortalidade materna e neonatal. Ele destaca o atendimento pediátrico humanizado e o estímulo ao aleitamento materno.

O Ministro da Saúde fez a entrega de todos os prêmios, e outras autoridades entregaram as menções honrosas.

Registro minhas congratulações a todas aquelas entidades que se inscreveram e foram premiadas, em especial ao Instituto Materno Infantil de Pernambuco – IMIP, fundado por Fernando Figueira e que enche de orgulho todos os pernambucanos. O IMIP ganhou o prêmio nas 2 categorias e recebeu destaque todo especial.

Sr. Presidente, julgo importante o registro que faço da entrega do Prêmio Professor Fernando Figueira,

na última quinta-feira, dia 23, no auditório do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, em Recife.

O segundo registro que faço, por uma questão de justiça e reconhecimento, refere-se à Mesa Diretora desta Casa. Estamos encerrando os trabalhos. Quero parabenizar o Presidente João Paulo Cunha; V.Exa., Deputado Inocência Oliveira, Vice-Presidente desta Casa e que preside esta sessão; e os demais membros da Mesa, que soube conduzir com muita maestria os trabalhos durante este período, dando maior significado à Câmara Federal, ao Congresso Nacional e, mais do que isso, à democracia que todos queremos alcançar.

A democracia firma-se na medida em que o Poder Legislativo também se firma. A Mesa dirigida pelo Presidente João Paulo Cunha, pelo Vice-Presidente Inocência Oliveira e pelos demais membros soube seguir na direção de firmar cada vez mais a democracia em nosso País.

Por último, Sr. Presidente, desejo a V.Exa., aos demais membros da Mesa Diretora, às companheiras e aos companheiros Deputados e aos funcionários desta Casa votos de que possam viver a esperança do ano que se inicia.

Se Deus quiser, as demandas sociais do nosso País serão atendidas pelo nosso Presidente Lula, para que tenhamos um 2005 repleto de alegria, um ano de desenvolvimento para nosso País e de justiça social para todos.

Feliz Ano-Novo para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Dando prosseguimento ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Mourão. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero manifestar da tribuna desta Casa minha solidariedade a todos os povos do Sul da Ásia, vítimas de uma tragédia da natureza. Nós, que tivemos a oportunidade de estudar na escola um pouco de História, sabemos que, de tempos em tempos, povos, sociedades, continentes inteiros vivem momentos de tragédia. Esse maremoto na Ásia atingiu mais de 2 milhões de pessoas, em diferentes países, e levou à morte, pelo menos, 30 mil pessoas. Levantamentos ainda estão sendo feitos em áreas remotas, havendo a expectativa de que o número de mortos e desaparecidos seja muito maior.

Sr. Presidente, cidades inteiras foram destruídas e milhares de pessoas se viram arruinadas por esse acontecimento da natureza. Quero sugerir ao Presidente Lula que, com seu espírito de solidariedade internacional e pelo êxito da política externa que tem empreendido, se associe aos demais países do mundo inteiro que neste momento expressam gestos concretos de solidariedade aos povos do sul da Ásia vitimados por essa tragédia.

Sr. Presidente, neste Grande Expediente, quero fazer um balanço, ainda que resumido, dos 2 anos do Governo do Presidente Lula. Para isso, socorro-me do extraordinário pronunciamento, feito no dia 16 de dezembro passado, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Trata-se de um discurso brilhante, claro, concreto e que vai ao ponto, relatando todas as realizações do Governo Lula nos primeiros 2 anos de administração. Entre outras coisas, o discurso do Ministro José Dirceu relata os avanços do Governo do Presidente Lula no que diz respeito à merenda escolar, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), já aprovado por esta Casa e que vai destinar a alunos carentes mais de 100 mil bolsas de estudo em escolas privadas. Refere-se ainda à criação e funcionamento das primeiras farmácias populares, que vão alcançar o Brasil inteiro, começando pelas capitais, ressaltando que o Governo continua comprometido com uma política consistente de afirmação da mulher e do negro, tendo lançado o Programa Quilombola. S.Exa. cita ainda o programa de investimentos do Governo Federal para obras de infra-estrutura, prevendo investimentos maciços na recuperação, pavimentação e duplicação de rodovias, na modernização de portos; enfim, um amplo programa de infra-estrutura que pretende modernizar nosso País e fazê-lo avançar no caminho do crescimento.

Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais da Casa da íntegra do pronunciamento do Ministro José Dirceu proferido em 16 de dezembro de 2004, em que S.Exa. faz um balanço dos 2 anos do Governo do Presidente Lula. Foram 2 anos vitoriosos – anos de luta, mas que recolocaram o Brasil no patamar em que realmente deve se encontrar.

Sou petista, Deputado Federal da base do Governo do Presidente Lula e sinto-me orgulhoso por poder apoiar um Governo que moralizou o País, que avançou na questão da segurança pública, que combate a corrupção diariamente, doa a quem doer, que faz da democracia um dos seus pilares de sustentação, que avança no crescimento econômico, que gera empregos e faz com que o nosso País esteja efetivamente no patamar em que deveria estar, de crescimento, de distribuição de renda, de elevação do PIB, de aumento das exportações e das importações, enfim, num caminho que leva a uma nação cada vez mais justa e solidária.

Caro Deputado Inocêncio Oliveira, que preside esta sessão, meu amigo Presidente João Paulo Cunha, Sras. e Srs. Deputados que se encontram no plenário, todo o corpo técnico da Câmara dos Deputados, faço votos de que entremos felizes no ano de 2005!

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Pronunciamento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o balanço de dois anos do Governo, no Palácio do Planalto

16 de dezembro de 2004.

Eu estou atrasado, mas peço desculpas, porque foi involuntário. Eu fui representar o Presidente, no Tribunal de Contas da União, na posse do Adylson Motta, que foi meu colega na Câmara dos Deputados. Fiz questão de ir e o evento atrasou. Meu papel, hoje, é apresentar para a sociedade, para a imprensa, a determinação do Presidente da República e indicação da Coordenação do Governo, dos ministros e das ministras que me deram essa honra, um balanço dos últimos dois anos, que eu vou procurar fazê-lo em 15 minutos, ressaltando os aspectos mais importantes. Primeiro, que acredito que todo o País destaca, é o crescimento econômico, o maior dos últimos dez anos, e um feito não esperado, que é o não crescimento da carga tributária, até porque o Governo adotou, como nós vamos ver, uma série de medidas de isenções tributárias durante esse ano para incentivar o investimento, o mercado de capitais, o mercado imobiliário, os fundos de pensão e estimular o consumo popular abatendo impostos da cesta básica. Pela primeira vez o nosso País vai ter, depois, também, de mais de uma década, um desemprego menor que 10%, de um dígito – e geramos 1 milhão e 800 mil empregos. E o mais importante que procurei destacar, inclusive, ontem, numa entrevista, é que esse crescimento econômico e do emprego vem acompanhado do crescimento dos investimentos, que é três vezes maior no último trimestre, e o crescimento do PIB. Isso é muito importante, porque todos nós sabemos o papel que tem o investimento no crescimento econômico para além da demanda. No terceiro trimestre os investimentos privados cresceram 20,1%, comparado com o mesmo trimestre de 2003. É o menor risco-Brasil nos últimos sete anos. Vamos lembrar que a dívida externa está caindo e que nós conseguimos reduzir a dívida interna, vis-à-vis o PIB. Ela foi desdolarizada, prefixada em quase um quarto e foi alongada.

Para que o País cresça é preciso um marco legal, regulatório, segurança jurídica, além da democracia, que é um fato no nosso País – e as eleições são um exemplo claro disso. Esse é um governo reformista, de reformas não só sociais, como político/institucionais, tributária, previdenciária, reforma do Judiciário. Ontem, aqui, o nosso Presidente, o Presidente Nelson Jobim, o Presidente Samey, o Presidente João Paulo Cunha, encaminharam projetos importantíssimos para o Congresso Nacional, que vão consolidar um Judiciário ágil, transparente, um Judiciário que vai dar garantias ao cidadão e às empresas. A Lei de Falências que foi aprovada ontem. Vamos lembrar que há mais de 15 anos o País falava em criar uma lei de recuperação das empresas. No Brasil existe uma verdadeira indústria de concordatas que vai deixar de existir. A parceria

público-privada que, tenho certeza, será aprovada pelo Senado e pela Câmara depois. A legislação do crédito imobiliário. A Lei de Inovações, que é uma

revolução na pesquisa e na inovação do Brasil. Uma integração da universidade com a empresa, um novo papel de pesquisador, para o financiamento privado e público na inovação. O principal elemento do desenvolvimento, do aumento da produtividade e do crescimento econômico, é o aumento da produtividade e da eficiência, e, nesse sentido, a Lei de Inovação é uma lei que dará ao Brasil,

seguramente, um crescimento maior.

Quanto às agências reguladoras, a legislação ficou para o ano que vem, mas nós vamos trabalhar para aprová-la antes da Semana Santa. O novo modelo do setor elétrico é um exemplo cabal e uma vitória extraordinária do País, da sociedade, de uma questão gravíssima que nós recebemos do governo passado, que era a falência do setor elétrico e a ausência de regulação, as tarifas estavam dolarizadas, as empresas inadimplentes e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sob o risco, dado que era um grande credor

dessas empresas. Tudo isso foi saneado.

E o marco regulatório do saneamento, que vamos enviar no começo do ano para o Congresso.

Isso se dá, essas reformas, esse crescimento, no marco de um projeto de desenvolvimento nacional.

Um governo que tem política industrial de comércio exterior e que fez o sistema público retomar o papel de fomento para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico, as exportações, a pequena e média empresa, o setor produtivo nacional, fortalecer a empresa nacional, e dar aos setores que impulsionam o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento do País – como máquinas e equipamentos, fármacos, biotecnologia, informática, e também a petroquímica, siderurgia, papel e celulose, os setores de insumos – condições de crescimento e de desenvolvimento tecnológico.

O Governo criou a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, que o Senado está aprovando; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que se reuniu ontem, inclusive, e o Presidente compareceu; aprovou a Lei de Informática, a Lei de Inovação, que eu já falei, e tem um programa consistente de apoio aos arranjos produtivos.

Não vou citar, mas os exemplos da retomada do papel do sistema financeiro estão evidentes do Funtec, no Prosoft, no Profarma, no financiamento de bens de capital e no Modermaq. São financiamentos consistentes, que somam mais de 1 bilhão nesses programas de financiamento, o que significa que o País, hoje, tem fundos permanentes, consistentes, para sustentar o desenvolvimento tecnológico. Exportações – isso significa país forte, país com risco-Brasil cadente, um país que honra seus compromissos externos, um país que tem superávit comercial e na conta corrente, uma inversão

total da situação que o Brasil tinha antes, de déficit de mais de 30 bilhões nas contas correntes. Noventa e cinco bilhões de exportação, 32 bilhões de superávit. Vamos lembrar que houve um processo extraordinário de desburocratização nas exportações, radar comercial, Siscomex, estado exportador, capacitação de agentes. E o Brasil, hoje, é um País que por meio da Apex tem um programa vasto de promoção no exterior da marca Brasil – 410 eventos foram realizados esse ano e 500 serão realizados no ano que vem. O País hoje não é um País que exporta por causa de um surto de queda da demanda interna, é um País que as suas empresas e o Governo têm um programa consistente de ocupação do mercado internacional vis-à-vis a política externa que o Presidente

Lula tem exercitado.

Os recordes são históricos e o agronegócio tem um papel fundamental, mas para o agronegócio avançar foi preciso criar condições para o financiamento da agricultura. O certificado de depósito agropecuário, o Warrant Agropecuário, a regulamentação do seguro rural, do prêmio, que era uma bandeira histórica do setor. E hoje o pequeno agricultor brasileiro, o agricultor familiar, tem seguro obrigatório, não só da perda da safra, mas de renda. Ele tem a garantia de sobrevivência da sua família, no caso de perda da safra. Quero destacar a desoneração da produção, que é um assunto que toda a sociedade acompanha e a imprensa conhece, do PIS/Cofins para a cesta básica. Praticamente todos os produtos da cesta básica hoje têm desoneração do PIS/Cofins e os estados também estão dando desoneração de ICMS. O brasileiro vai comer mais, melhor e mais barato nos próximos anos, até porque a produção da agroindústria garante. Desoneração dos bens de capitais e do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária), também, para os portos, redução do imposto de importação para os bens de capital – nós antecipamos – e o incentivo à poupança, que eu já falei, firme e consistente, inclusive para as cooperativas, para os fundos de pensão e para os planos de Previdência.

O País vai incentivar a tecnologia, o aumento nas bolsas de doutorado de 18%, vamos alcançar 10 mil doutores em 2006. Os fundos setoriais tiveram 600 milhões de desembolso este ano, tem a gestão nova, mais eficiente, e sustentamos os programas de tecnologias sensíveis, espacial e o nuclear.

O Governo apoiou e sustentou a agroindústria, mas deu cobertura e apoio para a agricultura familiar – de 4,2 bilhões, da safra de 2002/2003, passamos para 7 bilhões nessa safra. É uma variação extraordinária de 89%, que estavam estagnados há quatro anos. O seguro agrícola, que eu já disse, e o apoio a 200 mil famílias do semi-árido, que já tiveram garantia de safra esse ano. A reforma agrária, que não atingiu as metas que o Governo tinha planejado, por uma razão simples: porque nós recebemos 500 mil famílias com passivo do assentamentos e tivemos que dar financiamento, levar água, luz, habitação, estrada, assistência

técnica e crédito a essas famílias, e ao mesmo tempo realizar a reforma

agrária – 36 mil no ano passado e, até outubro deste ano, 66 mil. Há um esforço do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da equipe econômica, nossa, para atingirmos 95 mil famílias esse ano, e acredito que vamos conseguir. E passamos o crédito da agricultura assentada, que era de R\$7,7 mil, o inicial, para R\$16 mil. O Governo se preocupou com a demanda, com microcrédito, com o aposentado, com o servidor público, com microempresário, e criou um programa consistente de microcrédito e inclusão bancária; 3,9 milhões de contas nos bancos públicos federais foram abertas, conta e poupança simplificada. Reduzimos os juros em 50% para quem faz o desconto em folha, consignando o empréstimo, 61% de crescimento em 2004. E o microcrédito popular, que o Presidente lançou há poucas semanas, que significa juros de 2% ao mês, a metade ou um terço dos juros que se pagava antes. E a luta contra a agiotagem que infernizava a vida dos servidores públicos e dos aposentados. É muito importante isso em respeito à cidadania no Brasil.

O BNB destinou para o CrediAmigo US\$720 milhões, de outubro(?) a outubro de 2003 a 2004, e 842 mil operações, o que mostra o impacto que isso tem para a agricultura pequena, para o autônomo, para aquilo que faz a economia local crescer além das grandes empresas, dos grandes centros urbanos do País. A micro e a pequena empresa receberam uma atenção especial do Governo, por meio da APEX, para a exportação. Hoje ela tem uma participação fundamental. O Programa Pré-empresa, que fez um regime especial tributário até R\$36 mil, é importantíssimo para o empreendedorismo isso. E as medidas de certificação e bônus de produtos que o Inmetro e o Sebrae adotaram, além do BNDES, que fez 206 mil operações, 22 bilhões entre outubro e outubro de 2003 e 2004 – isso é muito importante, porque são recursos importantes para a pequena e média empresa brasileira. E vamos lembrar o parcelamento de débitos que fizemos para apoiá-las.

O País cresce também no turismo: 16% entre 2003 e 2004, 24% ingressos de divisas e aumento de 18% no fluxo doméstico de turistas. E o Brasil cada vez mais vai descansar e passear, inclusive porque o Governo vai iniciar a modernização da BR-101, de Salvador até Natal, começando por Natal/Palmares, em Pernambuco, cujo projeto já está em audiência pública, vai ser licitado e estará pronto antes do

final do mandato do Presidente Lula.

Meio ambiente. Ao contrário do que se dizia e se afirmava, e, muitas vezes, por erro nosso de informação, para vocês terem uma idéia, das 16 usinas já concedidas, apenas quatro aguardam licenciamento. Das 17 usinas do novo modelo, que precisam de licença prévia, que serão licitadas, apenas três aguardam licenciamento. Houve uma modernização do Ibama e do Ministério, o Governo aprovou um plano de cargos

e uma reestruturação. Há, hoje, em toda política pública, a dimensão ambiental prévia – só se pode aprovar o projeto se tem as garantias ambientais. O Sistema Nacional de Meio Ambiente foi fortalecido, treze ministérios estão numa ação conjunta, nesse momento, contra o desmatamento na Amazônia. Vocês podem observar que não houve queimada esse ano em Roraima, ao contrário dos anos anteriores. Há um Plano com oito bases de fiscalização instaladas, em conjunto com os Ministérios, com o acompanhamento das Forças Armadas, da Polícia Federal e do Ministério Público. Portanto, esse é um governo que cuida do licenciamento e da prevenção ambiental. Inclusão Social. O Presidente, no discurso da reunião ministerial, deixou claro que os anos de 2005 e 2006 são anos do desenvolvimento com inclusão social, criação de empregos, além de crescimento econômico. Nós conseguimos dar atenção à agricultura familiar – de 42 mil agricultores que recebiam a compra de produtos, passamos para 67 mil; o Programa de Leite, hoje, atinge 32 mil famílias pecuaristas pequenas e atende quase 800 mil famílias com um litro de leite por dia, e vai crescer; 30 mil cisternas em 2003/2004, no semi-árido, que passarão a ser 50 mil no ano que vem.

Merenda Escolar: 116% de aumento nos valores repassados, que passou a atender 881 mil crianças de 18 mil creches, além de toda a rede básica de Ensino Fundamental, que teve um aumento de 15% de valor no repasse em 2004. Bolsa-Família. Talvez a maior conquista do País, 6,5 milhões de famílias serão atendidas neste final de ano, sendo que 5,9 milhões já foram atendidas até novembro. O valor médio que era de R\$28,00 passou para R\$75,00, sendo que mais da metade das famílias recebe R\$80,00 ou mais. Isso é uma mudança extraordinária. Sem falar no vale-gás, que era de R\$7,50, e também teve um aumento, chegando mais próximo da realidade, porque o preço do gás não aumentou este ano. Isso é um apoio extraordinário a milhões de famílias brasileiras.

O Governo continua sustentando o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), ao contrário do que se dizia, e 930 mil famílias foram atendidas em 2.785 municípios, um milhão e nove mil idosos, em outubro, foram incorporados pelo Estatuto do Idoso; dois milhões e 170 mil pessoas beneficiadas pelo programa de prestação continuada, benefício de ação continuada, idosos e pessoas com deficiência, o que significa R\$5,5 bilhões; sete mil, quinhentos e setenta trabalhadores foram libertados do trabalho escravo, o que significa 99% de crescimento com relação aos últimos dois anos. Isso é uma marca deste Governo: o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, a promoção social do idoso, da pessoa deficiente, e da transferência de renda. E o Governo adotou todas as medidas que a imprensa e o Ministério Público indicaram para combater a fraude e para atender às famílias que estavam excluídas do programa (de transferência de renda), como é natural num programa que tinha cinco cadastros, cinco vales e estava distribuído por

cinco Ministérios. E hoje está concentrado e articulado com saúde e educação, articulado com alfabetização. A universidade e a educação. Todos sabem, a principal prioridade do Governo nesse próximo ano é, além da infra-estrutura e da ciência e tecnologia, a educação. O Prouni já é uma realidade, o Senado aprovou, vai aprovar, aliás – o líder Mercadante, ontem, conversava comigo sobre a aprovação do Projeto – serão mais de 100 mil bolsas para alunos carentes ou necessitados. Cinco milhões de brasileiros estão sendo alfabetizados neste momento, em 4.339 municípios. Nós vamos erradicar o analfabetismo no Brasil nos próximos anos. O Governo retomou a criação de universidades. São dez novos *campi* em sete Estados da Federação: Paraná, São Paulo, Rio, Bahia, Pernambuco, Pará e Acre. Contratamos professores e técnicos para as universidades, reorganizamos carreiras e aumentamos os salários dos servidores e dos professores das universidades. Enfim, iniciou-se um amplo processo constituinte de reforma da universidade. Isso significa que R\$1,7 bilhão serão aplicados a mais na educação, particularmente, quero repetir, técnico-profissional. Como eu tenho dito, esse é o maior desafio do Brasil, porque temos 11 milhões de jovens fora do ensino médio, que é um problema social, cultural, de cidadania, além de ser um problema socioeconômico. O Brasil necessita de centenas de milhares de técnicos e há escassez de técnicos e técnicas qualificados. Vamos fazer um mutirão da educação técnico-profissional nesses próximos dois anos: chão de fábrica, longa distância, por correspondência, e vamos ampliar, com os governadores e governadoras, o ensino médio no País. Saúde. Quatro mil, novecentas e onze novas equipes de médico de família; nós temos no País, hoje, vinte e uma mil, seiscentas e nove equipes, vinte mil novos agentes comunitários de saúde. Avança de maneira consistente a saúde preventiva e popular no Brasil. E cuidamos de algo muito grave, nas cidades com mais de 100 mil habitantes, que é a emergência, a urgência. Instalamos 67 serviços de atendimento móvel, SAMU, 245 municípios com 607 unidades móveis. Até 2007 nós vamos universalizar a prevenção, a urgência que, vocês sabem, grande parte dos óbitos vem da falta de atendimento de acidentes graves nos grandes centros urbanos.

Farmácia Popular: uma nova realidade. Além de aumentar e dar consistência a um programa de distribuição de remédios gratuitos a toda a rede básica do SUS, o Governo implantou 26 farmácias, com 84 medicamentos com preços 80% menores que na rede varejista. E vai ampliar este Programa e consolidá-lo.

O Brasil, hoje, conta com um novo programa, o Brasil Sorridente. Quatro mil, quinhentas e cinqüenta e uma novas equipes de saúde bucal, aumento de 100% com relação à 2002. Este é um programa importantíssimo, um programa não só que diz respeito à saúde pública, mas a algo muito importante para todo ser humano: a auto-estima. Nada mais grave do que um cidadão e uma cidadã não ter auto-estima, porque não consegue ter uma saúde bucal e, muitas vezes,

não consegue sorrir. Por isso que esse programa teve esse nome: “Brasil Sorridente”. O Governo continua com a política consistente de afirmação da mulher, do negro e da negra e, o Programa Quilombola, que é uma realidade no País, saneamento básico, obra de eletrificação rural, programa de geração de emprego, de saúde, sistema de cota na universidade, e o governo retomou uma política pública para as aldeias indígenas: saneamento em 354 aldeias, convênio para assistência médica, de saúde, em todas as aldeias. E de maneira consistente vem homologando (áreas indígenas) - acabou de homologar 7,2 milhões de hectares, 47 terras indígenas. Nunca houve tanta homologação no Brasil. E o Governo vai homologar Raposa Serra do Sol, assim que resolver o litígio judicial. Está recorrendo, está trabalhando para que o Judiciário casse as liminares que hoje impede o Governo de fazer a regulação. Não é verdade que a Raposa Serra do Sol não é homologada por falta de vontade política do Presidente ou do governo. Há uma decisão judicial que impede o governo de tomar essa decisão. O Presidente disse e nós, Ministros – o Ministro Ciro Gomes está aqui me dando a honra da sua presença – já dissemos ao Presidente que vamos cumprir com esta tarefa, que é preciso acabar com as filas, com a humilhação do cidadão e da cidadã brasileira na saúde pública e na Previdência Social. E nós já começamos a tomar uma série de medidas. A criação da Secretaria da Receita Previdenciária e a luta contra as fraudes e a sonegação que é real hoje, além da atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do governo, do ministro Amir Lando, é pública, notória e dispensa provas, será uma obsessão do governo. Mas nós já conseguimos recordes históricos de receita corrente e de recuperação de créditos, porque a receita corrente vem do crescimento do emprego também e da economia, mas a recuperação de créditos é ação do governo. De janeiro a setembro, tivemos arrecadação de 65,1 bilhões contra 54,9 bilhões do ano passado. A variação da despesa com pagamento de benefícios foi de 18,1. Nós vamos arrochar a fiscalização nos benefícios, porque há um crescimento desproporcional de benefícios, por exemplo, a licença de saúde, e é preciso fiscalizá-los. Foram auditadas 70 mil 399 empresas e recuperados R\$6,5 bilhões em créditos. Então, o Governo está atuando na Previdência e vai atuar não só contra as fraudes e a sonegação, mas na melhoria da gestão. O Ministro Amir Lando está implantando um programa-piloto, que vai melhorar a gestão e vai melhorar o atendimento, e nós vamos priorizar isso nos próximos dois anos, juntos – o Ministro Humberto Costa passou, ontem, à tarde, em reunião com o Presidente, eu acompanhei, por determinação do Presidente, essa audiência, e o foco do Ministério será melhorar a qualidade do atendimento, diminuir as filas, e ele apresentou, já, um primeiro programa para o Presidente, neste sentido. Nós vamos trabalhar duro, nos próximos dois anos, com este objetivo. O Governo tem um programa consistente de Segurança Pública não só na Campanha do Desar-

mamento, com a qual já chegamos a 180 mil armas até novembro, quando o objetivo era 80 mil – mas a integração das polícias e da Segurança Pública dos estados, a informatização, o serviço de inteligência, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, investimentos em meios tecnológicos, expansão do sistema automatizado de identificação por impressão digital para todas as unidades da Federação, os laboratórios de DNA, que estão instalados no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal, na Bahia e no Amazonas e na Universidade Federal, em Alagoas, e no Pará em fase de implantação, laboratórios de entomologia forense, responsáveis por diagnósticos precisos em exame de cadáveres.

A nossa primeira prioridade é a infra-estrutura, porque o País não crescerá se nós não resolvermos o estrangulamento na infra-estrutura, seja social, saneamento, habitação – e nós colocamos em disponibilidade R\$5 bilhões para financiamento de obras e saneamento em 21 estados e 329 municípios, cujo benefício chega a quase 6 milhões de famílias. E vamos continuar.

Habitação. Contratados R\$3,9 bilhões nos últimos dois anos. Atendimento a quase 900 mil famílias, com prioridade para famílias com renda até cinco salários mínimos. Financiamento de imóveis novos e usados, urbanização de assentamentos, aquisição de material de construção e reforma de moradia. E, ontem, o Conselho do Fundo de Garantia tomou decisões históricas, inclusive destinando R\$1 bilhão para a equalização de programas sociais, o que não existia antes. Era o Tesouro, por meio do Orçamento, que fazia essa equalização.

Eu fui questionado pela imprensa sobre o programa “Papel Passado” – se não me engano foi o jornal **O Globo** que me fez o questionamento – então, levantamos os dados e vou passar agora: tivemos ações em 25 estados, 136 municípios, 314 mil famílias beneficiadas com regularização fundiária. Não é o que nós queremos, mas é um bom começo. E esse programa vai continuar. Já falei de energia. Foi o programa mais importante na infra-estrutura. O Brasil construiu 7.766 megawatts de energia (aumentou o potencial instalado), e 6.829 quilômetros de linhas de transmissão, e vai manter, nesses próximos anos, pelo menos 5.000 megawatts por ano, pelo menos 3.000km de redes de extensão. Os investimentos estão contratados e, como eu mostrei, a questão ambiental está sendo resolvida. Há uma Sala de Situação, que funciona todo o tempo **online** com o Governo, juntos, Minas Energia, Casa Civil, os ministérios ligados à área de infra-estrutura e Meio Ambiente, para equacionar os problemas da infra-estrutura, particularmente das hidrelétricas.

Gasoduto. O país ampliou sua malha em 1.315km, com destaque para as obras em andamento no trecho Campinas-Rio de Janeiro, Dom Aratu-Camaçari, e o começo das obras de Urucum e do Gazem, que vai unir o Sudeste e o Sul ao Nordeste, e, depois, o Cen-

tro-Oeste à toda rede de gás do Brasil. O Brasil terá gás barato para calefação, para as indústrias e será exportador de gás no futuro. Luz para Todos. Levar luz elétrica para 12 milhões de brasileiros. Já foram beneficiadas 617 mil famílias, atingindo 2,8 milhões de pessoas; gerando 130 mil empregos, consumindo 2,5 bilhões. Esse é um programa real, que vai atingir 12 milhões de famílias até 2007.

O Governo cuidou do meio ambiente. Lançou o Proinfa, com 3.300 megawatts contratados de energia alternativa: eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. E esse grande fato, que é o biodiesel. O Brasil é o país do futuro da biomassa e do biodiesel e será um abastecedor do mundo e nós vamos mudar a matriz energética brasileira, introduzindo o biodiesel. Já vai atender a 250 mil famílias em curto prazo e vamos reduzir a importação de diesel, inclusive, vamos poder melhorar a matriz do País. Já foram tomadas medidas legais de isenções tributárias, há linhas de financiamento, em todo o país surgem unidades processadoras de biodiesel, a indústria automobilísticas já se preparou para adicionar 2% de biodiesel, e o País, seguramente, terá um programa similar ao Proalcool. Será uma conquista tecnológica e nós esperamos, social, porque o Proalcool, como sabemos, concentrou riqueza e se transformou num programa com grande êxito do ponto de vista tecnológico e econômico, mas não do ponto de vista social. Vamos evitar isso com o biodiesel.

Nas telecomunicações implantamos 3.200 pontos de telecentros comunitários do Gesac. Avançamos num modelo de tecnologia digital, e a rede giga experimental de alta velocidade já interligou 20 instituições de ensino e pesquisa de São Paulo e Rio – vai interligar todas as instituições, o que vai dar um salto na pesquisa, também, do nosso País.

O Correio Aéreo foi revitalizado. Recuperamos 5.300 km de estrada, contratamos conservação em 42.000km e sinalizamos 17.781km. Sabemos que ficamos a desejar em matéria de rodovias, mas como todos sabem, temos mais R\$2,5 bilhões, além do Orçamento, no ano que vem, em rodovias, o que vai garantir um programa consistente e a conclusão da Fernão Dias, a Régis Bittencourt, início da BR-163, da BR-101 Sul, o início da BR-101 Nordeste, e impedir o estrangulamento dos corredores de exportação, garantindo ainda corredores turísticos para o País, que é a BR- 101 Sul e Nordeste.

Vamos investir nos portos. Já temos R\$400 milhões para a modernização dos portos, enquanto que nos aeroportos foi investido R\$1,1 bilhão, porque a Infraero tem um programa consistente e conseguiu elevar de 97,9 milhões de passageiros/ano para 110 milhões em 2004.

Com relação aos portos, o Governo destinou R\$400 milhões de investimentos para modernização e a segurança dos portos. E a iniciativa privada tem um programa consistente por meio de concessões e arrendamento. Com as obras em ferrovias, que são

concessões hoje, nós teremos, tenho certeza, nos próximos anos, por meio de concessões, parcerias público-privadas, investimentos públicos, que estão garantidos no Orçamento, como eu disse, nos portos, sendo R\$290 milhões só para garantir o programa de segurança internacional que o Brasil é obrigado a cumprir, o ISPS Code, nos 11 principais portos do País. Hoje, funcionam 11 forças-tarefas nesses 11 portos e há uma “Agenda Portos” que interliga todos os ministérios e funciona também na Casa Civil, diariamente, pode-se dizer, **online**, junto com o grupo de trabalho de ferrovias, com a Sala de Situação de hidrelétricas e meio ambiente, e com o grupo de trabalho de rodovias. Esse é um trabalho que o Presidente determinou que a Casa Civil, junto com os ministros da área de infra-estrutura, coordenasse, e o País pode estar seguro de que não sofrerá nenhum apagão logístico nos próximos anos.

Um dos mais importantes avanços do País foi a retomada da construção naval da bandeira nacional e da construção de navios. O Brasil terá estaleiros novos no Nordeste, no porto de Suape, e no Rio Grande do Sul, em Rio Grande. Foram contratadas 73 embarcações, e o país, hoje, tem um programa consistente. A Transpetro acabou de lançar a licitação de 22 novos navios. Tanto a Petrobrás como a iniciativa privada iniciou programas consistentes, e, assim, tanto a indústria metalúrgica como a de construção naval vai crescer nos próximos anos com base na construção naval. E o país vai diminuir a participação da bandeira estrangeira da cabotagem internacional.

Retomamos as obras do metrô de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte, não na velocidade que precisa, não com os recursos que precisam, mas retomamos. As obras deixaram de ser obras paralisadas. E vamos trabalhar para que no orçamento de 2005/2006 tenhamos recursos para terminar, pelo menos, dois desses metrôs. Em 2007/2008 terminar todos esses metrôs.

O Ministro Ciro Gomes, que está aqui, liderou a ampliação da aplicação dos fundos constitucionais, que também estavam engavetados e paralisados; R\$4,5 bilhões foram aplicados em 2004, sendo R\$3 bilhões na região Nordeste, isso é recursos na infra-estrutura, recursos para o desenvolvimento do Nordeste, Centro-Oeste e do Norte – aliás, aumentamos, ministro Ciro, RS 1 bilhão para o Centro-Oeste, que é uma das regiões de maior crescimento do País, 12% ao ano. Desenvolvimento integrado e sustentado do semi-árido. Doze obras de infra-estrutura hidráulica em andamento, beneficiando 2,5 milhões de pessoas. Promoção da sustentabilidade dos espaços regionais, ações em 12 regiões apoiando arranjos de sistemas, setores e cadeias produtivas, e o programa da integração da bacia do semi-árido, do Vale do São Francisco, que já está sendo implantado, dependendo das audiências, do licenciamento ambiental, mas já é uma realidade e as obras começam no primeiro semestre, mesmo

porque tem dotação orçamentária. Tudo isso foi feito, quero lembrar, particularmente na presença da imprensa, com diálogo e democracia. Esse é um governo da democracia, da pareceria, do diálogo.

Pactuação da reforma previdenciária e tributária e aprovação de todas as legislações, dialogando com a oposição, com os governadores, prefeitos e com a sociedade. O governo partilhou os recursos da Cide com os estados e com os municípios, mandou o projeto do Fundo de Desenvolvimento Regional, aumentou o Fundo de Participação dos Municípios, atendeu as reivindicações dos governadores em matéria de transporte, de merenda escolar, de salário-educação. É um governo que recebeu os prefeitos, as suas marchas, quando eles eram reprimidos no passado. É um governo que trabalha com a sociedade. O Presidente teve 247 encontros com organizações sociais. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social fez dez reuniões plenárias, e nós fizemos conferências nacionais em todas as áreas do governo, com 31 mil pessoas nas etapas nacionais, um milhão de participantes nos encontros preparatórios municipais e estaduais, tanto para o Programa Plurianual, o PPA, como para as Conferências da Mulher, do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação. Tivemos e temos diálogo regular e negociação com os setores específicos da sociedade. E, ontem, foi o exemplo mais claro com o salário mínimo e o Imposto de Renda. Quero fazer uma autocrítica: o Conselho Federal de Jornalismo não foi discutido, não foi debatido com a sociedade, e teve o fim que teve no Congresso Nacional, ontem. Uma lição para todos nós: dialogar com a sociedade cria consensos progressivos e viabiliza a aprovação no Congresso Nacional das medidas que o País reclama ou que os partidos propõem ou o governo, no nosso caso, o governo. Novos conselhos foram criados: das Cidades; da Agricultura e da Pesca; da Transparência Pública e Combate à Corrupção; o Conselho de Promoção da Igualdade Racial, entre muitos outros. O Fórum Nacional do Trabalho, que já tem a reforma sindical, a qual o Presidente autorizou e será enviada ao Congresso, e está discutida a reforma trabalhista que ficará pronto antes do final do mandato do Presidente. E a reinstalação do Consea, que tinha deixado de funcionar. Este é um governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção, e os exemplos são públicos e notórios. Nós criamos as Ouvidorias do Poder Executivo, 92 unidades, 55 delas implantadas a partir de 2003, ou seja, metade delas no nosso governo. Temos, nesse sentido, o Conselho de Transparência Pública, o Portal da Transparência, e hoje temos todos os recursos transferidos da União para os estados e municípios nesse Portal. O governo reduziu em 29% a despesa com compras, contratações, bens e serviços. E essa é uma tarefa importante, também, a desburocratização, a simplificação. Combater a corrupção é trazer o Ministério Público e o TCU para dentro do governo federal, para as licitações. Combater a corrupção é o

governo eletrônico e licitações eletrônicas. Combater a corrupção é informatizar o governo. Nós vamos reduzir as despesas e os custos com contratações de bens e serviços, limpeza, alimentação, segurança, serviço de informática, passagens. O Presidente vai acompanhar isso dia-a-dia, e o Ministro Nelson Machado e a Casa Civil já assumiram essa tarefa e nós nos responsabilizamos com o Presidente de que isso será uma prioridade nos próximos dois anos. A saúde reduziu o custo de aquisição de medicamentos em 30%, em média, nos últimos dois anos. A centralização das licitações do INSS em pólos regionais gerou economia de 30% também. E o pregão eletrônico já atinge 61% das compras e contratações, gerando redução média dos preços em 20%. Isso aqui é para responder àqueles que dizem que o nosso governo não é eficiente – porque tem alguns saudosistas com a ineficiência, que andam afirmando que o nosso governo não é eficiente.

Nós estamos remontando o Estado brasileiro. A maior autorização de concursos da última década – isso também é para responder a um ex-presidente da República que nos criticou por causa de contratação. Contratação onde? Na Educação, na Segurança Pública, na Previdência, na Fiscalização, na Receita, na Polícia Federal, na AGU, na CGU, onde é preciso o Estado estar presente para atender bem ao cidadão e para combater a corrupção, para melhorar a gestão e reduzir os custos. Não é empreguismo, não é nepotismo, não é desperdício de recursos públicos. E economia de recursos públicos, é para fazer planejamento, é para executar as ações do governo, é para atender o cidadão. Substituímos os técnicos vinculados a organismos internacionais, até porque era ilegal e o Ministério Público há muitos anos exigia do governo federal para fazê-lo, e nós cumprimos determinação do Ministério Público.

Estamos iniciando a composição do quadro de pessoal próprio das agências reguladoras, porque há também aqueles que nos criticam, dizendo que nós não fortalecemos as agências reguladoras. Mas elas não tinham um quadro próprio, e passaram a ter um quadro próprio. Nada mais importante para uma agência reguladora do que ter o seu próprio quadro.

Remontamos a Mesa Nacional de Negociação Permanente que, aliás, não existia, recriamos, e o servidor público é respeitado nesse governo, tem seus direitos respeitados e é tratado com dignidade.

É longa a relação, mas só quero dar um dado, para que vocês tenham uma idéia do que esse governo fez para reorganizar e modernizar o sistema público: cinquenta carreiras foram estruturas ou reestruturadas; 11 grupos de cargos isolados foram tratados como se carreira fossem, estruturados e reestruturados, sendo que três desses grupos de cargos isolados passaram por duas negociações; cento e onze tabelas remuneratórias reestruturadas; quarenta e seis negociações concluídas temos seis em andamento; um milhão, cento e dezesseis mil, cento e trinta e oito servidores tiveram os seus cargos, carreiras e tabelas reestruturadas

– ativos, aposentados e pensionistas. Isso é uma revolução no serviço público brasileiro. Isso significou um investimento de 1 bilhão e 238 milhões em 2003, e 4 bilhões e 900 milhões em 2004, incluindo o reajuste salarial, evidentemente. O servidor público, depois de muitos anos, voltou a ter reajuste real do seu salário, e as carreiras reestruturadas passaram a ter salários equivalentes a sua qualificação técnico-profissional e ao mercado nacional.

É verdade que nós contratamos e é verdade que nós demos aumentos, mas para que o Estado fique mais eficiente e exerça o seu papel social e de planejamento e que a segurança pública chegue ao cidadão, a Justiça chegue ao cidadão, porque fizemos, no Judiciário, no Poder Legislativo e também no Tribunal, por demanda desses Poderes ou do Ministério Público, reestruturamos e aumentos reais também. Sem tolerância com a fraude e a sonegação. Arrecadação da dívida ativa, simplificação de procedimento, foco na cobrança dos grandes devedores, possibilitar e ampliar para cerca de 10 bilhões/ano, nos últimos dois anos, valor 50% superior ao verificado em 2002. Isso é o trabalho da AGU. Travou-se uma intensa luta contra as fraudes na Previdência, como eu já falei: oito grandes operações em 2004; 98 fraudadores presos, dentre os quais 28 servidores públicos. Fora todo um trabalho que o governo faz e não aparece, de combate ao crime organizado, de combate ao narcotráfico. O governo tem feito operações em vários estados brasileiros, desmantelando quadrilhas sem grande publicidade, porque esse trabalho, se é feito com publicidade, vocês sabem que ele vaza, e não tem o efeito necessário para o País. Cento e sessenta e três prisões relacionadas a fraudes em benefícios ou na arrecadação da Previdência. Sete mil e seiscentos benefícios considerados irregulares, gerando uma economia de 137 milhões/ano, já foram cancelados.

O governo vai aumentar o controle sobre as fraudes na Previdência, inclusive, o governo vai praticamente visitar todo o cadastro de aposentados, que não tinha CPF, todo ele terá CPF – vejam que absurdo: nós pagamos benefício da Previdência e não há controle de cruzamento por meio que já começou. A Polícia Federal combater o crime organizado e a lavagem de dinheiro: trezentas prisões, inclusive de políticos e servidores públicos; apreendeu 120 toneladas de entorpecentes; recuperou cargas roubadas nas rodovias federais, em torno de 85%, e estabeleceu um programa de fiscalização, a partir de sorteios públicos, que a Controladoria-Geral visitou, com isso, 681 municípios. Terminou essa apresentação com a confiança de que cumprimos com aquilo que nos comprometemos com a sociedade brasileira, nesses últimos dois anos, e que precisamos trabalhar mais e melhor nos próximos dois anos para avançar nas prioridades de governo que o Presidente já determinou: a infra-estrutura, a educação, a ciência e tecnologia e o financiamento dos investimentos para sustentar o crescimento da economia, a segurança pública, a saúde e os investimentos

para combater a desigualdade regional e sustentar um crescimento ambiental para o País, que é um dos principais problemas da humanidade, hoje.

Muito obrigado.

Só mais uma coisa: vai ser distribuído esse caderno que é o balanço “O Brasil na Era do Desenvolvimento Sustentável”, do ano 2, nº 4, que foi organizado pela Secom, em conjunto com a Casa Civil e os Ministérios do governo federal, com ação e participação de todos os ministros e ministras e coordenação do ministro Gushiken, da Secom, e apoio da Casa Civil, por meio da Secretaria de Monitoramento e Avaliação, dirigida pela doutora Miriam Belchior, sem a qual não teria sido possível esse trabalho.

Durante o discurso do Sr. Nilson Mourão, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Reinaldo Betão, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente.

O SR. REINALDO BETÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. REINALDO BETÃO (Bloco/PL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tratar do tema de meu pronunciamento, quero fazer uma rápida reflexão a respeito do nosso trabalho no ano de 2004. Nós, Parlamentares, tão injustamente discriminados pela imprensa, muitas vezes viramos madrugada a trabalhar.

Parabenizo toda a nossa equipe técnica, em especial os taquígrafos, sempre empenhados no nosso trabalho; a Mesa Diretora, na pessoa de V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, e do Deputado João Paulo Cunha e seus assessores.

Meus parabéns ao Líder do Partido Liberal, Deputado Sandro Mabel, pelo excelente trabalho neste ano; ao Presidente do partido, Valdemar Costa Neto e a toda a bancada do PL, sempre fiel ao Governo nas votações, até mais do que a própria bancada do PT. Parabenizo a união da nossa bancada, que realmente realizou grande trabalho neste ano.

Quero também registrar que o Brasil poderá ser contemplado com o primeiro Centro Internacional para Cooperação Técnica sobre HIV/AIDS do programa conjunto das Nações Unidas – UNAIDS. Isso premia o excelente programa de combate à AIDS desenvolvido pelo Brasil, que tem sido referência mundial.

O Centro servirá como intercâmbio de informações, envolvendo prevenção, tratamento, direitos humanos e vigilância epidemiológica, tendo como objetivo precípua o compartilhamento de experiências no campo.

Todos sabem que o programa contra a AIDS desenvolvido pelo Brasil tem sido referência mundial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo deste pronunciamento é prestarmos uma homenagem à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que este mês completa

60 anos de existência. Não é novidade para a sociedade brasileira que essa fundação seja um verdadeiro centro de excelência na área educacional, formadora dos principais índices econômicos do País.

No mês passado, um novo salto qualitativo foi dado com o lançamento do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP). O novo indicador detalha a evolução dos preços nos diversos estágios do processo econômico: poderosa ferramenta para a compreensão do comportamento inflacionário.

A Fundação Getúlio Vargas sempre esteve em destaque no cenário econômico do País. Foi a grande responsável pela modernização do Estado nas décadas de 50, 60 e 70. E, hoje, é a casa do planejamento estratégico. Em meados da década de 80, por exemplo, a instituição era responsável pelas contas nacionais (como o PIB) e pelo cálculo da inflação oficial do Brasil.

Estou convicto, Sr. Presidente, que a escola de professores da FGV no Rio de Janeiro fez da educação um tema central como caminho para desenvolver o País, distribuir renda e combater a miséria da nossa gente.

Parabenizo, portanto, o ilustre Presidente da FGV, Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal, homem competente, sério e empreendedor, que tem conduzido com êxito uma instituição tão relevante para a Nação como é a Fundação Getúlio Vargas.

Parabéns à família FGV!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (Sem Partido-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente amigo e conterrâneo Deputado Inocêncio Oliveira, quero expressar, muito sensibilizado, o meu testemunho e o meu agradecimento por suas palavras ditas hoje neste plenário a respeito do meu retorno ao Partido da Frente Liberal.

V.Exa. sabe que fui Governador e, também, um dos dissidentes do PDS quando do apoio à candidatura de Tancredo Neves. Em Pernambuco, consegui grande convergência – não como disse o Líder do PT recentemente pela imprensa, que o PDS se cindiu porque queria continuar poder. V.Exa. sabe que não é nada disso, ninguém entrega o poder ao adversário sem que tenha um sentido nobre e um fim elevado.

V.Exa. esteve ao meu lado em toda aquela luta e sabe que fizemos aquilo porque sabíamos que o País não suportaria mais um presidente indireto por 6 anos. Achávamos que era a última chance de o País convergir para a redemocratização sem que houvesse luta entre irmãos, e ninguém sabia em que extensão e quais seriam as dores e prejuízos que a Nação brasileira teria numa luta fratricida.

Sr. Presidente, suas palavras me tocam por várias razões. A primeira delas porque V.Exa. começa falando da parábola do filho pródigo. Eu não posso me dizer filho pródigo porque sou um dos mais velhos em Pernambuco, mas, inegavelmente, o sentimento que tive, desde a decisão até aquele momento, foi de alegria e descontração pelo retorno ao partido.

Digo a V.Exa. que fiz o caminho em direção às minhas origens. Minha decisão foi política, mas foi, principalmente, ditada pelos meus sentimentos, porque, voltando ao PFL, é como se eu tivesse retificado um segmento da minha biografia.

Evidentemente, não encerrarei agora minha vida pública, mas logo adiante, certamente. E não poderia encerrá-la se não fosse ao lado dos companheiros com os quais a iniciei.

Suas palavras me comoveram. E mais: poucos teriam sua autoridade para me saudar dizendo o que disse hoje neste plenário. São mais de 20 anos de convivência, de luta política, às vezes em posições não muito fáceis. Eu Governador; V.Exa. Deputado que é sempre reivindicante. V.Exa. Líder e eu seu liderado; V.Exa. Líder e eu na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Nesta hora, lembro gesto nobre e de grandeza de V.Exa. nesta Casa: eu era Presidente da Comissão de Justiça e não via condições de votar, na reforma da Previdência do Presidente Fernando Henrique, o dispositivo que faria incidir a cobrança da contribuição previdenciária sobre os aposentados. O que fiz: enviei carta a V.Exa. 48 horas antes comunicando que votaria contra, mas deixando-o à vontade para que me afastasse da Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que entenderia o gesto da Liderança. V.Exa. silenciou. Até o momento da reunião, eu não sabia qual seria a decisão do Líder.

Votei contra o Governo que eu apoiava, e, logo depois, a imprensa correu para V.Exa. a perguntar se Roberto Magalhães seria ou não punido pelo PFL em face de sua rebeldia. V.Exa. disse o seguinte: "*Roberto Magalhães é homem de caráter*". Puxou minha carta do bolso e disse: "*Ele me entregou a Presidência da Comissão 48 horas antes e não o tirei da Comissão, não tiraria, e se alguém quisesse tirar, primeiro teria de me destituir da Liderança. Eu não tiraria Roberto Magalhães da Presidência da Comissão*".

Sr. Presidente, atos como esse são raros e mais raro ainda o reconhecimento deles. Mas sou reconhecido e enquanto estiver nesta Casa e tiver acesso a esta tribuna, sempre que necessário, lembrarei atos de grandeza como este.

V.Exa. disse que me designou para a CPI do Orçamento, mas quero lembrar, uma vez que ACM Neto está sentado a seu lado, que V.Exa. me indicou, mas foi Luis Eduardo Magalhães, Presidente da Casa, que me convenceu, com V.Exa., a aceitar aquela função que ninguém queria. É muito ingrato realmente investigar colegas, sobretudo pedir a cassação.

Lembro que só fiz um exigência: quero ser independente. E durante os 3 meses de trabalho da Comissão nem V.Exa. nem Luis Eduardo Magalhães jamais me procuraram para me pressionar ou sequer para tentar me induzir a uma decisão a favor ou contra alguém.

Quero dizer, Sr. Presidente, que voltei, estou feliz por ter voltado e muito motivado. O artigo de hoje na *Folha de Pernambuco* dá a medida de como exercei a oposição nesta Casa: com responsabilidade, de forma construtiva, mas também corajosamente e, se possível, sempre me antecipando aos fatos. Não basta apenas fiscalizar e criticar, é preciso antecipar-se para que não se tenha de criticar o que foi feito quando, muitas vezes, é possível evitar.

Repito o que eu disse no ato de conagração de minha volta ao partido, após citar José Américo de Almeida. Não esqueci o caminho, não perdi o rumo e volto a este porto seguro como um velho marinheiro, que conhece o mar e não teme as suas ondas, por maiores que sejam.

Muito obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Meu grande amigo Deputado Roberto Magalhães, essas palavras são poucas para traduzir o homem público que é, sem sombra de dúvida, V.Exa. Posso dizer, sem elogio de corpo presente, porque o faço em todas as oportunidades, que V.Exa. sempre honrou todos os cargos que ocupou, é homem sério, correto, decente. Foi um dos melhores Governadores de Pernambuco, foi o homem que interiorizou o desenvolvimento; foi um dos melhores Prefeitos da cidade de Recife; Presidente da Comissão de Justiça, fez trabalho extraordinário, sempre autêntico, sempre mostrando sua autonomia e sua eficiência. Foi Relator do Orçamento quando ninguém queria, porque era missão ingrata, e V.Exa. a exerceu airoosamente, brilhantemente.

Por isso, nobre Deputado Roberto Magalhães, tudo que se disser do homem público Roberto Magalhães, do pai de família exemplar, do cidadão Roberto Magalhães é pouco para traduzir em palavras o sentimento de reconhecimento, de gratidão por tudo que V.Exa. tem feito por Pernambuco e pelo Brasil. V.Exa. engrandece não só a política de Pernambuco, mas a política brasileira.

A trajetória de V.Exa. faz com que nós outros possamos acreditar que a vida pública, embora árida, tem homens públicos que a engrandecem e servem de estímulo e de exemplo para todos nós. V.Exa. é um deles, sem sombra de dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Miguel de Souza. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. MIGUEL DE SOUZA (Bloco/PL-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Inocêncio Oliveira; Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas de ver concretizada a realização de um so-

nho de milhares de brasileiros, bolivianos e peruanos: em 2005, será lançado edital de licitação para construção da estrada que ligará o Brasil aos portos do Oceano Pacífico. Essa ligação terrestre é de importância geopolítica e de desenvolvimento para toda a região centro-oeste e norte do nosso País e para as regiões nordeste da Bolívia, sul e sudeste do Peru.

Eu disse concretização de um sonho, pois a iniciativa do Presidente Lula, ao assinar no dia 8 de dezembro, na cidade de Cuzco, o acordo para construção da rodovia interoceânica, deu passo decisivo no caminho que alguns idealistas vêm percorrendo há muitos anos.

Como Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, ao assumir o primeiro mandato, em 1989, comecei a colocar em prática idéia que já me acompanhava há muitos anos, desde quando conheci o projeto de integração dos países da América Latina por rodovias e vi que Rondônia estava em posição geográfica ímpar naquele cenário que então se traçava.

A instabilidade política e econômica em nosso País e nos países vizinhos fez com que esse plano fosse postergado, mas em 1992, liderando caravana pioneira composta por 25 pessoas – entre empresários, políticos e técnicos de vários Ministérios –, partimos em busca da saída para o Pacífico, revivendo, guardadas as proporções, as aventuras e desventuras que portugueses e espanhóis conheceram nos primeiros tempos da colonização da América do Sul, nos séculos XVI e XVII.

Conseguimos cumprir nossa meta e provamos que era possível transpor os Andes e chegar, via terrestre, até a costa peruana. Vimos que muito teria de ser feito. Naquela época, eram poucos os trechos das estradas percorridas em condições de tráfego o ano todo. Eram necessárias obras de contenção de encostas, pontes, bueiros e infra-estrutura para abrigar os viajantes, sejam turistas, sejam vendedores, sejam caminhoneiros.

O tempo passou, e a nossa convicção de estar indo na direção certa fez com que realizássemos centenas de palestras para empresários e estudantes no Brasil, no Peru e na Bolívia, para tentar convencer a população em geral e o empresariado em particular de que todos tínhamos a ganhar com a integração.

Em paralelo a isso, começamos a freqüentar os gabinetes dos Ministérios, e pouco a pouco as coisas foram acontecendo. Onde antes encontrávamos ares de zombaria, de dúvida, passamos a encontrar apoio, e o que era chamado de Exército de Brancaleone transformou-se numa bandeira geral.

Incomodamos tanta gente que o GEIPOT encomendou um estudo para verificar a viabilidade econômica do projeto. Quem leu o documento até o final viu o parecer, que vamos reproduzir em síntese:

“O transporte das cargas – especialmente grãos – que saem do norte do Mato Grosso, em direção aos portos de Santos e Parana-

guá, que forem exportadas via os portos do Pacífico (Ilo ou Matarani), terão uma redução significativa nos valores dos fretes, passando a compensar esta alternativa”.

Pouco tempo depois, o Grupo André Maggi, que possui empreendimentos na região da Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, e que também realizava estudos sobre a inversão do fluxo do transporte de cargas, passou a usar a modalidade bimodal (rodoviário e fluvial), vendo os custos de frete se reduzirem a cada ano, aumentando a lucratividade e expandindo os negócios.

O Grupo André Maggi comparou os custos de frete entre o norte de Mato Grosso e os portos de Santos e Paranaguá, distantes 2.500 quilômetros da região produtora. Para acessar um dos portos exportadores, o transporte de 1 tonelada de soja custa entre 80 e 155 dólares por modal rodoviário. Utilizando o modal rodoviário e o corredor fluvial Madeira Amazonas, a economia foi de 30 dólares por tonelada de soja transportada e posta no Porto de Roterdam, comparativamente ao menor preço, 60 dólares, por modal rodoviário.

Em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas e pela Universidade de São Paulo para a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, denominado *Impacto Econômico e Espacial do Desenvolvimento do Centro Oeste Brasileiro e Abertura de um Eixo de Comércio Exterior com o Pacífico*, de 30 de junho de 2003, é feita a relação entre o crescimento populacional da Ásia, especialmente da China, e o potencial que Rondônia e Mato Grosso têm para atender essa demanda de alimentos, facilitado pela proximidade geográfica dos 2 Estados com a costa do Oceano Pacífico.

Na área diplomática, muito foi feito. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou bases sólidas para que a aproximação dos países da América do Sul não se ativessem apenas a laços diplomáticos, mas também aos comerciais e de intercâmbio cultural. O tema “saída para o pacífico”, ou os eixos de integração da América Latina, passou a fazer parte do PPA do Brasil e, logo depois, da pauta de prioridades da Comunidade Sul-Americana. Lembro que a última visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Acre foi para inaugurar o asfaltamento da BR-317, em Assis Brasil, na tríplice fronteira – Brasil, Bolívia e Peru.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, começou seu Governo por onde FHC parou: dando continuidade a essa iniciativa ao assinar a ordem de serviço para a construção da ponte sobre o Rio Acre, ligando Assis Brasil e Iñapari, no lado peruano.

A criação da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA, tendo a participação não só dos governos, mas também de órgãos de fomento e a pressão da iniciativa privada, acelerou ainda mais o processo.

Nos últimos 2 anos, vimos a concretização vertiginosa de um sonho acalentado há décadas. A luta de

anônimos brasileiros, peruanos e bolivianos foi coroada de êxito pelo espírito realizador do Presidente Lula ao anunciar a construção da rodovia interoceânica. Num momento em que tentam desacreditar o MERCOSUL, a resposta foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, unindo os países do MERCOSUL àqueles que são membros da Comunidade Andina.

Esta é a uma resposta prática: os países sul-americanos demonstram, em conjunto, que querem uma integração física e política e que têm projetos práticos para que as nações se interliguem por meio de uma grande rede de infra-estrutura, fortalecendo os laços comerciais, hoje bastante longe do ideal.

Para finalizar, quero agradecer, sem distinção, a todos os que carregaram essa bandeira conosco, não se importando em serem chamados de malucos ou visionários. Valeu a pena a insistência, valeram a pena as cansativas viagens, as intermináveis reuniões, a repetição de um argumento milhares de vezes.

Nunca passou por nossa cabeça estarmos pregando no deserto. E o resultado aí está: estamos caminhando para a integração de toda a América Latina, como Simon Bolívar sonhou e fez com que tantos sonhassem o mesmo sonho e o transformassem em realidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, a fim de que tão importante fato chegue ao conhecimento da população brasileira.

Muito obrigado.

Desejo a todos um próspero Ano-Novo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste final de ano, quando praticamente encerramos as atividades parlamentares – falta apenas a votação do Orçamento para 2005 –, para fazer breve relato da atuação da bancada de Mato Grosso do Sul, que, apesar de ser composta apenas por 8 Deputados e 3 Senadores, tem prestado grande trabalho àquele Estado e ao Brasil.

Durante este ano, a bancada atuou de forma efetiva no sentido de dar solução aos graves problemas de Mato Grosso do Sul, administrado há 6 anos pelo Partido dos Trabalhadores, pelo companheiro Zeca do PT. Conseguimos, por exemplo, graças ao trabalho junto à Caixa Econômica Federal, ao Ministério da Saúde, ao Governador do Estado e ao Ministério da Saúde, recursos para a Santa Casa de Campo Grande, um dos maiores hospitais do Brasil e que passa por séria crise estrutural. Em Dourados, conseguimos implantar o equipamento do Hospital Universitário, a nova Santa Casa de Dourados. Foram aplicados mais de 5 milhões de reais do Governo Federal.

Conseguimos também – e é importante salientar que lutamos muito – recursos para a criação da segunda universidade federal de Mato Grosso do Sul. Já se encontra nesta Casa projeto com urgência constitucional, para que no início de 2005 possamos aprová-lo, fruto de uma luta de mais de 15 anos do povo mato-grossense-do-sul, principalmente da região da Grande Dourados.

Estranhamente, vimos hoje na grande imprensa do meu Estado avaliação de um de nossos companheiros, um Deputado Federal, que critica a ação da bancada, dizendo que ela está inerte e não consegue ampliar os recursos do Orçamento. É preciso dizer ao povo do meu Estado que na primeira versão do Orçamento de 2004 os recursos giravam em torno de 70 milhões de reais e com a ação da bancada chegamos a 120 milhões de reais. Estamos lutando para que eles sejam implantados. Lamentavelmente, há contingenciamento, dificuldades do superávit, mas já conseguimos liberar para Mato Grosso do Sul mais de 50 milhões de reais do orçamento previsto. Esperamos que até o final desta semana, quando se fecham os empenhos, Mato Grosso do Sul possa garantir mais investimentos.

Com relação ao Orçamento para 2005, a bancada fez hoje sua quarta reunião com o Relator, Senador Romero Jucá, e, de uma previsão orçamentária de 109 milhões de reais, acordamos agora à tarde 160 milhões de reais para Mato Grosso do Sul de emendas de bancada. Acrescidas dos 38,5 milhões de reais das emendas individuais, chegamos a 200 milhões de reais.

Com o trabalho da bancada federal junto ao DNIT e ao Ministério dos Transportes, tínhamos previsão de 80 milhões de reais em investimentos para as estradas federais de Mato Grosso do Sul e conseguimos previsão de 190 milhões de reais para 2005.

A ação da bancada, portanto, está-se traduzindo naquilo que Mato Grosso do Sul está recebendo. Pela primeira vez na história, nos 6 anos do Governo o nosso Governador consegue chegar a Brasília acompanhado dos 3 Senadores e da maioria da bancada federal, o que não acontecia no passado. Isso é fruto do trabalho de unidade da nossa bancada.

Lamentamos a declaração impensada do Deputado Federal Vander Loubet. S.Exa. está mal informado a respeito do que vem ocorrendo, precisa participar mais das reuniões de bancada, estar mais perto da bancada e de alguns Ministérios e dar o seu apoio para que efetivamente os 11 Parlamentares que compõem a nossa bancada ampliem as conquistas logradas até o momento.

Sr. Presidente, desejo neste momento dar uma resposta ao povo de Mato Grosso do Sul, que não merece esse tipo de declaração. Isso enfraquece a nossa ação junto aos Ministérios e o conceito da bancada federal conquistado ao longo dos últimos anos perante o nosso povo, uma recuperação não só da imagem do homem público, mas também do nosso Poder.

A grande maioria da bancada, Senadores e Deputados, está em Brasília, trabalhando na Comissão de

Orçamento para conseguir junto aos Ministérios a liberação de verbas nestes momentos finais.

Desejo a todo o povo sul-mato-grossense e ao povo brasileiro um feliz 2005. Que a perspectiva de uma vida melhor realmente se efetive no próximo ano.

Sr. Presidente, era este o registro que queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesses últimos dias do ano de 2004, tenho sido permanentemente instado a fazer um balanço das atividades legislativas.

É evidente que em qualquer balanço é necessário inicialmente reconhecer que houve comprometimento nos trabalhos da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, ocasionado por 2 razões principais.

A primeira e mais importante é a quantidade absurda de medidas provisórias que ano a ano são editadas. Elas tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e trancam a pauta de votações e a agenda do Congresso Nacional. Digo isso com grande pesar, porque o PT do passado, o PT das oposições, o PT dos discursos ferrenhos sempre se colocou contra a edição das medidas provisórias. E muitas vezes crucificou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso por usar e abusar desse expediente. Infelizmente, o Presidente Lula, quando chegou ao Governo, esqueceu o passado, os diversos pronunciamentos que não somente ele mas todos os Parlamentares de seu partido fizeram ao longo de sua história. Além de manter esse volume absurdo de edição de medidas provisórias, seu Governo foi capaz de aumentá-lo. Essa foi uma das causas.

No momento oportuno – talvez um pouco tardio, mas ainda oportuno –, o Congresso Nacional reagiu e, por decisão conjunta dos Presidentes João Paulo Cunha e José Sarney, constituiu Comissão Especial para rever toda a matéria sobre as medidas provisórias, seja sobre sua edição, seja sobre sua tramitação e seus limites. Essa Comissão já está se reunindo e vai apresentar um projeto inovador. O Relator é o grande Deputado Sigmaringa Seixas e o Presidente, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Ela vai oferecer a esta Casa um novo processo de tramitação das medidas provisórias, que, em parte, resolverá esse problema.

Há um segundo fator que comprometeu os trabalhos legislativos deste ano: a desorganização que se instalou dentro do coração da base do Governo, devido a um processo não muito bem conduzido de articulação política nas eleições municipais. O que se viu? Logo depois de passado o pleito de outubro, uma reação feroz de Parlamentares que compõem partidos da própria base aliada se recusando a votar matérias importantes para o País, como forma de protesto contra

ações pouco corretas tomadas pelo Governo do Presidente Lula ao longo desse processo eleitoral.

Tenho feito questão de dizer a todos os cidadãos que me abordam pedindo um balanço do ano que não se pode considerar este ano perdido, afinal de contas, trabalhamos e produzimos. Estamos hoje aqui e provavelmente estaremos amanhã, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em sessão conjunta do Congresso Nacional, quando iremos votar e aprovar o Orçamento.

Orgulho-me de dizer que aprovamos, neste ano, projeto de lei complementar de minha autoria que viabilizou a votação da nova Lei de Falências. A proposta tramitava na Casa há cerca de 12 anos. Nesta Legislatura, houve a decisão firme dos Deputados e Senadores de dar celeridade à tramitação dessa nova regulamentação falimentar para o Brasil. Finalmente, a matéria foi aprovada, em condições de ser promulgada pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Além disso, avançamos em alguns pontos da reforma tributária, da PEC paralela da Previdência e em modificações importantes para o sistema de ensino superior do Brasil. Entretanto, Sr. Presidente, considero que esses avanços precisam ser transformados em decisões mais arrojadas no próximo ano.

O ano de 2005 não pode ser pautado pelas disputas eleitorais. Vamos deixar para discutir as eleições em 2006. É natural que cada partido já comece a sinalizar qual será o seu posicionamento, que queira ter um projeto nacional próprio. Inclusive nosso partido pretende apresentar um projeto alternativo ao que está no Poder. Contudo, não podemos deixar que os ânimos eleitorais ou pré-eleitorais do ano de 2006 prejudiquem a pauta de votações da Câmara e do Senado em 2005. Se, por um lado, avançamos na PEC da Previdência e na reforma tributária, por outro, não concluímos definitivamente essas votações.

Há ainda uma matéria que está paralisada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania por falta de acordo político e que precisa progredir, ser votada, aprovada ou rejeitada. Refiro-me, Sr. Presidente, à reforma política, que gera controvérsias, discussões acaloradas e divergências, porém é importante para o sistema político brasileiro. Trata-se de matéria de vanguarda, cujas transformações vão proteger o próprio Congresso Nacional e os políticos brasileiros. Temos que definitivamente nos posicionar: aprovar aquilo que é objeto de consenso e discutir, de forma mais prolongada e equilibrada, o que não é concordância coletiva. O que não podemos é deixar essa matéria dormitando na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Encerro este pronunciamento, o último de 2004, conclamando os líderes partidários para, num acordo da Casa, fazer uma pauta produtiva para 2005. Temos de começar votando, logo no início dos trabalhos, essas matérias tão importantes para o Brasil. Temos que pensar naqueles que são os nossos fiscais, os

verdadeiros donos de nossos mandatos, os milhares de eleitores brasileiros, que se orgulham, sim, do seu Congresso Nacional, mas são fiscalizadores e sabem cobrar. A cobrança de nossos fiscais é o farol sinalizador de nossas posições e decisões políticas.

Felicito V.Exa. e todos os Parlamentares, desejando um ano de 2005 muito próspero, muito feliz e de muito trabalho para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste final de ano, destaco o trabalho da Comissão Mista do Orçamento, especificamente do Deputado Paulo Bernardo, dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral, Senador Romero Jucá.

Naturalmente, há desafios com relação à ampliação da isenção fiscal do Imposto de Renda, ao aumento do salário mínimo na Previdência Social e à questão referente à Lei Kandir, que exigirá do Governo Federal aporte de recursos, sobretudo aos Estados exportadores, no valor de 5,3 bilhões de reais. É uma tarefa gigantesca. Foi ampliado o valor das emendas dos Srs. Parlamentares de 2,5 para 3,5 milhões de reais, como também das emendas de bancada.

Em nome da população do Distrito Federal, agradeço ao Relator, que deslocou os 89 milhões de reais, preliminarmente previstos, para 119 milhões de reais, posteriormente, fechou em torno de 156 milhões de reais. Trata-se de significativo aumento do valor das emendas de bancada deste ano, que esteve em torno de 109 milhões de reais. Será uma grande oportunidade para o Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao registrar meus cumprimentos de final de ano à população do Distrito Federal, aos servidores da Casa, aos Srs. Parlamentares, quero lamentar a decisão do Supremo Tribunal Federal que acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada contra decisão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em relação ao reajuste de 15% de seus servidores.

Naturalmente, o Presidente desta Casa encaminhou para votação em plenário projeto de lei concedendo aumento de 15% aos servidores. Mas é necessário que o Senado Federal o aprove. Caso contrário, no próximo mês, o Departamento de Pessoal terá de cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal e os servidores terão que devolver 45% de seus salários.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo à Mesa Diretora desta Casa para que sensibilize, ainda nos últimos dias deste ano, a Presidência do Senado Federal, a fim de que coloque em votação o projeto de lei aprovado pelo Plenário desta Casa.

Cumprimento a Presidência da Casa e sua Mesa Diretora pela celeridade dada a esse processo. Infelizmente, a situação não está plenamente resolvida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerro meu pronunciamento desejando a todos, particularmente aos moradores de Brasília, feliz 2005. Será um ano de grandes avanços, assim como foi 2004. Com certeza, o grande avanço será equacionar a crise do desemprego. Sem dúvida alguma, sob administração do Presidente Lula, Já houve redução no índice de desemprego, mas é preciso avançar. Espero que consigamos essa vitória para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HAMILTON CASARA (Bloco/PL-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma honra vir à tribuna em momento em que V.Exa. preside os trabalhos. Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa. nos tem dado muitos exemplos. Acima de tudo, com seus ensinamentos ao longo dos anos, tem feito com que busquemos cada vez mais a harmonia nesta Casa.

Primeiramente, cumprimento o nobre Deputado Anselmo de Jesus, meu companheiro do Estado de Rondônia que se faz presente, e o Deputado Paes Landim, que se encontra à mesa, para então fazer um balanço das nossas atividades parlamentares nesta Casa e, acima de tudo, cumprimentar os brasileiros, em especial o valoroso povo de Rondônia, que tem ajudado aquele Estado tão novo a despontar em todos os segmentos da economia do País. Que a bancada federal de Rondônia possa intensificar suas ações em prol daquele povo.

Ao findar este ano de 2004, nossa bancada deve voltar-se para um plano de desenvolvimento que busque acima de tudo dar a Rondônia a alavancagem de que o Estado precisa para gerar emprego e renda para a população, mediante atividades dos diversos setores da economia, de forma a promover a circulação de riqueza, fortalecer a economia do Estado e acenar para a população com perspectiva positiva.

Despedindo-me de 2004 e já saudando 2005, que pensemos num programa de desenvolvimento que envolva todas as forças políticas do nosso Estado, no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, ouvindo cada setor: o da pesca e da agricultura, o florestal, o comercial e o industrial, de maneira a fortalecer esses segmentos e incluir nesse grande plano de desenvolvimento todas as variáveis necessárias ao conjunto da nossa sociedade.

Temos de necessariamente pensar em um grande projeto de desenvolvimento para Rondônia, que inclua as variáveis social, cultural, política, ética e ambiental.

No que se refere aos recursos naturais, precisamos fazer com que se transformem em oportunidades para os rondonienses e os brasileiros, evidentemente protegendo estoques estratégicos de materiais genéticos, tão necessários para que novas atividades econômicas e novos postos de trabalho surjam no País.

No que diz respeito ao setor agropecuário, pode-se perfeitamente buscar a conciliação entre atividade econômica e área de proteção, dando um belo exemplo a toda a Amazônia e ao Brasil.

Quanto à pecuária, o setor começa a se verticalizar. Podemos trabalhar no melhoramento genético, na área de sanidade animal, no manejo de pastagens e em outros instrumentos. Assim como nesse segmento, podemos fortalecer outras políticas, como a agrícola, a florestal, a pesqueira, a ambiental, conciliando ações e buscando a harmonia entre atividade econômica e serviço de proteção.

No Estado de Rondônia, particularmente no entorno da BR-364, situam-se Municípios importantes como Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Cacoal, Vilhena, Colorado e tantos outros. Há também o Vale do Guaporé, onde haverá grandes oportunidades, porque ele engloba as grandes bacias do nosso Estado, como os Rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Machado.

E, com certeza, com as oportunidades advindas desses recursos hídricos, poderemos gerar outras atividades, fortalecer a pesca, valorizar o pescador, promover ações em piscicultura e, acima de tudo, incrementar no Estado a atividade do turismo. Com isso, gera-se a sustentabilidade necessária às atividades econômicas que se encaixam no eixo da BR-364.

É desta forma que vemos a Rondônia do futuro, que os rondonienses esperam: uma Rondônia próspera, onde haja igualdade entre todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, para

uma Comunicação de Liderança, pelo PTB. S.Exa. dispõe de 6 minutos na tribuna.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informo aos Srs. Deputados que a continuação da sessão do Congresso Nacional convocada por este Presidente, em substituição ao Presidente José Sarney (faço parte da 1ª Vice-Presidência da Mesa do Congresso Nacional), e marcada para as 19h de hoje foi transferida.

A sessão foi suspensa quando havia **quorum** de 61 Srs. Senadores e 297 Srs. Deputados. Será reiniciada amanhã, às 11h, mantida a pauta de hoje, para votação de créditos e do Orçamento Geral da União, cumprindo assim nosso compromisso para com a Nação de votarmos a lei mais importante do Congresso Nacional, que trata da manutenção da máquina administrativa do País e dos investimentos relativos a infraestrutura e geradores de emprego e renda.

Portanto, transfiro a reabertura da sessão do Congresso Nacional, antes convocada para hoje, às 19h, para amanhã, às 11h, no plenário do Senado Federal, com a mesma pauta de hoje e a votação da Lei Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

Autor	Proposição	Ementa
Carlos Nader	PL 4737/2004	"Cria o Programa de Restaurantes Populares e dá outras providências."
Carlos Nader	PL 4738/2004	"Cria o Serviço Social Escolar nas escolas públicas e dá outras providências."
Carlos Nader	PL 4739/2004	"Dispõe sobre obrigatoriedade de expedição de receitas médicas digitadas em computador, datilografadas ou escritas manualmente em letra de imprensa e dá outras providências".
Ronaldo Vasconcellos	PL 4740/2004	Dispõe sobre a criação e regulamentação do exercício da profissão de Turismólogo.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Vaise passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encerro a sessão, convocando outra, para quinta-feira, dia 30, às 14h.

AVISOS

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

EMENDAS

RECURSOS

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

Ata da 1ª Reunião, Realizada em 26 de Fevereiro de 2003. (Instalação e Eleição do Presidente e dos Vice-presidentes)

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e três, às dezesseis horas e quarenta minutos, no Plenário 01, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Delfim Netto, na forma do art. 39, § 4º, *in fine*, do RICD, reuniram-se os Deputados membros da Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional. Compareceram os Senhores Deputados André Zacharow, Antonio Cambraia, Beto Albuquerque, Delfim Netto, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, João Leão, Julio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Machado, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Renato Casagrande, Romel Anizio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Walter Feldman, Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Rubens Santiago, Virgílio Guimarães, Paulo Bernardo e Luciano Zica, titulares;

Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Giacobbo, Júlio Redecker, Márcio Reinaldo Moreira, Pedro Fernandes, Roberto Pessoa, Vanessa Grazziotin, Yeda Crusius e Wasny de Roure suplentes; Jovair Arantes, Professor Luizinho e Nelson Peregrino, não-membros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Edmar Moreira José Militão, José Roberto Arruda, Narcio Rodrigues, Ricardo Fiuza, Silas Câmara e Walter Pinheiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Delfim Netto, deu por abertos os trabalhos destinados a instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão. Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha. Em seu pronunciamento, o Presidente da Casa discorreu acerca da importância da matéria objeto desta Comissão, ressaltando que a construção de uma proposta consensual exigirá, por se tratar de um tema árido e difícil, paciência e determinação. Por fim, elogiou a escolha das lideranças para os cargos de Presidente e Relator da Comissão e informou que a sua presença à instalação desta Comissão mostrava o compromisso da Mesa da Câmara com uma Reforma Tributária. Usaram da palavra os Deputados Jovair Arantes, Professor Luizinho, Nelson Peregrino, Pauderney Avelino, Walter Fedman, Renato Casagrande, Luiz Carlos Haully, Eduardo Paes, Antonio Carlos Mendes Tamer, Romel Anizio, Júlio Semeghini e Eduardo Valverde. Passou-se à **ORDEM DO DIA**: Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. O Senhor Presidente, Deputado Delfim Netto, dando início a Ordem do Dia informou, conforme acordo de Lideranças Partidárias, o nome do candidato ao cargo de Presidente: Deputado Mussa Demes, pelo PFL. A seguir, convidou o Deputado Pauderney Avelino para auxiliar à Mesa no processo de votação. Procedida a chamada nominal dos parlamentares, votaram os Deputados Carlito Merss, Jorge Bittar, Luciano Zica, Paulo Bernardo, Paulo Rubens, Virgílio Guimarães, Eduardo Paes, Machado, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Antonio Cambraia, Júlio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Walter Feldman, Delfim Netto, José Militão, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Renato Casagrande, Lupércio Ramos e André Zacharow, titulares: Wasny de Rouge, Eduardo Sciarra, Pedro Fernandes e Vanessa Grazziotin, suplentes. Encerrada a votação e aberta a urna, verificou-se a coincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas: 25 (vinte e cinco). Processada a apuração, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleito e empossado para o cargo de Presidente, o Deputado Mussa Demes, com 24 (vinte e quatro) votos válidos. Com a palavra, o Senhor Presidente eleito, Deputado Mussa Demes, designou, nos termos do art. 41, VI,

do RICD, o Deputado Virgílio Guimarães, Relator da Comissão Especial. Falaram ainda, os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Carlito Merss, Sandro Mabel, Rubem Santiago, Gerson Gabrielli, Wasny de Roure, Antonio Cambraia e João Leão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a presente reunião, às dezoito horas e sete minutos, convocando outra para o dia 13 de março do corrente ano, às dez horas, no plenário doze. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião e instalada esta Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional – REFTRIBU.

Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, devo esclarecer que estou presidindo a reunião neste início de nossos trabalhos em função de triste fato: sou o membro mais velho da Comissão. Assim, o exercício da presidência deve-se apenas à tragédia da idade.

Em nome de todos, agradeço ao ilustre Presidente da Casa a presença. Certamente, esta Comissão será uma mais importantes para as reformas que pretendemos implantar – e o Brasil muito depende delas.

Mediante acordo partidário, a Presidência desta Comissão será ocupada pelo Deputado Mussa Demes, grande conhecedor da área das finanças. A Relatoria ficará a cargo do Deputado Virgílio Guimarães, que vem trabalhando conosco há algum tempo e cuja eficiência já pôde ser demonstrada. Convido os dois Deputados para fazerem companhia na mesa a este velhinho. (*Risos.*)

Após ter tido o privilégio de abrir nossos trabalhos, passo a palavra ao ilustre Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (João Paulo Cunha) – Deputado Delfim Netto, V.Exa. não é somente o mais idoso da Comissão, é também o mais experiente – e esta foi uma das razões para a escolha de seu nome. Portanto, é consequência do tempo, mas também da experiência.

Quero saudar as companheiras e os companheiros Deputados que hoje passam a integrar esta Comissão, que terá papel fundamental não somente no âmbito da Casa e dos partidos, mas especialmente para a sociedade brasileira. Trata-se de tema árido, difícil,

que exigirá muita paciência e determinação até que se construa a proposta mais consensual possível.

Os Governadores também terão papel fundamental nesse debate, bem como as entidades empresariais e de trabalhadores. Enfim, a cidadania brasileira, que já contribui de forma direta ou indireta para a arrecadação nacional, passará a ter a partir de agora destacado papel na construção dessa proposta.

Evidentemente, como bem disse o companheiro e amigo Delfim Netto, o Deputado Mussa Demes é identificado com o tema e, com sua recente experiência como Relator da reforma tributária, dará grande contribuição à Comissão no exercício da presidência.

O Deputado Virgílio Guimarães, indicado para a Relatoria da Comissão pelo Partido dos Trabalhadores, por intermédio do seu Líder, Deputado Nelson Pellegrino, é sabidamente preparado no que diz respeito à história econômica e política do País, além de ter a virtude de saber dialogar e ouvir todas as opiniões – e tenho certeza de que assim agirá para estabelecer o que é a média da Comissão.

Esse comando, sustentado pela experiência dos vários companheiros que aqui vejo, dará ao País – tenho certeza – a melhor reforma tributária possível. Muito provavelmente não será a reforma tributária ideal, porque cada um ou cada partido tem a sua; será a reforma possível, levando-se em consideração a composição do Parlamento, o momento que vivemos e a correlação de forças que se estabeleceu na sociedade brasileira. Estou certo de que formularemos uma reforma que ajudará o Brasil a dar um passo adiante.

Fiz questão de comparecer para mostrar o compromisso da Mesa da Câmara dos Deputados com esta Comissão, com o tema e, conseqüentemente, com o Brasil.

Quero deixar meu abraço para o Deputado Delfim Netto, que vai continuar conduzindo os trabalhos até que se processe a eleição da Mesa, e para os Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães, que, com certeza, representarão esta Casa, os partidos e a sociedade brasileira de forma correta e altiva, fazendo o melhor para o Brasil.

Agradeço a todos a atenção e peço licença para me retirar, pois ainda vou participar da instalação de outra Comissão e, posteriormente, dar início à Ordem do Dia no plenário.

Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, seria importante que V.Exa. me ouvisse, porque é uma questão de ordem o que o PSDB vai apresentar neste momento.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (João Paulo Cunha) - Deputado Jovair Aran-

tes, vou devolver a palavra ao Deputado Delfim Netto. S.Exa. está presidindo a reunião, mas vou ouvir a questão de ordem de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Tem V.Exa. a palavra, Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr.

Presidente, nós, do PSDB, queremos externar nossa preocupação quanto à escolha dos Presidentes e Relatores das Comissões, ou seja, quanto à distribuição de cargos nas Comissões. O PSDB entende necessário discutir sua participação na Presidência ou na Relatoria de uma das Comissões. Hoje, na ordem de importância dos partidos, o PT é o primeiro; o PFL, o segundo; o PMDB, o terceiro, e o PSDB, o quarto partido. O PSDB sente-se aliado da discussão do processo.

Por isso, queremos registrar nossa preocupação e solicitar a inclusão do partido nessa discussão, sob pena de termos problemas com a bancada, o que, no futuro, poderá atrapalhar o bom andamento dos trabalhos nesta Casa.

Era a questão de ordem que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Acolho a questão de ordem de V.Exa. e vou remetê-la à Presidência da Casa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Jovair Arantes. Acredito válido S.Exa. reivindicar o direito de o PSDB compor, mediante processo negociado entre o Presidente da Casa e as bancadas majoritárias, as Comissões Especiais. Sou profundamente favorável a isso. Quero dizer que, de nossa parte, S.Exa. terá toda guarida, por mais que tenhamos sido aliados desse processo, quando por oito anos o partido de S.Exa. esteve à frente dos trabalhos, ou seja, era a maioria aqui.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Não é verdade, Deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– V.Exa. pode verificar a distribuição de todas as Comissões Especiais. Sr. Presidente, nós já fomos a quarta bancada. A distribuição era feita da seguinte forma: primeira, segunda, terceira e quinta. A quarta bancada sempre era excluída. Quero que S.Exa. cite uma Comissão que o PT tenha presidido ou relatado durante os últimos oito anos. Diga uma, Deputado, e eu lhe darei razão.

Mesmo assim, porém, mesmo tendo agido de forma tão autoritária, prepotente e determinada em excluir a Oposição, concordamos com sua reivindicação.

Ela é justa e legítima. Entretanto, o assunto deve ser decidido pelo Presidente, ouvindo os Líderes. Embora o Regimento esteja sendo cumprido, não queremos que seja na base da força e da bota; queremos estabelecer uma relação democrática na Casa, em que todas as forças políticas tenham oportunidade, e não apenas o PSDB.

Obrigado, Deputado Jovair Arantes, pelo alerta que muito nos ajudará. Pelo menos, como já demonstrado, não repetiremos o que V.Exas. não souberam ou não tiveram condições de cumprir no passado.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, fui citado várias vezes pelo Deputado Professor Luizinho, e eu não tinha...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Deputado Jovair Arantes, só contra-arguntei, dizendo que concordava com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Eu sei. Sr. Presidente, é importante...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO –

Deputado Jovair, eu disse que concordava com V.Exa. Qual o problema?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Deputado Professor Luizinho, não cabe a V.Exa. me negar a palavra, mas, sim, ao Presidente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– V.Exa. alega que eu o citei. Não citei, disse apenas que concordava com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Por favor, um de cada vez.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, quero saber se quem pode...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, estou apenas dizendo que não citei S.Exa.; apenas concordei, o que é diferente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, se V.Exa. puder me dar a palavra... Só quem pode conceder ou cassar a palavra aqui é V.Exa., e não o Deputado Professor Luizinho, a quem sempre respeitei como colega nesta Casa. S.Exa. também tem de respeitar o meu ponto de vista e o ponto de vista partidário.

Estamos falando aqui de uma agremiação partidária, de um partido político brasileiro de grande porte que tem importantes contribuições a dar às reformas propostas pelo partido do próprio Deputado Professor Luizinho. E, hoje, nós não nos sentimos incluídos no processo de discussão dessas propostas.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Exatamente por isso concordei com V.Exa., Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr.

Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Vamos colocar um pouco de ordem em nossa reunião.

Acredito que estamos desvirtuando o objetivo da reunião. Estamos aqui para eleger os membros da Comissão. Entendo que tem toda razão o companheiro que apresentou a reclamação, assim como tem razão o Deputado Professor Luizinho. Isso é passado e – não adianta – já está decidido.

Na minha opinião, essa discussão está restrita ao Presidente e aos Líderes. Não é prerrogativa desta Comissão. Essa discussão faz parte da construção das quatro Comissões.

Concordo com V.Exa., apesar de também o PPB nunca ter recebido uma Relatoria sequer.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr.

Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr.

Presidente, entendo justo o pleito do nobre Deputado Jovair Arantes.

Quando o Presidente João Paulo Cunha criou as quatro Comissões, todos ficamos preocupados, pois se trata das Comissões que vão discutir as grandes reformas propostas pelo Governo, a saber: a reforma da Previdência, a tributária, a política e a trabalhista.

Há outras reformas importantes, como a do Poder Judiciário e a da segurança pública, e podemos advogar perante a Casa que também sejam elas objeto de discussão, uma vez que também são essenciais. A grave situação da segurança pública no País está hoje a reclamar a retomada desse processo.

Estamos, portanto, sensíveis ao pleito de V.Exa., Deputado Jovair Arantes, afinal o PSDB é uma banca importante.

Na mesma linha do que vinha dizendo o Deputado Professor Luizinho, quero dizer ao Deputado Jovair Arantes que é justo o pleito do PSDB. Assim, coloco-me à disposição de V.Exa. no sentido de debater o assunto no Colégio de Líderes, de modo que também o PSDB seja contemplado, e todos tenham espaços privilegiados nas Comissões, dando sua contribuição.

Portanto, Deputado Jovair Arantes, vou procurar os Líderes Jutahy Junior, José Carlos Aleluia e outros e conversar com o Presidente João Paulo Cunha, a fim de buscar uma solução negociada que assegure ao PSDB seu espaço nesta Casa.

Quero ainda dizer ao Deputado Jovair Arantes que também nessas Comissões se aplicarão as regras das Comissões Permanentes, ou seja, haverá Vice-Presidentes, o que permitirá ao PSDB e aos demais partidos maior participação.

Sr. Presidente, era o que, na qualidade de Líder, tinha a dizer, para darmos início aos trabalhos da Comissão de forma tranqüila e para que V.Exa. possa conduzir o processo de eleição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– A demonstração de desejo de participar é muito saudável e absolutamente necessária, porque todos aqui têm importante contribuição a dar – cada um de nós tem conhecimento especial sobre alguma coisa, e todas as participações serão importantes.

Com a palavra o ilustre Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr.

Presidente, Deputado Delfim Netto, que muito mais pela experiência do que pela idade merece presidir esta Comissão, quero dizer que critiquei a decisão do Presidente João Paulo Cunha de criar essas Comissões Especiais. E o fiz pelo fato de não haver proposta de emenda constitucional que justifique isso.

Após alguma reflexão, contudo, entendo hoje que, além do fato político que representa, é extremamente salutar a instalação dessas Comissões Especiais, desde que tenhamos plataformas sobre as quais possamos iniciar a discussão e que ela não caia no vazio.

Bem disse o Presidente João Paulo Cunha, quando aqui esteve minutos atrás, ser árido e difícil o tema desta Comissão, tema que atrai a poucos e expurga a muitos, tema que devemos levar com a maior responsabilidade, porque diz respeito ao dia-a-dia de cada um de nós, à União Federal, aos Estados, aos Municípios e, sobretudo, aos segmentos econômicos do País.

Portanto, há imperiosa necessidade de termos aqui algo sobre o que nos debruçarmos para proceder à discussão – e isso todos compreendem. Não podemos fazer reuniões sem ter o que discutir. Devemos aguardar, a meu ver, o que o Executivo vai nos encaminhar.

Ainda no Governo Collor, um grupo de notáveis foi constituído exatamente para apresentar proposta de reforma tributária ao País, proposta que, embora não levada a efeito, foi a base sobre a qual se elaborou a PEC enviada em 1995 pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Discutimos essa PEC ao longo de dois mandatos, apresentando à sociedade substitutivo elaborado por Comissão Especial, cujo Relator foi o Deputado Mussa Demes.

E é a partir daí que começo: precisamos buscar atalhos.

Deputado Virgílio Guimarães, que hoje inicia seu mandato de Relator da reforma tributária, precisamos encurtar os caminhos, porque esta é uma reforma esperada com ansiedade pelos brasileiros. Precisamos apresentar propostas concretas ao Brasil e mostrar que realmente vamos fazer a reforma tributária. Precisamos, portanto, fazer reuniões e chamar novamente todos os segmentos da economia, todos os profissionais envolvidos com a área, discutir e encaminhar uma solução, partindo do substitutivo do Deputado Mussa Demes, para que, ainda no primeiro ano de mandato do Presidente eleito, possamos apresentar uma proposta de reforma tributária, que, claro, não irá agradar a todos, mas que seja de interesse da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Muito obrigado. Realmente esse processo é interessante. Ele já foi utilizado na construção do PIS e do PASEP. O Congresso prepara um anteprojeto com a participação do Executivo. Se todos estiverem de acordo, podemos levá-lo a uma comissão definitiva, especial.

Tem a palavra o ilustre Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado Delfim Netto, a nossa intervenção também se constitui uma questão de ordem pelo fato de sermos neófitos nesta Casa e ainda estarmos aprendendo, na prática, as regras regimentais. Da mesma forma que o Deputado Pauderney Avelino, também apresentamos em plenário nossa discordância em relação à criação dessas Comissões Especiais. Entendemos a alegação política e regimental do Deputado João Paulo Cunha. Essas Comissões começam a ser instalar, porém todos sabemos que há uma expectativa da sociedade brasileira, talvez do mesmo tamanho da expectativa quanto à reforma previdenciária, em relação ao resultado desta Comissão ou, eventualmente, em relação a votações posteriores no plenário que modifiquem o arcabouço tributário do nosso País.

Tendo em vista essa expectativa e também a realidade, apresento essa questão de ordem a V.Exa., até para compreender a reclamação do Deputado Jovair Arantes e a contradita do Deputado Professor Luizinho, complementada pelo Líder Nelson Pellegrino. Em relação a essa discussão democrática e regimental sobre a necessidade de instalação das quatro Comissões Especiais, contemplando uma determinação regimental ou pelo menos a vontade regimental dos partidos, tendo em vista sua proporcionalidade, pergunto a V.Exa. se essa questão será remetida ao Colégio de Líderes ou se a proposta do Deputado Professor Luizinho será aplicada nas próximas Comissões a serem instaladas. Não está claro para mim o encami-

nhamento, porque se prevalecer a primeira hipótese, não poderíamos instalar esta Comissão Especial no dia de hoje. Levanto essa preliminar, para saber qual será o encaminhamento posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Vou responder. Tenho pelo Presidente João Paulo Cunha grande admiração. S.Exa. é um homem afeito à filosofia de Aristóteles, de forma que sua lógica é impecável. Certamente, a segunda hipótese é a correta, a não ser que V.Exa. queira acrescentar algo a Aristóteles.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, quero deixar claro que o PSDB, para a frente, terá garantido o direito reivindicado. É só isso. Agora estamos instalando as quatro Comissões. Isso já está decidido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Tem a palavra o ilustre Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sou Deputado pelo PSB do Espírito Santo. Quero fazer uma observação e um questionamento ao Sr. Presidente. A Mesa Diretora da Casa decidiu instalar as quatro Comissões. Trata-se de decisão politicamente importante e vital para que o Congresso Nacional possa debater esses temas de forma mais intensa. Entendo que, apesar de a Comissão Especial ter a função de analisar emendas à Constituição, devemos aproveitar esta oportunidade, assim como outras, para fazermos um grande debate, envolvendo todos os segmentos da sociedade que têm a ver com a reforma tributária.

Quero dar algumas opiniões sobre como devemos nos conduzir nesta Comissão. Já vamos debater o tema nesta reunião? Vamos instalar a Comissão hoje? Vamos decidir hoje a metodologia de trabalho ou apenas instalar a Comissão? Vamos definir sua coordenação e marcarmos outras reuniões?

Sr. Presidente, dependendo das respostas, vou alongar minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Na verdade, esta reunião destina-se exclusivamente a eleger o Presidente, que, depois, designará o Relator. A Comissão deverá se reunir hoje ou amanhã. Eles é que vão resolver e decidir sua forma de trabalhar.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Posteriormente, apresentarei minhas propostas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, quer dizer então que estamos instalando uma Comissão que não tem proposta. O Governo não tem proposta e não há proposta sobre a Mesa para a instalação da Comissão. Estamos instalando uma Comissão para desenvolver quais projetos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Superabundam no Congresso Nacional propostas de reforma tributária. O primeiro passo será a remessa dessas sugestões à Comissão. Fizemos isso há pouco mais de seis meses, quando instalamos a Comissão do PIS e do PASEP. Não existia nada. Depois de nos reunirmos, por sugestão do Presidente, como está sendo feito agora – e não se tratava de uma Comissão Especial, não tinha nenhuma característica diferente – preparou-se um projeto. Quando ficou pronto, foi enviado ao Presidente que instalou a Comissão Especial para discuti-lo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, só para concluir. Meu questionamento acaba de ser satisfeito por um ato da Presidência que tem propostas do Governo passado. A proposta que está sobre a mesa é encabeçada pela PEC nº 175 enviada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Lula da Silva não tem proposta de reforma tributária para apresentar à Câmara dos Deputados. Quero fazer este registro.

Aí surge outra discussão. Se é para a Comissão fazer a formulação, sem o Governo dar sua posição, devemos fazer outra discussão.

V.Exa. apresenta o caso do PIS com muita propriedade. Era uma anseio da sociedade, não do Governo que aceitou a discussão na Casa. Nós aprovamos a PEC nº 175, mas ela não se viabilizou. O Governo não aceitou, e a proposta voltou à pauta junto com outras tantas, inclusive várias de minha autoria. Quero deixar bem clara minha posição: para se discutir a matéria, é preciso que o Governo Lula apresente sua proposta. Sem proposta não é possível discutir nada, porque não se irá a lugar nenhum. Se o Governo tem uma proposta, nós a discutiremos, aceitaremos ou não, aperfeiçoaremos ou não. Esta é a posição para a qual o meu partido, o PSDB, tende a direcionar. Espero que esta seja também a posição dos nobres companheiros da Casa. O Governo é que tem de dar o norte. Ele é que tem de dizer o que deseja, para depois discutirmos. Ele vai aceitar ou não as modificações que iremos propor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Obrigado. Tem a palavra o ilustre Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, ouvi atentamente as ponderações dos Srs. Deputados que me antecederam e o exemplo sobre o ocorrido há seis meses citado por V.Exa. Nós, na Legislatura passada, fizemos isso também, por exemplo, na discussão do salário mínimo. O que o Presidente João Paulo Cunha afirmou – e o Deputado Pauderney Avelino, falando em nome do PFL, deixou muito claro

a nossa concordância – é que esta Casa precisa ter a iniciativa. O Deputado Luiz Carlos Hauly tem razão quando diz que o Governo Federal deveria encaminhar sua proposta de reforma tributária. Agora, já que não a encaminhou e supostamente não a tem, que esta Casa tome a iniciativa. O Presidente João Paulo Cunha foi muito lúcido ao instalar as quatro Comissões.

Acho que deveríamos adiar a discussão, até porque muitos dos questionamentos apresentados deverão ser dirigidos ao Presidente que será eleito. O Deputado Delfim Netto deixou muito claro o seu desconforto por estar dirigindo os trabalhos apenas por ser o Deputado mais antigo.

Portanto, Sr. Presidente, que se proceda à eleição do Presidente e à posterior designação do Relator. Aí, sim, esta Comissão poderá iniciar a discussão, se vamos apreciar essa ou aquela PEC, essa ou aquela proposta anterior, e como serão os trabalhos. Acho que devemos proceder à votação. É a sugestão que faço. Devemos avançar e escolher o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Muito obrigado. Antes de conceder a palavra ao ilustre Deputado Mendes Thame, devo acrescentar que esta Casa já fez muita coisa sem precisar de sugestões do Executivo, como, por exemplo, a Constituição.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, apenas uma sugestão: que V.Exa. dê início ao processo de votação e dê a palavra a quem dela quiser fazer uso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto) – Já concedi a palavra ao ilustre Deputado Mendes Thame. Após o início da votação, vamos continuar a discussão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, essa discussão envolve uma questão conceitual, inclusive relacionada ao papel dos três Poderes. Ela envolve questões constitucionais relacionadas à iniciativa privativa do Executivo em determinadas matérias, como a Constituição exige. Mais ainda: dá a entender que o Poder Executivo não quer assumir o seu papel de definir vencedores e perdedores, e é uma prerrogativa do Poder Executivo, o qual, na verdade, em todas as mudanças, se baseia em trocar perdas no presente por futuros ganhos. Na realidade, ele está querendo dividir o ônus com este Parlamento. Ou seja, vai dizer que a proposta que encaminhou é aquela que nasceu no Parlamento.

Muito mais grave do que isso é saber qual será o próximo lance. Digamos que este Parlamento, com base no relatório do Deputado Mussa Demes e da Presidência, elabore um projeto. Esse projeto poderá tramitar normalmente ou será apenas uma consulta encaminhada ao Executivo para que ele opine. Se isso

ocorrer, estaremos transformando este Parlamento num órgão consultivo, como se fosse um “conselhão”. Ora, isso é uma **capitis diminutio** que não podemos aceitar. Na minha opinião, tal situação só se resolve se trabalharmos no mundo real, e não no mundo virtual, com projetos concretos que consubstanciem a determinação do Executivo, mostrando como que ele quer governar o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Vou iniciar a votação, depois passarei a palavra a quem tiver interesse.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Era o que eu ia solicitar a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, questão de ordem. Sei que V.Exa. está tentando fazer o mais importante, a eleição, mas o que está sendo discutido aqui é exatamente o processo de eleição, se devemos ou não instalar hoje a Comissão, com a eleição do Presidente e do Relator. Se V.Exa. iniciar a votação, estará dando por decidida a posição de que não deve ser dada continuidade ao debate quanto à participação ou não de partidos como o PSDB.

Todos queremos a reforma, e tenho certeza absoluta de que reina nesta Casa a intenção de começarmos bem para acabarmos bem. É muito importante concluirmos a reforma, criarmos um ambiente de construção. Todos os partidos estão aqui para construir e fazer as reformas de que o País precisa. Acho que não deve ser dada continuidade à votação sem avançarmos no debate, nem que a conclusão seja pela votação.

Há mais inscritos para falar sobre esse processo. Solicito a V.Exa. que leve em conta minha sugestão. Esta reunião é muito importante para o andamento da Comissão. Espero que continue como sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Agradeço a V.Exa. Na verdade, estamos cumprindo a determinação do Presidente da Casa. Não estamos fazendo nada mais do que isso. A decisão já foi tomada. Todas as objeções devem ser dirigidas ao Presidente da Casa. Estamos cumprindo nossa tarefa. Disseram que eu era o mais velho, sentei-me aqui e estou tentando cumprir essa tarefa, mais nada. Devemos cumprir a decisão do Presidente e fazer a eleição.

Vou conceder a palavra ao Deputado Patrus Ananias e, em seguida, iniciar a votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço vênia, pois pedi a palavra há cerca de quinze minutos e não tive a benevolência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Acho que o Presidente João Paulo Cunha tomou a atitude correta ao instalar as Comissões Especiais previstas

no Regimento, até para debater as quatro principais reformas de que o País tanto necessita. Uma delas é a reforma tributária, que o Governo anterior não teve interesse político de aprovar, embora tivesse maioria no Congresso Nacional. O Congresso discutiu vários projetos de lei, mas faltou vontade política para dar ao País uma estrutura tributária que reativaria o pacto federativo, desoneraria a produção e, principalmente, mudaria o viés da nossa estrutura tributária, hoje pautada no consumo e na renda do trabalho.

Em todos os países desenvolvidos, a carga tributária incide sobre o patrimônio e sobre a renda do capital. A perversidade de nossa estrutura resulta em uma carga tributária de quase 36% do PIB, que impede o crescimento econômico, desestimula o investimento e onera as classes populares e o setor produtivo. O momento é oportuno para o Congresso Nacional debater o tema com profundidade, especialmente discutir o encaminhamento dessa reforma.

Agradeço a V.Exa. a benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Muito obrigado.

Dando continuidade aos trabalhos, vamos passar à votação do Presidente desta Comissão Especial. Já estão aqui as cédulas. Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de 38 Deputados titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o Ato da Presidência, que passo a ler.

“O Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 17, inciso I, alínea “m”, dos arts. 22, inciso II, e 33, parágrafo 1º, do Regimento Interno, decide:

1 – Constituir Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional, e resolve designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa.

2 – Convocar os membros ora designados para reunião de instalação e eleição a realizar-se no dia 26 de fevereiro, quarta-feira, às 15 horas, no Plenário 1 do Anexo II.”

Está iniciada a votação.

Peço ao Secretário que comece a convocar os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO –

Iniciado o processo de votação, passo a chamar os Parlamentares do PT.

Deputado Carlito Merss. (*Pausa.*)

Deputado Jorge Bittar. (*Pausa.*)

Deputado Luciano Zica. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Bernardo. *(Pausa.)*
 Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*
 Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)*
 Deputado Walter Pinheiro. *(Ausente.)*
 Deputados do PFL. *(Pausa.)*
 Deputado Eduardo Paes. *(Pausa.)*
 Deputado Gerson Gabrielli. *(Ausente.)*
 Deputado José Roberto Arruda. *(Ausente.)*
 Deputado Machado. *(Pausa.)*
 Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*
 Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*
 Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*
 Os Deputados do PMDB que comporão a Comissão ainda não foram indicados.

Deputados do PSDB.

Deputado Antonio Cambraia. *(Pausa.)*

Deputado Julio Semeghini. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Haully. *(Pausa.)*

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Walter Feldman. *(Pausa.)*

Deputados do PPB.

Deputado Delfim Netto. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Fiuza. *(Pausa.)*

Deputado Romel Anizio. *(Pausa.)*

Deputados do Partido Trabalhista Brasileiro.

Deputado José Militão. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Vasconcelos. *(Pausa.)*

Deputado Silas Câmara. *(Pausa.)*

Deputados do PL.

Deputado Edmar Moreira. *(Pausa.)*

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)*

Deputados do PSB.

Deputado Beto Albuquerque. *(Pausa.)*

Deputado Renato Casagrande. *(Pausa.)*

Deputados do PPS.

Deputado Lupércio Ramos. *(Pausa.)*

Deputados do PDT.

Deputado André Zacharow. *(Pausa.)*

Deputados do PCdoB.

Deputado Sérgio Miranda. *(Ausente.)*

Do PT, um suplente.

Deputado Ary Vanazzi. *(Pausa.)*

Deputado José Mentor. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Deputada Telma de Souza. *(Pausa.)*

Deputado Vignatti. *(Pausa.)*

Deputado Wasny de Roure. *(Pausa.)*

Do PT está completo.

Suplentes do PFL:

Deputado Aroldo Cedraz.

Deputado Eduardo Sciarra.

Deputado Eliseu Resende.

Deputado Júlio Cesar.

Deputado Gervásio Silva.

Deputado Roberto Pessoa.

Suplentes do PSDB:

Deputado Anivaldo Vale.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Deputado Yeda Crusius.

Suplentes do PPB:

Deputado Augusto Nardes.

Deputado Júlio Redecker.

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Falta um Deputado do PPB.

Suplente do PTB:

Deputado Pedro Fernandes.

Suplentes do PL:

Deputado Jaime Martins.

Deputado João Caldas.

Deputado João Paulo Gomes da Silva.

Suplente do PCdoB:

Deputada Vanessa Grazziotin.

Vinte e cinco Srs. Parlamentares votaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delfim Netto)

– Vinte e cinco Deputados votaram. É a maioria. Vamos passar à apuração.

Convido o ilustre Deputado Pauderney Avelino para permanecer na Mesa e nos ajudar na apuração. *(Pausa.)*

São 25 envelopes. Terminou a apuração. Com 24 votos, foi eleito Presidente da Comissão o Deputado Mussa Demes.

O ilustre Deputado Mussa Demes obteve 24 votos e está eleito Presidente. *(Palmas.)*

Tenho o prazer de passar a palavra ao novo Presidente para que dê continuidade à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, designo para a Relatoria da Comissão o Sr. Deputado Virgílio Guimarães. *(Palmas.)*

Aproveito este primeiro contato com todo o grupo para agradecer a todos a presença e a confiança que demonstram ter no Presidente que acabam de eleger.

Tendo em vista que muitos dos companheiros presentes daqui a pouco deverão estar no plenário da Casa para votação das matérias da Ordem do Dia, gostaria, antes de passar a palavra ao Relator, de indagar do grupo qual seria o dia e o horário ideais para realização de reuniões semanais.

Com a palavra o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sr. Presidente, nas quartas-feiras funcionam as Comissões Permanentes. Sugiro as quintas-feiras pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – É também a minha sugestão: quinta-feira, por volta das 10 horas da manhã, porque teremos Ordem do Dia toda quinta-feira, conforme decisão do Presidente João Paulo Cunha.

Ouço o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, na Legislatura passada fazíamos reuniões sistematicamente às 14h ou 14h30min das quartas-feiras, hora em que a Ordem do Dia ainda não se iniciou e dia em que todos estão em Brasília. Minha sugestão é de iniciarmos as reuniões, nas quartas-feiras, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Sr. Presidente, como a Casa é política, o consenso vem com o tempo. Gostaria de lembrar que às quartas-feiras à tarde diversas Comissões se reúnem, como, por exemplo, a Comissão de Segurança Pública. Quero aproveitar a idéia do Deputado Pauderney Avelino e sugerir que nos reunamos às terças-feiras, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, sendo um admirador de V.Exa, acredito que quinta-feira pela manhã seja a melhor sugestão. As Comissões normalmente funcionam às terças-feiras e quartas-feiras, quando, infelizmente, o volume de reuniões é muito grande. Marcando nossas reuniões para as quintas-feiras, poderemos até mudar um pouco a agenda da mídia e da Casa em razão da importância da reforma em questão. Considero quinta-feira o melhor dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Romel Anizio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Sr. Presidente, também vou discordar, uma vez que esta é a Casa do contraditório. Penso que nossas reuniões devem realizar-se às terças-feiras ou quartas-feiras à tarde. Tenho dados que comprovam maior frequência nesses dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, parece-me que o Deputado Sandro Mabel havia solicitado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, concordo com a sugestão de realizarmos os trabalhos da Comissão às terças-feiras, ou quartas-feiras, à tarde, porque, se numa quinta-feira houver Ordem do Dia, teremos de cancelar a reunião. No caso de definirmos as reuniões para as terças-feiras, ou quartas-feiras, à tarde, teremos a opção, quando houver Ordem do Dia mais pesada, de nos reunirmos na quinta-feira pela manhã. Assim, não perderíamos a semana, já que trataremos de matéria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar V.Exa., o Deputado Virgílio Guimarães e o Deputado Delfim Netto, que conduziu esta sessão.

Nas duas últimas legislaturas, na condição de membro titular, acompanhei os trabalhos da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Assembléia Legislativa de Pernambuco, e creio ter feito parte de uma torcida de Parlamentares pelo bom desempenho de V.Exa. na condução dos debates sobre a reforma tributária.

Chego a esta Casa exatamente a partir da experiência que tive, repito, em dois mandatos, como titular da Comissão que trata desta matéria na Assembléia Legislativa do Estado.

Gostaria de falar da surpresa que tive ao constatar a coincidência entre as rotinas das duas Casas Legislativas. Refiro-me ao fato de os trabalhos de Comissões serem realizados praticamente só às terças-feiras e quartas-feiras.

Desejo observar também, conforme já expressaram alguns Deputados, que, em razão da magnitude dos trabalhos a serem desenvolvidos, esta Comissão, sem dúvida, merecerá tempo destacado, tempo nobre, poderia assim dizer, para que os trabalhos não fiquem prensados pelo teto, ou seja, quando – às 15h, 16h, 16h30min, ou a qualquer momento – tenhamos de suspender os trabalhos para irmos ao plenário votar. Creio ser de bom alvitre que esta Comissão tenha tempo bastante largo para desenvolver suas atividades.

Entendo, **a priori**, que a ponderação de V.Exa., no que diz respeito à realização das reuniões às quintas-feiras pela manhã, talvez seja a mais adequada para desenvolvermos o trabalho plenamente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Como não há consenso e o número de Deputados presentes a esta primeira reunião ainda está muito aquém do que certamente teremos a partir do início dos trabalhos, marco a próxima reunião da Comissão para a primeira quinta-feira seguinte à da semana do Carnaval, dia 13 de março, às 10 horas da manhã. Segundo informações, na semana do Carnaval não haverá Ordem do Dia no plenário da Casa. Acredito que esse cronograma dará tempo suficiente para reestruturarmos a Comissão Especial da PEC nº 175, que funcionou por um bom tempo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Terça-feira à tarde é melhor, porque na quinta-feira todos já terão ido embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não terão, Deputado; não depois de uma semana de folga, como a do Carnaval.

Portanto, marco reunião para quinta-feira, dia 13 de março, às 10h. Aliás, dia 13 é muito bom – dia do PT.

Quero expressar meus agradecimentos ao Deputado Delfim Netto, que, com muita competência, mais uma vez conduziu a presente reunião e permitiu que a eleição se desse ainda hoje.

Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para que S.Exa. apresente aos companheiros sua proposta de trabalho em relação à matéria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. e ao Deputado Virgílio Guimarães. Desejo sucesso a todos. Contem com nossa colaboração.

Gostaria de fazer uma ponderação com relação à fala do Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha.

Disse S.Exa. que, entre o ideal e o possível, faria o possível. Apelo para o Relator e para os membros da Comissão no sentido de optarem pelo ideal. O ideal é olharmos para o mundo.

O Brasil quer inserir-se na economia mundial.

Há hoje dois modelos: o americano e o europeu. No Brasil, que nem seguiu um nem outro, deu tudo errado. Nosso sistema tributário é anárquico, caótico. Produziu-se aqui um manicômio tributário, que gera inúmeros problemas na economia brasileira, como desemprego e instabilidade de empresas.

Nosso objetivo – isto é o ideal – deve ser harmonizar o sistema tributário, aproximando-o de um dos dois modelos atuais.

Não há imposto mais corruptor no mundo do que o ICMS, pois enseja brutal sonegação. Isso para se ter uma idéia do que temos pela frente, por exemplo,

em relação à negociação com Governadores, trabalhadores, empresários e conosco, Parlamentares, que representamos o Brasil inteiro.

Sr. Presidente, conte conosco para o que for de interesse nacional.

Continuo a cobrar a proposta do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Haully. V.Exa., cuja competência é reconhecida, muito já contribuiu – e continuará a fazê-lo – para os trabalhos da Comissão.

Com a palavra o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, é uma satisfação tê-lo no comando da Comissão, ao lado do querido Deputado Delfim Netto, patrimônio do Brasil, e nosso amigo Virgílio Guimarães.

É muito grande a expectativa dos brasileiros em relação aos trabalhos desta Comissão, e a eles me somo nesse sentimento. Creio que ela está muito bem, entregue às mãos de dois Parlamentares competentes e experientes, sabedores da necessidade de contribuímos para a reestruturação do caótico sistema tributário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, inicialmente, desejo cumprimentá-lo, bem como o Deputado Virgílio Guimarães, pela tarefa que assumem não só perante a Presidência da Casa e seus membros, mas também ante a sociedade brasileira, tendo em vista sua magnitude e importância.

Tive oportunidade de ouvir alguns reclamos políticos em razão de o novo Governo não ter apresentado sua proposta. Creio não haver grandes diferenças políticas entre os partidos no que diz respeito à matéria em análise, em razão de sua magnitude e das dificuldades que enseja para a sociedade brasileira e para o Erário.

Sr. Presidente, V.Exa. é a síntese do esforço que esta Casa tem feito para apresentar uma nova proposta para o País. Naturalmente, nós do PT não teremos vergonha nenhuma em reconhecer o que de importante o antigo Governo soube encaminhar nesta área, apesar de, infelizmente, não terem tido capacidade política de enfrentar os óbices para implantar uma reforma tão relevante para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Tenho certeza de que a contribuição de V.Exa., como ex-Secretário de Fazenda do Distrito Federal, será da maior importância para o aperfeiçoamento dos textos já existentes. E V.Exa. também de certo modo participou conosco desses debates no início dos trabalhos da Comissão sobre a reforma tributária.

Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, participei da Legislatura de 1995/98. Fui Vice-Líder do Governo. O então Presidente queria fazer uma reforma na CLT mais ou menos semelhante ao que se pretende com a reforma tributária, que há anos se discute. Comecei a trabalhar com 13 anos de idade. Naquela época, meu pai dizia que o Brasil iria melhorar porque estava para acontecer uma reforma tributária importante. Portanto, já faz mais de trinta anos que ela é discutida e que eu a espero.

Gostaria de sugerir ao Relator que adotássemos o princípio que propus para o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com autorização de S.Exa., fizemos algumas reformas na área trabalhista. A proposta seria reformar por grupos de impostos. Conseguimos instituir o contrato por tempo determinado, o banco de horas e revogamos uma série de legislações; tirou-se um pedaço do Sistema “S” e de uma contribuição que desonerou um pouco a mão-de-obra para algum tipo de trabalho. Ora, mudança na CLT jamais vai acontecer. Podem montar quantas Comissões quiserem, que esta Casa nunca vai reformar a CLT. Também não vai fazer reforma tributária, de maneira geral. Acho que deveríamos pegar por grupos de impostos. Como sugestão, cito a CPMF, que, como já se comprovou, pode servir de intermediária quando da mudança de um grupo de impostos. Pegando por grupos de impostos, ao longo do tempo, fazemos a reforma tributária.

Já entro nesta Comissão discordando da reforma tributária, da forma como está posta, porque sou pertencente a um dos Estados pobres da Federação; ou seja, represento um dos Estados pobres, que, por ser desigual, não pode ser tratado igualmente. Não adianta. É diferente do que pensa o Deputado Luiz Carlos Hauly, é diferente do que pensa o pessoal de São Paulo, de Minas e do Rio. Goiás, Sergipe, enfim, os Estados do Nordeste devem pensar diferente. Nós somos diferentes. Precisamos de guerra fiscal e de subsídios, senão ninguém instala empresas lá, onde há onça. Ou vamos todos para a lavoura, literalmente. Repito: acho que devemos reformar por grupos de impostos. Trabalharei na Comissão sempre com essa proposta.

Desse modo, gostaria que o Relator e o Presidente, com a experiência que têm, analisassem minha sugestão. A reforma tributária está tramitando na Casa desde 1995, e há o risco de esta Legislatura passar sem termos construído o Brasil melhor que tantos desejam. Podemos simplificar muitas coisas.

Prometi a meu pai que, antes de sua morte, sairia pelo menos uma parte da reforma tributária que ele espera há trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Sandro Mabel. Sou de um Estado muito mais pobre do que o de V.Exa. Evidentemente, não trabalharemos para contribuir para que se alarguem ainda mais as desigualdades regionais. Tanto isso é verdade que, no substitutivo que acabamos de ver aprovado na Comissão Especial, esses Estados foram efetivamente contemplados; inclusive, até para surpresa de muitos, com o apoio, na época, do saudoso Governador Mário Covas, de São Paulo, Estado que assim mais perde em favor dos demais.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sempre no curto prazo, Sr. Presidente.

Sou paulista de nascimento. O paulista tem sua visão de reforma tributária, que é importante também, porque defende seu Estado, que tem de continuar a crescer, pois lá também vivem pessoas. Entretanto, embora perca no curto prazo, está claro que, com essa reforma, São Paulo ganha no longo prazo. Mas teremos tempo para debater.

Minha sugestão – eu dizia isto ao Presidente, e S.Exa. nos deixou avançar na idéia – se baseia na experiência que tive, uma vez que participei da criação da legislação trabalhista. Por etapas, conseguimos revogar um monte de leis que não serviam mais e implantar uma série de modificações importantes para manutenção e geração de novos empregos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado a V.Exa. pela participação. Tenho certeza de que a contribuição de V.Exa. será muito mais efetiva no decorrer dos debates.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Cambraia, do Ceará.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, na verdade, o PFL foi muito feliz em indicar V.Exa para presidir esta Comissão Especial; V.Exa. que há tantos anos cuida da reforma tributária no Brasil. Lembro que, no início na década de 1990, na condição de Secretário de Finanças da Prefeitura de Fortaleza e, depois, de Prefeito de Fortaleza, tantas vezes procurei V.Exa. a fim de obter informações sobre o andamento da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Depois, na qualidade de membro desta Casa, acompanhei o trabalho de V.Exa. como Relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, que culminou com a apresentação à Casa de um substitutivo, aprovado na Comissão com apenas um voto contrário, proposta que, infelizmente, não foi votada no plenário da Casa.

Fico muito contente com a eleição de V.Exa. para Presidente, porque sei que saberá sistematizar os nossos trabalhos. Na verdade, há uma interrogação a respeito do lugar a que queremos chegar. Há ques-

tões constitucionais, como as prerrogativas do Poder Executivo, na proposta de reforma tributária. A matéria está em tramitação na Casa; chegaremos a um substitutivo a ser apresentado pelo Relator, que será votado por nós para ser apresentado como proposta final, ou o Governo vai enviar outra. São assuntos que vamos discutir a partir da primeira reunião desta Comissão. Mas quero parabenizar V.Exa., como também o Deputado Virgílio Guimarães, de quem passei a gostar nos quatros anos de convivência na legislatura passada. Sei que esta Comissão fará um trabalho de excelência pelo Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Antonio Cambraia.

Não sei se eu deveria me antecipar ou se o Deputado Virgílio Guimarães deseja fazê-lo, mas posso deixar uma sugestão a esse respeito. O Presidente da Câmara, em conversa que manteve comigo sobre o interesse de seu próprio partido em que eu compusesse a Comissão na condição de seu Presidente, disse-me, de certo modo, o que pretendia fazer, e não foi por acaso que decidi continuar no grupo. Eu poderia ter tido outro destino que não o de Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, mas preferi continuar aqui exatamente porque participamos desta Comissão conscientes de que no Executivo se ultima um projeto de reforma tributária cuja referência é o texto votado na Comissão Especial. Estimulou-me também o fato de que, ao longo dos dois ou três últimos meses, estivemos discutindo a matéria com base no texto aprovado anteriormente na Comissão Especial e em outras propostas surgidas ao longo do tempo, o que nos proporcionou um texto para compararmos com o que nos for remetido pelo Poder Executivo. Foi o que me disse o Presidente João Paulo Cunha. Isso tornaria, acredito, muito mais fácil um entendimento aqui no grupo, de maneira que a proposta pudesse tramitar com mais rapidez. Foi o que me disse o Presidente João Paulo Cunha, repito. Acredito que o desejo de S.Exa. seja fazer com que a reforma seja aprovada ainda neste ano.

S.Exa. disse muito bem ao afirmar que nenhuma proposta de reforma tributária será consensual em lugar nenhum. Quando se pretende fazer uma reforma neutra, em termos de arrecadação, em virtude das dificuldades que sabemos existir no Brasil, País que não pode perder receita, sempre que alguém for desonerado do pagamento de uma parcela do tributo outro segmento haverá de ser onerado no lugar daquele. Então, consenso não haverá. O que devemos descobrir são mecanismos que permitam sejam essas transferências feitas da forma menos traumática possível para aqueles que terão sua situação agravada.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS

– Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero elogiar V.Exa por continuar a fazer parte desta Comissão. V.Exa. foi Relator, na legislatura passada, de um projeto que só não foi votado devido a uma ação pública do Governo Federal de então. Hoje tive o prazer e o privilégio de votar em V.Exa. para a Presidência desta Comissão.

Quero também antecipar elogios ao Deputado Virgílio Guimarães, que conheço bem de Minas Gerais, até porque caminhamos em campos opostos. Tendo sido Vereador em Belo Horizonte e Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, S.Exa., que tem espírito pragmático e age com sensibilidade na resolução de problemas, conhece os assuntos municipais e os aspectos políticos envolvidos, estando qualificado para a tarefa.

Desse modo, o PFL acertou ao indicar V.Exa, Deputado Mussa Demes, assim como o PT acertou na indicação do Deputado Virgílio Guimarães, e acertamos ao aceitarmos fazer parte disto.

Quero deixar claro – porque a palavra do Relator é sempre a mais importante – que vou me dedicar aos Municípios brasileiros, que não podem perder no processo de reforma tributária. Sem querer ser chato, mas sendo redundante, quero dizer o que V.Exa., Sr. Presidente, já sabe: devemos trabalhar muito em questões relativas ao turismo e ao meio ambiente.

Desejo felicidades a todos nós, em especial ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito obrigado ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, que tanto contribuiu para nossos trabalhos relativos à proposta que acabou sendo aprovada na Comissão Especial por 35 votos a 1, bem como ao Deputado Romel Anizio, que foi nosso Terceiro Vice-Presidente, tendo participando ativamente dos trabalhos.

Dito isso, tenho a honra de passar a palavra ao Relator, a quem caberá a responsabilidade maior de conduzir este trabalho, Deputado Virgílio Guimarães, meu antigo companheiro na Assembléia Nacional Constituinte. Aliás, por uma feliz coincidência, à Mesa estão hoje três Parlamentares daquela época: Deputados Delfim Netto, Virgílio Guimarães e eu.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – O estrago nós já fizemos! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Nós temos autoridade para mudar.

Muito obrigado, Deputado Mussa Demes, Deputado Delfim Netto e demais Deputados.

Em primeiro lugar, agradeço a todos a confiança em mim depositada. Ao meu partido por me indicar;

ao Colégio de Líderes pelo acerto que fez de acolher a indicação do PT; ao Deputado José Carlos Aleluia, por ter concordado, na qualidade de Líder do PFL, com a indicação de Deputados do PT para Relatores das Reformas Tributária e Previdenciária.

De maneira muito especial, quero fazer um agradecimento ao Deputado Mussa Demes. Quando meu nome foi lembrado para Relator, a primeira preocupação que senti dizia respeito ao que pensava o Deputado Mussa Demes. Conversei com S.Exa., pessoa despojada, que carrega esta bandeira há tanto tempo, e S.Exa. me tranqüilizou quando afirmou que também iria participar da Comissão.

Minha primeira preocupação ao aceitar a Relatoria era no sentido de não haver qualquer tipo de conflito ou mal-entendido com o Deputado Mussa Demes, porque, como se diz, eu sentia o peso da camisa ao substituí-lo na condição de Relator. Não é fácil – eu dizia a um colega – herdar a camisa 10 da Seleção Brasileira. Mas esse peso é mais fácil de ser levado tendo S.Exa. ao nosso lado.

Sem dúvida alguma, quero ser um Relator que expresse a Comissão como um todo. Faço questão de apresentar cada relatório ou sugestão de maneira coletiva, sobretudo com o apoio de nosso Presidente. Podemos até enfrentar a dificuldade de não haver, no primeiro momento, um projeto claro do Executivo. Mas, sem dúvida, isso será superado pelo fato de já termos uma proposta: o substitutivo do Deputado Mussa Demes, aprovado pela Comissão Especial que funcionou na legislatura passada.

Portanto, acima de qualquer outro agradecimento pela indicação recebida de meus companheiros, quero mencionar o estímulo que recebi hoje pela manhã diretamente do Presidente Lula, que fez questão de me chamar ao Palácio do Planalto para manifestar seu total apoio à indicação de meu nome e, inclusive, sugerir quem procurar e como conduzir o processo.

Além de agradecer pelo estímulo recebido e pela confiança, quero manifestar minha felicidade em ter ao meu lado o Deputado Mussa Demes, com quem pretendo trabalhar de maneira conjunta.

O projeto de S.Exa., a que me referi, será nosso ponto de partida. Entretanto, quero deixar claro que, em momento algum, como sugeriram alguns, pretendi deixar de lado o debate nacional ou afirmar que esta Comissão não tem mais o que fazer ou que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social a tivesse abolido. Não. Trata-se de um bom ponto de partida para um assunto muito polêmico e complexo. Nós três, que fomos Constituintes, estamos reformando aquilo que fizemos. De maneira mais grave, nós dois, Deputado Mussa Demes, que participamos do processo desde

o início, ainda na Subcomissão de Tributos. Ou seja, somos colegas desde a Subcomissão de Tributos, ali, no início da Constituinte. Portanto, mais do que ninguém sabemos como é difícil a caminhada e como é importante termos um bom ponto de partida.

O ponto de chegada vamos definir juntos. Evidentemente, terá em seu esqueleto, em sua gênese, o Projeto Mussa Demes. Mas todos aqui vão participar: o Deputado Lupércio Ramos, que conheço há menos tempo, um amigo, com quem aprendi a trabalhar; o Deputado Antonio Cambraia, já experiente no assunto; o Deputado Ronaldo Vasconcellos, que também traz sua experiência angariada em vários setores; o Deputado Romel Anizio – Romão, como chamam S.Exa. no Triângulo Mineiro –, com sua experiência acumulada.

Precisamos de todos. Cito o Deputado João Leão, meu colega nos quatro últimos anos, tempos de catacumba – estávamos lá meio sumidos; a mídia não nos via, nem as pessoas. Era aquela confraria, mas lugar de aprendizado e companheirismo. Cito o Deputado Gerson Gabrielli. Fui seu liderado na Comissão de Economia. E logo eu, que tinha um débito com aquela Comissão, porque me dedicava sempre à Comissão de Orçamento, da qual fui Vice-Presidente e Sub-Relator e onde fui Líder do PT. Esperava pagar esse débito agora, mas vou continuar devendo, porque, sendo agora Relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, não sei se poderei ter com a Comissão de Economia a dedicação que eu gostaria de ter. Cito o Deputado Delfim Netto. A experiência de S.Exa. será fundamental para todos nós.

Enfim, a reforma em que vamos trabalhar terá de expressar o consenso e o dissenso nacionais. Teremos de enfrentá-los. E nosso desafio será ainda maior, porque trabalharemos *pari passu* com a discussão da reforma previdenciária. E aqui quero manifestar publicamente minha confiança no Presidente da Comissão Especial da Reforma Previdenciária, Deputado Roberto Brant, e em seu Relator, Deputado José Pimentel.

Haverá momentos em que realizaremos audiências públicas e faremos alguns acertos para conduzirmos a proposta.

Chega aqui o Deputado Eliseu Resende. Deputado, precisamos definir prazos, a fim de que ainda este ano tenhamos aprovada a legislação infraconstitucional. Esse é um objetivo a ser alcançado – não sei se factível – para que os efeitos do nosso trabalho já se façam sentir no próximo ano.

Finalizando, cito de forma muito especial o Deputado Paulo Bernardo. S.Exa., que ora volta ao Congresso Nacional, era uma opção do PT para a Relatoria. S.Exa. registrou brilhante passagem pela Comissão

Mista de Orçamento e foi Secretário da Fazenda do Governo do Mato Grosso do Sul, experiência vitoriosa, que, com certeza, se refletirá nos trabalhos, auxiliando-nos. Lembro o companheiro Paulo Bernardo, presente até há pouco, mas que teve de ausentar-se. Faço questão de fazer referência especial a S.Exa., pois que, sem dúvida alguma, poderia ocupar esta Presidência, quem sabe, até com melhor desempenho. De todo modo, conto com seu companheirismo e sua ajuda. Gostaria muito que S.Exa. tivesse posição de relevo na Comissão.

Com a união dos membros da Comissão, nosso trabalho poderá chegar a bom termo.

Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Deputado Delfim Netto, o encargo é pesado, mas, porque vamos dividi-lo, sinto-me otimista na missão que V.Exas. me delegam, que só não considero tão pesada por tê-los junto de mim. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos ouvir o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, quero desejar sucesso à Comissão e dizer que estamos muito bem representados na Mesa por três grandes figuras da política nacional: o Ministro Delfim Netto, V.Exa., Deputado Mussa Demes, e o meu amigo Deputado Virgílio Guimarães. É um prazer estarmos entregues a esse grupo.

O Deputado Delfim Netto, com certeza, vai nos ajudar bastante com a experiência que tem na área de economia. Nós vamos chegar lá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado João Leão, pelo voto de confiança.

Ouçamos agora o Deputado Delfim Netto.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Caro Presidente, quero apenas fazer uma observação: o encanto do Parlamento é que, quanto mais muda, mais fica a mesma coisa. Vimos há pouco o PSDB esperar, dizer que foi discriminado, protestar porque eventualmente lhe foi retirada uma Relatoria ou uma Presidência. Já o PMDB nem sequer compareceu: acha que essas coisas não funcionam. Pobrezinho de mim! Lembro-me de que, ao chegar aqui, às vésperas da Constituinte, o Dr. Ulysses Guimarães, aquela representação fantástica da democracia, disse-me: “Você já mandou demais. Agora não pode entrar em nada.” (*Risos.*) Então, o PMDB ficou fora de tudo. Ou seja, não temos nenhuma responsabilidade pela tragédia. (*Risos.*) Enfim, é sempre a mesma coisa. Isso mostra que o Parlamento é realmente importante; continua o mesmo, mas se reforma e se aperfeiçoa a cada instante.

Estou convencido de que vai sair daqui uma proposta de reforma tributária importante. Não importa

se o Executivo vai ou não concordar com ela. Temos de fazer a reforma tributária que o Brasil quer, que o Brasil deseja, não a reforma tributária imposta pelo presidente de plantão. Por essa razão, é essencial a criação desta Comissão antes que chegue um projeto do Poder Executivo, que deverá inspirar-se na proposta que produzirmos aqui.

Fiquei um pouco preocupado ao observar que as pessoas estão com dificuldade de assumir responsabilidades, achando que o mal tem de ser feito pelo Executivo, restando para nós o bem, o bom. Não, temos de enfrentar isso. E a reforma tributária, como disse o Deputado Mussa Demes, tem uma coisa implícita: como a soma das coisas vai ficar constante, quando uma diminuir, a outra necessariamente terá de aumentar. Teremos de aprender isso.

Cumprimento todos os colegas.

Como disse anteriormente, estava passando por acaso e recebi a triste notícia de que sou o Deputado mais velho. Por esse motivo designaram-me para presidir a reunião. É só por isso que estou aborrecendo V.Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Secundando essa profissão de fé do Deputado Delfim Netto, que todos reverenciamos, declaro encerrada a reunião e convoco a próxima para quinta-feira, dia 13, às 10 horas.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

Ata da 2ª Reunião, Realizada em 13 de Março de 2003.

Aos treze dias do mês de março de dois mil e três, às dez horas, no Plenário 12, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Mussa Demes, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional. Compareceram os Senhores Deputados André Zacharow, Antonio Cambraia, Carlito Merss, Delfim Netto, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, João Leão, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Machado, Mussa Demes, Paulo Bernardo, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Virgílio Guimarães, Walter Feldman e Walter Pinheiro, titulares; Ary Vanazzi, Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Fernando Gabeira, Jaime Martins, João Caldas, João Paulo Gomes da Silva, Júlio César, Wasny de Roure

e Yeda Crusius, suplentes; Coriolano Sales, Reinaldo Betão e Feu Rosa, não-membros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Beto Albuquerque, Edmar Moreira, Jorge Bittar, José Roberto Arruda, Narcio Rodrigues, Pauderney Avelino, Ricardo Fiuza, Romel Anízio, Sérgio Miranda, Silas Câmara. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos. ATA – O Deputado Eduardo Paes solicitou a dispensa da leitura da ata da 1ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. EXPEDIENTE – Ofício da Consultoria Legislativa informando a designação dos consultores legislativos Dr. João da Silva Medeiros Netto e Dr. Paulo Euclides Rangel. ORDEM DO DIA: Definição do Roteiro dos Trabalhos. O Senhor Presidente, após consultar o Plenário, informou que as reuniões da Comissão seriam realizadas, às quintas-feiras. A seguir, concedeu a palavra ao relator, Deputado Virgílio Guimarães, que discorreu acerca do tema em tela; sugerindo que a Comissão, ao iniciar seus trabalhos, tivesse como base o substitutivo adotado pela Comissão da Reforma Tributária na legislatura anterior; no que foi acatado pelo Senhor Presidente. Ressaltou, também, a importância da realização de visitas aos estados, pela Comissão. Apresentaram, também, sugestões e breves considerações os Deputados Antônio Cambraia, Carlito Merss, Eduardo Paes, Fernando Gabeira, Gerson Gabrielli, José Mentor, José Militão, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Machado, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Walter Feldman, Walter Pinheiro, Wasny de Roure. Após falarem os deputados inscritos, o Senhor Presidente, atendendo as solicitações ali colocadas, manifestou-se a favor da realização de reuniões com o objetivo de ouvir os Ministros da Fazenda, Antônio Palocci Filho e da Previdência Social, Ricardo José Ribeiro Berzoini, uma vez que os mesmos participaram da Comissão da Reforma Tributária na legislatura passada. O Senhor Presidente solicitou ao Deputado Walter Feldman que verificasse a disponibilidade de agenda dos Senhores Ministros. Passou-se, então, à votação dos requerimentos. O Senhor Presidente, com vistas a uma melhor organização da agenda da Comissão, consultou os parlamentares Vanessa Graziotin e Ronaldo Vasconcellos, autores de requerimentos, acerca da prioridade de votação das solicitações de reuniões de Audiência Pública. O Deputado José Mentor justificou a ausência, no momento, da Deputada Vanessa Graziotin na sala da reunião. O Deputado Ronaldo Vasconcellos, autor de requerimentos, deixou a necessidade de votação para o Senhor Presidente decidir. O Deputado Eduardo Paes ressaltou a importância da realização de reunião com

o Presidente da Associação Brasileira de Municípios. O requerimento nº 06/03 foi aprovado. O Senhor Presidente anunciou, então, que na próxima semana seria realizada reunião de Audiência Pública com o Dr. José do Carmo Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Municípios – ABM. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a presente reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata, E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião desta Comissão Especial.

Sobre a mesa, cópia da ata da primeira reunião. Indago aos Srs. Parlamentares sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Dispensada.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sobre a mesa, ofício da Consultoria Legislativa em que informa a designação dos consultores legislativos João da Silva Medeiros Netto e Paulo Euclides Rangel para acompanharem os trabalhos desta Comissão, dando a ajuda necessária à Relatoria e à Presidência.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para definirmos nosso roteiro de trabalho.

Antes, porém, informo que, caso os Srs. Deputados queiram sugerir nomes para serem ouvidos em audiência pública, deverão fazê-lo por meio de requerimento escrito e autenticado nos termos do Ato da Mesa nº 49, de 2000, devendo o mesmo ser apresentado à Secretaria da Comissão com antecedência que permita sua publicação na *Ordem do Dia das Comissões*. Os requerimentos que vierem a ser apresentados durante ou após a reunião somente serão apreciados depois de regimentalmente aprovados.

Antes de iniciar a reunião, quero ouvir o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos nossas reuniões, as ordinárias e as de audiência pública, nas manhãs

de quinta-feira. Na reunião passada, alguns companheiros discordaram dessa data e horário.

A palavra está facultada ao Plenário para debatermos a questão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, desejo me antecipar ao questionamento de V.Exa. Acabei de receber a pauta desta reunião, da qual consta uma série de requerimentos. Entendo fundamental, antes de colocarmos essa pauta em discussão e votação, que alguns pontos sejam considerados, em razão das peculiaridades da Comissão.

Quanto aos dias em que realizaremos as reuniões, parece-me que esta Comissão precisa de dedicação quase que integral à discussão do tema “reforma tributária”. A Comissão já funciona há duas legislaturas – salvo engano. Portanto é uma discussão que já vem se exaurindo. É óbvio que há Deputados novos que não participaram dessas discussões e que têm o direito e o dever de aprofundar seu conhecimento e formar seu juízo acerca do tema, mas parece-me que temos de dar celeridade a esta Comissão.

Se formos realizar uma série de audiências públicas, ouvindo diversas pessoas – e há na pauta uma série de requerimentos de convocação, precisaremos nos reunir mais que um dia por semana. Sei que, nas terças, quartas e quintas-feiras, todos temos a vida bastante atribulada, mas seria fundamental que esta Comissão se reunisse pelo menos duas vezes por semana, nas terças e quartas-feiras, como ocorreu na Legislatura passada, quando V.Exa. era Relator e o ex-Deputado Germano Rigotto, hoje Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente. Eventualmente, até nas quintas-feiras nos reuníamos.

Portanto, creio que devemos aumentar os dias de reunião da Comissão de Reforma Tributária para darmos celeridade à matéria.

Sr. Presidente, não sei se este é o momento adequado – se não for, peço a V.Exa. que me alerte nesse sentido, mas quero destacar que, por essas características já citadas, a Comissão já tem uma proposta aprovada quase que por unanimidade na Legislatura passada. É claro que a Comissão que se instala nesta Legislatura não deve adotá-la de pronto. Obviamente que não. Mas ela deve servir de base de discussão. Não podemos analisar novamente todas as PECs existentes. A Assessoria da Comissão nos forneceu relatório informando sobre todas as PECs apresentadas pelos Deputados e sobre a PEC nº 175-A, de 1995, a que deu origem a esta Comissão, encaminhada pelo Gover-

no. Creio, então, que devemos começar a discussão a partir da proposta do Sr. Deputado Mussa Demes. Na minha opinião, deve haver esse consenso.

Antes de começarmos a analisar a pauta, a votar esses requerimentos para ouvirmos essa ou aquela pessoa, ressalto a importância de selecionarmos bem as pessoas que ouviremos em audiência pública. Acredito que o Sr. Relator é a pessoa mais indicada para tratar do assunto. Na pauta de hoje, por exemplo, vejo que há enorme quantidade de requerimentos com nomes de pessoas a serem ouvidas, o que atrasaria os trabalhos desta Comissão. Urge uma reforma tributária, e o Brasil clama por ela. Sendo assim, devemos diminuir o número de audiências públicas, ou, então, adotar sistema diferente, criando grupos para ouvir esse ou aquele Ministro.

Seria fundamental, Sr. Presidente, uma discussão mais em campo. Durante a Legislatura passada – e o Sr. Deputado Mussa Demes foi a maior vítima disso, houve objeção por parte de Governadores e Prefeitos quanto à reforma tributária. Portanto, neste primeiro momento, parece-me que os Prefeitos e Governadores deveriam ser os principais atores convidados para essa discussão, além, obviamente, do Governo Federal, para que não ocorra o mesmo que aconteceu na Comissão passada, em que Prefeitos e Governadores começaram a operar contra o relatório aprovado por se sentiam prejudicados ou porque deixavam de ganhar.

Essa é a lógica terrível da discussão da reforma tributária no Brasil: ninguém pode perder. E, no final das contas, quem acaba perdendo com essa carga tributária absurda é o cidadão contribuinte.

Como última sugestão, Sr. Presidente, esta Comissão, que pretende realizar um trabalho sério e efetivo – esse é o objetivo do Sr. Presidente, do Sr. Relator e de todos os Srs. Deputados que aqui estão, deve começar a criar um espírito de corpo, como ocorreu na Legislatura passada, e se posicionar contrariamente a qualquer proposta de remendo fiscal encaminhada pelo Poder Executivo para ser votada no plenário desta Casa.

Se estamos aqui para cumprir uma tarefa, modificar o Sistema Tributário Nacional, estabelecer um sistema tributário mais justo, que respeite o pacto federativo e o cidadão contribuinte, é inaceitável que esta Comissão não se posicione sobre todas as propostas a serem encaminhadas pelo Poder Executivo. Em geral, são medidas de prorrogação de CPMF, discussão acerca desse ou daquele tema, como foi o caso, por exemplo, da aprovação da CIDE para os combustíveis.

Todas essas questões têm de ser trazidas para a Comissão de Reforma Tributária, porque senão, mais uma vez – digo isso com muita tranqüilidade, pois fui muito próximo da Mesa Diretora da Comissão passada –, não teremos o respeito e o respaldo da sociedade e do Poder Executivo. Ficaremos discutindo o que não tem de ser debatido.

Sr. Presidente, peço desculpas por me ter alongado, mas considero fundamental registrar alguns posicionamentos que me parecem relevantes, antes de passarmos à apreciação da pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O experiente Deputado Eduardo Paes é um dos companheiros que mais contribuíram para o sucesso do nosso texto na Comissão Especial da Legislatura passada. Responderei a S.Exa. por partes.

Em primeiro lugar, temos de definir uma data para realizarmos nossas reuniões de caráter ordinário. Nada impede que extraordinariamente possamos nos reunir em outro momento e em outro local, se for o caso, para realizarmos eventuais audiências públicas.

Quanto ao texto votado na Legislatura passada e que acabou não sendo submetido à consideração do Plenário, deixaremos para discuti-lo oportunamente.

Vou seguir a lista de inscrições e peço a cada companheiro que se manifeste preliminarmente sobre a data e o horário das nossas reuniões.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, na hora da discussão, sugiro que essa ordem seja mantida. Inscrevi-me para fazer alguns questionamentos com relação à própria discussão que deveria ser feita nesta Comissão, e não apenas para falar a respeito da data das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Eu o farei, Sr. Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Concorde com a sugestão de nos reunirmos nas quintas-feiras, às 10h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, inscrevi-me para o debate. Espero que V.Exa. mantenha a ordem de inscrição. Quanto à data das reuniões, acho que V.Exa. deveria dar algumas sugestões e colocá-las em votação. Do contrário, demoraremos muito nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É o que estamos fazendo, Sr. Deputado.

Com a palavra o Sr. Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, sugiro que as reuniões sejam feitas nas terças-feiras à tarde. Ficaríamos com as quintas-feiras reservadas para as audiências especiais. Nas tardes de terça-feira estamos um pouco menos adensados de trabalho. Então, seria um dia bom. Teríamos a quarta e a quinta-feira para trabalhar mais objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, fiz minha inscrição somente para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Sr. Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, mais um veterano.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, esta é uma nova etapa da vida do Parlamento brasileiro e diz respeito ao item mais importante das atividades do Congresso Nacional. A expectativa da sociedade, das empresas, dos trabalhadores, de todos, enfim, é a de acertarmos o Sistema Tributário Brasileiro, que é um verdadeiro manicômio tributário e, ao contrário do modelo europeu e do americano, impõe tributação indevida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Sr. Deputado, para o melhor andamento dos trabalhos, pediria a V.Exa. que, nesta primeira oportunidade, se manifestasse apenas sobre a data e o horário das nossas reuniões ordinárias. A lista de inscrição será mantida para o debate, que será feito em seguida.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Desculpe-me, Sr. Presidente. Concorde com V.Exa. quanto à data e ao horário. Acabo de chegar. Pensei que estivéssemos já na discussão da matéria. É a ânsia de fazermos logo a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS

– Sr. Presidente, tenho a honra de dizer que o meu voto foi talvez o único contrário ao relatório de V.Exa., porque defendo a proposta do imposto único federal e discordo de V.Exa. quanto à questão do turismo.

Aproveito para sugerir as datas de terça-feira à tarde e quinta-feira pela manhã. Acho que devemos fazer, pelo menos, duas reuniões semanais. Repito: terça-feira à tarde e quinta-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, vou ater-me à discussão do mérito do debate, para mim, às terças ou quintas-feiras está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado João Caldas. (*Pausa.*) Ausente S.Exa.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, inscrevi-me para discutir outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Terças-feiras à tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Então, pelas manifestações que acabo de ouvir, vamos manter as reuniões às quintas-feiras pela manhã, porque só três dos companheiros preferiram a terça-feira à tarde, sem prejuízo de que possamos realizar reuniões nessas datas também, na medida em que a necessidade venha a determiná-lo.

Sem observar ainda a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Relator, a fim de que S.Exa. se dirija ao grupo, especialmente para dar conhecimento aos companheiros de seu pensamento a respeito de como pretende conduzir a elaboração do texto que deverá produzir.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Srs. e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero agradecer-lhes a confiança em mim depositada, sobretudo por causa do desafio que é suceder o Deputado Mussa Demes, sinônimo de competência e referência para todo o Brasil. Esse fardo só não é mais pesado na medida em que temos aqui a presença do S.Exa., agora na condição de Presidente da Comissão – a referência permanece.

A Nação nos colocou diante de grande desafio: vamos realizar finalmente aquilo que todos esperam, a reforma tributária, e fazê-la funcionar.

Em primeiro lugar, ressalto que precisamos fazer um trabalho coletivo. Quero ser um Relator na verdadeira acepção da palavra. Alguém que relate aquilo que foi produzido coletivamente nesta Comissão. Precisamos de reforma tributária socialmente justa (este é o seu primeiro sentido); economicamente dinâmica (esta é a necessidade do Brasil) e politicamente viável, portanto, agregadora.

Se quisermos viabilizar tanto as mudanças constitucionais, quanto as infraconstitucionais, temos de ter uma atitude política agregadora. Esse é o primeiro aspecto. Quero ser um Relator agregador, que some

o ponto de vista de cada um, para que, coletivamente, possamos buscar as soluções.

Para que façamos um trabalho surpreendente, digamos assim, diante do ceticismo que existe em diversos setores, devemos observar duas questões: o desejo da sociedade de fazer uma reforma tributária e um certo ceticismo quanto à possibilidade de solução – e o Deputado Eduardo sabe o quanto isso pesa.

Temos uma vantagem em relação aos momentos anteriores: um ponto de partida, o relatório já votado. Não é apenas uma homenagem ao Presidente e ex-Relator Mussa Demes. Em conversa particular com o Presidente Mussa Demes, pedi que fosse distribuído o parecer votado pela Comissão passada. S.Exa. concordou, dizendo: “Faço isso desde que sejam distribuídas também todas as demais proposições”. A Angélica, nossa secretária, disse que nem tudo foi incluído, porque nem tudo estava impresso, e que poderia ser distribuído depois.

Há aqui muitos Deputados que participaram da Comissão anterior, mas também há muitos Deputado novos. Aqueles que chegaram agora, de modo geral, já têm certa familiaridade com os debates que ocorreram ao longo da Legislatura anterior. Então, gostaria que fizéssemos esta primeira discussão de mérito, ou seja, tomarmos o relatório – e até a emenda aglutinativa, que depois também será distribuída simultaneamente – como ponto de partida, para facilitar nossos trabalhos.

Que tenhamos uma discussão abrangente, ouvindo a sociedade, os Governadores, os especialistas. Vamos organizar audiências públicas, mas, simultaneamente, vamos apresentar algum modelo, algum esboço, para que essas discussões já se façam um passo à frente da coleta de opiniões dispersas a respeito dos problemas.

Temos a vantagem de partir de modelo já votado e de travar discussões, numa forma de testar não só esse modelo, mas também as soluções que ainda vamos agregar. Não queremos partir do marco zero, nem temos essa idéia de esquecer tudo o que veio antes e pensar que aqui se começa nova vida, com novo Relator, e que teremos o “Relatório Virgílio Guimarães”. Nada disso. Vamos partir de uma caminhada já traçada para, com rapidez, chegar a resultado.

Sem a pretensão de estabelecer cronogramas, quero ressaltar que seria bom se conseguíssemos apresentar, ainda neste semestre, aquilo que a reforma tributária tem de reforma constitucional e nos debruçar sobre a complicadíssima questão infraconstitucional.

O País espera modificações no Imposto de Renda e soluções para a COFINS – ou ela será imediatamente substituída, ou deverá ser desmontada na legislação

infraconstitucional. Essas são questões sobre as quais temos de nos debruçar, ainda no segundo semestre deste ano. É um desafio enorme.

Sugiro que cada um apresente sugestões de audiências públicas. O Presidente João Paulo Cunha, no intuito de apoiar a Comissão, já disponibilizou condições para realizarmos audiências públicas nos Estados, onde ouviríamos Secretários mais rapidamente. Que façamos audiência pública aqui ou nos Estados, onde os companheiros julgarem melhor, para ouvirmos especialistas. Não podemos ouvir apenas pessoas conhecidas nacionalmente, autores de colunas de jornais de circulação nacional. Há questões específicas que pesam sobre um ou outro Estado, e tudo isso precisa ser incorporado.

Precisamos fazer essa programação de trabalhos, ouvir, incorporar sugestões, e cada um tem de ser valorizado nesse particular – cada Estado e cada membro desta Comissão. Mas não podemos aguardar que tudo isso ocorra para começar a trabalhar alternativas. Será melhor se as discussões forem feitas já tendo um modelo para ser testado e soluções, no todo ou em parte, para serem verificadas. Assim, não teremos de partir de novo, como já disse, do marco zero. Faremos tudo ao mesmo tempo. O objetivo é a celeridade, realizar discussões voltadas para as soluções.

Faremos um grande fórum de debates e teremos em mente, sobretudo, a nossa função de legisladores. Portanto, cada debate deve significar mudanças em determinada redação. O esforço legiferante será o timoneiro da coleta de opiniões e dos testes de hipóteses.

Temos a vantagem de receber parte do trabalho já feito, mas também o desafio de enfrentar e vencer o ceticismo. Temos de funcionar coletivamente.

Discutiremos o relatório. Pretendo ser o Relator da proposta coletiva e, para tanto, desejo, trabalhar com a colaboração de todos os membros da Comissão.

Evidentemente e de forma muito particular, o Presidente desta Comissão desempenhará função muito além do exercício da presidência. O Deputado Mussa Demes será um parceiro, cuja participação terá a mesma importância de outros Parlamentares, do ponto de vista da produção de resultados.

Sou economista. O Deputado Mussa e eu estivemos, desde a Constituinte, debruçados sobre a questão tributária, nos idos de 1987, 1988, e sabemos que o tema é difícil.

O Deputado José Mentor se dispôs a me auxiliar. S.Exa. é advogado e será o ordenador da coleta de...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas é verdade. Delfim, antigamente falávamos Comissão...

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Mas ele é mentor mesmo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – S.Exa. é o mentor. Antigamente, chamava-se Comissão de Sistematização.

Ressalto o papel de sistematizador do Relator. Habitualmente, o Relator é aquele que produz e lança idéias. Nesse sentido, quero acentuar as qualidades do Relator pertinentes à sistematização.

Desejo que S.Exa. colabore como uma espécie de adjunto de Plenário, a fim de coletar as sugestões. Talvez, S.Exa. pudesse ser um coletor de dados, mas, em se tratando de sistema tributário, não vou usar tal denominação, porque alguém pode imaginar que nossas intenções são muito drásticas, não é?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não podemos usar a palavra “coletor” e, muito menos, “receptor”. É melhor optar pelo vocabulário antigo: “encarregado da sistematização”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos usar o dicionário para ajudar, Deputado Virgílio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Alguém que vai nos auxiliar nesse sentido. S.Exa. seria o adjunto de sistematização, a fim de fornecer as referências para o Plenário.

Os diversos partidos também poderiam, se fosse o caso, designar alguém – conforme a dinâmica de cada um, a fim de democratizar a participação no debate, sem priorizar nesta Comissão a representação do Colégio de Líderes.

Tais Deputados seriam os elos do Relator com as bancadas. O trabalho será coletivo, mas haverá companheiros responsáveis pelas tarefas cotidianas. A Relatoria não pode funcionar apenas no momento das reuniões.

Assim, repito, para elaborar as proposições de forma democrática, sugiro que os diversos partidos designem Deputados, para auxiliar a Relatoria nas suas atividades habituais.

Temos nesta Comissão companheiros experientes, que já estudam a matéria há muito tempo, como o Srs. Deputados Luiz Carlos Haully, Delfim Netto e José Militão; Deputados novos, que conhecem outras práticas, e ainda os Parlamentares novos/antigos, a exemplo do Deputado Paulo Bernardo.

Aproveito esta oportunidade para destacar – já mencionei tal fato na reunião passada, quando o Deputado não estava presente – que S.Exa. poderia per-

feitamente participar desta Comissão na condição de Relator. O PT considerou a alternativa.

Agradeço, portanto, publicamente a S.Exa. a solidariedade. Em razão da sua experiência de Parlamentar e de Secretário, talvez S.Exa. tenha mais preparo do que eu para relatar a matéria. Espero contar com a sua colaboração e tenho certeza de que, se trabalharmos juntos, produziremos muito.

São as minhas considerações no que diz respeito à dinâmica de trabalho da Relatoria: trabalhar com o auxílio do Presidente, Deputado Mussa Demes, e também com a colaboração do Deputado Mentor. Registro a idéia para que possamos coletivizar o trabalho desta Comissão. Ao mesmo tempo em que discutiremos a matéria, construiremos proposições concretas. O ponto de partida será o relatório do Deputado Mussa Demes.

Espero que possamos estabelecer um colégio de representantes dos partidos para cooperar com o trabalho cotidiano desta Relatoria. A proposta final, mais do que socialmente justa e economicamente dinâmica, precisa ser politicamente viável.

Ao exercer o papel de Relator, conto com o auxílio de V.Exas. Caso contrário, o País poderá se frustrar mais uma vez.

Vamos mostrar, já no primeiro ano desta Legislatura, a nossa capacidade de resolver problemas e superar desafios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Parabenizo o Relator pela maneira democrática com que pretende conduzir seu trabalho. Trata-se de forma evidente de valorizar o grupo selecionado pelas lideranças partidárias. Tais procedimentos ajudarão, com toda a certeza, a criar aquele espírito de corpo a que se referiu o Deputado Eduardo Paes e que é absolutamente necessário para, de fato, produzirmos texto compatível com as necessidades que tem o País hoje.

Registro, com prazer, a presença do nobre Deputado Eliseu Resende, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e membro desta Comissão. S.Exa. foi um dos Parlamentares mais ativos da Legislatura passada.

Ouviremos as ponderações dos companheiros, pela ordem de inscrição.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA –

Sr. Presidente, fomos convocados para esta reunião para definir os trabalhos da Comissão. Nesse sentido, apresentarei, a título de esclarecimento, algumas questões.

Primeiro, pergunto o que e para que vamos discutir nesta Comissão. A Mesa sugeriu o debate sobre

propostas de emenda constitucional. Indago: vamos discutir apenas as questões constitucionais ou vamos também considerar as matérias infraconstitucionais?

Qual será o sentido do debate? Elaborar o relatório final. E por quem será votado? Esta Comissão, regimentalmente, não tem a mesma competência das Comissões Permanentes ou das Especiais instituídas para discutir propositura específica e, ao final, apresentar parecer que deve ser apreciado pelo Plenário. Ou seja, não tem poder terminativo.

Então, para que servirá o documento final? Temos de considerar o fato de que o Governo está anunciando que enviará, antes de junho, sua proposta à Câmara e que ela – há um facilitador – virá com o aprova dos 27 Governadores. A unanimidade prévia dos 27 Governadores será muito difícil, principalmente quando se trata de matéria tão complexa: a modificação do Sistema Tributário Nacional.

Por outro lado, há algumas manifestações, tanto do Presidente da República como do Ministro da Fazenda, que nos levam a crer que tudo que está em debate nesta Casa não contemplará o que o Governo está querendo. Por exemplo, reforçar os Municípios com mais recursos, com mais arrecadação, sem tirar as verbas dos Estados e da União. Indago: de onde vamos tirar tais recursos?

O Sr. Ministro da Fazenda disse ainda que a carga tributária que incide sobre o consumidor de mais baixa renda é muito alta. S.Exa. declarou que a proposta de reforma tributária trará encaminhamentos para diminuir a carga tributária do consumidor de menor renda. As propostas sob exame nesta Casa, pelo que sei – a PEC nº 175 e o relatório final – não contemplam tal objetivo.

Como seria feito? Vamos tributar mais as grandes fortunas, o patrimônio, a renda? Será suficiente? No que diz respeito aos impostos indiretos, como estabeleceremos a diferença entre o de maior e o de menor renda? São problemas muito complexos e diferentes daquilo que já discutimos.

Devemos definir o que vamos discutir, com que finalidade, em que patamar pretendemos chegar e, se o fizermos, qual será o encaminhamento a ser dado ao documento produzido nesta Comissão.

Eram as minhas ponderações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Antonio Cambraia, o Presidente João Paulo Cunha, na abertura dos trabalhos desta Comissão foi claro ao dizer que não se tratava ainda de Comissão Especial, mas que deveria sê-lo a partir do momento em que recebêssemos o texto concreto do Poder Executivo, a exemplo do que aconteceu com a PEC nº 175

– A. S.Exa. disse ainda que, se o texto do Executivo demorasse muito ou se viéssemos a produzir algum documento que valesse a pena ser objeto de avaliação, a atual Comissão seria transformada em Especial.

Ora, evidentemente, não podemos iniciar os trabalhos sem ponto de partida, porque, ao longo dos últimos sete anos, trabalhamos com o objetivo de obter proposta efetiva que pudesse ser votada, e ela, no final, foi apreciada na Comissão Especial.

Por isso o Relator deseja iniciar o trabalho em cima do texto aprovado na Comissão Especial por 35 votos contra 1. Se há manifestação expressa do Ministro do Planejamento e do Ministro da Fazenda no sentido de que o texto deverá servir como referência para o início dos trabalhos, considero correta a idéia de estudá-lo, tentar melhorá-lo e apresentar ao Relator as sugestões pertinentes.

As audiências públicas também contribuirão para aprimorar o texto. Poderemos ouvir a opinião de Governadores, de Secretários de Fazenda, de representantes dos segmentos mais interessados e mais preocupados com a matéria, de trabalhadores, de diversas categorias profissionais e do empresariado brasileiro, como já ocorreu no passado.

Faremos uma espécie de aquecimento antes de elaborar o texto definitivo. Temos de caminhar de agora para diante.

Com a palavra o nobre Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, nesta reunião definiremos o primeiro ponto para alcançar produtividade: os procedimentos de trabalho desta Comissão.

Temos de discutir qual a profundidade da reforma tributária.

Há acúmulo de debate na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

O Presidente da República promoveu a discussão, porque atualmente a sociedade debate a reforma tributária com muita intensidade. Os jornais trazem matérias diárias com informações importantes sobre o perverso sistema tributário implantado no País.

Ontem, a Folha de S.Paulo publicou interessante matéria em que afirmava que quanto maior a renda – todos sabíamos disso, mas os dados apresentados são importantes – menor o imposto pago.

O imposto sobre os salários no Brasil chega a 41,7%. Temos conhecimento do que acontece, o crescimento da carga tributária é constatado todos os dias, mas temos de divulgá-lo cada vez mais .

De 1986 à 2002, a carga tributária cresceu 530%; o PIB, no mesmo período, aumentou 227%. A carga tributária, portanto, cresceu o dobro do PIB.

Essas referências devem nortear os trabalhos desta Comissão. Precisamos definir qual a intensidade da reforma tributária que almejamos. Para tanto, temos de avaliar duas questões. Primeiro: qual é a autonomia do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados? Segundo: Temos condições de apresentar a nossa proposta independentemente da posição do Governo Federal?

Precisamos saber qual é a posição do Governo. Encaminhei à Mesa requerimento de convite ao Ministro Antônio Palocci para participar de audiência pública conosco, porque declarou S.Exa. ontem, em determinada reunião com Prefeitos, que defenderá uma reforma tributária enxuta, com poucas modificações constitucionais.

É legítimo o fato de o Governo Federal, neste momento, ter interesse em alterar a legislação do ICMS, federalizar o imposto. Os Prefeitos pediram para que o ISS continue como tributo exclusivamente da autonomia e de competência municipal. O Governo quer juntar o PIS com a COFINS e propor uma pequena mudança para facilitar a aprovação das medidas. Encontrou nesse mecanismo o ponto de aglutinação.

Devemos ouvir o Ministro Antônio Palocci para conhecer o real entendimento do Governo Federal sobre o tema e tratar a reforma tributária como assunto do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados. A discussão poderá ocorrer em dois momentos. A mudança tem de extrapolar apenas o debate sobre a federalização do ICMS ou a junção de um imposto com outro?

A discussão da reforma tributária deve ser permanente nesta Casa, para que possamos, por meio de alguns princípios de simplificação do complexo sistema tributário que temos hoje, diminuir a incidência de tributos. Na atualidade, tributa-se muito mais o trabalho e o consumo e muito menos o capital.

Os dados são alarmantes: o Brasil tributa o capital em 11,77%; o trabalho em 25,21%; e o consumo entre 22% a 41%. Países mais desenvolvidos tributam o capital em 38,43%. Então, o tributo sobre o capital está aquém das necessidades da reforma tributária socialmente justa que nós precisamos aprovar.

Repito: devemos convidar o Ministro para que S.Exa. apresente, de forma clara, a idéia do Governo Federal. Assim, poderemos propor as mudanças iniciais de interesse da sociedade e, ao mesmo tempo, continuar a discussão da matéria, para aprovar a reforma tributária mais profunda possível, algo que mude

a estrutura política dos tributos e altere a condição de vida dos trabalhadores de menor renda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, terça-feira, o Ministro Palocci, virá à Câmara para participar da reunião conjunta das Comissões de Finanças e Tributação, de Economia e de Orçamento.

Poderíamos aproveitar a oportunidade para discutir a questão com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Militão, não será apropriado, porque S.Exa. vai falar sobre economia. Certamente, o tempo que S.Exa. reservará para a discussão da reforma tributária, a fim de haver algum resultado, será mínimo.

O Deputado Renato Casagrande apresentou requerimento de convocação do Sr. Ministro. Vou examiná-lo extrapauta, porque foi encaminhado há pouco. Estou de acordo em que devemos ouvir a opinião do Ministro o mais rápido que pudermos.

Se aprovarmos o requerimento do Deputado Renato Casagrande, podemos tentar falar com o Ministro Palocci, porque S.Exa. é um dos maiores interessados na aprovação do texto da reforma, inclusive porque foi Vice-Presidente da Comissão no passado. Se S.Exa. tiver disponibilidade, talvez, possamos ouvi-lo daqui a duas semanas.

Agradeço a V.Exa. a colaboração.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Se o requerimento for apreciado extrapauta, podemos dar tramitação ao mesmo para que outros Deputados possam assiná-lo, se for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não, não é necessário. Já é suficiente o requerimento estar assinado por V.Exa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes; prezado Relator, Deputado Virgílio Guimarães; Sras. e Srs. Deputados, inicialmente externo o mesmo entendimento já proferido quanto à essência, à natureza e aos objetivos desta Comissão.

Tivemos tal compreensão quando o Presidente João Paulo Cunha ofereceu a esta Casa a iniciativa de abertura das quatro Comissões Especiais.

Concordo com a opinião do Relator quanto à relevância de valorizar os consensos, e, nesse sentido, aproveitar, por exemplo, o que foi discutido e votado até a Legislatura passada. Reconheceríamos, assim, o esforço do Congresso Nacional, a participação de entidades de todos os tipos e de natureza econômi-

ca, para que chegássemos à matéria hoje distribuída a todos nós, Deputados.

Acredito que poderemos também dar outro passo – concordo com o colega que me antecedeu – no sentido de valorizar os consensos e discutir o que foi aprovado até a Legislatura passada. Mas, no caso, eu teria uma lógica diferente da do Deputado Renato Casagrande. Penso que já poderíamos iniciar os debates com uma audiência com a Associação Brasileira de Secretários das Finanças das Capitais ou com a Associação Brasileira dos Municípios, ouvindo em seguida os Secretários de Fazenda dos Estados. E incluiria desde já as representações das Procuradorias dos Estados. Em muitos casos não é a divisão do tributo que prejudica os Estados; eles próprios têm sido ineficazes na ação de suas Procuradorias para defender o tributo que é parte de sua receita.

Tivemos a oportunidade de exercer dois mandatos no Legislativo Estadual e pudemos verificar que esse tem sido um problema – eu diria até suprapartidário –, em muitas Unidades da Federação. Entendo que numa etapa subsequente será importante, paralelamente ao debate dos consensos aprovados até a Legislatura passada, ouvirmos a instância da União, que também tem algo a acrescentar sobre aquilo que o Deputado Luiz Carlos Haully definiu como manicômio tributário – embora saibamos que nesse manicômio tributário alguns loucos estão muito melhor do que os doidinhos, que são a massa de consumidores deste País.

Concordo com o Presidente: esta Comissão vai enfrentar uma fase transitória e, apenas a partir do envio pelo Poder Executivo da nova proposta de estrutura tributária, entraremos no jogo propriamente dito – estamos ainda, como disse V.Exa., no aquecimento. Então, poderemos discutir os consensos e, ao mesmo tempo, compartilhá-los, ouvindo a Associação de Secretários de Finanças de Capitais, Secretários de Fazenda, procuradores, enfim, a esfera federal.

Eu faria uma ponderação apenas quanto à convocação do Ministro Antônio Palocci – e reconheço que vários Ministros têm vindo às Comissões, como os Ministros Luiz Fernando Furlan, Cristovam Buarque, Gilberto Gil e Ricardo Berzoini –, porque temos um interesse maior, qual seja, o de discutir a proposta que virá do Poder Executivo. Pergunto-me se, neste momento, será eficaz para os nossos objetivos e os interesses da Nação chamarmos o Ministro Palocci para discutir o picadinho da proposta que virá em 30, 60 ou 90 dias.

Vejam V.Exas. que não me oponho à convocação do Ministro, mesmo porque outros Ministros têm vindo à Casa, espontaneamente ou a convite das Comissões.

Sr. Presidente, são as ponderações que faço a V.Exa. e aos demais colegas da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem. Seguramente os Secretários de Fazenda e Procuradores haverão de ser ouvidos por esta Comissão. Quanto à oportunidade de audiência do Ministro Antônio Palocci, quem vai definir realmente é o grupo. No momento oportuno, submeteremos à votação o requerimento do Deputado Renato Casagrande.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

(Pausa.)

Ausente S.Exa.

Tem a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

(Pausa.)

Ausente S.Exa.

Tem a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, talvez algum dia eu tenha o privilégio de ouvir a pronúncia correta de meu nome: de Roure. Imaginem V.Exas. como dizem os eleitores! (*Risos.*)

Sr. Presidente, ouvi as observações dos colegas e imaginava que nosso competente Relator já pudesse esboçar, em matéria que temos conquistado de forma pacífica, com base nos textos desenvolvidos no último período e no relatório do Deputado Mussa Demes, quais são os pontos polêmicos, os grandes temas. A partir daí, poderíamos concentrar as convocações. Não temos restrições em ouvir qualquer pessoa, até mesmo uma dona de casa, mas, infelizmente, só virão os profissionais, os que têm maior número de informações sistematizadas.

A minha grande preocupação é a de que venhamos a perder tempo, uma vez que grande parcela da problemática já foi construída e delineada nesta Casa. Por outro lado, ganharíamos tempo tendo claro os grandes temas, a origem, o destino, a questão da administração fiscal, da partilha dos tributos, o que compete à União, aos Estados e Municípios, e como vamos tratar isso do ponto de vista de um texto objetivo, seguro.

Nesse sentido, percebo que a grande temática que teremos é o problema político. Será necessária a participação não apenas do Governo Federal, mas também dos Governadores e Prefeitos. Creio que esse é o ponto nevrálgico, porque o grande tributo, alvo desta reforma, é o ICMS. Não adianta simplesmente mergulharmos em outros tributos já trabalhados por esta Comissão.

Nesse sentido, gostaria que V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães, pudesse fazer um esboço de como pretende metodologicamente construir o relatório para, a partir daí, termos clareza sobre quem serão os atores.

Já temos uma pauta de pessoas a serem convidadas em seguida, e essa lista atende especificamente a interesses localizados.

Na minha opinião, vamos ter enorme perda de tempo, repito, pois a matéria já está por demais construída. Creio que deveremos nos concentrar essencialmente nas matérias polêmicas e, a partir daí, construir equações que resolvam e permitam o avanço do relatório que V.Exa. vai elaborar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Tenho certeza de que sua contribuição será efetiva, uma vez que V.Exa. foi um Secretário de Fazenda extremamente competente e conhece bem o trabalho até aqui realizado.

Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Nobre Deputado Wasny de Roure, vou esclarecer o nosso pensamento. Já conversamos com o Presidente, e a idéia do texto base não é só para termos subsídios para trabalhar, mas também para discutir e realizar audiências públicas. Ao mesmo tempo, já temos construções objetivas, de tal maneira que, nas audiências públicas, cada vez mais debateremos temas já H abordados.

Então, não é só retórica dizer que vamos homenagear e aproveitar o trabalho da Comissão passada. Pelo acúmulo de trabalho já realizado e também pelo fato de os membros da Comissão serem em boa parte veteranos nessa discussão, ao mesmo tempo em que os novos, em grande parte, são veteranos no assunto, pois são empresários, ex-Secretários de Fazenda e ex-Presidentes de Assembléia, temos condição de rapidamente produzir soluções objetivas para algum tributo, no caso o IVA e o ICMS, e para enfrentar debates sobre a inclusão ou não de todos os serviços ou de parte deles no grande imposto de consumo. Enfim, são assuntos para os quais já podemos apresentar soluções imediatas.

Conversando com o nosso Presidente, eu dizia que devíamos fazer como o Saldanha, quando foi chamado para ser técnico da Seleção Brasileira de 1970. No dia da entrevista coletiva, perguntaram: “*Você tem seu time?*” Ele disse: “*Tenho. Os onze titulares são estes; os onze reservas são aqueles*”, e surpreendeu ao dizer: “*Minhas feras são estas*”. Nós temos de rapidamente dizer: “*As nossas feras são estas. A nossa solução está aqui*”. Podemos ter como ponto de partida o relatório do Deputado Mussa Demes, a emenda votada, mas com rapidez já podemos dizer quais foram os obstáculos e as soluções para superá-los, e isso pode ser o foco do debate.

Quanto à observação do colega, resalto que não quero impedir o debate, mas não quero também ter

de cumprir todo o roteiro de consultas nacionais para, ao final, começar a trabalhar, porque isso de alguma maneira já está feito. Essa coleta de opiniões seria até enfadonha para quem está aqui há muito tempo. Iríamos chamar as mesmas pessoas. Já sabemos a opinião da imensa maioria dos tributaristas e dos representantes de classe. Queremos chamá-los de novo para saber o que pensam sobre a solução que vamos apresentar. Então, as audiências públicas se tornarão novas, férteis e objetivas para nossas construções. Pelo menos é esse o nosso pensamento.

Quando dizemos que temos um ponto de partida, não é retórica nem homenagem, mas um trabalho acumulado. Essa metodologia de trabalho não exclui as audiências públicas, na medida em que já teremos resultados e proposições focados no pensamento da Comissão sobre determinado tributo ou sobre a arquitetura mais geral do sistema tributário que vamos propor.

Desculpe-me se me alonguei, Sr. Presidente, mas foi necessário fazê-lo para reiterar meu pensamento e, talvez, para consolidar determinada metodologia de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Foi muito oportuna sua manifestação, Deputado Virgílio Guimarães.

Tem a palavra o Deputado João Caldas. (*Pausa.*) Ausente.

Tem a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, como V.Exa. sabe, não pude participar da primeira Comissão que tratou da reforma tributária. Acompanhei-a não só pelo fato de me interessar pelo tema, mas também pelo trabalho de V.Exa., um grande especialista no Congresso Nacional.

O Partido dos Trabalhadores me indicou para compor esta Comissão e espero não desapontá-lo. Sabe V.Exa. que a minha participação é no sentido de buscar um viés ecológico para a reforma tributária. Na Alemanha, esse processo avançou muito, e hoje já se discute a reforma tributária ecológica.

Gostaria de trazer para esta Comissão esse viés ecológico por meio de audiência pública ou seminário. Fui informado de que o Banco Mundial estaria também interessado em colaborar especificamente com esse tema e com a formulação de um seminário.

Concordo com os fundamentos da simplificação tributária, do combate à sonegação, da realização da Justiça, de redução do Custo Brasil e do aumento na competitividade do País – já explicitados no relatório de V.Exa. –, mas é necessário que haja também o fundamento da sustentabilidade ecológica da economia.

Hoje não falamos apenas em desenvolver a economia, mas em fazê-lo de forma sustentada.

Ouvi dizer que está tudo mais ou menos determinado e que temos de concluir rapidamente os trabalhos. Mas peço um pouco de paciência a V.Exas. para analisar esse novo tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Nobre Deputado Fernando Gabeira, informo a V.Exa. que há um pedido de convocação da Ministra Marina Silva a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ainda é pouco? Então, solicito a V.Exa. que faça suas sugestões à Secretaria.

Peço desculpas ao nobre Deputado Walter Feldman por não tê-lo ouvido antes do Deputado Fernando Gabeira.

Faltam apenas dois Deputados inscritos anteriormente que desejam usar a palavra: Luiz Carlos Hauly e Ronaldo Vasconcellos. Daremos oportunidade a S.Exas.

Antes, concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, não sou economista nem tributarista. Sou médico, assim como o Ministro Antônio Palocci. O Ministro José Serra não era médico, mas ocupou a Pasta da Saúde. Portanto, é apenas uma questão de disposição, de vontade de aprofundar e compreender a matéria.

É claro que a velocidade daqueles que já tiveram uma participação anterior é maior. Fiquei assustado com a velocidade proposta pelo Deputado Eduardo Paes, porque se é maior a daqueles que já participaram, evidentemente não podemos acompanhar a sugerida pelo colega, até porque devemos dar um tempo adequado.

Por mais que avancemos, temos de acompanhar o que será produzido pelo Poder Executivo, que ainda não apresentou a sua reforma. Sabemos que foi apresentada uma proposta preliminar, conceitual, diagnóstica, aos Governadores, na reunião realizada recentemente nesta Capital. Esse material merece, inclusive, já ser estudado por esta Comissão.

É nesse sentido que proponho sejam estabelecidas algumas regras do ponto de vista metodológico, como disse o Deputado Virgílio Guimarães, que me parecem interessantes.

O Ministro Antônio Palocci já se manifestou várias vezes sobre a questão da reforma tributária. Portanto, parece-me adequado ouvir S.Exa., seja em reunião

ordinária desta Comissão, seja em outra reunião, a exemplo do que ocorreu ontem com o Ministro Ricardo Berzoini, oportunidade em que os Deputados souberam o que S.Exa. está pensando a respeito do assunto não apenas por meio da imprensa, como tem acontecido até agora. A questão tributária também envolve os Ministérios da Fazenda e da Previdência Social. Há uma interface entre a reforma previdenciária e a reforma tributária.

Seria interessante a Comissão ouvir, com prioridade, o que o Executivo pensa a respeito do assunto, mesmo que ainda não tenha uma proposta esquematizada e formalizada.

Concordo com a idéia do marco zero, formulada pelo Deputado Mussa Demes. Mas há outros documentos que também devem ser analisados. Por exemplo, há uma articulação antiga dos Secretários de Fazenda do Estado, comandada pelo Secretário Albérico Machado Mascarenhas, que têm feito reuniões periódicas e formulado idéias.

Eu proporia à Comissão Especial, que ainda está esquentando os motores, que recolhesse tudo o que há na praça, inclusive o material apresentado pelo Presidente Lula aos Srs. Governadores e o documento formulado pelo Deputado Mussa Demes. Esse material servirá como substrato da discussão que realizaremos com os órgãos estratégicos para a formulação da política econômica do Governo Federal.

Segundo, eu proporia ouvir os setores do capital e do trabalho, os tributaristas e os acadêmicos. Isso permitiria recolher o que já foi produzido e o que está sendo pensado neste momento por esses vários segmentos.

Sr. Presidente, essa é minha proposta metodológica para o encaminhamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Walter Feldman, entendo que são oportunas as audiências com os Ministros Antônio Palocci e Ricardo Berzoini, uma vez que ambos foram membros desta Comissão. O Ministro Antônio Palocci, o Deputado Germano Rigotto e eu já mantínhamos contato com as autoridades da área econômica do Governo anterior sobre o assunto.

No entanto, temos de pensar também na disponibilidade de tempo de S.Exas. Por isso, sugiro que seja realizada audiência daqui a duas semanas com o Ministro Antônio Palocci, que já vai participar de reunião conjunta na próxima terça-feira.

Solicito a V.Exa., Deputado Walter Feldman, que é muito influente dentro do seu partido, que procure agendar essa audiência o quanto antes. Tenho certeza de que há interesse de todo o grupo em conhecer o pensamento de ambos os Ministros a respeito do tema.

Peço a V.Exa. que intermedeie a presença de ambos aqui, no momento em que acharem possível.

Com a palavra o nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, sem dúvida, temos de esperar que o Governo nos envie o texto global, mas podemos adiantar a discussão de pontos específicos.

Eu venho de Goiás. V.Exa. e vários Deputados desta Comissão também vêm de Estados pobres. A proposta de emenda ao projeto de reforma tributária trata de forma muito simples milhões de cidadãos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que esperam uma vida melhor, ao propor igualdade de tributos para todos os Estados.

Sr. Presidente, a modificação proposta ao art. 154, inciso IX – Seção IV, *Dos Impostos da União, dos Estados e dos Municípios* –, é a seguinte: “*é vedada a concessão de isenção, incentivos e benefícios fiscais relativos à parcela estadual dos impostos*”. Isso me deixa temeroso.

Que esperança terão os jovens do nosso Estado, bem como os de outras regiões do País, se acabarmos com os incentivos? Assim fazendo, em três, quatro ou cinco anos vamos acabar com a possibilidade de os Estados atraírem indústrias e, conseqüentemente, gerarem trabalho. Que expectativas terão esses jovens? De tornarem-se agricultores, de pegarem em enxadas? Não que isso traga demérito algum, mas não é o que eles esperam.

Tampouco pretendem adotar a nova “profissão” prevista no art. 203, Parágrafo Único, que diz: “*a União instituirá programas de renda mínima*”. Quando perguntarem a esses jovens qual é a sua profissão, eles responderão que uma Comissão de Deputados em Brasília igualou todas as alíquotas no Brasil, acabou com os incentivos, para resolver o problema da desigualdade, e criou a profissão da renda mínima. Dirão que não têm emprego, e sim renda mínima.

Sr. Presidente, Sr. Relator, precisamos ter uma visão diferente. Podemos até criar blocos de incentivo ou uniformizar incentivos, mas dar a Goiás o mesmo tratamento que se dá a São Paulo é uma temeridade.

Eu vou protestar até o final da reforma tributária se ela não der aos jovens de Goiás que estão na faculdade condições de, ao concluir seus cursos, trabalhar no próprio Estado em vez de se mudar para São Paulo, Minas Gerais, Paraná ou Rio Grande do Sul e se tornar administradores de empresas ou especialistas em ciências da computação. Para lidar com enxada não é preciso ter formação superior.

Se não levarmos progresso a Estados como o nosso, na próxima eleição encontraremos cartazes

com os dizeres: “*Estes Deputados votaram a favor da renda mínima*”.

Podemos debater esses assuntos independentemente do envio de proposta de reforma pelo Ministro Antônio Palocci. Há outros temas que afetam o eleitorado e a Nação, e nós, que viemos para esta Casa com expressiva votação, precisamos discuti-los. Eu não gostaria de dar menores chances ao jovem da minha região, ao acabar com a possibilidade de o Estado se desenvolver, do que as que tem o jovem na Região Sul. Mas, quando tudo se igualar, sem dúvida o desenvolvimento se dará na Região Sul, mas não na Região Centro-Oeste.

Pernambuco, por exemplo, teve desenvolvimento espetacular só porque foram criados programas que incentivaram a industrialização naquele Estado. As indústrias instaladas nessas regiões visam atender os grandes centros de consumo, e os incentivos têm o fim de possibilitar o transporte de mercadorias para diversas localidades. Se não descentralizarmos o desenvolvimento no Brasil, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro cada vez mais serão alvo da violência e do crime. Se a população do interior tiver uma vida mais tranqüila, não vai pressionar as Capitais. Temos de olhar o assunto com seriedade.

Poderemos convocar os Secretários de Fazenda para discutir conosco esses temas específicos, de forma que possamos decidir se pretendemos selar dessa forma o futuro dos nossos jovens. Eu, particularmente, não pretendo fazer isso.

Gostaria que os paulistas, os mineiros e os paranaenses entendessem que em outras regiões há jovens com as mesmas expectativas que os de Estados mais desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Nobre Deputado Sandro Mabel, a questão dos incentivos fiscais foi amplamente debatida no plenário da Comissão Especial nas legislaturas anteriores e tenho certeza de que continuará sendo um tema muito envolvente.

Acredito que haveremos de chegar a um texto que não prejudique os Estados mais pobres da Federação. Pertença a uma região talvez mais necessitada que a de V.Exa., porque é menos industrializada e tem uma das menores rendas *per capita* do País.

A discussão será acalorada. Haverão de ser feitos muitos questionamentos em relação ao texto. Ele foi aprovado dessa forma, mas poderá vir a ser alterado, dependendo do que decidirmos no decorrer dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, a discussão de temas acalorados como esse independe do envio de proposição pelo Ministro An-

tônio Palocci. Para discutir os incentivos, por exemplo, devemos trazer pessoas para debatê-los conosco.

Não estive aqui na legislatura passada, mas na anterior acompanhei a elaboração da Lei Kandir, que em um de seus dispositivos resolvia o assunto num tapa só. Na época, eu era Vice-Líder do Governo e consegui, junto com os demais colegas, mudar aquela regra, que teria prejudicado todos os Estados.

Repito: por se tratar de tema acalorado, devemos discuti-lo desde já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com toda a certeza, avançaremos nisso.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um rápido comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, como eu disse, o Relator vai refletir sobre todas as opiniões, mas também vai expressar seus pontos de vista.

Nobre Deputado Sandro Mabel, entendo que devemos ter como ponto de partida, além do relatório, grandes objetivos fixados. Acabar com as diferenças fiscais seria um deles; outro seria a manutenção da Federação. Ou seja, não podemos criar um sistema tributário que faça tábula rasa do sistema federativo, até porque há diferenças entre os Estados.

Como candidato do PT votado na região nordeste de Minas Gerais, tenho imensa sensibilidade ao problema das diferenças regionais e à necessidade de incentivos, inclusive fiscais e tributários. A superação da guerra fiscal tem de estar de mãos dadas com a compreensão das diferenças regionais e da importância de indutores de desenvolvimento nas regiões mais necessitadas.

A resolução desse quebra-cabeças será um desafio, mas resolvê-lo é questão de princípio, senão de toda a Comissão, seguramente do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, agora é o momento de nos pronunciarmos a respeito da nossa Comissão.

O sistema presidencialista pressupõe que iniciativa da envergadura da reforma tributária deva ser tomada pelo Presidente da República. Gostaria muito que o País adotasse o regime parlamentarista sou parlamentarista e tenho lutado por esse regime anos a fio, mas enquanto isso não acontece, temos de aguardar que o Presidente da República tome a iniciativa, para depois agirmos.

Quanto ao princípio federativo, que nosso Relator acabou de declinar, a Constituição brasileira estabelece Estados e Municípios como entes federados.

É tradição em nosso País a imposição tributária da União, de Estados e Municípios, e a autonomia financeira e orçamentária nos três níveis de governo. Na verdade, num País de dimensões continentais isso tem suas vantagens, mas também desvantagens – não é essa a questão a ser discutida. O fundamental é que o Brasil, ao longo de décadas, conseguiu a proeza de ter o pior sistema tributário do mundo, em função de muitos problemas.

Na Assembléia Nacional Constituinte – eu era Secretário da Fazenda do Paraná à época –, os Secretários de Estado da Fazenda, com a força de Governadores e Prefeitos, conseguiram impor aos Constituintes solidários mudanças favoráveis aos Estados e Municípios: a retirada dos antigos cinco impostos únicos, que saíram da União e passaram para a base tributária do ICMS; o aumento da participação dos Estados e Municípios no Imposto de Renda e no IPI, que passou de 32% para 47% e 57%, respectivamente – criou-se um fundo constitucional de compensação pelas perdas nas exportações, com 10% do IPI; e tantas outras questões importantes, como o adicional do Imposto de Renda para os Estados.

O que aconteceu nos anos seguintes? A União, ao perder recursos e ao manter seu nível de despesas, foi em busca de novas receitas. E, para fugir da partilha do Imposto de Renda e do IPI, que deveriam ser os dois grandes impostos federais, começou a sobrecarregar o sistema tributário com novos tributos. Foi criada a CPMF; a COFINS, que era algo insignificante e tornou-se um tributo gigantesco; o PIS, que é dos trabalhadores mas tem papel gigantesco na arrecadação, e outros.

Então, o sistema é contra a produção, portanto, contra o trabalhador, porque gera desemprego e estabelece o caos, no que se refere à competitividade das empresas brasileiras. Toda essa carga tributária maluca vai formar preços, principalmente de bens de consumo da grande massa de trabalhadores.

Na verdade, os 35% da arrecadação do PIB situam o Brasil entre os países que mais arrecadam no mundo. Entretanto, em virtude da sonegação, dos incentivos fiscais, da elisão e da corrupção do sistema, devemos ter hoje carga tributária legal de mais de 55% do PIB. Devemos perder 20% do PIB em incentivos fiscais, sonegação e elisão.

O grande problema do Brasil é a competitividade, e isso influi nos sistemas tributário, previdenciário e trabalhista.

O Brasil sempre teve muita simpatia pelos modelos tributário, previdenciário e trabalhista europeus, como sempre teve admiração pelo desenvolvimento dos Estados Unidos. Na Europa, a questão trabalhista e a previdenciária têm peso maior; nos Estados Unidos, menor. No entanto, os Estados Unidos são o país que mais cresce no mundo.

Estamos numa encruzilhada. Ou vamos nos associar à União Européia ou à ALCA, da qual fazem parte Estados Unidos, Canadá, México e outros países da América. Pessoalmente, entendo que o modelo sugerido pelo Deputado Mussa Demes, que vem da Comissão de Reforma Tributária, é muito parecido com o europeu.

Os modelos europeu e americano diferem quanto ao IVA, que existe no primeiro. Os Estados Unidos adotam o imposto sobre vendas a varejo. No resto, quase tudo é igual: Imposto de Renda muito forte, chegando quase à metade da arrecadação americana e européia, imposto seletivo na origem e IVA ou Imposto de Vendas a Varejo. A contribuição previdenciária varia conforme o país: ora maior, ora menor. Sabe-se que quanto maior o tributo, maior o problema na formalização da mão-de-obra.

O Brasil, no tocante à contribuição previdenciária, também contraria a regra universal do cálculo atuarial. Previdência é expectativa de vida e contribuição. Digo isso com conhecimento de causa – e com dor, porque perdi muitos votos graças a essa bobagem –, para chegar ao óbvio: um país sério precisa de uma previdência séria. E previdência séria é cálculo atuarial, expectativa de vida e contribuição. Para ter direito a aposentadoria especial é preciso pagar uma conta maior. Então, paga-se a conta, mas se impõe aos pobres o custo, porque cada vez que se privilegia alguém de um setor A, B ou C, outro paga a conta – normalmente, o pobre coitado que ganha salário mínimo, não tem emprego e está embaixo na escala social.

Minha proposta concreta é que abramos portas e janelas e olhemos o mundo. Analisemos os cinco países europeus mais bem-sucedidos, os Estados Unidos, o Canadá e o México, façamos comparação entre o sistema por eles adotado e o nosso, a fim de descobrir como podemos aproximá-los, e realizemos as contas. Depois, basta saber do Governo de São Paulo, Estado que tem a maior arrecadação de ICMS, se aceitaria trocar esse imposto por outro seletivo e por uma parte do Imposto de Renda.

Estou pensando em voz alta, porque o assunto é do interesse de todo o Brasil, não apenas de um segmento. Se o PT e o Presidente Lula fizerem a reforma tributária aproximando nosso modelo desse sistema, eu lhes asseguro: o Brasil crescerá 5% ao ano, 3% a

mais do que o previsto, só em função da reforma tributária. Se acertar nas reformas previdenciária e trabalhista, vai crescer muito mesmo, o que vai assegurar aos companheiros um futuro político mais certo.

Mas há um senão. O Brasil é uma sociedade complexa. O Estado brasileiro é complexo, talvez tanto quanto o norte-americano e, certamente, um dos mais complexos do mundo. O funcionalismo público no Brasil, especialmente na esfera federal, elitizado e bem preparado, domina o Governo. O atual, pelo que estou sentindo nos seus dois meses e treze dias de atuação, já está dominado pela burocracia. Estou falando com o coração. V.Exas. me conhecem bem. Está dominado.

A questão tributária no Brasil é tão grave que não damos importância à quebra de empresas. Elas são questão de segurança nacional, porque geram emprego, receitas e impostos para o País. Cada empresa, por menor que seja, é uma unidade de interesse nacional.

Tem-se um contencioso hoje, algo em torno de 600 bilhões referentes à Receita Federal e à Previdência – isso apenas do Governo Federal junto ao empresariado e a pessoas físicas. Esse contencioso está-se purgando, porque não se recebe. Alguns dizem que se está recebendo 1,8 bilhão do REFIS e mais um pouco do parcelamento tradicional. Porém, o Governo Federal precisa da arrecadação mensal, do fluxo. Tem-se um estoque e um fluxo. Para se ter um fluxo saudável, tem-se que resolver o estoque e o contencioso. E o que é o contencioso? Na verdade, são dois: o administrativo e o judicial. O administrativo, em todas as instâncias, e aquilo que a Receita não alcançou ainda, isto é, o que vem sendo sonogado por aí fora. Se o pacto fiscal não for retroativo, como estabelece a Medida Provisória nº 66, aumentarão nossas dificuldades.

Falo com toda clareza. Um empresário tem uma microempresa que fatura 30 mil por mês, mas que vive enrolada há dez anos. Deve mais de 300 mil. Como ela vai pagar? Qual é a solução? Fechar a empresa e abrir outra? Mas é dele, é do coração dele. É a sua primeira empresa, o seu amor. Trago este caso porque já o havia discutido ontem com um colega, quando conversávamos a respeito de empreendimentos.

Sou Deputado, tenho meu nome e zelo por ele. Brigo pelas minhas causas e tenho minhas idéias. Os micro, pequenos e médios empresários fazem a mesma coisa. Se não compreendermos isso, não compreenderemos o Brasil.

A carga de 55% do PIB é impagável.

Vou dar o exemplo do Deputado Sandro Mabel, cuja família tem fábrica de bolachas há cinqüenta anos. Se eu também quiser montar uma, vou até a Prefeitura

do Município dele, consigo um terreno e um incentivo de dez anos em impostos municipais. Quer dizer, consigo um benefício fiscal. Vou ao BNDES, faço um financiamento de longo prazo e compro máquinas novas. Com esse sistema, quebro a outra fábrica. O que acontece? Ela começa a sonegar.

A conclusão da ópera é essa. O sistema é predatório. A economia de mercado no Brasil é uma fraude: todo mundo faz de conta que paga e que recebe, mas a competição é predatória. Ou se conserta isso, ou não se tem crescimento econômico.

Nosso grande erro até hoje foi não ter consertado esse sistema. As relações negociais precisam ter como base a lei da seriedade. E um sistema errado proporciona um contencioso que é a alegria de escritórios e de bancas que se enriquecem em todo o Brasil, porque, é claro, o sistema lhes favorece. Está nas nossas mãos, e não nas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS

– Sr. Presidente, serei rapidíssimo.

Concordo com as observações de V.Exa. e dos Deputados Virgílio Guimarães, Walter Feldman e Fernando Gabeira sobre ter uma visão um pouco mais abrangente da reforma, ou seja, acabar com a visão apenas fiscalista. Temos alguns teóricos aqui que pensam saber um pouco mais do que nós, mas acho que todos os Deputados são iguais.

Para se ter uma visão mais abrangente, mais holística e, ousou dizer, mais inteligente que a fiscalista, é preciso levar em conta a questão ecológica, como disse o Deputado Fernando Gabeira, e a situação dos Municípios, conforme alertou o Deputado Walter Feldman e assinalou o Relator em seu relatório.

Vamos cumprir nossa obrigação. Não precisamos mais ouvir ensinamentos. O Relator oficial da Comissão é o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Tem a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, também serei rápido.

Quero fazer uma brincadeira com o Deputado Luiz Carlos Haully. S.Exa. estava falando em bolacha, mas foi almoçar. Colocou a gente de castigo e se mandou, para não comer as bolachas do Deputado Sandro Mabel.

Sr. Presidente, todo mundo fala em reforma tributária, até os excluídos desse cenário da economia. Todos debatem o velho dilema de como reduzir a car-

ga tributária. Não há quem não tenha a idéia de fazer essa redução.

É óbvio que tivemos esse aprendizado, principalmente nesta Casa. Nenhum Governo, nem o do PT, quer deixar de aumentar sua capacidade de arrecadação. Portanto, para resolver essa equação, de um lado há os que desejam reduzir a carga tributária, e, de outro, os que pretendem manter os níveis de arrecadação.

Assim, teremos de chegar a uma equação que, na minha opinião, vai atingir uma área crítica, a chamada área tributável. Ou seja, para que essa equação dê certo, Sr. Relator, temos de alterar o atual estágio da tão propalada área de tributação.

Se quisermos reduzir a carga tributária e manter a arrecadação, precisaremos ampliar a área de tributação. Será preciso inserir no contexto de tributação setores até então beneficiados ou isentos. Portanto, voltamos ao velho debate sobre a sonegação. O Deputado Luiz Carlos Hauly bem descreveu a crueldade do sistema tributário.

O Congresso Nacional tem condições de promover esse debate. Todas as vezes em que debatemos qualquer tema, sejamos de situação ou de oposição, não queremos receber pacote pronto. Queremos, sim, construir uma proposta que se ajuste ao desejo da maioria desta Casa.

Ora, se é assim, também é natural, compreensível e correto que o Governo, por intermédio do Ministro da Fazenda, apresente sua proposta. É coerente que ele possa discutir todos os aspectos do problema e apresentar soluções para a construção de uma reforma tributária que talvez não seja a ideal, mas que caminhe no sentido de corrigir ou atenuar a crueldade aqui apontada por alguns Deputados. Acho que há acúmulo de impostos, sim.

Gostaria de ouvir nesta Comissão o Secretário-Adjunto do Ministério da Fazenda. À época do debate sobre a reforma tributária, ele era Secretário de Fazenda do Governo do Rio Grande do Sul e foi um dos expoentes da Frente dos Secretários, que debateu o polêmico ICMS. Portanto, poderia nos ajudar bastante, ao trazer sua experiência sobre esse explosivo tema.

O Deputado Sandro Mabel fez referência à guerra fiscal. Disse que naquela época não estava na Casa, mas vivenciou o problema.

O Governador Mário Covas tinha um posicionamento firme, duro, e, vale dizer, corretíssimo, nessa questão. Foi correta a intervenção do Governador àquela época em que assistimos a uma verdadeira guerra fiscal. O Governo, para atrair investimentos, cometeria verdadeiros atropelos tributários, e, de maneira incisiva, prejudicou Estados mais humildes como o Piauí – não costumo chamá-los de pobres porque pobre é

o diabo. Devemos discutir o assunto nesta Comissão e temos todas as condições para fazê-lo.

O traçado, a arquitetura – como disseram alguns –, o mosaico inicial da Comissão não serve mais. Vamos ter de inaugurar novos processos nesta Casa.

Há muito tempo participo de Comissões Temáticas na área de ciência e tecnologia, e começo a me questionar sobre o modelo de audiência pública que temos na Câmara dos Deputados. O convidado vem, fala por duas ou três horas, responde a trezentas perguntas diferentes e simplesmente vai embora.

Precisamos encontrar uma fórmula que nos permita eficiência no debate, até para que o próprio Relator e a Comissão saibam como extrair, com profundidade, contribuições para a construção do relatório. O mosaico é necessário, por exemplo, para definir sub-relatorias e Subcomissões a fim de debater alguns temas em separado e de juntá-los posteriormente.

É importante aproveitar experiências anteriores e analisar parâmetros de outros países, especialmente os europeus e o norte-americano. Precisamos debater a Área de Livre Comércio das Américas para estabelecer um relacionamento internacional, até porque não estamos isolados, como disse o Deputado Fernando Gabeira, com muita propriedade. Falamos muito em economia sustentável, mas não há como praticá-la sem entrar na seara do meio ambiente. Que impacto ela teria sobre a reforma tributária?

Sr. Presidente, noutro dia uma pessoa que tem um terreno em determinada cidade me fez a seguinte ponderação: ela não é estimulada a plantar absolutamente nada nesse terreno e acha que no dia em que plantar alguma coisa não poderá construir, porque não terá como derrubar. Assim, ela me perguntou se, do ponto de vista tributário, ela não poderia ser isenta do pagamento de tributos em relação à utilização dessa área durante certo período.

São elementos como esse – eu trouxe um exemplo muito simples – que devemos inserir na discussão. Como disse o Deputado Fernando Gabeira, as questões ecológica e ambiental, que envolvem a sustentabilidade econômica, devem ser discutidas nesta Comissão.

Por isso, é importante ouvirmos o Ministro Antônio Palocci. Não vejo nenhum problema nisso; acho até que deveria ser a primeira pessoa a ser ouvida. Vamos acabar com a impressão de que nós, do PT, não queremos que o Ministro Palocci venha à Comissão. Ele tem de vir, como veio o Ministro Berzoini à Comissão que discute a reforma da Previdência.

Deputado Virgílio Guimarães, é importante que o Ministro Antônio Palocci venha a esta Comissão e apresente a posição do Governo em relação à reforma tributária. Em seguida, podemos fazer outros debates.

Seria bom ouvir o Secretário de Estado, o Secretário-Adjunto, os segmentos econômicos, os juristas, os acadêmicos e os tributaristas, para evitar o terreno conflituoso das disputas judiciais. Vamos fazer isso? Creio que a experiência do Sr. Presidente da Comissão poderá nos ajudar muito.

Precisamos também de tempo para debater sobre o que pensa o Congresso Nacional acerca do modelo tributário. Como estimular o crescimento da arrecadação por meio da propalada redução da carga tributária? Todo mundo fala a respeito disso. Dizem que só no setor de telecomunicações se reduziram 41%. Como se faz isso? Simplesmente reduzindo? De onde virá a arrecadação? Não há almoço de graça. Quando alguém come, paga. Precisamos, sim, discutir o deslocamento desse pagamento.

A Comissão tem ferramentas e condições suficientes e, eu diria até, eficientes, para promover o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Walter Pinheiro.

Tem a palavra o último orador inscrito, o nobre Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Sr. Relator, serei breve.

Ouvi atentamente todas as manifestações. Eu diria que há uma diferença fundamental entre esta Comissão e as duas últimas que debateram a reforma tributária. Fui Deputado Estadual no período de 1995 a 1998, em Santa Catarina, quando acompanhei a discussão sobre o assunto. No último período, também a acompanhei, apesar de tê-lo feito de forma marginal, e presenciei o consenso a que chegamos. Na verdade, o relatório a que o Relator tão brilhantemente conseguiu chegar à época foi o consenso possível.

Como disse, há uma diferença fundamental entre o período que estamos vivendo agora e o anterior. Desta vez, o Executivo efetivamente quer a reforma tributária, mesmo que não seja a da sua vontade, mas há um movimento muito grande na sociedade no sentido de que não é mais possível protelar tal reforma nem continuar apenas ouvindo discursos.

O Deputado Sandro Mabel me dizia que no Brasil há três coisas que não se discutem: religião, futebol e reforma tributária. É impressionante: todo mundo deseja a reforma tributária, mas ela não acontece.

Lembro-me bem da nossa frustração ao aprovar o relatório na Comissão. Até hoje ele está na mesa da Presidência – aliás, esteve lá por quase dois anos. Isso frustrou muita gente. Lembro-me também da angústia do Deputado Germano Rigotto – hoje Governador do Rio Grande do Sul – , Presidente da Comissão àquela

época. Na verdade, não havia vontade de se aprovar a reforma tributária.

Creio que os grandes problemas nacionais estão sendo resolvidos. Foi inédita a reunião que o Presidente Lula promoveu com a presença de todos os Governadores, que levantaram a questão fundamental da reforma tributária.

Temos de definir logo nossa posição. Por quê? Porque a guerra fiscal, como observamos nos últimos tempos, fez com que todos perdessem. Concordo plenamente com o Deputado Walter Pinheiro. Lembro-me muito bem da atitude do já falecido Governador Mário Covas, que teve muita coragem, à época, de posicionar-se frontalmente contra a guerra fiscal.

Nós, do PT, sabemos o quanto custa adotar uma posição coerente. O ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, disse textualmente à Ford: “*Nós não vamos colocar 460 milhões de reais*” – que correspondiam a 460 milhões de dólares, pois a paridade era de um para um – “*na conta da Ford*”. O que fez o Governo Federal? Pagou a conta, porque aprovamos nesta Casa um incentivo para a Ford instalar-se na Bahia. Isso custou aos cofres da União 1 bilhão de reais em incentivos.

Hoje, há diversas empresas em situação difícil no meu Estado. Algumas precisam do socorro do BNDES. É estranho que alguns setores da mídia tentem desqualificar o Prof. Carlos Lessa por afirmar que o BNDES pode ser um hospital de empresas. O BNDES tem de ser, sim, um órgão que ajude as empresas a gerar empregos.

A guerra fiscal talvez seja um dos frutos mais terríveis da política praticada nos últimos anos, porque todos saíram prejudicados. Precisamos ter um Governo central que determine uma política de desenvolvimento regional com incentivos, sim, mas que não permita que Estados se ataquem de forma fratricida, pois todos perdem. Vejam o Estado do Paraná: hoje, diversas empresas lá instaladas, inclusive algumas multinacionais, quebraram, apesar de contarem com incentivo fiscal.

Sr. Presidente, esse será um dos primeiros acordos que teremos pela frente nesta Comissão. Temos posição muito clara contra a guerra fiscal, infelizmente já instalada em nosso Estado.

Fui informado de que, no próximo final de semana, os Secretários estaduais estarão reunidos em busca de consenso. Essa reunião é um dos frutos da reunião dos Governadores.

Com base nesse consenso, podemos fazer grandes acordos que contemplem as preocupações de Governadores e Prefeitos. Por exemplo: o ISS é o imposto principal? É o ITR? Desgraçadamente, não se cobra

quase nada. Tenho dados de 1998 que mostram que todo o ITR cobrado no País não chegou à metade do cobrado pela Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo. É uma vergonha! Está na hora de definir claramente se o ITR é ou não um imposto principal. Se o Prefeito for amigo de grandes fazendeiros, que ele, o Prefeito, seja cobrado por não ter arrecadado o imposto.

Por fim, Sr. Presidente, se quisermos efetivamente reduzir a carga tributária, temos de dizer claramente quem vai perder com essa redução. Alguns setores não podem mais pagar. Por exemplo: por que mais imposto sobre consumo? Os pobres não podem mais pagar. Outro exemplo: a classe média, que até dez anos atrás não reclamava muito, mas percebeu claramente que estava pagando muito Imposto de Renda e CPMF, também não pode mais ser cobrada. E as grandes fortunas? E o sistema financeiro? E aqueles que nunca pagaram impostos?

Essa discussão deve ser transparente, porque a sociedade brasileira tem o direito de saber que está pagando muito. Alguns não pagam nada ou pagam muito pouco.

Esta Comissão terá de saber, inclusive, com base nos números que a Receita pode nos fornecer, quem faz discurso a favor da reforma tributária, mas, na prática, tenta inviabilizá-la de todas as formas.

Em depoimento no Senado na terça-feira, o Ministro Antônio Palocci esclareceu, de certa forma, os cinco principais itens da reforma. Ela tem de ser efetivamente muito simples para que a elisão e as mil e uma formas de sonegação possam ser pelo menos reduzidas.

Tenho até brincado com os números. Se nos próximos quatro anos do primeiro mandato do Governo Lula conseguirmos reduzir em 30% a sonegação, a elisão e outras práticas que hoje tiram dinheiro da República, considero-me um cidadão feliz. Se fizermos com que os sonegadores paguem impostos, teremos condições de resolver todos os outros problemas sociais que nos afligem.

Acredito que a base para tais ações tem de ser o relatório de V.Exa., Sr. Relator. Talvez possamos, no final de semana, receber um sinal dos Secretários da Fazenda sobre o assunto.

Em alguns casos, a transição nos Estados é fundamental. A preocupação do Deputado Sandro Mabel é correta, até porque não há política de desenvolvimento regional. Ora, os Estados maiores acabam sendo valorizados, devido à política que durante cinqüenta anos manteve a siderurgia no Sudeste, levando para a região todos os incentivos.

Temos a obrigação de cobrar do Ministério da Integração Nacional do atual Governo uma política efe-

tiva, que não esvazie as diversas regiões brasileiras e não dê continuidade à política de privilegiamento das grandes metrópoles, o que, na verdade, vai prejudicar o Governo.

Se chegarmos a um acordo com os Governadores e os Prefeitos, boa parte do caminho estará trilhada. Há interesse dos grandes *lobbies* em inviabilizar a reforma, apesar do discurso favorável. Mediante esse acordo, fica mais fácil expor os setores que não querem a reforma tributária no Brasil.

Se chegarmos ao consenso o mais rápido possível, haverá a possibilidade concreta de votarmos a reforma tributária talvez neste primeiro trimestre. Vamos cooperar com o Relator e com o Presidente da Comissão, para não perder tempo com discussões passadas. Vamos buscar o consenso para não frustrar mais uma vez a sociedade brasileira, que há muito espera a reforma tributária – talvez a mais esperada de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Machado também pediu-me para se manifestar.

Solicito a S.Exa. que seja breve, porque temos de votar requerimento.

Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, como Deputado de primeiro mandato, desde o princípio manifestei à Liderança do meu partido o desejo de participar desta Comissão.

Como representante de pequeno Estado do sifrido Nordeste, tenho preocupações mais ou menos coincidentes com as do Deputado Sandro Mabel, do Estado de Goiás.

O Relator falou em reforma tributária justa e politicamente viável, que agregue. Uma reforma justa tem de procurar fundamentalmente diminuir as desigualdades sociais no País. Não podemos conviver com um nordeste, um centro-oeste e um norte pobres, enquanto temos um sul e um sudeste muito ricos. Esse assunto deve ser debatido. Não somos pobres por opção. Abrigamos hoje, na Região Nordeste, um terço da população brasileira, que representa mais de 50% do número de miseráveis no País.

Sr. Presidente, para terminar, concordo com a estratégia de audiência sugerida pelo Deputado Walter Feldman, de São Paulo. Acredito que esse é o caminho, ou seja, ouvir primeiro Ministros, depois, Secretários de Fazenda dos Estados, representantes do capital e do trabalho e, por fim, acadêmicos e tributaristas.

Faço um apelo aos membros desta Comissão, especialmente ao Presidente – nordestino como este Deputado que agora usa da palavra – para que procuremos priorizar fundamentalmente a reforma tributária.

Dessa forma, diminuiremos as desigualdades sociais que atrasam o desenvolvimento da Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Agradeço ao nobre Deputado Machado as palavras.

Temos de examinar ainda requerimentos de convocação e de convite a pessoas para se manifestarem junto ao grupo.

A Deputada Vanessa Grazziotin propõe que se convide meia dúzia de pessoas, o que imagino poderia atravancar um pouco a pauta. S.Exa. não se encontra presente.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Lupércio Ramos, aguarde um minuto. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa..

Conversei pessoalmente com a Deputada Vanessa Grazziotin, que me disse ficar satisfeita se pudéssemos, num primeiro momento, ouvir o Presidente da CIEAM.

Com a palavra o Deputado Lupércio Ramos, do Amazonas.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, uma vez que a Deputada Vanessa Grazziotin, da bancada do meu Estado, teve de viajar hoje, solicito a V.Exa. a retirada de pauta de todos os requerimentos de sua autoria. Dada a explicação do nosso Relator de que é possível a realização de audiências em alguns Estados ou em algumas regiões, proporei à Deputada Vanessa que façamos um debate na região amazônica, onde poderemos ouvir as pessoas que S.Exa. deseja convidar.

Assim sendo, peço a V.Exa. a retirada de pauta dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Se o grupo concordar, nós o faremos, até porque a Deputada Vanessa não está presente para definir a sua prioridade imediata.

Ouviremos a seguir o Deputado Ronaldo Vasconcellos, que também apresentou à Mesa alguns requerimentos. Pergunto a S.Exa. se podemos nos limitar a apenas um, neste primeiro momento, para que tenhamos oportunidade de pautar os nossos trabalhos não com celeridade, mas que possamos ouvir adequadamente as pessoas que se pretendem convidar. Quais seriam os convidados então, nobre Deputado Ronaldo?

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Sr. Presidente, como quero ajudar, concordo com a proposta de V.Exa. e deixo essa indicação inteiramente a seu critério e do Sr. Relator. Talvez seja interessante convidar a Senadora Marina Silva, ou o Ministro Wal-

frido Mares Guia, ou o Presidente da Associação Brasileira de Municípios, aliás conterrâneo do Deputado Luiz Carlos Hauly. Estou de acordo com a escolha de qualquer um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, faço uma breve sugestão, tendo em vista a observação do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Parece-me, dentre os requerimentos de S.Exa. – até pela dimensão que ganhou nesta semana o encontro dos Prefeitos – , pertinente convidar o Presidente da Associação Brasileira de Municípios para manifestar sua posição.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, sugiro que não seja convidado apenas o Presidente da ABM, porque existem várias entidades nacionais que representam os Municípios, como a Frente Nacional de Prefeitos e as Secretarias de Finanças das capitais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Só um minutinho, Deputado José Mentor.

Temos de nos ater aos requerimentos encaminhados à Mesa, e o único encaminhado até agora é para que se convide o Presidente da ABM. Assim, acho razoável fazermos o convite a S.Sa. e, na seqüência, convidarmos os outros Presidentes, como o Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Imagino que a Comissão queira ouvi-lo mais adiante.

Com a palavra o Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR – Sr. Presidente, faço uma ponderação em face da discussão de hoje. São contribuições de vários tipos, mas a incumbência do Sr. Relator é trazer proposta detalhada para esta Comissão. Deixo então a sugestão inicial de suspendermos, neste momento, a apreciação dos requerimentos e analisarmos os mesmos na próxima reunião. Dessa forma, talvez possamos acatar a sugestão de vários Deputados de convidar o Ministro Antônio Palocci para um primeiro encontro conosco. Esta é uma medida, creio, interessante, porque pode dar parâmetros à Comissão quanto à intenção do Governo, o que nos possibilita fazer uma cronologia dos convites a outras entidades.

Portanto, reitero aos Deputados o adiamento momentâneo da apreciação dos requerimentos e a aprovação do convite ao Ministro Palocci.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Creio que a sugestão do Deputado José Mentor é boa, pois

nos possibilita montar um cronograma. A minha preocupação é quanto ao fator tempo. Então, desejo saber se o Deputado aceita um adendo à sua proposta: o de retirarmos o requerimento de convocação do Ministro Antônio Palocci hoje como indicativo, do ponto de vista de trabalho, e acatarmos a sugestão de convidar uma entidade representativa dos Municípios, ou Secretários de Estados, ou acadêmicos, ou juristas. Essa seria basicamente a linha de audiências públicas que faríamos na Comissão, conforme sugerido pelo Deputado Walter Feldman e diversos outros.

V.Exa., Sr. Presidente, e o Sr. Relator também poderiam apresentar à Comissão, na próxima reunião, um calendário para aqui recebermos essas entidades. Como disse, poderiam ser Secretários ou entidades representativas, como a UNAFISCO, por exemplo, de acordo com proposta da Deputada Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Faço uma sugestão para talvez resolver esse impasse. Já solicitei ao Deputado Walter Feldman um contato com o Ministro Palocci para ver sua disponibilidade de tempo. Se S.Exa. se dispuser a vir na próxima semana, o assunto estará definitivamente resolvido. Caso sua agenda não permita, ficaríamos autorizados a trazer o Presidente da Associação Brasileira de Municípios. V.Exas. concordam?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito bem.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. e à Angélica – competente dirigente da sua equipe – , com base naquilo que foi dito hoje aqui sobre transparência, que se utilizem os famosos meios eletrônicos para informar a todo o País sobre o andamento dos trabalhos desta Comissão. Não sei se já foi ou não providenciado, mas sugiro a abertura de um canal eletrônico com toda a sociedade brasileira.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Para darmos celeridade, se o Deputado Ronaldo Vasconcellos o permitir, além da ABM, podemos convidar mais duas ou três entidades ligadas aos Municípios, como a Frente Parlamentar de Prefeitos, para realizarmos apenas uma audiência, porque o discurso será o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A experiência mostra, Deputado Sandro Mabel, que não é possível realizar audiências com muitas representações. Há interesse em ouvir todos os citados do grupo, mas na oportunidade não haverá tempo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

Ata da 3ª Reunião, Realizada em 20 Março de 2003.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e três, às dez horas e trinta e sete minutos, no Plenário 13, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Mussa Demes, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional. Compareceram os Srs. Deputados André Zacharow, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Eduardo Cadoca, Delfim Netto, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, João Leão, Jorge Bittar, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Machado, Mussa Demes, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Romel Anizio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Walter Feldman, Walter Pinheiro e Francisco Dornelles, titulares; Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Fernando Gabeira, Jaime Martins, Júlio César, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Roberto Pessoa, Vignatti, Wasny de Roure e Yeda Crusius, suplentes. Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Edmar Moreira, José Roberto Arruda, Marcelo Teixeira, Max Rosenmann, Narcio Rodrigues, Pauderney Avelino e Silas Câmara. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, declarou abertos os trabalhos. ATA – O Sr. Presidente colocou a ata em discussão e votação, sendo aprovada sem restrições. ORDEM DO DIA: Apreciação de requerimentos. O Sr. Presidente informou ao plenário que a Comissão havia convidado, para uma reunião de audiência pública, o Sr. José do Carmo Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Municípios, mas que a reunião fora cancelada, pela impossibilidade do expositor comparecer. Passando a ordem do dia, o Sr. Presidente, colocou em apreciação os seguintes requerimentos: *Requerimento nº 14*, do Deputado Walter Feldman, que “solicita seja convidado o Secretário de Estado da Fazenda da Bahia a comparecer a esta Comissão Especial, a

fim de prestar esclarecimentos sobre a reforma”; e, *Requerimento nº 18*, do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “solicita que seja convidado o Sr. Professor Doutor Ives Gandra Martins a comparecer a esta Comissão Especial, para participar de reunião de audiência pública a ser realizada por esta Comissão”. Submetendo as considerações de seus pares, fizeram uso da palavra os Srs. Deputados: Gerson Gabrielli, Renato Casagrande, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Walter Feldman, Romel Anizio, Paulo Afonso, Walter Pinheiro, Paulo Rubem Santiago, André Zacharow, Júlio Semeghini, José Militão, Eliseu Rezende, Eduardo Paes, Luiz Carlos Hauly e Sandro Mabel que discorrem sobre a metodologia de trabalho que a Comissão deveria adotar. O Relator salientou a necessidade da Comissão visitar alguns Estados da Federação, dando ênfase aos Estados de São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. O Deputado Wasny de Roure sugeriu a abertura de uma página na internet, para que a sociedade pudesse se manifestar. O Deputado Walter Pinheiro apresentou um roteiro para que a Comissão desenvolvesse seus trabalhos. O Sr. Presidente concordando com as exposições de seus pares passou a votação dos requerimentos 14 e 18 que foram aprovados sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a presente reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. antes convocou reunião para a próxima quinta-feira, dia 27 de março, às 10 horas. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Heloisa Pedrosa Diniz, Secretária-Substituta, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Declaro abertos os trabalhos da presente Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional, convocada para deliberação de requerimentos apresentados a esta Comissão.

Informo ao Plenário que convidamos o Presidente da Associação Brasileira de Municípios para dar uma palestra e discutir conosco a matéria, mas, infelizmente, S.Sa. não poderá comparecer. Contudo, tivemos hoje reunião muito longa e produtiva com o Sr. Ministro da Fazenda.

Sugiro que selecionemos dois palestrantes, dentre os inúmeros pedidos de convites, para que venham prestar esclarecimentos à Comissão. Dos vinte requerimentos que temos, gostaria de submeter à consideração dos companheiros dois que me parecem mais apropriados no momento em que começamos este trabalho.

Um deles é o requerimento de convocação do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, e também Presidente do CONFAZ, Sr. Albérico Mascarenhas. S.Sa. é o único remanescente do antigo grupo de Secretários de Fazenda no atual mandato. Eu o conheço bem. Foi de fato um dos que muito contribuíram com nossos trabalhos. É memória viva, entre os Secretários de Fazenda, da época em que elaboramos e acabamos por aprovar matéria na Comissão Especial. Esse é o primeiro nome que sugiro a V.Exas.. O requerimento é de autoria do Deputado Walter Feldman.

O outro requerimento é do Deputado Luiz Carlos Hauly, para que ouçamos um dos maiores especialistas brasileiros na matéria, o Prof. Ives Gandra Martins.

Podemos convidar os dois. Ouviríamos o primeiro na próxima semana e o segundo na semana seguinte.

Gostaria de ouvir o Plenário a esse respeito, se concorda, se tem alguma objeção, se prefere ouvir outra pessoa, para que possamos colocar em votação os requerimentos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, congratulo-me com V.Exa. Para começarmos nossos trabalhos, acho perfeita a sugestão. O Sr. Ives é um excelente especialista na matéria. E, se não recuperarmos a memória do CONFAZ, ela se perderá em decorrência das novas contribuições dos Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito obrigado, Deputado Gerson Gabrielli.

A Secretária desta Comissão lembra-me que preliminarmente coloque em votação a ata da reunião anterior, que foi distribuída aos companheiros.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, dou por aprovada a ata.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, temos vinte requerimentos, e V.Exa. está propondo o destaque de dois ou três. Para que avancemos na discussão com o Plenário, proponho que façamos algumas audiências em bloco.

V.Exa. sugere que ouçamos os Secretários de Fazenda Estaduais por intermédio do Presidente do CONFAZ. Acho importante ouvirmos a posição dos Estados. Podemos até convidar outros Secretários para que estejam aqui juntamente com o Presidente do CONFAZ. Temos solicitações para participação de diversas entidades. Então, sugiro que, em vez de apro-

varmos um ou outro requerimento, aproveamos uma estratégia de blocos de requerimento.

É melhor ouvirmos entidades nacionais. Não há justificativas para trazer entidades estaduais a estas audiências. Num dia, ouvimos entidades nacionais da indústria, do comércio, de serviços, da pequena e microempresa. No outro, ouvimos Secretários Estaduais, como apresentado por V.Exa.

Com relação à questão técnica, solicitou-se a presença de técnicos, o que já foi manifestado pelo Presidente; e um dia seria reservado aos Municípios. Se pegássemos três blocos de entidades e de técnicos, talvez pudéssemos contemplar grande parte dos requerimentos apresentados na pauta de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Alguém mais deseja se manifestar?

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a respeito deste assunto, quero repassar uma informação aos demais membros da Comissão e colher manifestações quanto a uma idéia – a qual já foi conversada – , que pode ajudar no debate em torno da audiência pública. Sugerimos a visita a alguns Estados, de maneira especial aos que apresentem maiores problemas, quer seja por perdas na mudança do sistema de cobrança, quer seja pela maior tradição de incentivos fiscais, quer seja por outra questão.

Exemplifico. Queremos muito ir a São Paulo, já conversei com o Deputado Walter Feldman; ao Amazonas, já conversei também com os Deputados daquele Estado; ao Mato Grosso, até para encontrar com o Governador Blairo Maggi, do qual já ouvimos hoje declarações; a Goiás; a Minas Gerais, que também tem problemas específicos de perdas, mas sem prejuízo de possíveis audiências públicas nas localidades. Poderiam ser audiências públicas ou reuniões de trabalho. O Deputado Mussa Demes tem grande experiência nessa área. Em alguns lugares, tem que haver reuniões de trabalho, com equipe técnica e a presença do Secretário da Fazenda e seus assessores. Aproveitando a visita, podemos realizar audiência pública com os segmentos, até para colher opiniões com especialistas. O Espírito Santo, Deputado Renato Casagrande, deve estar incluído nesse roteiro.

Essa é minha intenção, enquanto Relator. Evidentemente, isso seria estendido a toda a Comissão, aos Deputados que quiserem participar, mas não será obrigatório. Muitas vezes, quando se marca reunião da Comissão em determinado lugar, todos se sentem na obrigação de ir, mas não se trata disso. Seriam algumas visitas de trabalho e audiências públicas.

Peço que cada um reflita a respeito do assunto, para resolvermos o que será feito. No entanto, quem quiser poderá propor assuntos específicos. Procuraremos atender no que for possível.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Romel Anizio, V.Exa. é o terceiro inscrito. Quando chegar o momento, concederei a palavra a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, sugiro aos colegas Parlamentares que sejamos bastante objetivos em matéria de audiência pública. Naturalmente, o Relator e o Presidente, com a experiência acumulada de cada um, terão discernimento para ouvir os mais indicados. Acompanhei um trabalho feito por V.Exa., um tanto quanto de longe por não ter tido o privilégio de estar nesta Casa, mas houve ampla participação. Entretanto, idéias, contribuições e problemas novos deverão existir. Proponho que, independentemente do número de audiências, que elas sejam bastante objetivas.

Sr. Presidente, quero deixar uma sugestão: V.Exa. e o Relator podem abrir uma página na Internet, entrar em contato com os Secretários de Fazenda, e torná-la consulta pública – seja via Internet, seja via informações das entidades patronais de trabalhadores e dos Secretários da Fazenda – , o que pode ser estendido à própria sociedade para que se manifeste por meio desses canais. Simultaneamente a esse processo, haveria algumas audiências previamente planejadas para que pudéssemos maximizar nossos esforços – sem entender contudo que vamos redescobrir ou redesenhar a roda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, objetivamente, há muitos requerimentos na pauta para serem discutidos e eventualmente aprovados, mas me parece que a Comissão, além da sua organização formal, tem que ter agilidade na captação de informações, oriundas da sociedade, que surgem independentemente da nossa Comissão.

Fico relativamente incomodado quando ouço que existe um documento, um fórum, uma articulação dos Secretários de Fazenda do Brasil. Então, interessa-me saber, como Comissão, o que eles estão discutindo, quais os consensos, o que está sendo buscado lá. Interessa-me ouvir Ives Gandra Martins, porque é um dos melhores técnicos na área tributária do Brasil, ou

seja, se fatos novos acontecem no Brasil, o que Ives Gandra está pensando a respeito?

A ação da Comissão hoje, de ouvir de maneira informal o Ministro Palocci, foi brilhante. Então, já tenho uma idéia de viva voz do Ministro em relação ao que pensa o Governo Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da reforma tributária.

Cabe razão a todos os Deputados que querem adotar um sistema, uma metodologia. Até propus algo semelhante na reunião passada. Mas precisamos ter agilidade e ouvir rapidamente o que está sendo falado pelas figuras ou pelos fóruns mais importantes do Brasil.

Portanto, minha sugestão é que, neste momento, aproveemos esses dois requerimentos, convocando o Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e o Sr. Ives Gandra, mas que isso não nos impeça de elaborar cronograma um pouco mais extenso e de ter melhor organização.

Minha sugestão de encaminhamento neste momento é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Com a palavra o Deputado Romel Anizio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Sr. Presidente, nobre Relator, estamos desde 1995 discutindo sistema tributário nacional, ou seja, há quase 8 anos, praticamente, com algum interregno. Minha sugestão é que definamos um prazo para realizar nosso trabalho. É brilhante a idéia do Relator de ouvir todos os segmentos da sociedade brasileira, de fazer reuniões setoriais. Isso é importante, é fundamental, mas precisamos definir o tempo que temos para fazer essas reuniões. Acho que não adianta quereremos abranger todo mundo, se vamos gastar dois anos para ouvir. É praticamente impossível.

Temos que ouvir o básico, o fundamental no processo, o que foi feito na última Comissão de Reforma Tributária, da qual V.Exa. foi o Relator. Ouvimos o fundamental e conseguimos realmente extrair um relatório que praticamente atendia a 80% dos anseios da sociedade brasileira, nos Estados e nos Municípios. Então, temos de partir deste princípio: primeiro, define-se o tempo que vamos ter; buscamos ouvir segmentos responsáveis, para que nos dêem sustentação, subsídios a fim de que o nobre Relator faça um trabalho que atenda aos anseios da sociedade brasileira, senão no todo, mas pelo menos em parte, Sr. Presidente.

Era apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Afonso, quero comentar um pouco as intervenções formuladas.

O Deputado Virgílio Guimarães, na condição de Relator, sente necessidade – e eu também sentia naquela época – de viajar, de ouvir diversos segmentos da sociedade interessados na matéria, de conversar com Governadores, Secretários de Fazenda. Há problemas localizados, sabemos muito bem, especialmente em razão do sistema origem/destino de incentivos fiscais, para ser mais claro. E S.Exa. pode fazer isso, independentemente da marcação das nossas reuniões semanais. E é isso que deseja fazer. E, se quiser, pode também se fazer acompanhar de alguns companheiros que têm interesse. Por exemplo, o Deputado Sandro Mabel provavelmente vai ter interesse de ir com S.Exa. a Goiás; o Deputado Lupércio Ramos provavelmente terá interesse de ir à Zona Franca de Manaus.

Posso acompanhá-los ou não. Minha participação não é importante nem significativa, até porque sou apenas o Presidente e já conheço a maioria dos Estados; praticamente já visitei todos. O ex-Deputado Germano Rigotto também o fez naquela ocasião. Se houver conveniência ou algum convite, posso até acompanhar os companheiros que desejarem chegar aos Estados. Mas é fundamental, enquanto não dispusermos do texto – é bom lembrar que é muito difícil fazer reforma tributária só da nossa cabeça – , saber qual o pensamento formal do Poder Executivo para começar as discussões, ouvir os Estados interessados e saber como acham que a reforma deve ser feita. Evidentemente, cada um vai querer contemplar seu Estado, não temos dúvida. Mas o somatório de experiências vai dar ao Relator oportunidade de formar juízo próprio a respeito do texto que ele deverá apresentar como substitutivo. E é inevitável que isso também aconteça com a proposta do Poder Executivo quando ela aqui chegar.

A impressão que nos ficou, segundo conversa que mantivemos hoje com o Ministro Palocci, é que não deve demorar muito, até porque S.Exa. pretende fazer um texto mais enxuto e deixar que alguns problemas maiores e questões mais polêmicas possam ser discutidas, quem sabe até remetidas depois via infraconstitucional.

Dito isso, ouço o nobre Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, em primeiro lugar, não participei da reunião anterior, porque, até aquela data, meu partido, o PMDB, não havia ainda indicado nome algum para nossa participação nesta Comissão.

Como esse é um assunto que me interessa sobremaneira e no qual milito há muitos anos, quero expor brevemente aos colegas o seguinte: ainda estou me acostumando aos rituais da Câmara dos Deputados, como recém-chegado, e a toda uma sistemática, a pro-

cesso muito característico do Legislativo. Mas minha preocupação, semelhante à do Deputado do Distrito Federal que se pronunciou há pouco, é que sejamos objetivos. Vejo que assuntos relativos à questão tributária são discutidos há muitos anos.

Sr. Presidente, já foi aqui mencionado o trabalho, o qual há alguns dias ando lendo e relendo, à época realizado por V.Exa. na Comissão da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, cujo Presidente era o hoje Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Efetivamente, é importante trabalho do qual devemos nos valer nesta Comissão. Essa é minha opinião.

Do mesmo modo, ainda que considere importantes todas as audiências, não tenho, nobre Relator, expectativas muito diferentes com relação ao que vamos ouvir nessas conversas. Não vou imaginar que um Secretário de Fazenda de Estado – e fui Secretário de Fazenda – vá propor que se retirem receitas dos Estados; não posso imaginar que um Prefeito vá defender que se encolham as receitas municipais; não posso acreditar que a Federação das Indústrias venha aqui defender o aumento da carga tributária. Então, nesse ponto de vista, parece-me que não vamos ter surpresas.

Não sei se isso faz parte do ritual da Câmara ou não, mas na verdade precisamos ter decisões políticas. Já sabemos mais ou menos como é o sistema: temos noção do que é ICMS em âmbito estadual, do que seria o ICMS unificado e da possibilidade de se fundir o IPI, o ICMS, o ISS num único tributo. Temos idéia dos impostos das grandes fortunas e de como funcionam os impostos patrimoniais. Trata-se muito mais de decisão política do que de fazer algo.

Temos a proposta que virá do Governo. E entendi que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, tenha instalado estas Comissões para que produzamos alguma coisa. Então, neste momento, precisamos tomar decisões, colocá-las no papel e, em cima dele, com no mínimo algumas orientações e alguns nortes, discutir com as pessoas. Caso contrário, vamos ficar ouvindo de novo as mesmas situações.

Portanto, partindo do documento que foi fruto de muito estudo, muito debate; de outras propostas que já existem ou de um momento de trabalho efetivo na Comissão, proponho que se coloque tudo no papel e se decida, por exemplo, por um ICMS nacional, pela instituição do imposto sobre grandes fortunas ou pela desoneração dos produtos de consumo prioritário de baixa renda. Acho que assim começaremos a avançar.

Minha proposta, ainda que genérica, pois ainda não está efetivada, tem como objetivo oferecer ao

País proposta concreta de reforma tributária em prazo relativamente curto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Paulo Afonso. Apesar de V.Exa. ter sido eleito por Santa Catarina, é meu conterrâneo, nasceu no Piauí.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, estou preocupado porque já discutimos esse assunto na reunião passada. Vou revelar o motivo da minha angústia e da minha agonia. Temo que, se continuarmos assim, desestimularemos a vinda dos membros a esta Comissão.

O ponto de partida do trabalho atual pode ser aquele realizado anteriormente pela Comissão, para que assim começemos a colocar a mão na massa. Isso foi reafirmado por diversos Deputados experientes, inclusive pelos novatos com experiências anteriores.

Acho que a Comissão pode definir roteiro mínimo para começar a funcionar imediatamente. Se há disposição de se visitar as regiões, podemos compor Subcomissões regionais – com o Presidente, o Relator e diversos membros da Comissão – , encarregadas de fazer a coleta do material nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, trazendo-o para cá, e podendo agregar-se até a proposta do Deputado Wasny de Roure.

Na realidade, acho que podemos abrir essa discussão ao público. Assim, todos teriam oportunidade de enviar sugestões. A Comissão designa um corpo técnico para acolher, comparar, compatibilizar as sugestões e distribuí-las para que todos tomem conhecimento.

Como propôs o Deputado Walter Feldman na reunião passada, a questão dos cinco já ficou mais ou menos acertada. Vamos convidar o fórum de Secretários, tributaristas, acadêmicos – poderíamos convidar o Sr. Ives Gandra, como sugeriu o Deputado Walter Feldman – e empresários, para falarem de sua angústia e dos seus problemas, e um representante internacional para relatar sua experiência, a fim de sabermos como esse assunto é tratado nos diversos países.

Podemos abrir os debates na Comissão a partir desses quatro pontos. Mas precisamos começar os trabalhos a partir da experiência que temos aqui e do anúncio que o Ministro fez hoje de enviar o material para ser apreciado pela Comissão. Estamos ávidos para trocar essas informações e começar a montar nosso mosaico de trabalho.

Não estou menosprezando os requerimentos, mas podemos seguir a linha que vários membros da Comissão sugeriram. Em seguida, passaríamos à se-

gunda bateria de audiências, para verificar as experiências e as propostas dos auditores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Walter Pinheiro. Oportunamente, quando a lista de inscrição se completar, atentaremos para a observação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, prezado Relator, Deputado Virgílio Guimarães, Sras. e Srs. Deputados, sucintamente, insisto nas observações que fizemos na reunião passada. E já vou eliminar a primeira etapa, fechando-a com as palavras do companheiro Walter Pinheiro e tomando a liberdade de batizá-la com o nome de rodada institucional.

Temos abertura para ouvir, aqui e nos Estados, representantes de vários agentes econômicos e especialistas nas questões fiscais e tributárias. Mas, se prolongarmos este debate, não conseguiremos chegar a uma proposta enxuta e objetiva no prazo que temos para o trabalho desta Comissão. O Ministro Antonio Palocci disse da expectativa do Governo Federal, tanto na etapa constitucional como na de legislação que virá em seguida.

Da primeira rodada participariam, como disse o Deputado Walter Pinheiro, representantes de Municípios, Secretários de Fazenda, e eu acrescentaria a estrutura federal, a Secretaria do Tesouro, com seus respectivos procuradores, porque boa parte da ineficiência da arrecadação tributária dos Estados e Municípios não é resultado da injustiça fiscal nem da complexidade da legislação tributária, mas da ineficiência da estrutura dos entes públicos, das suas Procuradorias, que, em muitos casos, deixam prescrever processos de execução fiscal. Há casos escandalosos e conhecidos no Brasil.

A partir da rodada institucional, acredito que será fundamental ouvirmos a representação do Poder Judiciário. Por que argumento dessa forma? Com todo nosso empenho para discutir esta matéria e dos consensos que esta Casa produziu sob a coordenação de V.Exa., às vezes, pensamos que estamos criando a mais objetiva, eficiente e enxuta norma tributária. Já ouvimos depoimentos de juizes de Varas da Fazenda Pública questionando como o Poder Legislativo cria leis ou normas tributárias que facilitam sobremaneira a elisão fiscal, perguntando o que se espera do Poder Judiciário na defesa da receita pública quando nós, os legisladores, por várias razões, assim agimos.

Creio que será igualmente importante ouvirmos o Poder Judiciário, a representação das Varas da Fazenda Pública, sobretudo do Supremo Tribunal Federal.

Hoje, é a Casa onde se dão os embates, os desentendimentos entre as Unidades da Federação no tocante à guerra fiscal. Não há hoje praticamente nenhum Estado da Federação, que, sentindo-se ameaçado por benefícios fiscais concedidos por seus vizinhos, não tenha recorrido ao STF, quase sempre ganhando, em princípio, as liminares para inutilizar normas individuais que Estados têm concedido.

Após essa rodada institucional, além do Poder Judiciário, precisamos ouvir a representação da máquina fazendária. Por melhor que seja a norma tributária, quem vai executá-la e assim prover o Poder Público de sua arrecadação é o pessoal fazendário, da Receita Federal dos Estados, máquinas que consomem grande soma de recursos das despesas públicas na categoria de pessoal, de investimentos informatizados, da modernização de postos, da estrutura de arrecadação. Eles precisam ser ouvidos até para nos dizer que legislação devemos fazer que lhes assegure eficiência na arrecadação fiscal para a União, os Estados e os Municípios.

Não podemos pensar na modernização e na eficácia da norma tributária sem ouvirmos também a representação fazendária. Após essa rodada institucional, passaríamos aos debates específicos. Desde já, destacaria, sem prejuízo de outras temáticas – contribuições e área financeira –, a discussão do ICMS, da tributação na origem e no destino, dos incentivos e da guerra fiscal.

Lembro que a década que fez com que surgissem os agressivos programas de incentivos fiscais nos Estados da Federação foi, coincidentemente, a década do esvaziamento das políticas federais de desenvolvimento regional. Os Governadores se questionavam o que fariam no Conselho Deliberativo da SUDENE, se era muito mais ágil, fácil e eficaz oferecer incentivos fiscais estaduais. Daí, a política de desenvolvimento regional acabou, com todas suas conseqüências. Lamentavelmente, nenhum Estado apresentou até hoje à Federação relatório claro, convincente, de auditoria sobre seus programas de incentivos fiscais.

Depois da rodada institucional – Municípios, Fazendas Estaduais e Procuradorias e a esfera fazendária federal, Poder Judiciário, representação da máquina fazendária, dos operadores da norma tributária –, temos os temas específicos. E, aí, reforço a discussão dos impostos estaduais, até porque são indiretos.

Esta Comissão pode, de uma vez por todas, separar o que é tributação direta da indireta, evitando os riscos de aprovarmos boa norma, mas não, junto a ela, o sistema de proteção do tributo para que ele não seja desviado da finalidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Zacharow.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – Sr.

Presidente, apresentei requerimento, item 18, para que fosse ouvido o Sr. Secretário de Fazenda do Paraná, a exemplo da Bahia. O Secretário exerce o cargo pela segunda vez, foi Procurador-Geral do Município de Curitiba e Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Pela importância do Estado e sua estrutura econômica de grande produtor/exportador de cereais, 25% dos grãos do Brasil, e também exportador de energia, poderá muito contribuir para nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Colocaremos em votação o requerimento. É importante ouvir o Secretário de Fazenda do Paraná pelo que o Estado significa e também pela situação de incentivos fiscais que vem se utilizando nos últimos anos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr.

Presidente, as intervenções de V.Exa. e do Deputado Walter Pinheiro vêm bem na linha de meu pronunciamento. Os dois requerimentos são imprescindíveis, e sua intervenção veio em boa hora. Só quero fazer algumas correções.

S.Exa. disse que o Relator tem que começar a fazer visitas aos Estados. Acho importante, porque grande parte dos Governadores foram substituídos, o que é ponto forte na decisão para avançarmos na reforma tributária. A proposta do Relator é importante. São Paulo está esperando e vamos nos preparar. A estratégia de como visitar os Estados foi bem abordada. São pontos que poderão causar problema na reforma, e os mais importantes, polêmicos, devem ser debatidos.

Sr. Presidente, V.Exa. teve papel fundamental na construção do documento realizado pela Câmara dos Deputados, principalmente com suas visitas. Foi muito importante para o debate sua presença, principalmente nos pontos mais difíceis e polêmicos de discussão.

Devemos discutir e achar uma metodologia. Todos estão abordando temas claros. O pessoal tem insistido que já temos um trabalho pronto e quer votar. Na verdade, estamos aguardando proposta do Governo, e temos, sim, um trabalho bem construído. Mas não podemos desprezar a sociedade, que está com vontade de participar.

É interessante a proposta feita aqui de ouvir entidades nacionais, a estratégia que o Deputado Walter Pinheiro abordou de definir alguns pontos ou os fóruns de Secretários propostos pelo Deputado Walter Feldman – já está aqui o primeiro Secretário, que foi Presidente do maior encontro da Bahia – , mas não

podemos esquecer que as entidades mudaram e querem participar.

A Internet é, no mundo de hoje, muito simples e dinâmica e pode ser instalada, como já foi, numa espécie de audiência pública para colher sugestões, até porque não vamos ter tempo. A proposta do Deputado Wasny de Roure sobre a Internet é importante.

Podemos encontrar uma soma de tudo isso. O Deputado Walter Pinheiro fez bom resumo, separando alguns grupos para exaurirmos o assunto, sem ficarmos chamando um ou outro, mas para, quando trouxermos representantes da sociedade, debatermos.

O encaminhamento que V.Exa. está fazendo é importante. Não devemos nos prender ao que já foi feito, porque se trata de nova Comissão, de um novo momento em que o Brasil vive, de um novo Presidente da República, de novos Governadores. Temos que ganhar esse tempo para encaminharmos.

Volto a insistir que, em algumas viagens, acho importante que o Presidente vá com o Relator, porque tenho certeza de que S.Exas. vão nos ajudar com o que precisa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Sou muito grato à manifestação do Deputado Julio Semeghini. Não estou me furtando, apenas disse que não quero ser uma sombra para o Relator. Como Presidente, quero contribuir e colaborar. Se o Relator achar que devo, irei a qualquer Estado. Por enquanto, S.Exa. não está sabendo, mas não vai dar conta dos convites que receberá.

Obrigado, Deputado Julio Semeghini. Farei uma observação depois de ouvir o último orador inscrito, Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, parece-me que isso já está consolidado. O Relator Virgílio Guimarães tem razão em fazer essas viagens.

Quero sugerir que as reuniões da Comissão sejam feitas às terça-feiras à tarde, e as reuniões nos Estados, quintas e sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) –

Colocaremos a matéria para apreciação do Plenário.

Concedo a palavra Eliseu Resende.

O SR. DEPUTADO ELISEU RESENDE – Sr. Presidente, havia pedido a palavra, mas, segundo a linha de ganho de objetividade, vi que vários Parlamentares já tocaram no assunto.

Quero lembrar a V.Exa. que tivemos durante todo este tempo discutindo a reforma tributária; chegamos a ter até reuniões sem *quorum*, dada a proliferação de audiências públicas, de convites àqueles que sentiam que poderiam dar contribuição.

Dentro da linha de velocidade na tramitação desta matéria, pedida pelo próprio Governo, já que tivemos ocasião de ouvir exaustivamente tantas manifestações nos últimos anos sobre reforma tributária, devemos ganhar muita objetividade nas audiências públicas. Vi a solicitação de audiências públicas, o que me trouxe certa dose de preocupação. A questão de visita aos Estados é importante, porque se ganha objetividade; não há perda de tempo dos membros da Comissão. As Subcomissões podem visitar os Estados e a conversa será com o Governador, com o Secretário de Fazenda, com a Federação da Indústria local. Será um ganho da Comissão. Agora, se estendermos nossa lista de convites a tantos quantos desejam fazer exposição, vamos nos perder no tempo, talvez na objetividade.

Fiquei impressionado hoje com a reunião que tivemos com o Ministro Palocci no café da manhã. Entendemos que S.Exa. trouxe questões fundamentais, importantes, no sentido da simplificação da mensagem da reforma constitucional, tentando fazer uma dicotomia entre o que é, constitucionalmente falando, matéria adequada e o que é a legislação da infra-estrutura constitucional. É um ganho importante. Fico até um pouco preocupado com esse mecanismo. Já fiz a primeira pergunta a V.Exa. de como é possível separar, de que forma será feito. Sem dúvida nenhuma, trata-se de contribuição importante. O Ministro Palocci é da filosofia cartesiana, de dividir as grandes complexidades nas mais simples por intermédio de dicotomia de tratamento de matérias.

Assim, existe, no caso do ICMS – a grande discussão na reforma tributária –, a questão da unificação das alíquotas e da situação origem/destino. Já temos uma reforma tributária pronta na área de combustíveis. Precisamos avançar um pouco, e temos discutido a respeito com V.Exa., na legislação infraconstitucional de matéria em que já há aprovação constitucional da alíquota única e da aplicação do destino, com toda a eliminação das conseqüências danosas do passeio molecular dos combustíveis no Brasil. Devemos preparar a legislação infraconstitucional pendente de regulamentação, a PEC nº 33, que mudou o art. 177 da Constituição e o art. 155, que trata do ICMS. Se pudermos cuidar dessa matéria, resolvendo essa questão cartesianamente num tipo de produto, que é o mais importante no ICMS da arrecadação dos Estados, teremos dado grande contribuição para a análise mais cartesiana da reforma tributária, estabelecendo paradigma que possa ser estendido a todos os produtos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, só para fazer coro com o Deputado Eliseu Resende.

Lembro, Deputado Eliseu Resende, que, na primeira Comissão, nossa tendência era sempre contestar qualquer movimento de mudança no sistema tributário que não passasse por aquela Comissão. A questão dos combustíveis era naquele momento o exemplo mais relevante e importante. Como a Comissão não andou, avançou-se na reforma constitucional em relação ao setor dos combustíveis.

V.Exa. está absolutamente correto. Deveríamos imediatamente iniciar a discussão e a avaliação da legislação infraconstitucional; talvez esse seja o modelo, até porque vai acontecer depois com o ICMS, como um todo, e com o novo IVA. Além do que a não-regulamentação, a não-definição dessa legislação infraconstitucional continua gerando problemas para a arrecadação brasileira. Quer dizer, a sonegação, os problemas existentes antes da aprovação da reforma constitucional, no caso dos combustíveis, continuam.

Portanto, quero fazer coro com o Deputado Eliseu Resende para que avancemos na legislação infraconstitucional acerca dos combustíveis, com debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, abordei na reunião anterior questão fundamental. Temos União, Estados e Municípios, empresários, trabalhadores no contexto brasileiro, mas há outro componente, o internacional.

No último fórum interparlamentar das Américas, fizemos um seminário de dois dias. Não consegui, por meio dos convidados, atingir o objetivo que eu desejava de trazer o modelo tributário dos países das Américas para fazer a comparação do sistema tributário de cada um.

Precisamos achar, e estou convocando os colegas, alguém especializado no assunto, seja da Casa, dos Ministérios ou das embaixadas, para fazer uma exposição. Precisamos conhecer as contribuições e a carga tributária da União, dos Estados e Municípios dos Estados Unidos da América, da França, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Itália, para discutir o modelo e sistema desses países. Vamos ver quais os impostos, as contribuições fiscais e a carga tributária do modelo americano e europeu. De que maneira? Diretamente no salário, nas rendas de qualquer natureza, no consumo, nas empresas. Feito isso, vamos poder elaborar, à luz do que conhecemos do sistema brasileiro, nossa proposta.

O que desejo fazer? Temos de nos harmonizar com o sistema tributário vigente no mundo. Tudo o que fizemos nos últimos anos foi nos distanciar dos dois modelos. Para se ter aproximação, é preciso conhecer o modelo deles: o sistema e a carga tributária.

Estou raciocinando em voz alta. Se alguém tiver sugestão, depois da reunião, poderemos discuti-la. Faremos isso não aqui, mas em separado, e posteriormente traremos a contribuição resumida para a Comissão, a fim de que um grupo de Parlamentares sobre ela se apliquem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Vamos então fazer um resumo do que o Relator e eu ouvimos das propostas até agora apresentadas. Vou começar pelas propostas dos Deputados Wasny de Roure, Walter Pinheiro e Paulo Rubem Santiago. Entendo também que é da maior importância tomarmos algumas providências no sentido de motivar a sociedade civil organizada a participar deste debate, tal qual fizemos no passado.

Recordo-me de que, quando produzi o texto que acabou servindo de esqueleto para o texto definitivo que aqui foi votado, nós o colocamos na Internet, à disposição de todas as pessoas, e recebemos volume muito grande de contribuições, muitas da maior utilidade e incorporadas ao nosso texto.

Portanto, esse trabalho deverá ser coordenado e conduzido pelo Relator. Ele poderá colocá-lo na Internet para recolher sugestões, só que, por enquanto, terá de fazê-lo em cima de um texto que não existe. Não podemos dizer com segurança que a proposta que aprovamos na Comissão Especial será o texto que o Ministro da Fazenda vai nos encaminhar, mas poderemos colher sugestões sobre uma série de assuntos. As pessoas vão se manifestar sobre guerra fiscal, situação origem/destino, tributação de combustíveis, sonegação. Enfim, essas manifestações poderão ser utilizadas com esse objetivo.

Quanto às nossas reuniões, o Deputado José Militão propõe que as façamos às terças-feiras. Isso só será possível se for na parte da manhã e se todos se comprometerem a vir pela manhã, porque me parece praticamente impossível obtermos êxito se marcarmos reunião para as 14h30min, pois ninguém vai chegar aqui nesse horário. Normalmente, saímos daqui depois do meio-dia. Como vamos almoçar, chegaremos por volta de 15h, 15h30min. Nesse horário, embora não tenha acontecido realmente, já se dará formalmente o início da Ordem do Dia, com a matéria que vai ser colocada em votação. Se o grupo achar conveniente, podemos fazer isso. Nada impede, entretanto, que excepcionalmente façamos reunião às terças-feiras e mantenhamos

as de quintas-feiras. Deixo à consideração do grupo a proposta do Deputado José Militão.

O Deputado Virgílio Guimarães, na condição de Relator – acho que há consenso no grupo –, deve viajar realmente. Eu me disponho a acompanhá-lo tantas vezes for necessário e para os Estados onde existir interesse na minha presença. Acho também que qualquer companheiro da Comissão poderá ir. Fizemos isso no trabalho anterior. Muitas vezes eu me fazia acompanhar de Parlamentares que também desejavam ir, e a participação deles foi muito importante. O fundamental é trabalharmos em grupo.

Esta Comissão acabou aprovando nosso substitutivo por trinta e cinco votos a um porque o projeto não era do Relator, mas da própria Comissão. Todos os assuntos foram discutidos aqui. Houve participação efetiva de todo o grupo. Confesso-lhes que houve Deputado que tinha pouca intimidade com a matéria ao chegar aqui, mas saiu em condições de fazer palestras nos Estados. Isso nos deixou profundamente gratificados, porque sentimos que aquela participação deu condições a todos de formarem juízo a respeito do texto e permitiu sua aprovação de forma esmagadora e consagrada para a equipe da Legislatura passada.

O Deputado José Militão chama a atenção para o único voto contrário que tivemos, de natureza puramente conceitual.

O Deputado Marcos Cintra propunha a introdução no País do chamado Imposto Único, que, pelo que ouvimos hoje do Ministro Antonio Palocci, é algo simplesmente impossível de acontecer, porque, para se arrecadar 240 milhões de reais, precisamos da alíquota de 2.0 na entrada, 2.0 na saída, ou seja, 4.0. O Ministro acha que mais do que 0,39 simplesmente quebra os bancos, como aconteceu na Argentina e como esteve muito próximo de acontecer no País. É inevitável que haja fuga generalizada no sentido bancário na medida em que, numa economia sem inflação, não é razoável que alguém ponha seu dinheiro no banco e, em vez de receber compensação por ele, perca 4% do que depositou.

Muito bem, essa proposta dificilmente seria acolhida aqui. Gostaria de sugerir, antes de passar a palavra ao Deputado Virgílio, ao grupo, o seguinte: vamos ter de ouvir os segmentos a que nos referimos há pouco. Temos vinte pedidos. É impossível que ouçamos todas essas pessoas, especialmente porque não dá para ouvir uma ou duas a cada semana sem comprometer o tempo maior de trabalho da Comissão.

Quero sugerir que, enquanto não chegar a proposta do Governo, a qual nos debruçaremos objetivamente, trabalhemos em cima de temas, como propôs o Deputado Paulo Rubem. Por exemplo, as questões

que suscitam maior polêmica nesta Casa são o sistema origem/destino, a guerra fiscal, as formas de combate à sonegação que poderiam ser discutidas, a elisão fiscal, como lembra o Deputado Carlito Merss. Esses são temas que podem ser apresentados ao Plenário para serem discutidos. Quem sabe haveria contribuição a ser dada. Se não vierem no texto do Poder Executivo, podemos até tentar incorporá-los, porque o Ministro Antonio Palocci, que foi muito franco, disse que a proposta do Poder Executivo não é a definitiva. S.Exa. quer mandar o que é consensual no momento e pede que acrescentemos ou não alguma coisa a mais dentro da discussão que faremos nesta Casa. Naturalmente, dentro do que S.Exa. venha a encaminhar, é possível que venhamos a recusar alguma coisa ali contida.

Concluindo, antes de passar a palavra pela ordem ao Deputado Sandro Mabel e ao Deputado Paulo Afonso, gostaria de ouvir o Relator a respeito disso. Aliás, S.Exa. ainda não teve oportunidade de se manifestar a respeito do que discutimos até agora, justamente a parte mais importante deste trabalho.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –

Recebo essas manifestações de reconhecimento do amigo Mussa Demes, nosso sol nesta Comissão. Para aqueles que não sabem, eu o acompanho há 17 anos. É o décimo-sétimo ano que estou ao lado do Deputado Mussa Demes, desde os idos de 1987. Não é verdade, Deputado? Era seu aprendiz. São 17 anos. Aprendendo com S.Exa. na mesma Subcomissão. Nós dois somos colegas da Subcomissão de Tributos e Orçamento, aliás, uma boa idéia, os mesmos que lidam com a arrecadação podem organizar as despesas. Então, somos colegas há muito tempo e não é nenhuma falsa homenagem, Deputado. Temos uma peça inicial, o relatório que foi votado. Podemos perfeitamente começar a receber sugestões nacionais em torno do que está contido ali, até mesmo para aperfeiçoá-lo, para discordar daquilo que evidentemente o noticiário está mostrando.

Mas nossa discussão hoje é sobre procedimentos. Quero afirmar – para que fique mais claro – que acredito ser essa metodologia a mais rápida. Disponho-me a viajar, primeiramente, porque é necessário e também porque mais tarde isso resultará em economia processual para a Comissão. Essas idas aos Estados são importantes para fazer o trabalho político, para acertar pontos da reforma tributária. Mas isso também cria espaço, e quero dizer isso a todos os companheiros da Comissão, para eventualmente mobilizarmos os segmentos que representam, os especialistas que o Estado tem para opinar, para fazer um evento, sem necessidade de estender demais a

duração das audiências públicas, centralizadas e nacionais, como as daqui.

Então, parece-me que, com essa metodologia, economizaremos em audiências públicas – como vários Deputados se posicionaram aqui, inclusive o Presidente da nossa Comissão Permanente, o Sr. Deputado Eliseu Resende. Poderíamos realizar uma ou várias audiências no Estado de Minas Gerais. Temos lá no Triângulo Mineiro a questão do Fundo Centro-Oeste. Os Srs. Deputados mineiros querem ouvir uma série de segmentos. São todos importantes. Poderíamos fazer uma bela audiência pública no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo algum. Ao Estado de São Paulo, teremos de ir várias vezes, pois além de ouvir o Governo, teremos de ouvir entidades.

Então, creio que essa é uma maneira do Relator fazer importantes contatos para a relatoria e também uma forma de cada um, no espaço que conhece, trazer segmentos que achar relevantes, a fim de que possamos realizar audiências públicas locais, mas de repercussão nacional.

Inicialmente, tinha pensado em fazer uma visita mais técnica ao Estado de São Paulo, onde me parece haver a questão maior. É um problema para o Relator. Talvez façamos uma viagem a São Paulo, uma visita ao Governo. Inclusive, hoje conversei com o Sr. Deputado Delfim Netto sobre isso. S.Exa. tem agendada uma viagem para o Nordeste, mas me disse estar solidário a essa questão. Peço, então, a cooperação dos três Srs. Deputados paulistas. Depois, poderemos fazer uma audiência pública no Estado de São Paulo. Sem nenhum problema. Creio que, pela grande expressão de São Paulo, terá de ser algo mais corriqueiro.

Temos seis Deputados do Estado de Minas Gerais. Há a questão mineral. Podemos discutir o imposto sobre minerais em Minas. Se for o caso, traremos o assunto para Brasília. Quanto à questão da Zona Franca, ela já está estabelecida.

Não temos nenhum Deputado do Estado do Mato Grosso nesta Comissão, mas é um Estado que precisa ser visitado. Talvez haja na Comissão do Deputado Eliseu Resende.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Quero dizer que o Centro-Oeste tem uma Frente Parlamentar, representada aqui por este amador de muita vontade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Como o Estado de Goiás também está incluído, gostaria, então, de contar com V.Exa. no sentido de organizarmos um evento regional para discutirmos essas questões.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –

Então, insisto que isso será no sentido de economia processual, e não de ter de esgotar os assuntos para começarmos a trabalhar. Serão coisas simultâneas. Podemos realizar as audiências numa segunda-feira, sexta-feira ou, eventualmente, num fim de semana – no dia que for melhor para termos maior repercussão no Estado, em que o noticiário não estiver totalmente tomado pelas emanções de Brasília, do Congresso Nacional. Devemos ir ao Nordeste, ao Estado da Bahia, apesar de que iremos convidar o Secretário de Estado da Bahia para aqui comparecer.

Acho que as audiências externas são um pouco constrangedoras para o Deputado que não tem muita afinidade e não quer ser faltoso. Às vezes, é um estorvo para ele ter de fazer uma viagem. Então, prefiro que – com a concordância do Deputado Mussa Demes – sejam audiências públicas da relatoria, com o convite ao Presidente e evidentemente aos Deputados. Isso dá mais mobilidade. Não tem de ser votado aqui. Não precisa de roteiro. Organizaremos com mais agilidade, sem ter o compromisso formal de votar um requerimento, de fazer um roteiro oficial. Tudo isso no sentido de economizarmos tempo, de darmos agilidade ao processo.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria que começássemos desde já os trabalhos com o seguinte procedimento: além das audiências públicas – e esta é uma das razões pelas quais eu queria ter um adjunto com as características do Deputado José Mentor – , acho importante começarmos com cada um já fazendo suas propostas. Esta Comissão é diferente das outras. Ela é experiente. Boa parte de seus membros participou da passada, e os novos chegam com pontos de vista já estruturados. Então, o Relator já quer ouvir cada um dos colegas – o que pensam, o escopo, a estrutura da reforma tributária que têm em mente. Vamos ouvir todos. Intuitivamente, pelas discussões que fizemos, sinto que as divergências não serão muito grandes. As bases, as grandes estruturas da Reforma Tributária – como bem lembrou nosso Governador e meu vizinho – já se formam. Quero ser Relator. Quero, mais do que tudo, relatar. A proposta que sair daqui será nossa. Cada um vai reconhecer nela a sua contribuição. Vai reconhecer a discussão que fez. Vai reconhecer a preocupação do seu Estado.

Então, desde já quero começar a recolher idéias, conhecer em detalhes o que cada um pensa sobre a estrutura geral do nosso sistema tributário, para que depois possamos realizar discussões mais objetivas. Podemos fazer reuniões por grupos, por partidos ou por regiões. Enfim, como V.Exas. acharem que deva ser. Mas que comecemos desde já. A Comissão tem

material acumulado, tem pessoas experientes e inclusive já realizou audiências públicas que ajudarão muito. Não vamos esperar toda a caminhada para começarmos o trabalho. Como bem lembraram nosso ex-Governador e vários outros Deputados, felizmente já há algo acumulado e, sobretudo, a continuidade está garantida com a permanência do Deputado Mussa Demes na Comissão. Quando fui lembrado para ser Relator, a primeira pessoa que procurei foi S.Exa. Tê-lo ao lado significa acesso ao conhecimento que S.Exa. adquiriu e garantia da continuidade do trabalho realizado até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Sr. Deputado Virgílio Guimarães.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, certamente é importante realizar reunião na Região Centro-Oeste. Estamos à disposição de todos para discutir o assunto – uma nova fronteira, sobretudo agrícola, está surgindo.

Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações. Quando saio às ruas – principalmente por fazer parte desta Comissão – , as pessoas me perguntam se vamos acabar com o monte de taxas e impostos que existe. Para elas a reforma tributária vai acabar com tudo isso, restando uma coisa só. Vê-se o desejo do empresariado e das pessoas em geral de que acabemos com o excesso de taxas. São quase setenta as taxas cobradas pelo Governo Federal. Acho importante estudarmos uma forma de reduzir a CPMF. Temos de deixar visível que acabamos com pelo menos cinquenta dessas taxas. Para quê? Para darmos satisfação à sociedade a respeito de que reforma tributária estamos fazendo. Acho que para a sociedade essa informação é importante. Aliás, é importante inserirmos isto em nosso discurso: vamos acabar com tantas taxas. A população nos cobra isso todo dia. Todos entendem que, feita a reforma tributária, restarão apenas dois, três impostos. No entanto, quando lemos a reforma, não constatamos que tantos impostos assim vão acabar.

Isso me preocupa, Sr. Relator, porque precisamos passar uma boa imagem para a sociedade. Isso realmente facilitaria o trabalho de muita gente, não seria necessária a fiscalização de tantas pequenas taxas.

Agruparíamos taxas que pudessem ser resumiadas, faríamos uma redistribuição para que não se perdesse a arrecadação, mas acabaríamos definitivamente com o excesso de taxas.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o nobre Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Gostaria de solicitar um esclarecimento na medida em que ainda estou tomando pé dos trâmites regimentais. Dentro de alguns dias ou em outro prazo determinado, o Governo enviará ao Congresso Nacional sua proposta formal, na forma de proposta de emenda à Constituição, de projetos de lei complementares. A tramitação de tais proposições merece tratamento regimental específico.

Quando ocorrer tal fato, o que acontecerá com esta Comissão? Será ela a Comissão que analisará a proposta de emenda à Constituição ou será formada outra? Regimentalmente, como se dará o trâmite a partir do instante em que chegar à Casa a proposta do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A essa indagação posso responder de imediato, a outra deixarei para o Relator.

O Presidente João Paulo Cunha, ao constituir esta Comissão, o fez sem que ela tivesse a condição e o aspecto formal de Comissão Especial. Ela será realmente Comissão Especial a partir do momento em que o Relator apresentar um texto definitivo ou antes disso se o Poder Executivo encaminhar proposta nesse sentido. Até lá, discutiremos o assunto de maneira informal – eu diria –, porque ainda estamos ao aguardo do texto que o Governo seguramente haverá de encaminhar, pelo que ouvimos hoje do Ministro. Acreditamos até que isso possa ser feito ainda no mês de abril.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Então, Sr. Presidente, será esta a Comissão que depois fará a análise formal da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – É a palavra do Presidente João Paulo Cunha, que estou autorizado a divulgar. S.Exa. me disse isso pessoalmente, como também ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

Só me anteciparei um pouco, Deputado Virgílio Guimarães, porque a indagação do Deputado Sandro Mabel tem certa importância.

Deputado Sandro Mabel, parece-me, não sei se ao restante do grupo também – eu gostaria de ouvir o Deputado José Mentor nesse sentido –, que, em relação à quantidade de taxas que existe no Governo, não teríamos como fazer a redução dentro de um projeto de reforma constitucional. A taxa pressupõe a prestação de um serviço feito ou colocado à disposição do contribuinte. Não são só taxas federais. Não existem setenta taxas federais, há também estaduais e municipais. Mas não chegam a setenta. Muitas pessoas confundem, dizem que o Brasil tem cinqüenta e quatro impostos. Não é assim. Nesse cálculo estão incluídas as contribuições e as taxas. Na verdade, o Brasil

tem hoje treze impostos apenas, se não me engano. O restante são contribuições que entram no conceito de tributos e taxas e também se incluem no contexto. Em relação às contribuições, não me parece que sejam próprias de uma modificação no sistema constitucional em razão disso. Elas podem ser zero e cem, dependendo do serviço que for colocado à disposição do contribuinte ou a ele prestado.

Ouçó o Deputado Virgílio Guimarães a respeito do assunto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Deputado Sandro Mabel, o assunto, evidentemente, é importante. A maneira que as pessoas encontram para se referirem à simplificação tributária é mencionar a quantidade de tributos e taxas existentes. Sem dúvida nenhuma – e vamos amadurecer a idéia de como fazê-lo –, creio que a reforma tributária trará essa marca. Não sei o que ocorrerá em relação às taxas – neste aspecto participo das observações do nosso Presidente –, mas, sem dúvida alguma, dentro dos nossos limites, promover a simplificação tributária é um objetivo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Precisamos ter essa preocupação, porque vemos que a sociedade espera isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Há uma propaganda na Bahia que diz: Bahia, o Brasil começou aqui. Gostaria que a primeira visita da Comissão fosse à Bahia para começarmos bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Já estão começando a surgir os convites.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, insisto no meu encaminhamento. Sei que vamos votar requerimentos, vamos ter oportunidade de discutir taxas, impostos, contribuições, mas eu gostaria de insistir em algo que me está preocupando: o ordenamento que daremos ao nosso trabalho.

Vou repetir a proposta que fiz à Comissão. Sugiro que ela seja dividida em três tópicos. O primeiro tem que ver exatamente com as audiências públicas. Para esse tópico proponho quatro itens: primeiro, realização de fórum com Secretários Estaduais, Municipais, etc.; segundo, convite a tributaristas e juristas, incluindo-se com isso o Poder Judiciário na discussão; terceiro, convite a empresários e trabalhadores – podem ser chamados representantes de entidades nacionais do ramo empresarial – e quarto, experiências internacionais.

Os outros dois tópicos são os roteiros de viagens, que precisamos definir exatamente como serão,

e a consulta pública, que poderá ser feita por meio da Internet.

Uma vez definida a divisão nos três tópicos, passaríamos à votação dos requerimentos por tema. Por exemplo, em relação ao fórum de Secretários, decidiríamos quais viriam: se o da Bahia, o do Piauí, o do Rio Grande do Sul, etc.

Faço esta proposta até para podermos discutir aspectos próprios de cada ponto. Por exemplo, se vem Secretário de Estado, o que queremos debater é a guerra fiscal, o ICMS. Dessa maneira, cada audiência servirá também para fazermos debate. A idéia pode até não se distanciar do texto referência anterior, mas tal procedimento permitirá, como disse o Deputado Julio Semeghini, ampliar nosso horizonte.

Insisto nesse encaminhamento para que possamos ordenar nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – O que propõe o Deputado Walter Pinheiro pode ser feito por meio de um requerimento único a ser elaborado pelo Relator. Para que S.Exa. tenha condições de preparar o documento, a votação terá de ocorrer na próxima reunião, mas seria importante sairmos desta com algo já definido.

A metodologia é perfeita. Não tenho nenhum acréscimo a fazer. Entretanto, vindo do Relator um requerimento elaborado dessa maneira, fica mais fácil, porque podemos realizar uma votação única. Decide-se e pronto. Hoje votaríamos alguns dos requerimentos já apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

A linha é exatamente essa, Deputado Walter Pinheiro, tanto que deveremos submeter a votação, a partir de agora, o requerimento sobre convite ao Sr. Albérico Mascarenhas, Secretário da Fazenda da Bahia, que estaria incluído na categoria de representantes de Estados – não diria propriamente de Municípios. Na seqüência, votaremos o requerimento sobre convite ao Prof. Ives Gandra Martins, que, na linha de raciocínio de V.Exa., inclui-se entre os tributários e juristas. Ficariamos para definir na próxima reunião quem dos segmentos de empresários e trabalhadores convidariamos para a terceira reunião.

Em relação ao quarto item, experiências internacionais, tenho minhas preocupações e dúvidas, até porque a impressão que tenho é de que seria mais produtivo se designássemos dois ou três companheiros nossos para fazer o trabalho no exterior. Fiz isso.

Fui à França e lá tive oportunidade de conhecer o modelo da Comunidade Econômica Européia. Ali foi que me convenci.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Para sacrifício como esse de ir à França, estou me candidatando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Acredito que o grupo lhe concederá tal oportunidade.

É preciso fazer um registro. No grupo há muitos Deputados ainda de primeiro mandato que pensam que podemos fazer tudo. Na verdade não podemos. Por exemplo, reunião da Comissão fora daqui não é possível realizar, o Regimento não permite. Reunião formal tem de ser feita aqui. Entretanto, visitas podem ser feitas à vontade. O Presidente da Casa tem a maior boa vontade em permiti-las. Já nos disse S.Exa. que autorizará deslocamentos sem prejuízo nosso em relação à presença na Casa para as votações, porque a matéria de que trata esta Comissão também é importante.

Dito isso, devemos votar o convite ao Secretário da Fazenda da Bahia, Sr. Albérico Mascarenhas, para ser nosso primeiro palestrante na próxima semana.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Concordo com a proposta. Acredito ser um bom começo restabelecer a memória do CONFAZ; creio que oferecerá muito subsídio à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado Deputado Gerson Gabrielli.

Não havendo mais quem queira manifestar-se, submeto à votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Para a semana seguinte, convidaremos o Prof. Ives Gandra Martins, se S.Sa. estiver disponível na data – a Secretaria consultará o professor.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, seria possível trazermos algum representante do Poder judiciário no mesmo dia em que virá o Prof. Ives Gandra Martins? Realizaríamos audiência pública com a participação de um tributarista e de alguém do Judiciário. Ouviríamos os dois e faríamos o debate em relação às duas posições. Não sei se há algum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não há nenhum requerimento formal a respeito de magistrados. Poderíamos ver isso na próxima semana.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Levando em consideração a ponderação de V.Exa., encaminharei ainda hoje à Secretaria da Comissão requerimento nesse sentido, porque fui autor da sugestão de ouvirmos também representantes do Judiciário.

Depois discutiremos se será alguém da esfera federal, se das Varas da Fazenda Pública dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tenho minhas preocupações com realização de audiência de duas pessoas no mesmo dia. No passado isso se mostrou muito cansativo. E é constrangedor para nós, depois de ouvido um convidado, ver todos irem embora. Houve caso de palestrante que falou para duas ou três pessoas. Gostaria que isso fosse evitado. Além do mais, mesmo que demore muito, todos vão querer fazer questionamentos.

Vamos fazer uma experiência com o Sr. Albérico Mascarenhas e ver quanto tempo vamos utilizar. Se terminar cedo, poderemos convidar duas pessoas para a semana seguinte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Na audiência que vamos ter com o Prof. Ives Gandra Martins, poderíamos ouvir a Profa. Misabel Abreu de Machado Derzi, da Universidade Federal de Minas Gerais, sugestão do nosso Relator, Deputado Virgílio Guimarães. S.Sa. também nos pode ajudar muito na reforma tributária, pois tem larga experiência no assunto, inclusive em tributação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O nome é bem lembrado. A Profa. Misabel é referência nacional na área. Como ainda não há pedido formal, gostaria que o Deputado José Militão o fizesse para ser apreciado na próxima semana.

(Não identificado) – Mas não seria na primeira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Para a próxima semana talvez não desse mais, Deputado, de acordo com o Regimento.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e convoco outra para as 10h do dia 27 de março.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

Ata da 4ª Reunião, Realizada em 27 de Março de 2003.

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e três, às dez horas e trinta e quatro minutos, no Plenário 13, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Mussa Demes, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo

em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional. Compareceram os Senhores Deputados André Zacharow, Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Edson Duarte, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, Jorge Bittar, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Hauly, Lupércio Ramos, Machado, Marcelo Teixeira, Mussa Demes, Narcio Rodrigues, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande, Romel Anízio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Walter Feldman, Walter Pinheiro e Francisco Dornelles, titulares; Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Eduardo Sciarra, Gervásio Silva, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, Júlio César, Júlio Redecker, Márcio Reinaldo Moreira, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Reinaldo Lopes, Reinaldo Betão, Roberto Pessoa, Vignatti, Wasny de Roure, Yeda Crusius e Zequinha Marinho suplentes. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Carlos Eduardo Cadoca, Delfim Netto, Edmar Moreira, João Leão, José Roberto Arruda, Max Rosenmann, Nelson Marquezelli e Ricardo Fiuza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – O Deputado Romel Anízio solicitou a dispensa da leitura da ata da 3ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. **ORDEM DO DIA:** Audiência Pública com o Dr. Álberico Mascarenhas, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Antes de passar a palavra ao palestrante, o Senhor Presidente destacou a presença do Dr. Manoelito Souza, Secretário da Fazenda do Município de Salvador. Concluída a apresentação, o palestrante, por solicitação do Deputado Mussa Demes, comprometeu-se a enviar cópia de sua exposição para reprodução e distribuição aos membros da Comissão. Participaram dos debates os Senhores Deputados Eduardo Paes, Renato Casagrande, Walter Feldman, Paulo Afonso, Anivaldo Vale, Edson Duarte, Wasny de Roure, Sandro Mabel, Luiz Carlos Hauly, Paulo Afonso, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande e Virgílio Guimarães, Relator. Tendo em vista o início da Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, antes convocando outra para quinta-feira, dia 03 de abril. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional.

Devido à distribuição antecipada de cópias da ata da terceira reunião a todos os membros presentes, indago ao Plenário se há necessidade de leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Romel Anizio.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

Ordem do dia.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos em audiência pública o Sr. Albérico Machado Mascarenhas, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, a quem convido para tomar assento à Mesa.

O Sr. Albérico Mascarenhas, como os senhores sabem, é remanescente do grupo de Secretários de Fazenda da Legislatura anterior, um dos mais destacados Secretários por ocasião dos nossos trabalhos. Foi também coordenador do grupo atual e exerce em seu Estado funções que todos conhecem muito bem. A Bahia tem características próprias, um Estado que tem muito do Nordeste pobre, mas também muito do Sul, altamente industrializado, em razão do pólo petroquímico e de outras tantas indústrias de porte ali sediadas. Portanto, o depoimento que ouviremos hoje é da maior importância, e não foi por acaso que acabamos por escolhê-lo como o primeiro. Tenho certeza de que o Sr. Albérico Mascarenhas poderá ajudar a esclarecer muitas de nossas dúvidas.

Com a palavra, para sua exposição inicial, o Secretário Albérico Machado Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especial criada para o estudo de matéria relacionada ao sistema tributário nacional, Deputado Mussa Demes, Exmo. Deputado Virgílio Guimarães, Relator da referida Comissão, demais Deputados, colegas de Secretarias de Fazenda aqui presentes, é com muita satisfação que retorno a esta Casa legislativa para tratar de um tema tão importante da vida nacional.

A reforma tributária se faz urgente e necessária.

O atual sistema brasileiro se caracteriza por uma série de pontos e aspectos negativos, dos quais me arrisco a enumerar os principais:

Desvantagem competitiva do setor produtivo nacional, tanto no mercado externo como no mercado interno, causada pelos impostos em cascata, que tornam o sistema cumulativo;

Forte distorção nas decisões de alocação de recursos, que prejudica a eficiência econômica, em função da complexidade do sistema de tributação do comércio interestadual;

Imposição de ônus tributário aos bens de capital, que desestimula o investimento, tendo em vista cumulatividade e prazo para a utilização de crédito de ICMS relativo a aquisição de ativos;

Complexidade do sistema, a ponto de dificultar a harmonização tributária internacional, motivada pelos tributos sobre produção e consumo cobrados paralelamente pelas três esferas de Governo;

Falta de uniformidade na legislação e grande quantidade de alíquotas;...

Por exemplo, qualquer empresa que tenha filiais em todos os Estados brasileiros tem um custo imenso na área de tributação e precisa de uma área específica para cuidar das contas, porque cada Estado tem uma legislação, uma alíquota, um regulamento.

Os regulamentos do ICMS chegam a mil artigos, em média, fora as constantes mudanças de decretos e leis que os alteram e oneram o custo de administração do imposto, às vezes facilitando a sonegação e a evasão fiscal, até por desconhecimento da legislação;

Facilidade de evasão, até um estímulo à evasão, que gera iniquidade e competição desigual em função da carga tributária elevada e da complexidade da legislação;...

O novo sistema tributário deve eliminar a complexidade. A tributação brasileira tornou-se mais complexa ao longo do tempo, e isso reflete, em parte, a maior complexidade que a própria economia brasileira adquiriu ao longo do seu processo de desenvolvimento. No entanto, parte dela, que cria custos para a administração tributária e para o contribuinte, é desnecessária e pode ser eliminada. Como exemplo podemos ressaltar a existência de 27 legislações estaduais relativas ao ICMS.

A cobrança de tributos em cascata no Brasil é hoje responsável por mais de 20% da receita tributária total do País. PIS, COFINS, CPMF e ISS são tributos cumulativos, e essa cumulatividade é plenamente prejudicial a nossa economia, na medida em que onera as exportações e os bens de capital, torna a carga sobre produtos nacionais maior que a incidente sobre similares importados, altera os preços relativos e distorce as decisões quanto ao método de produção, criando ineficiência no sistema produtivo e dificultando

a harmonização do sistema tributário brasileiro com os nossos parceiros comerciais.

O novo sistema tributário precisa também dificultar e desestimular a evasão tributária. A evasão é a maior inimiga da equidade fiscal e obriga os que recolhem regularmente seus tributos a pagar mais que sua justa parcela no financiamento das ações governamentais para compensar a receita perdida; gera competição desigual entre os que pagam corretamente os tributos e os que os sonexam.

Embora o controle da evasão deva ser feito principalmente pela administração fiscal, o problema deve ser tratado desde a concepção do sistema tributário, para evitar brechas na legislação que facilitem a sonegação e a elisão.

Outra meta do novo sistema deve ser a redução do peso da tributação sobre a folha de pagamentos. A utilização da folha de salários como base tributária para o financiamento da Previdência Social é uma prática bastante difundida. Esse tipo de tributação, no entanto, afeta a competitividade do sistema produtivo do País. Quanto mais intensa ela for, *vis-à-vis* a adotada pelos competidores no mercado internacional, menor será a competitividade do País.

A chamada guerra fiscal do ICMS decorre da inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional e do fato de que todos os Estados, por disporem de tributos semelhantes, oferecem incentivos similares. Nestas circunstâncias, se o Estado não conceder os incentivos, estará condenado a não hospedar novos empreendimentos. Assim sendo, a concessão de incentivos se generaliza e aprofunda, transformando-se em guerra fiscal. Esse é um ponto muito importante do sistema brasileiro atual. Eu sempre disse, e repito, que nenhum Estado concede incentivo fiscal porque gosta ou acha bonito.

A concessão dos incentivos fiscais, principalmente nas regiões mais deprimidas, menos desenvolvidas, é fundamental para a atração de novas empresas e para o desenvolvimento. Nenhuma empresa se instala no Nordeste ou em qualquer outra região menos desenvolvida do País se não tiver mercado consumidor, mão-de-obra qualificada e preparada para atender e infraestrutura digna e decente, para que possa transferir sua produção. Esse recurso usado pelos Estados, que nós reconhecemos ser uma distorção do processo tributário nacional, foi algo que os Governadores não tiveram como evitar. Ele não é desejável. É, portanto, importante que o sistema que venha a ser aprovado aponte soluções para essas necessidades passadas.

A reforma tributária vem sendo discutida desde 1991, portanto três anos depois da Constituição de 1988, com uma proposta de imposto único, na época

do Deputado Flávio Rocha. Mas houve, sem dúvida, um momento mais importante nos anos de 1999 e 2000, com um intenso debate entre União, Estados e o Congresso Nacional, promovido pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.

Em 1999, a Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo pelo Deputado Mussa Demes, Relator da referida Comissão. Em janeiro de 2000, uma comissão tripartite formada pelo Governo Federal, representado pelos Ministros da Fazenda, Pedro Malan, das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do Desenvolvimento Agrário, Alcides Tápias, e pelo Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, pelos Governos Estaduais, representados pelos Secretários de Fazenda de cada Região – da qual fiz parte, pelo Nordeste –, e pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, representada principalmente por seu Presidente, à época o Deputado Germano Rigotto, por seu Vice-Presidente, Deputado Antonio Palocci, e por seu Relator, Deputado Mussa Demes, voltou a discutir o relatório especial da Comissão, buscando consenso entre as três esferas de governo mais envolvidas e interessadas no processo.

Após longas e exaustivas reuniões, várias sugestões foram apresentadas à Comissão Especial, que finalmente aprovou, em 10 de março de 2000, uma emenda aglutinativa que incorporou parte das propostas.

No que diz respeito aos Estados, posso relatar que algo a princípio utópico, que seria um consenso entre eles, praticamente veio a acontecer. Todos os pontos apresentados na proposta entregue à comissão tripartite em 13 de janeiro de 2000 foram exaustivamente debatidos por todos os Secretários de Fazenda, com o respaldo de seus Governadores.

Os Estados propuseram:

1 – Extinção do ICMS e do ISS;

2 – Criação de um IVA estadual de base ampla com as seguintes características:

(Criação de um Imposto sobre Vendas a Varejo e Serviços, a ser cobrado pelos Municípios, com alíquota de 4%, para substituir o ISS)

- competência tributária conjunta dos Estados, instituída por lei estadual, em ratificação à lei complementar de iniciativa privativa de dois terços dos Senadores e um terço dos Governadores;

- regulamentação por órgão colegiado, que seria o CONFAZ;

- adoção do princípio de destino, isto é, o imposto passaria a pertencer ao Estado

destinatário, podendo ser atribuída parcela da receita para o Estado de origem, visando custear a fiscalização – esse era um ponto importante da reforma, porque quem iria fiscalizar as empresas, já que o imposto pertencia não ao Estado de origem, mas ao Estado destinatário? – ;

- viabilização do princípio de destino, através de fundo constituído por receitas de arrecadação do imposto nas operações interestaduais;

- alíquotas fixadas por resolução do Senado Federal, de iniciativa privativa de um terço dos Senadores ou de um terço dos Governadores, aprovadas por dois terços de seus membros;

- lei estadual para definir o aumento de alíquotas em até 20%, por classe, nas operações de prestação interna, com o objetivo de ser uma salvaguarda para o caso de a reforma significar alguma redução na receita dos Estados;

- adoção de cinco classes de alíquotas, que seriam: padrão, para todas as operações e prestações; reduzidas e ampliadas para operações e prestações de serviços definidos em lei complementar; especial para serviços de educação e gêneros alimentícios de primeira necessidade listados em lei complementar, além de energia elétrica produzida por fontes eólica ou solar, por biomassa ou por pequenas centrais hidrelétricas; seletivas para tabaco e outros produtos de tabacaria, bebida, energia elétrica, serviços de comunicação e outras mercadorias ou serviços definidos em lei complementar. Durante um período de cinco anos, as alíquotas para a transição seriam: padrão, 15%; reduzida, 12%; ampliada, 18%; seletiva, 25,5%; e especial, até 30% da alíquota padrão, que seria de 4,5%;

- vedação à concessão de novos benefícios, quando isso resultasse em renúncia de receita, admitida a concessão de subsídios à conta do orçamento dos Estados e do Distrito Federal;

- manutenção, pelo prazo máximo de quinze anos, dos benefícios fiscais que teriam sido concedidos até 31 de dezembro de 1999 por legislações estaduais, sob condição e por prazo certo;

- redução, na razão de um terço ao ano, dos benefícios fiscais concedidos por convê-

nios celebrados entre os Estados no âmbito do CONFAZ;

- ampliação do prazo de tratamento constitucional à Zona Franca de Manaus por quinze anos, contados a partir da cobrança do novo imposto;

- instituição, via lei complementar, das formas de aproveitamento dos saldos credores do ICMS atual;

- fortalecimento do instituto da substituição tributária, com aprimoramento da redação do dispositivo constitucional correspondente;

- não-incidência do IVA estadual sobre as exportações;

- incidência do IVA estadual sobre a exploração de bens corpóreos e incorpóreos que assegurem a fruição ou criem utilidades, inclusive por meios eletrônicos, bem como a transferência de bem de uso, consumo, ativo fixo ou de mercadoria entre estabelecimentos da mesma pessoa;

- estabelecimento de regimes especiais ou simplificados de tributação, através de lei complementar, para atender às pequenas e às microempresas, que hoje têm sistema simplificado não só na União, mas em todos os Estados;

- estabelecimento de período de transição de sete anos para implementação do princípio do destino, com redução da partilha – origem e destino – do imposto a partir do quarto ano, à razão de 20% ao ano;

- manutenção das configurações atuais do FPE, FPM, FPEX e fundos regionais, inclusive os percentuais de participação, com simples adequação dos dispositivos ao imposto da União que substituiria o IPI.

Posso afirmar que, de todos os pontos discutidos, apenas nas questões relativas aos incentivos fiscais concedidos fora do CONFAZ, à respectiva forma de compensação e ao período de transição do novo modelo do princípio de origem para o destino não obtivemos consenso. Todos os demais pontos da reforma tributária, dentre os quais eu citei os 22 mais importantes, foram consenso entre os 27 Estados brasileiros.

Em relação à guerra fiscal e respectivos incentivos concedidos, alguns Estados defenderam a tese de suspensão imediata, outros a sua manutenção pelo período de sete anos, e a maioria, cerca de 21 Estados, um prazo de quinze anos, mesmo prazo aprovado para o incentivo da Zona Franca de Manaus.

Em relação ao fundo de compensação, outra divergência, alguns Estados defendiam um fundo res-

trito às operações estaduais, que apelidamos na época de “fundinho”, outros defendiam um fundo amplo, apelidado de “fundão”. Todos os demais pontos da reforma do ICMS foram consenso entre os 27 Estados brasileiros.

É evidente que a proposta dos Estados se limitou basicamente ao ICMS e a alguns outros pontos de interesse, como o Fundo de Participação. Já a emenda aglutinativa da Comissão Especial tratava de toda a reforma, bem mais ampla, e incorporava tributos federais.

Os pontos de divergência ou de não-incorporação total da proposta dos Estados em relação à emenda aglutinativa aprovada pela Comissão Especial foram principalmente os seguintes:

Criação do IVA federal incidente sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços em geral, exceto energia elétrica, petróleo e derivados, combustíveis, serviços de comunicação e minerais – os Estados não o desejam – ;

Efeito vinculante em relação às decisões definitivas de mérito relativas ao IVA federal e estadual proferidas por, no mínimo, dois terços dos membros do STF – a proposta dos Estados prevê que esse efeito se daria em relação à matéria tributária em geral – ;

Mecanismo viabilizador do princípio do destino, que poderia ser o modelo do “barquinho”, um fundo constituído por receitas da arrecadação dos impostos nas operações interestaduais ou outros mecanismos – os Estados defendiam a constituição de um fundo;

Prazo da Zona Franca de Manaus ampliado até 2023 – os Estados defendiam a ampliação do prazo para quinze anos, contados a partir da cobrança do novo imposto, para coincidir com o prazo dos demais incentivos estaduais;

Não-incidência do Imposto sobre Serviços de Radiodifusão Sonora e de Transmissão de Sons e Imagens de Recepção Livre e Gratuita;

O FPEX passaria a ser distribuído com base na totalidade das exportações e não só naquelas relativas a produtos industrializados – os Estados defendiam a manutenção da configuração atual do mencionado fundo.

O ponto mais polêmico, sem dúvida, Deputado Mussa Demes, foi a transição do princípio de origem para os destinos. Os Estados defendiam a criação de um fundo para a compensação, e a Comissão Especial defendia um mecanismo que ficou conhecido como “barquinho”, que consiste na seguinte combinação: não-cobrança do IVA estadual – alíquota zero – nas vendas para outros Estados, cobrança apenas do IVA federal, cuja alíquota seria aumentada para preencher o espaço deixado pela não-cobrança do IVA estadual.

Vale ressaltar que a Comissão Especial, na emenda aglutinativa aprovada, deixou o assunto para ser definido em lei complementar, atendendo ao pleito dos Estados, podendo ser um ou a combinação dos modelos sugeridos ou ainda outro que viesse a ser encontrado.

Sem dúvida contamos com a boa vontade dos membros da Comissão, em especial do Relator, que atendeu a esse pleito dos Estados, uma grande polêmica, deixando a definição em aberto, para ser resolvida por lei complementar.

Entendo que perdemos a oportunidade de concluir a reforma naquele momento. Vale ressaltar os amplos debates, a profundidade com que o assunto foi discutido pelos Estados – principalmente através do CONFAZ, que considero o fórum correto, em termos estaduais, para se discutir a reforma – e pelo Governo Federal e a disposição da Comissão Especial da Câmara dos Deputados de levar adiante aquela reforma, que infelizmente não efetivamos. Não vêm ao caso as razões; aliás, não as tenho. Poderíamos, entretanto, estar hoje discutindo outras reformas, outros temas de interesse nacional, e o País talvez estivesse alcançando índices de desenvolvimento e de crescimento mais expressivos. Mas quero crer que, apesar da frustração daquele momento, a discussão não foi em vão. A partir daquele ponto, começa a nova proposta de reforma tributária.

Talvez seja repetitivo, até mesmo enfadonho, mas vale lembrar que os princípios da reforma tributária discutidos em 1999 e 2000 são praticamente os mesmos que se discutem hoje. Senão, vejamos.

A Carta de Brasília, fruto da reunião havida entre o Exmo. Sr. Presidente da República e os 27 Governadores estaduais, estabelece prioridade para as reformas tributária e previdenciária e indica pontos de convergência do novo modelo tributário brasileiro, entre os quais destaco: promoção de justiça fiscal; eficiência e competitividade econômica; estímulo à produção e a investimentos produtivos; simplificação; redução da sonegação e da evasão fiscal; neutralidade entre os entes federados; ampliação da base tributária e maior eficiência, sem aumento da carga, até mesmo com a criação de condições para a redução da carga individual; um novo ICMS, unificado em todo o País, com legislação e normas uniformes e redução do número de alíquotas; normas e regras do novo imposto definidas por lei complementar; contribuição patronal total ou parcial sobre faturamento, reduzindo o peso dos impostos sobre a folha de pagamento; redução gradual da incidência cumulativa; implementação de uma política de desenvolvimento regional sustentada que reduza as desigualdades regionais e supere os conflitos tributários; e aproveitamento do relatório da

Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados no processo de reforma.

É evidente que os pontos, muito bem colocados na Carta de Brasília, representam a unidade do pensamento da União e dos Estados e, acredito, de toda a sociedade, pelos princípios fundamentais e até universais ali estabelecidos. A esses princípios, os Estados acrescentariam a preocupação com uma reforma ampla, envolvendo todo o sistema tributário nacional, com a solução de problemas concernentes à cumulatividade do sistema, e uma participação equilibrada entre a União e os Estados nos mecanismos de estímulo às exportações, com formulação de políticas capazes de compensar o esforço exportador dos Estados e eliminar distorções causadas pelo acúmulo de créditos do ICMS.

Outro tema de fundamental importância para os Estados é a garantia da unidade recíproca em relação às contribuições especiais, principalmente o PASEP, que os Estados são obrigados a recolher para os cofres do Governo Federal, numa clara desobediência ao princípio da imunidade recíproca entre os Poderes.

A compensação dos fundos constitucionais é imperiosa para os Estados. Desde a Constituição de 1988, vimos as receitas não-compartilhadas pela União com Estados e Municípios ultrapassar as receitas compartilhadas, que são compostas apenas do IPI e do Imposto de Renda. Em 1998, as receitas compartilhadas com Estados e Municípios representavam 65% da arrecadação total da União; em 2001, essas receitas, com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, representavam somente 45% da arrecadação; em 2002, a União arrecadou 196 bilhões com COFINS, PIS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e CPMF. Sua participação no bolo tributário nacional aumentou 4% nos últimos dez anos, mesmo percentual perdido pelos Estados. Se considerarmos ainda que a carga tributária aumentou em pelo menos 10% nos últimos dez anos, concluiremos que o ganho da União em relação aos Estados foi muito significativo.

Além disso, a permissão de compensação para impostos federais compartilhados tem subtraído parcela considerável do Fundo de Participação. Os Estados, na sua totalidade, entendem que os fundos constitucionais, principalmente o FPE e o FPM, devem ser estabelecidos com base na receita da totalidade dos impostos e contribuições federais, evidentemente com percentuais a serem definidos de forma a manter a atual distribuição.

Enfim, não queremos aumentar a fatia do bolo dos Estados, e sim participar de todo o bolo, com uma fatia menor. Falo aqui em nome de todos os Estados,

na qualidade de Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda.

Voltando ao ICMS, os pontos básicos da emenda aglutinativa da proposta dos Estados estariam mantidos. Dois pontos, entretanto, são agora rediscutidos, e infelizmente já não mais existe a unidade verificada no ano 2000. O primeiro se refere à base de incidência do ICMS e à criação do IVVS, Imposto sobre Vendas a Varejo e Serviços.

Entendemos, após inúmeras análises e debates, que a ampliação da base do ICMS, incorporando o ISS, poderia gerar distorções em muitos setores prestadores de serviço e, principalmente, a criação de mais um Imposto sobre Vendas a Varejo e Serviços, de competência municipal, que, além de mais um tributo incidindo sobre o consumo, poderia gerar problemas de administração e cobrança principalmente nas pequenas cidades, abrindo a possibilidade de uma nova guerra fiscal ou até mesmo de altos índices de sonegação, considerando a dificuldade que têm esses pequenos Municípios de manter uma máquina tributária que cobre os impostos municipais.

Defendemos, dessa forma, a manutenção atual da base do ICMS, inclusive com a manutenção de sua denominação – ICMS –, porém com a superação das atuais áreas de atrito existentes entre os dois impostos, ICMS e ISS. Hoje há uma zona cinzenta: alguns Estados entendem que a tributação é do ICMS, os Municípios entendem que é do ISS. É preciso equalizar essa questão.

Outro tema que deixou de ser consenso é a questão da entrega do imposto, se ao Estado de origem, como hoje, se ao Estado de destino. Em 2000, houve consenso em torno do princípio do destino. Filosoficamente, não tenho dúvida de ser esse o princípio mais justo. O cidadão de um Estado deve pagar imposto ao Estado de onde demanda todos os seus serviços. Não é justo o cidadão baiano, o cearense, o pernambucano pagarem impostos para outro Estado, quando eles consomem em seus Estados. Eles vão demandar do seu Estado saúde, educação, serviço público, de modo geral. O problema é que, com a mudança do sistema, os Estados chamados de importadores líquidos, aqueles com pequena produção de bens de consumo final, teriam ganho de receita – isso atinge os Estados menos desenvolvidos, o que, sem dúvida, não deixa de ser muito importante –, e os Estados exportadores líquidos, aqueles que vendem mais no comércio estadual, evidentemente, teriam perda.

O caso mais tipificado é o do Estado de São Paulo. Em 1999 e 2000, o então Governador Mário Covas concordou com a adoção do princípio de destino, considerando que o ICMS amplo, com a incorporação do

ISS e o fim da guerra fiscal – acirrada àquela época – , reduziria significativamente sua perda de receita. Hoje, sem a certeza da incorporação do ISS e com a guerra fiscal menos intensa, a compensação estaria comprometida.

Lembramos que um dos princípios fundamentais da reforma é sua neutralidade. Ou seja, nenhum ente federado poderá perder receita, até porque não há condições para isso. Nenhum Estado, mesmo aquele que consegue manter suas contas em dia, tem possibilidade de perder receita, porque não pode mais sacrificar seu pequeno nível de capacidade de investimento.

O CONFAZ, mediante grupo de trabalho, está realizando as análises das balanças comerciais dos Estados, objetivando fornecer mais subsídios para tomada de decisão.

Esse seria hoje o ponto mais polêmico em relação ao ICMS, porque quando se definir se deve ser mantido o princípio de origem ou de destino, vamos discutir a questão dos incentivos fiscais do passado e do futuro. Mas é imperioso que essa transição não seja tão rápida para que se possa avaliar, primeiro, os resultados do novo sistema. Quer dizer, precisamos implantar o novo ICMS e verificar o que acontece com sua receita; se efetivamente conseguiremos manter o nível sem elevar a carga, porque há grande espaço para, reduzindo a elisão, a evasão e a sonegação fiscal, ter ganho, sem aumentá-la, e com ganhos na arrecadação. A partir daí, quantificado esse ganho, inicia-se o processo de transição.

Nesse período, boa parte dos incentivos concedidos fora do CONFAZ já estariam amortecidos, já estariam resolvidos. Essa conta seria bem menor. A transição seria feita com mais tranquilidade, e aqueles Estados exportadores líquidos não teriam perda de arrecadação.

Outro ponto fundamental é a Carta de Brasília.

Os Estados das Regiões menos desenvolvidas, especialmente o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, precisam de política nacional de desenvolvimento. E os Secretários de Fazenda dos Estados estão debatendo o assunto inclusive com o Ministério da Fazenda.

Todos nós, Secretários, estamos abertos e dispostos a nos reunir com a Comissão, em qualquer foro, para efetivamente levarmos avante esse importante e urgente tema à vida nacional.

Agradeço a esta Comissão a oportunidade de poder debater minhas idéias e algumas dos Estados brasileiros.

Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães, mais uma vez, coloco-me à disposição de V.Exas. para levar o tema à exaustão, a fim de que façamos a refor-

ma necessária para o País crescer e se desenvolver. Esse é o desejo de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Parabenizo o Secretário Albérico Mascarenhas pela magnífica exposição.

Inclusive, como foi um trabalho escrito, peço a V.Sa. permissão para tirar cópias e distribuí-las a todos os membros desta Comissão Especial, a fim de avaliá-lo convenientemente, tamanha a importância para esta discussão.

O SR. ALBÉRICO MACHADO DE MASCARENHAS – Sr. Presidente, como o texto só foi concluído ontem, pude observar algumas falhas. Contudo, comprometo-me a encaminhá-lo ainda hoje, com as devidas correções, à Presidência para que o distribua, via *e-mail*, a todos os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, desejo saber do Sr. Secretário se pode, nesse trabalho escrito, identificar a posição consensual do CONFAZ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Secretário, desejo saber o que significa consenso com todos os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos agora ouvir os Parlamentares inscritos para o debate. Peço a todos, tendo em vista a sessão em andamento no plenário, que se atenham aos termos regimentais.

Cada Parlamentar disporá de três minutos para se manifestar, tendo idêntico tempo o expositor, Secretário Albérico Mascarenhas, uma vez que há doze inscrições, com possibilidade de réplica e de tréplica.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, saúdo o Dr. Albérico Mascarenhas.

Esta Comissão inicia seus trabalhos de forma certa ao trazer aqui o Secretário de Fazenda da Bahia, representando todos os Secretários de Fazenda, para discutir o ponto mais polêmico da Comissão.

Vou direto às perguntas a fim de respeitar os três minutos solicitados pelo Presidente, Deputado Mussa Demes.

Dr. Albérico, confesso que, quando V.Sa. começou sua exposição, fiquei bastante animado; no meio dela, atingi o clímax. Porém, ao final, desanimei completamente, sem fazer aqui qualquer tipo de comparação.

A mudança do Sistema Tributário Nacional é o assunto mais polêmico e importante desta Comissão.

Deputado Virgílio Guimarães, confesso que fico assustado quando há amplo consenso entre os entes da Federação. Se o Governo Federal está a favor, os Estados estão a favor e os Municípios estão a favor, coitado do contribuinte!

Na verdade, no final de 1999 e no início de 2000, houve consenso político numa emenda aglutinativa, e já se podia perceber claramente a pouca vontade, à época, do Governo Federal – e digo isso com a autoridade de ter pertencido àquela base Parlamentar – de efetivar a reforma tributária. Portanto, como sabíamos que o Governo Federal não queria, todos concordavam com tudo. E a proposta apresentada simplesmente aumentava absurdamente a possibilidade de taxar o contribuinte; como se não bastasse o aumento da carga tributária global, criava-se o IVV para os Municípios, o Estado começava a cobrar, o ICMS tinha sua base ampliada. Óbvio, não havia perda para ninguém, a não ser para o contribuinte. Era inaceitável aquela proposta.

Imaginava que o Dr. Albérico fosse dizer que tivesse a leitura do consenso. Seria muito interessante afirmar que existe conceitualmente a compreensão de todos os Secretários de que a tributação do ICMS deve se dar no destino. Esse conceitual está muito bem arrumado, mas a premissa, para o início da discussão, é partirmos do pressuposto de que as desigualdades regionais do Brasil têm de ser resolvidas por intermédio de políticas de desenvolvimento regional.

Sou da Região Sudeste, supostamente mais desenvolvida, mas é óbvio que desejo para a Região Nordeste política de desenvolvimento regional – não pelo mesmo motivo do Ministro Grazziano, de maneira alguma. Essa política fundamental não só para o Nordeste como para o Centro-Oeste, para o Sudeste e para o Sul não pode ser feita com receita, mas com orçamento, conforme consenso.

E atingi o anticlímax, no final de sua exposição, porque parece-me não haver hoje mais consenso entre os Secretários de Fazenda. Se amarrarmos a apresentação de política de desenvolvimento regional ao estabelecimento de consenso, ficará difícil caminhar aqui.

Muito mais do que pergunta, faço um pedido aos Secretários de Fazenda: mesmo que tenhamos de ceder no prazo de transição de um modelo para outro, ou, conforme disse o Dr. Albérico, de tratar dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que foram tungados pelo Governo Federal desde a Constituinte de 1988 – Dr. Albérico apresentou aqui impressionantes e assustadores dados, não é possível o Governo aumentar só a carga tributária dos tributos que não partilha com Estados e Municípios.

Os membros desta Comissão devem buscar o consenso com os Estados, senão a reforma tributária não irá avançar. É fundamental todos os Secretários entenderem a vontade desta Comissão de trabalhar questões que possam compensar os Estados. Não se pode dizer: *“A Bahia, que deu incentivos para a fábrica da Ford, hoje não vale nada”*.

O Deputado Walter Feldman, naturalmente, com toda razão, defende São Paulo, e também devemos ter ampla visão de Brasil. Ninguém aqui deseja que aquele Estado se quebre. Já vivemos difícil situação. Portanto, existe aqui essa leitura. Só temos de tomar cuidado com duas questões: primeiro, não podemos aumentar a carga tributária dos contribuintes, e, segundo, não é admissível que não se mude, de uma vez por todas, na prática, aquilo que todos consideramos conceitualmente correto.

O Secretário fala, como um dos objetivos da Comissão, em dificultar e eliminar a evasão tributária por intermédio da definição do Sistema Tributário Nacional. Desejo saber do Dr. Albérico que sugestões concretas podem ser dadas ao dispositivo constitucional para criar esse tipo de dificuldade, desde que não signifique, claro, mais opressão ou dificuldade para o contribuinte, porque chegou o momento de começarmos a trabalhar em defesa do cidadão que paga seus impostos e não consegue ter a retribuição do Estado.

Os brasileiros trabalham três meses do ano para o Governo Federal, de graça, sem ter, em boa parte das vezes, a retribuição desses recursos investidos.

Torço para que possamos voltar àquele clímax, presente no meio de sua intervenção, muito em breve.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Dr. Albérico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Secretário responderá às questões formuladas em blocos de três Parlamentares.

Antes de passar a palavra ao segundo orador inscrito, registro a presença do Secretário de Finanças da Prefeitura de Salvador, Dr. Manoelito Souza, que fará o acompanhamento deste trabalho em relação aos Municípios brasileiros.

Com a palavra o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Albérico Mascarenhas, para objetivar o debate, como o líder do CONFAZ traz a posição do órgão, desejo saber se na discussão anterior – no trabalho feito pelo CONFAZ, já que os entes têm interesses comuns – houve fórum de Prefeitos. Soubemos que o Presidente da República e o Relator estiveram em reunião com os Municípios. Queremos saber se existe por parte do CONFAZ o repasse dessas informações para os Municípios, se há liderança de forma organizada do debate nacional por causa dessa distribuição, já mencionada com propriedade por V.Sa. em relação à distribuição do bolo da arrecadação fiscal.

Outro assunto. Estamos regidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado da Bahia está equilibrado, pois conseguiu aprovar suas cotas, o que lhe credita, pois V.Sa. é competente coordenador autorizado do CONFAZ.

V.Sa. disse que houve abrandamento da guerra fiscal. Dentro das propostas já alinhavadas, ou que se tem notícia por intermédio do encontro do Presidente com os Governadores, há alguma atualização da proposta do CONFAZ em relação à guerra fiscal? Ela é iminente? Será superada? Qual a visão, se for possível falar agora, do novo conjunto de Secretários e Governadores?

A última pergunta diz respeito a assunto polêmico que está nos jornais. O Relator já vem falando sobre ele e o próprio Secretário já emitiu sua opinião diferente. Trata-se das alíquotas da CPMF que têm, de certa forma, motivado o debate, não só porque existe sinalização da manutenção da carga, acrescida no final do ano com aquela derrama de aumento de impostos, mas também pela possibilidade de simplificação desses impostos, o que representaria ganho comparativo muito grande em relação ao setor produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Gerson Gabrielli.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, prezado Relator, Sras. e Srs. Deputados, prezado Secretário, inicialmente compartilho de uma linha de raciocínio: todos temos falado da ineficácia, das desigualdades, dos desequilíbrios da realidade tributária brasileira, e precisamos mudá-la.

Se ficarmos apenas discutindo novas normas tributárias, não permitiremos ao País a possibilidade de chegar a produtiva situação. Isso porque há sérios problemas no processo de arrecadação dos tributos, equívocos e desequilíbrios na distribuição entre os entes da Federação, especialmente entre os diferentes

sujeitos sociais; e o maior exemplo desse desequilíbrio é a própria guerra fiscal.

A renúncia que os Estados têm praticado de um imposto indireto, pago no ato da compra da mercadoria pelo consumidor final, tem criado estrutura de crédito do setor público às empresas sem qualquer tipo de encargo ou de comparação tanto nos bancos oficiais quanto nos privados. Mas, o mesmo Estado que dispõe de autonomia fiscal para conceder crédito e promover a guerra fiscal, possui também atribuições constitucionais, em alguns casos, com normas carimbadas: 25% para Educação, os recursos destinados à Saúde, havendo uma forma de atravessamento de determinados sujeitos. Antes de a receita entrar nos cofres públicos e financiar os direitos sociais assegurados pela Constituição, são transformados em capital para determinados sujeitos.

Para concluir essa linha de raciocínio, há gravíssimos problemas em setores importantes do consumo no País, tais como o de combustíveis, o setor atacadista de alimentos, o setor de material de limpeza, o setor de bebidas, o setor de cigarros, derivado não de manobra destinada à sobrevivência fiscal das empresas, mas da atuação organizada do crime fiscal e tributário.

Então, a nosso ver, para mudar a realidade tributária temos de atuar em duas frentes: discutir novas normas tributárias, equilibradas, sensatas, razoáveis, com expectativa de eficácia para os Estados, Municípios e para a União e, ao mesmo tempo, trabalhar para que sejam reduzidas as facilidades e possa se extinguir de vez do convívio fiscal no País a esperteza fiscal.

Destaco algumas preocupações, e desejo saber do Secretário sua concordância e a discussão dessas questões no CONFAZ.

Primeiro, rigorosa mudança no cadastro mercantil das empresas no País, sem violentar a liberdade da atuação comercial e da constituição de empresas, não permitirá mais sobreviver com as facilidades que encontramos para essa constituição, cujo único fim é a acumulação de créditos tributários contra a fazenda dos Estados, e, no intervalo de seis meses a um ano, o desaparecimento total delas.

Segundo, cadastro único de contribuinte, especialmente junto às Secretarias de Fazenda dos Estados. Temos encontrado disparidades enormes em algumas Unidades da Federação onde o cadastro da Junta Comercial é um e a mesma empresa tem outro cadastro na Secretaria de Fazenda, às vezes com defasagem de até uma década na constituição e na juntada de documentos da empresa.

Ao mesmo tempo, a realidade tributária e os constantes apelos dos Secretários e das autoridades quanto à evasão e à elisão fiscal nos obriga a claro

discernimento entre esses mecanismos de planejamento tributário. Ao fazermos as leis, deixamos algumas portas abertas, por mais cuidadosos que sejamos, com a intervenção organizada do crime na área fiscal e tributária.

Terceiro, não podemos sair do processo de reforma tributária sem definir especificamente na lei mecanismos de tratamento rigorosos contra a atuação do crime fiscal e tributário.

A vinda do Secretário de Fazenda a esta Casa ilustra o consenso do todo, do CONFAZ, dos Secretários de Fazenda e também da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia. Portanto, desejo as três informações que relatam o processo de arrecadação e distribuição, especificamente naquele Estado.

Sr. Secretário, qual é hoje o montante da dívida ativa na Bahia, o que está em execução fiscal, o que está na esfera administrativa? Há programa de incentivos fiscais? Qual é, nesse programa, a renúncia prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado da Bahia? De que modo o Estado tem aprovado legislações para o parcelamento, para a redução de multas, de encargos, e qual a eficácia desses programas de parcelamento da dívida tributária no Estado da Bahia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Concedo a palavra ao Secretário Albérico Mascarenhas para se manifestar sobre as três intervenções feitas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Pela ordem, vou responder primeiro ao Deputado Eduardo Paes. Na verdade, não sei se deixei transparecer a V.Exa. tal sentimento, mas há um consenso no CONFAZ. Listei os 22 pontos daquela reforma anterior, de 1999 e 2000, e mudamos o pensamento em relação à atual posição dos Estados, após uma série de avaliações com relação ao IGVS. Hoje tenho dúvidas. À época, não seria um erro a criação do IGVS, porque todos concordavam que iria resolver o problema dos Estados exportadores e conseguir a transição do princípio de origem para o destino.

Esse ponto, na consciência dos Estados, não existe, porque mudou a forma de pensamento. Antes os Estados aceitavam a criação do IGVS. Hoje entendem ser ele não mais necessário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Mas isso pressupõe não haver acordo na origem do destino.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Os Estados entendem que o princípio mais justo e correto para acabar definitivamente com a guerra fiscal e com uma série de possibilidades de evasão e de fraude fiscal é por meio de simulações de operações, que representam imenso custo para a máquina

administrativa dos Estados. Para tentar segurar isso é muito difícil. Realizamos intensa discussão sobre a questão, que sabemos irá acabar definitivamente com a mudança do princípio do destino.

São Paulo aceita o princípio da origem do destino desde que se encontrem mecanismos que não impliquem perda de arrecadação, porque, evidentemente, aquele Estado fez amplo ajuste fiscal e não está disposto a perder. Então, o que mudou em relação àquilo são apenas esses dois pontos. No que diz respeito a um já existe consenso; quanto ao outro poderá haver consenso desde que haja uma forma de compensar o Estado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Existe alguma proposta concreta nesse sentido?

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Não. Estamos quantificando por meio do CONFAZ. Há grupo de trabalho na COTEB que está tentando concluir as análises em relação ao comércio interestadual para que se veja o tamanho da perda de cada um. Tendo conhecimento da perda, fica mais fácil começar a discutir como fazer.

Na minha avaliação, deve haver transição para o outro sistema, um novo ICMS, e manter, por três ou quatro anos, como na proposta anterior, o sistema de tributação na origem – como é hoje. Nesse período, avalia-se sua capacidade de ganho de arrecadação com redução de sonegação fiscal. Essa transição pode ser mais longa ou mais curta. Isso pode vir em forma de lei complementar. Não sei se o Estado de São Paulo aceitaria dessa forma, mas é a sugestão de encaminhamento que temos de discutir.

O Deputado Paulo Rubem Santiago falou sobre sugestões para a redução da sonegação. A simplificação do sistema facilita a elisão, a evasão e a sonegação fiscal. Muitos contribuintes fazem isso não por vontade própria. Muitos contribuintes não usam de má-fé; a legislação é simplesmente muito complexa, principalmente para os pequenos empresários. A legislação é primitiva. Precisamos de condições para executar mais rapidamente os empresários que sonegam por dolo, má-fé, fraude, calçamento de notas, tudo que o fisco já conhece. Por não conseguirmos rápida condenação para esse tipo de ação, outros continuam com tais práticas ilegais. Certamente, esse ponto poderia trazer práticos resultados.

Na Bahia, por exemplo, temos a representação do Ministério Público que atua com a área de inteligência fiscal, com a auditoria interna. Ainda assim, há grande dificuldade de se chegar à fase final: a punição. Muitas vezes, mesmo com a presença do Ministério Público, não conseguimos prender o empresário sonegador.

Não sei como podemos agir nesse sentido, se com o fortalecimento da legislação ou com ação diferenciada do próprio Judiciário. Deve haver, sem sombra de dúvida, legislação que puna rapidamente qualquer tipo de fraude, conforme o caso citado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago de crimes fiscais em que a pessoa não consegue rápidas providências. Isso é muito importante.

O Deputado Gerson Gabrielli citou as Prefeituras. Na época, o Prefeito de Belo Horizonte, representando os Prefeitos, participou de algumas reuniões, mas as Prefeituras efetivamente não tiveram participação forte.

Com relação à guerra fiscal, existe consenso entre os Estados – a grande maioria já reviu todo seu sistema de concessão de incentivos – de que ela precisa ser eliminada. O grande problema do incentivo fiscal hoje é quando se fala que ele pode ser feito via orçamentária. A vinculação de receita dos Estados é uma proposta. Então, na hora em que se recebe o imposto, 25% vai para Educação, 13% vai para a dívida, 10,4% vai para a Saúde. Quando se faz a vinculação, com a política tributária existente, sobra muito pouco.

Por isso, defendemos política de desenvolvimento nacional mediante o apoio a essas regiões que não usam propriamente o imposto, mas infra-estrutura, financiamentos. Quer dizer, a empresa que se instalar numa região degradada, menos desenvolvida, terá direito a incentivo – pode ser benefício fiscal ou financeiro – quando estiver produzindo, gerando, por exemplo, número mínimo de empregos. Esse seria o caminho. A partir daí, a empresa teria seus ganhos, teria de casar esses mecanismos e eliminar a possibilidade de o imposto vir a ser diretamente a forma de tributo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Só um complemento, Sr. Secretário. A legislação dos programas de incentivos aos Estados, em grande número de Unidades da Federação, não só assegura mecanismos de controle, de auditoria e de acompanhamento das metas, principalmente das metas de geração de emprego, como também é omissa. Os próprios Tribunais de Contas se ressentem de mecanismos eficazes para acompanhar o prometido, o que, via de regra, não é atingido.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– É verdade. O Deputado Paulo Rubem Santiago abordou a questão da mudança do cadastro.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI

– Sr. Presidente, lembro apenas que levantei a questão da CPMF. Aproveitando a oportunidade, existe o aumento do número de mecanismos de substituição tributária. Nessa proposta, como fica essa questão hoje crescente no País.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Com relação à CPMF, sou contra a ampliação da lei. Considero-a um imposto hoje não tão nocivo quanto se imaginou inicialmente. Existem muitas vantagens até do ponto de vista de respaldo para a própria fiscalização identificar, por meio de movimentação financeira, uma série de fraudes, possibilidades de lavagem de dinheiro, enfim, uma série de ações que podem ser feitas.

O aumento da alíquota, pelo princípio da Carta de Brasília, não vai aumentar a carga tributária. Há preocupação de não haver aumento da carga tributária, e sim redução, porque ela é muito maior do que arrecadamos e já não estamos conseguindo arrecadar. Diminuindo-se a elisão, a sonegação, podemos beneficiar alguns setores como, por exemplo, o da alimentação. A cesta básica precisa ser desonerada do imposto, até do ICMS. Mas os Estados não suportariam. Na Bahia, não pode haver desoneração da cesta básica, que corresponde a quase 200 milhões de reais por ano de receita. O Estado não suportaria.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – V.Sa. pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Paulo Bernardo, peço a V.Exa. que espere a ocasião própria, porque senão vamos ter discussão paralela e os demais Deputados não terão oportunidade.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço ao Secretário, então, que atenda ao Deputado Paulo Bernardo, com minhas escusas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

– Para esclarecer o Deputado, repito o que disse anteriormente: se conseguirmos reduzir a sonegação, a elisão, conseguiremos melhorar a arrecadação. Com isso, poderemos também trabalhar a redução da carga em alguns setores, como o da cesta básica. É fundamental hoje, no Brasil, pela condições de vida da população, que eliminemos a carga tributária sobre a cesta básica; progressividade importante para o imposto, mas os Estados não suportariam. Os Estados do Nordeste não suportariam abrir mão da carga tributária da cesta básica. Reduzimos alguns produtos, eliminamos outros, mas é difícil conseguir isso. Na Bahia, por exemplo, seriam quase 200 milhões de perda de arrecadação.

A substituição tributária é fundamental instrumento para o processo de arrecadação. Se fragilizarmos o sistema de substituição tributária, a sonegação irá tomar conta do País. O Supremo Tribunal Federal teve grande consciência quando tomou a decisão de considerar constitucional a substituição. Imaginem cobrar

de segmentos altamente sonegadores, que fraudam, no caso do setor de cigarros, de bebidas. Se fôssemos cobrar isso em cada ponto de venda seria impossível. Portanto, é preciso fortalecer, cada vez mais, a substituição tributária.

O Deputado Paulo Rubem abordou também a mudança no cadastro. Para podermos reduzir a sonegação fiscal é fundamental adotarmos cadastro único em todos os Estados brasileiros. Não faz sentido os Estados terem um cadastro e a União ter outro para a mesma empresa. O CNPJ pode ser a única inscrição do contribuinte, com o controle dos fiscos estaduais e do fisco federal e tendo seu cadastro atualizado diariamente. Caso haja fraude no fisco estadual, constará no cadastro do Estado e o fisco federal descobrirá na hora. Se ele pratica um crime no fisco estadual – isso é histórico – pratica no federal.

Há alguns anos, estamos tentando fazer essa troca, que está na pauta. O Secretário da Receita, Jorge Rachid, já se comprometeu a discutir a questão no seio dos Estados. Os fiscos devem se integrar mais. Não podemos conceber fiscos que falem linguagem divergentes. Às vezes, eles fiscalizam a mesma empresa, sem saber o que acontece em outra. A integração e a disponibilidade das informações dos fiscos são de fundamental importância para o combate à evasão.

O próprio fato de haver Juntas Comerciais dissociadas é outro ponto. Na Bahia, atualmente, não há mais inscrição estadual e da Junta. O empresário abre sua empresa na Junta Comercial, e a documentação que lá apresenta serve para a Secretaria de Fazenda. O cadastro é único. Quando preciso, vou lá buscar. Nesse processo, simplesmente buscamos dificultar a abertura de novas empresas, principalmente nos setores que sabemos ser de muita sonegação. Por exemplo, o setor atacadista. É comum, na abertura de comércio atacadista, por exemplo, gerar crédito, não pagar impostos e, após seis meses, ele fechar. O chamado “laranja”. Existe muito isso. Certa vez fomos atrás de um empresário sonegador e constatamos que ele morava num humilde bairro de Salvador e nem sabia que era dono da empresa; era um “laranja”.

Por isso, hoje exigimos a comprovação da capacidade financeira do sócio. Quando a empresa pede a inscrição, verificamos se o sócio tem capacidade de possuir aquela empresa. Solicitamos o endereço para verificar se o cidadão mora numa favela, se não possui bens ou se está sendo usado pelo patrão para registrar a empresa no nome dele.

Temos combatido dessa forma. Mas a forma fundamental e preponderante de se combater a sonegação, sem dúvida, é a integração dos fiscos em todas as esferas de Governo: INSS, fisco federal, Receita

Federal, Estadual e Municipal, porque o sonegador normalmente o faz nos três segmentos. Então, é possível saber exatamente o que está acontecendo em cada um deles.

Com relação ao levantamento da dívida pública, a Bahia possui uma dívida de aproximadamente 4 milhões de reais, incluindo a dívida em cobrança judicial e a administrativa.

Estamos desenvolvendo hoje importante trabalho. Temos feito reuniões periódicas com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que também tem realizado trabalho fundamental com os juízes de Vara de Fazenda Pública.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia promove cursos de pós-graduação e de especialização para os integrantes do Judiciário, na área do Direito Tributário – inclusive juízes participam dos cursos –, como forma de integrar os dois Fiscos e de preparar as pessoas que trabalham nos cartórios, para que consigamos juntos fazer esse tipo de ação. Por isso, o trabalho do Presidente tem sido importante.

Determinado juiz na Bahia está há quatro anos sem proferir sentença em uma única ação fiscal, o que acaba ajudando os sonegadores. Então, a integração com o Judiciário é fundamental, porque muitas vezes eles apostam no tempo. Leva-se vinte, trinta anos sem que a sentença seja decretada.

O Deputado perguntou também sobre o programa de incentivos fiscais. No Estado da Bahia, há o chamado Programa Desenvolve, com o qual se tem a dilação de prazo no pagamento do ICMS, e o benefício pode chegar a 75% do imposto, que é a parte que cabe ao Estado. Ele passa por uma matriz de aderência, em que o número de empregos oferecidos, a localização da empresa, o comprometimento com o meio ambiente e outros fatores são colocados numa planilha, para estabelecer se o benefício será maior ou menor. Se ele se estabelecer numa região de semi-árido, numa região menos desenvolvida, terá incentivo maior, porque sua capacidade é menor. Apesar de não ser ideal, é um sistema inteligente. O ideal seria congregarmos num só sistema os federais, os estaduais, os financeiros e os de infra-estrutura e só ser concedido a partir do momento em que se comprovasse geração de emprego e mais estabilidade e condições de crescimento naquela atividade.

Outra questão trata do parcelamento e dos programas de redução de multas, que instituímos em dois no Estado da Bahia, em conjunto com o CONFAZ. Posso afirmar que os resultados foram muito bons, apesar de não serem ainda os desejáveis. Mas conseguimos recuperar parcelas significativas, principalmente de pequenos e microempresários.

Antigamente, numa infração havia 100% de multa, mora pesada e correção monetária. Com isso, o imposto de 1.000 reais terminava se transformando em 10 mil reais. Então, o importante para o Estado é cobrar o imposto, e não cobrar multa. Precisamos cobrar o imposto que a sociedade destinou para o Estado – repito –, e não a multa. Muitas empresas hoje não têm condições de pagar essa dívida, principalmente as anteriores ao ano de 1994, porque se torna simplesmente inviável fazê-lo. Fizemos um esforço muito grande de cobrança, inclusive com a participação do Judiciário, e conseguimos, por duas vezes, recuperar o prejuízo. O último foi concedido pelo CONFAZ no ano passado, porque alguns Estados estavam em situação extremamente difícil e tentaram fazê-lo, até num ato de desespero.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o CONFAZ entendeu necessária, digamos, a anistia naquele momento para multas e acréscimos moratórios, cobrando imposto corrigido e concedendo parcelamento maior. Os parcelamentos só foram estendidos para as cooperativas. Para o contribuinte comum, o prazo era de cinco anos – hoje é igual em todos os Estados. Essas anistias de multas e juros não são desejáveis, mas, pelas distorções do sistema e pelas dificuldades enfrentadas, às vezes está se acabando com empresas, empregos e criando mais dificuldades para o País, porque os Estados concordaram e aprovaram, no ano 2002, a dispensa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Sr. Secretário.

Ouçõ agora o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Luiz Bittencourt, não sei se o Relator ainda vai fazer questão de ordem. Concederei a palavra em seguida a V.Exa., para sua questão de ordem.

Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Obrigado, Sr. Presidente. A observação feita pelo Deputado Gerson Gabrielli, que se dirigiu diretamente ao Relator, até me proporciona condições de esclarecer alguns pontos que considero imprescindíveis para o bom funcionamento da Comissão.

Reitero, na condição de Relator – espero ser o mais fiel possível à Comissão: que possamos constituir um corpo coletivo de debates e discussões conjuntas. Pretendemos que esta Comissão expresse o consenso

obtido no País ou aquilo que puder ser construído como solução. Ao mesmo tempo, sou uma pessoa absolutamente entusiasmada com a idéia da reforma tributária. Efetivamente, temos de fazê-la. Tenho sobretudo a convicção do desafio histórico de fazer agora a reforma tributária. Para mim, é um imenso desafio.

As virtudes da reforma tributária são evidentes – e o Secretário mencionou isso. A manutenção do atual sistema traz perversidades evidentes. S.Exa. mesmo reconheceu que lamenta não poder desonerar os produtos de primeira necessidade. Temos algumas questões que devam ser evitadas. Devemos preferir os impostos diretos em relação aos indiretos, os não cumulativos em relação aos cumulativos. São posições, de princípio, filosóficas, que nos orientam, mas não nos impõem decisões objetivas e absolutas sobre elas. Isso seria impossível. Ninguém aqui ousa fazer qualquer redução absoluta em torno dessas questões.

A meu ver, para fazer a reforma tributária, devemos, em primeiro lugar, fazer a inclusão tributária. Como fazer reforma tributária sem aumentar a carga e fazendo a inclusão daqueles que estão hoje à margem? Tudo que propiciar outra maneira de aumentar a arrecadação sem aumentar a carga é desenvolvimento econômico, tudo que favorecer o desenvolvimento e a produção é positivo. Temos de evitar a cumulatividade, é verdade, mas o principal monstro cumulativo é a COFINS, que deve ser desmontada e exerce efeito sobre o ICMS e a receita dos Estados. Para se evitar o pagamento da COFINS, deve-se também necessariamente passar para a informalidade e deixar de recolher o ICMS.

De todos os tributos cumulativos – isso é resultado de observação –, o menos perverso, sem dúvida alguma, é a CPMF.

Se quisermos fazer a reforma tributária – e o Secretário reconhece, na sua fala, que falta algo para ela se tornar viável, inclusive diminuir a carga tributária em outros tributos –, precisamos de solução objetiva.

Nesse sentido, vou dar uma explicação. Propus para mim a tarefa de ser talvez até o Judas da Quaresma, ficar ali para tomar pancada. Mas não posso compartilhar isso com V.Exas. Falo apanhar para podermos discutir, analisar a reforma tributária no seu conjunto. Sou radicalmente contra o aumento da CPMF. Admito a reforma tributária – aliás, é posição do meu partido. Sempre fui contra o aumento da CPMF, e não queremos discutir-la, e sim a reforma tributária.

No bojo de outra reforma ou de outro modelo, quem sabe possamos transformar a CPMF num imposto, com participação de Estados e Municípios? Esse deve ser o princípio geral, à exceção daquelas contribuições que são aplicadas em alguns segmentos, em

alguma função exclusiva da União. As compartilhadas deviam ser compartilhadas também. Não há razão para a CPMF continuar sendo essa fantasia, ela é um tributo, um imposto que, depois de experimentado na condição de provisório, será ou não incluída. Precisamos encarar a realidade.

Faço a minha parte. Pretendo discutir – já anúncio – duas questões, não em nome da Comissão. Não tenho por que pedir apoio de quem quer que seja para isso. Conheço a posição do Presidente e de muitos Deputados. Não tenho por que também evitar o debate porque não obtive o consenso ainda. Então, vamos fazê-lo.

Desejo discutir também uma contribuição que possa alcançar alguns excluídos da solidariedade tributária, aquelas pessoas que recebem do setor público altos rendimentos, seja de salários, de aposentadorias, de proventos, que recebam do Regime Geral da Previdência, precatórios do setor público, que recebem mais de dez salários mínimos. Não tenho de pedir autorização para a Comissão porque seria injusto com V.Exas., meus colegas. Vamos abrir essa discussão, e, depois, se for o caso, ela seria incluída, até por força do Relator.

Reitero meu compromisso absoluto com a solidariedade no funcionamento, na condição de Relator, que seja inclusivo também nas opiniões, nos resultados e na participação de cada um. Se a sociedade brasileira nos cobra soluções, vamos apresentar caminhos, Secretário. O caminho pode não ser esse, mas deve haver algo nessa transição, que tanto nos entusiasma. Sou entusiasta, e vamos encontrar o caminho do desenvolvimento, da ampliação da base tributária, mediante a inclusão, porque evitará a sonegação, a elisão. Dessa forma, viabilizaremos inclusive a desoneração dos produtos de primeira necessidade, os próprios pagamentos, a produção e conseguiremos o crescimento econômico e o incremento das exportações. Se, nesse conjunto, não conseguirmos a compreensão nacional posso fazer a transformação da CPMF para IMF, sem aumentar um centavo para a União, faremos uma reforma tributária que não vai acrescentar ou tirar nem mais um centavo para a União.

Se quero incluir Estados e Municípios, tenho de fazer um ajuste em que todas as análises econômicas mostrem ser absolutamente suportável a fixação em 0,5%. Não tenho nenhuma dificuldade para dizer isso. A Argentina fixou em 1,2%, caiu para 0,6%. Não quero também a solidariedade de ninguém para virar paladino disso, porque é desagradável e contraria a nossa posição, o princípio de reduzir a carga tributária dos cumulativos, mas tenho convicção também de que, sem fazer a transformação tributária, vamos ficar

eternamente dependentes da atual CPMF: falsa, porque não é provisória.

Se, futuramente, quisermos reduzir a carga tributária da CPMF, precisamos dessa transição para perder a dependência dessa droga, no sentido dos impostos cumulativos. A CPMF já mostrou as suas virtudes como tributo fiscalizatório e já mostrou também as suas virtudes como tributo arrecadatário. Digo virtudes porque, sem dúvida, é o menos perverso de todos os cumulativos.

Coloco-me de forma aberta e sinto que estou cumprindo a minha função. Discutir algumas posições com o Deputado Walter Feldman implica bônus e ônus. S.Exa. já viveu essa situação, então, ganhou bônus. Ótimo. Há exposição de mídia? Espero compartilhar com todos, mas há o ônus também de abrir certos debates desagradáveis. Se se chegar a bom termo, compartilharão, se não se chegar, é o preço que pagaremos pela posição assumida.

Reafirmo minha solidariedade, na condição de Relator coletivo, com esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Com a palavra o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário Albérico Mascarenhas, Srs. Deputados que participam desta Comissão, serei bastante rápido.

É importante apresentar algumas questões, como a importância da posição dos Secretários da Fazenda nos Estados. Trabalho baseado em algumas lógicas, e uma delas é a visão nacional que a Câmara dos Deputados deve ter. A outra é forte: é como vai ficar a situação de cada um dos nossos Estados após a implantação e a aprovação da reforma tributária no País.

Duas questões interessam todos os Estados, especialmente o meu, conforme V.Exa. já abordou, mas vou relatá-las. E, como disse o Ministro Antonio Palocci, podem ser uma parede no processo da reforma tributária se não soubermos transpô-las. Uma delas é a discussão origem/destino. O Espírito Santo, por exemplo, como outros Estados importadores cujo comércio externo é muito forte, tem muito receio em alterar o sistema híbrido hoje existente. Atualmente, temos um sistema em que boa parte da tributação está na origem, e outra parte, no destino. O Estado adaptou-se a essa situação e criou mecanismos de desenvolvimento ligados à importação. Portanto, essa é uma das dificuldades, de fato, que os entes envolvidos identificaram e vamos ter de enfrentar. A outra diz respeito aos mecanismos de desenvolvimento e

aos incentivos. Se conseguirmos ultrapassar esses dois caminhos numa proposta consensual, a reforma ficará bem mais fácil.

Também peço ao Sr. Relator que pondere o seguinte: as principais idéias da proposta do Governo, embora ainda não apresentada à Casa nem formulada oficialmente, mas de conhecimento da sociedade e da Câmara, relacionam-se ao ICMS, à regulação da legislação federal, à transferência – se não de uma vez, pelo menos gradual – da cobrança da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos, por valor bruto, da arrecadação da empresa, da desoneração da cesta básica, apresentada a esta Casa pelo Sr. Ministro, e da transformação da CPMF num imposto permanente. Essas são as propostas básicas que vêm sendo debatidas pelo Governo Federal e talvez não sejam alteradas muito além disso.

Estuda-se também o piso da COFINS e a unificação dos dois tributos. Pergunto: na sua visão, o que está sendo anunciado vai fazer com que cheguemos aos objetivos de simplificação dos impostos, de geração de emprego, de competitividade com outros países, enfim, com que cheguemos a todos os princípios que devem nortear a reforma tributária? O que está sendo gestado hoje no Governo Federal vai propiciar alcançarmos esses objetivos, ou a discussão por parte do Governo ainda é muito tímida?

Essa é uma questão, mas desejo apresentar mais duas.

A reforma tributária deve servir para algo. Se vamos mudar a legislação, temos de criar um sistema que promova a justiça social. Precisamos arrecadar de quem tem recursos para transferi-los para quem não os tem, a fim de diminuir as desigualdades sociais do País, uma das maiores do mundo. Sabemos que não vai haver diminuição da arrecadação, de acordo com os entes envolvidos na discussão. Apesar de a carga tributária nos últimos anos ter crescido 530% e o PIB 287%, acomodamo-nos nessa situação devido aos gastos e aos compromissos da administração pública. Mas a tendência é não haver alteração nem diminuição da carga tributária.

Duas questões são fundamentais para que possamos buscar o mínimo de justiça social. Primeiro, radicalizarmos numa posição para simplificar e diminuir a carga tributária sobre as microempresas. Precisamos radicalizar para atender à questão da inclusão, como disse o Deputado Virgílio Guimarães. Hoje a Constituição estabelece tratamento diferenciado, o Governo Federal tem o SIMPLES federal, diversos Estados têm tratamento diferenciado, outros Estados não o têm, embora deveriam tê-lo. Acho que se esta Comissão pudesse orientar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado, gostaria que V.Exa. tentasse ser um pouco mais rápido, por causa da quantidade de companheiros inscritos. Precisamos dar oportunidade a todos.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Estou terminando, Sr. Presidente. Penso que esta Casa deveria radicalizar para simplificar e diminuir a carga tributária das microempresas. Isso é fundamental no processo.

Outra questão. Mesmo que os Estados não tenham condições de promover a justiça social, pois para isso é preciso alguma compensação, a desoneração da cesta básica é fundamental no País.

Desculpe a demora, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Renato Casagrande.

Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Cumprimento o nobre Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Albérico Mascarenhas, que, na formulação geral, representa também o CONFAZ e não apenas a posição do Estado baiano. Agradeço-lhe a vinda. Como dirigente do CONFAZ, S.Exa. tem acumulado informações sobre o pensamento dos Estados brasileiros. Cumprimento também o Deputado Virgílio Guimarães, cuja sinceridade muito me agrada. Acho bom que as coisas sejam assim, porque sempre há um fundo maquiavélico em tudo o que se faz, e acredito que devemos reduzir esse aspecto.

Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, que, com muita precisão, dirige esta Comissão, existe um equívoco cultural em relação a São Paulo, Estado sempre citado como uma estrutura que eventualmente dificulta o caminho. Isso é um equívoco. São Paulo é um Estado de brasileiros. Seguramente, não há lugar onde existam mais baianos, a não ser a Bahia, e isso se reflete em todos os outros Estados. Um dos lugares com mais prestígio da zona leste de São Paulo é a Praça do Forró, onde todos os finais de semana milhares de nordestinos se reúnem para atividades de lazer e cultura. Lá não existe diferenciação.

No Brasil, apesar das diferenças regionais, há grande integração e fraternidade entre os Estados. Entretanto, temos uma formação patrimonialista. Nós entendemos a gestão de Estado e de Município do ponto de vista dos nossos limites, o que dificulta bastante. Esse é um dos problemas, Deputado Virgílio Guimarães, por exemplo, que dificultam a ação administrativa gerencial nas questões metropolitanas. Os Municípios vizinhos não se entendem para uma gestão muitas vezes conjunta e necessária sobre transporte,

lixo, transporte, abastecimento etc. Esse é um defeito que temos de superar.

São Paulo, como todos sabem, adquiriu um tipo de desenvolvimento industrial e tecnológico que, na nossa avaliação, não retira os benefícios que o Estado proporciona para a Nação brasileira, haja vista a questão do Fundo de Participação dos Estados. A própria CPMF, mencionada pelo Deputado Virgílio Guimarães, embora seja questão extremamente polêmica, representa 63% da arrecadação do Estado, e o IOF, 68%. Portanto, damos extraordinária contribuição ao Tesouro, mas isso fica também registrado como um peso maior sobre São Paulo. Essa é uma questão dramática que tem de ser vista.

Quanto à sugestão feita por V.Exa. de elevar a CPMF para 0,50%, até para criar um mecanismo de compensação para ajudar os Estados exportadores líquidos,

serão esses mesmos Estados que darão a maior contribuição para esse fundo, porque lá haverá a maior incidência de arrecadação.

Portanto, não é simples, é complicado tomarmos decisões como essas e, por princípio, por conceito – parece que há vários conceitos genéricos aqui, não devemos aumentar a carga tributária. A situação não apenas é dramática para o cidadão, para o contribuinte, mas também fundamental para a transformação com que sonhamos: a questão da exportação e a competitividade.

Outro ponto que me parece interessante é o populismo, que faz parte da história brasileira. Sempre gostamos de dizer aquilo que a sociedade quer ouvir. O problema é quando tomamos medidas que a sociedade quer que sejam tomadas, mas que, a longo prazo, criam mudanças estruturais dramáticas, como o tema da guerra fiscal, ponto em que discordo do Sr. Secretário. Os Governadores não deveriam ter feito a guerra fiscal: ela é maléfica para o Estado, é maléfica para a competição do capitalismo aberto que temos hoje e é maléfica também para os Estados, que importarão tributos que não foram pagos.

Desde 1998, a guerra fiscal não tem levado os Estados que a adotaram a percentuais adequados. Muito pelo contrário, temos uma tabela que demonstra que os Estados que anteriormente eram os que mais exportavam e atraíam mais investimentos continuam os mesmos, pois não é apenas o incentivo que leva à atração dos investimentos.

Como disse o Deputado Eduardo Paes, temos de discutir o desenvolvimento regional. Não se deve disputar com a Bahia características que só ela tem, ou que o Piauí ou Minas Gerais têm – é uma guerra fratricida, e o resultado é ruim para todos. Não tem

sentido, no capitalismo aberto, o Estado proteger determinada indústria, em detrimento de outra. Não tem lógica essa definição. Portanto, a guerra fiscal deveria ser uma questão conceitual, e não deveria ser necessário criarmos mecanismos para evitá-la. Deveríamos evitá-la em seu conceito.

Outra questão que me parece extraordinariamente importante é o projeto Mussa Demes, que, embora preliminar, sofre alterações todo o tempo. Quando o Governador Mário Covas definiu que deveríamos apoiar origem e destino baseado no projeto Mussa Demes, estava lá a idéia do ISS, do ITR, do IPI. Tudo isso, neste momento, está sendo desconsiderado como não possível. Tenho informações de que há estudos de que o IVV é positivo para os Municípios, porque, evidentemente, se incorporarmos o ISS, vai haver maior repartição e a cobrança do ISS pelo IVV, quando grande parte dos Municípios não cobram nada.

O Ministro Antonio Palocci, na casa do Deputado João Paulo Cunha, informou que não há compromisso com os Municípios e que, depois da marcha dos Prefeitos, isso estava resolvido. Parece-me que ainda não devemos baixar essa bandeira, fundamental para a estrutura da arrecadação. O ISS não deve ser considerado uma coisa já resolvida para o poder tributário dos Municípios. Devíamos continuar discutindo-o, e essa parece ser também a opinião do Deputado Mussa Demes. Quando S.Exa. fez seu relatório, não havia CPMF nem CIDE e o ISS era um consenso. Enfim, uma série de mudanças foram realizadas.

Para encerrar, quero dizer que estamos transformando o debate da reforma tributária na discussão do ICMS. Ainda não vejo a contrapartida do Governo Federal, que fala em folha de pagamentos, às vezes na questão da CPMF, mas sem definir muito, além da descrição como imposto, a redução. O aumento da arrecadação com o PIS, na transformação do fim da cumulatividade, já poderia ser o início de um fundo de compensação de origem e destino. Vejo que a COFINS vai mudar também, e nós vamos continuar com esse recurso federal.

Qual a contrapartida do Governo Federal em relação às transformações do ICMS que vamos fazer? Ainda não consegui ver nenhum sinal em relação a isso.

Quero dizer ao Deputado Virgílio Guimarães que é muito difícil para nós alterarmos a CPMF. Entendo a preocupação de V.Exa. e acho que a redução da CPMF, do PIS/COFINS e do próprio IPI poderia ser a contrapartida federal para resolvermos origem e destino, possibilidade essa que deixo para discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Como é visível a ausência do Deputado Armando Monteiro, que era o próximo inscrito, passo a palavra ao Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário, a quem cumprimento pelas considerações tecidas, vou me permitir apenas algumas breves análises e indagações.

Comungo da empolgação do Relator relativamente à reforma tributária. Temos uma responsabilidade histórica neste momento e não devemos apenas tangenciar a questão, mas ir fundo nela, transformando esta Comissão e este Parlamento num agente efetivo da consecução dessa reforma tão importante para o País.

Não vou aqui defender a guerra fiscal, quero apenas fazer uma observação sobre a última consideração tecida pelo Sr. Secretário: a necessidade de uma política de desenvolvimento. Entendo que tivemos um período crítico de guerra fiscal pela absoluta ausência de política de desenvolvimento.

Quero também dizer ao Deputado Walter Feldman que passei pelo Executivo e acredito que nenhum Governador, nenhum Secretário, nenhum Prefeito de forma entusiasmada abre mão de receita ou oferece vantagens, ou o que for porque tem interesses escusos em relação à empresa que vai se instalar, mas porque sofre pressão violenta no sentido de gerar empregos e de fomentar o desenvolvimento, a tal ponto que a própria população diz que oferece o que tiver e o que não tiver, o que puder ser dado no futuro ou o que puder ser resgatado do passado. Essa é a realidade.

Se não tivermos uma política de desenvolvimento, ciclicamente, com ou sem reforma tributária, vamos ter momentos dessa natureza, porque a lógica do investimento empresarial é ir em direção oposta à das regiões deprimidas, não apenas em âmbito nacional, mas em âmbito estadual. Vejo isso na própria realidade de meu Estado. A lógica do investimento é ir para onde já haja boa infra-estrutura, mão-de-obra qualificada, para onde estão os concorrentes, pela própria cultura daquela atividade. Ora, com todo o respeito e com todo o aplauso, isso leva os investimentos para São Paulo, para Santa Catarina... Para inverter um pouco essa situação, há que se ter algum tipo de compensação que leve o empresário a reconsiderar. Portanto, se não fomentarmos a política de desenvolvimento, a guerra fiscal vai ser cíclica.

Em relação à reforma tributária como tal, preocupa-me ouvir falar das neutralidades. Fazer uma reforma cheia de neutralidades soa-me como realizar as mudanças essenciais para o País desde que, ao final, fique tudo mais ou menos como está. Discordo

veementemente dessa idéia de neutralidade. É claro que não tenho a irresponsabilidade de achar que todas essas transformações e neutralidades possam ser instantâneas, mas que, no mínimo, sejam gradativas. Tomemos a própria questão da carga tributária. Não acho justo que o Presidente Lula pague a conta, mas me parece justo que, a médio prazo, também os contribuintes deixem de pagá-la. Devemos ter em mente que, pelo menos a médio prazo, há que haver algum tipo de redução.

Também, Sr. Secretário – e este é o ponto aonde queria chegar, ouvi sua manifestação sobre a repartição das receitas, que, embora não seja uma matéria essencialmente tributária, é de cunho financeiro e me parece fundamental para esta discussão. Disse V.Sa. que, em princípio, fica tudo como está. Quero dizer que discordo disso. Acho que este é o momento de modificar a repartição, até por uma razão muito clara: a repartição de hoje não é a mesma de poucos anos atrás. Então, cometeríamos a injustiça de deixar tudo como está depois que alguém correu na frente e já ajeitou seu lugar.

No mínimo, teríamos de retroagir ao período anterior, porque é público, notório e sabido que a União, nesses últimos anos, encarregou-se de ampliar sua arrecadação, de estabelecer e tratar com carinho os tributos não-compartilhados e deixar, com certa negligência, os tributos compartilhados – o Secretário citou esses números. Acho fundamental revermos essa repartição, ainda que em implantação gradativa.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V.Sa., para ver se entendi bem ou se os Secretários acordaram no sentido de manter a divisão atual, que também vai manter o quadro de estrutura do Estado brasileiro, essa peregrinação dos mendigos a Brasília – os Prefeitos e Governadores que vêm atrás de recursos.

Para finalizar – minha opinião é técnica e política – , concordo, Deputado Walter Feldman: é fundamental mexermos nesse eixo que o Deputado Virgílio Guimarães citou, dos impostos diretos e indiretos. É interessante observar que nós – eu também me incluo nesse problema – sempre acabamos discutindo os impostos indiretos. Nossa discussão de reforma tributária é o ICMS, o IPI. Não saímos desse eixo, quando, na verdade, tínhamos de pensar um pouco no outro eixo, porque os impostos indiretos constituem o núcleo da injustiça – conceitualmente, o imposto indireto é injusto, sabemos disso. Ele pode ser necessário, mas é injusto.

Pergunto se não seria mais sensato pensarmos num ICMS seletivo, efetivamente concentrarmos o esforço de arrecadação do tributo indireto em determinados bens e produtos que, pela sua dimensão e pelo valor

de sua arrecadação, já satisfariam o interesse arrecadatório. O ICMS não é um imposto complicado. Afirmo isso porque conheço o assunto. Ele só é complicado porque precisamos abrir exceções sistematicamente, mas ele é um imposto simples, extremamente simples. Porém, toda vez que se abrem as exceções necessárias, gera-se uma complexidade enorme na legislação. Esse é o problema. Como se tributa? Tributa-se a venda, credita-se depois, e assim por diante. Imaginem que se decida não tributar o leite. Faz-se um decreto abrindo exceção para o leite. Mas se for leite que contém cálcio tem de se tributar. Então, modifica-se o decreto esclarecendo que só fica isento o leite que não tenha o aditivo de cálcio. De outra parte, existe o programa social de alimentação das Prefeituras. Nova alteração: quando se tratar de leite com cálcio para o programa das Prefeituras dos Estados, também fica isento. Isso vira uma loucura, do ponto de vista da arrecadação. Estou dando um exemplo prático porque vivi isso – sou fiscal de carreira, Secretário da Fazenda – e posso garantir que acontece, que é verdade.

Penso que essa complexidade só vai se desfazer se adotarmos critérios, à exceção da pequena e microempresa. Hoje, em Santa Catarina, por exemplo, o grosso do ICMS – e vejam que temos um Estado até dinâmico do ponto de vista econômico e com boa produção – é a energia, o combustível, a telefonia. Isso é que faz a arrecadação do ICMS.

Pergunto a V.Sa.: não seria esse o caminho para simplificarmos, agilizarmos, melhorarmos os impostos indiretos e tentar dar ênfase maior à tributação direta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito obrigado, Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – V.Exa. pede a palavra para apresentar questão de ordem ou deseja fazer perguntas ao Sr. Secretário?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Eu só gostaria de fazer uma indagação ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Solicito a V.Exa. que se inscreva e aguarde, pois, no próximo bloco, com certeza será ouvido. Há outros oradores inscritos.

Com a palavra o Sr. Secretário Albérico Machado de Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO DE MASCARENHAS – Começo pelo Deputado Renato Casagrande. S.Exa. perguntou, objetivamente, se o que está sendo gestado é suficiente. Com relação ao ICMS, sim, pois estamos discutindo e propondo o que estava no relatório do Deputado Mussa Demes e acho que atingimos

o objetivo do ICMS. É uma legislação única para todo o Brasil, com regulamento único – e isso já garante uma simplificação muito grande, com alíquotas uniformes por tipo de produto, por classe. Isso, sem dúvida, constitui mudança muito grande no sistema. É claro que há o problema do princípio de origem e destino, que ainda não está definido, mas é fundamental nesse processo.

Com relação aos impostos federais, ainda não posso responder a S.Exa., porque ainda não conheço em detalhes a proposta do Governo Federal. Há um ditado que alerta que o diabo mora no detalhe, pois é no detalhe que veremos se efetivamente estamos atingindo isso. Então, eu realmente ainda não teria como dizer, por não conhecer em detalhes o que vem do Governo Federal, se ela é suficiente ou não.

Quanto à simplificação de impostos para microempresas e redução da carga, acho isso fundamental. Quem mais gera emprego no Brasil são os pequenos e microempresários.

Na Bahia há um sistema muito interessante. O microempresário baiano, além de pagar um valor fixo, com uma carga inferior a 1% do ICMS, ele paga na conta de luz. Isso é bom para o Estado, porque reduz a sonegação, e é bom para ele, porque não há nenhum tipo de burocracia. Quando ele se inscreve, indica sua faixa. Não precisa ter livros, apenas notas fiscais de compra e venda registradas. Não há necessidade de livros fiscais. Ele paga o ICMS na conta de luz. O valor é fixo, mas varia em função da faixa. Acho que isso é um grande avanço.

A respeito dos ambulantes, nós os isentamos do pagamento. Devido ao esforço de cobrança e à capacidade contributiva, concluímos que não vale a pena cobrar de ambulantes.

É fundamental e muito importante, não tenham a menor dúvida, que quem mais gera e tem capacidade de gerar emprego no País são mesmo os pequenos e microempresários.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Secretário, só para enriquecer, a substituição tributária, que V.Sa. disse ser um mecanismo interessante, em muitos casos exclui o pequeno e o microempresário, quando implantada em determinados setores. Há algum caminho para equacionar isso? Muitos pequenos empresários foram beneficiados com o SIMPLES, com o SimBahia, mas quando entram nas substituições são automaticamente excluídos e há uma carga tributária remanescente muito forte.

O SR. ALBÉRICO MACHADO DE MASCARENHAS – Esse é um problema bem complexo, Deputado. Sabemos que temos dificuldades de cobrar determina-

dos setores, historicamente. Quando não se cobra de ninguém, prejudica-se o pequeno empresário.

Com relação ao microempresário, como cobramos um valor fixo, ele já paga automaticamente. E se o segmento é altamente sonegador, o médio empresário que sonega tem poder de concorrência melhor do que o microempresário. Então, às vezes a substituição pode, em princípio, parecer prejudicial, porque aumenta um pouco a carga dele, mas em termos de competitividade ela dá melhores condições ao pequeno empresário.

Na Bahia, V.Exa. se lembra, tivemos uma discussão muito acalorada sobre substituição tributária no setor de autopeças. Há forte sonegação nesse setor. Quando fizemos a substituição, houve ganho na arrecadação e equilibramos muito mais o sistema. Os pequenos podem estar pagando mais, mas há condições de competitividade muito maior, porque quando ele é pequeno, normalmente seu custo é menor também. Então, nesse aspecto, ele pode beneficiar.

No que se refere à desoneração da cesta básica, já emiti minha opinião: sou totalmente favorável. Talvez seja este o momento de incluirmos o assunto, de buscarmos uma forma de desonerar a cesta básica, mesmo que seja gradativamente.

Deputado Walter Feldman, São Paulo não está dificultando. O ex-Secretário Yoshiaki Nakano, ferreiro negociador no CONFAZ, o Secretário Fernando Dalacqua, e agora o Secretário Eduardo Guardia temos conversado. Hoje à tarde, eu, o Secretário Eduardo Guardia e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda vamos ter um debate sobre isso, vamos conversar sobre reforma. São Paulo tem dado uma contribuição muito grande. Entendo a posição de São Paulo, mas realmente é um fator que dificulta a reforma neste momento. Se houvesse consenso, se não houvesse essa perda de São Paulo, teríamos resolvido 95% da proposta de reforma.

Quanto à guerra fiscal, que dizem que os Governadores não deveriam ter feito, respondo também ao Deputado Paulo Afonso. Existem dois tipos de guerra fiscal, uma das quais extremamente predatória: aquela que concede benefício a determinado setor na tentativa de atrair um pouco mais de operações, às vezes simuladas – por exemplo, a circulação apenas da nota fiscal e não da mercadoria. Nesse caso, um setor é beneficiado em um Estado e, em cascata, os outros Estados terminam por conceder esse benefício também. Dou exemplo do setor atacadista. Praticamente todos os Estados brasileiros concederam determinado benefício ao setor atacadista por conta de um Estado ter concedido um benefício em que circulava simplesmente a nota fiscal, a mercadoria nunca ia. A medida

objetivava fazer com que aquele Estado ganhasse um pouco mais. Essa guerra fiscal é extremamente predatória.

O sistema hoje está tão complexo que no CONFAZ, por exemplo, criamos um grupo de trabalho para tentar resolver essa situação. Não conseguimos. Houve empenho e vontade dos Secretários e do Governo Federal, mas não conseguimos resolver. Então, essa guerra é extremamente predatória.

Concordo também com que a guerra para atração de investimentos não é a melhor saída, mas não resta alternativa. Não temos opção, por exemplo, para cidades do interior do Estado da Bahia e do Nordeste em que não há uma única forma de geração de emprego. Não pode ser turismo, porque não existem atrativos turísticos, são regiões pobres, de semi-árido, onde não se tem o que fazer. Essas populações acabam indo para as grandes cidades em busca de emprego. Cito como exemplo o setor calçadista na Bahia, que gera hoje mais de 30 mil empregos. É um custo alto para o Estado, concordo com isso. Na verdade, está comprando emprego, mas é a única esperança que temos. Mesmo com toda essa dificuldade, a Bahia cresceu sua participação no ICMS nacional de 4,5%, em 1995, para 4,9%, em 2002. Temos conseguido crescer, mas concordo com que esse não é o melhor mecanismo. Concordo também com que os Governadores de Estados menos desenvolvidos não tiveram outra opinião.

No que se refere ao IVVS, há uma polêmica. Minha preocupação maior nesse aspecto são as pequenas cidades. De modo geral, no consumo cobra-se 4%. No setor de veículos, por exemplo, cidades grandes cobram normalmente 4%. Cidades pequenas estarão, no final, trocando por 1%, 0,5% ou até por 0% para ter uma revendedora no Município gerando emprego e movimento. Com isso está se gerando uma outra guerra fiscal. Minha preocupação é nesse sentido.

Deputado Paulo Afonso, concordo plenamente com a responsabilidade e com a reforma. Citei que em 1991 chegou ao Congresso Nacional a proposta de imposto único. De lá para cá, a sociedade está cansada de ouvir falar em reforma. Tenho preocupações nesse sentido, confesso. Na condição de Secretário de Fazenda envolvido no processo, sou questionado por muitas pessoas que dele estão fora, leigos, consumidores: “*Secretário, quanto eu vou deixar de pagar de imposto com a reforma?*” Além de não fazer a reforma, temos este outro grande problema: a frustração que a sociedade terá quando perceber que não diminuiu em nada, que se manteve e em alguns casos até aumentou. A carga no final pode terminar aumentando. Essa é uma preocupação.

Nós, que somos permanentemente cobrados ou pelo menos questionados pela população de modo geral, temos duas frustrações. A primeira que a carga tributária da sociedade e o seu dia-a-dia não serão mudados com redução de imposto. A segunda é não fazer mais uma vez a reforma. As pessoas estão cansadas de ouvir isso há doze anos e essa reforma nunca chegar efetivamente.

A respeito de modificar a repartição, acho que o desejo dos Estados era recompor o que a Constituição de 1988 estabeleceu. Os Estados tinham 65% dos impostos compartilhados. E, de lá para cá, mudou completamente. Esse era o desejo dos Estados. Entendemos também, a partir de um pleito não ostensivo dos Estados, que na condição atual e pela necessidade de ajuste fiscal feito pelo Governo Federal de superávit primário e tudo mais, fica difícil pedir agora mais esse sacrifício do Governo Federal. Acho que se transmitiria para toda a sociedade, na medida em que teria de haver mais cortes, para atingir um resultado primário dentro do que é esperado.

Agora, o que quero refutar, aproveitando a oportunidade, é a história de que os Governos Estaduais são sempre os vilões da história, querem renegociar a dívida, querem isso e aquilo. Eles não tiveram o mesmo ganho de receita que a União teve ao longo desse tempo. Então, não podem ser culpados por isso. Muitos Estados tiveram mais dificuldades, outros menos, outros foram mais resistentes e conseguiram manter um equilíbrio fiscal maior. Sei que há uma dificuldade muito grande em se fazer isso.

E a União colabora com algumas coisas. Por exemplo, os Estados do Nordeste estão perdendo 1 bilhão de reais neste ano no FUNDEF. O Governo Federal criou o FUNDEF com o objetivo de dar condições mínimas para o ensino fundamental, mas desobedece a lei e não corrige os valores. Desde 1998 não são corrigidos corretamente os valores de FUNDEF. Só a Bahia está perdendo 1 bilhão de reais este ano, deixando de receber do Governo Federal, porque os valores não foram corrigidos corretamente, sendo 300 milhões de reais do Estado e 600 milhões de reais dos Municípios.

O Governo criou um sistema em que onera o Estado – a Bahia transfere para os Municípios quase 400 milhões de reais – e deixa de transferir o que é de sua obrigação, criando mais um problema para o Estado, que não tem como se defender. Quando a dívida não é paga num dia pelo Estado, no dia seguinte estão bloqueados os recursos. Se não cumpre o programa de ajuste fiscal, no dia seguinte é multado, como aconteceu com Minas Gerais recentemente. Os Estados não têm como se defender. A União permite que sejam

compensados do IPI e do Imposto de Renda o PIS, a COFINS e outros impostos e contribuições que não são compartilhados, diminuindo a base da arrecadação dos Estados. Eles que não têm como se defender disso. Então, quero tirar do Estado essa imagem de vilão. Nesse processo de reforma, os Estados estão intensamente ao lado do Governo Federal. Todos estamos empenhados na reforma, achamos importante, mas é preciso que haja essa compreensão de que os Estados não são efetivamente os vilões da história.

Em relação ao imposto seletivo, entendo que esse é um imposto muito importante para os Estados e deve representar mais de 30% da arrecadação. Mas acho também que talvez haja um esgotamento dessa tributação: sobre gasolina, 25%, 27% – alguns Estados chegam a 30%; sobre telecomunicações, 25%; sobre energia, 25% – não sei se seria supérflua ou não essa discussão. Para quem consome até 30 quilowatts no Estado, estamos com uma tributação menor. Mas é algo que acho perfeito do ponto de vista de imposto, mas talvez a carga tenha levado a um esgotamento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Secretário Albérico Mascarenhas.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário, registro minha satisfação pela disposição do nosso Relator em fazer um trabalho representativo do pensamento desta Comissão. Quero parabenizar o Sr. Secretário e dizer também da minha satisfação em ouvir de V.Exa. que o ideal seria partir para essa reforma tributária de onde terminou o relatório do Deputado Mussa Demes.

Ouvi o que se disse a respeito da política de desenvolvimento. Sou de um Estado periférico, o Pará. Ao longo do tempo, temos discutido a situação do Pará no contexto nacional. Minha fala no dia de hoje vai ficar circunscrita a dois pontos: Imposto de Importação e energia elétrica.

Quanto ao Imposto de Importação, o Estado do Pará sempre é o segundo maior exportador e, em exportação líquida, é o maior exportador do Brasil. Não tenho nenhuma restrição aos Estados importadores. Muito pelo contrário: São Paulo continua importando mais, gerando empregos e melhor qualidade de vida para o povo paulista. E o meu vizinho, o Estado do Amazonas, através da Zona Franca de Manaus, continua importando e também gerando emprego e melhor qualidade de vida. Não é justo, porém, nós, periféricos, sermos o principal pagador dessa conta, depois de Minas Gerais.

Tem de haver um mecanismo – e esse mecanismo tem de sair desta Comissão, sensibilizada que foi – de compensação financeira como forma de termos

condição de possuir também saneamento básico, educação e infra-estrutura capaz de ser representativa do desenvolvimento e, sobretudo, da melhor qualidade de vida do nosso povo.

Vi priorizada aqui a visita dos membros desta Comissão ao meu Pará, mas gostaria que ela não ficasse circunscrita apenas aos centros industriais ou à Capital do Estado. Que os membros desta Comissão visitem também os Municípios, porque sua população está abaixo da linha de pobreza, vive na miséria, apesar de o Estado ser o maior exportador brasileiro. Gostaria que fossem lá, pois a maioria dos nossos Municípios não tem receita própria. Este assunto tem de ser aqui discutido.

Quanto à questão do Imposto sobre Energia Elétrica, que V.Exa. acaba de dizer que pode ser tratada até como supérflua, no nosso Estado consumimos apenas 50% da energia elétrica que produzimos, o resto exportamos.

O Pará, num futuro próximo, pois acredito que Belo Monte será construída, dentro de um plano estratégico e energético para o País, vai ser o maior produtor de energia da América Latina. Não é justo tributar na origem, onde está instalada a usina que gera a energia, porque esse sistema cria um feudo de privilégio não só lá, mas em todo o Brasil. Um Município fica com um monte de dinheiro e, ao redor, aqueles que têm o impacto são tratados com uma política medíocre, mentirosa e falaciosa de *royalties*. Isso na montante. No que se refere à jusante, não têm tratamento algum e sofrem todos os impactos ambientais.

Alegro-me por demais ouvir que há disposição para corrigir essas distorções.

Trago essa preocupação do meu Estado como cidadão e como Parlamentar que sou. Agradeço sobremaneira ao Deputado Mussa Demes a disposição e a sensibilidade, pois na discussão anterior permitiu que esse assunto fosse exaustivamente debatido. Tão relevante é o tema que apresentamos uma PEC a respeito. Nós a separamos do contexto, e essa PEC, por todo lugar que passou, foi aprovada, até pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, mas não se constitui e não se vota.

Urge dar tratamento à correção de desigualdades. Não adianta querer criar política de desenvolvimento e no contexto dela colocar tantas amarras que a emperrem. Assim não há desenvolvimento. Meu Estado está estribado nos dois meios de transporte mais caros do mundo: o aéreo e o rodoviário. Já perdemos o mamão e o melão, produtos da Amazônia que foram cultivados em outros lugares, porque o frete inviabilizou nossa cultura.

Seria bom a Comissão também visitar o Porto da SOTAVE, que foi estatizado e tem abrigado sobretudo o narcotráfico. Não foi operacionalizado nem concluído. Nem o Pará nem o Brasil têm condição de se dar o luxo de manter parado aquele porto, onde talvez seja preciso criar uma estrutura de frigorificada, com contêineres frigorificados, para que ele tenha condição de receber navios frigorificados em linhas normais e exportar nossa fruta, nosso peixe e nossa carne e se integrar a um contexto internacional. Essa certamente seria a porta de entrada no processo de desenvolvimento.

Essa é a preocupação que externo principalmente ao Relator e ao Presidente da Comissão, que conhecem profundamente esses assuntos. Esses os dois pontos que me incomodam muito como cidadão e Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Deputado Edson Duarte.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e nosso querido Relator, Deputado Virgílio Guimarães, cujo entusiasmo e vibração nos animam muito.

O País sinalizou recentemente que quer mudança. Mas não podemos continuar na mudança do faz-de-conta, precisamos realizar. E essa realização da mudança que o povo brasileiro exige implica fazer reformas.

Eu, particularmente, acredito na reforma tributária. Ela exige uma reflexão profunda, a criação de consensos. Esse é o único caminho para sairmos da política do faz-de-conta.

Mesmo compreendendo que as diferenças regionais precisam ser respeitadas e consideradas, entendo que o interesse do País está acima de qualquer outro interesse. É preciso pensar no País como um todo.

Cumprimento o Secretário Albérico Mascarenhas pelo trabalho, pela competência e pela gentileza de estar aqui prestando essas informações. S.Exa. é profundo conhecedor dessas questões. Passo a duas abordagens muito rápidas.

Quanto à distribuição, já tratada aqui pelo Deputado Paulo Afonso – essa matéria é mais de cunho financeiro do que tributário –, cada Estado adota uma regra no que se refere à distribuição de ICMS entre os Municípios. Cada Estado criou uma série de regras para distribuição, mas, ao que me parece, a maioria baseou-se no critério da arrecadação local, aquela feita pelo próprio Município. Acontece que os Municípios que têm áreas de preservação ambiental e áreas indígenas estão sendo punidos por preservar algo que é de interesse de toda a coletividade, porque

nessas áreas não se pratica atividade que gere renda, arrecadação. Em alguns Estados, como o Paraná e Minas Gerais, criou-se o fator ambiental. Na Bahia – e gostaria de questionar o Secretário a esse respeito –, recentemente, houve mudança nos critérios de distribuição. Avançou-se bastante, mas não se chegou a criar o fator ambiental, nem o fator indígena. O Município de Banzaê, por exemplo, tem 80% do seu território tomado por área indígena, assim como outros, de forma que ele acaba sendo punido por preservar algo do interesse de toda a coletividade.

Quanto à arrecadação, se incentivos podem gerar guerras e disputas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço ao Deputado Edson Duarte que seja breve, não por meu desejo, mas porque vai ter início a Ordem do Dia e temos ordens de encerrar a reunião tão logo isso aconteça.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Sr. Presidente, vou concluir dizendo que se o incentivo gera disputas e guerras, há determinados aumentos também que causam uma série de conseqüências. Por exemplo, na Bahia a alíquota do *diesel* foi aumentada em 25%, transformando-se esse Estado naquele de mais alta alíquota do País. Isso está criando uma série de conseqüências, tais como: demissão, férias coletivas em alguns postos e redução de 50% na venda do *diesel* nas rodovias federais.

O Secretário tem informação de que a alíquota do *diesel* esteja sendo revista? Estados vizinhos, como Pernambuco, têm alíquota de 18%, e regiões fronteiriças – é o caso das cidades de Juazeiro e Senhor do Bonfim – sofrem com a diferenciação nas alíquotas. Os caminhões que transportam cargas têm autonomia de 2 mil quilômetros e passam pela Bahia sem abastecer. Isso está gerando uma série de conseqüências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado.

Sr. Presidente, cumprimento a Mesa.

Serei bem objetivo. Quero destacar duas falas que considere relevantes: a primeira do brilhante conferencista e do Deputado Paulo Afonso, que afirmaram ser necessário estabelecer uma relação de equilíbrio e não de dominação entre Estados e União. Com isso, o conceito do pacto federativo torna-se enfraquecido, torna-se muito mais linguagem de decoração do que propriamente uma relação transparente.

A segunda, feita pelo Relator, Deputado Virgílio Guimarães, diz respeito à CPMF. É nobre a capacidade dos que têm de convencer a sociedade da re-

levância nesta área. E V.Exa. cumpre papel histórico de convencer a sociedade brasileira da relevância da CPMF e da necessidade de transformá-la em tributo permanente.

A respeito da alíquota, vamos, após pareceres técnicos, identificar qual o melhor percentual. Apenas solicito a V.Exa. que não seja intransigente, porque com o tempo identificaremos o percentual.

Dirijo ao Secretário três questionamentos simples e objetivos para detectar sua experiência no Estado da Bahia. O primeiro: qual sua visão quanto ao ITR? Trata-se de tributo que deve ser de fato extinto ou de tributo que merece ser fortalecido e, conseqüentemente, transferido para os Municípios, sobretudo neste momento em que a agricultura brasileira se fortalece no mercado internacional? O País este ano torna-se o maior exportador de soja, mas a rentabilidade do produto vindo da terra não é tributada em patamares que lhe dêem a devida responsabilidade.

O segundo diz respeito à Contribuição de Melhoria, tributo esse criado recentemente, mas que não alcançou o vigor desejado. Qual a sua opinião a respeito? V.Exa. é pela sua extinção ou pela sua implementação, desde que em condições de se transformar em tributo viável? Há possibilidade de a Contribuição de Melhoria transformar-se em tributo viável na sociedade brasileira?

As taxas são menosprezadas. Esse tributo, que poderia ser fortalecido, porque calcado em serviços concretos que o Estado pode oferecer à sociedade – e tem oferecido –, não gera retorno satisfatório. Cito aqui um exemplo muito comum a nós que vivemos na Capital da República: a ocupação das áreas públicas. Praticamente não há captação desse recurso, algo concreto de que a sociedade poderia dispor e não o tem porque se trata de um tributo sem o prestígio e o apoio político necessários.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Secretário Albérico Mascarenhas.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, concede-me V.Exa. a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Se V.Exa. puder ser breve, em virtude das razões que já expus, agradeço.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Desconfio que V.Exa. ia me deixar de fora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Absolutamente, apesar de V.Exa. ter chegado aqui na undécima hora.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário, eu estava escutando as observações do Secretário da Fazenda e a preo-

cupação que a Bahia tem. Sou do Estado de Goiás e preocupo-me com o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte no que se refere aos incentivos fiscais.

Ao se extinguir um incentivo fiscal, como se prevê no relatório preliminar, estaremos tirando todo esse trabalho que a Bahia e outros Estados tiveram ao longo desses anos para tentar diminuir as grandes desigualdades que existem no Brasil.

O Deputado Walter Feldman disse que existem muitos baianos em São Paulo. Sem dúvida nenhuma. Muitos gostam de morar lá, mas tenho certeza de que boa parte gostaria de continuar morando na Bahia, perto dos seus familiares, e não conseguem porque lá não há emprego suficiente.

Sr. Secretário, os incentivos fiscais hoje nivelam a arrecadação. Disse V.Exa. que se não houvesse perda em São Paulo estaria tudo bem. Não concordo. O trabalho feito na Bahia ao longo desses anos pelo grupo político que lá está – deram uma arrumada na Bahia, o que gerou grande desenvolvimento, assim como ocorreu em muitos Estados, para diminuir as desigualdades, com a guerra fiscal – aliás, não chamo a isso guerra, mas incentivo fiscal, ficará perdido se entendermos que as receitas hoje devem ser iguais. Se houver esse entendimento, não se sabe o que o Estado de V.Exa. vai virar daqui a dez anos. Sem o mecanismo do incentivo fiscal para manter essa desigualdade – porque o País cresce, e vai continuar crescendo, só no Sul e no Sudeste, daqui a dez anos seu Estado estará com a desigualdade que existia há dez e levou todo esse tempo para ser reduzida.

O Ministro Palocci disse que deveríamos fazer isso através de fundos para se acertarem políticas de desenvolvimento. Para tanto, seriam necessários 27 bilhões anuais, aproximadamente o que se tem de incentivos, de um jeito ou de outro.

Sendo V.Exa. Secretário da Fazenda de um Estado e de uma região importantes, deveria pensar nisto: estamos em luta, pois não podemos ser tratados como iguais em questões desiguais. E essa questão tributária é desigual. Se o que o seu Estado deixa de arrecadar de imposto fosse colocado em um fundo e se V.Exa. recebesse por esse fundo, esse incentivo que S.Exa. hoje não arrecada viria com todas as receitas vinculadas, e V.Exa. teria apenas 12% de receita disponível. Seria preciso arrecadar dez vezes mais para ter o mesmo dinheiro necessário para realizar o incentivo no Estado. É impossível!

Precisamos pensar nisso com carinho, meu querido Relator, meu Presidente. Vamos abrir desigualdade outra vez em lugares que estão sendo arrumados. O Deputado Anivaldo Vale disse a mesma coisa: seu

Estado é complicado, distante, difícil, e não pode ser tratado da mesma forma.

Foi interessante o que o Deputado Paulo Afonso disse. Sabem como o Estado de Santa Catarina trata as desigualdades? Existem Municípios, como há no agreste da Bahia, que têm incentivos maiores, para o camarada não ir para Joinville. Eles dão incentivos maiores para Araquari, que teve uma depressão econômica. Vejam que essas desigualdades existem dentro do próprio Estado e de Estados que enxergam isso e agem de forma diferenciada, como na Bahia mesmo.

Para concluir, Sr. Relator, gostaria de dizer a V.Exa. para considerar, como o próprio Dr. Albérico Mascarenhas lembrou, a visão da sociedade, a cobrança que a sociedade faz e o que ela espera da reforma. Na semana passada, trouxe para V.Exa. – na semana que vem vou apresentar aos outros Deputados – um quadro que mostra que temos sessenta contribuições, sete impostos comuns, só da União, e mais dois esforços. As taxas, de tantas que existem, não houve como relacionar. Estas são as que a Receita Federal mostra, embora mascare aqui e ali. Mas trouxe para V.Exa. a relação: são sessenta contribuições, e para tudo. É impressionante. Assinalei algumas delas e verifiquei que a minha empresa paga, pelo menos, 35 das 60 contribuições.

Sr. Relator, temos de analisar o assunto com carinho e dar à sociedade uma resposta, mostrar que a reforma tributária vai dar uma enxugada na quantidade de impostos deste País, sem perder o saldo positivo da arrecadação. Temos de simplificar o sistema, retirar alguns tributos absurdos. Se não fizermos isso, a reforma simplesmente modificará o ICMS, o IPI.

Sr. Relator, vou passar este material a V.Exa. E gostaria de ouvir a opinião do Secretário de Fazenda da Bahia justamente sobre os incentivos e o mecanismo a ser adotado para que consigamos alocar mais 27 bilhões no Orçamento. Esperamos que V.Exa. continue corrigindo as desigualdades da Bahia, que são muitas. Há Municípios em que não há o que fazer.

São essas as minhas considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Sandro Mabel.

Com a palavra o Secretário Albérico Machado Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS – Sr. Presidente, vou tentar ser objetivo.

O Deputado Anivaldo Vale não está mais presente, mas vou registrar a preocupação constante do Secretário de Fazenda do Pará, manifestada em todas as reuniões do CONFAZ, em relação ao imposto de importação e, principalmente, aos *royalties*.

Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães, é necessário rever, efetivamente, a legislação sobre os *royalties* relativos a recursos hídricos e minerais, porque ela está desatualizada. E não podemos desconsiderar o fato de que ela é muito importante para Estados como o Pará.

Deputado Edson Duarte, a respeito das considerações feitas por V.Exa., uma das quais sobre o *diesel*, como se trata de assunto da Bahia, depois podemos conversar, porque tenho de abreviar o tempo, que está se esgotando.

No que se refere ao ICMS dos Municípios, considero a atual forma de distribuição realmente injusta. Setenta e cinco por cento do ICMS são fruto de definição constitucional, portanto, são pagos em virtude da produção. Na Bahia, por exemplo, cidades como Camaçari e São Francisco do Conde, por terem pólo petroquímico e a refinaria da PETROBRAS, arrecadam juntas praticamente o mesmo que Salvador. Elas têm receita *per capita* de mil e poucos reais/ano, enquanto a de Salvador não chega a 100 reais. É extremamente ruim essa distribuição. Esse índice precisa ser alterado na Constituição. Os outros 25% são de livre escolha das Assembleias Legislativas. E já está em fase de estudo o que chamamos de ICMS ecológico. Poderemos até levar o projeto este ano à Assembleia, para discussão.

Deputado Edson Duarte, poderíamos agregar mais algumas pessoas – Deputados Estaduais, pessoas que atuam na área do meio ambiente, a exemplo do Deputado Luiz Carreira, para, em conjunto, verificar se o projeto da Secretaria de Fazenda da Bahia atende às necessidades do setor. Acho bastante justa a causa ambiental.

Deputado Roure, acho que o ITR pode até ser um imposto regulatório, mas que não incida sobre as atividades produtivas, ou que se cobre menos delas e mais da terra improdutivo. A União não dispensa atenção especial a esse imposto. No passado, concordou em transferi-lo para os Estados ou até mesmo para os Municípios, conforme propôs o Deputado Mussa Demes. A discussão a ser feita, considerando-se o tamanho o imposto hoje e a forma como a União trabalha com ele, diz respeito às propostas de transferi-lo para os Estados ou de acabar com ele.

Com relação às taxas, como não conheço os detalhes de sua implementação, prefiro não emitir opinião agora, mas me comprometo a comentá-las posteriormente. Tendo em vista tratar-se de impostos municipais, talvez o Sr. Manoelito, Secretário Municipal de Fazenda, possa explicá-las.

No que diz respeito à guerra fiscal mencionada pelo Deputado Sandro Mabel, existe enorme preocu-

pação de nossa parte. No entanto, não é caso de simplesmente acabar com os incentivos.

Temos desenvolvido intenso trabalho, por exemplo, no setor de calçados, que cresceu muito na Bahia, no sentido de trazê-lo para a cadeia produtiva. Para isso não precisamos mais oferecer o mesmo nível de incentivos. O incentivo ao setor é muito pequeno porque se tem a massa crítica, o comprador, ali dentro. Sendo assim, indústrias de componentes de calçado têm vindo para a Bahia praticamente sem incentivo algum, sem nada, porque a fábrica de sapatos está ao lado, e elas sabem que vão vender. O setor ocupa de maneira impressionante a mão-de-obra local porque o produto é basicamente manufaturado.

Conforme disse, a guerra fiscal é motivo de grande preocupação. Entretanto, fiz questão de frisar várias vezes que os Estados do Nordeste não podem abrir mão de alguns incentivos já concedidos a empresas, sob pena de haver aumento enorme do desemprego na região. É preciso estabelecer uma política de desenvolvimento regional que crie mecanismos de desconcentração, senão, como V.Exa. considerou, as empresas vão instalar-se onde houver tais mecanismos.

Quem conhece um pouco do assunto ou já se deu ao trabalho de informar-se a respeito do que ocorre em outros países, sabe do que estou falando. Por exemplo: nos Estados Unidos existe enorme, imensa concorrência – lá se chama concorrência; aqui, guerra fiscal, entre os Estados em relação à concessão de incentivos. O que transformou aquele país foi a política de desenvolvimento calcada em incentivos fiscais e em investimentos públicos, implementada na década 40 pelo Presidente Roosevelt. As medidas transformaram a região sul dos Estados Unidos, que à época era tão pobre quanto é hoje o Nordeste brasileiro. Foram feitos investimentos públicos maciços na região para provê-la de infra-estrutura, e ofereceram-se incentivos fiscais. Chegou-se a oferecer fábricas a empresários com a exigência única de que gerassem número mínimo de empregos. O resultado foi alcançado: as regiões ficaram em iguais condições, e o país se transformou na potência que é hoje. Grande parte desse sucesso, sem dúvida, deve-se ao trabalho do estadista Roosevelt, que percebeu a necessidade de acabar com a concentração industrial.

Precisamos fazer o mesmo no Brasil. E o momento é este, a hora é esta. Acredito que o Presidente Lula, que é nordestino, tenha essa percepção. Temos bastante esperança em que a situação vai mudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Antes de encerrar, pergunto se o Deputado Luiz Carlos Hauly ainda quer manifestar-se.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Luiz Carlos Hauly está inscrito. Enquanto não chega a recomendação para encerrarmos a sessão, podemos ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr.

Presidente, quero apenas cumprimentar o Deputado Sandro Mabel por ter contribuído para a implementação do Projeto Fome Zero na Comissão Especial. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, abordarei o assunto realçando o fato de o Brasil, inserido no MERCOSUL há dez anos, negociar acordos bilaterais e multilaterais com a ALCA e com a União Européia.

Está constatado que, se não fizermos as reformas tributária, previdenciária e trabalhista, não teremos competitividade. O modelo brasileiro, anárquico e caótico, completamente diferente dos modelos vigentes na Europa e nos Estados Unidos, é resultado da Constituinte de 1988. Para se proteger do avanço dos Estados na receita da União, o Governo Federal começou a criar impostos e contribuições sociais sobre o lucro líquido. Em vez de investir no Imposto de Renda e no IPI, sobrevalorizou a cobrança da COFINS, do próprio PIS e, finalmente, da CPMF.

A verdade é que o sistema tributário, em decorrência de escamoteamentos, virou um monstro, cuja ação prejudicial à produção é sentida no preço final estabelecido para o consumidor. O incentivo fiscal, de mãos dadas com a elisão demanda dos cidadãos contra Municípios, Estados e União, com a sonegação e com a corrupção, gerou o caos tributário, que fere de morte o setor produtivo brasileiro. Eu afirmo que a economia de mercado no Brasil é uma fraude: quem pode mais chora menos, seja com obtenção de crédito e incentivos, seja com sonegação, seja com promoção de corrupção, etc.

Há dez anos negociamos com o MERCOSUL a alíquota zero. Nenhum Estado brasileiro tem alíquota zero em suas transações comerciais. Não existe a ALCE – Associação de Livre Comércio dos Estados. Como pode este País negociar alíquota zero com o resto da América e com a Europa, se entre os Estados federados a alíquota é de 7% a 12%? Cria-se uma indústria de problemas: crédito frio, problemas com o ICMS – nota calçada, paralela, de todas as espécies –, fato gerador não constatado. O sistema brasileiro é o inverso do europeu. Quando instalado no Brasil, em

1966 ou 1967, o ICMS era incipiente, mas se tornou um grande imposto. No ano passado foi responsável por arrecadação de 103 bilhões de reais.

Quero trabalhar na linha da avaliação do Estado. União, Estados e Municípios precisam de arrecadação. Chegamos ao patamar de 35% do PIB, mais Fundo de Garantia e PIS, que pertencem aos trabalhadores. Temos de manter esse nível de arrecadação. Não há perspectiva de crescimento. E, para atingir 35%, a carga tributária legal passa de 50% do PIB. O próprio ICMS é o maior exemplo disso. Com alíquotas de 18%, são apurados mais de 21%, porque ele é 18% do preço 100. Quando se calcula 18% de 82%, o resultado é de aproximadamente 21% – não fiz a conta. Eu fazia o cálculo de 17%, que equivale a 20% do PIB, aproximadamente. Os 25% representam, na maioria dos Estados, 27% – combustível e telefonia. Somados aos 25%, totalizava 33%; com 27%, o resultado vai beirar 36% ou 37% da carga tributária.

Ousamos dizer que a base tributária do ICMS poderia gerar arrecadação de 200 bilhões de reais. Descontando-se o incentivo fiscal, as renúncias fiscais, a inadimplência e a sonegação, chega-se a 103 bilhões de reais. O Silveirinha, do Rio de Janeiro, é um dentre tantos fraudadores que pode haver no Brasil, em razão da complexidade do ICMS. Desculpem-me, mas não acredito que o ICMS tenha conserto.

Louvo-me no ex-Deputado Luís Roberto Ponte, com quem brigava muito, mas terminava me entendendo, e no Deputado Mussa Demes. Há muitos anos discutimos a matéria, desde a Constituinte. O *lobby* que fiz, na condição de Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, foi muito forte e poderoso. Conseguimos tirar cinco impostos únicos federais e incluí-los na base do ICMS. Saímos de 32% do Imposto de Renda e do IPI e chegamos a 57% do IPI e 47% do Imposto de Renda, além de criar o adicional do Imposto de Renda. Estados e Municípios tinham enorme força na Assembléia Nacional Constituinte, em decorrência da receptividade de muitos ex-Secretários, a exemplo dos Deputados Mussa Demes, Benito Gama, José Serra e tantos outros que exerciam o cargo na esfera estadual.

Seguindo a linha do ex-Deputado Luís Roberto Ponte, percebemos que a incidência dos chamados impostos seletivos, embutidos no ICMS, tais quais os cobrados sobre energia, combustível, cigarro, bebidas e veículos, ocorre na origem. Ou seja, é preciso compatibilizar origem e destino na partilha. Fiquei estarelecido ao notar que só com o ICMS aplicado a combustível foram arrecadados no ano passado 28 bilhões de reais. Ou seja, 28 bilhões do total de 103 bilhões de reais.

Se buscamos a compatibilização da arrecadação nos Estados, temos de partir para a simplificação, que acabará com toda a discussão. Imagino que os impostos incidentes sobre esses itens, os antigos impostos únicos, devem estar beirando os 60%.

No mais, a tributação no chamado varejo, no consumo de massa, ficou sem controle. São milhões de empresas comerciais, mas o serviço, parte expressiva da economia brasileira, não tem tributação. Se mantivermos a tributação do ISS na base do Município, como está hoje – o Governo já disse isto –, a encrenca permanece, pois não se faz abrangência de base.

Quanto aos modelos europeu e americano, a diferença é apenas o IVA e o IVVS. O Imposto de Renda é forte, conforme demonstrei há pouco em planilha. Metade da arrecadação de alguns países, um pouco mais, um pouco menos, vem do Imposto de Renda. Aí está a chave do problema. Por isso, na semana passada estudamos a carga efetiva e os impostos dos principais países, para não fazermos nada diferente. Tudo o que é diferente prejudica a economia, a produção, o emprego e a renda.

Outro dia, em entrevista, afirmei que, se o Governo fizer as reformas tributária, previdenciária e trabalhista como devem ser feitas, o Brasil crescerá 5% ao ano. O comentarista Bóris Casoy olhou-me com ar de gozação. Eu o desafio a convidar-me, quando quiser, para ir a seu programa dar meu testemunho. Só o fim da intermediação entre a carga legal e a carga efetiva tirará de 7% a 10% do peso do PIB sobre o preço das mercadorias e dos bens de consumo e elevará a massa de consumo do País, gerando emprego e renda. Essa questão é primordial.

O Governo já errou em não fazer amplo REFIS logo no início. A eleição de Lula constituiu mudança de paradigma político e deveria ter sido também mudança de paradigma econômico. A falta de compreensão de que não havia fato fiscal a ser resolvido, mas, sim, fato econômico – o excessivo endividamento das empresas com o Governo Federal – remeteu novamente a questão para a esfera fiscal: as empresas devem e não sabem como pagar. A tendência é a liquidação. À massa falida, à receita e aos demais credores, adeus. Quando defendíamos um REFIS amplo, nós o fazíamos exatamente com a perspectiva da reintrodução das empresas na economia ativa, da geração de impostos, de renda e de riqueza.

Não tive o privilégio de ouvi-los aqui, mas na semana passada conversei por aproximadamente duas horas com um assessor do Paraná sobre o que está acontecendo no CONFAZ, a fim de me atualizar em relação ao assunto. Em breve V.Exas. deverão fechar a questão, se não me engano em reunião a ser realizada

na Bahia, no começo de abril, para depois firmarem acordo com o Governo Federal. Minha posição vai ser colaborar de forma construtiva e até radical, se preciso for, para que chegue a bom termo a discussão do projeto do eminente Deputado Virgílio Guimarães, com a experiência e o conhecimento do Deputado Mussa Demes e a participação dos demais membros desta Comissão Temática, muito enriquecida com novos integrantes, muito bem preparados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. mais uma vez contribui com seu talento e inteligência para os debates na Comissão.

Com a palavra o Sr. Albérico Machado Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS – Deputado Luiz Carlos Hauly, há um ponto importante que devemos frisar: no Brasil, acostumou-se a pensar que a despesa do Poder Público é calculada em função da receita, quando deveria ser o inverso. Na verdade, temos de dizer qual a receita disponível e, com base nela, programar os gastos. Talvez por isso tenhamos conseguido manter satisfatório nível de equilíbrio fiscal na Bahia. Em primeiro lugar, definimos projeções bastante corretas e depois programamos os gastos. Só para se ter uma idéia, nossa previsão de receita coincidiu em 99,5% com o efetivamente arrecadado, quer dizer, foi praticamente igual. Se a receita for maior, ótimo, porque poderemos ter maior nível de investimento. Entretanto, não se pode comprometer o ganho potencial com compromisso permanente. Se isso ocorrer, e o aumento na receita não se repetir no ano seguinte, nunca mais se recupera o equilíbrio.

Esse é um ponto que precisaríamos mudar no conceito público brasileiro para termos efetivamente condições de avanço em termos de equilíbrio fiscal, de capacidade de investimento do Estado e, conseqüentemente, de desenvolvimento do País como um todo.

Volto a dizer que tenho dúvidas em relação ao IVVS. Mesmo nas grandes cidades é difícil cobrar imposto de varejo de barracas de praia, por exemplo, no caso de Salvador, de bancas que vendem cigarro, de postos de gasolina de cidades pequenas que não têm qualquer infra-estrutura tributária e não terão, porque não têm capacidade para tanto. Para mim, é preferível não ter um fiscal a ter um mal pago, porque a corrupção certamente será imensa. Em primeiro lugar, é preciso haver condições para que o sistema funcione.

O caso brasileiro é diferente do americano. Nos Estados Unidos, a aplicação do IVVS é viável porque a sonegação é pequena. Além do espírito de não sonegar, característica do povo, a punição a esse tipo de crime lá é muito severa. Então, pode-se cobrar o

imposto na ponta. Cobrar na ponta aqui ainda é muito complexo. Tenho certeza de que o índice de sonegação será muito alto. Seria o ideal, porque os Estados têm maior capacidade de arrecadar o ISS. Agora, tenho dúvidas quanto à efetividade do IVVS na ponta.

Acho que a legislação que estamos imaginando acabaria por criar um novo ICMS, algo que mudasse completamente o aspecto do imposto, porque se acaba com a parafernália de 27 legislações, com 27 regulamentos, com, no mínimo, mil artigos cada um. É impossível trabalhar com um imposto dessa natureza.

Entretanto, é extremamente complexo resolver a questão do ICMS na reforma. Estamos apenas começando o trabalho. A reforma constitucional representa talvez 10%, ou menos, de tudo que se precisa fazer em relação ao ICMS. O grande problema será a lei complementar e, mais grave ainda, sua regulamentação. O diabo mora no detalhe. É no detalhe que a reforma será difícil.

O primeiro passo é alterar a Constituição. Precisamos definir o que efetivamente deve ser mantido na Carta Magna e o que pode ficar fora dela. Temos a cultura de constitucionalizar tudo. Talvez alguns pontos possam ser tratados em lei complementar, para que a regulamentação seja mais objetiva. Repito: o que estamos fazendo aqui talvez represente 10% de tudo o que precisaremos fazer, porque as leis complementares necessárias serão, sem dúvida alguma, o trabalho mais complexo. Temos de nos empenhar na reforma da Constituição, para que, uma vez concluída, imediatamente se comece a trabalhar num projeto de lei complementar.

Eu não sei como trabalha o Congresso Nacional, mas acho que a Comissão Especial tem de ser mantida. Os Governos Federal e Estaduais também precisam ter suas comissões, para imediatamente começarem a trabalhar no projeto de lei complementar. Caso contrário não vamos concluir a reforma tributária em menos de dois anos.

Há outro fato que pode frustrar a população, para o qual quero chamar a atenção de V.Exas.: se a emenda constitucional que trata da reforma for aprovada neste ano, conforme acreditamos, não surtirá efeito em 2004, porque ainda será necessária a lei complementar. E ainda corremos risco de ela não surtir efeitos nem em 2005, porque, depois de aprovada a lei complementar, terão de ser elaboradas as leis estaduais e os regulamentos. Ainda teremos essa dificuldade.

Portanto, uma reforma tributária feita agora só começará a surtir efeito em relação a alguns impostos – em especial aos mais pesados, digamos assim, como o ICMS, atualmente o principal imposto nacional – em 2005 ou 2006, e olhe lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– A Comissão agradece ao Sr. Albérico Machado Mascarenhas a importante e valiosa contribuição que acaba de receber.

Indago ao Deputado Virgílio Guimarães, Relator da proposta, se ainda deseja tecer algumas considerações.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu já o fiz anteriormente, mas considero minha intervenção apenas uma antecipação do que diria agora. Teremos oportunidade de voltar a tratar do assunto.

Desejo apenas agradecer ao nosso convidado, Dr. Albérico, o enriquecimento que trouxe ao debate e dizer que contamos com S.Exa. de maneira mais intensa na elaboração de uma opção para a reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes marcando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 3 de abril.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 5ª Reunião, Realizada em 03 de Abril de 2003.

Aos três dias do mês de abril de dois mil e três, às dez horas e trinta e um minutos, no Plenário 13, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Mussa Demes, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abrange o Sistema Tributário Nacional. Compareceram os Senhores Deputados André Zacharow, Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Eduardo Cadoca, Delfim Netto, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Gerson Gabrielli, Jorge Bittar, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Haully, Marcelo Teixeira, Max Rosenmann, Mussa Demes, Narcio Rodrigues, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande, Romel Anízio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Virgílio Guimarães, Walter Feldman e Walter Pinheiro, titulares; Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Augusto Nardes, Eduardo Sciarra,

Gervásio Silva, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, Júlio Redecker, Paulo Afonso, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Reinaldo Lopes, Reinaldo Betão, Roberto Pessoa, Vanessa Grazziotin, Vignatti e Wansny de Roure, suplentes; Jorge Borim, não-membro. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Edmar Moreira, Edson Duarte, João Leão, José Roberto Arruda, Lupércio Ramos, Machado, Nelson Marquizzelli e Sérgio Miranda. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – O Deputado Luiz Carlos Hauly solicitou a dispensa da leitura da ata da 4ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública com o Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Tributarista.** Após informar os procedimentos regimentais que seriam adotados na reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao palestrante. Finda a apresentação do Professor Ives Gandra, participaram dos debates os Senhores Deputados Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Carlito Merss, Gerson Gabrielli, Luiz Carlos Hauly, José Militão, Paulo Afonso, Paulo Rubens Santiago, Renato Casagrande, Romel Anízio, Sandro Mabel, Vanessa Grazziotin e Virgílio Guimarães, Relator. Ao final, o Professor Ives Gandra entregou, ao Senhor Presidente, publicações de sua autoria e cópia da Proposta para Revisão Constitucional de 1993 – da Comissão Paulista de Estudos Constitucionais para análise da Comissão. O Deputado Mussa Demes, Presidente, atendendo solicitação do Deputado Sandro Mabel, autorizou a distribuição, pela secretaria, de tabela simplificada do Sistema Tributário Nacional aos membros da Comissão. Em seguida, o Senhor Presidente, após consultar a Comissão, marcou reunião acerca da questão origem e destino para a próxima semana. Na seqüência, passou-se ao segundo item da pauta: *B) Apreciação de Requerimentos. Requerimento nº 20*, do Senhor Luiz Carlos Hauly,

que solicitava “convidar o Excelentíssimo Senhor Doutor Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. Em votação, foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, antes convocando outra para quinta-feira, dia 10 de abril. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias da ata da 4ª reunião a todos os presentes, indago do Plenário se há necessidade da leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço dispense da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O nobre Deputado Luiz Carlos Hauly pede dispensa da leitura da ata.

Submeto o pedido à consideração do Plenário. Se alguém tiver alguma objeção que o faça agora. *(Pausa.)*

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, considero-a aprovada.

Esta audiência pública foi convocada para ouvirmos o Dr. Ives Gandra Martins, conhecido e respeitado em todo o País e, com toda a certeza, o maior especialista brasileiro em Direito Tributário, com admirável volume de trabalhos publicados que têm servido de referência a muitos julgamentos nos Tribunais Superiores da República. Sua presença nesta Casa, como já aconteceu na discussão dessa matéria em legislaturas passadas, muito nos honra. Com certeza, seus conhecimentos nos fornecerão importantes subsídios para que possamos produzir o texto que atenda aos anseios da população brasileira.

Com a palavra o Prof. Ives Gandra Martins.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes; Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores presentes, como estudioso do Direito Tributário, minha intenção nesta exposição é trazer a V.Exas. algumas preocupações com relação ao Sistema Tributário Brasileiro.

Farei uma análise inicial muito rápida acerca do sistema que está plasmado na Constituição Federal. Numa segunda etapa, um pouco mais demorada, examinarei alguns mitos que têm que ser desfeitos para que possamos efetivamente enfrentar os problemas de uma reforma tributária que de fato melhore o sistema brasileiro. Por fim, farei algumas sugestões concretas para a adoção de um sistema adequado.

Em primeiro lugar, quero dizer, também, que sou absolutamente contrário, sendo cidadão, que se comece a discutir o projeto de reforma tributária do Governo pelo Senado Federal. Durante oito anos os senhores ouviram um número enorme de tributaristas, Deputados especialistas examinarem pormenores. Aprofundaram-se nos méritos e deficiências do sistema atual e são os mais habilitados a examinar as possibilidades maiores ou menores da proposta a ser apresentada pelo Governo Federal.

Os senhores, representantes dos cidadãos, devem lutar para que a reforma comece por esta Casa, que é a mais habilitada.

O Deputado Mussa Demes foi Relator da última proposta da Câmara dos Deputados. Quantas vezes grupos de Professores de Direito Tributário se aprofundaram no conhecimento e no deslinde de vários problemas! Alguns dos senhores sabem perfeitamente das muitas dificuldades de se fazer uma reforma tributária adequada.

Nossa Constituição foi aprovada com 245 artigos, além de 70 disposições transitórias e 45 emendas, e tem 15 anos. A constituição norte-americana tem 7 artigos, apenas 26 emendas e 215 anos de existência. A verdade é que o projeto original que saiu da Subcomissão de Tributos, em 1987, cujo Presidente era Francisco Dornelles e o Relator, Mussa Demes, a meu ver, foi o melhor texto que se produziu sobre sistema tributário.

Posteriormente, houve uma série de alterações – sou técnico e não político, em matéria de exame das questões tributárias – e o texto final não ficou tão bom. Ele seria adequado se não houvesse algumas deformações não no Capítulo do Sistema Tributário, que vai dos arts. 145 a 162, mas no que diz respeito às relações de Direito Financeiro entre as unidades federativas, no próprio capítulo sobre orçamentos.

Em programa da *TV Cultura*, debati com o falecido ex-Deputado Federal José Roberto Magalhães Teixeira. Na época, alertei para o fato de que, ao se elevar de 33% para 47% a verba da União destinada aos Estados e Municípios, certamente aumentaria o nível de despesas, porque se criariam novos Estados e se aumentaria o número de representação na Câmara dos Deputados e nos tribunais. Enfim, criar-se-ia uma estrutura administrativa maior na União, e a perda de receita se compensaria de forma a distorcer o sistema tributário.

Naquela ocasião, o então Deputado José Roberto Magalhães Teixeira, em longo programa de que participou também o Secretário da Receita Federal Substituto na época, disse que não concordava com o texto porque os Estados e Municípios ficariam com responsabilidades que pertenciam à União, o que reduziria as necessidades da União.

A impressão política foi de que o aspecto tributário não iria acontecer, e realmente não aconteceu porque quem tem poder não o perde. Não houve disciplina de delegação de competências para Estados e Municípios. Vimos a distorção completa do sistema tributário, em que a União deixou de trabalhar com dois impostos de natureza arrecadatória, IPI e IR, para criar as contribuições que não teriam de transferir receita.

Hoje temos o grosso das receitas da União representadas por contribuições, numa distorção completa. Técnica e juridicamente as contribuições têm de ser específicas. A contribuição é criada com uma função, não tem a generalidade que caracteriza o imposto, que, uma vez cobrado, pode ser destinado ao que for necessário no orçamento público.

Essa distorção levou àquilo que Estados e Municípios pensaram ser uma grande conquista, na medida em que o sistema gradativamente se desfigurou. E as emendas criadas vieram a se desfigurar ainda mais, porque o art. 149, que falava de forma enxuta e correta sobre os três tipos de contribuições – intervenção do domínio econômico, sociais e contribuições do interesse das categorias –, recebeu inúmeras emendas – e as de nºs 33 e 39 descaracterizam, no conceito universal doutrinário, o que é conceito de contribuição.

A Contribuição de Iluminação, na verdade, é uma taxa sem nenhum aspecto material, espacial, pessoal definidos; é um serviço público que foi inserido no art. 149 para obter determinadas receitas. O Constituinte deixou de caracterizar qual é a contribuição, quem é o contribuinte, como ele vai pagar. O que exigiria pelo menos lei complementar explícita, como era exigido para o adicional de Imposto de Renda Estadual, eliminado pela Emenda nº 3.

O sistema aprovado na Subcomissão, na época em que o Deputado Mussa Demes foi o Relator, era adequadíssimo, a meu ver. Foi desfigurado para ser aprovado em 1988, o que se compreende pelos diversos aspectos, de acordo com aumento do número de entidades federativas.

Hoje verificamos que o sistema está desfigurado. No capítulo sobre sistema constitucional, as espécies tributárias – impostos de taxas de contribuições, melhorias, contribuições especiais e empréstimos compulsórios, que vão dos arts. 145 a 149, ficaram desfiguradas. O capítulo de taxas também, devido à confusão com o conceito de contribuição.

Na parte sobre limitações constitucionais no poder de tributar, tivemos também desfiguração, porque o que deveria ser cláusula pétrea, com base no art. 60, § 4º, inciso IV, passou a ser capítulo: na medida em que o Estado necessitava de mais receitas, levava-se em consideração que as limitações não deveriam ser tão grandes.

Se do ponto de vista de técnica de arrecadação a substituição tributária representava facilidade de fiscalização, do ponto de vista do contribuinte representava alargamento do poder de tributar e não uma limitação. Isso foi inserido no Capítulo das Limitações do Poder de Tributar, no § 7º, art. 150, numa espécie de *contradictio interminis*; o que era cláusula pétrea deixou de

ser, o que era limitação passou a ser um alargamento do poder de tributar.

Um dos impostos do sistema inteligentemente não foi aplicado, porque no mundo inteiro não representa qualquer espécie de arrecadação: imposto sobre grandes fortunas. Nos outros doze, verificamos que os impostos regulatórios passaram a ter mais importância que os arrecadatórios.

Em determinados momentos da história brasileira, o IOF foi utilizado como forma de arrecadação; verificamos o IR e o IPI perdendo função, pela necessidade de serem transferidos 47%, vimos o campo das contribuições, que passaram a não ter mais destinações específicas e a ser utilizados como manobra de caixa para, muitas vezes, atender aos famosos superávits primários, a fim de manter a credibilidade do País externamente.

Esse é o sistema atual.

Dentro desse sistema, que foi gradativamente desfigurado, parece-me importante analisar alguns mitos, o que talvez não agrade os senhores, pelo que me desculpo. Mas falo na qualidade de velho professor de Direito Tributário que não tem vocação política e, ao mesmo tempo, não sabe até que ponto a necessidade de composição tem de sacrificar o purismo do Direito em função das necessidades acima do Direito.

Detectei dez mitos, e vale a pena enfrentá-los para que não sejam manchetes de jornais.

O primeiro tem sido gradativamente dito. Houve perda de receita de Estados e Municípios desde a Constituição de 1988. Na verdade, a União teve ganho, pela desfiguração do sistema, mas os Estados não perderam. No momento em que a Constituição foi aprovada, tínhamos uma carga tributária de 26%; hoje é de 37%.

Os Estados perderam receita por culpa própria, em função de uma guerra fratricida provocada pelo ICMS. Perderam receita por não querer cobrar e por dar incentivos fiscais. Não é um critério que leva repetidas vezes o Supremo Tribunal Federal a dizer que as medidas de guerra fiscal são inconstitucionais, como efetivamente são. Dentro dessa linha, os Estados e Municípios não ganharam tanto; ganharam muito menos que a União, mas não perderam receita em relação à carga tributária que recebiam em 1988.

O segundo mito é a afirmação permanente de que a carga tributária continuará a mesma, não pode ser reduzida. Advogo em Direito Tributário desde 1958. Os Deputados Delfim Netto e Francisco Dornelles sabem. Em todas as reformas tributárias feitas no País, nunca as alíquotas foram reduzidas, mas sempre aumentadas. Recentemente, quando os senhores aprovaram o aumento do PIS de 0,65% para 1,65%, a FIESP fez

um estudo para saber qual seria a carga ideal, levando em consideração a eliminação da cumulatividade; e chegou-se a 1,1%.

Compreendo que os Governos façam o “colchão de tranquilidade”: como não sabem o que vai acontecer com o novo sistema, aumentam mais do que projetam para, se houver decréscimo, não perderem. O Governo nunca perde. O mito é que com a reforma haverá redução da carga tributária. Isso nunca ocorreu em 45 anos de trabalho exclusivamente em Direito Tributário. Em todas as reformas houve aumento, e o contribuinte pagou a conta.

O terceiro mito é que a tributação auxilia a distribuição de renda. Ela ajudaria se fosse repassado diretamente ao Estado. Hoje temos uma carga tributária em torno de 37%, 36,5%, 37,2%, 36%, conforme o instituto que a calcula. O certo é que isso está sendo utilizado para pagar administrações públicas e transferência.

O Deputado Delfim Netto e eu dizíamos anos atrás que a Federação não cabe dentro do PIB, é maior do que ele. Foram criados 1 mil e 600 Municípios e remunerados todos os Vereadores. V.Exas. tiveram de criar emenda limitando a remuneração nas Câmaras Municipais, porque algumas gastavam de 25% a 30% da receita, inclusive a transferida para pagar seus Vereadores.

Cada vez que se aumenta a alíquota, sempre o Estado encontra uma forma de absorver o aumento. Adolfo Wagner, grande economista, escreveu, no fim do século XIX, notável tratado sobre o aumento da capacidade de dispêndio do Estado. Disse que, sempre que se aumenta a tributação, o Estado absorve; se houver necessidade, ele a transfere à sociedade, mas quase sempre fica nas próprias administrações.

Essa realidade não é brasileira, é histórica, está em todos os espaços geográficos. Trata-se de verdade universal. Pode ser utilizada como *slogan*, mas os contribuintes que pagam a conta sabem perfeitamente que não há tributação por meio do Estado. Melhora de condições sociais se obtém com desenvolvimento, gerador de emprego, e com criação de poupança para investimento. O Estado é mau distribuidor de riquezas. Se um país cuja carga tributária é de 37% tem a crise social que o nosso tem, há algo errado. Diria mesmo que a maior carga tributária do mundo é a do Brasil, porque todos os países cuja carga tributária é de 37% – maior que a do Japão, a da Austrália, a da Suíça e a dos Estados Unidos, semelhante à da Alemanha e um pouco menor que a da Suécia etc. – prestam serviços públicos. No Brasil, além de não termos serviços públicos à altura necessária, lidamos com algo muito mais grave: somos obrigados a prestar serviço público a nós mesmos. Se quisermos pôr nossos filhos em

determinadas escolas que sejam um pouco melhores, não receberemos qualquer auxílio do Governo; teremos de pagar Imposto de Renda, porque não podemos deduzir esse gasto. Além do que, precisamos ter nossos planos de saúde, porque a prestação de serviços é muito pequena.

Então, há distribuição *pro domo sua* para aqueles que detêm o poder e, na verdade, por força de estruturas que muita vezes não foram criadas por quem detém o poder, mas é obrigado a viver dentro dela.

Esse, portanto, é outro mito que precisamos examinar. Não conheço na história brasileira momentos em que aumento de carga tributária tenha representado melhor distribuição de renda.

Há um quarto mito que deveríamos examinar. A questão diz respeito especificamente ao ICMS e foi a grande discussão que durante anos o Deputado Mussa Demes e eu tivemos em seminários e conferências realizados nesta Casa. Regime de destino não existe no mundo, mas já há no Brasil. Onde existe regime de destino em relação ao Imposto sobre Valor Agregado? Nos países cuja legislação estudei, o IVA é sempre um imposto centralizado, mesmo nas federações. Existe regime de destino na União Européia, mas entre países. Se se vende uma mercadoria da Bélgica para a França, paga-se na França. Vale dizer: trata-se de regime de destino entre países, mas não regime de destino dentro do país, mesmo nas federações, como é o caso da Alemanha.

O Brasil tem regime de destino? Tem. Quando importo uma mercadoria, onde pago o ICMS? No país que remete ou no que recebe? Pago no país que recebe. Vale dizer: regime de destino já existe no ICMS no Brasil, quando se importam mercadorias, no mesmo nível em que existe na União Européia. Entretanto, na União Européia e nos outros países que adotam o IVA não há, porque o ICMS é o imposto de vocação nacional que foi regionalizado. Na prática, estou convencido de que a regionalização, ao conferir autonomia tributária aos Estados, criou uma federação de inimigos, em que os Estados brigam entre si para pegar uns dos outros investimento pago com tributo do Estado de onde eles retiraram.

Erramos em adotar um tributo de vocação mundial central – nas federações, federalizado – transformando-o em imposto regional de vocação nacional. Se adotarmos o regime de destino, estou convencido de que haverá mais problemas do que atualmente. Além do que, o contribuinte terá de pagar uma conta muito alta.

Vamos examinar os três grandes sistemas do regime de destino.

Primeiro: a “operação barquinho”. Engenhosamente criada por meu querido mestre Mussa Demes – é verdade, S.Exa. sabe perfeitamente do nosso respeito pelo assunto desde a Constituinte de 1988, quando, em audiência pública na Subcomissão de Tributos, discutíamos a matéria –, ela criaria créditos absolutamente incompensáveis do ICMS federal. O próprio Deputado Mussa Demes reconheceu o fato, a ponto de não ter colocado no projeto final o modelo do barquinho. Por exemplo: vende-se uma mercadoria de São Paulo para o Piauí. Essa mercadoria, se a alíquota fosse a 18, e 4 o ICMS federal, de 18 passaria para 22 de ICMS federal. Lá seria compensado em 4 o ICMS federal, e o Estado receberia os 18 de ICMS estadual. Esses 22 nunca caberiam nos 4. Seriam precisos lucros de 600% ou créditos. O Deputado Mussa Demes, com muita propriedade, disse que a operação moralizaria os governos, que teriam de devolver aquilo que fosse devido. Mas a prática brasileira é esta: os governos, nesse ponto, nem sempre estão dispostos a ser moralistas. O quanto eles puderem ganhar – o máximo possível – eles ganham; senão não teríamos tantas discussões no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal apenas para ganhar tempo em questões nas quais a União e os Governos dos Estados e dos Municípios já perderam.

Segundo sistema: câmara de compensações. O Estado que manda recolhe tudo e manda para o Estado de destino. Cria-se uma câmara de compensações, e o Estado exportador líquido pagaria o diferencial para o Estado importador líquido. Essa câmara de compensações se pretendeu adotar na União Européia entre países no começo da década de 1990.

Em 1998 participei de Congresso sobre o IVA internacional e fiz uma palestra sobre o ICMS, que eles chamavam de IVA brasileiro. Perguntei-lhes por que não tinham aplicado aquilo que já tinham aprovado. O Diretor do IVA de Portugal, em um jantar, respondeu: “*Porque todos os países têm medo de que não se faça a lição de casa*”. O Estado que não vai ganhar um centavo não vai ter muito interesse em cobrar e fiscalizar. Se ele for exportador líquido e fizer bem a lição de casa, mas o outro não, ele perde duas vezes. Perde porque ele exporta mais do que importa e perde porque ele fez bem a lição de casa e o outro não fez. Resultado: até 1998 não tinha sido aplicado. Liguei para saber se já havia sido adotado e descobri que ainda não foi adotado na Europa. Está no papel, mas todos têm medo de que não funcione. Eles, que têm maior experiência em IVA, Imposto sobre Valor Agregado, porque o IVA surgiu na França, resolveram, por enquanto, adotar o mesmo regime de destino que temos no Brasil: chega mercadoria em Portugal, cobra-se em Portugal; chega

mercadoria importada aqui no Estado de São Paulo, cobra-se no Estado de São Paulo.

Esse é um aspecto importante. Vamos admitir que consigamos uma fórmula mágica. A melhor delas é exatamente essa da câmara de compensações, de que, na Europa, com a experiência que têm, todos têm receio, em relação ao IVA.

A terceira forma seria o Estado de origem não cobrar nada, tudo ser cobrado no destino. V.Exas. podem imaginar o que traria efetivamente todas as mercadorias circularem pelo Brasil sem nenhum tributo e a dificuldade de fiscalização no Estado de destino.

Para mim é um mito. Falar-se em regime de destino, na verdade, representa uma inviabilidade material. Apresento apenas um dado: o Deputado Mussa Demes e o ex-Deputado Germano Rigotto, que indiscutivelmente são das pessoas que mais estudaram sistema tributário no Brasil, até porque o Deputado Mussa Demes foi 1º Vice-Presidente da Subcomissão de Tributos, depois de todos os esforços empreendidos, a melhor solução que encontraram foi uma que a Europa tem medo de adotar: a câmara de compensações. Isso porque não há solução possível para o regime de destino. A única solução viável é o regime em que os dois interessados podem fiscalizar adequadamente para combater a sonegação. Saber qual alíquota se deve adotar é um problema de calibragem. Mas os dois têm de ter interesse, caso contrário o sistema não vai funcionar.

Diria até mais: se encontrássemos a fórmula mágica para equacionar definitivamente o problema do regime de destino, o aumento da carga tributária seria indiscutível. Todos os Estados importadores líquidos ganhariam; todos os Estados exportadores líquidos perderiam. E, não podendo perder, teriam de receber compensação da União, por intermédio do aumento tributos, a ser pago pelo contribuinte. Caso contrário, os Estados teriam de tornar maiores seus próprios tributos. O regime de destino representaria para todos os contribuintes brasileiros o aumento da carga tributária. Não há outra solução.

Outro mito: a autonomia das entidades federativas que o ICMS e o ISS concedem aos Municípios. Considero errado o sistema com cinco tributos circulatórios – IPI, ICMS, ISS, COFINS e PIS – e um semi-circulatório – a CPMF.

Na Europa trabalha-se com um tributo, o Imposto sobre Valor Agregado, que incide sobre a produção, comércio e serviços. Partilha-se a receita, mesmo nas Federações; a exemplo da Alemanha. O tributo é dividido mediante critérios predefinidos. Ele circula por todo o país de vocação.

No Brasil, quisemos dar autonomia aos Municípios, aos Estados e à União.

Na União, o IPI perdeu a função. De tudo que cobra, a União repassa a metade. O ICMS acarreta as guerras fiscais; o ISS também causa conflitos nos Municípios.

No Superior Tribunal de Justiça, o meu queridíssimo amigo, eminente Ministro Demócrito Reinaldo, hoje aposentado, declarou que, apesar de o Decreto-Lei nº 406 estabelecer que se deve cobrar o ISS na sede das companhias, não é justo e, por tal motivo, o imposto deveria ser cobrado no local da prestação de serviços. O STJ aceitou a orientação do Ministro Demócrito Reinaldo, deixou de ser Tribunal legislador negativo para não dar seqüência a leis inconstitucionais e se transformou em uma espécie de Câmara dos Deputados, porque, apesar do que estabelece a lei, seus membros dizem que querem que o entendimento seja de determinada forma. Logo, transformou-se em verdadeiro legislador.

Os Municípios cobram duas vezes o ISS. Toda empresa que trabalha em mais de dois ou três Municípios é obrigada a pagar ISS tanto na cidade em que está sediada quanto naquela em que fornece seus serviços. Foi instituída a guerra, inclusive de alíquotas, que V.Exas. solucionaram em parte ao introduzir a alíquota mínima de 2% para evitar a luta predatória.

Se outros países entenderam de forma inteligente o IVA, imposto único que abrange a circulação de mercadorias e serviços – impostos circulatórios –, para facilitar a vida do contribuinte e as cobranças, é evidente que nós, até para nos inserirmos no contexto internacional, deveríamos partilhar o tributo corretamente. Talvez, devêssemos deixar a cobrança daquelas parcelas para a entidade com maior vocação, mas repartir um único tributo.

O Brasil, por intermédio da globalização, está entrando nos espaços comunitários, com todas suas deficiências. O País, pela sua dimensão, é uma das quatro grandes baleias da economia mundial emergente – China, Rússia, Índia e Brasil – e não pode ficar alheio ao contexto internacional. Lá só existe um tributo internacional comunitário: o IVA. As tarifas aduaneiras com o tempo desaparecerão. Na União Européia, já desapareceram. No MERCOSUL, a TEC, no dia em que as exceções terminarem, não terá mais o papel de proteção naquele mercado.

O tributo comunitário por excelência é o Imposto sobre Valor Agregado. Imposto de Renda e contribuições são tributos locais de cada país. A França, Portugal e a Bélgica têm o seu estilo, mas o IVA é regime jurídico único.

No momento em que partilhamos o imposto circulatório entre diversos tributos, saímos do contexto internacional. Mesmo países do MERCOSUL – Argentina, Uruguai e Paraguai – já adotam o sistema europeu do Imposto sobre Valor Agregado.

No Brasil, continuamos com o sistema partilhado. Não sei se os inteligentes somos nós, que optamos pela partilha, ou eles não entendem muito do assunto, mas não têm problemas.

Se pretendemos proceder à reforma tributária, devemos examinar o mito em profundidade.

E quanto à autonomia das entidades federativas? No momento em que os tributos forem da Federação e não da União, dos Estados e Municípios, o ICMS terá de ser cobrado pelos Estados, que têm a maior máquina de arrecadação; o Imposto Patrimonial pelos Municípios, no que diz respeito ao patrimônio imobiliário; o Imposto de Renda e os tributos regulatórios pela União, cuja visão é global. Assim, nos aproximaremos dos sistemas mais modernos.

Outro mito. Temos de melhorar e manter os atuais tributos. Em certa palestra, realizada num único dia em Fortaleza, há duas semanas aproximadamente, o Ministro Delfim Netto, eu, o atual Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o ex-Secretário Everardo Maciel mostramos que o custo de despesas representado pelo sistema tributário parafernático, que só para circulação exige cinco tributos, faz com que – os dados foram apresentados pelo ex-Secretário Everardo Maciel – o custo de cobrança e fiscalização corresponda a 3% do PIB. Não fui eu quem o disse, mas o ex-Secretário da Receita Federal. Por quê? Porque o processo é extremamente complexo.

A Alemanha tem 218 tributos, segundo dados de 2000, e apenas 3 impostos representam mais de 90% da arrecadação. Então, são 3 tributos – o resto é perfumaria tributária. Portugal tem 2 tributos que representam em torno de 90% da arrecadação, o Imposto de Renda e o IVA; todos os outros também são perfumaria tributária.

No Brasil, os 12 tributos têm peso próprio – com exceção do ICMS, cuja valia é maior, visto que é cobrado pelos Estados. Na verdade, o sistema dispõe não de 2s ou 3 tributos, mas de 12 tributos, além da COFINS e do PIS, que também representam receita.

É evidente que simplificar é extremamente importante.

Desejo fazer outra observação, antes de apresentar sugestões e ficar à disposição de V.Exas. Trata-se de dois impostos: o Imposto sobre Grandes Fortunas e o Imposto sobre Heranças progressivo. Realmente, alguns países optam pela progressividade no Imposto sobre Herança. E, quanto ao Imposto sobre Grandes

Fortunas, que o Governo da França, na época em que Mitterrand ganhou as eleições, defendeu como se fosse uma forma de redistribuir riquezas, foi constatado que ele representava menos de 0,01% da arrecadação. Portanto, praticamente desistiram da sua cobrança.

O Governo Lula tem declarado que não é por aí, afirmação que desestimulará poupanças e investimentos.

Nos Estados Unidos, qual é a situação o Imposto sobre Herança? A primeira vez em que se falou em Imposto sobre Herança foi na *Lex Julia*, por intermédio do Imperador Augusto. Depois de 1698, o tributo foi introduzido na Inglaterra, retirado, e, em seguida, reintroduzido. Também foi aplicado nos Estados Unidos.

No Brasil, fala-se em progressividade. Até 1964, houve progressividade até 40% do Imposto sobre Herança, quando Roberto Campos e Bulhões de Carvalho perguntaram por que, se a taxação é de 40% e tanta gente morre, arrecada-se tão pouco. Percebeu-se que, quanto maior a alíquota progressiva, tanto mais esquemas e planejamentos tributários se fazem, para que ninguém pague. Então decidiram, em 1964, que o imposto iria incidir apenas sobre os bens imobiliários, e com uma alíquota que não motivasse a sonegação. Passou-se a conhecer a riqueza do Brasil nas declarações efetivas que se faziam.

Mas, nos Estados Unidos, por exemplo, existe a progressividade, e ela dá imunidade de 600 mil dólares a qualquer patrimônio, algo em torno de 2 milhões de reais. O grosso da população não paga um centavo desse tributo. Além disso, se o cidadão doar seus bens para a esposa antes de morrer, para a esposa não há nenhuma tributação. O imposto sobre doação é menor do que o imposto sobre a herança, e a doação pode se feita. Eles têm também uma figura chamada *trust*, que administra os bens. O americano delega a alguém a administração dos seus bens, e o *trust* aparece como um acervo de bens, que tem beneficiários. Quase sempre, no *trust* o cidadão põe como beneficiários seus filhos, e ele como primeiro beneficiário. O *trust* recebe um tratamento tal que praticamente foge ao sistema da herança.

Para que os senhores tenham melhor noção, no mundo inteiro essa carga tributária representa 0,21% do PIB, e me refiro a países desenvolvidos, como Alemanha, Suécia, França, Inglaterra. Isto é, apesar de se falar em progressividade, essa progressividade não afugenta capitais nem investimentos, nem cria planejamentos. Num país como a Alemanha, onde é pesado o imposto sobre herança, a carga tributária representa 0,43% do PIB, porque se criam empresas, enfim, há fórmulas notáveis.

Vamos admitir que adotemos no Brasil a prática que se imaginava. O Dr. Antonio Ermírio de Moraes tem, segundo se fala, uma fortuna considerável. Se sobre sua herança incidisse uma alíquota progressiva, como era a norma em 1940, seus herdeiros teriam de dar 40% de todas as empresas para o Estado, que era o quanto se cobrava no Estado de São Paulo em 1964. Ou seja, a empresa desapareceria, porque uma das formas de continuar é permitir que na sucessão não haja impossibilidade de os empreendimentos autenticamente nacionais estarem crescendo. É algo que tem de ser estudado com muita cautela.

Último aspecto, e já apresento as minhas sugestões. Não estou convencido, apesar de considerar extremamente importante, de que a reforma tributária deva anteceder a reforma administrativa. Reproduzo aqui as palavras proferidas por meu amigo Deputado Delfim Netto, em Fortaleza: “*Precisamos regular as despesas*”. A capacidade de dispêndio do Estado é coberta principalmente pela receita tributária, se não pelo financiamento. Eu e o ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel certa vez brincávamos, em palestra que fazíamos juntos: se eu conseguisse fazer qualquer proposta de redução da carga tributária, poderia candidatar-me a Governador do meu Estado, Pernambuco, porque eu seria um herói nacional. Por que eu não posso fazer isso? Porque sou obrigado a gerar receitas para sustentar essa Federação que não cabe dentro do PIB.

A reforma fundamental, a meu ver, e depois estudariamos a maneira de financiá-la, é a administrativa, de União, Estados e Municípios. Regulamentar as despesas, para daí saber de que forma tiraríamos da sociedade os recursos para gerar desenvolvimento e aplicá-los nessa regulação de despesas.

Lendo os orçamentos todos esses anos – como professor sou obrigado a examiná-los, não percebo um grande esforço para a redução das despesas. Ao contrário, todos os anos todos os orçamentos aumentam. A capacidade dispenditiva do Estado é infinita, e não há reforma tributária que possa gerar desenvolvimento, emprego e poupança nacional – para não ficarmos dependendo de poupança externa – se continuam retirando recursos da sociedade para sustentar o Estado.

O último ponto desses mitos é que eu gostaria, primeiro, de regular as despesas, porque assim seria fácil saber de que forma vou financiá-las.

Por fim, eu gostaria de apresentar algumas sugestões. Trago para o Deputado Mussa Demes os seguintes dados. Quando da revisão de 1993, o Governo do Estado de São Paulo criou uma comissão denominada Comissão Miguel Reale. Dez juristas foram convidados,

cada um para cuidar de um capítulo da Constituição e apresentar proposta para a revisão. Participei da Comissão Miguel Reale e fiquei encarregado do capítulo do sistema tributário. Estou trazendo a proposta que nós apresentamos a esta Casa em 1993 como contribuição para a reflexão.

Pessoalmente, estou convencido – vou apresentar minhas idéias, que poderão ser para os senhores não minoritárias, mas unitárias, pois só eu as defendo – de que, se outros países adotaram sistemas simplificados, não temos motivo para não fazer o mesmo.

Temos problemas monumentais, uma carga tributária brutal, de 37%. Nenhum país emergente tem carga tão alta. O México exporta 160 bilhões de dólares por ano e tem uma carga de 20%. Nós ainda patinamos, exportando de 55 a 60 bilhões de dólares. Agora estamos crescendo, mas pode ser que, com a queda do dólar, venhamos a perder um pouco desse avanço nos saldos comerciais. Essa queda, que é útil, vai, entretanto, provocar uma performance menor das nossas exportações.

Os países emergentes têm carga tributária de 20%, por quê? Por uma razão muito simples: os cidadãos são obrigados a prestar eles mesmos os serviços públicos. Em todos os países emergentes, onde o Estado não presta o serviço público – os países desenvolvidos prestam –, a carga tributária é menor porque quem assume essa função é o contribuinte.

Ora, temos carga tributária de país desenvolvido, mas somos obrigados a nos autoprestar serviços públicos. Isso emperra o País. Não estamos crescendo, estamos patinando entre 1,2%, 1,5% a 2% ao ano de crescimento, arcando com uma carga tributária de 37% do PIB, que todos os anos cresce e que uma eventual reforma tributária certamente irá aumentar.

Por exemplo, analisemos a COFINS. Se a não-cumulatividade for para 7%, vamos ter mais do que o grosso teria como possibilidade de compensação, porque muitos, principalmente o setor de serviços, não têm o que compensar em termos de COFINS, o que significaria uma alíquota absurda.

Acho que deveríamos adotar sistemas que já funcionam em outros países. Não quero adotar o sistema americano de se cobrar na ponta, que poderia ser adotado para os Estados – uma vez conversei longamente com o Deputado Luiz Carlos Hauly – se nós tivéssemos impostos seletivos. Assim não teríamos a cumulatividade. Mas, se quisermos adotar um sistema de integração do MERCOSUL e ALCA com a União Européia, se chegarmos a fazer um acordo, teremos de ter um regime geral único de IVA, e eu preferiria ter um IVA da Federação. Não seria da União nem de Estados ou de Municípios, seria aprovado no Congresso

Nacional como representante da Federação. Dizem que o Senado é a Casa da Federação. Em parte, porque os Municípios não estão representados no Senado, estão representados na Câmara dos Deputados. Então as duas Casas são da Federação. Teríamos um Imposto de Renda, um Imposto sobre Valor Agregado, no mesmo sistema europeu, único, abrangendo os impostos circulatorios, partilhados por União, Estados e Municípios, e, como a máquina maior é dos Estados, a cobrança seria feita lá. A União emprestaria suas Casas legislativas para regular a matéria, mas os Estados é que cobrariam e partilhariam os resultados entre Estados, União e Municípios. Com isso passaríamos a ter a possibilidade de integração, um sistema comunitário. Não teríamos o problema que temos hoje com o MERCOSUL, por exemplo. Não podemos fazer nenhum tratado internacional sobre o ICMS porque a União não pode fazer nenhuma concessão, dar nenhuma isenção sobre esse imposto, por proibição expressa da Constituição. Por essa razão, o Brasil entra nos acordos internacionais limitado.

Seguindo essa linha, eu sugeriria um IVA nacional, um imposto de renda nacional, um imposto patrimonial nacional, regulatório de comércio exterior nacional. E quando digo nacional é da Federação, partilhado de acordo com a vocação de cada entidade federativa. É a posição unitária. Como não acredito que isso passe no Congresso, a outra alternativa que apresento é adotarmos de imediato um sistema em que teríamos a união de ICMS e ISS, com três requisitos estabelecidos na Constituição.

Primeiro, a legislação teria de ser centralizada. Fiquei muito satisfeito porque o Presidente Lula conseguiu dos Governadores, na Carta de Brasília, o compromisso de que haverá uma legislação federal. Segundo, teríamos de definir alíquotas idênticas, a ser partilhadas na origem e no destino, calibradas de acordo com as necessidades. Terceiro, não se poderia, em nenhuma hipótese, dar incentivos fiscais por meio do ICMS. Vale dizer que, se o Estado quiser emprestar dinheiro, é problema do seu orçamento. Política tributária e incentivo fiscal seriam absolutamente impossíveis. Assim viabilizaríamos um ICMS regional de vocação nacional, mas com critérios que impossibilitariam essa guerra fratricida na Federação brasileira. Quando me perguntam sobre o pacto federativo, digo aos meus alunos que isso não é possível num país em que cada Estado vê o outro como inimigo e quer tirar dele alguma parte – o ICMS colabora para isso – e os Municípios limítrofes vivem brigando por assumir receitas. Também adotaríamos um imposto de renda que não desse grande peso à progressividade. A progressividade é um instituto em queda em todo o mundo. Existe para regular alguma

coisa, mas, se analisada a situação da década de 50 na Inglaterra, na Suécia e na Alemanha, ficaremos impressionados com a acentuada queda nos dias de hoje. Ela serve para diferenciar, mas não pode chegar ao ponto de inibir poupança e investimentos, que no Brasil precisam ser estimulados.

A última sugestão, num sistema extremamente simplificado, seria que as contribuições teriam de ter destinação e aplicação específicas, e os outros impostos – empréstimo compulsório só em casos excepcionais – e taxas seriam cobrados em função do serviço público específico.

Vamos admitir que se queira manter essa “vaca sagrada dos hindus”, o instituto da progressividade, muito melhor nos seus ideais do que nos seus resultados, porque, em verdade, num mundo globalizado, ele termina estimulando o investimento em outros países. Uma solução seria, admitida a progressividade, estipular um percentual menor para todos aqueles que resolvessem investir no País, estimulando os investimentos internos e gerando poupança, o que representa, em última análise, nos impostos em que haveria possibilidade de progressividade, renda e transmissão. Parece que eles pretendem transferir dos Estados para a União o imposto de transmissão. Sou contrário a essa idéia, pois é da tradição brasileira os Estados onde estão os bens cobrarem esse imposto. Tal fato enfraqueceria o poder federativo.

Então, ficaríamos com os três fatos geradores clássicos: renda, patrimônio, circulação de bens e serviços. Com a regulação de contribuições, taxas e empréstimos compulsórios com destinos específicos ou por serviços públicos específicos e divisíveis, teríamos uma simplificação do sistema.

Se todos os tributos fossem da Federação, passaríamos a ter essa vocação natural de partilha, de tal maneira que, mesmo que fossem apenas por legislação federal, haveria a inibição da utilização da política tributária para desfigurar o sistema. Poderíamos, assim, ter um sistema mais simplificado como o existente na Alemanha, em Portugal e em outros países desenvolvidos.

Sou advogado há 45 anos. Quando verifico as grandes questões que tramitam nos tribunais, observo que quase todas são tributárias. Diria que 60% das grandes questões em trâmite nos tribunais são de ordem tributária, outras administrativas e a menor parte, contencioso entre cidadãos, excetuando-se matérias trabalhistas. Isso ocorre por causa da complexidade do sistema. Quanto mais complexo o sistema, maior a possibilidade de corrupção e sonegação. Sempre se encontra uma forma de se planejar tributariamente pagamentos, e aí o sistema é muitas vezes confisca-

tório, o que gera corrupção e sonegação, que mantêm um casamento indissolúvel através da história e dos espaços geográficos.

Se se pretende fazer um sistema tributário permanente, precisamos partir para a simplificação e, se possível, a simplificação partilhada, ou seja, União, Estados e Municípios, com três impostos circulatórios que representem o que há de mais importante na arrecadação tributária do País. Haveria um IVA, que englobaria IPI, ICMS e ISS, e daria aos Estados, que, assim, não poderiam reclamar, o direito de cobrá-lo e depois o partilharia com os Municípios e a União. É legítimo que o façam, já que a máquina de fiscalização das unidades federativas, a máquina estadual, é consideravelmente maior do que a de fiscalização federal.

São algumas idéias que trago para reflexão de V.Exas.

Deixarei com o Deputado Mussa Demes o livro Direitos Fundamentais do Contribuinte, coordenado pelo Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, Ministros do STJ, diversos professores e por mim. Os Estados Unidos, que combatem duramente a sonegação, aprovaram na década passada um código de defesa do contribuinte. Vários códigos semelhantes têm sido utilizados em todo o mundo. Aqui no Brasil ainda não avançamos, apesar de termos na Constituição um capítulo inteiro dedicado às limitações constitucionais ao poder de tributar.

Trouxe essas idéias para que possamos produzir, a partir da Câmara dos Deputados e depois com a revisão do Senado, um projeto que possa levar à melhoria do sistema e não apenas a uma partilha de receitas entre as entidades federativas, o que representaria uma carga tributária maior para todos os contribuintes e acarretaria maior desemprego e perda de competitividade internacional.

O que se propõe efetivamente é simplificar o sistema, utilizando o que há de bom nos outros sistemas, para que possamos efetivamente ter um sistema mais enxuto, eficaz, que combata melhor a sonegação e a corrupção e que auxilie o desenvolvimento e a justiça tributária.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com o brilhantismo que lhe é peculiar, o Prof. Ives Gandra praticamente esgotou a matéria.

Em razão do alto quorum que temos hoje, sei que muitos dos nossos companheiros irão querer tirar dúvidas, fazer indagações ao nosso ilustre conferencista. Por isso, peço que se limitem ao tempo de três minutos, tendo em vista que todos que se inscreveram desejam participar do debate. Também sugiro aos Parlamentares limitarem-se à formulação de três questões.

Peço a todos que colaborem com a Mesa a fim de que não aconteça como da última vez, em que terminamos a reunião com apenas três companheiros, o que demonstra um certo desinteresse em relação aos questionamentos.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr.

Presidente, sugiro também que as respostas do conferencista sejam dadas em bloco para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Bem lembrado, Deputado Antonio Cambraia. Foi o que fizemos na reunião anterior. Faremos bloco de três perguntas.

Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr.

Presidente, na reunião passada, entreguei um quadro ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

Como alguns Parlamentares pediram cópia, se V.Exa. não se incomodar, solicito à Secretária que distribua aos outros Deputados o quadro que mostra o número atual de contribuições no Brasil, para que todos possam ter uma idéia da complexidade do nosso sistema.

Preocupa-nos a sociedade ter de esperar desta Comissão a transformação de um monte de impostos em alguns poucos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Perfeitamente, Deputado Sandro Mabel. Recebo sua contribuição e autorizo a Secretaria a fazer a distribuição.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, Sr. Relator, Prof. Ives Gandra, em primeiro lugar, quero dizer que sua exposição foi muito rica e importante, ainda mais neste momento, quando discutimos aqui o sistema tributário.

Inicialmente, vou falar sobre a reforma. Poderemos cometer injustiças em relação à proposta do Governo, pois ela ainda não foi formalizada. Entretanto, já nos reunimos com o Ministro Antonio Palocci e temos acompanhado as informações divulgadas sobre o assunto na imprensa.

Minha primeira pergunta é: essa proposta do Governo vai atender aos fundamentos da desoneração e do estímulo à produção? Ela vai nos levar à eficiência econômica, como a ampliação da base de contribuintes? Ela atenderá efetivamente aos princípios fundamentais de um sistema tributário que beneficie a população?

Alguns colegas já disseram que, de fato, a reforma poderá aumentar a carga tributária, proposta que,

do meu ponto de vista, está longe do exposto aqui por V.Sa. Parece-me que ela será muito superficial e não atenderá a esses fundamentos. Mesmo que tramite nesta Casa com mais facilidade, não atenderá aos princípios e aos fundamentos de uma reforma, pelo menos da que desejamos.

Penso que se a reforma for muito superficial, não modificará realmente o sistema tributário.

Segundo, V.Sa citou o IVA, imposto federal, para substituir o ICMS e outros. Hoje, diversos Estados estabelecem tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas. O SIMPLES estadual usa o ICMS estadual muitas vezes para promoção desse setor importante da economia.

Conforme avaliou V.Sa., na hora em que se federalizar o ICMS, vamos criar dificuldades em relação ao tratamento dado às pequenas e microempresas, que tem diferenças na esfera federal e estadual – aliás, em quase todos os Estados. Trago esse questionamento em relação às pequenas empresas que utilizam o ICMS estadual – a legislação é estadual.

Outra questão. Apesar de estar explícito na Constituição que as pequenas e microempresas terão tratamento diferenciado, pergunto: é necessário incluir na proposta de emenda à Comissão, explicitar no capítulo do sistema tributário, o tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas ou outro artigo já contempla esse tratamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Prof. Dr. Ives Granda Martins, V.Sa. expõe o pensamento tributário necessário a esta Comissão.

Nossa cultura de muitos anos de debates vem ao encontro do que não conseguimos manifestar ainda nesta Casa. Trata-se de o início da discussão da reforma do sistema tributário ser nesta Casa, a Câmara dos Deputados, como determina a Constituição, e não na Casa Revisora, o Senado da República. Grande equívoco seria cometido se se iniciasse por lá. Seria também um desrespeito a esta Comissão, criada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, em continuidade à Comissão anterior.

Primeiro, solicito a V.Sa. que deixe a proposta ideal e a proposta dois, alternativa escrita de V.Sa., se possível com detalhes – e não precisa ser agora – , para que esta Comissão tenha a referência de um sistema clássico fundamental para analisar o País.

Penso que se arrecadarmos 36%, 37%, – tenho refletido sobre isso na Comissão – , temos carga de

mais de 50% no PIB. Incentivos fiscais, sonegação, revisão, corrupção destroem o sistema, transformando-o num manicômio tributário, num caos, numa economia de mercado predatória: quem pode mais, chora menos. Tem sido assim no Brasil.

A conspiração contra o Brasil não dependeu até agora nem da Trilateral, nem do Consenso de Washington, nem do FMI, nem dos inúmeros demônios do mundo, mas da nossa insanidade legislativa, da nossa incapacidade de fazer o entendimento nacional com um sistema mais simples e objetivo de tributar, clássico e mundial. Não adianta contrariar a regra universal de tributos.

Expôs V.Sa. com muito conhecimento o modelo europeu – V.Sa. faz parte da Academia Internacional de Direito Tributário – e o americano, as duas economias com mais sucesso no mundo. Os Estados Unidos são a maior potência e, portanto, estão alguns degraus acima das economias européias. A ênfase na Europa é o IVA e nos Estados Unidos, o IVV. Os dois têm impostos seletivos e impostos de renda forte, ou seja, incidência maior da arrecadação.

Temos de nos conscientizar de que, se adotarmos o IVA, mesmo com lei federal, se cada um continuar cobrando, vamos continuar longe do ideal; se fizermos um IVA nacional, como V.Sa. sugeriu, ficaremos perto do ideal. Diminuirão a sonegação, a corrupção, drasticamente a elisão e o desentendimento nacional. Será o fim da guerra fiscal.

Não quero estender-me. Hoje tentei calcular as alíquotas de propriedade, renda, consumo, separando Fundo de Garantia e o PIS/PASEP. Mais ou menos 1% da arrecadação brasileira do PIB vem de propriedade. São eles: IPTU, ITR, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto de Transmissão Inter Vivos e IPVA. Oito por cento do PIB vêm do Imposto de Renda, pessoas física e jurídica, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; 25% por cento, do ICMS, IPI, ISS, IOF e da COFINS, importação, exportação e CPMF; e 2%, de FGTS e PIS/PASEP.

Setenta por cento da tributação brasileira incidem sobre consumo. Onera a produção, cria deficiência na economia e altera preços. Imposto de Renda, 23% da arrecadação; propriedade, 2%; Fundo de Garantia e PIS/PASEP, mais ou menos 5%, fora taxas e emolumentos cobrados pelos três níveis de Poder.

Hoje esta Comissão tem a incumbência de buscar o melhor caminho para solucionar o grande impasse do desenvolvimento brasileiro. A livre concorrência brasileira tem sido impedida pelo sistema tributário e pelas taxas de juros que oneram o Custo Brasil.

Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, penso que o Dr. Ives deu uma referência a esta Comissão.

Precisamos encontrar um caminho entre o modelo europeu e o americano. Não há escapatória.

Em relação aos países do MERCOSUL, acho que o futuro da ALCA é ser uma espécie de União Europeia. Quanto à comercialização, teremos de deixar os acordos bilaterais e partir para os multilaterais, cada vez mais amplos e mais utilizados em todo o mundo.

Dr. Ives Gandra, meu objetivo nesta intervenção é deixar explícito o modelo ideal. Vamos apostar no ideal, para ver se com o novo Governo, com a mudança de paradigma político, haverá mudança no paradigma do desenvolvimento econômico e social deste País. Até agora só houve mudança de paradigma político; não houve nenhuma mudança de paradigma econômico. Se se acertarem as reformas tributária, previdenciária e trabalhista, a relação sociedade/Governo, vamos crescer muito, de 4 a 5% ao ano.

Outro dia, um apresentador – não sei qual a emissora – fez uma ironia quando eu disse que o Brasil poderia crescer mais de 5% ao ano. Poderá, sim. Tem todas as condições porque o nó está no sistema tributário e nos juros cobrados no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, prezado Relator, prezado Dr. Ives Gandra, expresse minha satisfação em poder ouvi-lo aqui. Há algum tempo sou observador pendular de suas opiniões e contribuições, ora concordando plenamente, ora mantendo-me em dúvida, ora discordando democraticamente, mas sempre com a intenção de ouvi-lo a cada momento.

Vou ser muito breve. Gostei muito da referência que V.Sa. fez aos mitos. Geralmente os mitos representam a voz do mais forte ou a hegemonia de determinados interesses, chegando em alguns momentos a impedir o debate e a defesa de idéias que podem ser diametralmente opostas.

Estados e Municípios perderam receita. Observou V.Sa. muito bem a guerra fiscal, a não-cobrança das competências tributárias. Há hoje na pauta dois requerimentos sobre convite a Ministros do Supremo Tribunal Federal para discutirmos aqui a guerra fiscal.

Seria interessante também ouvir os Secretários de Fazenda dos Estados e Municípios, bem como os Procuradores das Fazendas Públicas. Muitos desses órgãos estão com suas estruturas absolutamente desmontadas, e é exatamente aí que Estados e Municípios perdem receita. Não se trata de a União ter chegado antes e abocanhado tudo, mas, sim, do fato de a máquina efetivamente não funcionar.

Fez V.Sa. a referência, com a qual concordo em princípio, de que tributação não seria distribuição de renda. É verdade. Tributação, quando muito, é formação de receita. Na verdade, o Estado – e aí vem uma discordância salutar – não é alguém que não saiba distribuir renda. Não, o Estado distribui renda muito bem para poucos segmentos e muito mal para a maioria da sociedade.

Na última terça-feira, ouvimos aqui o Presidente do Banco Central, que se referiu ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. S.Exa. nos apresentou um conjunto de lâminas, onde demonstrou a evolução na década de 90, sobretudo nos últimos anos, do significado da dívida líquida do setor público em relação ao PIB e de todos os encargos produzidos pelas medidas macroeconômicas. Na sexta-feira anterior, num debate na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no Recife, ouvimos de um representante desse grupo a preocupação extrema com o aumento da carga tributária. Ele demonstrou essa preocupação numa transparência que ocupou quase todo o auditório. Por isso a chamei de o salto do canguru.

Na última década, a carga tributária em relação ao PIB foi expressiva. Contudo, tal aumento não redundou em maior oferta de crédito, em maior financiamento de investimentos sociais, nem na recuperação da capacidade da União no tocante ao desenvolvimento regional; redundou, sim, em financiar diversos encargos alheios a esses três itens aos quais me referi. Peço a V.Sa. que comente a respeito do aumento da carga tributária.

Além disso, V.Sa. fez referência a que a reforma tributária deveria ser precedida de uma reforma administrativa. Não sei se V.Sa. se referiu à administração stricto sensu ou a uma provável revisão das competências constitucionais do Estado, que talvez não possa ser definida em um ano. Então, deveríamos partir para uma boa avaliação no tocante ao PPA ou aos planos decenais, que poderiam sinalizar folgas de médio e longo prazos para redefinição de investimentos e do papel do Estado.

No fundo, temos adotado a reflexão, Dr. Ives Gandra, de que não podemos pensar a reforma tributária como há séculos pensou-se que a Terra era o centro do universo. Tenho ido a muitos debates, ouvido muitas observações importantes, mas em alguns momentos verifico falta de visão na relação tributo/financiamento do Estado e outras questões, típicas da nossa história como Nação, como brutal concentração de renda, baixa capacidade de investimento na estrutura produtiva por longos e longos anos e violenta exclusão social, que não existem de igual forma nos Estados Unidos nem na Europa. Não tenho a convicção de alguns colegas

de que não há alternativa: ou é o modelo tributário norte-americano ou é o europeu.

Foi na última década que floresceu não só a guerra fiscal como também o abandono absoluto das políticas de desenvolvimento regional – diria que foi a política fiscal de Pôncio Pilatos. O Governo Federal lavou as mãos e os Governadores gostaram, acharam muito melhor. O Governo Federal, ao invés de buscar mecanismos de cooperação, investimentos e créditos, promoveu o desenvolvimento regional. Ficou muito mais fácil negociar nas Secretarias Estaduais de Fazenda e nos palácios dos próprios Governadores.

Mais uma coincidência. Na maior parte das Unidades da Federação, Dr. Ives, a legislação de incentivos fiscais estaduais não assegura qualquer mecanismo de auditoria independente para que se averigüem todas as intenções, número de empregos gerados, investimentos realizados, além de todas as contradições já muito bem expostas aqui por V.Sa.

Para terminar, solicito a V.Sa. que nos exponha seu ponto de vista sobre a retomada do papel do Governo Central em relação às políticas de desenvolvimento regional, mediante compensações fiscais ou até à efetiva regionalização da capacidade de investimento do Governo Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Concedo a palavra ao Sr. Ives Gandra Martins.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Acolho todas as considerações apresentadas. São de extrema relevância, como, aliás, não poderia deixar de ser.

Vou iniciar respondendo a pergunta do Deputado Renato Casagrande. Não estou vendo, na proposta do Governo, senão uma tentativa de melhorar um sistema que está, em parte, ultrapassado; mas não a vejo como uma reforma tributária, pelo menos a que os jornais vêm noticiando.

Outro dia – e talvez para V.Exas. essa questão não tenha grande relevância, mas foi o meu primeiro grande amor, porque tinha 7 anos de idade e já torcia pelo São Paulo –, eu, na condição de Presidente do Conselho Consultivo do São Paulo Futebol Clube, juntamente com o Conselho de Cardeais de São Paulo, fui ao Presidente da República emprestar apoio ao Programa Fome Zero e oferecer o Estádio do Morumbi para realização de espetáculos a custo zero – apesar de S.Exa. ser corintiano e de estarmos perdendo o campeonato. Naquela ocasião, S.Exa. nos disse que o projeto estava praticamente pronto e que já o estava ultimando. Efetivamente, sinto que se está pretendendo melhorar o que aí está, mas isto não é fazer uma reforma tributária.

Qual seria a primeira medida? Tentar desconstitucionalizar o sistema tributário, o que considero um perigo, porque desconstitucionalização pode representar, num determinado momento, a retirada de inúmeras garantias que representam ainda balizamento numa Federação com 5.500 entidades federativas.

Eu e o Prof. Celso Bastos comentamos a Constituição brasileira em quinze volumes, pela Editora Saraiva. São 12 mil páginas. Reconhecemos: são os maiores comentários em termos de extensão, embora superficiais, porque nossa Constituição é complexa. Entretanto, como disse, reconhecemos no Volume VI, Tomo I, ser o sistema tributário brasileiro o mais pormenorizado de todos os sistemas inseridos em uma Constituição – e estudamos 50 Constituições; cada artigo sempre traz o Direito Comparado e o Direito anterior. Apesar disso, seria importante ter balizamentos para impedir a desfiguração do sistema, conforme os humores e as necessidades do Erário. Mesmo assim, não conseguimos. Houve desfigurações constitucionais de 1988 para cá. Se passarmos todo o sistema para a lei complementar, V.Exas. podem imaginar o que acontecerá. Até mesmo a desfiguração da própria Federação, dependendo da forma como vai ser aprovada a lei complementar, com quorum menor, por exemplo, e, portanto, não exigindo tanta discussão, o que me parece muito perigoso. Prefiro um sistema tributário simplificado e posto na Constituição; não desejo transferir tal discussão para a legislação complementar.

Em relação a outros aspectos, quando se diz que não se vai discutir o regime de destino, o ICMS, a sensação que tenho é de que eles também ainda não têm uma posição definitiva. Preferem o regime de destino, mas não o estudaram em profundidade. Para saber se funciona ou não, é preciso compará-lo com outros países. Como a maioria dos países não adota esse regime...

(Intervenção inaudível.)

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Se for nacional fica resolvido. Vamos entrar naquele tema de campanha, imposto sobre herança, que só se justificaria se houvesse uma fórmula para estimular a formação de poupança e não, com herança, eliminar investimentos. É mais um aspecto a ser examinado. Não vejo, na proposta de Governo, nada que possa alterar o sistema. Eles pretendem melhorar o sistema, mas não reformá-lo. Estou convencido de que eles não sabem, até este momento, porque assumiram agora, o que seria efetivamente a reforma real do sistema.

O segundo aspecto, em relação ao IVA, incentivo a médias e pequenas empresas, está colocado no art. 179. Da forma como está redigido, foi delegada a

cada Estado a responsabilidade de aplicar o imposto como bem entender.

Na prática, temos sistemas diferentes. Em alguns lugares, o sistema é mais complicado. Creio que esse aspecto poderia ser inserido no capítulo do sistema tributário. Está no art. 179, Da Ordem Econômica, e no 170, como princípio geral da Ordem Econômica, mas faltam alguns elementos fundamentais para se dizer que não pode haver tratamento diferenciado, tem de ser dessa maneira, e uma maneira de privilégios, de preferências, porque tem de se fortalecer essa rede capilar representada pelos médios, pequenos e micro-empresários. Nesse particular, estou plenamente de acordo com V.Exa.

Em relação a incentivos, é só não se tributar a exportação, como fazem todos os países desenvolvidos. É só inserir essa norma – um parágrafo – na própria Constituição, por exemplo, no art. 150, §2º, inciso X, que trata da exportação de produtos. Seria um incentivo.

Da mesma maneira, a Lei Complementar nº 87, que, de forma inconstitucional, mas séria e necessária, trata dos produtos semi-elaborados – não há lista de semi-elaborados; portanto, são todos – , não poderia nulificar o dispositivo constitucional. Na verdade, corrigiu-se um erro, porque nenhum país exporta tributos. Podemos ter os incentivos possíveis no texto constitucional. Fora disso, não se deveria dar, porque, caso contrário, se passar tudo para a lei complementar, ficaremos sem garantias. Como nosso País vai precisar, durante muito tempo, de financiamentos, meu receio é que a lei complementar venha a ser muito mais desfigurada do que a Constituição foi até agora.

Deputado Luiz Carlos Hauly, também concordo com V.Exa. Aliás, discutimos muito sua proposta, a PEC nº 47. Entendo que a carga tributária brasileira sobre a circulação é maior do que a dos países desenvolvidos sobre a renda. Vejam o modelo americano: a carga tributária é de 28%; a nossa é de 37%. Se considerarmos o que hoje incide sobre nossa renda, na prática, e o que incide sobre uma renda com percentual de 28% de carga tributária, verificaremos que não somos muito diferentes. Profundamente injusto no sistema brasileiro é a tributação sobre quem mais necessita. Aqui, tributamos operários, trabalhadores... Nos Estados Unidos também não há isenção, mas todos podem deduzir praticamente tudo, o que representa uma isenção muito maior do que a nossa de até 15%. A partir de 300, quatrocentos e poucos dólares – 1.100 reais – , o cidadão já passa a pagar 15%. Aí está a grande distorção. Se compararmos o nível de um país que presta serviço público, com carga tributária de 28%, com um que não presta serviço e carga

de 37%, o aspecto circulatório, que é maior, evidentemente, não seria tão distorcido se a carga tributária não fosse tão elevada.

Deputado Luiz Carlos Hauly, nos Estados Unidos e nos países europeus, com maior tributação sobre a renda, o que ocorre é que os níveis de deduções e de incentivos para investimentos em projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural e esportivo são de tal natureza que todos aqueles que têm bastantes recursos passam a receber grandes benefícios. Por exemplo, as universidades americanas. Tudo que os empresários investem nelas é dedutível. As universidades americanas são praticamente promovidas por pessoas, por entidades, por empresas. As pesquisas são incentivadas. Os Estados brasileiros, por exemplo, exercem pouca função na área educacional – 70% das nossas universidades são privadas. E, vejam só: graças a isso, embora não estejam no nível desejado, podemos dar ensino universitário a muita gente.

Aqui, o que se procura fazer é retirar os incentivos não só de quem paga universidade privada, porque não pode deduzir grande parte, como daqueles que estão fazendo o que o Governo deveria fazer com nossos tributos, e não faz. Nos Estados Unidos, as universidades recebem recursos das empresas, que deduzem, e essas universidades produzem Prêmio Nobel, o que não é o nosso caso. E temos de fazer, sim, essas comparações.

Estou convencido de que entre esse sistema, o que eu gostaria, o sistema que seria possível, em função das nossas peculiaridades, eu preferiria ter um imposto efetivamente estadual, com uma legislação federal, a um imposto qualquer, com aqueles três mecanismos que evitariam incentivos. Isto significaria eliminar do próprio texto constitucional, por exemplo, o incentivo às pequenas e microempresas, retirar o art. 179, explicitar o que não está explicitado e inseri-lo no capítulo do sistema tributário.

Por outro lado, com aqueles três mecanismos, abriríamos a possibilidade de fazer uma legislação federal e de um imposto que não gerasse tantos problemas, sem mexer no regime de destino e de origem, que interessaria às duas fiscalizações, mas sem incentivos fiscais e com alíquotas predeterminadas. Evidentemente, já estaríamos eliminando, em grande parte, a guerra fiscal.

Caso contrário, é evidente que uma das alternativas seria os tributos seletivos, como no sistema americano. O que equivale dizer que, se não adotarmos o sistema do IVA, o sistema do MERCOSUL, os sistemas da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, que se adaptaram a uma eventual adesão à União Européia ou ao Brasil – quando adotarmos um IVA nacional – ,

é evidente que poderemos optar por um sistema em que os Estados seriam compensados com impostos seletivos, mais fáceis de fiscalizar, e introduziríamos um imposto que poderia ser, na ponta, estadual ou federal, semelhante ao sales tax norte-americano.

Por fim, Deputado Paulo Rubem Santiago, em relação aos mitos. Participamos de um programa de televisão com o Vice-Presidente da FIESP, na terça-feira, na Academia Internacional de Direito Econômico, e debatemos a guerra no Iraque.

Há certos mitos que viram slogan, como disse o Deputado. Por exemplo: tenho a impressão de que o nome que se deu ao ataque ao Iraque está bem correto em função de quem o fez: Choque e Pavor. O que eles estão querendo provocar é choque e pavor, apesar de estarem querendo dar um tom um pouco menos violento ao ataque.

Criou-se um mito para os americanos de que isso é bom para a humanidade e de que eles são seus guardiões. Para as famílias iraquianas que estão morrendo no Iraque, eles são um verdadeiro desastre. Criou-se um mito nos Estados Unidos. Porém, esse mito foi desmascarado pelo próprio título que deram à operação ou pela ação de destruição denominada de Choque e Pavor. Quer dizer, os Estados Unidos provocam choque e pavor, segundo sua própria definição.

Dentro desses mitos que se transformam em slogans estou absolutamente convencido de que se tem de equacionar o problema de guerra fiscal e de se encontrar, nas formações de receita, uma distribuição de renda que seja mais justa e não aquela em que o Estado recebe, distribui para uns poucos e não distribui para os demais, os mais necessitados.

Também quero expor, no âmbito do Direito Tributário, algo que me impressiona: por que pagamos tantos juros? Por culpa do Governo. E por que culpar o Governo? Porque o Brasil tributa a circulação de dinheiro. Quantos países conhecidos nossos tributam a circulação de dinheiro? Brasil, Argentina e Colômbia. Quando se tributa a circulação de dinheiro, o que ocorre? Na verdade, como o maior devedor da praça é o Governo, ele tributa, faz caixa imediato, mas cria um spread maior. Se tem um custo do dinheiro já elevado a um determinado nível que não só o prejudica, mas também a Estados e Municípios já tão endividados, os investidores consideram que terão de ter rentabilidade acima daquele custo e um spread maior, porque o Governo pode, em determinado momento, não pagar mais. Então, a tributação sobre a circulação do dinheiro, imposto de renda na fonte, exclusiva – IOF e principalmente a CPMF – , faz com que o spread que o Governo é obrigado a pagar seja muito maior

do que em outros países que não tributam a circulação do dinheiro.

É muito maior do que pagariam normalmente outros países onde há circulação de dinheiro. Aí a dívida seria menor. O ex-Ministro Delfim Netto, em palestra que fizemos juntos outro dia, brincou e provocou risos na platéia ao dizer: “Os nossos credores internacionais são uns canalhas, e o são porque querem receber o que emprestaram”. Quer canalhice maior do que essa? E quer canalhice maior do que não querer voltar a emprestar se o país não quer pagar? Na verdade, aqui investem os países que querem receber. Se não sabemos como temos de receber ou resolvemos tributar o dinheiro pensando que a dívida possui infinita elasticidade, corremos esse risco. A essa altura, somos prisioneiros da política que nos levou a essa posição. Essa a razão pela qual tenho a impressão de que a confiabilidade do Governo está em como vai desarmar isso, que não pode ser nunca no desarmar o calote, pois, ao fazê-lo, arrebenta toda a economia. Creio que nisso o Ministro Palocci está indo bem, mas é profundamente injusto e poderíamos começar a pensar que, com tributação de circulação de dinheiro, que é fundamental para Estados, Municípios e empresários, enfim, para todos, pois é com isso que se alavanca a economia, vamos manter o fato de que só ganha a União, mas todos são prejudicados, e a taxa de juros fica no nível em que se encontra. E dizem que vão controlar os sonegadores através da CPMF. Não é por aí. Eles estão querendo receita mesmo; não sei se esse é o melhor caminho. Não podemos esquecer que a lei de sigilo bancário ainda está sendo discutida.

Em relação às competências da administração pública, vou falar de duas delas. Temos de reexaminar a competência dos Estados também no âmbito da administração pública. Aqui temos crescido. Cada vez que entra uma nova administração, mantemos grande parte dos servidores anteriores e contratamos novos; criam-se novas Secretarias de Estado e de Municípios, novos Ministérios. Tudo isso representa aumento de pessoal. O acréscimo de novos sem eliminação dos antigos gera efetivamente um peso, e é a sociedade que tem de sustentá-lo, assim como as competências.

Por exemplo, no campo universitário, a sensação que tenho – e sou professor universitário desde 1960; portanto, há 43 anos – é de que poderia haver muito mais incentivos e utilizar muito mais as instituições privadas, com melhores critérios de avaliação, e não criar mais instituições universitárias, estimulá-las, mediante critérios de eficiência, a fazer o que o Estado não tem dinheiro para fazer.

O Setor Saúde também precisa ser incentivado. Por exemplo, os hospitais. Sou irmão da Santa Casa

de Misericórdia de São Paulo, onde atendemos mais pessoas do que qualquer hospital municipal. Nossos prontos-socorros atuam com dificuldades e ainda temos de discutir no Supremo Tribunal Federal o direito de ter imunidade, quando fazemos o que o Governo deveria fazer, e não faz.

Portanto, deveríamos discutir as competências, o que realmente seria função essencial do Estado. Estamos com um peso enorme de servidores públicos, que têm de ter suas próprias carreiras. Os bons servidores, aqueles necessários e fundamentais, estão ganhando pouco; e há muitos que ganham muito e lá nem deveriam estar. Repito, as competências têm de ser examinadas.

Por fim, o financiamento de renda. À medida que o Governo caiu na própria armadilha de ele mesmo criar um tributo no qual toma dinheiro emprestado da sociedade – ele pede dinheiro e tem de devolvê-lo um dia –, deixou de implantar políticas regionais. Na minha opinião, só vamos reduzir juros quando deixarmos de tributar a circulação do dinheiro. Com juros mais baixos, teremos juros menores também para empresas, que poderão investir mais e com certa política de estilo. Lembro-me do tempo do Roberto Bulhões, quando criaram a CONEP, em 1964. Dava-se incentivo a quem pagasse corretamente o Imposto de Renda. Ou seja, empresas que conseguissem não aumentar seus preços, para combater a inflação, tinham seu Imposto de Renda diminuído de 33% para 28%, e de 28% para 23%.

Quer dizer, através de estímulos dessa natureza, condicionados a segurar preços e combater a inflação, seriam estabelecidas políticas que levariam as empresas a investir, gerando fatalmente mais empregos; e, gerando mais emprego, mais tributos; e com mais tributos, carga tributária menor.

Creio que temos de voltar a fazer isso, mas antes o Governo terá de desmontar as armadilhas que ele mesmo criou, o que não é tão fácil se continuarem com os tributos geradores dessa armadilha, como IOF, Imposto de Renda na fonte e CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, professor.

Com a palavra o Deputado Armando Monteiro.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO – Prof. Ives, creio que algumas questões de caráter mais geral já foram devidamente esclarecidas. Tenho duas questões mais específicas.

V.Sa. não se referiu a algo que considero extremamente importante: a desoneração da folha, ou seja, reduzir o peso da contratação formal no mundo do trabalho. Temos um quadro trágico, o da grande informalidade hoje existente nas relações trabalhistas, que

nada mais é, em certa medida, do que a expressão da sonegação no plano da contratação etc.

Portanto, nessa proposta, o Governo quer levar a contribuição patronal para a seguridade social, transferindo a base folha de pagamento para uma nova base. Falou-se em faturamento, mas agora já constatamos que, se o fizermos, estaremos retornando à cumulatividade. Possivelmente, a idéia era transferi-la para uma base que não fosse cumulativa, e aí evidentemente seria o IVA. Essa é uma questão.

Segundo, quero saber se nesse modelo que o professor preconiza as contribuições sociais, de maneira geral, também estariam incorporadas ao IVA. Por exemplo, o PIS já se transformou num imposto de valor adicionado e essa medida seria estendida à COFINS num segundo momento.

V.Sa. falou da distorção da arrecadação. Creio que a solução seja recalibrar a alíquota, pois fizeram um cálculo por cima. Então, professor, onde ficariam as contribuições sociais no modelo apresentado por V.Sa.?

Outro aspecto do qual senti falta na exposição do professor, pela sua relevância e peso, foi não ter discutido a Previdência, sobretudo a dimensão fiscal do problema previdenciário. O professor disse bem que a carga tributária está relacionada ao valor de dispêndio do Estado. Atualmente só o déficit previdenciário representa mais da metade das despesas primárias do Governo, excluindo os juros. Assim, fica evidente a ligação íntima entre a questão fiscal e a tributária.

Finalmente, professor, uma pergunta sobre o sistema tributário e a distribuição de renda. Creio que no Brasil o quadro perverso da distribuição de renda detém múltiplos fatores ligados à nossa formação e a um gap educacional; a meu ver, está muito ligado à qualidade do gasto público, que possui esse caráter regressivo assinalado pelo professor, e às distorções do sistema tributário. Penso que, se aumentarmos a carga do atual sistema tributário, como bem disse o professor, não estaremos distribuindo renda, mas, se reformarmos o sistema, certamente poderemos buscar outro, com melhores condições também no plano da distribuição da renda, seja na dimensão interpessoal, seja na dimensão inter-regional, que me parece também afeta o sistema tributário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Romel Anízio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANÍZIO – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Sr. Relator, nobres colegas, Prof. Ives Gandra, V.Sa. nos deu uma verdadeira aula sobre Direito Tributário. Tenho acompanhado as reformas tributárias desde a primeira, em 1993, e participado de todas as Comissões. Nossos

companheiros que o interpelaram fizeram perguntas altamente objetivas. Na verdade, V.Sa. disse que, sem regular despesa, fica impraticável fazer qualquer reforma tributária neste País. Não se fará reforma tributária se os Estados não regularem suas despesas.

Em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves tem feito o dever de casa. S.Exa. assumiu o Governo com 27 Secretarias; reduziu-as para 16, cortou 12 mil cargos em Comissão, baixou os salários de Governador, de Vice-Governador e dos Secretários e cortou mais de 2 mil telefones celulares que andavam espalhados por aquelas Secretarias. Realmente, tem S.Exa. feito o dever de casa, ao antecipar a reforma tributária que o Governo Federal ainda está elaborando.

Professor, peço a V.Sa. que fale um pouco sobre o Imposto Único.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Romel Anízio, que, na Legislatura passada, foi 3º Vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra o Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prof. Ives Gandra, é sempre uma honra tê-lo como palestrante, dando-nos, cada vez mais, importantes ensinamentos. Não vou me alongar muito. Farei apenas algumas referências.

Nossa preocupação reside no fato de que o Governo tem grande compromisso com o superávit primário, no qual evidentemente estão inseridas as receitas da COFINS e da CPMF, e delas o Governo não abre mão de jeito nenhum. Se formos fazer uma reforma tributária que modifique apenas o ICMS, transformando-o em IVA, ou, pelo menos, fazendo com que a legislação seja federal, creio que, de fato, não faremos uma reforma tributária. Para fazê-la, teremos de incorporar todos os impostos e algumas contribuições num grande IVA, da forma como V.Sa. expôs, fazer com que ele seja realmente compartilhado e venha a ser, então, o grande tributo brasileiro. Além disso, precisaríamos incorporar o ISS dos Municípios.

No Relatório Mussa Demes, na Comissão passada, incluímos o IVV. Ou seja, o Imposto sobre Vendas a Varejo seria uma parcela do IVA destinada aos Municípios. Àquela época, pelo menos na Prefeitura de Belo Horizonte, calculamos um ganho de 180 milhões de reais. O que V.Sa. pensa do IVV?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado José Militão.

Concedo a palavra ao Prof. Ives Gandra.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Sr. Presidente, já conversei com o Deputado Armando Monteiro. Não abordei a desoneração da folha porque achei que essa matéria deverá ser mais discutida na Comissão que trata da reforma previdenciária.

Apenas como um reconhecimento, devo dizer que constam dos arts. 145 a 149 da Constituição três princípios gerais: o princípio das espécies tributárias, que são cinco; o princípio da capacidade contributiva e o princípio da lei complementar como sistematizadora do sistema tributário brasileiro.

Nas espécies tributárias, o art. 149 cuida de uma delas, as contribuições sociais, que nós, tributaristas, chamamos de contribuições especiais, pois existem as sociais de intervenção do meio econômico e a de interesse das categorias. Estou convencido de que se trata de matéria fundamental.

Devemos analisar o capítulo das contribuições como forma de desoneração da folha, porque hoje as empresas com menor capacidade tecnológica empregam mais e as mais automatizadas têm pequena folha de trabalho, o que vale dizer que, muitas dessas empresas, não porque queiram, mas por questão de sobrevivência, são obrigadas a entrar na formalidade. O ex-Secretário Osiris Lopes de Azevedo Filho dizia que grande parte dos que não pagam tributos são inadimplentes, não são sonegadores. Para entrar no mercado são obrigados a trabalhar dessa forma. No preço, eles reduzem o valor da tributação para ter competitividade. E a economia informal, uma economia de sonegação ou, pelo menos, de inadimplência, não dá garantia ao trabalhador e a ninguém. Então, temos excesso de leis e pouca arrecadação.

Estou convencido de que a solução seria tributar no faturamento, não nele todo, mas de forma a desonerar em parte a folha de pagamento, pois considero um erro passar tudo para o faturamento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Não, mas quero abordar esse aspecto.

Então, uma parte para o faturamento e outra para se ter sempre um referencial, mantendo o art. 195 da Constituição com os três incisos, conforme se encontram. Na não-cumulatividade das contribuições também se teria de examinar, no sistema ideal, a calibragem correta. Sem calibragem correta nas contribuições, seria preferível a cumulatividade com alíquota suportável. Diz-se que a cumulatividade é ruim, mas se tivéssemos mecanismos para anulá-la, por exemplo, com o nível de exportações já existente, poderíamos evidentemente adotá-la ou, então, adotar a não-cumulatividade, sistema ideal para contribuições, mas não como se pretende passar de 3% para 7%. Por quê? Porque 7% mais IPI, mais ICMS, mais CPMF, na prática, seria mais uma forma de induzir à sonegação.

Entendo que para uma reforma dessas teríamos de, ao adotar a não-cumulatividade, que poderia ser adotada também como contribuição social destinada

especificamente à Previdência, calibrar corretamente desde o início; caso contrário, manteríamos a informalidade.

Por fim, falei dos impostos no meu sistema: um imposto sobre a renda, com fato gerador clássico; um imposto de patrimônio, com fato gerador clássico; um imposto circulatório, com fato gerador clássico; impostos regulatórios, com fato gerador clássico; mantendo as contribuições que não poderiam ser desfiguradas. Há desfigurações efetivas nas contribuições. A contribuição de iluminação, da Emenda nº 39, é um arremedo de imposição tributária. Sem lei complementar, todas as leis passam a ser inconstitucionais, porque não tem fato gerador, não há aspectos materiais ou espacial. Coloco uma barraquinha numa determinada rua e utilizo... Outro dia, o tributarista Condorcet Rezende, sócio de Gilberto de Ulhôa Canto, um dos autores do Código Tributário Nacional, disse que só há um contribuinte certo para a contribuição de iluminação, o cachorro, que usa os postes. Ele disse: "Esse é o único que conheço e que posso definir na lei. Os outros, não posso, porque não sei quem vai utilizar um carro que passa por lá, ou como será em outro Município, como vai pagar..." Então, na prática, será necessário discutir e votar uma lei complementar.

Quer dizer, no meu sistema, as contribuições teriam de ter destinação específica. Agora, a qualidade do gasto público...

(Intervenção inaudível.)

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Veja, Deputado, o José Pastore fez um trabalho sobre o aspecto previdenciário que talvez valesse a pena trazer. Não sei como ele chegou aos 102%, que são a oneração da folha de trabalho, tanto os trabalhos diretos como os indiretos. Na verdade, na comparação que faz em percentuais globais, o segundo nível elevado estaria com 67% e aí viriam outros menores, que não saberia quantificar em relação aos Estados Unidos, mas eles estariam com uma carga tributária sobre a mão-de-obra um pouco superior a um terço, enquanto estamos com 100%.

É só pedir que o Sr. José Pastore manda um estudo muito bom sobre o assunto.

Continuo a dizer que a qualidade do gasto público é a essência do problema. Se não o equacionarmos, estaremos falando efetivamente de perfumaria tributária. Qualquer que seja o sistema, por melhor que seja, para gerar superávits primários, para atender à credibilidade internacional, teremos uma carga crescente, e cresceu todos os anos. Este ano de 2003 vamos ter carga tributária superior a 37%. Superávit primário para 4,25%...

Estou convencidíssimo de que o grande avalista de Fernando Henrique para que o Brasil continuasse com credibilidade quando a Argentina perdeu a sua foi Everardo Maciel. Quando ele garantiu ao Fundo Monetário Internacional que ia produzir o superávit primário, à custa de violências, ele manteve a credibilidade e aquele financiamento dos 30 bilhões de dólares, do qual estamos até agora retirando parcelas.

Essa qualidade é fundamental, mas para isso tem de haver esforço. Particularmente, tenho a sensação de que esse vai ser o grande drama do Governo Lula, porque grande parte dos que apóiam o PT está no serviço público. Separar o joio do trigo não será fácil. Definir qual servidor público é absolutamente necessário, que está sendo vilipendiando, porque está ganhando pouco, não está ganhando de acordo com as necessidades, e aquilo que foi incorporado, fazendo com que não haja qualidade dessas despesas. Se não tivermos qualidade do gasto público a distorção continuará e qualquer reforma no sistema tributário vai ser inútil.

Com uma carga tributária de 37% já estamos fora da competitividade internacional. Fazemos uma competitividade às avessas, temos juros maiores aqui no Brasil do que o produto importado; temos tributos maiores para produtos internos do que os produtos importados, que ainda têm internamente tributos menores, porque não pagam a comutatividade da COFINS e da CPMF. Estou convencido de que isso é necessário.

Deputado Romel Anízio, quando o Marcos Cintra lançou a idéia do Imposto Único, a pedido do Dr. Otavio Frias, da Folha de S Paulo, publiquei artigo dizendo que pela primeira vez não escrevia na Folha, mas apenas enumerava os tributos que o brasileiro é obrigado a suportar. Naquela ocasião, enumerei 54; o que foi surgindo de cabeça, depois se verificou que temos hoje, entre todos os tributos, taxas, contribuições diversas, quase uma centena, mas impostos só temos doze.

A vantagem que o Marcos Cintra estava trazendo em relação ao sistema tributário era a apresentação de uma proposta que tinha de ser discutida. Mas eu mostrava que esse imposto não poderia ser único, porque não poderia eliminar os impostos regulatórios, como de importação e exportação, determinados impostos internos e outros tipos de contribuição. Em um segundo artigo, reconhecendo, ele mantinha o Imposto Único em relação aos impostos arrecadatários, mas admitia os impostos regulatórios.

Depois ele foi melhorando, a ponto de ter adotado algo que, se os Governos conseguissem aplicar, talvez fosse possível estudar como viabilidade interna, não externa, que era adotar a tabela de Leontief, ganhador

do Prêmio Nobel de Economia. Tabela com a teoria de matriz/insumo/produto, com a qual se saberia a quantificação do reflexo de cada produto, de cada serviço, de cada operação no mercado, e isso poderia definir essa quantificação ao final para saber a oneração da CPMF e não permitir que o Imposto Único criasse distorções e a inviabilidade de determinados sistemas. Mas não iríamos ter um Imposto Único, teríamos um imposto eventualmente com alíquotas diferenciadas ou com um cálculo que tornaria o sistema complexo.

O mais importante é que, se adotássemos o Imposto Único e houvesse a desintermediação do sistema financeiro, correríamos o risco de o País quebrar de um dia para o outro.

Na Argentina, quando chegou a 1,25% o Imposto do Selo, começou a funcionar o sistema tributário dos pacotões. O banco fornecia uma pacotão de pesos, que era colocado nos depósitos de uma agência de segurança e o cidadão recebia um vale. Ao comprar um carro, por exemplo, pagava com o vale para não ter a intermediação daquele dinheiro depositado em uma agência de segurança, era uma nova moeda. A Argentina acabou eliminando a cobrança de 1,25% porque estava quebrando o sistema financeiro do país. E só introduziram o imposto na tentativa de salvar o peso, de resolver a crise argentina temporária.

Também vivemos uma crise temporária, mas está se tornando permanente. Isso onera o sistema e não teríamos um referencial comunitário. Por exemplo, se o Brasil pretende fazer um acordo definitivo de um imposto comunitário, como a União Européia, que tem o IVA, não teríamos como fazer. A Argentina tem o IVA, o Uruguai tem o IVA, o Paraguai tem o IVA e o Brasil teria que ter um IVA para que fosse o mesmo regime jurídico nas negociações entre os quatro países ou outros que viessem a aderir. Com o Imposto Único, estaríamos fora do sistema tributário internacional.

O que vejo como grande mérito no trabalho do Marcos Cintra, indiscutivelmente um economista de muito valor e uma pessoa que tem estudado e procurado melhorar a proposta, é que começou, em 1990, a discussão da reforma tributária. O ex-Deputado Rocha Azevedo inclusive apresentou a PEC nº 17.

Deputado José Militão, sobre o IVV, o superávit primário e o ISS, pessoalmente gostaria de ter o ISS, o ICMS e o IPI em um único tributo, até para facilitar nossa integração internacional. É uma convicção que consta de livro que escrevi em 1977, chamado Estado de Direito, Direito de Estado: Acho irreversível o Estado universal. Naquela época ainda era o Mercado Comum Europeu, hoje os espaços comunitários estão criando uma nova realidade. Se pegarmos o Tratado de Maastricht, o Tratado de Amsterdã, verificaremos que a

União Européia... No ano passado, em uma palestra no Congresso da OMC, na Universidade de Coimbra, eu dizia o seguinte: “Os senhores pensam que são uma confederação de países, mas os senhores já são uma federação de países. Quando se tem um Tribunal de Luxemburgo, uma Comissão, um Conselho, um Tribunal de Contas, um Banco Central e um Parlamento europeu, que nos assuntos comunitários prevalece sobre o direito local, os senhores já são nações que abriram mão da sua soberania para o direito comunitário”.

E agora os europeus estão preparando o texto de uma Constituição européia, o que vale dizer que haverá as Constituições nacionais, como temos as Constituições dos Estados, e haverá uma Constituição européia. Estamos a caminho de um Estado que até o fim desse século poderá ser um Estado universal, porque o mundo, com toda a tecnologia, as divergências, com os Bushs da vida, evidentemente, caminha para isso. Podemos estar com pessoas que não perceberam o encaminhamento da história.

O Prof. Euzebio Gonzales, apoiado pela União Européia, tem o Projeto Alfa, em que está estudando, com uma equipe de tributaristas do mundo inteiro, a criação de um sistema tributário universal, para, gradativamente, ser aplicado no momento em que ganharmos essa universalidade comunitária.

Nessa linha, não posso entender como não partimos, de imediato, para o IVA, entregando aos Estados a cobrança. Quando discutimos a questão com o Deputado Mussa Demes, apresentou-se o IVV com uma das soluções, porque já estava pela Constituição de 1988, tendo sido mais tarde dela retirado pela Emenda Constitucional nº 03. Na prática, o IVV procurava dar uma espécie de contrapartida semelhante ao que há no sistema americano. E nos Estados Unidos funciona porque lá a alíquota é baixa e não há sonegação dos Estados. Se tivermos um IVA, reconheço que será uma solução – adotaremos o sistema europeu ou o sistema americano – , mas será uma solução.

Nas longas discussões que travamos em seminários, em jantares que se prolongaram até a madrugada, sobre matéria tributária, sempre defendi ter um sistema de Imposto sobre Valor Agregado, unindo os três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Prof. Ives Gandra.

Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Prof. Ives Gandra, cumprimento V.Sa. pela exposição, com a qual me entusiasmei bastante.

Quero fazer algumas observações. A primeira trata de discordância em relação ao seu primeiro mito: perda da receita. Na verdade, não se fala em perda da receita, mas numa redução na participação no bolo.

Isso é verdadeiro, e V.Sa. há de concordar comigo, pela razão que V.Sa. mesmo expôs: o Governo Federal criou novas modalidades tributárias não compartilhadas. Hoje, se olharmos o gráfico, veremos que Estados e Municípios tiveram uma redução na sua participação no bolo geral da receita. Isso é verdade. É claro que, com a Constituição de 1988, houve aumento dessa receita. Também com o próprio processo econômico e até com a inflação, evidentemente, hoje Estados e Municípios arrecadam mais do que arrecadavam há algum tempo. É apenas uma observação muito respeitosa em relação ao primeiro item exposto por V.Sa.

Pareceu-me fundamental nas suas considerações a tônica da reforma. É importante que isso nos contagie. Preocupo-me – e já manifestei isso em outras reuniões – porque se fala em reforma, mas o que ocorre na verdade são apenas alguns ajustes, alguns paliativos. E V.Sa. abordou o espírito da reforma, de uma maneira ou de outra, com esses ou aqueles tributos, mas reforma. E até, permita-me dizer, o próprio Governo, no que diz respeito às propostas – pelo menos é o que se lê na imprensa –, tem uma conversa muito mais de ajuste do que de reforma, no que até vejo um certo contra-senso, porque se fala da importância fundamental dessa e de outras reformas para o Brasil, mas a solução é paliativa. É mais ou menos como se, diante de um paciente em estado grave, propuséssemos fazer alguns curativos, sem indicar uma cirurgia, quando sabemos que os curativos servem apenas para proteger e que sem eles o paciente pode até ficar bom, mas sem a cirurgia seria mais difícil.

Acho que um dos erros dessa visão, que parece tão intensa – e até mesmo V.Sa., ainda que tenha falado em reforma, não deixou de resvalar um pouco por esse assunto –, é a guerra fiscal. Em algumas matérias, parece que se quer fazer o ajuste no intuito de terminar com a guerra fiscal. Aí reside o equívoco, pois temos de fazer a reforma para melhorar o sistema.

Não se trata de defesa de Governo ou de Governadores e Prefeitos, mas a guerra fiscal existiu ou existe pela absoluta ausência de políticas de desenvolvimento econômico. Essa é a grande verdade. Acredito que nenhum Governador ou Prefeito fica satisfeito em abrir mão de receita ou tem algum interesse escuso junto às empresas beneficiadas quando promovem esse tipo de iniciativa. Ele é pressionado pela demanda da sociedade, em determinadas regiões, em determinados Estados, pela geração de empregos, pela produção de riquezas e acaba abrindo mão da receita.

Há também um ponto que talvez passe despercebido de muitos. Refiro-me aos mecanismos orçamentários de fomento que acabam tendo dificuldades. Em Santa Catarina, por exemplo, pensamos por vá-

rias vezes em financiar o imposto pago – a empresa beneficiada nos paga e financiamos aquele valor para ela. Ocorre que, todos sabemos, uma vez o recurso entrando em caixa, além das vinculações constitucionais justas, como as dos Municípios, há a participação do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do fundo de tecnologia, do fundo do esporte, do fundo de não-sei-mais-o-quê, a tal ponto que, na hora de retornar na forma de financiamento, o valor não mais existe.

Não podemos ver a reforma tributária como guerra fiscal. Guerra fiscal tem de ser resolvida por uma política de desenvolvimento. Estaremos incorrendo em erro se centrarmos nossa visão de reforma tributária na guerra fiscal. V.Sa. centrou sua abordagem na política de desenvolvimento, mas não deixou de falar a respeito da guerra fiscal.

Chego, enfim, à pergunta propriamente dita, que é muito mais de aluno, que não conseguiu anotar, ao professor, ao final da aula. Peço a V.Sa. que repita sua proposta, por gentileza. Eu a classifiquei, nas minhas anotações, como ideal. Refiro-me à que foi apresentada no final. Eu anotei IVA geral e IPI, ICMS e ISS juntos. Não entendi bem, mas parece-me que V.Sa. falou em imposto patrimonial nacional e depois falou sobre aquela que me pareceu a sua proposta do possível. Aliás, foram duas as sugestões apresentadas. Peço a V.Sa. que as repita, para que eu possa anotar. Peço desculpas, Prof. Ives Gandra, por não ter tido habilidade, agilidade para fazer a anotação.

Imagino que dentro do espírito de reforma e dessa sugestão apresentada por V.Sa. poderemos começar a trabalhar em cima desses aspectos. Acredito ter sido uma contribuição muito importante a que tivemos esta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem a palavra o nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, Prof. Ives Gandra, quero também falar sobre os mitos. Antes, quero dizer que vou mudar meu título para Santa Catarina para votar no Deputado Paulo Afonso. Vou deixar de ser Deputado, pois com um Deputado como S.Exa. eu não preciso mais voltar para cá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prof. Ives Gandra, esse mito da guerra fiscal é para aquele que a considera apenas como um lado degenerativo do sistema tributário, o lado que é como um câncer.

O Brasil possui desigualdades muito grandes. Falamos em igualdade no Brasil, mas constatamos – e falamos, em determinado momento, no substitutivo adotado por esta Comissão – que é vedada a concessão de incentivos.

No art. 203, falamos que a União instituirá Programa de Renda Mínima. V.Sa. acha que há algum pobre que precisa de renda mínima em São Paulo? Não. Mas no Centro-Oeste há um monte. No Nordeste, mais ainda. Na região do Relator, Deputado Virgílio Guimarães, no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, vemos, à-vontade, quem precisa de renda mínima, assim como no Norte.

Mas, Prof. Ives Gandra, se tratarmos as desigualdades com igualdade, quando eu voltar a Goiás, daqui a uns dez anos, vou perguntar a um jovem, que até lá já não vai estar mais tão jovem, o que ele faz, qual a sua profissão, e ele vai dizer que é renda mínima. Vou perguntar: "Renda Mínima?" Ele responderá: "É. Uma vez um grupo de Deputados fez uma reforma e igualou todo mundo. Eu ganho renda mínima aqui." Não é isso o que queremos com o Programa de Renda Mínima.

O Deputado Paulo Afonso considerou que a guerra fiscal começa na União. A União nunca vai passar a arrecadação para os Estados. Sabem por quê? Porque ela fraudava os Estados. A União cria impostos não vinculados, contribuições e vai dando a volta nos Municípios, nos Estados. Ela arredada para ela e não quer saber dos outros. Esse negócio de todo mundo querer arrecadar mais do que o outro é institucionalizado. E a União não vai concordar nunca com essa partilha: "os Estados recolhem e depois nós partilhamos". Isso porque ela recolhe muita coisa.

Num quadro que oferecemos aos Deputados, V.Sa. vai ver que em determinado momento ela muda a contribuição porque mudou a legislação e aquilo entrou partilhado.

A meu ver, é impossível acabarmos com as guerras fiscais, que não se chamam guerras fiscais, mas programas de desenvolvimento para se resolver desigualdades. Quando se vai fazer esse tipo de proposta, primeiro, a União é lenta, corrupta. É difícil resolver o problema dos incentivos nacionais.

O Deputado Paulo Rubem Santiago disse que os Estados não fiscalizam os incentivos. Fiscalizam, sim, e muito mais. V.Sa. não vê um caso de SUDAM, SUDENE num Estado, porque o Estado vai atrás do dinheiro dele. Ele fiscaliza, vê planos de incentivos, quer saber se gerou o número de empregos, senão ele abaixa a sua alíquota e, de maneira geral, ele fiscaliza, sim. Agora, a União, não. Na União, V.Sa. vê esses escândalos nacionais.

A guerra tributária é mito. Nem gosto de usar esse nome, porque não acho que seja uma guerra, mas uma maneira de acabar com as desigualdades. Os Estados aprendem a gastar menos. E é o que precisamos fazer neste País. Se o Estado recolher menos, ele aprenderá a gastar menos. Aprendendo a gastar menos, aqueles

incentivos fiscais não irão para o bolso do empresário ou de quem leva o desenvolvimento para aquele Estado. Servirá de fomento para o consumo e menos carga tributária acabará no bolso do consumidor, porque aquela carga tributária não vai para o patrimônio, mas para a geração de novos mercados.

Podemos minimizar a situação? Sim, mas se tirarmos esses instrumentos. A União terá de criar um instrumento, aplicá-lo num primeiro momento, para ser descontado desse estadual, ver que funciona, para utilizá-lo. Senão, vamos pegar Estados, como Santa Catarina, mesmo onde há Municípios com depressão econômica. Eles corrigem a desigualdade ali mesmo, ao conceder incentivo maior para que, naqueles Municípios, se instalem determinados pólos de desenvolvimento.

A União tem de ter essa preocupação. Espero que V.Sa. reflita sobre o assunto. Convido-o para conhecer o nosso Estado e verificar como foram aplicados os incentivos ao longo do tempo, como conseguimos acabar com algumas desigualdades. Se criássemos fluxos migratórios contrários, onde levássemos o pessoal que está em São Paulo, Rio, para Goiás ou para o Nordeste, a fim de o consumo ir para essa região, não precisaríamos mais de incentivo fiscal. Os fluxos migratórios hoje diminuiriam, funcionam exatamente ao contrário, porque as regiões começaram a criar uma estabilização. Paramos de remeter gente para pressionar bolsões de miséria nas grandes Capitais.

Professor, antes de falarmos em guerra tributária, criemos um mecanismo adequado. Estou neste Congresso por essa razão.

Outro dia um Deputado disse que me interesse no assunto porque tenho uma empresa que recebe incentivo. Tenho, sim, e gerei muitos empregos. Seria ótimo para a minha empresa se isso acabasse, como está na legislação. Eu teria quinze anos de reserva de mercado, porque eu receberia incentivos para me instalar e outros, não. Para mim, na condição de empresário, seria ótimo, mas, na de brasileiro, é péssimo, porque vou estar crescendo sozinho. Vai ser ótimo para mim, mas para a minha região, para os jovens, não, pois eles não terão condições.

Quero que V.Sa. analise essa situação.

V.Sa. disse que o Estado precisa ser reformado em relação às suas competências. Essa reforma teria de ser aprovada antes da tributária. Qual atuação do Estado, na sua visão equivocada, mereceria essa reforma antes da tributária? E mais, como a revisão administrativa poderia acabar com a corrupção e com essa elisão fiscal? O que precisaríamos fazer a título de ajuda, excluindo a reforma tributária que pretendemos fazer?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Antes de passar a palavra ao professor Ives Gandra, para que responda os questionamentos formulados, quero tratar de dois assuntos.

Primeiro, a importância do exame da questão origem/destino. Se houver concordância do grupo, reservaremos a próxima reunião para discussão interna sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É da maior importância que nos situemos em relação ao problema, até porque muitos de nós estamos em conflito, após ouvir o Prof. Ives Gandra. Parece que o próprio Relator concorda conosco.

Precisamos definir quem será o próximo palestrante. Tenho quase quarenta pedidos, e, evidentemente, não poderemos atender a todos. Para mim, seria interessante ouvirmos o ex-Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, que hoje é presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, até porque imagino que ele possa, na condição de Presidente desse Conselho, trazer informações e subsídios que até o momento aqui não chegaram.

Parece-me que a reforma tributária, em vez de começar na Comissão Especial, está começando na imprensa e em outros órgão da administração pública, ou privada, não sei. A verdade é que seguidamente sou indagado sobre o que acho da proposta do Governo, e não posso dar resposta, porque não recebi ainda essa proposta. Quem sabe até o Sr. Tarso Genro possa nos dar alguns subsídios, que, pelo menos, possam servir de balizamento para futuras audiências, se for esse o desejo do grupo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – (Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Virgílio Guimarães, tenho o máximo interesse nisso. Inclusive pedi que ele esteja presente na próxima reunião, antes mesmo de ouvir o Plenário. Porém, seu secretário me comunicou que ele não terá condições de vir na próxima semana, mas se disporá a fazê-lo daqui a duas semanas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Então fica assim, na próxima reunião discutiremos o restante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É verdade.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, tivemos uma opinião abalizada sobre o imposto na fonte. Seria bom – claro que não vamos poder repetir essa dose fantástica de exposição – a

presença de alguém que tenha uma visão diferente, imparcial, técnica, que, creio, encontraríamos entre os Parlamentares, para que pudéssemos aferir, com a documentação técnica, os dois pontos de vista. Do contrário, a Comissão será palco de visões particularizadas, por interesses regionais, divisões, ou interesses partidários. Quer dizer, o que consagra a posição do meu querido Ives Gandra é que ela é isenta, já que ele é um técnico.

Sr. Relator, preocupo-me com o fato de, na próxima semana, ouvirmos opiniões muito pessoais, talvez sem tanta profundidade. O ideal seria ouvir a opinião do professor e de alguém com opinião diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Certamente, Deputado Gerson Gabrielli, no curso de nossos debates, teremos a oportunidade de ouvir pessoas que, como o Deputado Sandro Mabel, defendem a política de incentivos fiscais. Com todo o respeito, falta um programa de desenvolvimento regional, que o Governo realmente nunca se preocupou em ter. O único trabalho efetivamente importante que vi fazerem em relação a isso foi o da Zona Franca de Manaus, cujos resultados, por sinal, são altamente positivos. Creio que todos hoje pensam assim.

Consulto o Plenário se homologaremos o convite ao Sr. Tarso Genro, para daqui a duas semanas. (Pausa.)

Está aprovado o convite ao Sr. Tarso Genro para daqui a duas semanas. A reunião seguinte será destinada ao debate interno sobre a situação origem/destino, guerra fiscal e sonegação.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Quero apenas alertar que, daqui a duas semanas, teremos o feriado da Semana Santa. Parece que o Congresso vai funcionar na segunda, terça e quarta-feiras de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Então, poderíamos antecipar nossa reunião para terça-feira.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Mas terça-feira será o dia “quente”, parece-me que vão funcionar todas as Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não, não.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Não?

Então fica o alerta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) –

Anteciparemos a reunião de quarta para terça-feira.

Professor, antes de passar-lhe a palavra para as observações finais em relação ao que expuseram os Deputados Sandro Mabel e Paulo Afonso, quero fazer um comentário. Tenho falado pouco sobre o assunto, até porque acho que o Presidente não deve falar muito.

O Relator também ouviu muito e falou pouco, mas vai ter a oportunidade de se manifestar.

Fiquei interessado na proposta de criação de um imposto da Federação, porque ao longo desses anos todos sempre questionamos na Casa a proposta do chamado Imposto Único, que primeiro foi trazida pelo Deputado Flávio Rocha, do Rio Grande do Norte, depois teve a participação efetiva do companheiro Deputado Marcos Cintra, na Legislatura anterior, e, antes dele, do Deputado Luís Roberto Ponte. Essa proposta, entretanto, sempre esbarrou no preceito constitucional que estabelece que os Municípios e os Estados, como entes federados, têm de ter sua autonomia não apenas administrativa, mas também financeira.

Um imposto denominado Imposto da Federação seria uma figura nova no conceito do tributo brasileiro, porque não existe imposto da Federação, existe imposto do Estado, imposto do Município e imposto da União. Então, se for possível que se faça assim – imagino que seja, porque vem de uma autoridade não apenas em Direito Tributário, mas também em Direito Constitucional –, muita coisa pode mudar, porque uma receita não seria apenas transferida ao Estado e ao Município, eles teriam uma participação efetiva na arrecadação desse tributo, sem depender dessa transferência constitucional. Assim, poderíamos tentar moldar um sistema, na medida em que outros tributos poderiam continuar sendo da competência dos Municípios, Estados e União.

A idéia é muito interessante e despertou grande interesse do grupo. Seria importante que V.Sa. detalhasse de que forma isso poderia ser feito, na medida em que, como bem observou o Deputado Luiz Carlos Hauy, a palestra de V.Sa. servirá, com toda certeza, de referência para o andamento dos trabalhos.

Dito isso, ouço agora o Prof. Ives Gandra a respeito do que disseram os dois últimos Deputados, Sandro Mabel e Paulo Afonso, para depois passar a palavra ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para suas considerações.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que às vezes falo pensando que estou sendo claro, mas não estou. Disse que a União ganhou mais, mas os Estados também ganharam. Os únicos que perderam foram os contribuintes, pois a carga subiu de 26% para 36%.

Em primeiro lugar, em relação ao bolo, não tenho dúvida alguma, porque a União criou esses tributos que não são repassados. Desfigurados do ponto de vista de conceituação dos tributos considerados no mundo inteiro, foram trabalhados pela doutrina e pela prática e efetivamente trouxeram o que chamo de sistema tributário desfigurado, até a Emenda nº 39, a última

que criou uma contribuição, a mais deformada que conheço em conformação.

Em segundo lugar, também estou plenamente de acordo em que o Governo está preparando ajustes no sistema atual, mas que não pretende fazer a reforma de um sistema, como aconteceu quando Gilberto de Uihôa Canto, Rubens Gomes de Sousa, Tito Rezende e Carlos da Rocha Guimarães prepararam o anteprojeto do Código Tributário Nacional, a Emenda Constitucional nº 18/65, uma revolução que se aplicou, a partir de 1967.

Essa revisão foi tão bem-feita, começando com estudos do Código e da emenda, que o Código Tributário Nacional, com 218 artigos (ainda vigentes quase todos os artigos), não teve um dispositivo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o que demonstra o teor da qualidade do texto, o que representa que se poderia pensar numa reforma como aconteceu na famosa reforma de 63.

Minha posição sobre a guerra fiscal.

Fiz política de 62 a 64, quando, a pedido do Deputado Raul Pila e do Senador Mem de Sá, por eu ser parlamentarista desde os anos acadêmicos, concorri à eleição, como candidato do partido à Presidência do Diretório Metropolitano do Partido Libertador, em São Paulo. Fui eleito Presidente, contra Rodrigues Alves. Mas, quando veio o Ato Institucional nº 2, mandei uma carta para o Senador Mem de Sá, a quem sempre admirei profundamente e continuo admirando, dizendo que, a partir daquele momento em que havia sido eliminada a democracia no País e criado dois conglomerados, nunca mais faria política e iria me dedicar exclusivamente às atividades profissionais e acadêmicas. Não me arrependo, porque realmente não tinha vocação política.

Estou convencidíssimo de que a guerra fiscal já começa com profunda injustiça. Vejo empresas que sustentam os governos. Aquelas que passam a ser mais oneradas continuam a pagar tributos para que outras empresas mais fortes economicamente venham para esse Estado, para esse Município gozar de incentivos só possíveis aos bons contribuintes que criaram o desenvolvimento na região.

Tenho visto casos de injustiça. Empresas às vezes ficam inadimplentes, apesar de terem 70, 80, 90 anos, porque têm de continuar pagando tributos. E empresas multinacionais poderosas, que viriam para o Brasil de qualquer forma, mesmo que os Estados não se digladiassem, gozam de incentivos. O princípio da isonomia é implodido. O contribuinte sustenta os incentivos fiscais nesses Estados e Municípios, a título de geração de emprego.

Estou convencido de que não há uma política de quantificar, como foi levantado aqui. Será que aqueles empregos realmente foram criados por meio de incentivos? Creio que, de início, isso fere o princípio de isonomia daqueles contribuintes que continuam sustentando o Estado e o Município e que não gozam de qualquer incentivo. Agora, as multinacionais poderosas gozam de incentivos, apesar de terem recursos maiores.

Estou convencido também de que poderemos adotar sistema semelhante ao da Alemanha. Lá, os Estados menos desenvolvidos têm retorno do próprio sistema para esses Estados, se não chegam ao patamar ideal. É um sistema um pouco mais complexo, mas funciona num sistema de arrecadação fácil e de redistribuição, sendo que os Estados mais poderosos terminam passando de determinado nível. Teria de se estudar para ver se seria viável no Brasil não a guerra fiscal entre os Estados, mas essas políticas de desenvolvimento regional que seriam fundamentais.

Valeria a pena trazer, por exemplo, um especialista do Direito Tributário alemão, para mostrar como esse sistema funciona bem. Inclusive foi o que permitiu a integração da Alemanha Oriental à Alemanha Ocidental. Aquela situação provocou um descompasso imediato. Se não fosse o sistema de incentivos estaduais, a partir de uma redistribuição federal, porque a Alemanha é uma federação, aquela integração seria muito mais difícil.

Deputado Sandro Mabel, quantos habitantes tem a cidade de Goiânia?

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Um milhão e duzentos.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Um milhão e duzentos. A cidade de São Paulo tem 1 milhão e 500 favelados. O número de miseráveis de São Paulo é maior do que a população de Goiânia. O que acontece com essa população? De todos os tributos federais arrecadados na cidade de São Paulo, o Estado fica com 1%. O restante é distribuído para o Fundo de Participação dos Municípios etc. A cidade de São Paulo, com maior número de habitantes que Portugal, tem uma população de favelados maior do que a população da sua cidade, Goiânia.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Temos que ver quantas pessoas...

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Não estou dizendo que não seja justo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Esses favelados não são paulistanos, são goianos, nordestinos...

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Esse é outro dado que decorre dessa política. São baianos, pernambucanos etc., mas têm que ser sustentados por São

Paulo, sem que o Estado tenha direito à receita. Dizem que não há miseráveis em São Paulo. Infelizmente há muitos, há até demais, o que é muito triste.

Deputado Sandro Mabel, é evidente que todos estamos querendo o desenvolvimento do País. E quando discutimos um sistema tributário, não é para veiledade acadêmica. Fico satisfeito de ver o sistema que sempre discuti em classe ser discutido por todos. Tudo o que queremos – e vou dizer sinceramente, Deputado, sou um homem de 68 anos que poderia tranqüilamente estar descansando, porque quase todos os meus colegas de classe já estão aposentados, mas minha intenção é contribuir – é um sistema tributário eficiente, que possa gerar desenvolvimento regional, emprego, uma forma de controlar e não apenas dizer que, para se governar bem durante quatro anos, tem de se fazer um ajuste aqui, outro lá e dessa maneira continuar com um sistema amorfo, mas que vai dar a impressão de um governo razoável.

Se queremos fazer uma reforma, porque não pensar numa reforma em profundidade? E, nesse particular, não vejo diferença, Deputado Paulo Afonso, Deputado Sandro Mabel, no que V.Exas. dizem. Talvez tenhamos que encontrar o caminho correto. Quem sabe o sistema alemão, que cria políticas regionais.

Estou convencido de que a política de guerra fiscal municipal e estadual é uma solução profundamente injusta para os contribuintes que pagam impostos e geram desenvolvimento naquelas regiões durante anos. Eles pagam aquilo que os poderosos não precisam pagar. Por que as multinacionais poderosas vêm investir aqui? Porque elas sabem que há disputa. Então, eles fazem um leilão entre os Estados. Aquele que oferecer melhores condições será o escolhido. Isso é ruim. Na prática, estou convencido de que muitos desses empreendimentos viriam necessariamente para o Brasil, pois aqui há potencialidade de mercado. A OMC diz que há quatro países emergentes, que o mundo não pode desconsiderar: China, Índia, Rússia e Brasil. A Argentina entrou em crise e foi abandonada. O Brasil não poderia, porque teria reflexos mundiais. Por que não utilizarmos mais o nosso poder, e não o esfrangalhamos dessa forma? Cada Estado faz com que sejamos mais reféns dos investimentos do que donos deles.

Agora, estou absolutamente convencido de que há necessidade de políticas regionais. Teríamos que pensar numa reforma tributária para valer, como produzir essas políticas regionais de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos nos ater ao Regimento, que permite a réplica pelo prazo de um minuto para cada Parlamentar e a tréplica, a seguir, para o Prof. Ives Gandra.

Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Creio que estamos dizendo a mesma coisa. Não defendo a guerra fiscal, explico por que ela ocorre. A reforma tributária não pode ser um castigo para aqueles que praticam a guerra fiscal. Diz a imprensa que a reforma seria tirar dos Estados a competência do ICMS, como punição pela guerra fiscal. Se caminhararmos nesse ritmo, não vamos fazer a reforma.

Estou aqui defendendo a reforma, como também entendo que, se não tivermos a política de desenvolvimento, mesmo que não haja a competência legislativa ou administrativa dos Estados ou mesmo dos Municípios, as regiões deprimidas vão arranjar um mecanismo lateral de oferecer alguma coisa.

Quando V.Sa falou, por exemplo, nas multinacionais – e vivemos isso justo naquela época –, é claro que elas viriam de qualquer maneira, mas viriam para regiões específicas onde já exista cultura, mão-de-obra qualificada, mercado. E o que se fez? Por que uma foi para o Rio Grande do Sul e outra, para a Bahia? Porque alguma vantagem teve que se oferecer. Como o Governo Federal não tinha um direcionamento para dizer: “Vou levar vocês para lá, por meio desse mecanismo, porque preciso incentivar o Estado de Goiás, o oeste de Santa Catarina ou o sul de Minas Gerais”. Não, ficaram todos correndo atrás, e aí daquele governante que não corresse atrás. Esse era outro ponto.

Vimos inclusive o desgaste do Governador Olívio Dutra, quando quis questionar essa situação. Eu também vivi esse problema. Quando via os pedidos, ficava estarecido, mas aí de mim se dissesse que íamos pensar. Chegavam a pedir celular e automóvel. Como explicar isso? Dizendo: “Não, eu não vou fazer força para que venha a multinacional?” A própria população não entenderia isso.

Então, não podemos encaminhar a reforma, como às vezes vejo na imprensa, só para evitar a guerra fiscal, mas, sim, fazer a cirurgia que o paciente precisa. Esta é a minha proposta, a minha idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Professor, concordo com V.Sa. e com o Deputado Paulo Afonso. Não somos contra a reforma, somos contra essa punição. Simplesmente, se examinarmos o texto das reformas, veremos que elas acabam com isso, mas não criam um mecanismo. Então, esse mecanismo não pode deixar de existir.

Depois, quero levar V.Sa. para conhecer Goiás. Lá não temos nenhum poderoso. Nossas indústrias são pequenas. Há os clássicos, os mitos da guerra fiscal. A Ford deixou de ir para o Rio Grande do Sul e foi

para a Bahia, que deu 1 bilhão para ela. Isso é errado. Eu não daria, seria contra. Professor, esses mitos são clássicos que existiriam na guerra fiscal em detrimento de dezenas de milhares de pequenas empresas que se instalaram e criaram aquela população vinda do Centro-Oeste e do Nordeste que está lá em São Paulo, muitos deles ou a maioria sendo os favelados de São Paulo. Os favelados da São Paulo não são paulistanos. Se se fizer um censo, V.Sa. verá que a grande maioria é proveniente de outros Estados.

Queremos segurar o nosso povo na nossa região. Por isso, precisamos corrigir as desigualdades. Não podemos entender uma reforma tributária, sem dizer: “Vamos cuidar, não vamos punir”. Vamos dar condições para esse pessoal continuar sobrevivendo; não fazer com que o pessoal vá mais para lá, mas dando esperança para esses Estados e, ao mesmo tempo, corrigindo as desigualdades. Aí, sim, Professor, vamos criar um país em que daqui a alguns séculos talvez tenhamos uma Federação mais igualitária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Prof. Ives Gandra, fazia tempo que eu não lia os seus artigos. Havia acompanhado um projeto do Senador Jorge Bornhausen, citado por V.Sa. no início da fala, sobre o Código de Contribuintes. É um projeto complicadíssimo, na forma como ele praticamente reduz a fiscalização no Estado.

Estou feliz de ouvi-lo falar sobre a guerra fiscal, ou sei lá o que seja, mas que deixou muito Governador angustiado. Eu era Deputado Estadual e lembro-me do que o ex-Governador Paulo Afonso passou, porque teve a coragem de dizer: “Isso não é possível!” Ele pagou um preço por esse ato, como também o nosso ex-Governador Olívio, porque depois aprovamos aqui 1 bilhão de incentivos pela União para que a empresa se instalasse lá.

Fizemos um levantamento em Curitiba e lá, hoje, as fábricas estão fechando. Quase destruíram o Estado do Paraná, e as fábricas estão indo embora, porque não tem mercado e por outros motivos.

A meu ver, o desenvolvimento regional é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Sr. Ives Gandra Martins.

O SR. IVES GANDRA MARTINS – Sr. Presidente, nesse caso, vejo um problema de semântica, porque todos nós queremos o desenvolvimento regional. No entanto, a forma como está sendo feita é absolutamente incorreta do ponto de vista de constitucionalidade, de desfiguração do sistema e de injustiça para os contri-

buintes que geraram o desenvolvimento no Estado e nos Municípios que efetivamente têm a maior carga. Acho que valeria a pena o estudo. Vou procurar obter elementos referentes ao sistema alemão, que é um sistema de redistribuição do mais poderoso para o mais fraco, sem afetar o sistema tributário e sem desfigurá-lo, e vou enviá-los a V.Exas.

Em relação às considerações do Deputado Mussa Demes sobre a reforma administrativa, quero dizer que essa matéria é tão complexa que vou preferir deixar para discuti-la em outra oportunidade. Tenho todo um sistema, mas teria que fazer outra exposição sobre esse tema.

Quanto à Deputada Vanessa Grazziotin, e levando em consideração a proposta do Deputado Mussa Demes, sou absolutamente favorável aos incentivos da Zona Franca.

Temos hoje um problema sério no Direito Internacional. O conceito de soberania não mais existe. Os Estados Unidos, mesmo contra o direito de veto e o apoio da ONU, decidiram, por meio de um plano denominado Choque e Pavor, destruir o Iraque para salvá-lo, quando a soberania de cada país é definir seus próprios caminhos. Em 1999, dado fornecido pelo então Vice-Governador, Samuel Hanan, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas americanas, que me deu o texto naquela ocasião, declarou, em Massachussetts, que um dia os Estados Unidos – este é o meu receio – teriam de estar preparados para intervir na Amazônia. O que vale dizer: a mais rica região do mundo em termos de reserva de água, florestas, biodiversidade etc. pode ser invadida em função do esfrangalhamento do Direito Internacional no que diz respeito ao conceito de soberania. Ontem, foi a Iugoslávia, hoje é o Iraque e, um dia, pode ser o Brasil, até porque muita gente olha para o nosso País.

Temos na Constituição um elemento para derubar a Amazônia, ao darmos aos índios um estatuto próprio dizendo que 25% da Amazônia lhes pertence. De acordo com o art. 232, os índios são uma civilização à parte e cabe apenas à União preservá-la. Se V.Exas. analisarem o artigo no texto constitucional, verão que é algo que impressiona. Qualquer país poderá dizer: Olha, nós vamos proteger a nação indígena, porque a União está protegendo mal”. A redação que V.Exas. deram, como Deputados, é extremamente perigosa.

O art. 231 diz:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Quando o Presidente americano invade uma nação – e não quero defender em nada o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, um homem sanguinário que tem a pior das intenções como líder –, a verdade é que o Direito Internacional não foi respeitado e o conceito de soberania foi esfrangalhado. Participei, em 1991, de um seminário em Bonn, na Alemanha, onde houve uma discussão severa. Estávamos eu, Roberto Campos e, à época, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, discutindo com ecologistas e professores o fato de que, se o Brasil não sabe preservar a Amazônia, caberia à comunidade internacional preservá-la. Corremos um risco.

Então, parece-me fundamental que a Zona Franca seja preservada. É o único pólo realmente de desenvolvimento na região. Precisamos pôr gente lá dentro, porque os olhos do mundo estão voltados para lá. Nesse particular, estou inteiramente de acordo com a proposta do Deputado Mussa Demes.

Deixei aqui alguns trabalhos publicados referentes à proposta do imposto da Federação, que também é proposta da Comissão. Peço até desculpas, pois pedi à minha secretária para pegá-la e ela esqueceu de copiar na Comissão Miguel Reale. Mandarei por fax, assim que chegar em São Paulo. Trata-se da mesma proposta que está neste artigo.

Na Comissão Professor Miguel Reale, tínhamos feito todo um projeto de reforma efetiva da Constituição de 1993. Ela era composta dos seguintes juristas: Ada Pellegrini Grinover, Américo Lacombe, Carlos Sundfeld, Celso Lafer, Divaldo Sampaio, Fernanda Menezes de Almeida e Ieda Andrade Lima – eu fiz a parte do sistema tributário e orçamento –, José Afonso da Silva, Maurício Augusto Gomes, Miguel Reale Júnior e Tércio Sampaio Ferraz Júnior.

Essa comissão de juristas de São Paulo fez uma proposta ao Governo do mesmo Estado. Essa minha proposta do imposto da federação está lá. Como eu veria esses tributos na federação?

A proposta ideal está nesses textos que deixei e mais dois pequenos artigos que depois o Deputado Mussa Demes poderá passar para V.Exas. Eu teria o Imposto de Renda, o Imposto sobre Valor Agregado e o Imposto Patrimonial Imobiliário. Fora isso, teria os tributos regulatórios e o Imposto sobre Comércio Exterior. Seriam quatro impostos. Teria contribuições e essas poderiam ser variadas, mas com destinação específica.

Poderíamos adotar contribuição para destinação específica. Neste caso, não poderia cobrar senão para aquela finalidade específica. Poderíamos adotar, por exemplo, contribuições previdenciárias sobre mão-de-obra simplesmente, ou um sistema misto, isto é, sobre

mão-de-obra e faturamento, e com não-cumulatividade, mas seria uma possibilidade a ser criada mediante lei complementar.

Como os impostos seriam da federação, conforme a capacidade contributiva e a vocação natural, a entidade com aquela vocação natural é que faria a cobrança. Vamos admitir o IVA. Teria de ser pelos Estados, porque quem partilharia entre União e Municípios seriam os Estados, pois eles têm máquina de fiscalização maior e vão poder fiscalizar melhor.

Contribuições. A União teria que partilhar a contribuição se, por destinação específica, os Estados e Municípios tivessem responsabilidade sobre ela. Agora, se a contribuição fosse destinada apenas para a União, ela não deveria ser partilhada. Por exemplo, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para se construir estradas, se os Estados têm de construí-las, tem que partilhar.

O meu sistema seria flexível nas outras espécies tributárias, mas nos impostos de destinação geral teríamos os impostos da federação. Isso foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1993, na Comissão Miguel Reale e fui eu o encarregado dessa proposta.

Agora, qual a segunda alternativa que considero viável? Termos o IVA, ponto central de discussão, e manter todo o resto da minha proposta. Mas o que não acho viável, porque os Estados não vão abrir mão de ter regionalizado o tributo, é ter legislação federal.

O Presidente Lula conseguiu o compromisso de os Governadores colaborarem nesse sentido, sem dar pelo IVA incentivos fiscais, com alíquotas bem definidas e eventuais incentivos – por exemplo, a microempresa – colocadas no próprio texto constitucional e em legislação federalizada.

Agora, a Constituição poderia inserir no capítulo do Direito Financeiro – art. 157 ao 162 – a definição de como se fazer políticas regionais com a arrecadação dos tributos, o que se poderia fazer como um sistema de estímulo: os incentivos vêm em políticas regionais para os Estados mais poderosos. Assim, essas empresas não irão para Estados que não se interessariam por (falha na gravação). Isso é problema que a União terá de resolver, porque o art. 151 já impõe essas políticas que deixaram de ser feitas.

Portanto, não há possibilidade de que digam que estou querendo tirar, pela guerra fiscal, a possibilidade de os Estados trazerem. Não quero cometer injustiça com os que estão lá e também não quero utilizar um sistema deformado.

Esta a proposta. Ela está em alguns textos que deixei com o Deputado Mussa Demes.

Uma última intervenção. Tenho a impressão de que nunca se discutiu tanto reforma do Sistema Tributário como nesta Comissão. E não é a primeira vez que aqui compareço. Compareci no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu segundo mandato e estou comparecendo agora.

O que isso representa? Tenho a impressão de que os senhores já adquiriram material mais do que suficiente para poderem trabalhar junto ao Governo numa proposta que não seja, como o senhor disse, um mero curativo. Estamos precisando de cirurgia e estão nos oferecendo mertiolate e aspirina. É isso o que efetivamente vai acontecer.

Se queremos criar um país competitivo internacionalmente, por meio inclusive de sistema tributário justo, que faça com que os investimentos naturalmente venham para o País, temos de ter, nos impostos circulatórios, um sistema que se integre ao sistema mundial, bem como fórmulas racionais para gerar mais emprego e desenvolvimento, não tornando mitos que já caíram nos países desenvolvidos elementos que venham a atrapalhar nosso desenvolvimento. Para isso, é fundamental que se faça uma reforma tributária como se fez em 1965. Na época foi boa, depois é que houve uma série de situações. Ou como foi o primeiro projeto que o Relator Mussa Demes apresentou, aquele primeiro, antes da Comissão de Sistematização. Na minha opinião, foi o melhor dos projetos relativos ao sistema tributário; depois foi tendo uma certa desfiguração – na ocasião, dei meu depoimento. Caso contrário, vamos continuar apenas discutindo reforma tributária, e nessa expressão cabe tudo: a União, Estados e Municípios querendo mais tributos e o contribuinte querendo pagar menos, o que, vale dizer, é uma equação que nunca vai fechar.

Se quisermos um sistema, temos de institucionalizar, primeiro, as linhas básicas, quantificar e só depois apresentar, e não dizer, como opinião pública, que, como todos querem isto para desonerar, o que vamos fazer é um remendo, que pode trazer mais distorções, porque não foram quantificados todos os outros aspectos. Nesse particular, acho que vale a pena, como fizemos na Comissão Miguel Reale, trazer aquelas pessoas que a vida inteira discutiram o tema, porque podem trazer sua contribuição. E os senhores já têm elementos mais do que necessários nesta Comissão para poder apresentar um projeto efetivamente consistente, com apoio do Governo. E o Governo, neste primeiro ano, terá credibilidade para fazer isto.

Estou convencido também de que, se não for feito algo em maior profundidade neste ano e se se pretender fazer um pequeno remendo, vamos ter mais três anos sem nenhuma reforma tributária neste País.

Agradeço muito a atenção e paciência dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– A Deputada Vanessa Grazziotin aqui esteve e foi a terceira a se inscrever para ouvi-lo, Professor.

Obrigações junto a outras Comissões fizeram-na voltar só no final de sua intervenção. Todavia, gostaria que o Plenário desse a oportunidade de ouvirmos também a Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, pelas informações que colhi, o Prof. Ives Gandra ficou de enviar a esta Comissão uma série de materiais. Fiquei curiosa quanto a alguns pontos da sua intervenção inicial, particularmente no que se refere ao que seria necessário debater primeiro, até anteriormente à reforma tributária, ou seja, a reforma administrativa.

Traçando um paralelo, os países emergentes têm carga tributária menor, entretanto, a população autofinancia sua própria assistência social. No Brasil, temos carga tributária maior, mas boa parte da população também autofinancia sua assistência social, suas necessidades próprias, que deveriam ser financiadas pelo Estado.

Parece que já se questionou o Prof. Ives Gandra a respeito do que S.Sa. pensa da reforma administrativa, que não é um debate simples, envolve a concepção de Estado, e fui informada de que S.Sa. vai nos mandar material mais elaborado a respeito do assunto.

Quanto à sua explanação inicial sobre a cobrança de ICMS no destino, acho ser esse um problema sério.

Outra questão fundamental que deve nortear nosso trabalho é a proposta – pelo menos é o que está sendo divulgado pela imprensa – de cobrança ou com destino definido agora ou de jogar essa decisão para depois, o que significaria desconstitucionalizar o sistema tributário, que também é um problema preliminar. Concordo com S.Sa: isso seria criar um problema maior, não para um futuro distante, mas para um futuro extremamente próximo.

Eu aqui me penitencio por não ter assistido ao debate todo, mas teremos outra oportunidade, porque S.Sa. já se comprometeu a ir com o Relator e o Presidente ao Amazonas para realizar um grande debate sobre a reforma tributária, quando se discutirá não apenas temas ligados à Zona Franca ou à Amazônia em si, porque o componente desenvolvimento regional tem de ser forte, e nisso entram vários aspectos. Por exemplo, o Governo passado acabou com o FINOR e o FINAM e criou os fundos constitucionais, que não funcionam. Vamos ter de retomar a discussão, a fim de promover o desenvolvimento dessas regiões. O

Ministro Ciro Gomes tem algumas idéias que considero importantes para esse início de debate, que está inserido, sem dúvida alguma, no seio das discussões sobre a reforma tributária. Temos de ajudar, e contribuir com o Governo para que se faça efetivamente a reforma tributária.

Agradeço a V.Exa. a benevolência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– V.Exa. merece mais, Deputada Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr.

Presidente, agradeço ao Prof. Ives Gandra a presença. Tivemos oportunidade de nos reciclar, de adquirir novos conhecimentos. Vamos incorporar todos os seus ensinamentos, todas as suas idéias. Há aqui um acervo de informações, que permitirão a esta Comissão encontrar soluções.

Prof. Ives Gandra, partilhamos da opinião de V.Sa. sobre essa certa voracidade tributária que o Estado sempre demonstrou ao praticar aumentos da carga tributária, mas o Brasil pode ter certeza de que desta vez o problema está em boas mãos. Esta Casa, juntamente com o Poder Executivo, vai se empenhar para solucioná-lo da melhor maneira.

A minirreforma do ano passado mostrou ter efeitos extremamente positivos, inclusive no âmbito da arrecadação. Tenho certeza de que isso virá pela primeira vez. Caso se confirme que a calibragem tenha sido superior, seguramente as alíquotas serão ajustadas. Esta Comissão vai trabalhar de maneira determinada para fazer uma reforma que atinja os objetivos centrais de que o Brasil precisa.

A reforma tributária não é um poema que tem sua beleza por si mesmo. A beleza da reforma são seus efeitos: o desenvolvimento da economia, o destrave e a expansão das exportações, a geração de emprego. Tenho certeza de que vamos atacar as questões centrais.

Da mesma forma, tenho certeza de que os problemas do dispêndio do Estado serão atacados. Esta é uma determinação do Governo Lula, e por isso vamos trabalhar juntos neste Parlamento.

Sabemos por que os recursos arrecadados tornam-se de certa maneira esterilizados. Causa disso é o pagamento de taxas de juros, o superávit primário e o volume de inativos. Não passam por enxugamento, na sua essência, no custeio. É evidente que não admitimos a idéia de que um servidor deixe o casaco na poltrona. Mas se pretendemos atingir o cerne da questão tributária também pelo lado do dispêndio, temos de atacar os monstros centrais, que são esses três. E isso

é tarefa nossa. Se queremos resolver o problema do superávit primário, temos de oferecer um Banco Central estabilizado, uma reforma tributária concretizada e uma reforma previdenciária que dê tranqüilidade em termos de futuro. Aí, sim, vamos derrubar esse primeiro monstro. E isso o Governo Lula vai fazer com determinação e com nossa ajuda. E vai derrubar as taxas de juros, o que implica, evidentemente, resolver a questão da formação dos juros bancários, e sobretudo desabar os juros impostos pelo Governo para administração da dívida interna. Isso é tarefa nossa.

Nesse sentido, temos de fazer a reforma tributária de olhos fixos nos grandes sorvedouros, onde estão sendo esterilizados os imensos recursos que foram captados. Se o Brasil cresceu sua carga tributária, cresceu também a esterilização de recursos tributários, nesses três itens, que não têm reflexos imediato na população, no contribuinte.

Tenho certeza de que esta Comissão dará respostas rápidas a essas questões centrais. A reforma será feita, independentemente da Oposição, do Governo, deste ou daquele partido – até porque todos aqui pretendem ser Governo um dia. A reforma tributária não é para um ou outro; é para o País. E vamos fazer isso, removendo os entraves centrais.

Aprendemos com todo esse período fantástico de experimentação que antecedeu a Constituição de 1988, ocasião em que houve a tentativa de fazer a reforma tributária, no entanto, imediatamente frustrada, pela contra-reforma concentradora que veio depois. Temos de aprender com isso também e procurar ver o que o País suporta, o que é socialmente justo, economicamente dinâmico, politicamente viável e juridicamente aplicável. Para tanto, contamos com a ajuda, sempre, dos grandes luminares do Direito Tributário – felizmente, os dois maiores estão aqui.

Não teria condição de aceitar essa tarefa desafiadora se aqui não estivesse meu mestre, meu amigo, Deputado Mussa Demes, que, com todo o acervo de experiência que tem, sobretudo com sua bondade, seu desprendimento e a vontade de coroar sua trajetória nesse esforço, nos ajudará a fazer uma reforma tributária que será motivo de orgulho para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Virgílio Guimarães, pela generosidade de seus conceitos a meu respeito. Todavia, conheço minhas limitações. Tenho certeza de que estou muito longe de me incluir entre os grandes tributaristas do País.

A Mesa, sensibilizada, agradece a gentileza do Prof. Ives Gandra em atender ao nosso convite. É a terceira ou quarta vez que S.Sa. comparece aos nos-

sos trabalhos, e sei que o fará sempre que tivermos necessidade de sua presença aqui.

Parabenizo-o, Professor, em nome da Casa, pelo brilhantismo de sua exposição e pela forma como se conduziu ao longo dos debates, diante dos questionamentos dos nossos companheiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 6ª Reunião, Realizada em 10 de Abril de 2003.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dez de abril de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional, no Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Eduardo Cadoca, Delfim Netto, Edson Duarte, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Gerson Gabrielli, Jorge Bittar, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Hauly, Machado, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Romel Anizio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Walter Feldman e Walter Pinheiro – Titulares; Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Eduardo Sciarra, Fernando Gabeira, Gervásio Silva, Gonzaga Mota, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, Júlio Cesar, Paulo Afonso, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Vignatti e Wasny de Roure – Suplentes. Compareceu também o Deputado Serafim Venzon, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Armando Monteiro, Edmar Moreira, João Leão, José Roberto Arruda, Lupércio Ramos, Marcelo Teixeira, Max Rosenmann, Narcio Rodrigues, Nelson Marquezelli e Pauderney Avelino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – O Deputado Eduardo Paes solicitou a dispensa da leitura da ata da 5ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. EXPEDIENTE: O Senhor Presidente informou que a secretaria distribuiu cópia da relação da correspondência recebida e expedida – Correspondências Recebidas: Ofício nº 78-L-PFL/03

de 26/02/2003, do Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL, indicando o Deputado Gerson Gabrielli para ocupar o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão Especial; Ofício nº 01/03 de 26/02/2003, do Deputado Givaldo Carimbão, Presidente da Comissão Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, comunicando sua posse na Presidência da respectiva Comissão, juntamente com os Deputados Nelson Bornier (1º Vice-Presidente), Júlio Lopes (2º Vice-Presidente) e Luiz Alberto (3º Vice-Presidente); Ofício nº 134/03-SGM/P de 13/03/2003, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando pronunciamento do Sr. Deputado Fernando Gabeira, no qual ele manifesta sua preocupação com a harmonização dos trabalhos desta Comissão, e propõe um mecanismo de articulação com a Comissão da Reforma Previdenciária; Ofício S/N – FENAC-DF de 11/03/2003, do Presidente da FENAC – Federação Nacional de Cultura, Sr. Walter de Andrade, colocando a respectiva federação à disposição no intuito de colaborar nos trabalhos desta Comissão; Ofício nº 30/03 de 25/03/2003, do Deputado João Caldas, 4º Suplente da Mesa, cumprimentando o Deputado Mussa Demes pela eleição para a Presidência desta Comissão, estendendo congratulações aos demais integrantes, bem como destacando a importância dos trabalhos da Comissão; Ofício GP-O/492/03 de 17/03/2003, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando sugestão oferecida pelo Deputado Jorge Boeira(PT-SC), de realização de seminário sobre as reformas previdenciária, tributária e trabalhista com a participação dos presidentes de Assembléias Legislativas, visando “integração entre o Legislativo Federal e os Legislativos Estaduais, visto que as decisões, na esfera federal, vão repercutir no âmbito estadual”; Ofício nº 19/03 de 03/04/2003, do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, Sr. Eugênio Greggianin, indicando o funcionário José Cosentino Tavares, ponto 6.156, para prestar consultoria técnica ao Relator. Correspondências Expedidas – Ofício Pres. nº 01/03 de 26/02/2003 solicitando ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, espaço físico específico e estrutura de assessoramento adequada para realização plena das tarefas da Comissão; Ofício Pres. nº 02/03 de 11/03/2003, ao Diretor da Consultoria Legislativa, Dr. Ricardo José Pereira Rodrigues, solicitando assessoria e consultoria técnica especializada para a Presidência e Relatoria desta Comissão; Ofício Pres. nº 03/03 de 13/03/2003 convidando o Presidente da ABM-Associação Brasileira de Municípios, Dr. José do Carmo Garcia, para participar de audiência pública nesta Comissão, no dia 20/03/2003; Ofício Pres.

nº 04/03 de 20/03/2003 convidando o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Albérico Machado Mascarenhas, para participar de audiência pública nesta Comissão, no dia 27/03/2003; Ofício Pres. nº 05/03 de 27/03/2003 convidando o Tributarista, Dr. Ives Gandra Martins, para participar de audiência pública nesta Comissão, no dia 03/04/2003; Ofício Pres. nº 06/03 de 01/03/2003 solicitando ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, providências no sentido de dispensar, a pedido, o Senhor Valmir Francisco dos Santos, Assessor Técnico, CNE 12, ponto nº 113593, do cargo que exerce nesta Comissão, a partir de 01/02/2003; Ofício Pres. nº 07/03 de 01/04/2003 solicitando ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, providências no sentido de dispensar, a pedido, o Senhor Gustavo Frejat, Assessor Técnico, CNE 12, ponto nº 113228, do cargo que exerce nesta Comissão, a partir desta data; Ofício Pres. nº 08/03 de 02/04/2003 solicitando ao Consultor-Chefe de Orçamento e Fiscalização Financeira, Sr. Eugênio Greggianin, designação do Dr. José Fernando Cosentino, Consultor de Orçamento, para prestar assessoramento ao Relator desta Comissão. ORDEM DO DIA: Debate sobre o Sistema “Origem-Destino”, Guerra Fiscal e Sonegação. O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, após consultar a Comissão, informou que a reunião com o Dr. Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, seria realizada no dia 15 de abril. Em seguida, teceu esclarecimentos quanto à ordem dos trabalhos e passou a palavra, segundo a lista de inscrição, aos Senhores Deputados: Renato Casagrande, Eduardo Paes, Antonio Cambraia, Wasny de Roure, Paulo Rubens Santiago, Walter Feldman, Sandro Mabel, Gerson Gabrielli, Luiz Carlos Haully, Fernando Gabeira, Paulo Afonso e Gonzaga Mota. O Deputado Paulo Rubens Santiago justificou, em seu pronunciamento, a importância do Colegiado ter conhecimento do montante da renúncia fiscal dos Governos Estaduais. O Senhor Presidente acatou a sugestão e determinou à secretaria que oficializasse a solicitação aos Presidentes das Assembléias Estaduais. Às doze horas e quarenta e seis minutos, o Deputado Walter Feldman assumiu a Presidência da Comissão. O Senhor Relator falou da metodologia a ser adotada nos trabalhos da Relatoria, comunicando que havia convidado o Deputado José Mentor para ocupar o cargo de Relator Adjunto. Com a palavra ainda, o Deputado Virgílio Guimarães, Relator, deu ciência ao Plenário do calendário de visitas aos Estados e, após, discorreu acerca do tema em tela. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Walter Feldman, encerrou a reunião às treze horas e vinte e quatro minu-

tos, antes convocando outra para terça-feira, dia 15 de abril. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Filho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Declaro abertos os trabalhos desta Comissão Especial que realiza estudos sobre o Sistema Tributário Nacional. Tendo havido a distribuição antecipada de cópias da ata da 5ª reunião a todos os membros presentes, indago ao Plenário se há necessidade de leitura. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Solicito dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Eduardo Paes solicita a dispensa. Alguém mais quer manifestar-se? (Pausa.)

Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Eduardo Paes.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência já distribuiu cópias do expediente recebido e expedido.

Esta reunião foi convocada para iniciarmos o debate acerca do sistema origem/destino, e, em consequência, das formas de sonegação que esse tipo de sistema provavelmente impediria que acontecessem.

Antes de iniciarmos o debate, porém, quero apresentar duas sugestões ao grupo. A primeira é sobre a forma de fazermos os debates. Proponho que cada Deputado disponha inicialmente de 5 minutos para manifestar sua opinião, a fim de podermos ouvir todos os interessados em discutir essa matéria. Se todos concordarem, poderemos então, ao iniciarmos os debates, estabelecer esse prazo.

Ouçõ o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, quero só tecer algumas considerações. Antes de iniciar o debate, quero saudar a iniciativa de fazermos uma reunião para debate interno da Comissão, para tratar, na minha opinião, do tema mais polêmico, mais relevante desta discussão em torno da reforma tributária, que vai exigir, vai demandar a mobilização dos Deputados no sentido de atingirmos um consenso. Se não for desta forma, teremos muita dificuldade de avançar nesse tema. E avançar nesse tema, mesmo que seja para um longo período de transição, significa,

de certa forma, não realizar a reforma tributária que todos nós desejamos.

Mas o mais importante, neste momento, é que o Presidente, o Relator e os membros da Comissão definam uma pauta de discussões internas. Peço desculpas se estiver dizendo algo errado por falta de informação. Na última reunião não pude estar presente porque houve uma reunião do meu partido. Também não participei de toda a reunião antecedente; então, talvez me falte informação. Mas acho que seria interessante o Relator e dois ou três Deputados definirem a agenda de discussão interna. Esse, para mim, repito, é o ponto mais importante.

Estou resistindo, mas também há a questão da tributação da renda.

Dividir os diversos temas relevantes e mais polêmicos, para que possamos fazer pelo menos mais duas ou três reuniões e buscar atingir o consenso, parece-me muito mais importante do que realizar audiências públicas, do que ouvir esse ou aquele autor, apesar de achar que isso também é relevante.

Sobre estas discussões internas, quero lembrar que na Comissão anterior promovíamos cafés da manhã na Fundação Getúlio Vargas, que serviam bem para que a Comissão chegasse a um discurso único, a uma espécie de consenso, o que é fundamental.

Portanto, proponho definirmos a agenda ainda para este mês de abril, com mais duas ou três discussões internas, para tratarmos de temas que podem ser polêmicos, como a questão de origem e destino.

Estou inscrito para falar; quando V.Exa. me chamar tecerei meus comentários acerca da questão de origem e destino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito bem, Deputado Eduardo Paes. Ouviremos daqui a pouco o Relator a respeito da sua sugestão. Talvez ele já tenha formado uma opinião a esse respeito. Devemos aprofundar os debates nas próximas reuniões, e é ele quem nos apontará o momento oportuno.

Antes, todavia, gostaria de ouvi-los a respeito da nossa próxima reunião. Na oportunidade em que decidimos que o próximo convidado a ser ouvido seria o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o ex-Prefeito Tarso Genro, não nos lembramos, infelizmente, de que não vai ser possível ouvi-lo na quinta-feira, porque não haverá Ordem do Dia na Casa, e obviamente os Deputados estarão em seus Estados para comemorar a Semana Santa. O Secretário do Dr. Tarso Genro disse-nos que, se a Comissão desejar, S.Exa. poderá vir na terça-feira de manhã. O Diretor-Geral da Mesa, Dr. Mozart Viana, informou-nos que haverá sessões deliberativas na segunda, na terça

e na quarta-feira. Também fui informado pela Secretária desta Comissão, a Sra. Angélica, de que as Comissões do Trabalho, da Reforma Política e da Previdência não marcaram nenhuma reunião para a próxima semana, provavelmente por temerem que o quorum seja baixo. É possível que o mesmo aconteça nesta Comissão, um quorum baixo e pouco representativo diante da importância de nosso palestrante. Portanto, gostaria de saber do grupo se deveríamos ouvir o Sr. Tarso Genro na terça-feira ou na primeira reunião a ser realizada na semana posterior à Semana Santa.

Tem a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, esta Comissão, a despeito de ainda não termos uma proposta formal do Governo, precisa trabalhar de forma acelerada, porque há muitas oitivas, muitas propostas a serem ouvidas. Seria interessante ouvirmos o Ministro Tarso Genro já na próxima terça-feira. Quanto antes agendarmos essa audiência, melhores condições de estabelecer os critérios de prioridade teremos. Se protelarmos para a outra semana, naturalmente vamos acumular trabalho para o Relator, e menos informações teremos. E, apesar de não ter participado do grupo que tratou da reforma tributária, considero relevante ouvir, em especial, o Ministro que está articulando o debate entre o Governo e a sociedade civil organizada. Portanto, terça-feira, às 10h, seria a data mais adequada, principalmente devido ao horário da Ordem do Dia no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Algum outro Deputado deseja manifestar-se? (Pausa.)

A reunião não poderia ser às 14h porque teremos Ordem do Dia na terça-feira à tarde, segundo informou o Diretor-Geral da Mesa. O único horário de que realmente dispomos com liberdade seria o da manhã da próxima terça-feira.

Tem a palavra o Deputado Walter Feldman. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, a Ordem do Dia sempre começa mais tarde. Portanto, o horário de terça-feira às 14h é possível, uma vez que muitos Deputados chegam à Brasília nesse dia um pouco mais tarde, embora na próxima semana haja sessão com Ordem do Dia a partir de segunda-feira. De qualquer forma, não vejo prejuízo em realizarmos a audiência na terça-feira à tarde, já que a Ordem do Dia costuma começar sempre por volta das 16h, e creio que não será diferente na próxima terça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A Ordem do Dia realmente começará às 13h, mas a votação só terá início mesmo entre 16h e 17h. Creio que

poderíamos realizar a reunião com o Sr. Tarso Genro às 13h30. Os Deputados estão de acordo?

Fico satisfeito ao ver que o grupo realmente tem interesse em realizar a reunião, até porque o Sr. Tarso Genro pode trazer-nos informações importantes. Talvez o projeto já esteja bem adiantado e em condições de ser enviado a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, durante a Semana Santa os trabalhos na Câmara dos Deputados serão diferentes. Na segunda-feira haverá sessão deliberativa. Dessa maneira, seria adequado reunirmo-nos na terça-feira pela manhã, porque há informação de que as outras Comissões não se reúnem nesse dia; as Comissões Permanentes também vão reunir-se na quarta-feira. Todos estaremos livres na terça-feira pela manhã para participar da audiência pública com o Ministro Tarso Genro. Se nos reunirmos na terça-feira à tarde, deveremos encerrar cedo, devido à Ordem do Dia, ficando prejudicada a audiência pública. Portanto, seria mais proveitoso reunirmo-nos na terça-feira pela manhã. Já que na quarta-feira haverá sessão deliberativa, os Deputados estarão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos resolver democraticamente, por meio do voto, se marcamos a reunião para terça-feira às 10h ou às 14h.

Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, o calendário da Liderança indica que segunda-feira à tarde haverá Ordem do Dia. Ou seja, na terça-feira de manhã obrigatoriamente todos estaremos aqui. O melhor horário seria na terça-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito bem, Deputado Sandro Mabel. Vamos então tomar os votos.

Deputado Walter Feldman.

Deputado Machado.

Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, abstenho-me de votar porque gostaria de conhecer o projeto que veio do Conselho e os relatos sobre como foi formulado. O texto que vem de lá é mais importante. Para mim, a audiência poderia ser feita no final, pois ouvir o Ministro Tarso Genro agora não é prioritário, em relação a outras audiências. Portanto, pode ser às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Registre-se a abstenção do Deputado Fernando Gabeira.

Deputado Wasny de Roure.
Deputado Renato Casagrande.
Deputado Gerson Gabrielli.
Deputado Paulo Afonso.
Deputado Gonzaga Mota, abstenção.
Deputado Antonio Cambraia, abstenção.
Deputado Ary Vanazzi.
Deputado Paulo Rubem Santiago.
Deputado Sandro Mabel.
Deputado Carlito Merss.

Fica definido o convite. Encarrego-me de ligar para o secretário do Dr. Tarso Genro dizendo que a Comissão vai ouvi-lo na terça-feira às 10h.

Há oradores inscritos para debater o sistema origem/destino. Concedo a palavra ao Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações, a fim de colocar o Relator a par de alguns itens, já que amanhã S.Exa. participará de debate promovido pela Rede Gazeta de Comunicações, no Espírito Santo, e é importante que tenha esses conhecimentos.

Em primeiro lugar, o debate de hoje é sobre sistema origem/destino, guerra fiscal e sonegação.

Entendo que a guerra fiscal entre os Estados traz malefícios a todos. Mas, por falta de uma política de desenvolvimento regional, os Estados decidiram estabelecer alguns mecanismos de desenvolvimento por meio da renúncia de tributos, o que leva a essa guerra, essa disputa autofágica que acontece entre eles.

Quero dar minha opinião sobre a questão dos incentivos fiscais. Alguns Estados desenvolveram-se usando esse mecanismo. Não quero cometer equívocos; os Deputados desses Estados podem depois confirmar ou não, mas o Estado do Ceará, por exemplo, cresceu muito, desenvolveu-se usando o instrumento do incentivo fiscal, e o Estado da Bahia cresceu da mesma forma. Meu Estado, o Espírito Santo, desenvolveu-se usando também alguns mecanismos de incentivo fiscal. Goiás, que o Deputado Sandro Mabel já citou aqui, recebeu até reclamação de um Deputado de Minas Gerais. Foi devido à ausência de uma política de desenvolvimento regional que os Estados adotaram essa política de incentivos fiscais, muitas vezes renunciando aos impostos sobre os quais eles têm competência para legislar.

Na minha avaliação, temos de acabar com todos os incentivos fiscais. Mas só poderemos fazê-lo, tendo em vista que os incentivos permitem que Estados menos desenvolvidos alcancem um nível maior de desenvolvimento, se junto com a reforma o Governo apresentar uma proposta de desenvolvimento regional para o País, o que é fundamental. Será por meio

dos Fundos Constitucionais que se atenderá a todo o Brasil? Será por meio da arrecadação dos Estados? Ou da arrecadação da União?

Para abrir mão dos incentivos fiscais, é preciso que haja, por parte do nosso Governo, uma proposta real de desenvolvimento regional, que possa suprir, compensar o trabalho que é feito hoje a partir dos incentivos dados pelos Estados.

O outro ponto do debate é o sistema origem/destino. A posição que defenderei nesta Comissão é no sentido de que a situação permaneça como está. O Prof. Dr. Ives Gandra, na audiência passada, fez a mesma defesa, dada a falta de experiências em outros países, e a situação regional também, porque o Espírito Santo será o Estado mais prejudicado no Brasil, caso haja a mudança da origem para o destino. Se houver essa mudança, com base em dados de 1999 – não temos ainda os dados de 2002 –, o Espírito Santo perderá 26,8% do seu ICMS. Perderemos muito. E o Estado é superavitário na balança comercial. Dados de 1999 indicam um superávit de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Esse processo de mudança causará prejuízo ao Espírito Santo e também a outros Estados.

A argumentação principal provém dos Estados que vão ganhar com a mudança. Esses Estados estão num nível de desenvolvimento mais baixo. Já o Espírito Santo está crescendo. Precisa crescer mais; não tem ainda o mesmo desenvolvimento que têm o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e alguns Estados do Sul, mas está crescendo. Não podemos abrir mão do processo atual. Outros Estados que não estão no mesmo nível de desenvolvimento já têm uma compensação: o FPE, fundo que compensa as desigualdades regionais. Na minha visão, a manutenção do atual sistema atende melhor à questão regional. Falo em defesa do meu Estado.

Além disso, como disse o professor na audiência passada, ainda não há experiência no mundo que nos permita ter segurança em relação a essa nova medida. É uma questão que devemos avaliar.

Desejo fazer outra observação, Sr. Presidente, para encerrar minha intervenção. Não é ponto da pauta, e acho que também não será ponto de discussão na reforma tributária, mas quero falar do Imposto de Renda, sobre o qual houve um debate nesta semana na Câmara dos Deputados. O Imposto de Renda tem de ser alterado. Ele começa com uma alíquota muito elevada, e há poucas alíquotas – apenas três – para abranger toda a margem de ganhos da pessoa física. É um número muito pequeno de alíquotas. Esta Comissão, mesmo que o tema não faça parte, neste momento, da reforma tributária, tem de corrigir a tabela do Imposto de Renda.

O DIEESE diz que hoje um casal com dois filhos precisa de aproximadamente 1.300 reais mensais para viver com dignidade. No entanto, sobre rendimentos a partir de 1.100 reais já começam a ser cobrados 15%, na tabela de Imposto de Renda! Portanto, é preciso haver uma correção dessa tabela, o que esta Comissão pode defender, assim como pode defender uma alíquota menor para o início do desconto: em vez de 15%, poderia ser de 5%, por exemplo. Além disso, podemos subdividir em mais níveis de descontos as alíquotas do Imposto de Renda, para cometermos menos injustiças com os assalariados.

Essas as observações que eu gostaria de fazer, tendo a oportunidade de iniciar a discussão, para que possamos, entre nós, definir algumas questões importantes acerca dos encaminhamentos do Governo Federal que chegarão a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito obrigado, Deputado Renato Casagrande.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, busquei algumas anotações que fiz há algum tempo acerca dessa questão, e quero destacar a importância do tema que estamos discutindo.

Todas as vezes em que se fala sobre reforma tributária, é óbvio que o discurso mais fácil, com o qual se consegue mais facilmente dialogar com a população, é o de que a tributação sobre a renda no Brasil é muito baixa, os países de Primeiro Mundo têm uma tributação sobre a renda muito mais alta, e portanto temos de incentivar esse tipo de tributação.

Eu discordo dessa postura. Desde meu primeiro mandato, tenho tentado, de maneira muito séria, e às vezes pouco política, contestar alguns tributos inseridos no texto constitucional, como o Imposto sobre Grandes Fortunas, demonstrando que são absolutamente ineficazes, e só geram “desinvestimento”, fuga de capitais.

Quanto à tributação sobre a renda, é importante que fique muito claro que todas as vezes em que se fala de Imposto de Renda nós estamos falando em tributar ainda mais a classe média, porque o “grândão” consegue escapar da tributação sobre a renda. Acaba-se atingindo aquele que em geral pertence à classe média brasileira, já tão sofrida. Enfim, é isso que ocorre.

Desejo começar a discussão introduzindo este dado: a partir da década de 80, todas as recomendações de política tributária passaram a se concentrar na redução dos encargos incidentes sobre poupança e investimento, na atenuação da progressividade do

imposto que onera a renda pessoal – este é um mandamento internacional – e na maior utilização dos impostos sobre consumo como fonte de receita do Governo e como instrumento de distribuição de renda. Essa é a questão fundamental. Portanto, a tributação do consumo, a discussão do sistema origem/destino é, na minha opinião, o ponto fundamental da reforma que nós discutimos hoje no nosso País. Aliás, fiz anteriormente uma intervenção para destacar essa questão.

Existe uma tributação do consumo que pesa muito sobre a exportação; incide sobre bens de capital, incide sobre matéria-prima e sobre insumos utilizados no processo de produção. Ou seja, é uma tributação do consumo absolutamente equivocada.

Sr. Relator, como disse, dei uma olhada em algumas notas que havia feito anteriormente. Considero importante entendermos o porquê do nosso sistema. Muitos dos Deputados presentes, inclusive o Presidente e o nosso Relator, estavam aqui na época da Constituinte. Lembro que ainda em 1999, ou em 2000, tive acesso a algumas análises feitas sobre os trabalhos da Constituinte, e encontrei uma muito interessante, que citava três motivos que contribuíram para que os Estados mais pobres defendessem a manutenção do ICMS na origem, o sistema atual – afora, é claro, a manobra do nosso ex-candidato à Presidência José Serra, que acabou tirando a questão do petróleo, beneficiando seu Estado e prejudicando, nesse caso, o Rio de Janeiro. E mais uma vez os Parlamentares do Rio de Janeiro, numa atitude muito pouco bairrista, deixaram que isso passasse. Mas, enfim, isso é passado. Foram basicamente três motivos: primeiro, o receio de aumento da evasão fiscal, já que as administrações tributárias estaduais, àquela época, estavam desaparelhadas para exercer o efetivo controle do trânsito de mercadorias nas fronteiras; segundo, à época pensava-se já na incorporação do IPI ao ICMS; terceiro, os Estados mais pobres não queriam a substituição das receitas transferidas por um aumento de competência própria, com maior custo administrativo e político.

Esse trabalho foi feito por um assessor da Liderança do PSDB, que no Governo passado cumpriu uma função importante e esteve algumas vezes na Comissão anterior. Refiro-me a José Roberto Afonso.

O Deputado Fernando Gabeira já chamava a nossa atenção para o fato de que toda vez que se entra com a discussão origem/destino – o Deputado Renato Casagrande também deixou isso muito claro, ao introduzir o tema – o que se leva em consideração é a autonomia do Estado. Somos de uma Federação, o que pressupõe autonomia dos Estados. O pacto federativo dá-se basicamente por meio do sistema tributário. É impossível discutir o sistema tributário sem tratar do

pacto federativo. O Deputado Fernando Gabeira perguntava: será justo o Poder Central ter autoridade e competência para conceder incentivos e os Estados não terem? Será que isso não fere, de certa maneira, a autonomia dos entes federativos?

Essa é uma discussão que temos de levar sempre em consideração. Parece-me que adotando o princípio do destino – do qual sou defensor – podemos constituir um modelo que apresente uma alternativa superior à idéia de adotar-se o princípio da origem simplesmente pelo medo ou pelo fato de se estar ferindo a autonomia do Estado.

Outro problema pouco percebido, mas que é sempre levantado pelos representantes dos Estados mais pobres, é o fato de que o IVA, o ICMS, seja lá o que for, esse grande tributo do consumo brasileiro na origem apresenta uma transferência indevida de recursos, de renda dos Estados mais pobres para os Estados mais ricos. Tem-se a impressão de dispor do instrumento da guerra fiscal como forma de promover desenvolvimento no Estado; não é verdade. O sistema que temos hoje é o de transferência indevida de renda dos Estados mais pobres para os mais ricos. Essa é a grande verdade. Não sou economista, não estudei economia e só li um livro de economia na vida, cujo título sempre esqueço, mas esse livro de introdução à economia, de capa laranja, cita um princípio básico, que vem de desde que o mundo é mundo, desde que se fazem trocas: não se exportam tributos. Portanto, a única maneira – e esse é o grande pleito do setor produtivo brasileiro – de conseguirmos desonerar a produção e não exportar tributos, como se fazia neste País há algum tempo, é a implantação do princípio do destino.

A implantação do princípio de destino suscita, nesta transição, muitas discussões. O Deputado Renato Casagrande deixou clara a possibilidade de os Estados concederem incentivos. Perguntei ao Deputado Fernando Gabeira o que vinha primeiro, se a galinha ou o ovo. Será que vamos ter de esperar uma política de desenvolvimento regional para efetuar a mudança? Faremos a mudança já contando com que o Governo venha a ter uma política de desenvolvimento regional? Esse é o grande dilema que enfrentamos.

Confesso aos senhores que fico tentado a optar pela segunda alternativa. É fundamental termos um sistema tributário integrado ao restante do mundo. Assim, vamos também privilegiar a produção e tributar o consumo de forma correta. Por meio de correta pressão, faremos com que o Governo central adote uma política de desenvolvimento regional. Isso é absolutamente fundamental, não há dúvida.

Hoje Deputados do Rio de Janeiro já não falam com a mesma autoridade de 20 anos atrás. O Estado tem problemas gravíssimos e está empobrecido. Essa é a triste realidade. Precisamos, portanto, de uma política de desenvolvimento regional. Mas considero equivocada a discussão de primeiro resolver a política de desenvolvimento regional para depois acabar com a guerra fiscal. Temos de respeitar, Sr. Relator – e lembro a presença do Secretário de Fazenda da Bahia, representando os outros Secretários – o período de transição. Se ele for longo, conseguiremos superar a oposição de qualquer Estado.

Para concluir, quero deixar clara minha opinião: a Comissão deve, o mais rapidamente possível, fechar questão quanto à discussão. Se não definirmos o princípio origem/destino, dificilmente conseguiremos promover a mudança desejável, aquela que vai produzir efeitos positivos para a economia, o sistema produtivo, as exportações, e, conseqüentemente, trazer benefícios para a sociedade como um todo. Mais uma vez, faço essa defesa.

Depois, Sr. Presidente, Sr. Relator, teremos de definir como isso fica na prática. O texto no qual nos baseamos continha o “sistema do barquinho”, muito complexo, difícil de ser entendido. Na minha opinião, esse texto, pela riqueza de detalhes, não deve ser dispositivo constitucional. É grande o medo de que a mudança gere prejuízo para esse ou aquele Estado. Não seria bom que constasse do texto constitucional algo que deve ser tema de legislação infraconstitucional. Essa deve ser a nossa discussão futura.

Eram esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr.

Presidente, Srs. Deputados, gostaria de discutir nesta Comissão uma proposta concreta de reforma tributária do Poder Executivo, até para sabermos o que o Governo quer. Não sabemos se o tema origem/destino virá na proposta do Governo. Já ouvi o Ministro da Fazenda dizer que a questão será tratada em legislação infraconstitucional. Não seria interessante discutirmos previamente uma questão que sequer sabemos se vai constar da proposta do Governo.

De qualquer forma, é muito salutar a discussão para sedimentarmos opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Antonio Cambraia, não é usual a Mesa interromper o orador, mas faço-o para lembrar a todos – até porque há pessoas que estão aqui pela primeira vez e podem não estar suficientemente informadas – que podemos fazer as alterações que bem entendermos. É regimental. A proposta não será necessariamente a

do Governo. O Plenário pode introduzir qualquer tipo de modificação que entender necessária.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, V.Exa. há de convir que não é usual discutirmos antecipadamente uma proposta da qual não temos conhecimento. Não estou absolutamente diminuindo a posição desta Comissão. É salutar a discussão, mas devemos ouvir as autoridades tributárias sobre o assunto. Na audiência pública anterior ouvimos o tributarista Ives Gandra, que enriqueceu o debate.

Fiz essa observação até para manter coerência com a posição que tenho assumido desde a instalação desta Comissão. Se não considerasse importante esta discussão, não estaria aqui. Aliás, sempre estive; nunca faltei a uma reunião. Quero deixar isto bem claro: estaremos praticando justiça fiscal se a cobrança do ICMS ou do IVA for no destino. O imposto será mais bem distribuído, mesmo porque, entre os 26 Estados, os que produzem são poucos.

Mudança repentina na cobrança do imposto poderá trazer perda de recursos para os Estados produtores. Por isso, muitos acham que – não vou reportar-me ao que disse anteriormente – o IVA ou o ICMS futuro deve ser objeto de legislação federal, com cobrança e operacionalização no âmbito da União. A União depois distribuiria os resultados desse imposto aos Estados. Essa seria a forma de não apenar os Estados produtores. Mas, na minha opinião, a cobrança deve ser nos Estados de destino.

A guerra fiscal sempre existirá, independentemente da legislação que será aprovada. Dizem alguns que o Ceará tem praticado a guerra fiscal, ou tem concedido incentivo fiscal diretamente do imposto, mas isso é feito de forma indireta, via Orçamento, via Fundo de Desenvolvimento Industrial. O Estado concede benefícios às empresas que queiram instalar-se lá, e dá a elas a infra-estrutura. O Ceará há muito não pratica a guerra fiscal no sentido pejorativo, digamos assim, ou com incentivo fiscal diretamente do seu ICMS, mas por outros mecanismos, e tem alcançado bons resultados.

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Antonio Cambraia mencionou...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Não me corte a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não lhe corto a palavra, apenas aproveito a oportunidade para situar melhor os que chegaram à Casa neste ano. V.Exa. é um veterano e expôs muito bem a situação do Ceará, que não pratica guerra fiscal predatória, até porque os incentivos lá são feitos por empréstimos realizados pelo Governo do Estado via Fundo de

Desenvolvimento Industrial, que conheço muito bem, pois fui Secretário de Fazenda daquele Estado.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, lamento profundamente não ter acompanhado desde o início este debate. Ouvi a exposição do Dr. Ives Gandra, de quem já havia lido muitos artigos. Confesso que fiquei um pouco decepcionado quanto à sua visão do que é um Estado de peso político. Segundo ele, os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo teriam maior peso político.

Qual o objetivo e a finalidade da reforma tributária? Ela é necessária?

Muitos gargalos do sistema de arrecadação já foram discutidos, mas o que mais me fascina na reforma tributária é a simplificação. Nessa perspectiva, acredito que a discussão do problema origem/destino deve dar-se não apenas pelo crescimento da carga tributária, como ocorreu no último Governo, mas pelo que o público contribuiu em termos tributários para o País.

O mercado informal no Brasil cresceu assustadoramente. A reforma tributária deve não somente simplificar, mas incorporar uma enorme massa do mercado, não apenas do sistema produtivo, pois hoje a grande incidência de tributos recai sobre a comercialização e o serviço, que estão à margem da contribuição tributária. Esse exército de contribuintes precisa ser incorporado ao nosso sistema de arrecadação. A simplificação não é para facilitar para o empresário, mas para incorporar as pessoas que estão à margem do sistema de arrecadação.

O segundo aspecto que considero relevante é a definição no âmbito federal das alíquotas do IVA, ou mesmo do ICMS, se for esse o termo que vier a prevalecer. A partir daí teremos condição de cercear a guerra fiscal. Estamos destruindo-nos. As empresas estão abusando do interesse público para poder gerar alguns poucos empregos. O fenômeno da FORD deve servir de exemplo para nós. Os Governos estaduais têm sido reféns dos interesses de grandes corporações. Há um constrangimento político, do ponto de vista da altivez e da autonomia política dos Governos estaduais.

O terceiro aspecto que considero relevante é a desoneração da mão-de-obra. Nosso País tem uma dívida com a sociedade por não trabalhar a reforma tributária na perspectiva concreta de viabilizar a incorporação da mão-de-obra ao processo produtivo. Creio que esse é um dever social. O Ministro Palocci enfatizou um ponto simples e relevante no sistema produtivo brasileiro: a desoneração do recolhimento previdenciário, da folha, para o valor agregado ao faturamento. Esse ponto, por si só, já justificaria a reforma. Ele é extre-

mamente importante, porque estimula a incorporação da mão-de-obra ao processo produtivo.

Por último, com relação à perda dos Estados, que alguns estão apresentando como parâmetro, se trabalharmos a reforma tributária pensando no que vamos perder ou ganhar estaremos estreitando muito a capacidade de representação desta Casa, lutando apenas pelas corporações e pelos nossos votos, não pelo interesse público. Temos de ter muita precisão – nesse sentido, o Governo delega-nos um importante papel, tanto o Estadual quanto o Federal – nas decisões que tomarmos. Ouvi alguns, aqueles que, na minha opinião, consideram-se semideuses, dizerem aqui, na base do chute, o que vamos perder ou não. Isso não pode acontecer. Temos de ter clareza quanto ao nível de perda. Se um perde, outro ganha. Isso precisa ficar esclarecido, Deputado Virgílio Guimarães. V.Exa. será o Relator de uma matéria extremamente complicada. Aí, sim, teremos coragem de criar o fundo de compensação da perda do sistema de arrecadação brasileira.

Caso contrário, eu até concordaria: não podemos criar condições de viabilizar parte do interesse do País prejudicando a própria Unidade da Federação. Creio não ser esse o objetivo da reforma tributária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Deputado Virgílio Guimarães, colegas Deputados da Comissão Especial de Reforma Tributária, quero expressar algumas opiniões, e insistirei, logo de início, no ponto de vista que já externei em ocasiões anteriores, qual seja o sentimento preliminar em relação ao que cabe a esta Comissão, à Câmara dos Deputados, enfim, ao Congresso Nacional junto à sociedade brasileira.

É importante pensarmos a reforma tributária como uma dimensão da reforma do Estado, porque vamos mexer com o financiamento do próprio Estado, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. Como estamos discutindo inclusive a guerra fiscal, vamos também mexer nas funções que o Estado pode desempenhar em relação ao seu desenvolvimento. Temos uma enorme responsabilidade na discussão das novas normas para o País. Temos de apresentar ao povo, a partir da discussão da reforma tributária, uma ampla proposta de reformulação do processo de arrecadação e execução fiscal. Devemos construir, num esforço conjunto, além de novas normas tributárias e desse processo de reformulação de como se

arrecadam e como se executam os créditos tributários da União, dos Estados e Municípios, um sistema de proteção do tributo.

Temos observado nas normas tributárias vigentes no País, particularmente nas das duas últimas décadas, que muitas vezes o tributo serve para tudo, particularmente para ser desviado da sua finalidade. No caso dos impostos indiretos, a bandalheira corre solta em boa parte das Unidades da Federação. Se tivéssemos tido a oportunidade de receber de cada Secretaria da Fazenda de Estado as estimativas de arrecadação dos impostos, qual o montante da dívida ativa tributária e qual a capacidade do respectivo Estado de arrecadar essa dívida ativa tributária, certamente chegaríamos à conclusão de que os impostos estaduais, especialmente o ICMS, têm sido objeto de um grande processo de desvio das suas verdadeiras finalidades, do seu destino.

Quando abdica da arrecadação do imposto que deveria financiar educação e saúde, quando se arvora de promotor do desenvolvimento e transfere o imposto como crédito, muitas vezes sem qualquer encargo financeiro, para um conjunto de empresas, o Estado está assumindo a posição de financiar o lado mais forte, usando para isso um imposto que sai na ponta, sai do consumidor final, que não tem proteção alguma, não consegue fazer **lobby** junto às Secretarias da Fazenda e constituir uma instituição independente para fiscalizar os programas de incentivos fiscais, até porque – que me provem o contrário – a legislação dos Estados que concedem incentivos fiscais teve o cuidado de não inserir, em nenhum artigo, em nenhum parágrafo, o princípio das auditorias independentes.

Não me convence o discurso desenvolvimentista da guerra fiscal. Ou me apresentam os números concretos da geração de empregos, da arrecadação tributária, do desenvolvimento no espaço de cada Estado – Zona da Mata, agreste, sertão, zona rural do Rio de Janeiro, interior de São Paulo, oeste do Paraná etc. –, ou então não vamos mais debater guerra fiscal nem reforma tributária.

Portanto, nesta primeira fase, sugiro debatermos algumas preocupações que devem entrar conjuntamente com a discussão de novas normas tributárias. São seis pontos. Primeiro, é preciso rever o cadastro mercantil das empresas. Este País tem de acabar com empresa constituída para atuar na área comercial apenas para acumular crédito tributário, empresa essa que desaparece depois de seis meses ou um ano. Não há procurador de Fazenda, mestre ou doutor em Direito Tributário que consiga encontrar uma empresa dessas para entregar a notificação de um processo que está em execução fiscal. Segundo, este País precisa

reformular seu contencioso administrativo e tributário. Se nos dermos o trabalho de visitar os Estados, veremos processos de quatro, cinco, seis, oito, dez anos nos contenciosos administrativos tributários sem qualquer tipo de rendimento para arrecadação. Terceiro, precisamos reformular a lei de execuções fiscais e retomar o debate da legislação dos crimes fiscais e tributários. Não podemos tratar uma empresa que por razões econômicas retarda o recolhimento do tributo da mesma forma que tratamos empresas constituídas com documentos ilícitos, com procedência de carga duvidosa, que constituem crédito tributário e que, para serem fiscalizadas, fazem o Poder Público gastar uma fábula com auditores, agentes de fiscalização, postos fiscais e delegacias de crimes contra a ordem tributária. O sujeito que constitui uma empresa assim não é sequer notificado, porque simplesmente desaparece, e a Fazenda Pública fica a ver navios.

Quarto, temos um ponto de vista – e não é apenas nosso, mas de alguns especialistas – a respeito do sigilo fiscal: não cabe sigilo fiscal para impostos indiretos. Todo imposto indireto presume um mecanismo de compensação do crédito. Em muitos Estados, as Secretarias de Fazenda, muitas vezes ao final do ano, premiam os grandes contribuintes do ICMS, para dizer quem recolheu mais (não há sigilo fiscal no caso do ICMS) e quem deixou de recolher o imposto pago pelo consumidor final. Essa regra foi posta na legislação a partir de pressões daqueles que queriam usar o ICMS ou que continuaram tentando usar o IVA que vai ser pago na ponta pelo consumidor final como instrumento de crédito.

Quinto, Sr. Presidente, uma observação: a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito acanhada. Precisaria não apenas fazer a exigência que já faz, ou seja, de nos casos de política de incentivos fiscais assegurar que a previsão de renúncia esteja na LDO, ou que haja a compensação da renúncia fiscal, mas exigir, em todo e qualquer caso de política de incentivos fiscais, o princípio da auditoria independente, bienal, trienal, ou a cada quatro anos, para que não se concedam incentivos a partir de uma carta de intenção de um grupo empresarial. Não há qualquer controle! Apresentem-me o Estado da Federação, o Governador que conseguiu aprovar nas leis mecanismos de auditoria para averiguar se determinada empresa gerou o número de empregos prometidos e recolheu o ICMS comprometido no processo. Não há qualquer controle! Trata-se de uma orgia fiscal desenfreada.

Por último, Sr. Presidente, falarei sobre os incentivos e a guerra fiscal. Com raras exceções, as políticas de incentivo transformaram-se num grande balcão de negócios. Não há uma única Unidade da

Federação em que a Promotoria Pública, ou a Secretaria de Fazenda, ou o Tribunal de Contas não tenha iniciado processos investigatórios e encontrado negócios escabrosos de empresas que se constituíram apressadamente, foram beneficiadas por decretos de concessão de incentivos e sequer tinham cadastro nas Secretarias de Fazenda.

Concordamos com o que disse o Deputado Renato Casagrande. De fato, essa guerra fiscal coincidiu com o abandono das políticas de desenvolvimento regional. Diria eu também que coincidiu com a década do esfacelamento das políticas de crédito via bancos estaduais. Aqueles que investigaram a falência de alguns bancos estaduais, como fizemos em Pernambuco, constataram que 95% dos créditos foram destinados a meia dúzia de grandes grupos. A base maior da atividade econômica comercial, industrial e contributiva passou ao largo das portas, dos guichês dos bancos. Então, faliu a política de crédito dos bancos estaduais, e o Governo Federal adotou outros valores para a política de desenvolvimento. A máxima “cada um por si e o crédito fiscal por todos” foi implantada.

Temos de retomar essa discussão. Concordo que o Governo Federal tem o comprometimento, na discussão do PPA e da LDO, de retomar as políticas de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, temos de investir, de aproveitar o debate da reforma tributária, da reformulação da máquina do Estado, para aperfeiçoar a arrecadação e a execução fiscal. Temos de investir na superação dessas desigualdades.

Até que me provem o contrário, acredito que precisamos retomar a discussão do destino. Temos de criar mecanismos de compensação. Os grandes Estados não têm culpa de, ao longo da sua história econômica, terem-se constituído como forças produtivas, possuírem melhor infra-estrutura, matéria-prima, mão-de-obra qualificada, créditos privados etc. Devemos pensar numa reforma tributária como pensamos no refinanciamento do Estado, também sob a perspectiva de superação das desigualdades regionais.

Sr. Presidente, sugiro à Comissão que solicite às Assembléias Legislativas suas Leis de Diretrizes Orçamentárias para verificar o montante das renúncias fiscais dos Estados. Cito um exemplo: Pernambuco está entre a décima e a décima segunda economia do País, e previa-se, na sua LDO de 2002, 2003 e 2004, uma renúncia fiscal de 255 milhões de reais – renúncia essa que na LDO de 2003 para 2004 e 2005 foi revista e alterada para 95 milhões; mas chegou-se a prever para o triênio 2002/2003/2004 uma renúncia de 255 milhões de reais, o que equivale a 20% a mais da receita cheia do ICMS mensal! É um enorme volume de recursos transferidos sem encargos financeiros.

Gostaria de conhecer profundamente a experiência do Ceará, que não concede crédito, mas transfere-o mediante compensação financeira. Mas a política de incentivos fiscais transformou-se num banco com encargo zero na maior parte das Unidades da Federação em que tivemos acesso à legislação. Inclusive há inúmeros casos em que os contratos não foram honrados para ressarcir à Fazenda o ICMS financiado; os créditos do Estado foram transformados em crédito presumido das empresas. Essa orgia fiscal não pode continuar, sob pena de legislarmos apenas para a parte mais forte, e não para os que são normalmente lembrados aqui.

O imposto sobre o consumo é muito alto. Os que mais consomem não financiam campanhas, não têm base política eleitoral, não são orgânicos, sob o ponto de vista dos partidos, e não têm expressão para fazer lei. Os que têm mais expressão são os mais organizados, os mais fortes em termos de conhecimento, poder econômico e influência na composição das Casas Legislativas.

Sr. Presidente, sugiro à Comissão, portanto, que solicite às Assembléias Legislativas as respectivas LDOs e leis estaduais de incentivos fiscais para que possamos averiguar de fato os números reais ou as meras propensões ao desenvolvimento, como em muitos casos acontece.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Paulo Rubem Santiago, a Secretaria da Comissão vai tomar as devidas providências para podermos acatar a sugestão de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, temos um projeto de lei de forte componente tributário. Senti-me, por isso, no direito de distribuí-lo nesta Comissão, a fim de que todos pudessem ter acesso a ele e eventualmente pudéssemos discuti-lo, tendo em vista o mais grave problema por que passa o Brasil hoje: o desemprego. Esse assunto tem de ser tratado de forma emergencial.

Sou um pacifista por concepção. Sou contra a guerra. Não gosto de violência em hipótese alguma. A guerra fiscal deveria ser – como está sendo a guerra do Iraque – consensualmente combatida. Não nego que me estranha o fato de legisladores contemplarem a idéia de que a guerra não é um bom caminho, mas é necessária. Essa argumentação serve também para a guerra entre o Iraque e os Estados Unidos. Nós achamos que não é, que ela deve, a todo momento, ser evitada.

Aqueles que leram a respeito do comportamento de Gandhi na Índia, no momento do afastamento da Inglaterra, perceberam como a todo momento ele era estimulado a aceitar a guerra como necessária, mas sempre, por conta dos seus conceitos, da sua formação, contrapôs-se a ela.

A guerra fiscal, além de ser desnecessária e ilegal, compromete a sociedade brasileira. Ela não beneficia os Estados. Há um benefício apenas aparente, seja do ponto de vista fiscal, seja do ponto de vista da criação de empregos, mas é a população mais humilde que paga essa concessão de benefícios feita pelos Estados que admitem a guerra fiscal – além do fato de que os Estados que importam seus produtos é que pagarão, em última análise, aquilo que está sendo concedido pelo Estado que concebe a guerra.

Há um ano o jornal *Folha de S.Paulo* publicava matéria dizendo que o Brasil perdia em torno de 10 bilhões de reais com a aceitação da guerra fiscal.

Na nossa avaliação, há todo um conjunto de valores que demonstram que temos de fazer um programa de desenvolvimento regional possível e passível de ser feito. Isso acontece também de Município para Município e de Estado para Estado. Nós, não; São Paulo não quer competir com outros Estados, por causa de suas características próprias. Sabemos que há muito a ser feito em Estados como, por exemplo, os do Centro-Oeste. Não foi necessário haver guerra fiscal no Mato Grosso para o Estado ser hoje o maior produtor e exportador de algodão do mundo, superando inclusive a produção americana. Estamos ampliando nossas fronteiras agrícolas. E os Estados do Nordeste incorporaram segmentos da indústria não apenas por concessões ou benefícios fiscais, mas também porque a mão-de-obra era mais barata, havia proximidade de outras fronteiras, como a questão do Centro-Oeste, e há também produtos que podem desenvolver-se com mais facilidade em determinadas regiões do território nacional.

Nesse sentido, o combate à guerra fiscal deveria ser um consenso a ser construído, independentemente de origem e destino, estabelecendo-se o destino como nosso objetivo final. Sempre considerei o destino como a melhor concepção. Segundo Ives Gandra Martins, o destino não é necessariamente a melhor saída; é um valor novo. Não se esperava, inclusive no Direito, na questão tributária comparativa, a informação de que na prática não existe entre os Estados da Federação, nem na União Européia, essa aceitação do mecanismo do destino como o mais adequado; portanto, é um elemento novo a ser acrescentado às nossas análises.

Dados técnicos demonstram que a GM, por exemplo, no Rio Grande do Sul, obteve em subsídios um

total de 759 milhões – capital investido, 600 milhões, e um prazo de 29 anos; a Mercedes-Benz, em Minas Gerais, obteve 690 milhões de subsídios, e 695 de capital investido; a Renault foi a melhor: 353 milhões de subsídios, 1 bilhão de capital investido e um prazo em 10 anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Deputado Walter Feldman, permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Ouço, com prazer, o Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Deputado, Minas Gerais não dá subsídios para as indústrias que lá se instalam. Os subsídios do Estado são orçamentários.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Como é feito?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – A empresa paga, recolhe o ICMS, que vai para o Fundo Pró-Indústria, e depois retorna para a empresa com uma taxa de juros bem diferenciada.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Para a empresa que se instalou?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Isso. Toda a importação feita pela Mercedes-Benz no Brasil é feita em Minas Gerais. E lá se recolhem os impostos.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Muito bom. Acho que isso nos auxilia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O sistema é parecido com o do Ceará.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Bom, não cabia pronunciamento mais direito. É uma forma de guerra fiscal; ou seja, quem compra carro produzido pela GM paga o imposto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O ICMS da Mercedes é recolhido mensalmente.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sim, mas é devolvido.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sim, mas não de graça, e sim com uma taxa de juros.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado, apenas para poder contribuir com o debate, os incentivos são feitos das formas mais variadas possíveis. Ultimamente, todavia, essa é a posição de Minas Gerais, do Ceará e de alguns outros Estados da Federação. A grande maioria, nos últimos anos, evoluiu para um tipo que considero predatório – estamos em discussão, também sou Deputado, e posso falar sobre isso – , que é o do crédito presumido no valor total do imposto que seria devido. Esse, sim, é o mais predatório de todos os modelos. Na verdade, se viermos a adotar o sistema origem/destino, o que é uma

prerrogativa nossa, independentemente da omissão ou da vontade do Poder Executivo, quando encaminharmos a proposta já teremos discutido o assunto com muita responsabilidade. Jamais faríamos isso sem um período longo de transição, que permitisse a todos os Estados da Federação adequarem seus orçamentos ao novo sistema, se isso vier a acontecer.

Desculpe-me a interrupção, Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – A interrupção de V.Exa. agregou valor, informação e conhecimento ao que estamos dizendo.

Fiquei impressionado com o depoimento do Deputado Fernando Gabeira quanto à tributação do meio ambiente. É evidente que poderíamos desenvolver um forte setor produtivo em áreas como a Amazônia, por exemplo, contanto que tivéssemos uma tecnologia limpa, uma construção ambiental para o desenvolvimento, como também em várias outras regiões do País. Temos uma capacidade de turismo ecológico impressionante, com forte potencial de atração de investimentos e de pessoas, e poderíamos incrementar muito o turismo nacional, como se faz na Espanha, na França e nos Estados Unidos. Trata-se de um segmento muito pouco explorado, apesar de ser uma grande indústria, cuja capacidade de competição daria enormes vantagens à economia nacional.

Parece-me que São Paulo é sempre tido como o vilão, ou seja, como aquele que não quer resolver a questão origem/destino. Fiquei muito grato por receber em nosso Estado os Deputados Virgílio Guimarães e José Mentor, que conversaram mais de duas horas com o Governador Geraldo Alckmin e demonstraram desejo de contribuir para que a guerra fiscal fosse resolvida. Pude sentir, naquela oportunidade, a amargura do Deputado Virgílio Guimarães, que, percebendo a disposição do Governador Geraldo Alckmin, tentava encontrar um mecanismo de compensação.

Como encontrar um mecanismo de compensação sem aumentar a carga tributária? Como manter a neutralidade? Como fazer aquilo sobre o que conversávamos aqui: aceitarmos abrir mão de dez, contanto que o retorno fosse em duas parcelas de cinco, ou cinco de dois, ou dez de um?

Hoje, nenhum Estado brasileiro pode, até por conta do reajuste fiscal realizado, abrir mão de receitas. É evidente que o problema maior ainda não foi resolvido, Deputado Virgílio Guimarães. O que o Brasil precisa mesmo é de uma ampla reforma administrativa. Que Estado brasileiro queremos construir? Partimos do princípio de que a reforma tributária tem de ser feita, mas sem mexer muito na construção do Estado, que é mal construído, permitindo a regressividade e uma enorme

sonegação fiscal, que neste momento só se poderá combater com a simplificação do ICMS, instrumento sobre o qual já existe um certo consenso.

A guerra fiscal, na nossa avaliação, com todo o respeito aos que acham que é um instrumento necessário, é uma sonegação de caráter público. Abrimos mão de uma tributação, de um imposto que tem caráter nacional, até porque é circulatório, caminha pelo País na sua característica de valor agregado.

Nesse sentido, consideramos que a reforma tributária deveria caminhar junto com elementos da reforma administrativa. O Estado brasileiro poderia ser repensado. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva equivocou-se nessa questão. Ocupou rapidamente os espaços e não discutiu o novo formato que o Estado brasileiro deveria ter. Não discutimos a questão do teto nem a do subteto.

Em São Paulo, reduzimos mais de duzentos impostos, particularmente dos segmentos que mais atingem a população mais humilde, e a arrecadação aumentou. Saltamos de 700 milhões de arrecadação de ICMS mensal, no início de 1995, para algo próximo a 2 bilhões – além de um trabalho tecnológico avançado de fiscalização e acompanhamento da questão do IPVA, que beneficiou os Municípios, tendo em vista que 50% do IPVA também vai para os Municípios. Ou seja, houve aumento de arrecadação com redução de impostos.

Na medida em que pensamos a reforma tributária, em hipótese alguma cogitamos aumentar a carga tributária. Poderíamos reduzi-la, mas o jurista Ives Gandra Martins disse que isso nunca aconteceu. Será que seríamos revolucionários mudando essa tendência natural? Teríamos de trabalhar para isso. É evidente que é difícil.

Na guerra fiscal, a contratação de pessoal é muito baixa. Isso pode trazer alguns benefícios, aumento de arrecadação e deslocamento de setores produtivos, mas, em geral, os setores que mais empregam não estão envolvidos nessa atividade. Refiro-me à construção civil, à habitação e ao saneamento.

Ontem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o plano de construção de habitações populares. Deveríamos convidar o Governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto para participar de audiência pública nesta Casa. A presença de S.Exa. na Comissão, tendo em vista que a presidiu, é de suma importância. Além do mais, no cargo de Governador, está sentido de perto a dificuldade para realizar ações do Poder Executivo.

Inicialmente, sugiro à Comissão, contra a qual me insurgi no começo, que trabalhe durante os quatro anos. A reforma tributária tem de ser um processo

que não deve ser dirigido por nós, até porque somos incapazes de alterar profundamente o quadro tributário nacional. As mudanças possíveis e necessárias têm de ser feitas por etapas, construindo consensos. A partir daí, deveríamos medir, como verdadeiro termômetro, o sucesso e o benefício dessas alterações, e construir, baseando-nos nos resultados, novos rumos.

As reuniões com o Ministro Palocci e com profissionais de outros níveis técnicos ou políticos demonstram que há alguns elementos que ainda podem ser constituídos, obviamente na expectativa do envio da mensagem à Câmara dos Deputados, o que deve ser feito. Não há mais dúvida de que a matéria inicialmente vem para a Câmara, e não para o Senado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Mas a da Previdência vai.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – A reforma da Previdência vai? Menos mal para a nossa Comissão, apesar de que todas deveriam.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Deveriam mesmo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Depois explico-lhe o sentido

DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, em primeiro lugar, minha sugestão prática é a de construirmos uma mudança tributária com o tempo. Não é necessário realizar mudanças profundas e perigosas no início dos nossos mandatos.

Em segundo lugar, devemos concentrar-nos naquilo que pode ser mudado hoje, como a simplificação da CPMF, a retirada da cumulatividade dessa contribuição e a desoneração da folha de pagamentos. Em conclusão, a partir da análise dessas matérias, devemos construir algo bastante unitário entre todos nós.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, temos de abolir o termo “guerra fiscal”. Não se trata de uma guerra, mas de uma política de correção das desigualdades regionais existentes no País, reconhecidas pela Constituição e conhecidas por todos nós.

O Deputado Paulo Rubem Santiago, que não está mais presente à reunião – ainda não tive oportunidade de falar com ele sobre o assunto –, disse que existe uma orgia de incentivos estaduais. Isso é um grande erro. Há uma orgia nos controles dos incentivos da União. Podemos observar o que acontece na SUDAM, na SUDENE e em outros grandes instrumentos gover-

namentais de desenvolvimento. Nesses órgãos ocorre corrupção porque não existe controle.

Os incentivos estaduais, como o de Santa Catarina, ampliam o número de emprego e os investimentos. Os incentivos em Goiás, em Mato Grosso, em Sergipe ou em outros Estados são inspecionados. O incentivo estadual é reduzido quando não se tem condição de cumprir as metas, porque o Estado faz tal exigência.

Quando ao fato de Pernambuco permitir a renúncia fiscal, registro a seguinte tese: é melhor renunciar a 5%, ou 30%, ou 40% de algo do que não arrecadar nada. Se não forem instaladas empresas no Estado – como acontece na minha região, nos Estados do Centro-Oeste, do Norte, do Nordeste – , não haverá renúncia fiscal, mas também não haverá arrecadação. Se no Orçamento está prevista a renúncia fiscal, isso significa dizer que está começando a haver arrecadação.

A guerra fiscal também está prevista, Deputado Walter Feldman, Sras. e Srs. Deputados, no Art. 24 da Constituição, que diz o seguinte:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

E aí há vários outros incisos, até o XVI.

Diz o § 3º, desse mesmo art. 24º, o seguinte:

.....
“§ 3º *Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.* “

É lógico. Não existe nem existirá um plano nacional. O Governo Federal não tem disposição, nem competência para resolver desigualdades. Pensarmos que ele tem é bobagem. É querer tampar o sol com a peneira e dizer que vamos resolver as desigualdades. Não é verdade. O Relator, Deputado Virgílio, acha que temos de mudar o eixo. Essa história de destino....Não vamos longe.

No seminário nacional sobre tributação da circulação de mercadoria realizado no Ceará no dia 20 de setembro de 2002, disse o representante da Comunidade Européia – estou preparando o material e vou distribuí-lo na próxima reunião desta Comissão – que

pretendiam migrar para o sistema misto, porque somente o do destino não funcionava.

Em Portugal, o índice de sonegação é de 30%; no Brasil, 34%. Qual a distância que existe? Podemos até ir agora em julho à Europa visitar a Comunidade Européia e verificar como a coisa funciona. Não sou eu que diz isso, e, sim, o representante daquela Comunidade em palestra realizada no fórum do CONFAZ.

O sistema misto aproxima os Estados. Temos aqui entre os presentes pessoas que foram Secretários de Fazenda dos Estados, como é o caso do nosso Presidente. Digam-me: o Estado que arrecada no destino, que vontade ele tem de ver a produção? Nenhuma. As notas podem sair calçadas, do jeito que for, serem impressas em qualquer gráfica, que ele não vai mais autenticar como... Os Estados que não têm desenvolvimento saem atrás de arrecadação, como é o caso do meu, que autentica bloco de nota fiscal, para que não seja falsificado. Vai haver essa preocupação? De jeito nenhum. A preocupação é somente em saber onde está o dele, do destino, o da saída, não vai ter. Vamos desintegrar a política tributária. O SINTEGRA atualmente traz os Estados mais próximos. Um tem interesse, outro tem na outra parte; enfim, essa visão vai desaparecendo.

Depois temos de levar em conta uma posição, Deputado Feldman: por exemplo, o algodão do Mato Grosso tem 75% de incentivo, por isso se desenvolveu, mas não se desenvolveu com 75% de incentivo somente por desenvolver, mas, sim, para que tenha qualidade suficiente para ser exportado. Lá o programa tem efeito qualitativo, buscam a qualidade para exportar o algodão produzido no Centro-Oeste, no Mato Grosso. Mas ele tem 75% de incentivo. Se esses 75% forem retirados, torna-se inviável, não se consegue transportar, produzir, o insumo não chega. Não se chega ao preço internacional com a qualidade que é pretendida e que permite ao Brasil exportar e Mato Grosso tornar-se um dos maiores produtores de algodão.

Também esse mito de montadoras, isso são fases, ciclos de descentralização. Por outro lado, muitas das montadoras colaboram na balança de pagamentos porque descentralizaram, mas exportam uma quantidade grande. Nosso Estado produz cada vez mais e colabora na balança de pagamentos do País, sem receber um centavo por isso. A Lei Kandir tirou essa possibilidade. Compensou naquela época, mas não compensa mais hoje. Atualmente, quanto mais produzirmos, menos vamos arrecadar. Aquela região tinha de parar de produzir. Aquilo só serve para gerar empregos, mas para efeito de arrecadação a nossa colaboração para o País é nada. A soja que lá se produz normalmente é desonerada, porque vai quase toda

para a exportação. Temos de incentivar e beneficiar essa soja dentro do nosso Estado, transformá-la em óleo para podermos ter o consumo e sobrevivência para nosso povo. Se não for assim, vamos somente plantar e colher para dar ao povo o que comer. E no Estado, nada se faz? Não. As desigualdades sociais do País têm de ser analisadas.

Sr. Relator, devemos olhar o outro eixo do desenvolvimento. Se não existe uma política de desenvolvimento, não há solução para o País. Se não tentarmos corrigir algumas diferenças, não haverá solução. Por exemplo – volto a dizer – na região que o elegeram, o Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, em Pernambuco, no Centro-Oeste etc. estamos conseguindo êxito com a política de correção de desigualdades regionais.

Recuso-me a falar em guerra fiscal. Nasci paulista, estudei em São Paulo. Quando fui para Goiás, vi que tudo o que eu pregava nada valia. Vi que existe desigualdade. O aluno entra na faculdade e dela sai com idéias de Esquerda. Entra para o mercado de trabalho e começa a ver que ele não é bem assim. Hoje estamos vendo o PT no Governo, aliás, fazendo excelente trabalho, tendendo para soluções de Direita, não que sejam de Direita, mas para soluções de que o mundo necessita.

Portanto, Sr. Relator, esse foco de destino não levará esta Comissão adiante. Há dificuldades com o Governador, com o sistema tributário. Não existe uma política de incentivos federais. Assim sendo, temos que trabalhar com a calibração, ou seja sobre o que é essa diferença que tem de ser dada. Vamos diminuir, vamos modificar a calibração. Se hoje a transferência é de 7%, vamos diminuir um pouco mais esse incentivo em São Paulo e compensá-lo em outros Estados para que se possa arrecadar, corrigir e fazer alguma coisa. Vamos equilibrar pela calibração.

A União Européia reconhece que o seu sistema de destino não é perfeito, então, vem buscar no Brasil um sistema misto. Sabe que nosso sistema misto é melhor que o deles. Se existe um problema de calibração, vamos equilibrar.

O que queremos? Acabar com os incentivos fiscais, com nossa política de correção de desigualdades, tirar a condição de o Estado legislar, previsto no art. 24 da Constituição, sem criar nada? E nós, quando vamos ter esse tipo de compensação? Região Norte, Nordeste, Sudeste e aí vamos para o Sul, com Estados como Santa Catarina e Paraná. Deputado Feldman, somente para que V.Exa. tenha uma idéia dessa questão de correção de políticas de desigualdades regionais, São Paulo também corrige, como é o caso de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, onde atualmente há uma concentração muito grande de frigoríficos. A

Região Centro-Oeste propôs muitas vezes aumentar a alíquota do ICMS da carne para 7%, mantendo-a firme, porque precisa dessa arrecadação. Mas São Paulo não concorda. Lá, o ICMS é de 2%. E temos de acompanhar os 2%, caso contrário não vendemos nossa carne. É uma situação de depressão de desenvolvimento. Sabemos que, tirando a região do Vale do Ribeira, o Índice de Concentração de Consumo – ICC é menor. Logicamente não é uma região como Barretos, Ribeirão Preto, Campinas e daí por diante. Então, cria-se uma política, senão os frigoríficos saem de lá também.

Essas são questões que precisam ser adaptadas nessa região. Minas é rica no Triângulo Mineiro, mas não no Vale do Jequitinhonha, pois lá existe uma depressão. Santa Catarina tem um projeto espetacular: eles corrigem por região e por Município. O Município está em depressão econômica, cria-se uma política para aquele Município.

Portanto, Sr. Relator, Sr. Presidente, sugiro invertermos um pouco o eixo da questão ou, então, abriremos outra linha, a da calibração dos percentuais, dessa condição fiscal, dentro desse sistema misto, para podemos avançar nessa proposta. Ainda dentro da calibração e do caso do ICM temos de nos preocupar com os tributos federais. Existe uma série de impostos, taxas e tributos. Precisariamos dar uma resumida em tudo isso e dizer que esta Comissão acabou com pelo menos uns cinquenta tributos, fez uma reforma, concentrou tributos, enfim, fez alguma coisa nessa direção.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, fico angustiado com isso. Já fui Deputado Federal anteriormente, mas na penúltima eleição não me candidatei para cuidar de filho. Voltei novamente por conta dessas políticas de desenvolvimento que o pessoal pediu que viéssemos ajudar a defender nesta Casa. Num primeiro momento, estava meio contrariado, apesar de ter obtido uma votação maluca. Tenho uma porção de outras coisas para cuidar, mas hoje vejo o quanto é importante estar aqui, pois não poderia estar lá fora assistindo a essa discussão sem participar. Todas as discussões são legítimas. Cada um defende o seu ponto de vista, mas devemos pensar também no eixo de desenvolvimento. O Distrito Federal precisa se desenvolver dentro da Região Centro-Oeste, como as demais regiões.

Trairei esse material na próxima reunião, para que tenhamos uma base um pouco maior de discussão. Entendemos que destino não é o que a Comunidade Européia quer. Ela já revê isso e entende que, na questão brasileira, o sistema misto encontra uma condição de arrecadação melhor e mais justa também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Gostaria de registrar que, nos últimos anos, perdemos quase todos os frigoríficos em São Paulo, Deputado Sandro Mabel, por conta da guerra fiscal, particularmente de Estados do Centro-Oeste. Essa modulação foi necessária para que a perda não fosse tão extraordinariamente maléfica para as finanças públicas de São Paulo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sem dúvida, só que a terra de São Paulo não é para criar boi. Terra para criar boi é a de Goiás. Há problemas nas estradas, que estão muito esburacadas. Há que se matar o boi e transportar a carga e não o boi em pé. Devemos pensar nesses ajustes, senão como desenvolver o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Como hoje é quinta-feira e as circunstâncias são mais apertadas, proponho à Mesa que controle o tempo de cinco minutos propostos inicialmente. Do contrário, nem todos poderão falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tentaremos acolher a sugestão do Deputado Fernando Gabeira. Faltam apenas dois Deputados para fazerem uso da palavra. Depois será a vez de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu sairei às 12h30m.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito provavelmente todos os que estão presentes terão oportunidade de se manifestar. Tentarei controlar o tempo, mas é difícil. Compreenda a posição da Mesa. É difícil cercear a exposição de um companheiro entusiasmado na defesa de seu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Proponho que a Mesa avise quando estiver faltando um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Farei isso, Deputado Fernando Gabeira.

Deputado Sandro Mabel, fiquei impressionado com alguns dados que V.Exa. acaba de mencionar em seu depoimento. Há cerca de quatro anos, estive em Paris, conversando com o Secretário da Receita Federal de lá a respeito do sistema origem/destino. Na ocasião, a informação que tive é que o sistema de lá estava funcionando normalmente. Não quero dizer que seja impossível ter havido evolução negativa em relação a isso. O Relator deve ir à Comunidade Econômica Européia para se situar melhor em relação a esse

problema, principalmente agora que a guerra terminou e o mundo está mais pacificado. (*Risos.*)

O Prof. Ives Gandra, por quem tenho o maior respeito, já que é um estudioso dessa matéria como talvez ninguém no País, disse que o sistema funciona entre países, mas pode não funcionar entre Estados. Existe hoje o cruzamento dessas informações. O Estado está informatizado, mas acho válida também a observação que V.Exa. fez em relação à proposta de alterar as alíquotas interestaduais e dar uma compensação maior aos Estados consumidores.

O Relator está anotando tudo isso, porque é S.Exa. quem vai construir de fato essa proposta. Como mencionou o Deputado Antonio Cambraia, não estamos trabalhando em cima de um texto já efetivo, até porque não sei se virá ou não. Até agora, não veio. Pode ser que nem venha também. Estamos aguardando. O único órgão que não teve conhecimento desse texto é a Comissão designada para esse fim. Enquanto estivermos sem esse texto, Deputado Antonio Cambraia, temos de raciocinar sobre hipóteses, discutindo o sexo dos anjos, mas no final contribuirá, tenho certeza, para a elaboração desse texto final. O Governo anuncia que encaminhará essa reforma o mais rapidamente possível, já determinou um período para isso e disse que o fará neste mês ainda.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – A Comissão deverá se reunir para tratar da questão do texto. Tenho um medo muito grande de que vire uma PEC 53. Basta uma desconstitucionalização de toda essa matéria tributária. Esse é o texto que deve vir para depois ser discutido em lei complementar. Temos trabalhado nessa PEC há muitos anos. Creio que encostaremos o texto do Governo para trabalhar em cima do nosso mesmo, pode ter certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tenho minhas dúvidas de que possa vir a ser aprovada. Os Governadores dificilmente aceitariam mudanças no ICMS, como se propõe. Talvez esse tributo venha a provocar maiores discussões sem garantias constitucionais que lhe possam assegurar a autonomia financeira e administrativa que pretendem continuar tendo. Já começamos a notar uma certa resistência exatamente porque Governador nenhum quer trocar um *quorum* de três quintos para um de maioria absoluta.

Com a palavra o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, há vinte anos os brasileiros esperam a retomada do desenvol-

vimento. Esse período foi muito rico de intervenções do Governo na sociedade brasileira: planos, pacotes, medidas provisórias, mudança de moeda, uma desarrumação extraordinária. Ao longo desse período, foram criadas algumas equações tributárias, alguns impostos provisórios viraram permanentes, a carga tributária foi-se acumulando e chegamos ao patamar que estamos hoje, praticamente insuportável. Fala-se muito em sistema tributário. Quero muito chegar a um padrão tributário, que não temos – o que temos é um manicômio tributário, um Bebê de Rosemary, construído ao longo de vinte anos.

Fiquei muito motivado com o café da manhã com o Ministro Palocci, até porque me surpreendeu a visão pragmática de S.Exa. quando desmistifica algumas palavras de ordem que precisamos começar a rever, como sonegação e elisão fiscal. O próprio Ministro Palocci, experiente Parlamentar, que participou dos estudos tributários e foi Prefeito de uma importante cidade do Brasil, fala que muitas vezes a elisão ou a sonegação são fruto da necessidade que o empresário tem de tentar sobreviver a esse peso, a essa carga tributária que se vem agigantando no Brasil.

Por outro lado, dados do SEBRAE indicam cerca de quatro milhões e meio de micro, pequenas e médias empresas, que acabaram, ao longo desses vinte anos, elegendo muitos Deputados, Governadores, Prefeitos e até Presidente da República, que as usaram como bandeira de luta, de conquista. Diferentemente disso, essas empresas são hoje beneficiadas, privilegiadas ou distinguidas quase como um processo de recuperação de alguns males feitos. Hoje, em vez de se buscar que essas empresas sejam um fator de desenvolvimento, está-se criando mecanismos para que elas se mantenham pelo menos vivas, já que a motilidade dessas empresas, segundo dados do próprio SEBRAE, é de um a dois anos, exatamente porque muitos sonhadores criam empresas, mas, quando caem nas armadilhas dos tributos ou do sistema financeiro, não prosperam.

Sr. Presidente, esta Casa é de douto saber. Esta Comissão é composta de especialistas, pessoas maduras, experientes. Há aqui muitos ex-Governadores, ex-Prefeitos, Secretários Municipais, Estaduais, Fiscais da Receita Federal. São pessoas que têm profundo conhecimento sobre o sistema fiscal, mas, *data venia*, quero me lembrar desses milhares de pequenos e microempresários do Brasil que, muitas vezes – e V.Exa. sabe disso, Sr. Presidente – , recebem a visita de um fiscal, que vem num carro da fiscalização, com motorista e um militar do lado, e são constrangidos por esse manicômio tributário, que vem com a sirene ligada, tentando constrangê-los ou mesmo coagi-los por ações fiscais muito fortes.

Muitas vezes, discutimos sobre o imposto no destino ou na fonte. Alguns Estados estão testando o que chamam de substituição tributária. Essa experiência, de alguma forma, tem contribuído para equacionar o problema da elisão e da sonegação. Alguns Estados avançam de maneira acelerada nessa direção.

Não seria prudente e inteligente – concordo com o Deputado Feldman discutirmos, primeiro, o tamanho do Estado que queremos? Deveríamos fazer uma profunda reforma administrativa. A partir daí, saber que tamanho de receita precisamos para administrar esse Estado.

O Estado a cada dia é mais perdulário, e estamos aqui a cada dia aumentando mais os impostos. Até o projeto do novo Governo, que é de geração de emprego para combater a fome, fica comprometido. As empresas já não suportam mais a carga tributária que existe no Brasil. E aí ficamos discutindo, no Congresso Nacional, o REFIS, que uns acham que é benefício para quem atrasou, outros que é malefício para quem pagou em dia. Essa discussão é fruto exatamente de vinte anos de desarrumação, de multas, juros, correções, inadimplências, uma série de fatores que desarrumaram a economia nacional. Dizem até que na MP 107, que votaremos na terça-feira, está embutida um aumento. É o que se está analisando.

Sr. Presidente, proponho discutir a respeito da adequação da distribuição de renda, dos equilíbrios regionais, ou seja, voltemos a discutir a proposta sobre o imposto federal. Trabalhem na direção do imposto na fonte. Vamos tirar milhares e milhares de fiscais, de carros, de burocracia de cima dos empresários do Brasil e deixar a turma trabalhar em paz para produzir. Será muito mais fácil. Haverá muito menos empresas fornecedoras. Por que não pegar esses impostos e deixar o varejo trabalhar em paz? Há milhares e milhares de empresas no Brasil.

O Congresso Nacional não pode se tornar a caixinha da maldade. Toda vez que se reúne há uma expectativa do setor produtivo de que existirá um alívio tributário, uma equação tributária. Aí vem a tal derrama, como vem acontecendo ao longo dos vinte anos.

Proponho a discussão um pouco mais aprofundada sobre origem e destino. Defendo a tese de que é muito mais fácil e barato tirar o peso burocrático, milhares de fiscais, carros, um monte de postos de fiscalização, uma pressão violenta e trabalhar na direção de que os impostos devam ser cobrados na fonte, na origem.

Esta é a minha proposta para aquecer um pouco o trabalho dentro do foco que V.Exa. propôs no começo do debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Gerson Gabrielli.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, nesses anos todos temos trabalhado com orçamento, receita, despesa.

Quando falamos em reforma do Estado, reforma fiscal, que compreende os dois lados, arrecadação e despesa, para mim, está muito claro, Deputado Fernando Gabeira, que será muito difícil desmontar hoje o nó que criamos na parte da despesa. Havia grande chance de fazer isso no Plano Real, quando a folha era baixa. Colocamos 60% na Lei Rita Camata; briguei por 50%; o Relator, Deputado José Serra, fechou com a Deputada Rita Camata em 60%. Não me conformei e apresentei emenda constitucional para 50%. Depois veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu alguns critérios. Já admitimos que, de partida, 60% do que se arrecada é para a folha.

Então, quando se fala em reformar o Estado, tem-se de pensar que hoje, com a Previdência – estamos com 36% de arrecadação do PIB, seguramente se dispõe de 20%, 21% para pagar a folha da União, Estados, Municípios e Previdência. Não há poupança, sobra para investimento. Hoje, o investimento no Brasil, no setor público, só é produzido às custas da rolagem da dívida. Com o tamanho do Orçamento da União, dispor-se de 10 bilhões por ano para investir é uma demonstração de que o setor público faliu há muitos anos. Num país desse tamanho, faz-se investimento com alavancagem de financiamento.

No lado da receita, o sistema é pior ainda, tão grave quanto na linha do manicômio tributário. Criamos um caos no setor público. Produzimos serviços que não são bons, não são adequados e não são completos. Por exemplo, fazemos educação de meia-sola. No Brasil, creche, pré-escola, 1º, 2º e 3º graus atendem parte da população e parte do tempo. Nos Estados Unidos, Europa e Japão, a criança fica o dia inteiro na escola. Se estiver em creche, pré-escola e 1º grau – até 14 anos, até onde der – , a criança fica na escola. Aqui, mal agüentamos meio período. Essa é a verdade. Veio o Bolsa-Escola; agora vem a ação de combate à fome; orelha de jegue. Orelha de jegue é o que se usava nas empresas que fecham o círculo. Em vez de pagar o salário, dá-se vale à pessoa para ir ao supermercado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sistema é iníquo e injusto. O ICMS não presta. Esse imposto vagabundo destruiu a economia brasileira. Ele pune o trabalhador de duas maneiras: no emprego e no poder

de compra. Hoje, no Brasil, incentivo fiscal, sonegação, elisão e corrupção chegam a 100 bilhões de reais por ano. O País arrecadou 104 bilhões e outros 100 bilhões estão perdidos por aí. É o mais canalha dos impostos que há no Brasil. Da forma que é cobrado, é o pior, o mais canalha do mundo. Para mim, esse imposto não tem conserto. Estou exagerando para ver se chegamos ao ponto desejado.

A Europa usa o valor agregado, mas o povo que lá vive há 2 ou 3 mil anos pertence a grupos étnicos. Nós somos um povo formado por europeus, asiáticos, africanos, ou seja, uma miscigenação, uma síntese do mundo, com diferenças culturais imensas.

O Imposto sobre Valor Agregado é para europeu, tanto que a América do Norte, muito mais sabida que nós – e nós é que somos inteligentes, temos os melhores modelos, queremos ser um misto do europeu com sul-americano, mas não conseguimos chegar lá, não tem o Imposto sobre Valor Agregado. É óbvio! Uma federação não tem acerto. Lá há interesses de, mais ou menos, cinquenta Estados e 27 aqui. O total do ICMS dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina chega a 71,5% de arrecadação.

Trabalhamos na Assembléia Nacional Constituinte, regulando o ICMS com o Fundo de Participação. Deixamos São Paulo com 1% do Fundo para a compensação poder ser trabalhada. Trabalhamos mais: mantivemos a monstruosidade da interestadual: 12% entre Sul e Sudeste e 7% para o Nordeste.

Li estudos sobre a Região Nordeste em dois aspectos: primeiro, que as políticas e incentivos fiscais de efeito locacional foram todos frustrados no Nordeste – isso pela SUDENE. Lembro-me muito bem da Sra. Tânia, que foi Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco na gestão do ex-Governador Miguel Arraes. Lembro-me até hoje dos estudos que S.Sa. trazia ao CONFAZ. Por outro lado, também já ouvi que o ICMS de 7% para o Nordeste também desincentiva a industrialização e o desenvolvimento.

Ontem, encontrei o Sr. Ponte e disse-lhe que estava trabalhando parte dos seus dados. Ele disse-me que também iria fazer o mesmo. Sempre defendi o imposto seletivo. Parece-me que vamos mudar esse imposto seletivo para os Estados, na sua origem.

O Deputado Gerson Gabrielli abordou o imposto seletivo: 60% dos 104 bilhões são de energia, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas e veículos. Coloca-se mais um, dois ou três itens e carrega-se na alíquota. Vamos falar dos 100% da arrecadação na origem. Não haverá nota fiscal ou paralela e vai-se controlar o fisco estadual. Pode-se transformar numa entidade nacional com quotas dos Estados. Faz-se

uma entidade só. Não tivemos capacidade para fazer isso? Portanto, resolve-se a equação do consumo. É óbvio!

Por que o sistema se transformou nesse caos de hoje? Quando veio o texto constitucional, assunto a que já me referi, os Estados e Municípios ficaram com 47% do Imposto de Renda. A União não faz nenhuma força para ampliar a base, para melhorar o Imposto de Renda, porque ela tem de dar 47% aos Estados e Municípios. O imposto que é usado nos Estados Unidos e na Europa, o maior imposto em arrecadação, aqui é subutilizado, porque há o problema constitucional da partilha. Será que não temos capacidade de resolver isso? Tudo bem, ou calibramos no valor agregado a parte do Imposto de Renda federal ou distinguimos uma parte. Fazemos o fundo e compensamos.

Vejo um Deputado falando sobre impostos de uma determinada região. Vamos falar sobre a Amazônia: o Amazonas também é contra o destino de 1 bilhão e 950 milhões, que é 1,86%. Vai-se prejudicar o raciocínio de um sistema melhor porque há três, quatro problemas no País?

Hoje, na minha cabeça, passa-se o seguinte: quanto ao IPI, nunca deveria ter existido um imposto federal dessa natureza. Ele tributa máquinas e equipamentos. O ICM também. Resolvemos, através da Lei Kandir, da qual tive a honra de ser o Relator, desonerar máquinas e equipamentos. Os Governadores disseram que seria aproveitado o crédito das máquinas e equipamentos, mas em 48 meses. Isso é custo para montar uma indústria, um estabelecimento. Conspiramos contra nós mesmos quanto ao desenvolvimento. Se tirarmos toda essa carga do setor produtivo, principalmente do ativo fixo das empresas, o sistema torna-se mais simples. O que acontecerá? Não falo da Previdência nem da reforma trabalhista. Refiro-me à reforma tributária, que, para mim, representa dois terços do problema. Dois terços do problema do desenvolvimento brasileiro estão ligados à tributação. Pode-se conciliar a Previdência na arrecadação global. Não falo que há discussão sobre funcionário público. A discussão a respeito do cálculo atuarial, para mim, é óbvia. Se não quer dar, deve pagar. Deve-se manter o privilégio e pagar, como estamos fazendo até hoje. Se quiser fazer cálculo atuarial, tem de mudar. Se não quiser, se quer fazer concessão, tira dinheiro do pobre para dar àquele que tem melhor condição no setor público.

O Brasil tem uma das maiores elites públicas do mundo. Nos Estados também há elite de funcionários públicos. Todas elas engoliram o Estado. Em pleno Plano Real, a folha de pagamento saltou de 18 bilhões e 94 milhões de reais para 76 bilhões de reais. No entanto, não houve aumento geral para o fun-

cionalismo. O Governo passou o primeiro mico ao dar aumento esta semana. Fernando Henrique Cardoso pagou mico durante oito anos, mas sua folha cresceu mais de 200%. As categorias de funcionários públicos engoliram o Estado. Isso ocorreu nos Governos Estaduais e Municipais. São poderosas, fortes e ficam o dia inteiro atrás do Governador, do Presidente da República e do Ministro. Conseguiram todas as mudanças que queriam.

Eu extinguiria o IPI, a COFINS, o PIS, a CPMF, o ISS, o ICMS e ficaria com o valor agregado. Talvez se possa colocar valor agregado no Estado e na União, além de Imposto de Renda. Propriedade, importação, exportação e contribuição previdenciária seriam menores. Se houver necessidade de complementação de receita, deve-se carregar no Imposto de Renda e no seletivo.

Há muitos anos, desde o Paraná, venho defendendo destino, mesmo perdendo. Cheguei a propor no Senado que as alíquotas fossem reduzidas 1% ao ano até zerar. De 12% para 11%, 10%, 9%. A de 7% para 6%, 5%. Não entenderam a proposta e gerou-se confusão. Só no combustível, no ano passado, já deu 28 bilhões de reais. Ainda existem 4 bilhões de sonegação no ICMS. É preciso ser regulamentado, mas não fizemos isso até agora.

O Deputado Mussa Demes ainda não fez sua palestra. O Ponte deve expor os estudos que fez a respeito dos grandes números. Não há necessidade de audiência pública. Devemos discutir com um grupo que se interesse pelo assunto. Se quiser, também poderemos fazer audiência com o Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Luiz Carlos Hauly tem uma grande virtude: não tem preconceito contra nada. Já mudou de opinião a respeito dessa matéria em diversas ocasiões. E faz isso publicamente, com a franqueza que lhe é característica.

Ouvido o Relator, solicito ao Deputado Luiz Carlos Hauly que se aprofunde nesse estudo. Deve colocar numa planilha a receita potencial com essa proposta, que se aproxima, de certo modo, daquela do ex-Deputado Luiz Roberto Ponte, que apresenta uma série de questionamentos, mas é possivelmente viável, desde que ajustada.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Trata-se de evolução de minha parte. Realmente, defendi por muitos anos o modelo clássico. Defendi o destino e continuo defendendo-o, na ausência dessa proposta. Ajudei a construir o modelo que o Deputado Mussa Demes relatou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A proposta apresentada, pelo que entendi, é o seletivo, o Imposto de Renda e os regulatórios. É o modelo simplificado. Para arrecadar, o seletivo e o Imposto de Renda. Os regulatórios são para importação, exportação etc. Ah, sim, e os de propriedade e os municipais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, tentarei ser bastante sintético. Em primeiro lugar, porque é uma reunião de especialistas. Então, darei um refresco de cinco minutos, falando do horizonte de um novo especialista. Em segundo lugar, porque estou falando diante do meu guru neste tema, que é o Presidente, a quem consultei várias vezes ao longo desse processo.

A primeira questão é de ordem política. Concordo com o Deputado Walter Feldman. Tenho falado muito sobre isso no Brasil: não devemos banalizar a expressão “guerra”. Neste momento, controla o mundo, de certa maneira, um grupo do Pentágono, para quem a banalização dessa expressão interessa muito. O Brasil criou o *slogan*: “*A nossa guerra é contra a fome*”. Imediatamente depois, a embaixadora americana, no jornal *Folha de S.Paulo*, escreveu um artigo dizendo o seguinte: “*Essa guerra nós apoiamos. Vocês têm a sua guerra, nós temos a nossa, os outros têm as deles*”. Quer dizer, a guerra é uma banalidade, uma contingência da realidade. Não é isso! O espírito humano pode acabar com a guerra. Existe essa possibilidade no horizonte. E nós devemos contribuir para isso.

Sobre a discussão destino e origem, embora minha tendência seja tentar entender o que há por trás disso, quer dizer, retirar do âmbito da geografia e entrar no âmbito da economia mesmo, vejo que também podíamos discutir a questão da relação produção e consumo. As expressões “destino” e “origem” envolvem muito também a questão produção e consumo. É claro que esse não é o único critério. Eu mesmo sou um defensor de privilegiar certas regiões que não se desenvolvem porque protegem o meio ambiente e uma série de coisas que já foram mencionadas aqui.

Com relação à questão do incentivo fiscal, tenho trabalhado num projeto visando a um incentivo no campo do turismo. Tenho tido uma dificuldade muito grande em quantificar o que significa de retorno cada real renunciado em imposto. Não sei se é ignorância da minha parte, não sei se todos partiram dela, mas eu aconselhava esta Comissão, para avançar um pouco nesse debate, a fazer um levantamento dos estudos que apresentem claramente isso. O Deputado Paulo Rubens levantou essa questão aqui. Ele duvida se o incentivo é realmente interessante.

Por outro lado, o Deputado Sandro, acha que sim, que ele é interessante, sem o qual não haveria desenvolvimento, e que é melhor ter 20% de determinada produção do que zero. Dever-se-ia reduzir todos os preços ao mínimo, porque é melhor vender a mercadoria pelo mínimo. Do contrário, não se venderia por um preço alto. Quer dizer, essa questão é uma lacuna nesta Comissão. Apesar de tantos especialistas, não vi nenhum estudo que desse a visão de que o incentivo interessa ou não do ponto de vista econômico ou se ele é um avanço ou não. Portanto, esse é um ponto que precisa ser esclarecido no futuro.

Há também uma questão nessa luta fiscal entre Estados. Necessariamente, o Governo central disporá da possibilidade de incentivar. Como o próprio Deputado Eduardo mencionou, seria interessante ou possível eticamente que o Governo Federal tivesse o poder de conceder incentivo e retirasse o poder dos Estados da Federação? A única maneira de legitimar esse fato seria por intermédio de planos e projetos de desenvolvimento regional. Quer dizer, seria necessário que o Governo replanejasse, voltasse ao País a perspectiva de planejamento, perdida durante algum tempo. Pode ser que essa luta fiscal tenha surgido também por essa inexistência de planejamento que pudesse, de certa maneira, contemplar o desenvolvimento das regiões.

Existe um aspecto que também considero importante e fundamental – transversal à nossa discussão, mas ninguém toca diretamente, como o Deputado Luiz Carlos Hauly já abordou – quanto às despesas do Governo. Vivi na Suécia, país onde a carga de imposto era muito grande, sobretudo o Imposto de Renda – eu, particularmente, pagava 45% –, mas ninguém reclamava tanto da carga de imposto. A maioria se sentia mais ou menos contemplada pela devolução dos serviços e pela maneira como o Estado conduzia os gastos. Vejo barbaridades.

Venho de uma região onde houve recentemente um desastre ecológico de grandes dimensões. Trata-se de Campos, que recebe 500 milhões de reais de *royalties* do petróleo, já estipulados na lei, que deveriam ser, por antiga lei de Nelson Carneiro, utilizados dessa ou daquela maneira. Eles gastam dinheiro com time de vôlei e *shows*, mas, quando há uma crise, não conseguem resolver o problema da água porque não há dinheiro para fazer uma alternativa de captação no Rio Muriaé. Essa questão enfraquece muito qualquer sistema tributário.

Se não houver transparência, será um processo de sonegação. Isso é muito importante. Daí a necessidade de tentarmos articular, cada vez mais, um plano de reforma tributária com projetos de orçamentos par-

ticipativos. Se não tivermos a perspectiva, na própria visão da reforma tributária, de que o melhor combate à sonegação é a transparência, continuaremos remando com dificuldades.

Finalmente, sobre essa questão muito rígida de destino e origem, não tenho condições técnicas de responder, embora penda para o destino. Por uma questão até de sabedoria na área sentimental, toda vez que perguntamos usando os termos ou “ele” ou “eu” é sempre ele. Então, prefiro não ter respostas muito rígidas. É melhor, talvez, trabalharmos num sistema que tenha alguma flexibilidade, que tem de haver também no processo de distribuição. Tenho dito que não podemos, da mesma forma, pensar na redistribuição com critérios puramente populacionais. Há regiões que não se desenvolvem porque têm de defender mananciais e uma propriedade coletiva do meio ambiente. A experiência do imposto, do ICM verde, no Paraná, que está sendo realizada agora no Tocantins, foi extremamente vitoriosa.

Sugeri à Comissão que encarasse também essa experiência, sobretudo a que está sendo realizada agora no Tocantins, inspirada no Paraná.

São estas as minhas pequenas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Fernando Gabeira, V.Exa. é um Deputado muito competente e experiente. No passado, na Comissão anterior, pessoas como V.Exa. chegaram aqui até intimidadas, imaginando serem pouco preparadas para uma discussão desse nível. Tenho certeza de que V.Exa., a exemplo de muitos outros, sairá daqui formando um juízo perfeito a respeito de todas essas matérias, inclusive sobre o sistema origem/destino.

O ex-Deputado Antonio Palloci, que foi Vice-Presidente desta Comissão, talvez soubesse muito menos sobre isso do que V.Exa. e saiu daqui para ser Ministro da Fazenda, o que, de qualquer maneira, para nós, é realmente muito honroso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Com a convivência com V.Exa., sei que vou aprender, mas o destino do ex-Deputado Antonio Palloci eu não quero, porque não tenho habilidade específica para o poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Talvez não tenha apetência, mas habilidade eu sei que tem.

Existem ainda duas inscrições: a do Deputado Paulo Afonso e a do Deputado Gonzaga Mota. Como tenho um compromisso às 13h, peço ao Deputado Walter Feldman que assuma esta Presidência, uma vez que S.Exa. tem experiência no assunto, Presidente que foi da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Afonso, que dispõe de quatro minutos regimentais.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, como sou novo na Casa, a obediência ao tempo faz parte da lógica dos nossos trabalhos e deve ser implementada desde o primeiro instante, não que pretenda me alongar nas minhas exposições, mas não me parece correto que os primeiros participantes se manifestem sem limite de tempo e depois haja restrição aos seguintes. Creio que haverá um tratamento desigual. Parece-me que devemos, nas próximas reuniões, estabelecer o limite de tempo efetivo, até para que as mesmas não se alonguem em demasia como acabam acontecendo.

Esta Comissão propõe-se a tratar da reforma tributária. Também haverá as reformas previdenciária, política, trabalhista, judiciária e outras. Quando tratamos da palavra reforma, há o pressuposto de que são transformações mais abrangentes, mais profundas de uma estrutura e de uma realidade que temos.

Eu me integrei a esta Comissão na área da reforma tributária, assunto que penso conhecer um pouco, até com bastante empolgação, porque a vi como um instrumento e num momento da realidade política que o Brasil está vivendo. A cada dia que passa, perco essa empolgação, porque me parece que estamos caminhando em outro sentido. Também a nossa Comissão parece que se contagia um pouco com isso.

Hoje, abordaram muito, novamente, o assunto da guerra fiscal. Não entrarei nessa discussão, porque já manifestei a minha opinião na última reunião. Quero discordar frontalmente que discutamos reforma tributária tendo como eixo a guerra fiscal. Esse é um equívoco em que esta Comissão não pode cair e é, na verdade, o equívoco dos burocratas da República que parece contagiar também os próceres, as autoridades petistas que assumiram suas posições recentemente.

Temos mil razões para tratar de reforma tributária. Talvez uma delas possa ser não a guerra fiscal, mas os incentivos que Estados e Municípios dão a determinadas atividades. Agora, não podemos imaginar que a reforma tributária seja feita em função de guerra fiscal. Então, não haverá reforma tributária. Simplesmente, teremos alguns paliativos no ICMS.

Eu gostaria que discutíssemos efetivamente a fusão dos impostos, a questão do Imposto de Renda. Não é possível que, num país como o Brasil, o Imposto de Renda tenha tão pouco significado ainda no nosso bolo de arrecadação, discussão essa que passa ao largo. Há uma complexidade tributária que não esta-

mos discutindo. Assim, caímos na questão da guerra fiscal. Ao que tudo indica, meu caro Relator, e lamento profundamente, receberemos, dentro em breve, uma proposta do Poder Executivo que nada mais é do que um ajuste para que os Estados não tenham mais a autonomia que hoje têm para tratar desses assuntos.

Quero repetir: isso vem do vício da burocracia de Brasília, que vê nos Estados e Municípios os males deste País, o que não é verdadeiro. Aliás, no mesmo aspecto da Lei de Responsabilidade Fiscal, como se as mazelas, os desvios, o mau uso de dinheiro estivessem lá na pequena cidade ou mesmo nos Estados e não nos grandes investimentos da República, com valores e utilidades questionáveis, cujo cálculo de 10% a 15% de uma dessas grandes obras corresponde ao Orçamento de centenas de Prefeituras durante muito tempo. Mas, como é fácil sempre apontar para Prefeitos e Governadores, passa-se ao largo a problemática nacional.

Lembro também, embora seja um assunto lateral, que Estados e Municípios tiveram de se adaptar às novas realidades financeiras e promoveram os ajustes a duras penas. Ao longo dos anos, a União teve de criar novos tributos, como a CPMF, de emitir títulos etc. Mesmo assim, Estados e Municípios continuam sendo os vilões da história.

Quero pedir, muito objetivamente, que afastemos do eixo da reforma tributária a tal guerra fiscal. Estamos numa oportunidade ímpar de realizar as reformas de que o Brasil precisa. O Presidente Lula possui respaldo popular oriundo das urnas das eleições do ano passado. Portanto, o PT tem credencial para tratar de determinados assuntos mais delicados. Quem mais que o PT pode mexer na história do funcionário público? O PT pode fazer isso. Afinal de contas, desculpem-me a sinceridade, protegeu os benefícios e as estruturas do funcionalismo público durante esses anos todos. Nada mais justo que, com nossa ajuda, desfaça o que fez durante esse período. Este é o momento. Ninguém mais tem condições de mudar tais questões. Quem pode tratar, até com mais credibilidade e legitimidade, da reforma da Previdência senão o próprio PT, com a ajuda de todos nós? É um momento ímpar.

É o apelo que faço para que não percamos esta oportunidade histórica. Espero que aquilo que se prenuncia da reforma tributária, tão tímida e restrita, apenas para tratar da tal guerra fiscal, não seja, Deputado Virgílio Guimarães, a regra das reformas previdenciária, trabalhista e política. Não acredito que nos próximos anos tenhamos momento tão favorável, do ponto de vista da realidade nacional, da legitimidade e credibilidade política de um governante, como o que estamos tendo agora. É verdadeiro também – é mais ou menos

o que acontece – que daqui a algum tempo, até pelas próprias nuances de governo, a força advinda das urnas dos primeiros instantes se arrefeça. Por mais popular que o Presidente seja, por mais oportunidade de reeleição que tenha – é o caso do Presidente Fernando Henrique – a força das transformações se arrefece.

Para concluir, gostaria de dizer que, nas próximas reuniões que tivermos, tão produtivas como esta, do ponto de vista de manifestação individual, espero que ampliemos as discussões sobre o Imposto de Renda, a fusão do ICMS, IPI, ISS como Imposto Único de Circulação e Produção, com objetivo de simplificar a estrutura tributária, a fusão dos impostos patrimoniais. Estes são aspectos mais importantes até do que discutir origem, destino, que não é fundamental neste momento. Não me parece que isso seja crucial.

Eram estas as minhas manifestações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Está inscrito para falar o Deputado José Militão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de dizer que esta é a primeira reunião de que estou participando. Fico muito feliz pelo alto nível aqui demonstrado pelos colegas. Há alguma discordância, que faz parte do processo e é importante para o Sr. Relator firmar seu ponto de vista. Digo, com toda certeza, que recebi verdadeiras aulas hoje de manhã.

Sempre me referi a essa reforma tributária, nos anos que exerci o mandato de Deputado Federal, como uma reforma ímpar, por dois pontos: sua importância e que só poderá ser feita em ano ímpar, devido a razões eleitorais nos anos pares. Em ano par não é possível realizá-la. Em 1995, eu dizia ao então Ministro Fernando Henrique, quando do Plano Real, do qual fui Relator, que era importante fazer a reforma tributária também em 1994, mas S.Exa. levantou o problema do ano par, a exemplo do que fez o Presidente Lula, que ponderou, na semana passada, a necessidade de se fazer no ano ímpar. Há perfeita sintonia entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Lula no tocante aos anos par e ímpar. Em relação ao ano ímpar, acho importante que seja votado agora. Caso contrário, meu caro Relator, só em 2005, porque em 2004 e em 2006 não haverá possibilidade.

Em 1995, alguns Deputados devem estar lembrados porque participaram da Comissão, fui Presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Em 1994, houve o Plano Real; em 1995, nova Legislatura. Assumi a Presidência da Comissão logo no primeiro ano e criei a Subcomissão de Reforma Tributária, formada por

peças inteligentes, como Luiz Carlos Hauly, Mussa Demes, Pedro Novaes, Celso Daniel, Conceição Tavares, Luiz Gushiken, Roberto Campos, Delfim Neto, Francisco Dornelles, Ponte, Germano Rigotto, que trabalharam intensamente durante uns seis meses. Ao final da Subcomissão, foi feito o relatório, não diria consensual, no qual o Relator mostrou tendências distintas e diversas. Em seguida, houve o relatório do Deputado Germano Rigotto. O último relatório apresentado foi o do Deputado Mussa Demes.

Sr. Presidente e Sr. Relator, gostaria de fazer uma sugestão sobre a qual comentei com o Deputado Luiz Carlos Hauly há pouco. Li atentamente o relatório do Deputado Mussa Demes e conversei com S.Exa. durante a elaboração do relatório. Considero S.Exa. uma das pessoas que mais conhecem o problema tributário no Brasil, apesar de sua humildade.

Esta é a primeira reunião da qual participo. Ao ler a pauta, percebi que há uma série de requerimentos convocando “a” e “b”, pessoas importantíssimas para nós.

O Deputado Antonio Cambraia disse-me que o relatório do Deputado Mussa Demes havia sido distribuído. Distribuir é uma coisa. Nossa vida é muito atribulada. Participamos de reuniões e de sessões, viajamos muito e não temos tempo de ler. O Ministro Tarso Genro está sendo convocado para a próxima semana. Perguntaria se seria possível convidar o Presidente Mussa Demes para uma audiência pública conosco. Quando S.Exa. está na Presidência fica limitado, não pode sequer votar, a não ser que haja empate. Quem leu o relatório e entendeu, tudo bem, mas acho que nem todo mundo entendeu tudo, como eu. Seria importante nos reunirmos antes mesmos dessas pessoas convocadas. Aqueles que já estão agendados continuam, mas deveríamos convidar o Deputado Mussa Demes para uma audiência pública. O Deputado Walter Feldman assumiria e S.Exa. poderia expor para nós o que pensa, o que consta do Relatório que foi distribuído. Esta é uma sugestão que valeria a pena, a meu juízo, mas não sei qual a opinião dos demais Srs. Deputados.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu disse que tive verdadeiras aulas aqui, pois ouvimos pessoas do mais alto nível, mostrando conhecimento em várias áreas, dentro do sistema tributário, mas é bom não nos esquecermos dos macroobjetivos. Alguém aqui falou, *en passant*, de alguns, tais como emprego, distribuição de renda, desoneração das importações e investimentos, redução das desigualdades etc. Devemos sempre de ter em mente esses macroobjetivos.

Tenho a impressão de que, se chegarmos a realizar essa audiência pública com o Presidente Mussa Demes, muita coisa poderá ser esclarecida.

Agradeço a atenção e reitero a V.Exa. o pedido de que analise a possibilidade da realização dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Antes de encerrarmos, tendo em vista que a lista de oradores está encerrada, concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente *ad hoc*, Deputado Walter Feldman.

Em primeiro lugar, faço uma consideração que até pode responder ao Deputado Eduardo Paes. O Presidente da Comissão não está presente no momento, mas S.Exa. já me havia dito que tinha tido a idéia de organizar melhor a Comissão. Parece-me que numa próxima reunião S.Exa. vai sugerir a eleição de alguns Vice-Presidentes. Portanto, já é bom irmos pensando nisso.

Vou lembrar para quem estava presente e informar para quem chegou depois que o Deputado Eduardo Paes sugeriu que houvesse maior número de pessoas representativas que pudessem ajudar a conduzir a Comissão, a elaboração de relatórios etc. Então, o Presidente Mussa Demes já me havia dito que seguiria o critério das Comissões Permanentes, depois de consultar o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha. Parece que a idéia seria ter um Vice-Presidente do mesmo partido, que é o critério usual, e, na seqüência, pela representação dos partidos, proporcionalmente.

Eu já havia convidado o Deputado José Mentor para ser meu adjunto, até porque nós nos completamos, já que eu sou economista e S.Exa. é jurista. Pensei, então, em utilizar o mesmo critério: ir chamando os partidos na seqüência para ampliar. Parece-me que seria o PPB e o PTB. Os Vice-Presidentes seriam eleitos e o adjunto seria convidado. É evidente que isso seria colocado em discussão. Tenho certeza de que tal procedimento será muito útil, não podendo, porém, significar a perda da importância da Comissão como um todo.

Mesmo aceitando a consideração feita pelo Deputado Eduardo Paes e pelo Presidente, com a qual eu concordo, e ampliando também a participação partidária nas Relatorias-Adjuntas, mantenho meu compromisso inicial de valorizar a opinião de cada um e de ser um relator que expresse a opinião do conjunto. O relator pode ser experimental nas idéias, nas proposições, mas no relatório eu quero ser absolutamente coletivo. Esclareço até, para aqueles que não me

conhecem, que sou de Minas Gerais, um Estado que já é inserido no Centro-Oeste, por meio do Triângulo. O sul de Minas hoje já faz parte do Grande ABC, do ponto de vista da planta industrial. O norte de Minas Gerais é Nordeste, até por definição legal. Sou filho de pai sertanejo e de mãe da região metalúrgica. Sou um sertanejo que mora no miolo do setor minerador, metal e mecânico.

Era este o esclarecimento que eu queria dar sobre a sugestão de organização dos debates e dos nossos trabalhos.

Evidentemente estamos aqui nos organizando, nos conhecendo melhor. Nosso ponto de partida é o relatório passado e também a experiência política passada. Esta Comissão vai poder trabalhar com a vantagem de ter bom acervo de debates. A maioria dos companheiros já fizeram parte da Comissão, e os que não fizeram já vieram muito preparados – até mesmo o Deputado Fernando Gabeira, que sempre se proclamou leigo, conhece muito bem a respeito de imposto verde, está bem preparado, já montou um núcleo dentro da nossa Comissão. Tudo isso vai-nos ajudar a ter resultado ainda neste ano.

O grande desafio é, ainda em 2003, termos a reforma tributária, na sua parte constitucional, votada no primeiro semestre e, na parte infraconstitucional, discutida no segundo semestre, mesmo que alguma questão infraconstitucional, que não seja indispensável para regulamentar a parte constitucional, possa ficar para o primeiro semestre do ano que vem.

Esse cronograma pode parecer um pouco arrojado, mas ele tem de ser uma meta. Meta nós podemos cumprir ou não, mas vamos procurar cumprir. Não estamos perdendo tempo. Realizaremos audiências públicas, que são indispensáveis, mas não serão tantas como no passado – parece que foram mais de cem audiência públicas.

A idéia é irmos trabalhando nessa base, começando pelo relatório da Comissão passada. Creio que já poderíamos aprová-lo, depois de uma exposição circunstanciada do mesmo. E vamos aguardar o projeto do Governo, não para aceitarmos, mas porque ele será incorporado, do ponto de vista da tramitação. Já que o Governo vai enviar o projeto, temos de incorporá-lo para levar à votação. Poderíamos votar. O relatório passado está concluído, pronto para ir ao plenário. Tecnicamente, temos condições de levá-lo ao plenário. Nossa Comissão teria legitimidade para apresentar um substitutivo, uma fusão, pois já nos foi delegada a função de trabalhar o projeto que o Governo vai enviar. Mas já estamos trabalhando, já estamos em processo de produção e de acerto de idéias. Quando o projeto do Governo chegar, rapidamente teremos condições

de produzir nosso resultado. Assim, estaríamos revestidos da condição da Comissão que analisa o projeto. Ele será apensado, naturalmente, e nós vamos levar nosso substitutivo ao plenário.

Evidentemente, o substitutivo vai dar formato à reforma. O Ministro Palocci já disse que vai enviar as estruturas gerais. É como se fosse um prédio. S.Exa. vai enviar o esqueleto, mas quem vai fazer as paredes, as divisórias, o piso, a decoração, pintar paredes e distribuir móveis somos nós aqui. E não é tarefa fácil. Já houve quem avisasse: *”Se reservarem para mim só um quarto, um cantinho com divisória, não serve. Precisamos de pelo menos um quarto e sala nesse prédio”*. Outros podem pedir um salão comunitário, como me alerta o Deputado Walter Feldman, com toda razão.

Ainda sobre os novos procedimentos, ficou como atribuição do Relator e do Presidente, cuidar das audiências nos Estados, para não atrapalharmos o cronograma da Comissão. Resolvemos dessa forma para não haver deslocamentos no cronograma da Comissão, para não haver alterações na pauta.

As audiências já estão sendo realizadas, na medida da necessidade. O Relator sentiu necessidade de procurar os Governadores dos Estados onde o impacto da questão origem/destino pode ser maior, independentemente de qualquer iniciativa dos Parlamentares locais, mas sempre em conjunto. Já estivemos com o Governador de São Paulo, e parece-me que já está marcada para amanhã audiência com o Governador de Minas Gerais. Também teremos audiência com o Governador do Mato Grosso, que se tem posicionado de maneira muito enfática. Foi até o próprio Governador de São Paulo que nos lembrou da importância dessa discussão, já que se levantou um montante. Parece-me que será no dia 14.

Estamos fazendo tudo isso em conjunto com os Srs. Parlamentares. Portanto, esclareço que estamos à disposição. É importante o Deputado mostrar aos segmentos econômicos os dados que conhece, porque do contrário teremos que remontar toda a linha das cento e tantas audiências realizadas. Cada Deputado também tem determinada inserção no seu Estado, e isso é importante. É até um reconhecimento da comunidade.

Como Relator, estou tendo que falar todo dia sobre o assunto. No meu Estado, estou indo a faculdades, a universidades e a outras regiões, pois nesses lugares está meu auditório, a quem tenho que ouvir e a quem tenho que falar.

Repito, portanto, que estamos à disposição para tudo isso.

De memória, informo que já estão marcadas viagens para os dias 25 e 26. No dia 25, estaremos em Santa Catarina e no dia 26, no Paraná – Curitiba pela manhã, Londrina à tarde, Florianópolis pela manhã, Joinville à tarde. No dia 14, a audiência será no Mato Grosso. Não há Parlamentares do Mato Grosso na Comissão, mas os Parlamentares do Centro-Oeste estarão presentes. O Governador Borges Maggi tem sempre pontuado esse assunto.

Há a idéia de algumas audiências no Nordeste. O Deputado Gerson Gabrielli já está reivindicando uma data. Seria importante fazermos um roteiro no Nordeste, incluindo Bahia e Recife – não sei como está a questão no Ceará.

Também já há um compromisso firmado, mas não agendado, com a Zona Franca de Manaus. Da mesma forma, há um debate marcado, se não me engano para o dia 5, em Porto Alegre, onde teríamos uma audiência com o ex-Deputado Luiz Roberto Ponte e uma visita, por cortesia e reconhecimento, ao Governador Germano Rigotto.

Não sei se foi confirmada para amanhã, pela manhã, a audiência em Belo Horizonte, com o Governador Aécio Neves – o Senador Eduardo Azeredo estava cuidado do assunto, juntamente com o Secretário de Governo Danilo de Castro, que é Deputado licenciado. À tarde e à noite realizaremos audiência no Espírito Santo.

Eram estas as questões de encaminhamento.

Com relação ao conteúdo, o Relator está preocupado em ter as orelhas bem grandes e a boca pequena.

A respeito da importante polêmica havida aqui, sobre a questão dos incentivos fiscais e da guerra fiscal, temos de analisar o assunto com muita propriedade. É evidente que o incentivo fiscal tem uma razão inegável. Vamos esquecer a questão de entes diferenciados da Federação e vamos imaginar um Estado onde se tivesse uma região já com sua infra-estrutura definida, portanto com economias de escala, próximo da área de consumo. Quem se implantar ali já terá aeroporto, já terá estrada, técnicos, empregados já formados, escolas, pessoas que já trabalharam em outra empresa, que estão no **turn over**, disponíveis. Imaginem outra região longínqua, com estradas ruins, com custo de transporte, com custo de implantação. É do próprio interesse desse Estado, desse País não federado, para desenvolver aquela região, diminuir o “Custo Região”. Então, tira-se a parte do Governo e ela passa a ter competitividade. É exatamente para equiparar a condição de competição que se cria a questão mais legítima do incentivo fiscal, até porque gradativamente deixa de ser necessário. Isso é o incentivo na sua origem e na sua

legitimidade inteira, quando não há briga por recursos. É uma entidade num determinado Estado incentivando uma região de si mesma. Não há por que discutir quem quer abocanhar do outro o resultado dessa operação. Isso é uma parte legítima. Evidentemente, em toda atividade humana, há uma questão legítima que de alguma maneira pega o descaminho, que não gera questões novas, não desenvolve região. É uma questão predatória que se convencionou chamar de guerra fiscal, que temos também de analisar.

Como sempre lembro ao Deputado Sandro Mabel, eu diria, com essa minha característica de mineiro e sertanejo da área mineira, do semi-árido, do pedaço nordestino de Minas Gerais, que se trata de assunto que temos de trabalhar com muito equilíbrio. Tenho muita simpatia por qualquer que seja o sistema adotado.

Como Relator, não deveria estar falando muito, mas penso que nós deveríamos ter talvez no País um CONFAZ renovado, que pudesse ter cotas para incentivos; enfim, que o Estado pudesse dar o incentivo. Mas, se ele deu aqui, não pode dar infinitamente. Não é como uma conta-movimento em que você pode sacar sempre. Temos que regular para forçar pela escolha. Talvez possa ser o caminho, até porque não temos como cortar tudo agora, porque temos os incentivos já direcionados. Temos também que saber resolver. Não podemos transferir isso para alguém que foi, de certa maneira, vítima de uma concorrência desleal não só com o Estado, mas também com a empresa produtiva que busca eficiência e produtividade. Então, é um aspecto que se tem de levar em conta.

Quanto à questão da transição – não vou falar só de origem e destino – , digo que qualquer transição tem um custo. Mesmo se formos fazer apenas a unificação das alíquotas do ICMS, não vamos nos esquecer de que alguns perdem e outros ganham. É impossível, sem alterar a carga tributária. É impossível. Se queremos manter a mesma carga e unificar as alíquotas, alguns Estados vão ganhar e outros perder, sem dar a grande cambalhota da origem para o destino. Não existe calibragem que vai deixar todo o mundo igual, a menos que queira fazer isso de maneira sub-reptícia, sem explicitar, e aumentar a carga. Se for tudo por baixo, a carga despenca, mas aí há um outro efeito, que é o desequilíbrio das finanças públicas, que ninguém quer.

Muitos aqui falaram sobre a questão do tamanho do Estado. É importante. O problema é que o tamanho do Estado hoje é sobretudo superávit primário e juros. Esse é o grande tamanho do Estado. O que o Governo está fazendo hoje é atacar esse tamanho do Estado. Se conseguirmos derrubar a taxa de juros e a neces-

sidade do superávit primário, estaremos atacando o vilão maior do gigantismo.

Aliás, se alguém tiver o cuidado de analisar o que aconteceu com as contas públicas, verá que o crescimento da carga tributária é exatamente a parte que responde por esses itens. Se observar os investimentos, o custeio etc. verá que a carga tributária brasileira não mudou. O que mudou foi a carga em cima do consumidor, do contribuinte, para a parcela esterilizada do recurso público.

E o ganho que a União teve, a guerra fiscal que a União fez em relação a Estados e Municípios é exatamente essa parte. Foi o aleijão produzido por um modelo que gerou juros astronômicos e um superávit primário insuportável. Temos que atacar isso. Então, temos que fazer a reforma tributária já este ano, para derrubar o vilão principal, e a reforma previdenciária também.

Acabei de falar como mineiro, como brasileiro, como cidadão vindo do semi-árido e também como servidor público. Deputado Paulo Afonso, ex-Governador, temos que defender a sustentabilidade do sistema previdenciário e tributário. Como defensores dos servidores públicos – sou um deles –, temos que ter uma sustentabilidade do sistema previdenciário público. Isso daí não é ter uma posição antes e mudar depois. Não é a questão. Temos que procurar soluções conjuntamente, eventualmente com alguma medida na área tributária. Tenho convicção de que vai haver esse tipo de incidência. Qualquer transição tem custo. Os Governadores sabem muito bem disso. Em relação à Previdência complementar, alguém tem que pagar. Mas isso é útil e importante para os servidores públicos. Então, a idéia não é confiscar direitos, mas assegurar a sua aplicabilidade para agora, para médio e longo prazos.

Estes os comentários que eu tinha a fazer.

Quero agradecer a todos os presentes. Tenho certeza de que vamos fazer esse trabalho conjuntamente. Quero dizer que a reunião de hoje foi muito rica. Nós estávamos precisando ouvir mais uns aos outros. Creio que outras audiências como esta ou encontros em que as pessoas possam ficar mais à-vontade para fazer suas reflexões sejam indispensáveis para aprendermos a conhecer melhor as idéias, os pontos de vista que nós mesmos vamos construir conjuntamente para votar a reforma tributária ainda este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem. Agradecemos ao Deputado Virgílio Guimarães a sua postura franca e tranqüila na condução dos seus trabalhos.

Não havendo requerimentos a serem votados, por orientação do Presidente efetivo, vamos dar por encerrados os trabalhos, não sem antes convocar os Srs. Deputados para a próxima reunião, dia 15 de abril, terça-feira, às 10h, neste mesmo plenário.

Obrigado.

Boa tarde a todos.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 7ª Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 15 de Abril de 2003.

Às dez horas e oito minutos do dia quinze de abril de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Eduardo Cadoca, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, João Leão, José Mentor, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Marcelo Teixeira, Narcio Rodrigues, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Sandro Mabel e Walter Feldman – Titulares; Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Enio Tatico, Fernando Gabeira, Gervásio Silva, Gonzaga Mota, Jaime Martins, Júlio Cesar, Márcio Reinaldo Moreira, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Roberto Pessoa, Telma de Souza, Vanessa Grazziotin e Wasny de Roure – Suplentes. Compareceram também os Deputados Chico Alencar, Dra. Clair, Henrique Fontana, Leonardo Monteiro, Marcelo Castro, Maria do Rosário e Sandes Júnior, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Delfim Netto, Edmar Moreira, Edson Duarte, Francisco Dornelles, Jorge Bittar, José Roberto Arruda, Luiz Bittencourt, Machado, Max Rosenmann, Nelson Marquezelli, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Romel Anizio, Ronaldo Vasconcellos, Sérgio Miranda e Walter Pinheiro. Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – O Deputado Gonzaga Mota solicitou a dispensa da leitura da ata da 6ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. **EXPEDIENTE:**

Ofício Nº 0319-L-PFL/2003, de 10/04/2003, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Machado para exercer a coordenação da Bancada do PFL nesta Comissão. **ORDEM DO DIA:** A) Audiência Pública com o Dr. Tarso Genro, Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O Senhor Presidente, após anunciar as normas regimentais que norteariam os trabalhos, passou a palavra ao convidado. Com a palavra, o Dr. Tarso Genro, primeiramente, esclareceu que as posições por ele apresentadas não eram necessariamente do Governo, uma vez que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão de assessoramento do Poder Executivo. Em seguida, informou que os diversos grupos de trabalho do Conselho valeram-se do material da Comissão da Reforma Tributária na Legislatura anterior e que o trabalho foi centrado em quatro postos básicos: ICMS, contribuição previdenciária, CPMF e não-cumulatividade de tributos. Ainda com a palavra, o Dr. Tarso Genro apresentou à Comissão os consensos, as recomendações e as sugestões do órgão que representa. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente fez indagações ao palestrante e a seguir, passou, segundo a lista de inscrições, a palavra aos Senhores Deputados Walter Feldman, Wasny de Roure, Antonio Cambraia, Carlito Merss, Paulo Rubens Santiago, Henrique Fontana, Maria do Rosário, Pedro Fernandes, João Leão, Ari Vanazzi, José Militão, Eduardo Paes, Anivaldo Vale, Luiz Carlos Haully, Paulo Afonso, Dra. Clair, Vanessa Grazziotin e Marcelo Castro. Ao final, o Senhor Relator, Deputado Virgílio Guimarães fez considerações acerca do assunto em tela. B) Apreciação de Requerimentos. O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, colocou em apreciação o Requerimento nº 33/03, do Senhor Deputado Júlio Redcker, que solicitava convidar “o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão”. O Deputado Walter Feldman pronunciou-se a favor do requerimento, sugerindo que a Comissão na mesma reunião ouvisse, também, o Deputado Mussa Demes, Relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Legislatura passada. No mesmo sentido, manifestou-se o Senhor Relator. O Requerimento nº 33/03 foi aprovado com a seguinte alteração: inclusão do nome do Deputado Mussa Demes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a reunião às treze horas e quarenta minutos, antes convocando outra para quinta-feira, dia 24 de abril. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Filho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que

depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional.

Como houve a distribuição antecipada de cópias da ata da 6ª reunião a todos os membros presentes, indago ao Plenário se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA – Sr. Presidente, considerando que a ata foi distribuída com antecedência, sugiro a V.Exa. que dispense a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Gonzaga Mota.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente:

Sobre a mesa o Ofício nº 0319-L, do PFL, de 10 de abril de 2003, do Líder do PFL José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Machado para exercer a coordenação da bancada do partido nesta Comissão.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos em audiência pública o Dr. Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Após ouvirmos nosso convidado e serem atendidos os questionamentos que vierem a ser feitos, votaremos os requerimentos para sabermos qual será a pauta da próxima reunião.

Antes de passar a palavra ao convidado, esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, estabelecidos no Regimento Interno da Casa: o convidado disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado; se esse tempo não for suficiente, poderá ser prorrogado pelo tempo que entender necessário; terminada a exposição, iniciaremos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o convidado deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria; cada interpelante deverá fazer sua formulação em no máximo três minutos, permitida a réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Concedo a palavra ao nosso ilustre convidado de hoje, o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes; Exmo. Sr. Relator, companheiro Virgílio Guimarães; Sras. e Srs. Deputados, é uma grande honra para mim participar dos trabalhos desta Comissão. Faço-o com muito orgulho, não só porque pertenci a esta Casa, mas porque aqui

travei um conjunto de relações políticas extraordinariamente qualificadas e vitais para a minha formação. Apreendi muito com o Parlamento nacional; aprendi a ser mais tolerante, profundo, e, obviamente, a amar mais o nosso País. Portanto, Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade.

Passo a expor, dentro do prazo regimental, os pontos fundamentais sobre os quais verteu o nosso trabalho.

Preliminarmente, esclareço que essas não são as posições do Governo, mas de uma instituição política criada pelo Governo atual, de caráter público, não estatal. O Conselho é uma instituição pública; os componentes são egressos da sociedade civil, designados pelo Presidente da República, e têm como exclusiva finalidade subsidiar, induzir e qualificar a formação de opinião do Executivo; portanto, a Secretaria, no âmbito ministerial, é uma estrutura do Executivo, apoiada num Conselho majoritariamente composto por membros da sociedade civil e por 10 Ministros, sendo esse Conselho presidido pelo Presidente da República.

O Conselho tem a finalidade de instituir o marco normativo mediante o qual o Governo compõe uma janela de escuta com a sociedade civil organizada e com ela dialoga. Essa janela de escuta produz enunciados que são levados ao Presidente da República para ele decidir sobre seu aproveitamento ou não. É uma forma de participação democrática, aberta, construtiva e plural.

O Conselho tratou, além de outros assuntos menos importantes, de dois temas estruturais da conjuntura: as reformas tributária e previdenciária.

A reforma previdenciária foi um tema de tratamento mais fácil. Havia um acúmulo de trabalho produzido nesta Casa ao longo de aproximadamente 10 anos, inclusive pelo trabalho realizado pelo Presidente da Comissão à época, o atual Governador do meu Estado Germano Rigotto, juntamente com o Ministro Antônio Palocci e o Presidente desta Comissão, o Deputado Mussa Demes, que produziram um rico manancial de opiniões a respeito do sistema tributário nacional e da sua reforma. O Conselho, portanto, viu-se perante um conjunto de dados, fruto da organização das opiniões e dos debates realizados, e seus grupos temáticos puderam trabalhar mais tranqüila e rapidamente apoiados nesse vasto material, cuja confecção foi presidida por V.Exa., Sr. Presidente.

Os temas mais relevantes tratados nas reuniões dos quatro grupos temáticos foram: princípios, ICMS, contribuição previdenciária, CPMF e incidência não cumulativa das contribuições. O relatório já foi entregue ao Sr. Presidente da República. O Conselho, como não é um órgão deliberativo, adotou a seguinte meto-

dologia: levou ao Presidente da República os pontos sobre os quais houve consenso, e também, na forma de recomendações, aqueles que obtiveram aceitação da clara maioria, e na forma de sugestões aqueles itens que não polarizaram.

Como se verificaram o consenso e a recomendação? Como se diferenciaram essas duas informações de posições do Conselho levadas ao Presidente? Simplesmente pelo princípio da aparência imediata. Como Secretário Executivo e Coordenador do Conselho, em nome do Presidente da República, eu perguntava, depois da discussão dos pontos, se havia alguma divergência sobre o que estava sendo proposto. Quando não havia divergência, verificava-se o consenso. Se havia alguma divergência, eu pedia às pessoas divergentes que emitissem rápida opinião sobre o assunto. E se dos 82 representantes da sociedade civil apenas 6 ou 7 emitissem sua opinião, verificávamos que havia ampla maioria favorável ao tema e aquilo se tornava uma recomendação. Se surgiam várias críticas, adendos, pedidos de retificações, transformávamos aquele item em apenas uma sugestão – portanto, não uma recomendação, nem um enunciado de natureza consensual.

Foram pontos de consenso:

a) Quanto aos princípios:

- promover a justiça fiscal, elevar a eficiência e a competitividade, buscar a simplificação e intensificar o combate à sonegação;
- a neutralidade da reforma;
- a ampliação da base de incidência;
- maior eficácia da arrecadação, criando condições para a redução da carga individual nos setores mais frágeis.

Esses princípios foram enunciados há muito tempo pela Comissão.

b) Quanto ao ICMS: transformá-lo em imposto estadual unificado em todo o País, com legislação e normatização uniformes, reduzindo o número de alíquotas e eliminando as 27 legislações diferentes que existem atualmente – as normas e as regras de transição para o novo imposto serão definidas em lei complementar;

c) Quanto à contribuição previdenciária: subtração parcial ou total da atual base de cálculo (folha de pagamento) da contribuição patronal para a Seguridade Social; sendo parcial, isto é, mista, serão consideradas a folha de pagamento e a contribuição não cumulativa; optando-se pela substituição total, deverá ser adotada uma contribuição não cumulativa.

Assim, a contribuição previdenciária, de acordo com a proposta do Conselho, teria um trânsito em direção ao faturamento da empresa, particularmente ao valor agregado.

d) Quanto à CPMF: redução progressiva, tornando-a permanente, com alíquota simbólica, para controle fiscal, buscando fontes alternativas de receitas para suprir a perda de arrecadação.

e) Quanto à incidência não cumulativa das contribuições: redução gradual da incidência cumulativa das contribuições sociais, objetivando o aperfeiçoamento da tributação relativamente a seus reflexos na economia.

Os pontos de recomendações, em última análise, foram aqueles em torno dos quais houve visível maioria do Conselho. Podemos dizer que são amplamente majoritários, mas não consensuais. As recomendações sempre reuniram em torno de 80% dos conselheiros. São eles: o princípio da aplicação do ICMS ou IVA com base no destino da mercadoria – mais de 80% com base no destino da mercadoria – e uma incidência mais forte da contribuição previdenciária sobre o valor agregado em relação à folha de pagamento. Portanto, esse trânsito deve dar-se, de acordo com essa recomendação, mais rapidamente sobre o valor agregado.

Os pontos de sugestões são aqueles temas que apareceram e não polarizaram, temas que obtiveram 30% ou 40% de impulso, sem contestação mais aguda, mas que não lograram uma conformidade majoritária, muito menos o consenso. São eles:

a) Quanto aos princípios – os princípios “promoção da justiça social” e “simplificação e transparência fiscal” estão como sugestões porque não foram debatidos, não porque tivessem algum tipo de impugnação mais aguda.

Outros itens:

– adoção de política tributária que priorize o desenvolvimento sustentável;

– limitação ou ampliação do aumento da carga tributária pelo Governo;

– minimização ou compensação dos eventuais impactos de migração ou deslocamento da carga tributária entre diferentes atividades econômicas ou outros tipos de empresa;

– aplicação de tributos exclusivos sobre cada base de cálculo, de forma a evitar a cumulatividade e proporcionar transparência ao contribuinte.

b) Quanto ao ICMS:

– adoção de um imposto simplificado e único, tendo como justificativa a incorporação do IPI e do ISS, a fim de evitar a cumulatividade;

– definição da contribuição na origem ou no destino, mediante discussão prévia com os Governadores – embora o destino tenha sido aprovado por consenso amplamente majoritário, há uma recomendação do Conselho, que não sofreu contestação, mas não teve apoio da maioria, de que ele seja tratado de maneira adequada com os Governadores, que constituem uma fonte de formação de opinião estrutural para o Governo e para o próprio Congresso;

– incidência sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia de produção e distribuição, respeitando o princípio da não-cumulatividade e seletividade;

– utilização do princípio da seletividade das alíquotas com imunidade para a cesta básica, com avaliação da seletividade do imposto em nível regional;

– adoção do IVA calculado por fora (portanto, imposto sobre consumo);

– mecanismo de crédito garantido para todos os gastos, incluindo investimentos, viabilizando seu efetivo aproveitamento;

– preocupação com a manutenção do disposto no art. 179 da Constituição Federal, garantindo tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas, em especial o SIMPLES, considerando que na PEC nº 175 estão vedadas as concessões de isenções e benefícios fiscais;

– manutenção e aperfeiçoamento do regime do SIMPLES;

– desoneração total do tributo para empresas exportadoras inscritas no regime especial do SIMPLES – essa sugestão foi muito polêmica no conselho. Ela começou como recomendação, com visível maioria, mas o debate nos grupos temáticos, posteriormente, transformou-a em sugestão, mostrando que, na sociedade civil organizada que lá está representada, existe um ponto de vista favorável a essa concepção, mas não é hegemônico, sequer majoritário, pelo menos por enquanto, nos debates realizados no conselho;

– adoção do Sistema Nacional de Compensação, inclusive envolvendo impostos federais;

– revisão da tributação do setor elétrico para que o valor agregado seja também considerado na geração de energia;

– desoneração dos investimentos produtivos, com fixação de alíquotas menores para os bens de capital, no sentido de promover a elevação da taxa de investimento da economia – este foi um ponto também muito discutido, e aqui está como sugestão não porque tenha menor importância, mas porque provocou polarização, mas, no Pleno do Conselho, não foi possível verificar hegemonia e consenso.

Casualmente, saí agora de uma reunião com o Ministro Furlan, que me chamou atenção especialmente para esse ponto; sua visão (que quero discutir no momento oportuno) é no sentido de que essa questão da desoneração de investimentos produtivos deve ser trabalhada com prudência, mas será fundamental para alavancar a retomada do crescimento do País. Como fazer isso de maneira que não haja perda de arrecadação será um desafio técnico e político para o próprio Congresso.

c) Quanto à contribuição previdenciária, as recomendações são aquelas expostas na tela “Tributação sobre Valor Agregado” e repetem aquelas observações.

Há um item de extrema importância que causou bastante polarização no conselho. Trata-se da separação total, radical e transparente das contas da Previdência. Há um problema histórico nas contas da Previdência, discutido inúmeras vezes por este Parlamento – na minha época inclusive essa era uma questão importante, quando discutíamos a reforma previdenciária – , e de diversas formas podemos dizer que há uma tendência bastante significativa no Conselho de que isso venha a ser regulamentado.

Depois vêm essas recomendações colocadas na tela. São sugestões. Aqui, repete-se a questão das contas da Previdência, cujo orçamento deverá ser dissociado do Orçamento Geral da União.

d) Quanto à CPMF, as sugestões são conhecidas e foram debatidas nesta Casa. Algumas delas têm um critério mais de especialidade de recomendações e consensos que já constaram dos enunciados gerais anteriores

e) Quanto à incidência não cumulativa das contribuições:

preservação da eficiência arrecadatória;
calibragem;

aqui, uma sugestão que, na minha opinião, não vai prosperar, mas é necessário que o próprio Congresso preste atenção: participação do CDES na definição das alíquotas a serem aplicadas com o fim da cumulatividade.

Essa, obviamente, é uma questão muito polêmica, e, na minha opinião, não tem fundamento, não é função do Conselho, mas sou obrigado a trazer aqui o que foi colocado como sugestão.

f) Outros temas: os pontos aqui descritos são sugestões relativamente a outros temas não diretamente vinculados à reforma tributária. Vou repetir às Sras. e Srs. Deputados que chegaram tarde à reunião, como é de costume, obviamente, desde a minha época de Deputado, apenas para esclarecer elementos importantes para a compreensão do que foi exposto.

O Conselho trabalhou com três níveis de decisão: os consensos, temas explicitamente unitários no Conselho, alguns deles importantes, relativamente à reforma tributária; as recomendações, temas visivelmente majoritários; e as sugestões, temas com menor grau de aceitação, ou que não foram discutidos, ou que não polarizaram no Conselho, e, portanto, não sofreram qualquer tipo de aferição mais precisa.

As recomendações e os consensos constituem os elementos vitais que o Conselho levou ao Presidente da República, com referência não somente à reforma tributária, mas também à reforma previdenciária.

Esta é a informação que trago a V.Exas. O conteúdo dos projetos será tratado pelo Presidente com a equipe econômica e com a Casa Civil. O trabalho do Conselho, como instituição, vai até este nível, o de emprestar e oferecer ao Presidente os consensos e as sugestões que acabamos de expor a V.Exas.

Muito grato pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Está sendo distribuído aos senhores o relatório apresentado pelo Ministro Tarso Genro. É extremamente importante que todos dele tenham conhecimento e possam fazer uma avaliação, na medida em que estarão fazendo perguntas. No substitutivo aprovado na Comissão Especial, há muitos pontos examinados pelo Conselho que merecem reflexão e deverão, evidentemente, ser discutidos nesta reunião.

Indago inicialmente ao Relator, ao Deputado Virgílio Guimarães, se deseja fazer algumas considerações agora ou ao final da reunião.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, prefiro ouvir os Deputados; farei as considerações ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente Mussa Demes, sugiro que V.Exa. fale em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Preparei-me para falar no final, mas disponho-me a fazê-lo neste momento.

Ministro, na sua exposição V.Exa. informa-nos que o Conselho decidiu por uma redução gradual da CPMF e uma redução gradual da contribuição previdenciária. E parece-me ter ouvido V.Exa. dizer que buscaríamos formas alternativas para repor essas receitas de que estaria sendo desfalcado o Erário, em razão dessa redução gradual. Indago de V.Exa. se o Conselho já tem idéia de qual seria a forma de termos essa recomposição.

Quanto ao princípio do destino da CPMF, trata-se certamente de uma questão polêmica. Há Governadores favoráveis e outros que temem o resultado disso. Tivemos inclusive uma discussão interna na semana passada, e esse talvez seja o ponto mais delicado da discussão. Gostaria de saber de V.Exa. qual foi o sentimento do grupo quanto à questão do destino da CPMF, quais foram os Estados que apresentaram maior resistência, até para que possamos avaliar, pela composição de suas respectivas bancadas, qual seria a perspectiva de resultado num eventual confronto.

Também ouvi V.Exa. citar a incorporação do IPI e do ISS ao ICMS. Essa foi uma das medidas que adotamos na Comissão Especial, cujo substitutivo, votado há três anos, para compensar os Municípios, criava o Imposto Sobre Vendas a Varejo e Serviços, cobrado exclusivamente na ponta, para que os Municípios tivessem receita própria em relação ao Imposto Sobre Serviços que hoje mantêm. Indago a V.Exa. se realmente essa proposta de incorporação do IPI e do ISS passou no Conselho com relativa tranqüilidade ou mereceu questionamentos mais fortes.

São as indagações que faço a V.Exa.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sr. Presidente, a incorporação do IPI ao ICMS foi uma sugestão; portanto, não obteve maioria visível no Conselho, muito menos consenso. Mas há um ponto de vista fundamentado que aponta para essa incorporação. Não se pode dizer, porém, que essa seja uma posição do Conselho. Quanto à questão do estímulo, sim, Sr. Presidente, essa é uma recomendação que obteve amplo nível de polarização. Isso significa que, pelo princípio da aparência imediata, mais de 80% dos conselheiros apoiaram essa visão. Mas houve uma observação muito clara, feita pelos conselheiros e também adotada no Conselho: deveria haver uma transição que oferecesse mecanismos de compensação, para que finalmente a economia fosse adaptando-se e isso não causasse perdas significativas ou prejuízos aos Estados. Meu Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, com a aplicação do princípio do destino, perderia receita. Mas o próprio Governador Germano Rigotto concorda com essa visão, desde que haja a transição, num determinado período de tempo, respeitável, e que haja esses mecanismos

compensatórios, para que o processo econômico se equilibre em relação ao sistema tributário.

Em relação à CPMF, há uma visão de redução até que ela se transforme numa alíquota simbólica, para mero controle fiscal.

Já quanto à contribuição previdenciária a visão foi outra. Talvez eu não tenha explicado de maneira clara. É a visão de desoneração da folha – esse foi o componente principal de conteúdo –, fazendo-se uma transferência e oferecendo-se uma dupla possibilidade: sobre o valor agregado ou sobre o faturamento da empresa. Isso ficou em aberto, mas o princípio da desoneração da folha é um elemento que o Conselho entendeu como estímulo à criação de empregos. Essa é a visão facilmente verificada no Conselho, inclusive como consensual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Ministro Tarso Genro.

Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Quero dar boas-vindas ao Ministro Tarso Genro e dizer-lhe da admiração que nós, em São Paulo, temos pela sua coerência político-ideológica. Estamos, porém, no frescor da Carta do Rio Quente. Houve uma calorosa discussão quanto à opinião dos Governadores tucanos sobre o eventual processo das reformas, particularmente a reforma tributária, que é o nosso temor. Os Governadores levantaram algumas preocupações; a primeira delas: a reforma está caminhando para ser parcial.

É uma opção. Nós mesmos, na Comissão, parece-me, temos a convicção de que, neste momento, uma ampla reforma tributária, que, na prática, fosse uma reforma fiscal, que avaliasse inclusive as questões da estrutura do Estado, a reforma administrativa necessária, que deveria ser feita concebendo o novo modelo de receitas e despesas, não será possível. Mas consideramos, como outros que já se posicionaram a esse respeito, que a reforma tributária pode ser um processo onde se vão realizando as mudanças, e, progressivamente, poderemos construir algo mais justo, como as propostas genéricas, mais progressivo, um modelo que, desonerando as atividades econômicas, possa levar a um Brasil mais exportador, mais produtivo.

Além disso, consideramos que existe um debate acumulado na questão tributária, na sociedade brasileira, sobre o fortalecimento do poder federal, particularmente por meio das contribuições. Não há qualquer mecanismo que tenha sido sugerido, pelo menos até agora, para uma repartição mais adequada, tendo em vista inclusive o que se acumulou nos Estados e Municípios em termos de tarefas adicionais, em relação ao que vinha sendo praticado no passado. O poder federal fortaleceu-se e os Estados e Municípios en-

fraqueceram-se tributariamente, porém acumularam mais funções e encargos.

Outra questão não resolvida é a da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. Não temos clareza de como será a repartição e a aplicação desses recursos.

Sr. Ministro, nesta Comissão há uma polêmica sobre a aceitação ou não do princípio do destino. Quem vai decidir é o Congresso Nacional. Não será um ou outro Estado que vai impedir uma decisão que me parece estratégica, principalmente no combate à guerra fiscal. Quero saber de V.Exa., além dessas considerações, se a guerra fiscal foi discutida no Conselho, afora a orientação de transferência para o destino, ou seja, se outros mecanismos foram discutidos, analisados, como o eventual fortalecimento do CONFAZ, a aplicação de medidas mais rígidas, a aplicação da lei, que não vem acontecendo, para que se pudesse, pelo menos durante um período, reduzir aquilo que nós nos mencionamos na outra reunião, que não parece ser uma conduta adequada, até do ponto de vista do interesse nacional e dos Estados que aplicam a guerra fiscal. Temos elementos que depois passaremos a V.Exa. e que demonstram que, com o passar do tempo, há uma perda considerável daquilo que se esperava obter com a guerra fiscal, até por parte dos Estados que aplicaram esse mecanismo.

Sr. Ministro, tenho aqui a lista de todos os impostos, federais, municipais e estaduais. É claro que no Brasil quem tributa mais é a área federal. Mas a reforma tributária está concentrando-se muito no ICMS, que talvez corresponda no máximo a um quarto da tributação. Dispomos de dados, um tanto desatualizados, mas indicando que em torno de 25% da arrecadação no Brasil vêm do ICMS. Se somarmos a eventual mudança da COFINS, teremos mais 11%; portanto, será uma reforma tributária, em termos de processo, considerável, mas muito pequena, do ponto de vista da contribuição federal.

Por fim, passo a abordar o problema da origem e do destino. Qual a compensação? O que está sendo sugerido não é só a idéia de se transferir a cobrança para o destino? Qual a compensação que será dada aos Estados exportadores? Nós, paulistas e amazonenses, estamos preocupados com essa possibilidade, e para nós é difícil aceitar que isso seja repassado para a lei complementar. Se essa decisão vier a ser tomada, se o fundo de compensação for apresentado, nossa visão é de que a compensação deve ser assegurada na Constituição, e não na lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sr. Ministro, minhas indagações são um tanto provocativas. Em primeiro lugar, qual o papel político que o Governo vislumbra para esse Conselho, no processo de interação do Poder Legislativo com o Poder Executivo? Até que ponto essas contribuições representam aquilo que os próprios Parlamentares eleitos pelas suas bases já trazem consigo?

Em segundo lugar, nesse debate que o Conselho desenvolveu, interessa-me entender qual o aspecto distributivo vislumbrado na proposta de reforma tributária. Exceto a proposta de transferência da incidência da cobrança previdenciária na folha de pagamento para o valor agregado ou o faturamento, que aspectos foram previstos ou vistos na perspectiva distributiva do projeto do nosso Governo, portanto, naquilo que acreditamos ser a própria razão de ser da reforma tributária, e não apenas uma desoneração, diminuição de carga ou coisa que o valha?

Em terceiro lugar, pelo pouco que consegui ver nas planilhas, parece-me que o Conselho entende que a CPMF tem apenas um papel fiscalizador, pela perspectiva da alíquota de incidência que deve consolidar nas realizações financeiras. Qual é o objetivo do Conselho quanto à CPMF? Apóia a CPMF como tributo, ou apenas como agente fiscalizador? Eu nunca ouvi falar em tributo simbólico. Isso para mim é até novidade, mas tudo pode acontecer.

Por último, acompanho a preocupação do Deputado Walter Feldman com relação às políticas fiscais. O País foi pródigo na elaboração de tais políticas no âmbito dos Estados, o que acarretou e alimentou o processo das guerras fiscais. Isso foi bastante notório. Que proposta alternativa esse Conselho vê para substituição dessas políticas de incentivos fiscais que os Estados desenvolveram ao longo dos anos de maneira bastante criativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, considero muito importante a vinda do Ministro Tarso Genro a esta Comissão. Tenho dito, nas minhas intervenções, que gostaríamos de estar analisando e discutindo aqui uma proposta de reforma tributária vinda do Poder Executivo; o Ministro Tarso Genro, porém, mesmo não tendo trazido essa proposta, já delinea algumas de suas premissas, a partir das recomendações e sugestões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e isso é muito importante, tanto que daqui para a frente não vou mais dizer que gostaria de estar analisando

as propostas. Vamos discutir os pontos que já temos, que têm sido trazidos a esta Comissão.

Na verdade, essa discussão sobre uma reforma tributária para o País é antiga. O Ministro lembra que em 1995, quando éramos Prefeitos, respectivamente, de Porto Alegre e Fortaleza, fazíamos nossas peregrinações pelos gabinetes de Ministros e Parlamentares tentando apresentar nossa posição frente à reforma que estava para ser enviada ao Congresso. Então, essa proposta é antiga, e a sociedade brasileira anseia por essa reforma.

O consenso a que se está chegando, não só no Governo, mas também aqui no Congresso, é o de que não teremos uma reforma ampla, mas uma simplificação, uma racionalização do sistema tributário nacional, o que é importante neste momento. Estou perfeitamente de acordo.

Estou sentindo que a posição do Governo – e gostaria que o Ministro Tarso Genro confirmasse – é no sentido de deixar para a legislação infraconstitucional a modificação da cobrança do ICMS na origem para a cobrança no destino. Acho que não devemos empurrar isso com a barriga, porque é o ponto mais polêmico da reforma. Deveríamos definir isso já na emenda à Constituição, porque, se deixarmos para depois, essa mudança, que visa à racionalização, à diminuição da guerra fiscal via ICMS ou IVA, pode virar letra morta, pode não ser implantada como se quer.

Há dois pontos que gostaria de salientar com relação ao ICMS. A alíquota proposta pelo Conselho, de 0,01%, é simbólica. Só em movimentações acima de 100 reais é que haveria registro desse imposto. Então, o valor é simbólico, e talvez os custos sejam muito altos, embora a finalidade não seja arrecadatória, mas de controle fiscal. Ora, talvez uma alíquota um pouco mais alta fosse mais razoável, até como motivação. Em segundo lugar, o que viria a substituir a arrecadação hoje obtida pelo Governo via CPMF, que representa valores consideráveis, valores que serão desprezados ao longo desses seis anos, conforme a recomendação do Conselho?

A questão distributiva já foi abordada aqui. O Ministro Antônio Palocci tem afirmado que o sistema tributário é muito injusto para o consumidor de baixa renda, e de fato é. Proporcionalmente, o consumidor de baixa renda, com os impostos indiretos, paga muito mais do que os de maior poder aquisitivo – eu citaria ainda o Imposto de Renda, que só é pago pela classe média assalariada, mas esse não é o caso. Pergunto: como exonerar o consumidor de baixa renda dessa tributação tão penosa que ele sofre? Até agora não vislumbrei nada a esse respeito nas sugestões apresentadas.

Eram as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Antonio Cambraia.

Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Reitero minha afirmação inicial: não estou trazendo aqui as posições do Governo, e sim as do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com todas as suas propriedades, impropriedades ou limitações. Faço este registro porque o diálogo que pretendo estabelecer está baseado nessas orientações do Conselho, que ainda não abordou determinados temas.

Responderei rapidamente as perguntas que me foram feitas. Deputado Walter Feldman, o saudoso Governador Mário Covas foi um dos campeões na luta contra a guerra fiscal. É com imenso orgulho que digo isso, porque falamos mais de uma vez sobre o assunto. Durante a sua gestão, o Governador Mário Covas recusou-se a participar dessa guerra, assumindo uma posição de vanguarda no Brasil. Ele não usou toda a força econômica que São Paulo tem, não usou a capacidade de articulação política e social que estava à sua disposição, justamente porque era, por princípio, contra a guerra fiscal. É com imenso orgulho que recordo aquele grande líder político do nosso País.

Dois princípios verteram do Conselho com relação a essa questão. O primeiro foi o de que unificar a legislação do ICMS é o ponto de partida para combater a guerra fiscal. É óbvio que devem ser respeitadas as particularidades dos Estados, mas há que haver normas que tenham, na sua generalidade, força normativa suficiente para combatê-la. Em segundo lugar, é preciso haver mecanismos de compensação, a partir da unificação das leis que regem o ICMS, ou mesmo da criação de um imposto sobre o valor agregado que o substitua. Posso dizer, com absoluta tranquilidade, que o Conselho atentou fortemente para esse aspecto, embora não tenha havido uma discussão específica sobre a questão da guerra fiscal, ou mesmo sobre a criação de mecanismos que ousássemos sugerir ao Presidente da República para tratar dessa questão.

Sobre a compensação, o Conselho discutiu a criação de um fundo, e havia força política suficiente – a aprovação de 80% dos conselheiros – para que isso saísse de lá como recomendação. Isso não aconteceu porque o Presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, com toda a sua capacidade de persuasão, e por colaborar intensamente com a Comissão, disse que achava melhor que a criação do fundo não saísse como recomendação porque isso poderia dividir os conselheiros, apesar de a idéia ter enorme força lá dentro. Como coordenador, minha tarefa é sempre buscar a solução consensual, embora não abstrata, mas sim

concreta. Portanto, propus que a criação desse fundo constasse apenas como sugestão. Isso ocorreu em nome do consenso e em função de uma intervenção oportuna, politizada e de qualidade do Presidente da FIESP, mas a visão que se tinha ali era no sentido da promoção de um fundo.

A questão da CIDE não foi debatida pelo Conselho; então, não poderia externar uma posição quanto a isso em nome dos conselheiros.

O Deputado Wasny de Roure pergunta, primeiro, qual seria o papel político que o Governo vislumbra para o Conselho. Trata-se de uma estrutura de assessoramento do Presidente da República; é um órgão do Poder Executivo que produz enunciados que não são originários da representação política. A representação política está aqui, é o Congresso Nacional. O Conselho é um órgão de escuta do Presidente da República, da sociedade civil organizada, composto por pessoas representativas. Não se trata de um órgão de representação, e o Governo nunca fez esse tipo de alusão. Num determinado momento, pensou-se que o Conselho poderia competir com esta Casa, mas isso seria uma ignorância constitucional da nossa parte e uma ousadia absolutamente incosequente e irrealizável. O Conselho tem o papel político de estabelecer uma conexão organizada entre o Presidente da República e pessoas representativas da sociedade civil para auferir opiniões. Ele constitui, portanto, um marco normativo de formação da opinião do Governo por meio de uma relação consultiva.

Os conselhos existem em todos os países do mundo onde há uma democracia avançada, alguns datando de 1930, e têm funções diferenciadas, mas todos produzem enunciados que não têm caráter vinculativo. Apenas um ou outro conselho tem poder de propor projetos de lei, que são enviados ao Executivo, o qual por sua vez os envia ao Parlamento, coisa que não ocorre no Conselho proposto pelo Presidente Lula.

Quanto à CPMF, é verdade que não existe imposto simbólico na doutrina tributária. Concordo plenamente com meu companheiro de bancada. Referi-me ao valor simbólico para dar uma finalidade ao tributo, a finalidade fiscalizatória. Quero advertir que o valor que está ali foi uma sugestão, não é consenso. O que é consenso, Deputado Antonio Cambraia, é apenas a visão de que deve ser mantida a CPMF com uma alíquota que resulte num valor simbólico com um efeito fiscalizatório da circulação financeira no País. Essa é a visão do Conselho.

O distributivismo do sistema é outro item que não foi especificamente discutido pelo Conselho; portanto, também seria irresponsabilidade de minha parte externar uma posição quanto a isso. Foram, porém, dis-

cutidos alguns pontos em que o assunto foi abordado de maneira indireta: primeiro, a desoneração da cesta básica, ou seja, a busca seletiva de uma desoneração; segundo, a desoneração da folha, no sentido de criar oportunidades de emprego, estimulando as contratações; e nos princípios tratou-se do caráter distributivo, erigindo como princípio, como proposta para o Presidente da República, que a reforma tivesse o sentido expresso de acabar com a regressividade. Portanto, nesses três momentos o Conselho tratou do sentido distributivo da reforma, embora o tenha feito de forma paralela à discussão dos temas essenciais sobre os quais estava debruçado.

Finalmente, foram citados o destino e os limites da reforma – e penso que, falando sobre esses dois pontos, terei atendido a todos os eminentes Deputados que usaram da palavra. É verdade: a reforma é moderada em termos de transformação, e essa foi uma opção política do Governo. Ele não vai apresentar uma reforma que represente o ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, de algum setor específico da sociedade ou mesmo da frente política que governa o País. O Governo quer apresentar um boa reforma, para que possamos ter o gosto de dar um salto, colocando o sistema tributário nacional, sobre o qual tanto se tem discutido, em um novo patamar. A partir daí, depois que a sociedade puder superar esses entraves, poderemos, na legislação infraconstitucional e em outras reformas laterais, mas não menos importantes, aprofundar essa mudança.

A opção do Governo foi por uma reforma contida em assuntos essenciais, uma boa reforma que possa ser discutida e acolhida por ampla maioria no Congresso, fazendo deste momento inclusive um marco de “concertação” política e social no País. Esse elemento é vital e empresta um sentido político àqueles princípios que foram produzidos no Conselho e que o Governo vai transformar em projetos de emenda à Constituição para serem submetidos à decisão soberana de V.Exas.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – E sobre a guerra fiscal?

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Abordei rapidamente a questão em dois pontos, ou seja, o Conselho considera a unificação da legislação do ICMS o momento inicial de combate à guerra fiscal, e esse é um dos elementos essenciais das propostas que estamos fazendo; e também defende a instituição de mecanismos, de princípios que são até recomendações administrativas feitas no elenco final de sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para usar o direito de réplica, concedo a palavra ao Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Ministro, é evidente que o Conselho, pela sua formação, pela sua expressão na sociedade, é moderado. Por essa característica, por absorver uma proposta de características moderadas, o Governo compreende a nova realidade, e, portanto, não fará mudanças tão radicais e profundas como se esperava antes de ele ganhar as eleições. Essa é a primeira questão. A segunda é esta: não ficou claro como se fará a mudança da cobrança do ICMS na origem para no destino, se por lei complementar ou de caráter constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem a palavra o Sr. Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Em relação ao destino, embora não se tenha manifestado expressamente isso, não esteja escrito, posso afirmar que a idéia que perpassou pelo Conselho foi de um enunciado de natureza constitucional, inclusive já com a obrigação compensatória, para que isso possa realmente ocorrer e haja confiabilidade nas diversas forças políticas para ser aprovado.

Em relação à natureza das reformas, sim, o Partido dos Trabalhadores é um partido de movimento e de luta, que passa a ser também partido de Governo, e o Governo, como ente público, não atua exclusivamente para a sua base social, mas numa determinada correlação de forças, visando à melhor possibilidade para a sua base social. Portanto, a natureza das reformas está imbricada nessa concepção de responsabilidade de Governo, em que temos de governar respeitando a pluralidade da sociedade e a capacidade que ela tem de, por meio do Parlamento, contribuir para a constituição de um modelo econômico alternativo para o Brasil, colocando nossa democracia num novo patamar civilizatório.

Essa é uma visão de realismo político, que não é cínico, mas democrático, e coloca a dimensão utópica do nosso projeto transformador dentro dos limites da democracia e da correlação de forças que a sociedade nos impôs democraticamente. Isso reflete-se, sim, na concepção das reformas que vamos apresentar à consideração desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães, Sr. Ministro Tarso Genro, boa parte do que V.Exa. abordou sobre os consensos, recomendações e sugestões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é fruto de anos de debates havidos nesta Casa. Sugiro a todos os membros da Comissão, valorizando a nossa Casa, Sr. Presidente e Sr. Relator,

que leiam o excelente material que penso que todos os Deputados receberam da nossa Consultoria Legislativa, que traz um resumo dos últimos oito anos de debates havidos aqui, e observem que, no fundo, eles contêm praticamente todos os consensos e as recomendações que o Conselho nos tem trazido.

Em conversa, aqui, com um companheiro Deputado, eu dizia que adoraria poder aprovar minha reforma tributária, que atingiria os bancos, as grandes fortunas, as pessoas que vivem de renda e não trabalham; porém, de forma muito objetiva, acreditando muito na necessidade de mudança, talvez não conseguisse 150 votos nesta Casa. Esse é o problema: o povo brasileiro quer mudança, o setor produtivo quer mudança, mas em cima de uma estrutura que nos últimos anos só fez concentrar renda, sim, principalmente via contribuições. Sete anos atrás tentamos explicar a diferença entre um “i” e um “c”, mas as pessoas não perceberam, e hoje sabem no que se transformaram a CPMF e outras contribuições. Então, esse é um grande imbróglio, mas não posso aceitar que não aproveitemos os consensos que temos aqui, trazidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por mais questionáveis que sejam.

Tenho observado algumas viúvas liberais baterem com força, dizendo que o Conselho nada significa. Mas Conselho é isto: uma instituição pública não-estatal. Eu comentava com o Deputado Walter Feldman que existe na Constituição mas nunca se reuniu o tal Conselho da República. Tenho certeza que esse Conselho é muito mais do que isso. É claro que existem falhas; talvez não haja representação de todos setores; mas o Conselho envolve dez Ministros e mais de oitenta pessoas da sociedade civil brasileira, que estão trabalhando gratuitamente, procurando fazer uma reforma que seja a melhor possível para a população.

Tenho dito, desde a nossa primeira reunião, que o grande problema é o ICMS. Estou convencido de que o ICMS deve ser federal, cobrado no destino. Quem faz circular a mercadoria não é quem produz, mas quem compra. É o comprador que faz a mercadoria circular, e por isso surgiu esse imposto – aprendi isso nos anos 70, na faculdade. É óbvio que, nesse caso, São Paulo perde, o Amazonas perde, mas é importante que se entenda que o Sudeste cresceu, está industrializado como o Sul, onde moro, porque houve decisões políticas anos atrás, há 60 anos, nesse sentido. Poderia ter sido na Bahia, em Pernambuco ou no Amazonas – que também, por uma decisão política, tem a Zona Franca, que tem de continuar. Então, entendo que é fundamental encontrarmos um mecanismo, um fundo de compensação para essa transição, porque na minha cabeça isto está claro: se não resolvermos esse ponto,

que, penso, representa mais de 80% do problema, de nada vai adiantar o esforço.

Os males trazidos pela guerra fiscal são claros, e no caso de CPMF, de redução gradual, de definição de TR, quer dizer, de uma série de impostos, é consenso que a simplificação deve dar-se na prática. É pena que essa reforma vai ser moderada, porque poderíamos avançar mais.

Ministro Tarso Genro, gostaria de saber se a proposta realmente virá até o final do mês para que possamos trabalhar. Ontem reunimo-nos com o Ministro Guido Mantega, e com a LDO e o PPA é que vamos começar a discutir o planejamento e as grandes transformações do País. Temos clareza de que as duas reformas mais importantes a serem discutidas este semestre, a tributária e previdenciária, podem inclusive mudar o conteúdo da discussão tanto do PPA e da LDO como também do Orçamento, a partir do ano que vem. Então, minha indagação é, basicamente, sobre se efetivamente está prevista a entrega do projeto ainda este mês.

O consenso de anos de discussões, o consenso que temos no Conselho e a vontade da maioria na Casa é fazer a mudança, mesmo que não seja a ideal, desde que seja possível, depois, nas discussões infraconstitucionais, realizarmos avanços importantes, para que se possa ter um pouco mais de justiça tributária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, a quem informo que o ofício para as Assembléias Legislativas já foi encaminhado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes; Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães; Ministro Tarso Genro, Sras. e Srs. Deputados, recordo aqui o ano de 1959, quando, a partir do sertão do Estado de Pernambuco, foi anunciada ao País a Carta de Salgueiro, que expunha os fundamentos da constituição da SUDENE.

Como foi dito pelo Deputado Carlito Merss, não seria tarefa inócua pensarmos, neste momento, nas competências que o Governo Federal tem e que deve exercer para produzir com a sociedade e o Congresso, com a contribuição do Conselho, uma reforma tributária sobretudo constitucional. Vou esforçar-me para não cair na discussão de se essa deve ser uma reforma tributária moderada, aguda, contundente, radical ou extremista; acho que isso não vai contribuir, até porque não estamos em fim de mandato. Estamos ainda próximos da conclusão do primeiro quadrimestre do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e creio que não podemos abdicar da autoridade do Governo Federal, mediante mecanismos de diálogo, de

debates, de construção coletiva, a fim de oferecer ao País uma reforma tributária, e sinto-me satisfeito se ela for entendida como constitucional.

Em segundo lugar, observando os pontos de consenso e as linhas de raciocínio que são oferecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vejo que há uma sintonia com dois artigos da Carta Magna, que me parecem tratar de forma muito incisiva as questões da pobreza, da marginalização, da redução das desigualdades sociais e regionais. Refiro-me aos art. 3º, III, e 170, que tratam da ordem econômica, colocando como um dos seus princípios a redução das desigualdades regionais e sociais.

Não vejo por que ficarmos tergiversando quanto à natureza da reforma. Ela tem que se iniciar atendendo a um fim último, as normas constitucionais, e deve ter a ousadia, sem com isso pretender ser autoritária, de colocar, em princípio, em dois dos artigos da Constituição o comprometimento com o recolhimento de tributos da órbita dos entes da Federação, dos Estados. Por exemplo, o art. 155 trata, entre outras coisas, da competência dos Estados e do Distrito Federal de instituir impostos. Já o art. 157 discrimina a competência da tributação para os Estados e o que pertence a esses entes da Federação.

Acho que o anúncio da transferência para um processo de lei complementar dessa etapa da reforma tributária é um retrocesso. Discordo profundamente de que não se trate disso já no texto constitucional. Por exemplo, além da competência dos Estados e do Distrito Federal de instituírem impostos e do que pertence aos Estados, matéria dos arts. 155 e 157, por que não inserir já no texto constitucional a norma referente à arrecadação do tributo no destino, no caso das operações interestaduais? A lei complementar regulamentaria de que maneira se poderia promover a compensação entre os Estados. Aí há também objeções que merecem ser mais discutidas.

Gostaria muito, Sr. Presidente, que tivéssemos em mão os dados reais das Secretarias Estaduais de Fazenda, das Procuradorias dos Estados e das Varas de Fazenda Pública, que sofrem com uma situação cristalizada por um mecanismo em que os Estados consumidores, ao adquirirem mercadorias nos Estados produtores, deixam lá uma parcela da alíquota do ICMS, e a parcela subsequente é recolhida quando a mercadoria entra no Estado consumidor. Esse mecanismo tem como consequência uma estrutura brutal de sonegação, que se vale exatamente do desvio de destino.

Muitos dos Srs. Deputados tiveram a oportunidade de passar por Secretarias de Fazenda, ou, por exercício profissional, foram vinculados ao Fisco, e

sabem que é comum a constituição do mecanismo de desvio de destino, em que uma mercadoria é adquirida no Estado produtor, no Centro-Sul ou no Sudeste, na nota fiscal comunica-se ao Fisco que ela vai para um determinado Estado, mas essa mercadoria é desovada num Estado diverso. Por quê? Porque na diferença de sete para dezessete, ou de doze para vinte e cinco, o sonegador embolsa dez ou até mais daquilo que deveria ser recolhido nos Estados.

Portanto, não se trata apenas de inserir no texto constitucional que, nas operações interestaduais de circulação de mercadorias, o recolhimento vai ser feito integralmente no destino, mas é preciso também, e esse é um dos pontos de consenso do relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, intensificar o combate à sonegação e à evasão tributária.

Não vejo por que o Governo assumir, no início do seu mandato, posturas tímidas – não diria moderadas; acho que são posturas tímidas –, até porque não estamos, neste caso, Deputado Mussa Demes, enfrentando a hegemonia ou a correlação de forças dos setores economicamente mais fortes, especialmente na área financeira; o que estamos enfrentando de fato são desequilíbrios históricos, que vêm acontecendo há décadas, e, ao mesmo tempo, entre a parte da tributação que fica no Estado produtor e a outra parcela que fica no que consome, um brutal e desonesto esquema de sonegação fiscal.

Nosso entendimento é o de que a matéria constitucional deve cingir-se à questão do destino, o que ficaria junto da competência que os Estados têm de instituir os impostos e do que pertence aos Estados, os arts. 155 e 157. A lei complementar, numa etapa posterior, serviria para discutir os mecanismos de compensação entre os Estados. Não vejo por que o Governo Federal abrir mão da sua autoridade de estabelecer esses mecanismos, sejam eles compensatórios, seja uma revisão dos fundos de participação, sejam outros mecanismos de investimento direto.

Abdicar da mudança no texto constitucional e jogar tudo para daqui a dois anos é abrir campo para a sonegação que se vale do desvio de destino, mantendo as desigualdades regionais.

Concluo, Deputado, lembrando o diálogo que tivemos na última sexta-feira com especialistas neste assunto. Eles apresentaram-me uma planilha que estima que o que os Estados consumidores do Nordeste remetem anualmente para os Estados produtores do Centro-Sul e Sudeste equivale a oito vezes o orçamento da SUDENE. Então, não há motivo para que os Estados consumidores transfiram renda para os Estados industrializados, como também não há motivo para que os Estados industrializados sejam penalizados por

serem industrializados. Cabe, aí, sim, a competência do Governo Federal, que constitucionalmente tem a responsabilidade de construir e promover mecanismos de desenvolvimento regional, e essa competência foi jogada no lixo, pelo menos na última década.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Tarso Genro, diversos pontos foram apresentados, alguns próximos ao consenso dentro do Conselho, mas quero fazer uma pergunta sobre um tema que, parece-me, tem sido pouco debatido na discussão da reforma tributária, qual seja, o de se ampliar a fatia dos chamados impostos diretos.

Num País que vive a crise que vivemos hoje, determinada pelas opções políticas que foram adotadas ao longo dos últimos anos, estamos enfrentando muita dificuldade de atuação e intervenção do Estado brasileiro no sentido de recuperar, por exemplo, setores fundamentais e estratégicos da nossa infra-estrutura. Outra questão é o desafio que o Presidente Lula já lançou ao País, que é este amplo movimento, podemos assim chamá-lo, de luta contra a exclusão no seu sentido mais duro, o combate à fome, programa esse que também enfrenta, como é compreensível, problemas de financiamento e de orçamento.

Minha pergunta é: o Conselho debateu, de alguma maneira, a instituição de um tributo que, por exemplo, possa taxar a transferência de bens nos processos de herança? Certamente o Conselho aprofundou esse debate, como foi dito por V.Exa. em diversos pontos da exposição.

Acho que hoje temos uma posição amplamente majoritária no País no sentido de coibir e, se possível, eliminar a guerra fiscal. Na minha avaliação, esse é um procedimento que privilegia muito poucos, aqueles que têm o poder de chantagear o Poder Público no sentido de obter vantagens que não podem ser estendidas a todo o setor produtivo, gerando inclusive desequilíbrio do ponto de vista da concorrência e da economia, o que por si só já é algo extremamente nefasto, e também retirando do Estado parcela fundamental da arrecadação, dinheiro que lhe falta para implantar programas que interessam à sociedade como um todo, como programas de desenvolvimento econômico, programas sociais e tantos outros. A adoção do princípio da cobrança no destino parece-me ser uma excelente medida para coibir, em grande parte, a guerra fiscal.

Há o temor compreensível por parte de alguns Estados de que a adoção do princípio de cobrança no destino possa gerar desequilíbrios do ponto de vista

arrecadatório. Parece-me que a melhor alternativa para enfrentar essa possibilidade é exatamente constituir, com parcela do crescimento da arrecadação que alguns Estados terão num processo como esse, um fundo gerido pelos próprios Estados, que possa, considerando a recente série histórica de arrecadação, promover um mecanismo de compensação para aqueles que seriam prejudicados por uma iniciativa como essa.

Não devemos, na minha opinião, perder este momento histórico, em que há uma grande vontade nacional de fazer a reforma tributária, nem esta possibilidade de coibir a guerra fiscal a partir das modificações que vamos votar aqui no Congresso.

Essas são as minhas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Tem a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Algumas das considerações não foram questionadoras, e não vou tecer qualquer comentário sobre elas, porque obviamente não é este o meu papel. Estou inclusive de acordo com a maioria delas.

Reitero um aspecto que foi salientado no início da minha exposição: esses enunciados propostos pelo Conselho não são necessariamente aqueles que serão adotados. O Governo submeterá à soberania desta Casa projetos de lei ou projetos de emenda à Constituição que levarão em consideração as conduções políticas do Conselho e as relações com os Governadores e demais instituições que têm presença política no jogo de formação de opinião e de produção de consensos na sociedade brasileira. O Conselho é um marco que o Governo instituiu para esse fim. Portanto, espero, sim, que muitas das sugestões, dos consensos, das recomendações estejam nas propostas do Governo, mas obviamente nem todas estarão.

Aproveito para dizer ao meu companheiro Deputado Henrique Fontana que nada foi discutido a respeito da criação de novos tributos que aumentariam a arrecadação do Governo. Isso partiu de uma pauta proposta pelo Presidente da República ao Conselho como órgão auxiliar, que busca a neutralidade da reforma. Então, essa possibilidade não foi debatida, mas isso não quer dizer que o próprio Congresso não possa produzir normas desse tipo, ou que o Governo eventualmente mude de opinião e mande, à revelia do Conselho, uma proposta nesse sentido. Creio que não o fará, mas não está impedido moralmente, nem politicamente, nem do ponto de vista legal. Poderá fazê-lo se assim entender.

O compromisso do Presidente da República com o Conselho, do qual é Presidente – sou o Secretário Executivo – , é levar em consideração aquilo que foi

produzido como elemento de escuta da sociedade civil organizada em um marco normativo proposto pelo próprio Governo.

Está presente a esta reunião um eminente membro do Conselho, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que foi convidado não porque é Deputado, e sim porque é Presidente da CNI. No Conselho S.Exa. processa sua opinião, sua participação, suas influências e suas relações nessa condição, e não na de Deputado Federal de grande importância política para o nosso País e para esta Casa. Pode, portanto, dar seu testemunho, se os senhores acharem conveniente, no momento oportuno, sobre como o Conselho opera, como discute, dialoga e produz determinados consensos, verificando na plenária aquilo que é a melhor possibilidade.

Não é possível perder de vista um conceito que está na base do Conselho: trata-se de um órgão que está tratando conjuntamente das reformas, mas com um projeto de longo curso, que é a criação de uma “concertação” nacional, de um grande acordo político no País – não uma unanimidade – para colocar a Nação em um outro patamar civilizatório, democrático, distributivo, desenvolvimentista, que, em última análise, evidentemente, é o interesse e a visão da ampla maioria desta Casa.

O companheiro Virgílio Guimarães fez a observação de que a palavra “concertação” não existe em Português.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Concertamento.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não existe no dicionário, mas existe na língua portuguesa, porque tirei do Conselho de Concertação de Portugal.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Concertamento.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Concertação. Posso mostrar a V.Exa. o livrinho, editado pelo Governo português. Tive o cuidado...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não existe “harmonizamento” nem “concertação”. Se for harmonizar, é harmonização. Se for concertar, é concertamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Peço que sigamos adiante.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Tive o cuidado de não ter a ousadia do ex-Ministro Magri de criar algum neologismo. Mas o documento no qual me baseei para utilizar a palavra, já que realmente existe polêmica em torno dela, é de Portugal, nosso país irmão. Mas isso não é relevante. O importante é o grande bloco social e político que temos de criar – contraditório e

polarizado às vezes, mas que tem, evidentemente, o interesse nacional como projeto superior.

O Deputado Carlito Merss pergunta se as reformas virão até o final do mês. O Presidente disse que sim. Diversas vezes manifestou-se no sentido de que a pressa nas reformas constitui a dialética do debate interno do Conselho, do Conselho com a sociedade civil, internamente nesta Casa, e desta Casa para a sociedade.

Em determinado momento eu disse: “Presidente, o Conselho não será impedimento para o envio da reforma. V.Exa. determina qual é o prazo e fazemos várias reuniões extraordinárias”, como fizemos, dos grupos temáticos e do próprio Conselho. E hoje temos a honra de dizer que as recomendações e os consensos sobre reformas da Previdência e tributária já estão nas mãos do Presidente da República.

Finalmente, respondo à pergunta sobre o fundo de compensação, feita pelo Deputado Henrique Fontana. Minha opinião sobre isso, que vi debatida no Conselho, é a de que o fundo de compensação, inclusive por orientação constitucional, deve ser elemento chave para que seja aprovada nesta Casa a unificação da legislação do ICMS, as balizas normativas que vão determinar essa legislação. Acho que é uma forma positiva. Mas isso, em última análise, vai ficar a cargo, evidentemente, do projeto que o Presidente remeter e da própria soberania desta Casa para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Ministro Tarso Genro, talvez a palavra “concertação” não esteja no nosso dicionário, mas já está fazendo parte da vida política do Brasil, da Nação brasileira e vem acompanhada, na fala de V.Exa., normalmente, das palavras consenso, diálogo e construção. Portanto, a idéia de que estamos promovendo, na sociedade brasileira, a construção, por meio do diálogo permanente, com um instrumento novo para o Brasil, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, inaugurado pelo Governo do Presidente Lula, já indica que estamos operando mudanças na estrutura do Estado e para a sociedade brasileira, buscando trabalhar essas mudanças com amplos setores da sociedade. E essa parece-me ser a idéia contida no termo “concertação”, uma idéia de diálogo, uma idéia democrática das instituições brasileiras.

As reformas em si, Ministro, possivelmente, não têm isoladamente o potencial de atuar para a transformação da realidade social do Brasil, especialmente

porque precisamos operar um conjunto de ações, e o programa de governo como um todo, para conseguir implementar a inclusão social com a qual estamos todos comprometidos. Essa inclusão deve combater as desigualdades econômicas, regionais, de gênero, raça e idade, e as condições informais de trabalho. Parece-me que a proposta que estamos observando, quando trata de interação com o tema da Previdência Social, já aborda a natureza das ações que queremos implementar, que devem estender a Previdência à sociedade brasileira como um todo, considerando que boa parte dos trabalhadores brasileiros estão à margem desse direito. A questão do valor agregado é nova no que se refere a buscarmos a implementação; não é um debate novo, mas parece que estamos caminhando para um importante conceito, com o objetivo de incluir, num sistema de Previdência Social, boa parte da sociedade brasileira que está na informalidade.

Quero tratar com V.Exa. exatamente desse tema, de como vamos incluir, especialmente porque Seguridade Social no Brasil, além da Saúde, tem outros dois eixos fundamentais: Previdência e Assistência Social. E há uma parcela da sociedade brasileira, que não é pequena, que talvez pela via do trabalho não tenha condições de ser incluída imediatamente ou em curto espaço de tempo. É aquela população altamente marginalizada, que vivencia as situações de rua, que está nos abrigos, nos albergues, aquela população que está completamente empobrecida não só do ponto de vista econômico, e que teve as portas fechadas para sua inclusão na economia, na cultura, na escolarização, em todos os fatores que podemos considerar para a mobilidade social.

Com esse objetivo, a Assistência Social tem um papel fundamental para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. A proposta que observo na reforma tributária indica a separação da Seguridade Social das contas do Tesouro, pelo menos como uma das sugestões, passando a incorporar um outro Orçamento da Previdência Social. Como V.Exa. prevê isso, especialmente considerando o crescimento de críticas à CO-FINS, que é um instrumento essencial para a política nacional de assistência social, uma política que demanda recursos, que precisa deles e que tem de estar estruturada para garantir essa inclusão social com eficiência e com uma gestão pública acima de tudo. Quero indagar sobre a questão da assistência social: como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social está trabalhando?

Outra questão, Sr. Ministro, diz respeito à própria gestão democrática, à democratização da gestão fiscal. V.Exa. foi titular de uma das experiências mais importantes que considero em termos de controle

social sobre Orçamento público, o Orçamento Participativo. Como vamos construir para o Brasil, que é tão complexo, processos nos quais a sociedade civil e os movimentos sociais, a sociedade como um todo, consiga compreender a política fiscal e estabelecer uma gestão democrática dessa política.

São as duas questões, Sr. Ministro, que formulo para sua apreciação. Saúdo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social pelas iniciativas, celeridade e pelo trabalho desenvolvido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero dizer que vejo com bons olhos o Conselho, até porque é uma forma de o Poder Executivo ouvir a sociedade refletida.

É evidente que o Executivo levará em consideração tanto o que ocorrer no Conselho como nesta Casa, porque, com certeza, os *lobbies* que lá vão atuar atuarão nesta Casa.

Sr. Ministro, tenho participado de alguns fóruns sobre debates da reforma tributária desde a Legislatura passada, e duas teses sempre são levantadas: a primeira, que a carga tributária brasileira é grande e sempre crescente; a segunda, que o Estado brasileiro gasta mal. São duas teses que sempre se apresentam.

A minha pergunta, Sr. Ministro, é se o Executivo leva em consideração a possibilidade de uma reforma administrativa. Se não pensarmos em reforma administrativa, sempre iremos imaginar – e aí há uma desconfiança da sociedade – que a carga tributária continuará crescente.

Um dos aspectos que considero, e fui questionado sobre o assunto na semana passada em uma reunião com Prefeitos de pequenos Municípios, é que, por não terem os Municípios um plano de cargos e salários e uma segurança funcional adequada, muitos profissionais só vão para lá trabalhar com contratos temporários de alto valor, como no caso dos médicos.

Sou autor, inclusive, de uma indicação ao Ministério da Saúde, a fim de que o Governo Federal banque os pequenos Municípios, através da FUNASA, no pagamento desses profissionais, até para diminuir o custo da Saúde pública nessas pequenas municipalidades.

A minha pergunta básica é: o Governo Federal tem proposta ou pensa na possibilidade de uma reforma administrativa que, do meu ponto de vista, é muito urgente?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Tem a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Deputado Pedro Fernandes, o Governo tem preocupação com a reforma administrativa, mas desconheço qualquer projeto que esteja sendo trabalhado para isso. E também seria irresponsabilidade da minha parte dar-lhe uma opinião mais profunda ou informações mais precisas sobre essa questão. A única coisa que tenho a lhe dizer é que compartilho, integralmente, da sua preocupação.

O Estado brasileiro gasta mal, e aqui não me estou referindo particularmente a nenhum governo, mas a um processo constitutivo genético do Estado brasileiro que não só superpôs uma série de estruturas político-administrativas na base da sociedade, que poderiam ser fundidas, como também funcionou, através de determinadas normativas, de determinadas políticas que desenvolveu, fundamentalmente como um Estado que propunha e desenvolvia, direta ou indiretamente, a acumulação de renda na ponta, ou seja, a concentração de renda.

Segundo, a carga é alta. O ideal é que façamos uma reforma tributária que nos permita, a médio prazo, reduzir a carga tributária.

Hoje isso me parece difícil, por isso o Governo defende a neutralidade da reforma por causa da dívida pública brasileira e do tipo de engendramento de relações objetivas, independente da nossa vontade, que nos vinculam ao capital financeiro globalizado.

Tenho a mesma visão do Ministro Furlan: acho que a desoneração do investimento produtivo, parcial ou total, dependendo desse investimento, é uma matriz e uma força motriz essenciais para o desenvolvimento.

Entendo que o objetivo de uma reforma, como a que estamos fazendo, é dar hígidez fiscal ao País e promover taxas de crescimento superiores que nos permitam, a médio e a longo prazos, sim, reduzir a carga tributária.

Não temos uma carga tributária exagerada em relação a alguns países altamente desenvolvidos. Em países que não têm miséria, a carga tributária chega a 52%. Mas o que devemos questionar é o seguinte: como essa carga tributária funciona, opera, para cumprir e obstar o processo de desenvolvimento? Essa é a questão que se apresenta.

Estou convencido, também, em função do tipo de competitividade global a que estamos, em última instância, submetidos, que precisamos de uma estrutura tributária que acabe com a regressividade, que onere os que têm muito e que permita que haja mecanismos de estímulo ao desenvolvimento a par-

tir de um sistema tributário justo, que desonere, cada vez mais, o salário e, portanto, estimule o consumo e, automaticamente, reforce o processo de acumulação interna pública e privada através de um forte mercado interno de massas.

Compartilho da opinião de V.Exa.

Deputada Maria do Rosário, os mecanismos de políticas sociais que o Conselho tem trabalhado, além desses que enunciei em relação ao sistema tributário, desoneração da cesta básica, é política econômica, mas também social. Estão mais vinculados a duas reformas que estão sendo discutidas: uma é a reforma da legislação trabalhista; a outra, a reforma previdenciária.

Por exemplo, na reforma previdenciária, há dois enunciados apresentados consensualmente ao Presidente da República. O primeiro é que o Governo desenvolva mecanismos de ampliação da cobertura tributária que contemple os idosos urbanos com a mesma carga protetiva que contempla os idosos rurais. Esse é o enunciado da reforma previdenciária, que foi consensual.

Quais são os mecanismos para isso? O Conselho não tem condições atuariais, condições técnicas para dizer, mas esta Casa tem. E o próprio Governo tem também para negociar com a Câmara os mecanismos sem aumentar a carga tributária.

O segundo é uma visão de que, tanto no sistema previdenciário brasileiro, como na reforma trabalhista, temos de fazer um grande processo de formalização da informalidade. Para isso, o Conselho recomenda alíquotas especiais, por exemplo, para se buscar a integração no sistema de seguridade social de vastos setores informais que estão completamente separados desse manto de cobertura estatal, que é essencial para populações de baixa e de baixíssima rendas.

São recomendações. Aliás, são consensos no Conselho essas normativas que estou explicitando e que passam pela questão da reforma tributária.

O conteúdo das discussões é sempre imputado ao Ministro temático. É ele que responde pelas discussões, pela organização da discussão, com o assessoramento da Secretaria e, obviamente, com a minha colaboração.

O Ministro Jaques Wagner tem dito que a reforma trabalhista tem dois sentidos: simplificar, agilizar, desburocratizar e não sonegar direitos; e formalizar a informalidade, ou seja, buscar novos sistemas e normas que contemplem a horizontalização, a fragmentação, a terceirização, uma constelação de serviços e articulações na base produtiva moderna, com conseqüências na base produtiva tradicional do Brasil, que hoje leva 52% da população a ficar à margem das legislações trabalhista e previdenciária.

Precisamos de agilidade para modernizar, sem desconstituir direitos, mas também temos de proporcionar condições para que todos esses setores sejam abarcados pelo sistema formal do Estado. Isso significa lançar pontes do Estado formal sobre a sociedade informal. Funciona também como elemento de consensualidade política, de concerto social que não permita a ruptura entre as sociedades formal e informal, para evitar que só conversem através da violência, o que ocorre hoje em determinados lugares do nosso País, conforme sabemos. Ou seja: quando as sociedades formal e informal dialogam apenas pela violência, temos a barbárie. Temos de recriar o sistema normativo brasileiro para restabelecer, permanentemente, essas pontes.

Esses são, na minha opinião, embora não sejam o tema da audiência, dois elementos essenciais que devem presidir as reformas previdenciária e trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Caro Presidente, Deputado Mussa Demes, caro Relator, Deputado Virgílio Guimarães, caro Ministro Tarso Genro, fui Prefeito de Lauro de Freitas, uma cidade da região metropolitana de Salvador, onde tive a felicidade de criar um conselho idêntico ao criado pelo Governo Lula e que, por coincidência, tinha o mesmo nome: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Não era Tarso Genro o Secretário-Geral, mas havia uma figura maravilhosa, o Pe. João Abel, um belga que me ensinou muito. E um dos problemas do nosso Município é a existência de regiões diferenciadas. Quando o avião pousa em Salvador, aterrissa na pista situada em Lauro de Freitas, e a estação de passageiros fica em Salvador.

V.Exa. sabe que no Brasil existem regiões diferenciadas. E o meu Município era diferenciado da região metropolitana. Para V.Exa. ter idéia, na época em que exerci o cargo de Prefeito, nossa arrecadação era de 130 mil dólares. Camaçari, ao lado, arrecadava 7 milhões de dólares; Simões Filho, do outro, arrecadava 4 milhões de dólares. E só arrecadávamos 130 mil dólares. Por quê? Porque Lauro de Freitas era cidade-dormitório. E o que poderíamos fazer para que o Município deixasse de ser diferenciado? Só havia uma saída: incentivos fiscais e não guerra fiscal. Guerra fiscal é uma coisa, incentivo fiscal é outra totalmente diferente. Neste País, precisamos continuar concedendo incentivos fiscais a regiões diferenciadas.

Hoje, o Município de Lauro de Freitas arrecada 2,5 milhões de dólares, dos quais 50% provêm do ISS, que variava de 5% a 10% e que baixamos para

algo entre 1% e 3%. Começamos a atrair as empresas e geramos empregos. A empresa que empregava mais de 50 funcionários era beneficiada com ISS de 1%.

Quanto à guerra fiscal – ICMS, IVA, destino da mercadoria –, São Paulo alega que vai ser prejudicado porque gera mais riqueza e emprego. Em compensação, consome mais. É a locomotiva deste País; o desenvolvimento brasileiro se dá em São Paulo; a classe produtora e econômica do País está em São Paulo. Obviamente, vai haver compensação. Precisamos calcular esses custos. Precisamos saber se realmente São Paulo vai perder. Acredito que talvez até saia ganhando.

E o que dizer do ICMS sobre a participação dos Municípios, Sr. Ministro? Coitados deles! Espero que, com essa reforma fiscal, realmente mudemos a realidade dos Municípios. Tudo neste País acontece em um determinado Município. Nada acontece fora deles, a não ser no Distrito Federal, e são os mais prejudicados.

A distribuição do ICMS aos Municípios pelos Estados. Às vezes, há um Município privilegiado em determinado Estado, a exemplo de Camaçari, na Bahia. Levaram a fábrica da Ford para lá. Que beleza, que maravilha! Camaçari ficará cada dia mais rica, e os outros Municípios cada vez mais pobres. Está errado. Temos de fazer a compensação, senão uauá, que está lá na ponta, no sertão, vai continuar eternamente na pobreza, na miséria.

(Intervenção inaudível.)

Meu companheiro Walter Feldman, falemos agora de São Paulo e dos Estados do Nordeste. V.Exas. entendem que somos o mercado de vocês. A nossa população é paupérrima. José Graziano estava certo: a marginalidade de São Paulo é, muitas vezes, obra de nordestinos. Está claro. Se V.Exas. quiserem conhecer, a partir de um projeto meu, foi feita em determinada região do Nordeste uma espécie de Censo, de casa em casa, e se constatou que 53,7% daquela população foram para São Paulo. Se quiserem saber quantos estão presos, dou-lhes os nomes. Temos 111 presos lá. Este é o Brasil, Deputado Walter Feldman, e precisamos mudá-lo nesta Comissão.

Ministro, só lhe peço para não esquecer os nossos Municípios. Quando conseguir mudar algo, saiba que cada alíquota acima dos 13,8% que os Municípios recebem hoje vai melhorar a vida da sua população.

É só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado João Leão.

Com a palavra o Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Ministro, parabenizo V.Exa. por ter vindo a esta Comissão que discute a reforma tributária

e também pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Embora tenham sido feitas muitas críticas e levantadas muitas preocupações com a possibilidade de o Conselho exercer o papel do Parlamento, hoje fica claro e evidente que tem uma contribuição extraordinária a dar ao País, fundamentalmente no debate das reformas tributária, previdenciária, política, enfim, de todas as reformas propostas pelo Governo Federal.

Na minha avaliação, o Conselho está composto por todos os representantes da sociedade brasileira. Nada melhor do que ouvir a sociedade brasileira, fundamentalmente as entidades que estão com a mão na massa, como diz o ditado popular, na condução da política econômica e social do País.

Minha primeira pergunta diz respeito aos próximos passos do Conselho como contribuição nesse processo de debate das reformas. Apresentou as sugestões, mas e agora? Vai dar prosseguimento a esse debate na sociedade? Essa idéia não é tão explorada e debatida publicamente porque não há cultura que visualize a reforma tributária como elemento fundamental para a distribuição de renda neste País? Acredito que o Conselho tem papel estratégico na construção das reformas e quero entender um pouco os seus próximos passos em relação ao Parlamento e à sociedade. Nesse aspecto, porque se afunila o debate no Parlamento, evidentemente que a voz, a decisão ou a relação que estabelecer com esta Casa vai ser fundamental para a aprovação ou não do projeto.

Tenho certeza absoluta de que, embora se construam muitos consensos, haverá muito debate político e muitos atritos do ponto de vista da finalização e da aprovação do projeto. A questão da qual não abrimos mão e que talvez seja o expoente maior do radicalismo deste momento histórico que vivemos é a aprovação das reformas tributária e previdenciária que há muito tempo tramitam.

Sr. Ministro, faço outra pergunta que acredito ser extremamente importante: quais são os mecanismos que o Conselho debateu e que vão ser aplicados no combate à sonegação fiscal no País? Acredito que a reforma tributária vai diminuir muito o número de impostos, mas esse não é o maior problema. Existe uma cultura no País que prima pela sonegação fiscal. Quais são os instrumentos, os elementos novos de que vamos tratar neste País a partir da reforma tributária, para conscientizar quem produz e quem consome a combater a sonegação?

A sonegação fiscal no País é muito elevada e dificulta a aplicação das políticas sociais de qualquer Governo. A mudança da cultura política construída ao

longo da história é fundamental para que se faça reforma tributária eficaz na sua implementação.

Os grandes defensores da guerra fiscal no País talvez ainda não tenham tido a coragem de fazer a autocrítica, mas a verdade é que ela foi predadora em muitos aspectos. Hoje todos dizem que a guerra fiscal deve ser abolida. Diminuir ou acabar com a guerra fiscal, o que o Conselho apontou como princípio básico, objetivo fundamental da reforma tributária, é um elemento que envolve grandes empresários, grandes associações empresariais e movimentos sindicais. Esse é um elemento inovador. Deveríamos aprender com os erros cometidos no passado, mas a guerra fiscal foi elemento predador da nossa economia e de algumas regiões. São avanços significativos a avaliação de tal instrumento e a idéia de não mais retomá-lo.

Qual a opinião do Conselho sobre a taxação das grandes fortunas? Essa é uma das propostas do nosso Governo, aliás, muita corajosa. Tratamos aqui da reforma fiscal, mas a idéia de taxação de grandes fortunas é importante do ponto de vista de exigir contribuição maior de quem acumulou muita riqueza neste País. Isso significa melhor distribuição de renda e tratamento diferenciado a trabalhadores e à maioria da população.

Sr. Ministro, o Governo brasileiro tentou várias vezes incluir no processo de arrecadação de tributos milhares de empresas. O REFIS e vários outros programas nunca foram eficazes. Na minha avaliação, por causa da burocracia instalada no País. O pequeno empreendedor quer se enquadrar, mas espera meses e paga inúmeras taxas, enfim, enfrenta a histórica burocratização do Estado. Qual a opinião do Conselho sobre a burocratização? O que pensa fazer para resolver o problema? Muitas empresas não atuam legalmente em razão das resistências burocráticas do Estado brasileiro.

Essas questões constituem, eu acredito, a iniciativa e a determinação política do Governo brasileiro, que deseja também incluir as reformas constitucionais na pauta do Congresso e votá-las no primeiro semestre. Aqui já estiveram vários Ministros e pessoas que conhecem a matéria. Não sou dos grandes conhecedores, mas vivo o dia-a-dia das dificuldades e recebo especialistas, para aprofundar o debate.

O Governo tem feito um grande esforço. Com certeza vamos levar a cabo a reforma tributária, e ela vai iniciar um novo ciclo de crescimento econômico, político e social no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Ary Vanazzi.

Com a palavra o Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, acredito que nunca tivemos oportunidade tão boa para fazermos reforma tributária que resolva os problemas relativos ao Custo Brasil, à sonegação. O atual sistema tributário brasileiro, todo encalacrado, dificulta a vida dos brasileiros e das empresas, principalmente daquelas que exportam.

Mais da metade dos atuais membros desta Comissão fizeram parte da Comissão anterior. Quando o Deputado Mussa Demes instalou esta Comissão Especial, disse o Deputado Delfim Netto que alguns membros eram dinossauros da reforma tributária, a exemplo dos Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães, Relator da matéria.

Acredito que o Conselho criado pelo Governo representa de forma plural a sociedade brasileira. Muitos nunca ouviram falar em tributos, mas grande parte das pessoas conhece, a exemplo do Deputado Armando Monteiro, que fez parte da Comissão anterior e já debateu muito a reforma tributária.

A grande dificuldade de fazer a reforma tributária é o imenso superávit primário que temos de gerar para cumprir o acordo com o Fundo Monetário Nacional, que não condeno. Elogio o Governo Lula pela coragem de ter definido esse aumento do superávit primário, porque também acredito que só assim, num futuro até bastante próximo, começemos a reverter a situação. Repito: é necessário fazer esse superávit primário hoje; acredito nas razões apontadas pelo Governo.

Devo admitir que acreditei, quando soube da nomeação do Ministro Palocci para o Ministério da Fazenda – S.Exa. foi Vice-Presidente da anterior Comissão Especial da Reforma Tributária – , que apreciaríamos um texto mais ousado, que mexeríamos no grande miolo da reforma tributária e faríamos com que as contribuições deixassem de ser cumulativas. Atualmente, a cumulatividade dos tributos sobrecarrega a produção, constituindo fator principal para o aumento do custo das mercadorias e das exportações. O trabalho realizado pela Comissão anterior mostrou o enorme peso da COFINS, da CPMF, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da CIDE sobre o faturamento das empresas.

Acredito que não precisamos mexer muito no ICMS. Discutimos a origem e o destino das mercadorias, mas não é por aí que devemos começar a discussão. Se conseguirmos unificar o regulamento do ICMS e as alíquotas, num tratamento bom e inquestionável juridicamente, para a substituição tributária, resolveremos grande parte do problema tributário dos Estados, que terão mais de 95% de suas receitas incluídas nessa questão. Na maioria dos Estados brasileiros talvez mais

de 60% das receitas sejam geradas no destino ou por substituição tributária, cobrada por meio das tarifas de combustíveis, telecomunicações, energia elétrica e dos preços de automóveis, bebidas, cigarro etc.

Sendo membro desta Comissão e tendo integrado a Comissão anterior, acredito que perdemos uma grande oportunidade. Com a legitimidade do Governo e o conhecimento do Ministro da Fazenda sobre a reforma tributária, poderíamos aprofundar o debate em torno da matéria e torná-la mais eficaz. E mais: se a reforma for modesta, esta Comissão vai tentar aprofundá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado José Militão.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Saúdo o Sr. Presidente, o Sr. Secretário, o Sr. Relator, as Sras. e os Srs. Deputados. Antes de começar, deixo muito claro que sou daqueles Deputados que acreditam que a iniciativa de criação do Conselho é positiva. Em momento algum imaginei que ele pudesse disputar com o Parlamento, enfim, com as nossas atribuições e tarefas.

Quando fui Vereador no Rio de Janeiro e Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, desenvolvi com o então Vereador Jorge Bittar uma versão do Orçamento Participativo, o Orçamento Cidadão. Portanto, acredito que todos esses instrumentos de comunicação com a sociedade civil são positivos.

Por entender que o Conselho cumpre importante papel, principalmente no que diz respeito ao assessoramento ao Presidente da República, confesso que fiquei muito preocupado quando recebi este documento. Primeiro porque havia expectativa muito grande por parte do nosso Presidente, manifestada na última reunião, devido à informação de que o Conselho teria tido acesso a alguma proposta encaminhada a esta Casa. Portanto, poderíamos descobrir algo e discutir mais concretamente. Claro, decepcionei-me um pouco porque isso não se verificou.

De certo modo, observei no documento encaminhado que, de maneira muito inteligente, a metodologia do relatório apresenta consenso, pontos de convergência, recomendações, maior grau de aferição e sugestão com menor grau de aferição. Os consensos, ou seja, os pontos de convergência, somam cinco páginas; e as sugestões com menor grau de aferição somam quinze páginas. Isso me preocupa sobremaneira. Já ouvi diversos Deputados falando sobre o grau da reforma. O Deputado José Militão acabou de tratar disso. A reforma será profunda ou tratará de poucos temas e avançará o mínimo possível?

Nessas cinco páginas, que supostamente são as páginas da convergência e do consenso, vemos que nada há nelas de objetivo. Na verdade, se fizéssemos um *clipping* das manifestações dos diversos políticos de todos os partidos, das diversas instituições empresariais da sociedade civil, os pontos apresentados como convergentes são os que todos querem. Mas como analisá-los de forma concreta?

Tenho ouvido falar, desde o Governo passado – não é essa uma novidade do atual Governo –, da possibilidade de desconstitucionalizarmos a discussão da reforma tributária. Falava sobre isso na última reunião desta Comissão. Fazia parte da outra Comissão, junto com o Deputado José Militão, e a proposta do Relator Mussa Demes, que aprovamos, baseou-se no consenso do grupo. Creio que o Deputado Mussa Demes concorda que aquela proposta avançava em aspectos que não precisavam constar do texto constitucional. Mas não podemos estar nem tão lá nem tão cá.

Preocupo-me quando vejo o Conselho apresentar esta proposta ao Presidente da República, porque caminharíamos fatalmente para a desconstitucionalização do sistema tributário. Isso é grave. Diversos Governadores do PSDB trataram dessa questão nos jornais e mostraram muito claramente que temem perder receita e arrecadação. Eles não deixarão essa desconstitucionalização caminhar à solta.

A desconstitucionalização não é uma tradição do sistema jurídico brasileiro, principalmente no que diz respeito ao sistema tributário. A Constituição deve definir muito claramente certas questões relativas ao sistema tributário, ou seja, as competências tributárias, as vedações ao poder de tributar. Fala-se dos três tipos de tributos do nosso sistema tributário: impostos, contribuições de melhorias e taxas. É óbvio que, se as taxas e as contribuições de melhorias não estiverem muito bem definidas, não há muito problema porque elas pressupõem contraprestação específica. No caso dos impostos, tudo muda. Se não estiverem muito bem definidos, corremos o risco de enfrentar balbúrdia ou confusão. Quanto ao ICMS, para buscar o consenso não podemos jogar tudo para a legislação complementar, até porque seu objetivo é resguardar o dispositivo constitucional e não definir o que deve ser feito ou não; é dirimir invasões de competência que eventualmente surjam.

Saúdo o Conselho pela iniciativa que tomou. Imagino como deve ter sido difícil para o Sr. Secretário tentar reunir grupos que muitas vezes divergem em suas opiniões e buscar o consenso. Imagino também que não deve ser fácil chegar a esta Comissão com um documento mais consolidado. Jamais esperaria que o Conselho contasse quanto um pede e quanto o outro

ganha; isso é obviamente impossível. Mas é claro para mim que o Presidente da República precisa de alguns pontos mais objetivos. Por exemplo: nem a questão da origem e do destino das mercadorias foi incluída aqui. Creio que está enquadrada nas recomendações e não no consenso.

Sugiro que não se desconstitucionalize tanto a reforma. Ela não pode ser tão branda ou, então, não obteremos um consenso total. O Governo deve definir o que vai fazer e defender as suas teses nesta Casa, por intermédio da base parlamentar.

Sr. Secretário, V.Exa. usou expressão que considere muito interessante: “princípio da aparência imediata”. Fico com medo de que essa proposta esteja fundamentada no princípio da aparência imediata e que esses consensos não estejam bem estabelecidos. Nesse caso, a reforma tributária ficará muito aquém do que desejamos e do que o Brasil precisa. O sistema tributário é tudo isso de que se falou aqui e talvez um pouco pior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Sr. Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sr. Presidente, começarei respondendo ao nobre Deputado Eduardo Paes, que tratou de questões que dizem respeito à legitimidade política – e não me refiro à legitimidade vinculada a algum preceito legal – da proposta trazida a debate.

Quero fazer novamente um esclarecimento preliminar. Esses enunciados são do Conselho para o Presidente da República, não refletem necessariamente aquilo que S.Exa. remeterá à apreciação de V.Exas. Se as propostas são efetivamente contidas e os consensos são questionáveis, significa que o Conselho trabalhou bem politicamente. Ele não apresentou ao Presidente da República o diagnóstico do que não há no Parlamento, mas do que há na sociedade civil organizada. E estes pontos, as cinco páginas citadas por V.Exa., são consensuais, bem como as recomendações.

Se a reforma vai ser mais ou menos ousada do que as proposições contidas neste documento, é uma decisão do Presidente da República, que não se abebera somente dos estudos do Conselho para formar o seu juízo, mas, sim, do que já foi produzido por esta Casa, da relação com a sua bancada, com a bancada oposicionista, com os Governadores, cuja importância sabemos ser muito grande. Teoricamente, é possível que a proposta a ser examinada por esta Casa seja mais ousada ou até – quem sabe? – um pouco mais contida,

já que se adotou o princípio de que devemos aprovar reforma tributária no mínimo boa para o País.

Quanto ao princípio da aparência imediata, é um modo de aferição que adotamos no Conselho em homenagem a esta Casa. Digo com toda a tranquilidade e com todo o respeito que foi em homenagem a esta Casa, para que o Conselho não votasse e não estimulasse, portanto, a imaginação prodigiosa e legítima de concorrência com o Parlamento. O que fazemos, na verdade, é verificar o assunto pelo princípio da aparência. E depois proponho como consenso determinadas normativas, bem como recomendações, em função da visibilidade, do número de pessoas que defendem uma ou outra posição e assim por diante.

Todas as propostas, quero deixar bem claro, são direta ou indiretamente fruto de consenso. Se percebo que não há unanimidade em relação a alguma proposta, digo à plenária do Conselho que vou apresentá-la como recomendação, depois de ouvir sua opinião.

Esse modo de aferição está relacionado com o próprio projeto do Conselho, um instrumento de concertamento social, ou seja, de constituição de um bloco. Tendo em vista o nível e a qualidade do diálogo travado aqui, vejo que é possível constituir um patamar mínimo de entendimento na sociedade brasileira para fazer o País avançar, sem que pessoas, grupos e partidos percam sua personalidade ou sejam impedidos de defender suas visões mais ou menos utópicas ou mais ou menos realistas. Isso é perfeitamente possível no Brasil maduro configurado neste debate: o Brasil politizado que sabe o que quer.

Essa não é uma conquista do Governo Lula. Ela foi obtida no Governo Sarney, na transição democrática que agora tem o seu ápice demonstrado na qualidade das reformas que vamos fazer e também na sua contenção.

Quando falamos em reformas boas para o País, com o máximo de consensualidade, estamos pedindo um mínimo de conflitos e de desentendimentos sociais, embora este seja necessário ao processo democrático. Chamamos a atenção de todos para a fase especial vivida pela sociedade brasileira, ou seja, a afirmação de um ciclo republicano e o início de outro ciclo republicano a partir de um novo modelo de desenvolvimento para o nosso País, que talvez tenha a unanimidade que este Parlamento deseja.

Agradeço a V.Exa. as observações. Já falei aos meus companheiros de partido do seu trabalho no Rio de Janeiro. Lamento que o tenha decepcionado um pouco, mas é melhor decepcionar pelo cuidado do que ganhar pouco com ousadia demasiada. Essa é a visão com que trabalhamos neste projeto.

Deputado José Militão, concordo integralmente com V.Exa. quando diz que esta Casa tem o direito e o dever de aprofundar a proposta que o Governo quer enviar. O Parlamento vai definir o grau de aprofundamento possível das reformas e não o Conselho. Buscamos apresentar os níveis de consensualidade, porque fazemos parte de um órgão representativo da sociedade civil, mas a representação política da sociedade está aqui. O grau de aprofundamento e de legitimidade aqui determinado vai ter legitimidade na sociedade brasileira.

Deputado Ary Vanazzi, o Conselho não discutiu a burocratização nem a taxação de grandes fortunas, embora tenha dito que o princípio de todas as reformas deve tender para a redução drástica da regressividade do nosso sistema tributário.

Quanto à sonegação, afirmou que a reforma deve criar mecanismos para evitar a evasão e a sonegação fiscais, mas não há discussão profunda sobre isso, a não ser sobre princípios.

Quais os próximos passos do Conselho? Temos três pautas a apreciar daqui em diante. A primeira é a reforma trabalhista, a ser discutida de maneira articulada com o foro comandado pelo Ministro Jaques Wagner. A segunda é a constituição de um grupo temático especial para tratar da importância das pequenas e microempresas no processo de desenvolvimento do País. O que fará? Apresentará enunciados sobre as relações, na política econômica, de pequenas e microempresas como instituições fundamentais para o projeto de desenvolvimento nacional. Estamos maduros de ver os países desenvolvidos valorizarem a importância dessas empresas na constelação de relações do processo produtivo moderno, que favorece a autonomia, a concentração, o surgimento de estruturas micro e pequenas de serviços e de produção, mas por outro favorece também o esmagamento dessas instituições. A economia, num nível ótimo, combina essas relações; combina a emergência de pequenas e microempresas com a possibilidade de constituição de grandes e fortes grupos econômicos, com capacidade de disputa global, o que cada nação deve ter.

Recomendo a V.Exa. a leitura da *Segunda Carta de Concertação*, em que, por unanimidade, o Conselho diz que o Brasil deve constituir grandes corporações com capacidade de disputa multinacional para ter uma relação ofensiva com o mercado mundial. Isso se decide a partir da visão de desenvolvimento, mas pressupõe forte e protegida legalmente rede de pequenas e microempresas, com capacidade competitiva, pois constitui a base de apoio para o surgimento de médias e grandes empresas.

Finalmente, há um terceiro grupo que vai percorrer provavelmente um ano de debate: Fundamentos Políticos de um Projeto de Desenvolvimento. Ele vai trabalhar de maneira articulada com os demais Ministérios para transformar esse grupo de trabalho, que teve o maior número de inscrições – 53 inscritos –, em dois, a fim de discutir as relações entre economia e política. O grupo vai discutir como se constituem essas diretrizes de concertação em cima de um projeto nacional alternativo, na sua relação com o movimento da economia. Isso é fundamental e não é tratado nos compartimentos por um setor do Governo.

É necessário que se faça isso através de uma concertação interna, e o Conselho vai exercer importante papel unificador desse processo. Isso deverá chegar no ano que vem, no I Congresso Nacional de Concertação Política, que será o momento original da evolução política republicana do País, em que pretendemos soldar o primeiro degrau de um novo contrato social, ou seja, a formação de uma articulação social e política dando sustentabilidade a um projeto de desenvolvimento que tenha a idéia de um projeto nacional como centro e de justiça social como meta.

Deputado João Leão, V. Exa. não sabe a identidade que temos, que é dupla. Primeiro, sua vocação para Prefeito. Segundo, sua admiração tributada ao Governador Mário Covas, grande figura política do nosso País. E concordo integralmente com V. Exa. pela minha experiência política e como gestor público por quase nove anos em Porto Alegre – primeiro como Secretário de Governo e Vice-Prefeito e depois sucessivamente como Prefeito.

Temos em Porto Alegre, na grande Região Metropolitana, exatamente as mesmas questões que V.Exa. observa. Está aqui o Deputado Ary Vanazzi, originário daquela região, que não me deixaria mentir sozinho. A cidade de Cachoeirinha, por exemplo, é tida como cidade dormitório, o que é uma visão humilhante. Não é uma cidade dormitório, é uma comunidade que trabalha, que tem aspirações de constituir um ambiente favorável de integração e coesão social.

Sou absolutamente favorável aos incentivos, que não são instrumentos de política tributária, embora muitos devam estar na legislação tributária, são instrumentos de políticas de desenvolvimento regional, que devem ser articuladas como política tributária. Acho que o Governo não deve eliminar incentivos, porque é um instrumento de intervenção macroeconômica que ele deve deter, de maneira articulada com as regiões, os Municípios e os Estados.

Portanto, concordo plenamente com V. Exa. O combate à guerra fiscal, na minha opinião, não quer dizer que o Governo não tenha instrumento de desen-

volvimento do incentivo como instrumento de combate aos desequilíbrios regionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – De 1988 para cá, todos os impostos criados – essas taxas e contribuições criadas são impostos – ficaram exclusivamente para a União. Os Municípios ficaram lá. Concertação ou concertamento é a oportunidade de V. Exa., que foi Prefeito, de consertar isso que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado João Leão.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Relator, caros colegas Deputados, não estou no rol dos dinossauros, mas já estou no terceiro mandato. Quando cheguei a esta Casa, não tinha um cabelo branco, e meus cabelos já estão ficando grisalhos. Estou sempre ouvindo pelos corredores da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional e do próprio Ministério a disposição da reforma tributária. E eu imaginava que se fizesse a reforma tributária, mas que não houvesse um componente tão forte. Todos querem a reforma tributária. O empresário quer a reforma tributária, mas não quer pagar mais; o Município quer a reforma tributária, mas não quer perder; o Estado quer a reforma tributária, mas não quer perder; a União quer a reforma tributária, mas também não quer perder. Então, esse desencontro talvez tenha sido a motivação para o alongamento do prazo de discussão da reforma tributária.

Já que o Presidente da última Comissão, da qual fiz parte, que discutiu a reforma tributária nesta Casa, é hoje o Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que seu Vice-Presidente é o Ministro Antonio Palocci e o Relator é o Deputado Mussa Demes, pensei que iríamos iniciar a discussão da reforma tributária a partir da proposta do Deputado Mussa Demes. Lamentavelmente, estou vendo que a coisa não está caminhando bem assim. Fico verdadeiramente preocupado.

Louvo a iniciativa da criação do Conselho, órgão consultivo que poderá oferecer uma colaboração fantástica ao Presidente da República. Lamento que em sua composição não participe nenhum órgão da sociedade civil ou cérebro inteligente, tanto da iniciativa privada quanto do setor público, do meu Estado. Então, vejo-o até como discriminador do meu Estado, que, aliás, está sendo discriminado há muito tempo.

São Paulo, como bem disse o Deputado João Leão, é a força motriz deste País, mas é o maior importador. O segundo maior importador é o Estado do Amazonas, em função da Zona Franca de Manaus. Não

tenho nada contra o processo de importação, pois gera mais ICM, mais emprego, mais renda etc. Não tenho nada contra a Zona Franca de Manaus. Sou contra essa enorme injustiça, porque meu Estado é o maior exportador de divisa líquida para este País.

Preocupa-me o que aconteceu no Amapá, na Serra do Navio. O minério foi todo retirado, e o Estado ficou a ver navios. O nosso Estado é exportador de 95% de recursos naturais, sejam minerais ou florestais. Quanto mais aumenta a exportação da Vale do Rio Doce, mais aumenta o buraco que ela deixa, pois não tem nenhum compromisso com o Estado do Pará. Aumenta o buraco no solo do Pará, no meio ambiente, nos aspectos sociais.

Em relação a Eldorado do Carajás, se tivessem pensado num processo maior e não houvesse aquele portão em Paraopebas, que separa a nobreza da pobreza, talvez tivéssemos oportunidade de uma inserção maior, de um processo de inclusão maior na sociedade.

Esperava que a resposta viesse ao encontro da proposta de reforma tributária, já que o Deputado Mussa Demes e toda a Comissão que discutiu a questão e andou por este País tiveram a preocupação de compreender que tinha que haver uma compensação financeira para o Estado do Pará.

Anotei dois tópicos que foram tratados *en passant*, sem o aprofundamento necessário, sobre a parte da exportação. Também somos produtores de energia elétrica e exportamos essa energia para outros Estados, que cobram na ponta algo do tipo do Imposto de Importação, em torno de 25% de ICMS. Na energia também cobram 25% de ICMS. Gera emprego, gera renda, gera melhor qualidade de vida para toda a sociedade brasileira. Quero o desenvolvimento do Estado.

Nos últimos cinco anos, contribuímos para a balança comercial com 10 milhões de dólares. Somos o principal pagador dessa conta de importação do País, mas não podemos continuar pagando essa conta com a fome do povo paraense e com a qualidade de vida que estão experimentando. Temos 20% de reserva de água doce em toda a Bacia Amazônica, e o Estado do Pará é um dos privilegiados. É um absurdo que várias comunidades não tenham água para beber e, quando têm, não seja tratada. Somos o maior produtor de energia deste País. É o cúmulo do absurdo as comunidades não terem energia elétrica.

Vejo que a concepção do Conselho é espetacular e digna de aplauso por toda a sociedade brasileira, mas ela não pode permitir que continuem com essa injustiça. Não posso pagar a conta com a dignidade de um povo. Essa reforma tributária traz para a sociedade

brasileira uma oportunidade de corrigir desigualdades entre as regiões e não estou vendo isso aqui.

Espero que, ao compulsar aquela proposta de reforma tributária do hoje Presidente, então Relator da reforma tributária, com essa disposição, certamente, vão-se minorar as dificuldades que estamos experimentando naquela região.

Somos um Estado que está diante de uma situação ímpar no processo de exportação, quando se fala em política de exportação, pela nossa localização, por termos escoando para ali 25 mil quilômetros de rios navegáveis. Poderiam perfeitamente até fechar o Rio Amazonas e não permitir que os navios entrassem mais ali, dando oportunidade às pequenas embarcações para fortalecer o sistema de transporte fluvial, que é outra ponta que precisa ser trabalhada nesse processo de reforma tributária.

Sr. Ministro, V.Exa. tem uma história de trabalho e de preocupação com a injustiça social. Está sendo entregue pelas suas mãos ao Presidente da República uma ferramenta de trabalho que certamente continuará a ser discutida aqui no Congresso Nacional. Espero que V.Exa. ainda tenha a disposição de pedir ao Presidente que corrija essa injustiça que tanto nos incomoda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Anivaldo Vale. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Parlamentares, a oportunidade é resultado do amadurecimento da matéria nesta Casa e no País.

A reforma tributária está sendo desejada desde a promulgação da Constituição de 1988. Os colegas Constituintes levaram para Estados e Municípios uma parcela da receita da União, notadamente os antigos impostos únicos e um percentual muito grande do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O que a União fez, de 1988 para cá, assim como todos os que passaram pelo Governo, foi contornar o problema constitucional através de impostos ruins, como a CPMF, a COFINS, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para poder desviar da partilha constitucional para Estados e Municípios. E o sistema se agravou. A idéia era uma, e o resultado foi outro. O sistema se agravou e a economia brasileira, nesses anos todos, sofreu inúmeros planos econômicos, desde o Governo Sarney, passando pelo Governo Collor, até chegar ao Plano Real, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A verdade é que completaremos em outubro quinze anos da promulgação do texto constitucional, e o sistema brasileiro deu marcha a ré e se constituiu o pior sistema tributário do mundo: onera a produção e os consumidores, e milhões de pobres pagam a maior parte da conta.

Essa constatação é feita hoje em todo o País. É um manicômio tributário que transforma o Judiciário também num manicômio, porque 60% das ações dos tribunais hoje têm origem nas demandas tributárias; entope as repartições públicas no 1º Grau de jurisdição e no famigerado Conselho de Contribuintes com milhares – talvez milhões – de ações.

Estamos numa encruzilhada. A mudança de paradigma político já aconteceu com a ascensão de Lula ao poder. Um operário de esquerda, o que não se imaginava, chega ao poder. Estou aqui há doze anos. Quando Secretário da Fazenda do Paraná, participei intensamente da Assembléia Nacional Constituinte, na qual a Carta de Canela se impôs perante o texto tributário, porque a maioria dos Deputados da Comissão de Reforma eram oriundos de Secretarias de Fazenda, como os Deputados Mussa Demes, Benito Gama e tantos outros.

V.Exas. têm a oportunidade de fazer algo que resolva a situação. Se não modificarmos agora, nesse esforço do novo Governo, neste ano, não consertaremos mais para a frente. Os interesses federativos e outros interesses se sobrepõem. E há a velha história da guerra fiscal, que, junto com a sonegação, a elisão e a corrupção, transformaram nossa economia de mercado numa fraude, onde quem pode mais chora menos. Quem pode mais vai ao Governo, pede incentivo fiscal ou creditício, e quem não pode se sacode. Essa é a triste realidade do País em que vivemos.

Sobre a economia afirmei outro dia que – e um apresentador de TV até fez uma ironia –, se fizermos um sistema tributário semelhante aos modelos vigentes na Europa e nos Estados Unidos, vamos crescer, só por efeito da reforma tributária, em torno de 4%, 5% a mais, sem falarmos na questão creditícia, quando mexemos no *spread*, no custo do dinheiro no País.

Evidentemente, as reformas trabalhista e previdenciária fazem parte desse elenco. Mas a relação do Estado com a sociedade é feita pela cobrança dos impostos e das contribuições, e, do jeito que está, não há o menor cabimento. Pelo padrão europeu/americano, cerca de 40% a 50% da arrecadação tem origem no Imposto de Renda de pessoa física ou jurídica, acentualmente de pessoa física, que, quanto mais direto, menos regressivo. No Brasil, cerca de 20% da arrecadação é oriunda do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O grosso

da arrecadação vem da base do consumo, que é extremamente regressivo, suscetível à sonegação.

Venho meditando sobre isso. Acompanhei o assunto durante muitos anos, ajudei a formatar o texto do Deputado Mussa Demes. Participamos ativamente da discussão origem/destino. Chegamos à conclusão, no passado, de que o destino era muito melhor. A Comissão anterior, presidida pelo ex-Deputado Germano Rigotto, colega nosso do Rio Grande do Sul, por meio do projeto do Deputado Mussa Demes, teria resolvido a questão origem/destino. Agora a discussão volta.

Tomada essa decisão, continuamos a meditar. Os impostos declaratórios, como IVA, ICMS, IPI, ISS têm características européias. A América do Norte nunca teve um imposto desses. Os Estados Unidos são um continente, o Brasil é um continente, e há 27 legislações. Até brinco que temos o MERCOSUL, estamos negociando com a ALCA e a União Européia, mas não temos a ALCE – Associação de Livre Comércio dos Estados. Mantemos aqui a cobrança de 12% e de 7%, entre os Estados federados, o que é uma coisa louca.

Se hoje eu fosse autoridade do Paraná, não compraria nada, nenhum produto, de nenhum Estado, compraria tudo do exterior. Faria uma campanha imensa para comprar tudo do exterior, só para implodir o sistema do ICMS.

O ICMS não presta, é um imposto vagabundo, corrupto, que tanto corrói a máquina quanto os empresários e leva a uma concorrência predatória. O IPI é da mesma natureza, do mesmo parentesco. Temos alternativa e não estamos querendo enxergá-la. Sessenta por cento da arrecadação do ICMS vem dos impostos seletivos: energia elétrica, combustíveis, comunicação, cigarros, bebida e veículos. Se fizermos um pouco mais de esforço de raciocínio, poderemos arrecadar 100% do ICMS com imposto seletivo, com meia dúzia de contribuintes – estou exagerando na expressão. Acabaríamos com toda a tributação na venda a varejo, acabaríamos com toda essa parafernália de débito, crédito, nota fiscal calçada, paralelo, crédito frio, toda essa mesquinha e malandragem que há no Brasil.

E o Governo Federal, que tem 20% do Imposto de Renda, e não o deixa crescer, porque tem que partilhar com Estados e Municípios, resolve essa equação, vê quanto os Estados arrecadaram nos últimos anos, mantém o mesmo nível de partilha de arrecadação, mas constrói um Imposto de Renda progressivo, de alíquotas progressivas e de base larga.

Se isentarmos toda a comida no Brasil, toda a roupa, todos os bens de uso e consumo doméstico e familiar, poderemos nos atrever a cobrar uma alíquota pequena de Imposto de Renda de todos. Eu trocaria

os 10% da cobrança direta de Imposto de Renda dos milhões de pobres, por 35%, 40% de carga indireta, e aumentaríamos o poder de compra. Essa seria a grande revolução. Ativaríamos a economia brasileira, geraria empregos e mais impostos. Então, dá para ampliar o Imposto de Renda. Ele não foi ampliado por uma única razão: não dar mais dinheiro a Estados e Municípios.

Resolvida essa equação, completaria a Receita Federal também com o Imposto Seletivo. Ficariamos com o Imposto de Renda forte, o Imposto Seletivo forte na União e nos Estados, manteríamos os impostos de importação e de exportação e o imposto sobre a propriedade, que é de característica municipal, e *c'est fini*. A contribuição previdenciária poderia também ser colocada no bolo do seletivo e do Imposto de Renda, com uma diminuição da imposição do INSS empregado/empregador – mas não para zerar, apenas para diminuir, a fim de tornar mais fácil a regularização dos empregos no Brasil.

Então, estou insistindo nessa linha. Alguns colegas que por aqui passaram defenderam outras teses parecidas. O Ponte, por exemplo defendeu uma tese parecida, só que ele calcava tudo no Seletivo, e briguei muito com ele. Eu dizia: Ponte, vamos dividir Imposto de Renda e Seletivo, que saímos juntos fazendo a pregação. Outros vieram com o imposto único, e acabamos ficando no pior dos mundos, sempre mantendo o que há de pior, acumulando. Quando veio a história do imposto único, não deu outra, virou mais um imposto, hoje com o nome de contribuição – mas começou como imposto.

Sr. Ministro, a questão é uma decisão histórica na vida do País. Os senhores que estão no Governo hoje não percam a oportunidade de fazer essa mudança. Não importa o partido, o que importa é o País. Resolver a equação existente entre Estado produtor e Estado de destino é facilíssimo, é só fazer contas, porque, se permanecer o *status quo*, se ficar na origem, nós, do Paraná, da Bahia, de Santa Catarina, que temos usinas hidrelétricas, petróleo, essas coisas, vamos querer também cobrar na origem. Mas aí há um complicador: perdemos 500 milhões por ano, deixamos de arrecadar por conta da não-incidência sobre energia elétrica e combustíveis.

Até deixei essa luta paranista de lado, pensando sempre no maior, no País. Eu sempre disse: não, espere que virá a reforma. Passaram-se seis meses, um ano, dois anos, e ela não veio. Cheguei aqui defendendo tributar a energia, na origem, com o ICMS, porque é um casuísmo o que houve no texto constitucional de 1988. Aliás, o único.

Não sei se ficou claro para o Ministro, mas este é o momento de fazer as reformas. Não está difícil, não

está longe, é só sentar e fazer as contas. Deve-se convocar representantes dos partidos e a Academia para uma reunião fora do Congresso Nacional, pode ser no Banco do Brasil, até sairmos de lá com um texto. Depois o apresentamos e discutimos. Fundamentalmente, vamos fazer contas para Estados e Municípios, para a partilha, mas, no resultado final, teremos conseguido, sem dúvida alguma, algo extraordinário, que é solucionar um grave problema. E, solucionando-se o problema tributário, resolve-se também o previdenciário.

Raciocine, Ministro. Se trabalharmos com Imposto de Renda de base larga e progressivo atingiremos também a contribuição, porque o Imposto de Renda retido na fonte é receita própria de Estados e Municípios. Podemos ampliar e resolver também a questão previdenciária estadual e municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Ministro Tasso Genro, tenho por V.Exa. grande admiração. Acompanhei seu trabalho no Rio Grande do Sul e gostaria que tomasse minhas palavras como a contribuição de alguém que está profundamente empenhado em ajudar nas reformas de que, tenho certeza, o Brasil necessita.

Estou convencido, neste momento – e já disse isso em outras reuniões –, de que não teremos, pelo menos da parte do Poder Executivo, uma proposta de reforma tributária.

Não vou entrar na discussão lingüística que há pouco tivemos sobre a palavra “concertação”, mas o entendimento que temos da palavra reforma, o que compreendemos desse vocábulo é uma mudança, uma transformação razoavelmente significativa na estrutura de algo, de tal modo que o resultado posterior seja substancialmente diferente do que tínhamos no início, quando começamos a reforma. Estou vendo, por tudo o que li e ouvi até este instante, que teremos algumas propostas de ajustes tributários, mas não a reforma de que, efetivamente, eu imagino e acredito, o Brasil necessita.

Isso me preocupa, Sr. Ministro, não porque esteja escrito em algum lugar que 2003 será o ano da reforma, ou porque alguém tenha assumido comigo ou com algum outro Parlamentar o compromisso com essa reforma, mas porque o que nos está sendo dito – e comungo desse pensamento – é que as reformas são fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento e o bem-estar da população. Aliás, na discussão sobre as prioridades, disseram que a reforma tributária seria a primeira.

Ora, Sr. Ministro, se essa reforma é imprescindível para o Brasil e para os brasileiros e ela não vai ser apresentada, pelo menos na dimensão da palavra reforma, penso o seguinte: ou a premissa é falsa ou não estamos sendo suficientemente responsáveis para implementar aquilo de que o Brasil necessita neste momento.

Quero dizer a V.Exa. que gostaria muito – e falo muito mais ao ilustre integrante do Governo, não propriamente ao Secretário do Conselho, mas a alguém que tem um peso político fundamental no atual Governo – que houvesse a reforma. Vamos tentar fazê-la, que não se entregue o jogo antes de ele começar; que a busca do consenso, do agradar a todos, o que parece num primeiro momento muito saudável, não iniba o mandato popular e democrático que o Presidente Lula e o Governo do PT alcançaram nas urnas ano passado. Isso é fundamental. Faz parte da cultura petista muita discussão, muito debate, mas houve uma grande discussão nacional, ano passado, com todos os brasileiros, no maior fórum possível, e essa discussão lhes deu, merecida e democraticamente, a oportunidade de governar e implementar as reformas que todos desejamos; eu, inclusive, mesmo não sendo do PT.

Portanto, gostaria que o Governo exercesse esse mandato na sua plenitude. Se for para a reforma não sair da maneira desejada, que seja por responsabilidade, quem sabe, de Congressistas conservadores, que não estão afinados com o pensamento popular, mas não porque ela já venha, de antemão, tacanha, tímida, castrada, pelo medo do debate ou do voto.

De antemão, quero dizer ao Ministro que a reforma tributária terá meu voto, independentemente de o PMDB fazer ou não parte da base do Governo, o que, para mim, é absolutamente irrelevante. Quero que haja a reforma tributária.

Para isso, Ministro, há que se avançar em alguns pontos, sem dúvida. Vi a apresentação de V.Exa. e comungo com algumas das observações que aqui foram feitas. Com todo o respeito que merecem os eminentes membros do Conselho, que são pessoas ilustres, o consenso obtido não vai muito além do território do óbvio. Buscar justiça fiscal, simplificação e combate a sonegação é consenso absoluto. Não há consenso exatamente nas questões que são fundamentais na reforma e na transformação. Isso não pode nos surpreender. Não poderíamos imaginar que num Plenário desta natureza, heterogêneo como ele é, a exemplo da sociedade brasileira e deste Congresso, todos fôssemos concordar com as mesmas coisas. Então, em algum momento, teremos que votar as efetivas transformações, naquilo que não é consenso, que são su-

gestões, idéias, propostas. E, certamente, prevalecerá a idéia majoritária, e quero ajudar a construí-la. Que a proposta do Governo não seja tímida, mas ousada, dentro da idéia de que essa reforma é fundamental para o País.

Sr. Ministro, ainda que eu tenha ouvido com cuidado, V.Exa. falou em evitarmos conflitos. Sem dúvida, temos de fazer isso. Mas vamos buscar um pouco – e não digo isso com ironia – aquela energia, aquele vigor, aquele entusiasmo, aquela forma agitada com que o PT, na Oposição, enfrentava governantes, para que contamine o próprio Governo do PT. Que não tenhamos medo de fazer as reformas que o Brasil necessita. Estamos dispostos a ajudar. Não vamos entregar o jogo antes de ele começar. Não pretendo ser titular do time – não sou do PT –, mas quero ajudar. A minha proposta é que assumam, que governem. O Brasil precisa dessa atuação.

Sr. Ministro, não haverá, em curto prazo, outro momento tão favorável, tão especial como este para que o Brasil tenha as referidas transformações, momento em que o PT, com toda a sua história, contradições e virtudes, chega ao Governo respaldado por mais de 50 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Paulo Afonso.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sr. Presidente, peço a palavra só para uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Deputado Paulo Afonso, o discurso de V.Exa. não é o do PT, mas já está convidado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Restam apenas três Parlamentares inscritos.

Eu indagaria se não seria melhor o Ministro fazer as observações finais ao cabo dessas três intervenções.

Muito obrigado a todos.

Concedo a palavra à nobre Deputada Dra. Clair.

A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR – Sr. Presidente, Sr. Relator, eminente Ministro, Sras. e Srs. Deputados, somo-me às palavras do nobre Deputado Paulo Afonso.

Ao avaliar a real situação tributária do País, verifico que a carga tributária é muito pesada. A sonegação é um dos problemas centrais que teríamos de resolver. Outros pontos fundamentais dizem respeito aos excessivos impostos indiretos, que geram grandes desigualdades sociais, e o caráter distributivo de uma reforma, que gera vários problemas. No Brasil, existe

acentuada concentração individual de renda, desigualdade regional e de setores também. Por exemplo, o setor produtivo é muito taxado e o setor financeiro é o que ganha mais, porquanto há uma concentração de renda. A população mais pobre é quem paga os impostos.

Sr. Ministro, esses pontos que V.Exa. traz para nós como sendo de consenso resolveriam os problemas da concentração de renda, das desigualdades de setores, da sonegação e da excessiva quantidade de impostos?

Entendo que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é conservador demais. A sociedade anseia por profundas reformas. O Governo foi eleito com o objetivo de fazer essas reformas. Os pontos que V.Exa. traz para esta discussão são tímidos e não resolverão os grandes problemas da sociedade brasileira.

Gostaria de saber de V.Exa. se não seria o caso de adotarmos, neste momento, o imposto único em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigada, Deputada Dra. Clair.

Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, serei breve, devido ao adiantado da hora.

Sr. Ministro, eu tive que me ausentar por alguns minutos, mas antes pude observar a forma maravilhosa com que o Congresso Nacional representa a Nação.

Ouvimos Parlamentares de Santa Catarina, ouvimos as justas observações do Deputado Anivaldo Vale. Cada Deputado é eleito pelo seu respectivo Estado. É óbvio que não poderíamos deixar de priorizar a defesa dos nossos Estados. Entretanto, para mim, cada Parlamentar deve se dirigir ao interesse macro do País.

Sou de um Estado que é criticado permanentemente no Congresso Nacional por causa da Zona Franca de Manaus. Muitos que a criticam sequer a conhecem. Imaginam que seja uma série de estruturas e de galpões de montagens, mas, na realidade, não é. Segundo os dados, o Estado do Amazonas é responsável por aproximadamente 60% da arrecadação de tributos federais de toda a Região Norte.

Precisamos discutir o problema da concepção do País. Não defendo a Zona Franca pensando apenas no Amazonas, Deputado Anivaldo Vale, mas pensando no Brasil em geral, porque não consigo ver o Brasil sem o Amazonas nem o Amazonas sem a Zona Franca de Manaus.

Sr. Ministro Tarso Genro, V.Exa. enfatizou que brevemente o Conselho de Desenvolvimento terá representantes da Região Norte.

No documento que V.Exa. trouxe a esta Comissão está enfatizada a expressão “outros temas”, que, de forma direta ou indireta, tem algo em comum com a reforma tributária, com o debate aqui e com o do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas não existe uma linha sobre Zona Franca de Manaus, não existe uma linha sobre políticas de incentivos fiscais. Disse V.Exa., com toda propriedade, que é a favor de políticas de incentivos como forma de propiciar o desenvolvimento do País. Eu vou mais além. A Constituição brasileira deveria ser cumprida à risca, ao dispor que políticas de incentivos fiscais têm de estar necessariamente ligadas a projetos de desenvolvimento regional. O País não será desenvolvido se as Regiões Norte e Nordeste continuarem pobres.

Para combater a corrupção, o Governo Fernando Henrique acabou com a SUDAM e com a SUDENE – e digo acabou porque não considero a transformação delas em agências, mesmo porque não o foram, basta observarmos a aplicação dos recursos da ADA, que não liberou um centavo de seus recursos, e da ADENE – , modificou os fundos fiscais – FINAM e FINOR – e criou os fundos orçamentários. A Desvinculação de Receitas da União – DRU é um grande problema do País.

Sr. Ministro, gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. sobre a Zona Franca de Manaus. Durante a campanha eleitoral, em meu Estado, conversamos muito com o candidato Lula a respeito da Zona Franca de Manaus. S.Exa. enfatizou que, de acordo com a Constituição, ela permanece até 2013. Perguntou-nos se não era muito cedo para debatermos esses dez anos de prorrogação de Zona Franca de Manaus. Não é, Ministro. As indústrias não receberam incentivo fiscal para se instalarem lá, mas um incentivo na produção. Se não queremos ver aquele importante parque industrial para o Brasil e para a região paralisado ou num processo de retração, precisamos resolver esse problema agora. Nenhum empresário no mundo levará o seu investimento para um local distante, de difícil acesso, como é a Amazônia, não tendo perspectiva de evoluir.

O Deputado Mussa Demes e eu visitamos a fábrica Moto Honda, que tem o maior índice de nacionalização. Nem tudo é fabricado em Manaus. Muitos componentes são fabricados em São Paulo. Aliás, a Zona Franca de São Paulo é maior do que a Zona Franca de Manaus. É óbvio que se estivéssemos discutindo reforma tributária, a política de incentivos fiscais estaria inserida na discussão.

Concordo com o que disseram os colegas que me antecederam: não podemos deixar de fazer uma reforma tributária no País.

Tenho em mão alguns gráficos que mostram a evolução da carga tributária no Brasil nos últimos dez anos: de 25% para 34% do PIB. Onde a carga tributária evoluiu? Nos Estados e Municípios? Não. Não é verdade. O Imposto de Renda não é ampliado, porque significa mais recursos para Estados e Municípios. Estados e Municípios tinham 11% de carga tributária sobre o PIB em 1991; em 2001, tinham 13%; a União, de 14% foi para 21% do PIB. Não sei se estou fazendo chover no molhado. Mas é necessária essa reforma tributária.

Srs. Deputados, onde aumentou a carga tributária? Em 1990, impostos e contribuições representavam percentual de 9%. Na evolução dessa última década, os impostos caíram 6,8% em relação ao PIB; as contribuições, 13,1%. Não seria possível mudar essa realidade? É a população desempregada ou empregada, quando compra uma caixa de fósforo ou um litro de leite, quem paga tributo neste País.

Sr. Ministro, que essa reforma tributária não seja tão moderada como V.Exa. abordou. Não sei se a metodologia da enganação, de começar a discussão e não concluir, é a melhor de todas. Estamos cansados disso. Precisamos otimizar a aplicação dos recursos e o debate político. Todos têm oportunidade de participar de Comissões Especiais para debater a Reforma Tributária. Por que ela nunca sai?

Quando perguntado pelo Deputado Walter Feldman sobre lei complementar, V.Exa. respondeu que, dentro do Conselho de Desenvolvimento, sentiu que as reformas vêm via emendas constitucionais e não por leis ordinárias. Estou extremamente preocupada com esse aspecto. Temo que essas divergências entre regiões do País levem o Governo ou o Congresso Nacional a adotarem o critério de desconstitucionalizar agora e jogar a polêmica para frente, a fim de que seja resolvida por meio de lei complementar.

Apesar de tantos defeitos no sistema tributário brasileiro, um não é defeituoso, porque a Constituição trata de forma criteriosa o assunto. Desconstitucionalizar o sistema tributário, na minha opinião, não representará um avanço e, sim, um retrocesso. É colocar o Governo cada vez mais na mão de interesses corporativos e regionais, que não interessam ao País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao último Parlamentar inscrito, Deputado Marcelo Castro, do PMDB do Piauí.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Ministro, temos um sistema tributário muito complexo, cheio de leis, de artigos, de parágrafos, de normas, que causa grande problema para o setor produtivo.

Certa vez, o ex-Secretário Everardo Maciel disse que para cada real arrecadado um era sonogado. Ainda que não seja tanto, há um consenso no Brasil de que a sonogação é gritante.

Logo depois do início da arrecadação da CPMF, foi publicado que das cem maiores movimentações financeiras no Brasil metade não pagava Imposto de Renda; das 530 maiores empresas do País, metade não pagava Imposto de Renda. Quarenta e dois por cento dos sessenta maiores bancos do País também não pagavam.

Nosso sistema faz com que a máquina arrecadora da União, dos Estados e dos Municípios consuma grande parte do que é arrecadado, porque ela tem de ser hipertrofiada para cumprir sua finalidade. Em contrapartida, as empresas têm de contratar advogados, contadores – um papelório que não tem fim – e fazer planejamento tributário, que na realidade serve para sonogação.

Certa vez um empresário disse-me que gasta 70% do seu tempo útil com advogado da sua empresa e 30% com sua atividade fim, que é a construção. Acredito que essa realidade não é diferente da de outros empresários. O Deputado Luiz Carlos Hauly disse que isso leva a ações judiciais infinitas. Tudo é causa de dúvida, de disputa; pode cobrar, não pode; o imposto é cobrado em tal cidade. A Localiza, uma das grandes locadoras do País, é de Minas Gerais – todo mundo sabe disso –, mas paga imposto no Paraná. Agora está querendo voltar para Minas Gerais, porque o Governador Aécio Neves baixou o ISS. Tudo isso leva a uma desigualdade muito grande. Qual é a minha preocupação? Que os sonegadores, os maus profissionais, empresários e comerciantes levem vantagens sobre os bons, os honestos. Se sou vendedor de açúcar e cumpro rigorosamente a minha obrigação de bom brasileiro e pago todos os tributos, mas um camarada instala um armazém de açúcar na minha frente e não honra seus compromissos, posso entrar em falência. Se sou um comerciante, como vou educar meus filhos? Os aspectos de que trato são os fundamentos morais da formação da nossa sociedade. Por quê? Porque não vou educar meu filho para ser um bobão, para os outros lhe passarem a perna. Pergunto: vou educá-lo para ser um sonegador de impostos?

Precisamos de uma legislação profunda, simples, prática, que naturalmente impeça os espertalhões de nos passarem a perna. Ora, se há tantos Silveirinhas no Brasil, por que eles não estão só no Rio de Janeiro?

Há ainda aquele caso gritante de um reles funcionário público com milhões de dólares na Suíça. Bom, se existe esse tipo de gente, imaginem o que não está acontecendo nos Municípios, nos Estados, na União. No fundo, a nossa legislação permite que tudo isso venha a acontecer.

Não sou da área, sou psiquiatra, mas leio muito sobre o assunto. E o que os tributaristas dizem? Que imposto bom é aquele que tem ampla base, baixa alíquota, é insonegável, arrecada muito e é universal e automático na sua cobrança. Cito como exemplo o Imposto Único e a CPMF. A União não gasta nada para arrecadá-la. Isso é feito automaticamente. É um imposto insonegável, com base ampla, baixa alíquota e alto poder arrecadatório. Seria muito mais justo e decente a União, os Estados e os Municípios deixarem de cobrar imposto sobre carne, leite, ovos, arroz, feijão e cada brasileiro pagar um pouquinho de CPMF. O Deputado Hauly pensa no Imposto de Renda, eu já penso na CPMF, porque a considero bem mais prática. Na minha opinião, deveríamos marchar rumo a uma reforma exatamente contrária àquela que pretende o Governo. Se querem acabar com a CPMF, sugiro que procurem corrigir os impostos que trazem todo esse problema e aumentem mais a alíquota da CPMF, que é um imposto tranqüilo. Pago 27% de Imposto de Renda, 11% de contribuição previdenciária e não sei quanto de não sei o quê. Pago imposto por tudo que compro. De tudo isso, se pagar 0,38%, ainda vou me queixar? Isso não é nada diante de tudo que já pago. Portanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de utilizarmos esse grande imposto, apesar de o Deputado Hauly ter dito que ele era um imposto ruim...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Não, não tenho nenhum preconceito.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Exato. Não queremos que esse imposto seja mais um, e sim que venha para substituir os demais. Esse é o sentido da minha intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Marcelo Castro. V.Exa. dá uma grande contribuição ao nosso debate de hoje.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não tenho nada contra a Zona Franca de Manaus, pelo contrário, considero-a de grande valia e sou favorável à ampliação de seu prazo de permanência.

Quero deixar bem clara a situação da Vale do Rio Doce, que tem 36% do PIB paraense. Trata-se de Estado dentro do próprio Estado. No entanto, não precisamos que surjam mais três empresas desse tipo,

sem compromisso com o Pará, apenas explorando a nossa matéria-prima.

Sr. Ministro, queremos uma compensação por essa conta que estamos pagando. Somos o Estado com maior volume de exportação do País. Não é justo continuarmos pagando essa conta à custa da fome e da desigualdade social que experimentamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tenho certeza, Deputado Anivaldo Vale, de que a Câmara dos Deputados e o Senado da República haverão de compreender a preocupação de V.Exa. e do Pará, porque de fato isso representa uma gritante injustiça com o Estado que tem seus recursos naturais não renováveis diminuídos a cada ano sem nenhuma compensação financeira.

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sr. Pre-

sidente, vou responder as indagações feitas, sem evidentemente tecer comentários sobre as opiniões apresentadas, não apenas pelo respeito que tenho por esta Casa, mas também por não ser esta a minha função. Portanto, vou ater-me às perguntas dos Srs. Deputados e respondê-las de forma objetiva.

O Deputado Marcelo Castro abordou a questão de acabar ou não com a CPMF. Insisto que trouxe a esta Comissão a posição do Conselho, que não é a posição do Governo, nem a minha. Ressalto esse fato porque é importante que se compreenda a contribuição que o Conselho quer dar para a formação do juízo do Presidente da República, que remeterá a esta Casa um projeto tratando ou não da questão da CPMF. Gostaria de dizer-lhe, Deputado, que tenho a mesma visão que V.Exa. a respeito da CPMF. É um imposto controlável, transparente. A regressividade não me espanta, porque ela se resolve com a natureza do investimento feito pelo Estado. Corrige-se, portanto, a questão da eventual regressividade com a natureza dos investimentos que o Governo possa vir a fazer. Mas a posição do Conselho é transformar a CPMF num tributo de valor simbólico para funcionar como controle fiscal.

Esta Casa certamente saberá mediar sua posição, com a pluralidade de opiniões existentes aqui, com aquilo que for mandado como projeto pelo Presidente da República. A própria pluralidade exposta nas diversas manifestações desta Comissão, a singularidade de opiniões sobre os diversos temas e até as divergências que existem sobre a reforma que emana dos enunciados do Conselho demonstram que não é tão fácil assim fazer uma revolução tributária no País. Temos muitos pontos de vista divergentes expressos pelos próprios Deputados. Isso implica concluir que o método desenvolvido pelo Governo a partir dos enunciados do Conselho, demandando uma reforma possível, que tenha

forte significado material e também simbólico na vida política e institucional do País, é correto.

Se formos adotar a posição do Deputado Paulo Afonso, que propõe não uma reforma tributária, porque não guarda nenhum vestígio daquilo que existia anteriormente, teremos uma revolução tributária. O Governo está propondo uma reforma, mas o Deputado Paulo Afonso propõe uma revolução, ou seja, uma transformação muito profunda naquilo que a sociedade brasileira, segundo S.Exa., desejaria. Penso que grande parte da sociedade brasileira deseja isso mesmo, uma reforma um pouco menos moderada do que a proposta pelo Conselho. Compartilho com parte da visão de S.Exa., só que o Governo tem de considerar o conjunto das determinações políticas que vai permitir a aprovação da reforma. Nessa melhor síntese política que vai formar os projetos do Governo, o Congresso vai poder agir. Se o ponto de vista de uma transformação ou de uma revolução tributária mais forte for majoritário no Congresso, isso poderá ser feito evidentemente no processo de negociação que este debate vai seguramente instaurar. Portanto, agradeço ao Deputado Paulo Afonso a manifestação. Faço, contudo, um registro: não me parece que esta seja uma reforma inócua.

Se resolvermos a questão origem/destino, solucionarmos a unificação do ICMS – inclusive não acho a proposta do Conselho moderada, nem tímida, tampouco tacanha –, tivermos boa decisão sobre a CPMF, desonerarmos, como recomenda o Conselho, a folha de pagamento, já estaríamos iniciando a transformação de que o País necessita. A reforma é mais moderada é modesta do que desejo. Não é também o que propõe o meu partido. Partido nenhum pode, ao chegar ao Governo, deixar de considerar o que pensa a maioria desta Casa e da sociedade brasileira. Ninguém pode ser autocrata. Temos de preservar o interesse público e colocar a sociedade em outro patamar político. É isso que pretendemos com esse processo de reformas e de renovação do contrato social que está na base da proposta do Presidente Lula.

Obviamente, Deputado Paulo Afonso, não tomaria as palavras de V.Exa. como uma desconstituição do trabalho feito. Sei que é a colaboração de um Parlamentar digno e experiente, como V.Exa. o é, porque também o acompanho e o conheço há muito tempo.

Deputada Vanessa Grazziotin, sou a favor, não tenho nenhuma vacilação em dizer isso, das zonas francas. A preocupação de V.Exa. é correta e tem de ser muito bem discutida, para que eventuais distorções sejam corrigidas. Concordo que a política de incentivo que se reflete em zonas francas, com políticas de desenvolvimento para o País, é um método correto. Tem

de ser avaliado a partir de agora. Estou de acordo, sim, com essa visão e não tenho nenhum preconceito contra incentivos, obviamente que a partir dessa visão do combate às desigualdades regionais.

Quero dizer ainda que não há uma tensão política no Governo para desconstitucionalizar as questões tributárias. Os enunciados feitos pelo Conselho, que serão traduzidos na proposta do Governo, serão muitos deles predominantemente constitucionais. Portanto, vai-se constitucionalizar determinados conteúdos e a extensão deles vai depender do projeto e da votação da Casa. Nada impede – como disse o Deputado Walter Feldman – que se tenha, por exemplo, o início do combate à guerra fiscal com o fim desses retalhos de ICMS que se espalham em toda a Federação. Que se crie, portanto, uma concentração normativa, adequada, regulada, com parâmetros claros para uma legislação unificada, e que a própria norma constitucional contenha o mandamento da compensação. Não há nenhum problema com relação a isso. Essas situações, portanto, constitucionalizariam a solução e não a jogariam para uma legislação infraconstitucional, o que é também uma possibilidade. O próprio Congresso poderá efetivamente decidir sobre o assunto com a soberania e a propriedade com que tem agido em outras grandes questões nacionais.

Deputado Luiz Carlos Hauly, quanto à simplificação, não tenho nenhum comentário a fazer. Essa preocupação é importantíssima. Ela inclusive pode ser vertida, na minha opinião, por intermédio dessa primeira etapa das reformas. Estou de acordo com a preocupação de V.Exa. e acredito que ela é uma tendência moderna. Não concordo – não foi V.Exa. que disse isso – com a afirmação de que a mera simplificação das normas tributárias possa reduzir os conflitos judiciais que se originam do sistema normativo. Não é essa a tradição, inclusive, nos países mais desenvolvidos. Hoje nos Estados Unidos, por exemplo, os conflitos de ordem tributária, o jogo de ações, as demandas e os conflitos de toda ordem, inclusive com infinitos e demasiados casos de sonegação, originam-se de uma legislação tributária que começou de maneira muito simples, mas que hoje tem enorme complexidade para atender às mudanças que ocorrem no processo produtivo. Não podemos esquecer um dado fundamental: a simplificação é necessária, mas existe um processo de adequação que tem de acontecer em função das transformações que ocorrem na base produtiva.

Vou dar o exemplo das telecomunicações e a importância desse setor hoje comparativamente há 20, 30 anos. *Jus ex facto oritur*, o Direito persegue,

articula-se e alimenta-se dos fatos. Portanto, essas transformações são mudanças também que se originam dessa maior complexidade do processo produtivo a que temos de estar atentos para acompanhar e, ao mesmo tempo, simplificar.

Em relação finalmente à composição do Conselho, Deputado Anivaldo Vale, é intenção do Presidente da República resolver esse problema. Estamos tentando solucionar essa questão com um aumento do número de conselheiros por votação do Congresso. Não sei se isso foi deliberado ontem. Embora o Conselho não seja uma estrutura de representação federativa, apresenta lacunas gritantes que não decorreram de nenhum preconceito nem de uma visão prévia de isolamento de qualquer região do País. O Pará, em particular, e outros Estados da região amazônica estão realmente sub-representados, e vamos resolver essa questão. Temos compromisso com essa região, com as lideranças de todos os partidos que nos procuraram e vamos tratar, sim, de negociar um aumento no número de vagas, o que já está sendo feito no Congresso, para ampliar as representações dos Estados da Amazônia, não apenas pela importância que tem essa região, como também pela contribuição óbvia que esses Estados podem dar à dimensão estratégica do Conselho, ao novo projeto de contrato social que está na base da nossa visão de desenvolvimento.

Agradeço aos Srs. Deputados a participação nesta reunião. Apreendi muito com esta Comissão, sinto-me estimulado no meu trabalho e cada vez mais responsável por essas tarefas que todos estamos cumprindo em defesa do Brasil e do seu futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Ministro Tarso Genro. A participação de V.Exa. foi da maior importância para o enriquecimento do debate, especialmente porque o Congresso Nacional é a caixa de ressonância da sociedade brasileira, assim como o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social é uma representação altamente expressiva dessa mesma sociedade pela composição de seus membros recrutados praticamente em todos os setores.

Antes de passar a palavra ao Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para suas observações finais, gostaria de sugerir ao plenário convidarmos o Governador Germano Rigotto, ex-Presidente desta Comissão, para uma audiência pública nesta Casa. Tenho certeza de que S.Exa. deverá estar pensando, onde quer que esteja, seriamente e cada vez mais na proposta que tanto se esforçou por ver aprovada e que acaba de ser

votada na Comissão Especial. Gostaria de saber se todos estão de acordo com o convite.

Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, além de concordar com o convite ao Governador Germano Rigotto, na ausência de V.Exa., enquanto eu presidia a reunião por alguns minutos, foi sugerida pela Comissão que convidássemos S.Exa. para uma audiência, a qual proponho não seja formal, mas com características mais internas. Talvez V.Exa. possa decidir sobre isso.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quem sabe, Sr. Presidente, V.Exa. poderia ficar com parte da Mesa e elegermos o Vice-Presidente na próxima reunião, porque há a idéia de que deve haver um aprofundamento sobre o que foi a experiência passada, embora todos a conheçam. Quem sabe as duas propostas se juntem bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Como o Plenário gostaria que fosse? O Governador Germano Rigotto falaria primeiro e eu, depois? Ou vice-versa? Ou os dois fariam no mesmo momento? Portanto, já fica marcada audiência do ex-Presidente e do atual Presidente para a próxima reunião.

Nós elegeremos, neste momento, os três Vice-Presidentes de que tanto estamos carecendo.

Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Relator da Comissão Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, depois da exposição feita pelo Ministro Tarso Genro, estou inteiramente de acordo com o fato de que cabe a nós enriquecer a reforma, sem dúvida alguma. O Governo e o Conselho estão nos enviando as vigas mestras da reforma, aquilo que vai viabilizar o essencial.

Cabe a nós enriquecê-las, e tenho certeza de que o faremos. Por isso, estou inteiramente de acordo tanto com o Ministro como com a maioria dos membros desta Comissão que querem uma reforma mais completa. Sem dúvida a faremos. A discordância é sobre uma palavra apenas. Percebi que aqui vou ter muito trabalho para harmonizar as opiniões. Meu papel de Relator será voltado para promover o consenso de opiniões nesta Comissão, enquanto V.Exa. pratica o neologismo da “concertação”. Como conterrâneo e leitor ávido do maior criador de neologismos, Guimarães Rosa, prefiro então acolher mais essa até para não atrair a ira familiar.

Parabéns, Ministro Tarso Genro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 8ª Reunião Ordinária, Realizada em 24 de Abril de 2003.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional, no Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Carlito Merss, Delfim Netto, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Gerson Gabrielli, João Leão, José Militão, José Roberto Arruda, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Haully, Marcelo Teixeira, Max Rosenmann, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Ronaldo Vasconcellos, Sérgio Miranda e Walter Feldman – Titulares; Anivaldo Vale, Ann Pontes, Eduardo Sciarra, Fernando Gabeira, Gervásio Silva, Jaime Martins, Júlio Cesar, Paulo Afonso, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Wasny de Roure e Yeda Crusius – Suplentes. Compareceram também os Deputados Jairo Carneiro e Serafim Venzon, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Armando Monteiro, Beto Albuquerque, Carlos Eduardo Cadoca, Edmar Moreira, Edson Duarte, Jorge Bittar, José Mentor, Lupércio Ramos, Machado, Narcio Rodrigues, Nelson Marquezelli, Pauderney Avelino, Romel Anizio, Sandro Mabel e Walter Pinheiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, declarou abertos os trabalhos. **ATA** – O Deputado Luiz Carlos Haully solicitou a dispensa da leitura da ata da 7ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, dando início a Ordem do Dia, justificou a ausência do Governador do Rio Grande do Sul e informou que a reunião com o Dr. Germano Rigotto seria realizada na próxima semana. Passou-se ao primeiro item da pauta: A) Eleição do Primeiro Vice-Presidente: O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, anunciou, conforme acordo de liderança, o nome do candidato ao cargo de Primeiro Vice-Presidente: Deputado Gerson Gabrielli, pelo PFL. Em seguida, procedeu a chamada nominal

dos Senhores Deputados para a votação e, após, passou a presidência ao Deputado Walter Feldman.

Encerrada a votação, o Senhor Presidente, Deputado Walter Feldman, proclamou o resultado, anunciando que, num total de vinte e quatro votantes, houve um voto em branco e vinte e três votos para o Deputado Gerson Gabrielli (PFL-BA), que foi declarado eleito e empossado. O Deputado Gerson Gabrielli, em seu pronunciamento, agradeceu a confiança de todos e discorreu sobre o tema objeto da Comissão. O Relator, Deputado Virgílio Guimarães, solicitou a palavra para convidar os Deputados Delfim Netto e José Militão para, juntamente com o Deputado José Mentor, colaborar com os trabalhos da relatoria. Participaram da votação nominal os Senhores Deputados Carlito Merss, Paulo Bernardo, Paulo Rubens Santiago, Virgílio Guimarães, Eduardo Paes, Gerson Gabrielli, Luiz Bittencourt, Marcelo Teixeira, Max Rosenmann, Julio Semeghini, Luiz Carlos Hauly, Walter Feldman, Delfim Netto, Francisco Dornelles, José Militão, Fernando Gabeira, Rinaldo Lopes, Wasny de Roure, Eduardo Sciarra, Gervásio Silva, Paulo Afonso, Pedro Chaves, Anivaldo Vale e Jaime Martins. B) Audiência Pública com o Deputado Mussa Demes, Relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Legislatura anterior: Antes de passar a palavra ao Deputado Mussa Demes, o Deputado Walter Feldman informou que continuaria presidindo os trabalhos, uma vez que o Deputado Gerson Gabrielli, Primeiro Vice-Presidente, ausentou-se da reunião em razão de compromissos inadiáveis. O Deputado Mussa Demes, na qualidade de palestrante, fez um histórico, desde a Constituinte, das discussões acerca das questões tributárias, enfatizando o trabalho das Comissões Especiais da Reforma Tributária nas duas últimas Legislaturas. Encerrada a exposição, usaram da palavra os Senhores Deputados Anivaldo Vale, Ann Pontes, Delfim Netto, Fernando Gabeira Francisco Dornelles, Gerson Garielli, Jairo Carneiro, José Militão, Luiz Carlos Hauly, Paulo Afonso, Sérgio Miranda e Walter Feldman. C) Apreciação de requerimentos : Os requerimentos, constantes da pauta, não foram apreciados. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias

da ata da 6ª reunião a todos os membros presentes, indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Carlos Hauly.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A reunião foi convocada com a finalidade de eleger o 1º Vice-Presidente desta Comissão. Ainda não houve indicação de nomes para os cargos vagos de 1º e 2º Vice-Presidentes. Disputarão o cargo de 2º Vice-Presidente o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, indicado pelo PMDB – só agora o ofício foi encaminhado à Mesa –, e o Deputado Luiz Carlos Hauly, que deverá ser indicado pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Por que não elegemos agora os dois indicados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Acho melhor elegermos apenas o 1º Vice-Presidente, porque é o que consta da pauta de hoje. Podemos fazer a votação no decorrer da exposição. Como é um processo rápido e como há *quorum*, podemos providenciar isso de imediato. Nesse caso, o eleito assumirá a Presidência, já que, infelizmente, sou o único expositor de hoje – o Governador Germano Rigotto teve um contratempo e não poderá comparecer, tendo já assumido o compromisso de vir na próxima semana.

Então, se o Plenário estiver de acordo, faremos agora a eleição do 1º Vice-Presidente, deixando os demais cargos da Mesa para serem decididos na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Não pode ser por aclamação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Infelizmente, não.

Vamos começar a reunião. Simultaneamente os Deputados poderão ir votando, e a Secretaria controlará a votação. Todos concordam?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Até porque é preciso que alguém assuma a Presidência.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, o depoimento de V.Exa. é a própria história

da reforma tributária. Lamentavelmente o Governador Germano Rigotto não poderá estar presente, mas a exposição de V.Exa. nos contemplará.

Aproveito a oportunidade para manifestar minha estranheza com a fixação da taxa de juros em 26,5% pelo COPOM. Peço ao Deputado Virgílio Guimarães que ajude o Brasil. O momento era propício para a redução dos juros, mas o COPOM frustrou nossas expectativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Walter Feldman, no momento oportuno o Deputado Virgílio Guimarães se manifestará a respeito.

Ouçó o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Não haverá problema. Com a aprovação da MP nº 107 a COFINS será elevada em 33%. O *spread* terá mais esse acréscimo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, o COPOM já retirou o viés de alta, sinalizando que poderá reduzir os juros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Paulo Bernardo já fez a defesa da matéria, votada ontem.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Mas ainda não se estabeleceu o viés de baixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Temos de discutir essa matéria agora. Ela já foi decidida no plenário.

Vamos dar início à votação.

Como determina o Regimento, procederemos à chamada. Os presentes receberão o material e se dirigirão à cabine. A Secretaria controlará a votação. Encerrada a votação haverá um intervalo. Em seguida apuraremos o resultado. Se eleito, o Deputado Gerson Gabrielli assumirá o comando dos trabalhos, em substituição ao Deputado Walter Feldman, a quem convidarei para assumir a Presidência logo após a chamada. *(Pausa.)*

Passo a chamar os Srs. Deputados.

Pelo PT:

Deputado Carlito Meres. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Jorge Bittar. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Mentor. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Paulo Bernardo. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)*

Deputado Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Pelo PFL:

Deputado Eduardo Paes. *(Pausa.)*

(Falha na gravação.)

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)* Presente.

Deputado Max Rosenmann. *(Pausa.)*

Pelo PSDB:

Deputado Antonio Cambraia. *(Pausa.)*

Deputado Julio Semeghini. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Walter Feldman. *(Pausa.)*

Pelo PPB:

Deputado Delfim Netto. *(Pausa.)* Presente.

Deputado Francisco Dornelles. *(Pausa.)* Presente.

Deputado Romel Anizio. *(Pausa.)* Ausente.

Pelo PTB:

Deputado José Militão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Nelson Marquezelli. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ronaldo Vasconcellos. *(Pausa.)* Ausente.

Pelo PL:

Deputado Edmar Moreira. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado João Leão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)* Ausente.

Pelo PSB:

Deputado Beto Albuquerque. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Renato Casagrande. *(Pausa.)* Ausente.

Pelo PPS:

Deputado Lupércio Ramos. *(Pausa.)*

Pelo PDT:

Deputado André Zacharow. *(Pausa.)*

Pelo PCdoB:

Deputado Sérgio Miranda. *(Pausa.)*

Pelo PV:

Deputado Edson Duarte. *(Pausa.)*

Os suplentes presentes, Deputados Wasny de Roure, Paulo Afonso e Pedro Chaves, já podem votar. O Deputado Reginaldo também.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, quem são os candidatos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O candidato único é o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – De acordo com o critério normalmente adotado para a composição das Vice-Presidências, o 1º Vice-Presidente seria do mesmo partido do Presidente, e os maiores partidos, sucessivamente, indicariam os outros Vice-Presidentes.

Não tenho de eleger o colégio adjunto de relatores, até porque se trata de um ato informal. Indiquei o Deputado José Mentor, do PT, que é advogado, para suprir minha deficiência jurídica e me ajudar na próxi-

ma fase, em que, imagino, as atividades irão aumentar, na sistematização dos trabalhos. Gostaria também de convidar um representante de cada um dos outros dois maiores partidos, o PP e o PTB. Então, convido os Deputados Delfim Netto e José Militão para comporem o colegiado de relatoria conosco e com o Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Aceito, com alegria.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Obrigado. Oportunamente perguntarei ao Deputado José Militão. Evidentemente, não se trata de votação, é uma escolha do Relator. Procurei, dessa forma, contemplar todos os partidos, pelo menos os de representação numérica mais significativa. Tenho certeza de que, em termos de composição da relatoria, tenho aí um time de craques, que me ajudará muito.

Obrigado, Deputado Delfim Netto. Chegando o Deputado José Militão, farei pessoalmente a S.Exa. o convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Enquanto se processa a votação, para dar continuidade aos trabalhos, convido o Deputado Walter Feldman a assumir a Presidência para que eu possa fazer a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Agradeço ao Deputado Mussa Demes o convite para presidir a sessão.

Conforme combinado na última reunião, hoje ouviríamos o Governador Germano Rigotto e o Deputado Mussa Demes. O Governador não pôde vir. Portanto, concentraremos nossa atenção na exposição do Deputado Mussa Demes, que disporá de vinte minutos, improrrogáveis. Em seguida, concederei a palavra aos Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Obrigado, Deputado Walter Feldman. Antes de entrar na matéria objeto do debate – reforma tributária – , gostaria de, voltando no tempo, lembrar a época da Assembléia Nacional Constituinte. Alguns de V.Exas. estavam presentes – os Deputados Francisco Dornelles, Delfim Netto, Virgílio Guimarães.

Naquela ocasião, nossa participação na Comissão do Sistema Tributário e na Subcomissão de Tributos praticamente se restringiu à redistribuição da receita tributária entre as diferentes esferas de governo. Concluímos que a União dispunha de muitos recursos e os Estados e Municípios tinham participação muito pequena no bolo tributário.

A Subcomissão de Tributos – eu era o Primeiro Vice-Presidente; os Deputados Virgílio Guimarães e Delfim Netto trabalharam conosco; o Deputado Francisco Dornelles era o Presidente da Comissão Temática, da Comissão da Reforma Tributária – entendeu por bem elevar a participação dos Estados e Municípios na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, os dois tributos mais importantes da União. Elevamos de 14% para 21,5% a participação dos Estados e de 17% para 22,5% a participação dos Municípios. Isso provocou uma reação muito forte do Presidente da República e da equipe econômica, comandada pelo Ministro Mailson da Nóbrega. Para eles a alteração proposta tornaria o País ingovernável. O fato ocorreu exatamente no momento em que aquele Governo não tinha a mesma força dos anteriores. Por que isso aconteceu? Porque o Presidente da República assumira em decorrência do falecimento do Presidente eleito. Além do mais, a Assembléia Nacional Constituinte tem um poder muito mais forte do que qualquer projeto de emenda constitucional, na medida em que realmente podia tudo. Tanto que o Presidente José Sarney tinha dificuldade para se manter no cargo durante o tempo para o qual foi eleito como Vice-Presidente, tendo de renunciar um ano antes do fim do mandato. Esse foi o entendimento acordado naquela oportunidade.

O que fez a União a partir dali? Procurou recompor as suas receitas? Como isso aconteceu? Logo no primeiro momento, através da criação da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido, a União retirou 25% da arrecadação do Imposto de Renda de Estados e Municípios, por quê? Porque da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido nasceu a alíquota de 9%.

Naquela oportunidade, a alíquota das pessoas jurídicas foi reduzida de 35% para 25%. E a alíquota de 9% da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido não era repartida com os Estados e Municípios.

Daí por diante houve uma sucessão de atos que reduziram a receita dos Estados e Municípios. Foram criadas contribuições e elevados os percentuais de outras já existentes, como é o caso da COFINS, que inicialmente tinha uma alíquota de 0,2% e chegou a 3%. O PIS também teve a alíquota majorada e criou-se a Contribuição Sobre o Salário-Educação. Essas contribuições não são partilhadas com Estados e Municípios. Por último, a Contribuição Sobre Movimentação Financeira – CPMF, criada inicialmente como provisória e que hoje se pretende tornar um imposto definitivo.

Somando-se todas as contribuições – por incrível que pareça – a União tem arrecadação tributária praticamente igual à dos dois tributos regulatórios existentes em 1998. A arrecadação com CPMF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido, COFINS, PIS,

salário-educação, é praticamente igual à do Imposto de Renda e do IPI.

Houve uma elevação brutal da carga tributária e a União recompôs sua receita e inverteu os percentuais que haviam sido alcançados com a Constituição de 1988. Ou seja, a União, que com a Constituição de 1988 detinha cerca de 40% da arrecadação, com as alterações que foram ocorrendo passou a arrecadar mais de 60% dos tributos recolhidos no País inteiro.

Era este o quadro que existia quando chegou ao Congresso a PEC nº 175-A, a proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo naquela oportunidade. O Presidente da Comissão era o Deputado Jurandir Paixão e eu era o Relator. A proposta nasceu no Ministério do Planejamento, comandado pelo Ministro José Serra. Desde o primeiro momento verificou-se uma fogueira de vaidades, porque o Ministério da Fazenda, tradicionalmente encarregado de formular a política tributária do Governo, ficou isolado.

A condução se deu pelo Ministro do Planejamento, que contou com a participação expressiva do então Ministro da Justiça, Nelson Jobim. O Ministro Pedro Malan praticamente apenas subscreveu o texto. Essas são as informações históricas sobre como realmente aquilo se processou.

Em razão disso, foi mínimo o interesse do Governo em acompanhar o trabalho. Nem o Ministério do Planejamento, por paradoxal que pareça, nem o Ministério da Fazenda, que se sentia alijado do processo, mobilizou-se em favor da proposta.

O quadro completou-se com a saída do Ministro José Serra para concorrer, no ano seguinte, à Prefeitura de São Paulo. Passou a comandar a equipe econômica do Governo o ex-Deputado e então Ministro Antonio Kandir, a quem competia dar celeridade ao processo, dialogar conosco e viabilizar a aprovação do texto. Talvez por não concordar com a proposta, S.Exa. não se mostrou interessado em sua aprovação.

Quando tentamos forçar a agilização dos procedimentos, numa reunião na Casa do Deputado Jurandir Paixão, Presidente da Comissão, o Ministro Antonio Kandir disse-nos que a reforma tributária não era prioridade. Mostrou grande preocupação em aprovar o projeto que acabou sendo conhecido no País inteiro por Lei Kandir. Deu-se por satisfeito, pelo menos temporariamente, com a aprovação da Lei Kandir.

Com isso, a reforma tributária ficou praticamente paralisada durante três anos. Apesar de dois substitutivos que conseguimos apresentar, nunca conseguimos *quorum* para colocar em votação qualquer dos textos, talvez porque o Governo mobilizasse a sua base Parlamentar em sentido contrário nesta Casa .

Esta era a situação quando a Presidência da Casa foi assumida pelo Deputado Michel Temer, que deu contribuição das mais importantes para o andamento dos trabalhos. Reconstituiu-se a Comissão, que passou a ser presidida pelo Deputado Germano Rigotto, que lhe deu uma enorme dimensão. Em face do seu temperamento combativo, agressivo, às vezes considerado impertinente, em muitos momentos deu à Comissão a dimensão que ela realmente tinha.

Dessa forma, o texto que produzimos finalmente foi votado. Traduzia muito mais o pensamento do grupo que o do Relator, que via o trabalho não como obra exclusivamente sua, mas do grupo. Tanto isso é verdade que o substitutivo foi aprovado por trinta e cinco votos.

Depois que o Deputado Germano Rigotto assumiu a Presidência da Comissão, continuamos a conversar com a equipe econômica do Governo, já sob o comando do Ministério da Fazenda. Começamos a fazer perguntas ao Ministro Pedro Malan e a seu interlocutor, o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel. Mas havia divergências insuperáveis, que acabaram por impedir que o substitutivo aprovado quase por unanimidade na Comissão fosse votado no plenário da Câmara.

O Ministro nos disse que não podia perder receita. Mas o que se viu foi a carga tributária, de 1995 até agora, mesmo sem a reforma tributária, aumentar cerca de 20%, saltando de algo em torno de 30% para 36%, 37%.

Trabalhamos sempre com uma máquina de calcular na mão, para, além de aperfeiçoar o sistema, manter o nível de arrecadação.

Muito do que hoje se anuncia como proposta do Ministério da Fazenda já estava no nosso substitutivo. Ele se concentrou na reunião de todas as contribuições então existentes – COFINS, PIS, salário-educação —, exceto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que não é cumulativa, é apenas um percentual retirado do resultado das empresas, por isso, não é contribuição social geral. Tinha como objetivo puro e simples tornar mais fácil ao contribuinte o pagamento dos tributos.

O que mais alteramos foi o ICMS. Por quê? Pretendíamos, a exemplo do atual Governo, acabar com as vinte e sete legislações sobre a matéria – cada Estado tem o seu próprio regulamento, muitas vezes conflitantes, criando dificuldades ao contribuinte. Imaginamos que a legislação poderia ser federal, um regulamento único feito pelos Estados e aprovado pelo Congresso Nacional. Este assunto é consensual no projeto, que, espero, logo nos será encaminhado.

No substitutivo uniformizávamos as alíquotas, reduzindo-as a cinco, como hoje pretende o Governo,

quer dizer, uma alíquota básica, uma ampliada, uma especial, uma reduzida e uma especial para produtos supérfluos.

Dessa forma, imaginamos que o ICMS terá uma administração mais adequada, acabando com os conflitos entre os Estados.

Naquela ocasião, em entendimentos com os Secretários da Fazenda e desses com os Governadores, conseguimos levar a cobrança – hoje o sistema é híbrido, parte pertence ao Estado de origem, parte pertence ao Estado de destino – diretamente para o destino. Este nos parece o sistema mais justo, capaz de reduzir as desigualdades regionais nesse campo. E pode reduzir drasticamente a sonegação desse tributo. Desaparecendo as alíquotas interestaduais, acabará o passeio da nota fiscal, que provoca graves danos, inclusive aos Estados produtores. Isso acontece por causa de uma prática muito utilizada de se vender produtos dentro do Estado e se emitir nota fiscal como se estivesse vendendo para outro Estado, especialmente no Norte e no Nordeste, onde a complementação da alíquota é substancialmente maior. Apenas exemplificando, por um produto vendido em São Paulo e lá mesmo entregue, faturado como se fosse para a Bahia, paga-se 7% de ICMS. Se fosse dentro do próprio território de São Paulo pagar-se-ia 18%.

Tudo isso foi possível, mas a um preço. Não foi à toa que o Governador Mário Covas defendeu publicamente o nosso substitutivo. Ele sabia que, apesar de São Paulo ser o Estado que mais perderia num primeiro momento, a médio prazo ganharia com a possibilidade de um combate mais intenso à sonegação e com o fim da guerra fiscal. Tal aconteceria porque os Estados não teriam mais imposto na origem para conceder esse tipo de incentivo. Aliás, no começo isso acontecia de forma tímida, na forma de devolução e de empréstimo. Além disso, para as empresas que ali se instalavam a juros altamente subsidiados e por um prazo muito longo, acabou sendo oferecido crédito presumido no valor exato do imposto a ser cobrado.

Insisto em dizer que o sistema atual está exaurido. No caso da Ford, instalada na Bahia, só não houve prejuízos porque não havia empresas da mesma área de atuação no Estado. Mas se pensarmos em conceder esse tipo de incentivo a empresas da indústria têxtil, por exemplo, haverá grande prejuízo para empresas já instaladas, que não contarão com qualquer incentivo.

Muito bem. Qual foi o preço que tivemos de pagar por isso naquela oportunidade? A inclusão, na base do ICMS, do Imposto Sobre Serviços, que daria, pelo potencial de arrecadação que representa, uma capacidade aos Estados – já que os Estados mais fortes têm uma base econômica realmente muito grande

– de recomposição de parte das receitas que iriam perder, e ainda reservando para os Municípios um imposto cobrado exclusivamente na conta do comércio varejista, o chamado IVV. Esse imposto é cobrado em alguns Estados norte-americanos com alíquota variando de 8% a 9%. Aqui, preliminarmente, fixamos a alíquota em 4%.

Tudo isso formou um conjunto que, na nossa avaliação, mediante as alíquotas que havíamos projetado, permitiria uma arrecadação no mesmo nível da que se tinha. Acabamos com os tributos de natureza cumulativa, como aconteceu com o PIS no final do ano passado. Já naquela época propusemos, não apenas em relação ao PIS, mas também ao salário-educação e à COFINS, que a cumulatividade desaparecesse. Por sinal, este acabou sendo o nosso principal confronto com o Governo, ao final desse trabalho.

O Governo, na verdade, nunca aceitou a nossa proposta. Nós negociamos com os Estados a transferência da origem para o destino. Acabamos por formular, por iniciativa dos Estados, a idéia de os Estados produtores recolherem os impostos diretamente para um fundo que seria partilhado entre os Estados consumidores, por meio de um grupo representativo, quer dizer, um grupo em que cada Estado teria um representante. Eles fariam a partilha dos recursos arrecadados, mais ou menos como faz hoje o CONFAZ, numa reunião mensal. Isso foi negociado já depois da aprovação do texto, por meio de uma emenda aglutinativa, que também acabou não sendo votada exatamente por causa do confronto com o Governo.

O que fez o Governo quando sentiu que iríamos aprovar de qualquer forma o projeto? Sim, iríamos aprová-lo, porque esse era o sentimento suprapartidário do grupo, que acabou por fazer com que viéssemos a votá-lo na Comissão, obtendo uma aprovação quase por unanimidade, não fora voto contrário do Deputado Marcos Cintra, que defendia um modelo inteiramente diferente, o chamado imposto único, sempre questionado pelo grupo, mas que acabou por não ser votado, tendo em vista que a proposta do Relator foi aprovada naquela oportunidade, como os senhores acabaram de ouvir.

Na tarde do dia em que aprovamos a matéria, o Ministério da Fazenda fez publicar nota extremamente violenta contra o nosso trabalho, com algumas frases absolutamente incompreensíveis. Recordo-me muito bem da afirmação de que o Estado do Tocantins, por exemplo, teria a sua receita reduzida a 5%. Não sei de onde tiraram esse número. Nunca nos deram nenhuma explicação a respeito, mesmo que o Estado do Tocantins tivesse ganhos significativos com o sistema origem/destino, pois era um Estado que acabava de

nascer e vivia praticamente de transferências federais do ICMS e do Imposto de Renda. Com o sistema origem/destino, tudo que fosse consumido lá dentro seria revertido para o Estado. O Ministro da Fazenda à época, Sr. Pedro Malan, dizia que o chamado sistema barquinho era inexecutável. Esse sistema foi discutido longamente para ser incluído no texto, não de forma definitiva, mas como uma opção a ser adotada depois por lei complementar, levando o benefício do imposto para o Estado do destino. Paradoxalmente, esse mesmo Ministro havia adotado isso no projeto que nos havia mandado. O que ele propunha era exatamente o sistema do barquinho, que depois viria a dizer que era inexecutável.

Mais uma vez a Comissão, de forma altiva, deu uma resposta muito dura à equipe econômica do Governo. O Deputado Eduardo Paes, que muito contribuiu para o texto que aprovamos, dizia que o Congresso era a Casa da democracia e não a marionete da tecnocracia. Instalou-se um clima de hostilidade entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, porque tivemos o apoio decidido, desde o primeiro momento, do Presidente da Casa, Deputado Michel Temer. O Presidente da República estava no exterior. Soubemos que depois de seu retorno houve uma reunião muito tensa entre eles, disso resultando uma espécie de entendimento, proposto pelo Ministério da Fazenda, no sentido de nos reunirmos semanalmente, a Mesa da Comissão, assim entendida: o Presidente, o Relator e os três Vice-Presidentes, incluindo ainda o Sr. Antonio Palocci, que nos acompanhou em todos aqueles momentos com as autoridades da área econômica. Era uma comissão tripartite, que tinha, na sua composição, representantes dos Estados designados pelo grupo.

Ao longo de todo esse tempo tentamos viabilizar um entendimento que permitisse a votação, mas esbarramos na intransigência, especialmente do Secretário da Receita, que não admitia de forma alguma a não-cumulatividade e que queria também, para aprovar o texto, que criássemos um imposto sobre bens e serviços, algo sem definição, que, pela avaliação da nossa assessoria, poderia implicar a tributação de tudo o que pudesse ser considerado fato gerador desse tributo.

Ao longo do tempo sentimos as dificuldades existentes e chegamos à conclusão de que era praticamente impossível votar aquele projeto no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, embora S.Exa. dissesse, de vez em quando, que a culpa era do Congresso Nacional, que não queria realizar as reformas. Na verdade o Congresso sempre quis implementá-las, mas a equipe econômica sempre colocou obstáculos.

Até entendo a situação, porque a preocupação maior do Ministro sempre foram os problemas externos. S.Exa. enfrentou muitas turbulências que rodeavam o Brasil naquela ocasião, como a queda das bolsas na Ásia e os problemas econômicos do México. Talvez isso o tivesse levado à conclusão de que se não se trabalhasse como preconizava o Sr. Secretário da Receita não teríamos a arrecadação necessária para alcançar o superávit primário com que S.Exa. já se comprometera, o que acabaria por afetar a estabilidade da moeda que era sua obrigação defender.

Os senhores conhecem o texto que aprovamos na Comissão Especial, mas hoje não estamos propriamente discutindo o seu teor, apenas alguns de seus tópicos. Se formos analisá-lo pontualmente, todos irão querer abordar algum dos seus aspectos, o Deputado Anivaldo Vale, por exemplo, irá falar sobre o prejuízo dos Estados exportadores. Tenho a impressão de que, até por curiosidade, todos irão querer se situar em relação a cada um desses pontos que aprovamos aqui.

Basicamente, quais foram as alterações feitas no texto? Em relação à União, extinguímos o IPI e criamos o chamado ICMS federal, que era uma superposição do ICMS estadual ou o IVA com que tanto sonhava o Secretário da Receita Federal. Todavia, ele não incidia sobre combustíveis e lubrificantes, como exigiram os Estados. Eles temiam que a União acabasse por transformá-lo num imposto mais importante para União do que era para eles. Era o IVA, de competência da União, em substituição ao IPI.

Os Fundos de Participação de Estados e Municípios passariam a receber desse IVA, já que o IPI ia desaparecer. Transformaríamos todas as contribuições em contribuições de natureza não cumulativa, agrupadas numa contribuição social única.

O ITR, que pouca arrecadação proporcionava, seria transferido para os Estados, porque eles mostravam um grande interesse na época em promover a sua arrecadação. Não deixamos com os Municípios, que inclusive têm uma participação na partilha, porque, se a União já tinha dificuldades de cobrá-lo, imaginem o que aconteceria nos Municípios, onde o cidadão praticamente se confunde com o eleitor, especialmente nos Municípios menores. Então, o ITR ficaria na competência dos Estados.

Criamos o IVV exclusivamente para o comércio varejista. Os Municípios, responsáveis por sua cobrança, poderiam fazer convênios com os Estados, que têm uma forma muito mais impessoal de cobrar, teriam sua participação e já garantiriam a sua participação na arrecadação do ISS que eles iriam perder, uma vez que já têm essa participação na arrecadação do ICMS, que é de 25%, normalmente.

Em relação ao Estado do Pará, de cuja situação falei, há uma queixa muito justa, porque a cada dia recursos não renováveis, como madeira e minério, estão deixando o Estado sem qualquer compensação.

Aprovamos dispositivo que permitia a destinação de 15% da arrecadação do imposto de importação para atender os Estados que tinham saldo positivo na balança comercial. Os dois Estados que mais se beneficiaram foram exatamente os Estados do Pará e Minas Gerais, onde os recursos estão se exaurindo há algum tempo.

Em relação ao contribuinte, introduzimos no texto dispositivo, derrotado por destaque, por força do qual nenhum contribuinte poderia ser terminantemente processado antes de encerrado o julgamento do processo administrativo na esfera própria. O que me fez levar esse dispositivo ao texto foi a situação de um contribuinte de Santa Catarina que chorou no meu gabinete. Ele foi processado criminalmente e estava cumprindo pena quando o processo administrativo, que demorou mais do que o processo criminal, foi julgado insubsistente. O Ministério Público não é obrigado a esperar a conclusão do processo administrativo. No entendimento dele, se havia sonegação, ele devia logo encaminhar o processo. Isso fez com que o contribuinte fosse condenado. São problemas que devemos corrigir.

Perdi por três votos por causa de um *lobby* muito forte dos Secretários da Fazenda.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – À vontade, Ministro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Sobre esse assunto que V.Exa. acabou de mencionar, no final de 1995 aprovamos dois dispositivos nesta Casa, um de autoria do Deputado Roberto Campos e outro de minha autoria.

O meu, que teve o seu apoio, previa que se a Receita instaurasse procedimento contra um contribuinte e, no julgamento, ficasse comprovado dolo do agente público, o contribuinte teria direito a ressarcimento de valor igual ao que lhe estava sendo cobrado. O dispositivo do Roberto Campos referia-se ao Ministério Público. Caso a denúncia fosse improcedente, cabia ao contribuinte pleitear perdas e danos. Esses dois dispositivos foram aprovados na Câmara e no Senado Federal e vetados pelo Presidente da República por pressão do Secretário da Receita.

Sabe-se que o negócio funciona da seguinte forma: eles chegam no fiscal e jogam um auto de 100, sabendo que vale um; depois, no intermediário, negociam para que aquilo volte para um. Não há perda para a Receita quando se dá o julgamento em segun-

da instância, mas uma verdadeira facada no contribuinte, para cuja condição, como V.Exa. bem disse, devemos olhar.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Agradeço a intervenção do nobre Deputado Francisco Dornelles, ex-Ministro da Fazenda, ex-Secretário da Receita Federal e ex-Procurador da Fazenda Nacional.

Como o discurso do Deputado Francisco Dornelles enriquece nossa modesta contribuição, apelo para o Relator a fim de que registre em sua mente as palavras de S.Exa. O contribuinte é um parceiro nosso. O contribuinte não é nosso adversário, como muitos, muitas vezes, procuram fazer crer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – No Brasil, falar em reforma tributária une os Secretários de Fazenda. Quer dizer, o conjunto das posições com a visão de Estado, quando, na verdade, deveria ser também, ou principalmente, o conjunto das visões dos contribuintes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – É verdade, Deputado Fernando Gabeira. Um outro ponto em que fui derrotado, também por pequena margem – estou dizendo, isso não está mais no texto —, foi com relação à substituição tributária.

Nunca aceitei a substituição tributária, que entrou timidamente na nossa legislação e passou de exceção a regra, como tributação definitiva. Por quê? Porque era mera especulação sobre por quanto o produto será negociado. Ele pode ser negociado por mais ou por menos.

Estava no substitutivo que esse ajuste seria feito na ocasião da venda definitiva do bem. Far-se-ia a substituição no ato do faturamento pela empresa obrigada a efetuar o recolhimento. Todos sabem, por exemplo, que os automóveis em estoque no dia 31 de dezembro acabam sendo negociados abaixo do preço de custo. Mas como têm um preço de referência, que em regra é 30% mais caro do que o preço de custo, o ICMS é cobrado sobre esse valor, e não sobre o valor efetivo pelo qual o bem foi negociado.

Também perdi. A substituição tributária, hoje, praticamente assegura isso: o imposto é cobrado pelo valor da venda. Agora, isso dá margem a excessos e a abuso, como todos sabem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Deputado Mussa Demes, posso fazer uma intervenção?

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Pis não, Deputado Fernando Gabeira. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Uma das coisas sérias que lançamos no Brasil foi, por exemplo, a indústria da reciclagem. Temos uma garrafa de plástico para ser reciclada. Pagamos o imposto no

momento em que ela é produzida. Depois, quando ela vai para a reciclagem, tem-se que pagar novamente o imposto. Ela é duplamente tributada. Com isso, estamos, de certa maneira, inibindo a indústria de reciclagem no Brasil. Não podemos avançar com isso. O imposto sobre o produto reciclado deveria ser encarado de forma diferente. Isso não foi contemplado ainda.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sem dúvida, Deputado.

O Presidente me pede que encerre minha exposição, a fim de que possamos iniciar o debate. Estarei à disposição dos companheiros para os questionamentos e pedidos de esclarecimentos que desejem me dirigir.

Pergunto ao Presidente se já está concluída a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Sim.

Agradeço ao Deputado Mussa Demes, que fez uma exposição consistente, histórica, auxiliando a nossa Comissão a dar continuidade a esse trabalho.

Está encerrada a votação para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão.

A partir de agora iniciaremos a apuração dos votos para proclamar o resultado e poderemos festejar a eleição, provavelmente, do Deputado Gerson Gabrielli.

Votaram 24 Srs. Deputados. Vamos proceder à apuração e, imediatamente, proclamar o resultado.

O Deputado Mussa Demes vai nos ajudar. (*Pausa.*)

Votaram 24 Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Deputado José Militão. Conforme anunciei à Comissão, o Presidente adotou como critério – que é o critério geral – ter como 1º Vice-Presidente alguém do seu partido e mais dois Vices dos partidos por ordem de tamanho. Como tinha razões de complementaridade da minha formação, já havia convidado o Deputado Mentor, do meu partido, para compor um colegiado de Relatores. Assim, seguindo o mesmo critério, convidaria dois Deputados dos partidos maiores na seqüência, o PTB e o PP. Como no caso de eleição é prerrogativa do Relator, convidei o Deputado Delfim Netto, que, para nossa alegria e honra, acolheu a indicação. Convido também publicamente o Deputado José Militão para compor conosco esse colegiado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães. Sinto-me muito

honrado com o convite e espero que, extraindo da experiência do nosso Relator, Deputado Mussa Demes, possamos fazer um trabalho tão bom quanto o que S.Exa. realizou em 1999 e que desta vez possamos implantar definitivamente um novo sistema tributário no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Votaram 24 Srs. Deputados. Vinte e três votaram no Deputado Gerson Gabrielli. Um votou em branco.

Declaro eleito e empossado o Deputado Gerson Gabrielli no cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão. Parabéns a S.Exa. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Obrigado, Sr. Presidente. Não votei em mim porque ficaria esquisito. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – V.Exa. se conhece. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Agradeço aos companheiros.

O Deputado Mussa Demes fez um histórico. Embora o projeto ainda não tenha chegado a esta Casa, os jornais estão sinalizando, muitas entrevistas e muitos indicativos partiram do próprio Ministro Antonio Palocci, sobre a direção que está seguindo a reforma tributária.

Sem querer fazer nenhum tipo de aprofundamento, queria fazer uma provocação ao Deputado Mussa Demes. Do que vem sendo sinalizado, do que ouvimos no café da manhã com o Ministro Palocci, em que o projeto atual difere, em que se distancia do anterior e o que foi aperfeiçoado dentro da atual realidade socioeconômica do País? A proposta consolidada recebeu um *upgrade*, houve algum crescimento ou retrocesso? E sobre a atualização dos indicativos feitos até agora?

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Não. A proposta aprovada na Comissão Especial é de fato muito mais abrangente do que se falou naquela oportunidade, até porque também S.Exa. não tem como falar muito, na medida em que o texto não está pronto. Na ocasião, S.Exa. disse que queria a uniformidade de alíquotas, que queria uma legislação federal para dar uniformidade às alíquotas por produto do ICMS e que o problema origem/destino não deveria ser tratado naquele momento.

Francamente, falando a respeito, acho muito difícil aprovar uma reforma tributária em relação ao ICMS sem abranger todos os pontos. Vou explicar por quê. O sistema origem-destino trata especificamente da partilha dessa receita, alterando a forma de partilha da arrecadação desse tributo. Então, há Estados que terão menos e outros que ganharão mais por conta

da perda daqueles Estados. Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quase todos, seguramente terão mais; os Estados do Sul e Sudeste seguramente terão menos. Por isso mesmo, naquela ocasião, estabelecemos um prazo de transição em torno de sete anos, exatamente para que os Estados pudessem se ajustar a essa perda, que seria compensada naturalmente com a incorporação dos serviços do ICMS e com combate mais intenso à sonegação, conforme falei há pouco, em razão do desaparecimento das alíquotas interestaduais.

Estou raciocinando sobre hipóteses, o que não gosto muito de fazer, mas o Deputado Gerson Gabrielli provocou e me sinto na obrigação de responder a S.Exa. Se fosse Governador de São Paulo ou de Santa Catarina, Estados eminentemente exportadores líquidos, altamente industrializados, inclusive com renda *per capita* bem acima da média nacional, se decidisse deixar tudo para o destino, ficaria definitivamente prejudicado. No caso dos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, poderia pensar que, se não fizesse nada, minha legislação seria federalizada e não teria ganho nenhum.

E por que eles se afligem e ficam reticentes em votar esse tipo de proposta? Porque hoje o *quorum* para se fazer alteração na Constituição é de três quintos, ou seja, 308 Deputados. Se esquecermos o sistema origem/destino, podemos modificá-la por lei complementar. Mas, no caso, a lei será federalizada com um *quorum* de 257 Deputados.

Isso está levando o Ministro Antonio Palocci a fazer o que gostaria, isto é, aprovar primeiro a federalização para depois conduzir a seu modo. Agora, tenho minhas dúvidas de que S.Exa. consiga fazê-lo, na medida em que já se sentem algumas resistências entre os Governadores, tanto de um lado como de outro.

Por que nosso substitutivo foi aprovado e contou com o apoio dos Governadores da época, por intermédio de seus Secretários da Fazenda? Porque levamos tudo para o texto: o sistema origem/destino e como era feito; a uniformização das alíquotas e quantas seriam; as expectativas de arrecadação para cada um, e ninguém se sentia prejudicado. Os que perdiam receita sabiam que a recuperariam a médio prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Considerando que o Deputado Gabrielli tem audiência no Ministério do Desenvolvimento, vamos continuar, extraordinariamente, no exercício da presidência dos trabalhos.

Submeto ao Plenário a possibilidade da vinda a esta Comissão do Governador Germano Rigotto, que sugere a data de 8 de maio.

Alguna discordância? Dia 8 de maio cai numa quinta-feira, e seria no mesmo horário, às 10 horas.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis a essa data, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Se o Deputado Mussa Demes concordar, vou abrir a palavra aos Srs. Deputados. S.Exa. pode anotar as perguntas e respondê-las no momento em que achar adequado.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Afonso, primeiro inscrito da lista de oradores.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar cumprimento o Presidente expositor, Deputado Mussa Demes. De certa maneira ganhamos a semana ao presenciar, testemunhar e ouvir a exposição sempre serena e abalizada de S.Exa., historiando a reforma tributária na Câmara dos Deputados e nos dando explicações e detalhes dos debates que ocorreram, de modo a nos instrumentar para esse novo *round*, quando teremos alguns resultados concretos, ainda que não sejam aqueles que imaginamos os mais adequados ou os mais necessários na sua amplitude.

Cumprimento V.Exa. e agradeço a oportunidade ímpar que estamos tendo esta manhã.

Vou fazer algumas breves indagações. A primeira, Sr. Presidente, refere-se à possível fusão do ICMS, do IPI e do ISS. Se foi, e deve ter sido, objeto de discussão ao longo desse tempo, quais os obstáculos e as dificuldades? Gostaria de saber sua opinião técnica e política sobre o tema e a viabilidade de retomarmos essa discussão no debate da reforma tributária, considerando o caráter muito parecido desses tributos, ainda que de competências diferentes, no caso da União, dos Estados e Municípios. Queremos ouvir sua opinião e saber como isso foi debatido.

Também me permito abordar outro tema, sem me alongar. V.Exa. começou a exposição tocando em um ponto que me parece crucial: a distribuição das receitas. Ainda que isso não seja matéria essencialmente tributária, vejo que não podemos fugir dessa discussão. E ainda que tenha sido discutido preliminarmente que a reforma que iremos debater será neutra do ponto de vista da distribuição das receitas, o quadro que V.Exa. apresenta confirma aquilo que sabemos: houve uma redução expressiva da participação de Estados e Municípios no bolo da receita tributária nacional, em decorrência do fato de que a União negligenciou não apenas a arrecadação, mas a legislação e a ação no que diz respeito aos impostos compartilhados, e voltou a sua força, o seu poder, tanto legiferante quanto fiscalizador e tributário, para os outros tributos não compartilhados.

Vejo, Sr. Presidente, que dificilmente teremos, no curto prazo, outro momento de discussão para rever essa questão, ainda que seja para dar um novo encaminhamento. Como é consenso que hoje os Municípios estão em posição de mendigar receitas dos Estados, do ponto de vista da participação orçamentária, não vejo como fugir desse tema. Ainda que não tenha sido debatido, porque estamos em outra fase, um ponto que pretendo apresentar, discutir, debater, é a repartição das receitas, ainda que de forma bastante gradativa, considerando e respeitando a posição do Governo Federal no que diz respeito ao superávit primário e a todo esse discurso até então neoliberal, para não desequilibrar as finanças públicas.

Quero saber de V.Exa. exatamente isto: como podemos avançar na retomada da maior participação principalmente de Municípios, mas também de Estados, nesse bolo? Sobre a criação de um único fundo em que entrariam as contribuições, a CPMF, fazemos um bolo só, como foi discutido na Constituinte, de forma a não ter mais nenhum tipo de receita não compartilhada? Qual a opinião de V.Exa.? E do ponto de vista político, que defendo, como V.Exa. vê a possibilidade de retomarmos a maior participação de Estados e Municípios?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Muito bem. Se o Deputado Mussa Demes concordar, vamos dar seqüência à lista de oradores, para dar mais agilidade aos debates.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, Srs. Deputados, não tive oportunidade de participar da apresentação do Deputado Mussa Demes em função de uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria estar sendo analisada na Comissão de Constituição e Justiça. Por isso minha ausência momentânea. Mas conheço, creio eu, razoavelmente as posições do Deputado Mussa Demes, o histórico que vivenciamos nos últimos anos em que discutimos o texto de reforma do sistema tributário.

O projeto que V.Exa. relatou representava, na época, um entendimento nacional. Tanto é verdade, que houve apenas um voto contrário a ele. Esse texto contempla um ICM nacional e um ICM estadual; extinguiria os demais tributos na área de consumo, o que seria realmente uma grande evolução.

Hoje estou mais preocupado, porque segundo a imprensa nacional o que está vindo servirá apenas para tangenciar a questão tributária, e ficaríamos apenas no ICMS. Espero que não seja assim. E, se for essa a proposta, devemos convocar a Casa para fazer as mudanças e adaptações necessárias ao texto tributário.

O certo é que o trabalho do Deputado Mussa Demes, agora como Presidente da Comissão e não mais como Relator, é notável. Primeiro, sua capacidade é indiscutível. Trata-se de um homem preparado e culto. Segundo, é um homem paciente. Tem uma paciência admirável, tolera diversas discussões. Eu nunca vi, nesses anos todos, o S.Exa. perder a paciência. Nunca vi.

Meu caro Deputado Mussa Demes, V.Exa. é um Parlamentar que honra seu Estado, honra seus eleitores, engrandece o Parlamento com sua dedicação, sempre presente, sempre atuante. Quero dizer que para nós é muito importante essa exposição de V.Exa. e a sua presença constante. Depois de tantos anos de debates, ainda está disposto a ir aos Estados, fazendo o mesmo que fazia há alguns anos. Imaginem o sacrifício!

V.Exa. me dizia que amanhã tem compromisso em um Estado, depois de amanhã no meu Estado, e que é aniversário de sua filha e de seu neto. Ninguém enxerga isso. V.Exa. abre mão do aconchego de sua família para correr o País e discutir a reforma pela qual a sociedade anseia. A reforma do sistema tributário é um desejo nacional.

Nesta oportunidade quero parabenizá-lo. Este é um momento em que devemos falar sobre nossa vivência aqui. Conheço-o há 12 anos e 3 meses, aqui mais cotidianamente. Conheci-o na Assembléia Nacional Constituinte, porque eu era Secretário da Fazenda e estava presente o tempo todo na Subcomissão e na Comissão Temática relativa ao sistema tributário. Portanto, conheço seu papel e sua influência.

Em 1988 não foi feita uma reforma total porque havia um novo clima, considerava-se tudo o que havia para trás uma grande maldade, e tínhamos de tirar o dinheiro da União, que a União não dava porque não queria. Aquele foi um momento sobretudo de partilha, em que os Estados e Municípios assumiram um pedaço considerável da arrecadação da União. Mal sabíamos naquela época que depois de fazer aquilo a União, poderosa como é, necessitando de recursos, criaria monstros aos longos dos anos, que contribuíram decisivamente para transformar o sistema tributário brasileiro no pior do mundo, em função da ganância, da grandiosidade da boca do cofre da União, que não pára um segundo.

Se no Governo passado aumentamos a carga tributária, podem ter certeza de que neste ano vamos aumentar mais, porque o novo PIS foi aprovado já sob orientação do novo Governo. A manutenção do adicional do Imposto de Renda, aumentando-se a alíquota de 25% para 27,5%, a nova CIDE, o adicional de 1% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e mais dois

dispositivos da Medida Provisória nº 107 darão neste ano mais de 1% do PIB, talvez até 2%, de acréscimo de receita para a União Federal.

Meu caro Deputado Mussa Demes, V.Exa. tem uma posição coerente, sempre firme. Rendo-lhe minhas homenagens. V.Exa. representa o que temos de bom na Casa: conhecimento, cultura, história.

Podem criar conselho social, podem criar o que quiserem no País, porque esta Comissão tem uma cultura e um acúmulo de informações, de dados, de experiências. E não só a Comissão de Reforma Tributária, também as outras Comissões, com outros acontecimentos, com as mudanças constitucionais, com outras mudanças na área tributária, e foram muitas. Talvez a legislação que mais se altere no Brasil seja a tributária.

Meus parabéns, Deputado. No momento em que o Governo enviar a proposta, já teremos capacitado a equipe de Parlamentares da nova Legislatura, como foi capacitada a equipe da Comissão Temática da Legislatura passada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Com a palavra o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, não vou fazer elogios à pessoa do Deputado Mussa Demes, principalmente porque S.Exa. sabe que eu tenho grandes divergências com S.Exa. e se falasse ele ia achar que eu estou mentindo. (*Risos.*)

Temos de entrar na discussão da reforma tributária com uma posição muito realista. Acordos internacionais exigem que o País mantenha, durante determinado período, superávit primário de 4,25% do PIB. Mesmo com esse superávit primário, ainda estamos tendo um déficit operacional de 3%. Isso significa que estamos pagando em juros de 7% a 8% do PIB.

Raciocinando, se pudéssemos ter uma carga tributária, que hoje está em 36%, na faixa de 30%, poderíamos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deputado Francisco Dornelles, estamos pagando de juros mais de 9% do PIB. Pagamos 5% de juros nominais e 4% do superávit.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Mineiro geralmente fala mais modestamente, para não agredir muito o Governo.

Vejam só, se pudéssemos ter uma carga tributária por volta de 30% do PIB, poderíamos simplesmente zerar a COFINS, e pronto, não precisaria de substituição. Mas a verdade é que não se pode fazer isso.

Estamos fazendo uma reforma tributária tendo a necessidade de gerar receita que dificilmente será

gerada por impostos tecnicamente válidos, ou seja, não-cumulativos, impostos que tenham consistência econômica, fatos geradores que representem a capacidade contributiva.

Então, temos a seguinte situação: precisamos manter o superávit, a União não pode perder receita, o Estado não pode perder receita, o Município não pode perder receita. Não podem e não querem. Se abandonarmos esses parâmetros para uma reforma tributária, vamos simplesmente fazer um belo trabalho acadêmico, mas sem nenhuma consistência prática. O sistema tributário ideal o Deputado Delfim Netto pode redigir em duas horas. Acontece que, muitas vezes, esse sistema não gera a arrecadação que queremos.

Considereei muita positiva a exposição do Ministro Palocci, muito realista. Dizia que não se pode abrir mão da arrecadação, e tal. O caminho é tentar, em um primeiro momento, atirar nas incidências mais nefastas, aquelas que trazem as maiores distorções – entre elas, na minha opinião, a COFINS, a CPMF e o antigo PIS/PASEP, que V.Exa. corrigiu.

Lembro-me da sua discussão – embora de longe, acompanhando com o Secretário Everardo Maciel – sobre qual seria a alíquota não-cumulativa do PIS/PASEP. Passar dos 0,65% cumulativos para 1,65% não-cumulativos foi o resultado, não foi? Pois bem, com essa mudança o crescimento da arrecadação do PIS/PASEP, em valores correntes, no período de janeiro a março, foi de 50%. Isso demonstra que não era necessário e que V.Exa. estava certo quando dizia que a substituição de 0,65% cumulativos não precisava chegar a 1,65% não-cumulativos.

Hoje estou convencido de que podemos chegar à COFINS não-cumulativa com alíquota menor do que aquela que eu mesmo pensava, quando vi a transformação de 0.65% para 1.65%. Essa deve ser a nossa primeira meta para resolução do problema.

Em segundo lugar, sabemos que as pessoas às vezes têm muitos arrependimentos. Tenho alguns. Um deles foi quando me coloquei contrário à posição de V.Exa.. Até hoje me vejo daquela tribuna, no lado esquerdo, defendendo a participação dos Estados e Municípios na arrecadação total da União.

O que houve? Em 1988, apenas demos continuidade à reforma tributária de 1967 e transferimos para os Estados as incidências sobre energia elétrica, combustível e comunicações, o que hoje representa 35% da arrecadação do (*ininteligível*). Tiramos da União e passamos para os Estados. E achamos que estávamos dando grande reforço aos Estados. Mas o que fez a União? Simplesmente anulou impostos que eram repartidos, Imposto de Renda e IPI. Na época, constava num levantamento que o IPI, em 1984, e o

Imposto de Renda representavam quase 90% da arrecadação federal. Hoje, vejo que os dois somados representam cerca de 40%.

Quando falávamos de arrecadação federal, também tínhamos que analisar, calcular a alíquota da COFINS, para saber se não seria mais justo reduzir esse imposto. Em vez de uma alíquota elevada, não-cumulativa, pensar no Projeto Mussa Demes. Não sou defensor de tributação elevada, mas admito ser difícil justificar que um assalariado de 4 mil reais pague 27.5% de Imposto de Renda e aquele com rendimento de capital de um ou dois bilhões pague apenas 15% na fonte, sem qualquer outro imposto de empresa.

Em relação a esse jogo de que temos que manter, para superávit do PIB, a mesma arrecadação, tirando aquelas incidências mais negativas, estas poderiam ser substituídas por alguma incidência mais válida, na renda, sobre o IPI, para que não seja colocada nova incidência muito elevada para substituir a COFINS.

Tenho dúvidas a respeito do que V.Exa. diz sobre a tributação do ICMS no destino. Vejam só, estou reaprendendo tributação, porque fiquei muito tempo fora, e agora estou começando a esquentar os motores. Não ouvi nem os debates da Comissão e pode ser que eu esteja falando uma grande heresia. Tenho muito receio de que o ICMS no tributado no destino – tecnicamente correto – leve a um processo de evasão incontrolável. No momento em que sai uma mercadoria da indústria do Estado de São Paulo, V.Exa. diz que, se o imposto estadual for menor, a mercadoria é desovada dentro do próprio Estado. E se sair com zero, como seria? Tenho muito medo do destino pela evasão fiscal, pelo grau de evasão que ele representaria.

Por último, concordo plenamente com a lei federal do ICMS, com número reduzido de alíquota. De acordo com as linhas gerais indicadas pelo Ministro da Fazenda, acho que é uma reforma possível: atingir o tumor onde ele é mais grave, ou seja, na COFINS, e tentar unificar a legislação do ICMS, estabelecer algumas alíquotas. Antes de lancetarmos a COFINS, em vez de pensar em transferência de 3% de COFINS cumulativa, ou em quanto representa o não-cumulativo, não seria possível fazer algum jogo, de modo que essa arrecadação da COFINS pudesse ser substituída por maior arrecadação do Imposto de Renda sobre rendimentos do capital?

Hoje todos temos que reconhecer, principalmente lucros e dividendos que não são tributados no Brasil. Inclusive hoje estamos perdendo dinheiro para o fisco estrangeiro, porque, quando eles tributam lá e dão crédito aqui, como aqui não há imposto, eles cobram a diferença. Pergunto se não seria importante verificar essa substituição.

Agora, se tentarmos fazer, aqui no Congresso Nacional, aquela reforma tributária ambiciosa, mudar tudo, fazer aquele sistema ideal – falei com o Ministro Delfim que eu faria em duas horas o que S.Exa. escreve em uma hora —, acho que não vamos sair do lugar.

Por isso, a palavra para essa reforma tributária agora é “pragmatismo”, porque o Governo tem uma situação financeira extremamente complexa. Dificilmente tem condições – se o Ministro Delfim me autorizar dizer – de reduzir essa meta de superávit primário. E, mesmo que ainda haja queda de juros – nunca vou me pronunciar sobre o problema de juros, porque, quando eu estava no Ministério, a coisa que mais me deixava louco era alguém falar sobre taxas de juros sem ter todos os dados, como eu não os tenho para falar —, o que pode sobrar é maior folga no Governo para atender algumas atividades essenciais, porque o País está parado. Nunca o País esteve tão parado como está agora. A situação das Forças Armadas é drástica. Os aviões não estão voando. O próprio Ministro da Educação tem dito que o País parou. O Brasil hoje está mantendo superávit fiscal, superávit primário, o que neste momento é até correto. Mas quero alertar que é nesta situação que vamos votar uma reforma tributária. Não adianta. Acho que sairíamos da realidade se pensássemos naquela reforma que todos nós queríamos, fatos geradores de base econômica, seletivo, eliminação de todos os cumulativos, sem CPMF, sem COFINS. PIS/PASEP foi agora enquadrado.

Mas estou certo de que, sob o comando de V.Exa., com a relatoria do Deputado Virgílio Guimarães, assistido pelos dois Sub-Relatores, por ele convidados, será possível, com os pés no chão, avançar. É preferível avançar pouco a não avançar nada.

Eram essas as ponderações que queria fazer.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – V.Exa. abordou questão interessante. Eu e o Deputado Mussa Demes sabíamos que o Everardo tinha colocado um coeficiente de ignorância sobre a transformação, mas não sabíamos que era de superignorância. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Os dados demonstram que o acréscimo foi, em termos nominais, de 50%. Em preço de março, de 30%. Isso mostra que, como os outros tributos não cresceram na mesma proporção, foi a alíquota.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É menor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Não, não. Estou falando de PIS/PASEP.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sim, mas, para se comparar o desempenho do cumulativo e do não-cumulativo, talvez o deflator adequado fosse o desempenho da COFINS.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Você pode garantir lá mais 5 bilhões no Orçamento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, entendi. Ao se usar a preço corrente, mas a COFINS também teve aumento.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – O aumento da COFINS foi de 24%, acrescido da arrecadação; do PIS/PASEP foi de 50%.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Então, use como deflator a COFINS. Dá bem menos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Exatamente. Se fizermos a base de 0.65% para 1.65%, quase 300%, não foi isso?

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – É 2.5%. Na verdade, sabíamos que tinha sido acrescentada alguma coisinha, porque ele tinha medo de ter algum prejuízo. Todos sabíamos do coeficiente de ignorância, mas ninguém sabia que era dessa tamanho.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Se era 2.5%, pode ser bem menor. Pode ser 1.7%, 1.8%, o que abriria caminho. Agora, insisto, acho que o Projeto Mussa Demes, na área de Imposto de Renda, tinha que ser considerado como um instrumento para compensar uma redução da COFINS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Muito bem. Deputado Mussa Demes, quer responder ou podemos dar seqüência aos trabalhos

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – O Deputado Paulo Afonso começou perguntando por que naquela ocasião entendíamos que devíamos fazer a fusão do ICMS com o IPI, ISS. De que forma isso aconteceu? Evidentemente, isso foi negociado.

Em primeiro lugar, devo lembrar ao grupo que o IPI sempre foi entendido pelo Secretário da Receita, que era o nosso interlocutor junto ao Ministro naquela época, como uma espécie de moeda de troca. Os mais antigos, o Luiz Carlos Hauly, o Ministro Delfim, o Ministro Dornelles, o Militão devem se lembrar bem que o Everardo sempre quis jogar o IPI como moeda de troca para os Estados, com a fixação que ele sempre teve na criação de um IVA na competência da União.

Po isso mesmo, entendíamos que, se criássemos um ICMS federal com a mesma base do ICMS, seria mais fácil de acontecer. Agregamos a isso o ICMS, como falei há pouco, para compensar os Estados exportadores líquidos pela perda que deveriam sofrer, criando nos Municípios um Imposto sobre Vendas a Varejo e Serviços, que, depois de devidamente avaliado pelos Secretários de Fazenda dos Municípios, especialmente dos Municípios da Capital, se tornou perfeitamente aceitável para recompor as receitas municipais, até com certo ganho. O Prefeito de Belo Horizonte defendia isso, não é Militão? O Prefeito Célio de Castro era

um entusiasta. Ele imaginava que teria arrecadação muito maior se tivéssemos feito assim.

Entretanto, surpreendentemente para nós – e só atribuo isso à má vontade do Secretário da Receita para com a nossa proposta —, o Secretário insistiu, nas reuniões da comissão tripartite, numa proposta de criação de um imposto sobre bens e serviços. Em vez desse tributo novo, também chamado de ICMS, até mesmo por razões de ordem técnica, porque se imaginava que se chamássemos esse imposto de IVA, por exemplo, poderia haver questionamentos na área judicial, preferimos chamar de ICMS Federal, pois trinta anos de ICMS faziam com que essas questões não fossem mais suscitadas. E o que são bens e serviços? Simplesmente tudo; não escapava nada da tributação federal que ele iria fazer depois por lei complementar, naturalmente, e ao modo dele.

(Não identificado) – Os bens corpóreos e incorpóreos.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – É verdade, entrava tudo: Internet... Não escapava nada.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Sessão espírita.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – A voracidade do Secretário realmente era muito conhecida. E, nesse particular, ele se afirmou realmente como Secretário que maior arrecadação proporcionou ao País.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Com a nossa cumplicidade, com a nossa convivência.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – É verdade. E ainda hoje ele passa essa impressão mesmo. Ele foi convidado para ser Secretário da Fazenda de Minas Gerais, se não me engano, e do Rio Grande do Sul também.

O problema é que o Everardo vê a arrecadação como uma atividade-fim e não como uma atividade-meio. Fica difícil realmente se entender isso. Por essa razão, sempre achei que havia um erro de avaliação. Eu acho que o formulador da política econômica nunca poderá ser também um arrecadador. Eu achei que o coordenador da política econômica deveria ser o Ministro, e não o Secretário. Mas essa é uma avaliação pessoal minha. O Ministro Malan, com as ocupações que tinha fora do País, deixava tudo praticamente na mão do Everardo, e este fazia tudo como gostava de fazer, sempre uma maneira mais fácil de arrecadar e no sentido de impedir a pessoa de sonegar, tanto que ele, que no início era o adversário da CPMF, acabou se tornando seu mais ardoroso defensor, exatamente pela facilidade de arrecadação e pela quase impossibilidade de sonegá-la.

O Deputado Paulo Afonso perguntou como aconteceu a recomposição das receitas dos Estados e

Municípios. V.Exa. está se referindo, naturalmente, às perdas.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – É, no sentido de retomarmos, ainda que gradativamente, maior participação.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Lembro que tive essa preocupação na época da Assembléia Nacional Constituinte.

O Ministro Francisco Dornelles lembrou isso de passagem, quando fez sua exposição. Naquela época, tive uma premonição. Quando vi que a União ia perder um naco substancial da sua receita, sabia que ela não iria se conformar. Naquele tempo tínhamos como contribuição, se não me falha a memória, apenas o FINSOCIAL, com alíquota muito baixa – 0,5% – e altamente questionada juridicamente, tanto que a maioria dos processos que as empresas moveram contra a União para não pagar o FINSOCIAL acabaram prosperando, e a Receita Federal vinha compensando com a COFINS os ganhos na Justiça que as empresas vinham obtendo. Mas tive uma premonição: achei que era por ali que a União tentaria sair.

Já na Comissão de Sistematização, entrei com uma emenda em que eu reduzia. Calculei quanto representariam os 22,5% dos Municípios e os 21,5% dos Estados e cheguei a uma equação, se não me engano, em torno de 17% – certo, Ministro Dornelles? – sobre toda a arrecadação federal.

O que eu buscava naquela ocasião era impedir que acontecesse o que acabou acontecendo: que a União, a cada momento que se passou dali em diante, fosse isolando o Imposto de Renda, o IPI – só dava isenção se fosse por conta do Imposto de Renda ou do IPI —, e criando contribuições não partilhadas.

Foi isso que o Ministro Dornelles mencionou há pouco, ao dizer que se arrependeu de não ter votado a favor. No mesmo sentido, já ouvi manifestações do ex-Deputado Firmo de Castro, que também não votou comigo, do César Maia, que quando desci da tribuna, após fazer a sustentação, veio me cumprimentar e dizer que não votaria com ela porque o grupo já estava todo fechado.

A proposta de reforma tributária passou incólume na Comissão de Sistematização, sem qualquer alteração; tudo fruto de ampla negociação. Então, minha proposta acabou por não ser considerada na época.

Acho que agora ainda é o momento de se fazer. O superávit primário, como mencionou bem o Ministro Dornelles, é o grande problema que vamos enfrentar, porque a União diz: *“Eu tenho de cumprir isso”*. A defesa da estabilidade da moeda é da maior importância para o País. Um país sem moeda estável não tem nada, realmente.

Agora a moeda está se sobrepondo a tudo, até no campo social. Vocês acabaram de ouvir o Ministro Dornelles falar sobre os hospitais. Em Fortaleza, por exemplo, doentes que deveriam estar na UTI morrem nos corredores. Isso acontece em todo o País. As estradas estão esburacadas. A segurança pública hoje não existe, a tal ponto que estamos vendo o Rio de Janeiro se transformar quase numa Colômbia. Isso porque tudo se concentra no cumprimento das metas acertadas com o FMI.

Mesmo assim, estamos vendo os Governadores de hoje esperneando e tentando, junto à área econômica do Governo, receber um naco desses tributos que hoje não são partilhados, como é o caso da COFINS e também da CPMF, se vierem a ser confirmados na proposta do Ministro Palocci, e certamente haverão de ser acolhidos pelo Relator. S.Exa. já nos transmitiu esse sentimento e vai falar para vocês mais adiante.

Meu caro Luiz Carlos Hauly, a V.Exa. só posso dizer muito obrigado. A generosidade de suas palavras só posso atribuir à amizade que nos liga há doze anos, à participação intensa de V.Exa, mesmo antes de Deputado, na condição de Secretário da Fazenda do Paraná, quando aqui estive conosco discutindo e influenciando decisivamente naquilo que chamou, na ocasião, de pura partilha. É verdade. Naquela ocasião, não nos preocupamos com qualquer alteração de fundo no sistema. Achávamos que se arrecadava o bastante e que a União ficava com quase tudo e dava muito pouco aos Estados e Municípios. Aproveitamos o momento – não sei se fomos muito egoístas naquela época ou até inconseqüentes – e desfalcamos brutalmente a União dos seus recursos.

E ela começou a se recompor. Só que quando isso aconteceu, veio com um Governo forte e numa voracidade que nunca mais parou, o que acabou acarretando aumentos sucessivos da carga tributária, pois sempre há compromissos com a dívida pública para serem honrados. As receitas dos Estados e dos Municípios não diminuíram em termos nominais. Em termos percentuais, hoje eles têm realmente uma situação muito diferente da que tinham após a Constituição de 1988.

O Ministro Francisco Dornelles expôs muito bem o problema do PIS/PASEP, que votamos no ano passado. Naquela ocasião, V.Exa. estava no Ministério do Trabalho. Essa foi uma iniciativa do Ministro Delfim Neto, que me chamou e disse: *“Mussa, vamos tentar dar um jeito de resolver esse negócio da COFINS, porque reforma tributária não fazemos mais este ano”*. O laboratório foi mesmo o gabinete do Ministro Delfim Neto.

A título de experiência, fizemos uma proposta para tornar não-cumulativo o PIS, porque ele representava

um quinto da arrecadação da COFINS – naquela época, 0,65% para 3%. Se chegássemos a uma alíquota que parecesse razoável, já que a base tributária é a mesma, poderíamos depois estender a COFINS mais adiante. Esse foi o raciocínio do Ministro Delfim Netto.

Conversei com o Líder do PFL na época, Deputado Inocêncio Oliveira, que nos apoiou também. Conversamos com o Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves, que também foi francamente favorável. Pouco depois – a mim parece, S.Exa. nunca me disse nada – houve articulação do próprio Ministro Delfim com o Ministro Pedro Malan. O Malan nos chamou e mostrou interesse na proposta. Tenho a impressão de que, àquela altura, o FMI, os organismos internacionais já se sentiam incomodados com a cumulatividade brutal dessas contribuições. E nós próprios sabemos que se continuarmos assim, com essas contribuições sendo arrecadadas de forma cumulativa, dificilmente o Brasil terá condições de ir à ALCA, porque não há como desonerar a produção de forma definitiva se não for por meio desse sistema não-cumulativo. É altamente improvável que se consiga fazer isso no sistema atual, cuja única alternativa para se saber exatamente o que desonerar é um salto no escuro, digamos assim. Seria um crédito presumido em relação a isso, que nunca funciona bem, até porque quando essa experiência foi adotada, o próprio Secretário suspendeu e deixou dificuldades para muitos que já tinham fechado contratos fora. Então, tem de ser algo definitivamente acertado em lei, especialmente no texto constitucional.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Na verdade, foi o próprio Presidente da República, num ataque de lucidez, que disse: *“Toque para frente esse projeto”*. Disseram: *“Mas o Malan não concorda”*. S.Exa. disse: *“O Malan você deixa comigo”*.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Esse é um depoimento muito importante, pois demonstra algo que sempre achei. Infelizmente, digo isso até com tristeza, até pelo respeito enorme que tenho pelo Ministro Malan, pela sua competência profissional, mas imagino que num determinado momento tamanha era sua preocupação fora, que S.Exa. acabou sendo refém do próprio Secretário, da sua vontade e do seu pensamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – E quem não é?

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Se foi bom ou não para o País, não sei. Só o futuro vai dizer. Não vamos ter nunca como saber nesse primeiro momento.

Ministro Francisco Dornelles, todos nós tínhamos desconfiança sobre aquela alíquota de 1,65%. Ainda tentamos negociá-la. Alguns setores eram fortemente atacados. Caso, por exemplo, dos produtos importados

para a venda direta ao consumidor, que não tinha crédito nenhum. Vai tudo direto para as gôndolas. Então, teriam triplicado a cobrança do imposto, o que inviabilizou muito a comercialização desses produtos.

Tivemos também problemas no setor agrícola, com relação às cooperativas. O Deputado Luiz Carlos Hauly foi grande defensor delas. E acabamos negociando, por intermédio da Medida Provisória nº 66. Estranhamente para nós, essa negociação acabou – fruto, tudo indica, de um entendimento entre o Everardo e o Governo do Presidente Lula, que se iria iniciar – sendo objeto de veto do Presidente da República.

Se não tivesse havido esse veto, a alíquota ainda pareceria, pelo menos neste primeiro momento, extremamente elevada. Acho que deveríamos ter um pouco de cautela em relação ao assunto, pois esse número pode se alterar. Fevereiro está muito próximo a janeiro. O sistema começou em janeiro. Pode haver ainda alguma coisa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Pega março.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Esse número de 50% já pega o mês de março? Então, já é um indicador mais forte do que imaginava.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Em janeiro já deu...

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Em março já deu 50%. Vamos conversar sobre isso depois.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Também tenho certa cautela a respeito dessa avaliação. Se partíssemos do desempenho desse primeiro trimestre, que alíquota estaria projetada para a COFINS, se fôssemos calcular? O caminho que percorro, Deputado Francisco Dornelles, não leva a um otimismo tão grande. Isso trabalhando com números.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Essas dúvidas vão existir sempre. Por isso, sugiro ao Presidente e ao Relator que peçam à Receita que coloque à disposição de cada membro desta Comissão o ANGELA, sistema com todos os dados não-sigilosos. Assim, seria possível fazer avaliações menores.

No momento em que se faz uma reforma tributária, temos 100 acessos ao Sistema ANGELA. É difícil se emitir com exatidão os dados. A Receita Federal emite um documento mensalmente. Considero fundamental termos acesso a esse sistema.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sim, mas utilizando os dados, considerarei a evolução da COFINS e do PIS/PASEP, ou seja, se não tivesse havido a desoneração, a evolução teria sido igual. Então, o cálculo é maior nessa hipótese. Não é a evolução nominal nem a real, mas o adicional em face do

desenvolvimento da COFINS. Isso daria algo em torno de 25% de efeito ignorância.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Efeito ignorância.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Mas é isso que está dando.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não são esses números. Foram 20% a mais, não é isso, Delfim?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Não chamaria de ignorância, mas de vivacidade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Vivacidade. Então, os nossos números estão iguais. Às vezes, alguns números nos levam à interpretação de que houve...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deputado Virgílio, quero informar ao Ministro Francisco Dornelles que temos acesso ao ANGELA. A Comissão de Orçamento conseguiu incluir, nas duas últimas LDOs, o acesso ao sistema de informação da Receita, o ANGELA, claro que preservando o sigilo fiscal. Temos uma boa equipe de análise de arrecadação na Consultoria de Orçamento e poderíamos integrá-la à da Comissão, o que, sem dúvida, será de grande valia para as nossas análises.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO – Na verdade, o coeficiente é de 1.3%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Vou pedir ao Deputado Mussa Demes que encerre esta parte, para que possamos dar continuidade à lista dos oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – O Ministro Delfim Netto citou os chamados juros sobre o capital próprio, objeto de projeto de lei por mim oferecido à Casa. S.Exa. sempre o defendeu e o sustentou como forma de modificar alteração feita na Secretaria de Receita Federal, que, a nosso juízo, proporcionou enorme perda de receita, que só beneficiou, na verdade, as maiores empresas, as multinacionais, as sociedades anônimas e as de capital aberto. A alteração não teve caráter isonômico, na medida em que trata também de diferenciar essas empresas das pequenas, que não têm contabilidade e não podem utilizar esse benefício, e das próprias pessoas físicas na declaração de ajuste, que não têm nenhuma correção no imposto que lhes é retido. Esse sistema permite que as empresas deduzam a correção do balanço como despesa operacional, no período de doze meses, por meio da TJLP, pagando apenas alíquota de 15% de Imposto de Renda. Se isso não existisse, elas pagariam em torno de 34%, considerando o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Além do que, isso é distribuído na pessoa física dos dirigentes

e pode ser utilizado sem imposto adicional, inclusive nas remessas para o exterior.

Isso foi devidamente quantificado pelas assessorias e consultorias especializadas e representam hoje perda estimada em 7 bilhões de reais. Infelizmente o projeto não foi aprovado. Houve mudança de Relator sucessivas vezes, e ele foi arquivado. Por questão de justiça, esse assunto deveria ser retomado. Quem sabe alguém no Governo do PT quer fazer isso? Na época, eles estiveram interessados, mas também abandonaram o projeto. O fato é que nesta Casa as coisas só acontecem mesmo se o Governo quiser. Só se vota o que vem do Governo; a pauta está sempre atravancada por medida provisória que não é votada, por projeto de emenda à Constituição. É muito difícil um projeto de lei ordinária ter seguimento.

Procurei chamar a atenção do Poder Executivo, da equipe econômica, num determinado momento. Não consegui sensibilizá-los. Pelo menos era esse o meu papel e o do Ministro Francisco Dornelles, que muito nos ajudou naquela época. Nossa participação já foi dada, vamos ver se mais adiante isso acontece.

Quando o Ministro me perguntou se não seria o caso de trocar a COFINS pelo juro de capital próprio, respondi-lhe que não seria possível, porque a arrecadação da COFINS está estimada em cerca de 50 bilhões.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Não falei em trocar. Um percentual da COFINS, uma parte.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Essa parte

representaria menos de 10% do juro sobre o capital, a COFINS tem nove.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Doze por cento. A arrecadação da COFINS está estimada em 60 bilhões.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – E a do

juro sobre o capital próprio, sete.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Cinco.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Então,

quanto daria de 60?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Uns 12%. Menos, 10%, 8%.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Isso seria possível. Os Governadores estão querendo um pedaço nisso tudo; vamos ver como eles se saem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Não sei se esclareci todas as dúvidas do Ministro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– ICMS no destino e sonegação.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – ICMS no destino. A visão do Ministro é a de que isso poderia proporcionar sonegação ainda maior se optássemos pelo destino. Não sei, pois isso seria também ignorar a fiscalização estadual, a chamada fiscalização da mercadoria em trânsito. Temos alguns ex-Secretários de Fazenda presentes – Haully, Wasny, Paulo, que não foi apenas Governador do seu Estado, Militão, Júlio César. A fiscalização da mercadoria em trânsito inibe muito essa prática, especialmente nas cidades maiores, se feita com intensidade. Seria, então, um problema de gerenciamento, mas me parece um sistema mais justo.

Evidentemente, o assunto vai ser objeto de muita discussão ao longo do nosso trabalho, venha ou não no texto do Ministro Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – São 12h30min. Há vários Deputados inscritos. Se todos concordarem em ser sintéticos, darei seqüência a toda a lista.

Com a palavra o Deputado Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Deputado Mussa Demes, estou sentindo que a proposta que o Governo deve enviar ao Congresso Nacional é retirar a exigência das mudanças via emenda constitucional e levá-las para lei complementar. Acho muito importante a tomada de decisão sobre a legislação federal de ICMS, o que por si só já combate muita sonegação, mas também considero importante avançarmos nessa questão com a incorporação definitiva do ISS à base do ICMS. Hoje muitas atividades são alcançadas apenas pelo ISS e poderiam ser alcançadas por um novo ICMS.

A questão que nos preocupa parece ser relativa às contribuições. No relatório passado, V.Exa. propôs a fusão de todas as contribuições – COFINS, PIS/PASEP, salário-educação – numa única contribuição, não cumulativa. O Governo Federal parece que está propondo nova contribuição, para aliviar a folha de pagamento. Se imaginarmos uma única contribuição incidindo sobre o faturamento, perguntaríamos: qual deve ser o tamanho dessa contribuição, o tamanho da alíquota, para os diversos setores da economia, de forma a proporcionar a receita desejada pelo Governo, a receita atual mais a futura receita, e substituir parte da folha de pagamento?

Se tivéssemos longa cadeia de produção, evidentemente teríamos que ter alíquota menor da COFINS, e se tivéssemos cadeia curta, como é o caso dos serviços, teríamos alíquota maior. Com a preocupação de achar essa alíquota, iríamos cair na mesma coisa em que caiu a mudança da não-cumulatividade do PIS. Então, acho que, por causa do superávit

primário, que o Governo está certo em fazer, vamos ficar muito presos ao ICMS e vamos deixar, então, a questão da não-cumulatividade da COFINS para uma etapa posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Com a palavra o Deputado Serafim. (*Ausente.*)

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira. (*Ausente.*)

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale. (*Ausente.*)

Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta minha primeira participação na Comissão quero trazer à baila a temática sobre a criação do Fundo de Compensação às Unidades Superavitárias da Federação. Em pesquisa realizada nesta Casa foram localizadas duas propostas em tramitação: a PEC nº 175-A, de que V.Exa. foi o Relator, e a PEC nº 14, de 2002, de autoria do Senador Fernando Ribeiro.

A PEC nº 175-A propõe a destinação de 15% do Imposto de Importação aos Estados e ao Distrito Federal, na forma de lei complementar, proporcionalmente ao saldo anual positivo de suas exportações para o estrangeiro em relação a suas importações. Já a PEC nº 14 propõe a destinação de 20% do Imposto de Importação aos Estados e ao Distrito Federal, na forma de lei complementar, proporcionalmente ao saldo anual positivo da respectiva balança comercial com o exterior, limitada a participação de cada unidade federada a 10% do saldo que produzirem. Se não me falha a memória, ficou especificado que este Fundo será aplicado em infra-estrutura nos Estados superavitários.

Meu questionamento é o seguinte: qual o posicionamento de V.Exa. no sentido de incorporarmos essas propostas na discussão da reforma tributária, assegurando a discussão das mesmas nesta Comissão, com a possibilidade, inclusive, de viabilizarmos audiência pública com os Governadores dos Estados superavitários?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, caros Relatores, caros colegas, esta não é a fala de um *expert*, mas considero importante manifestarmos aqui, diante de Plenário tão seleta, de especialistas, alguns sentimentos nossos. Primeiro, eu diria que seria em defesa do Governo, da pregação do Governo, e ante a perspectiva de frustração da sociedade. O que se espera? Uma reforma que modifique o cenário atual, esse patrimônio, essa herança, esse legado, e que atinja determinadas metas, como a re-

dução da carga tributária. Tenho isso gravado como discurso do Presidente Lula em sua campanha. Não podemos nos amedrontar com os compromissos que devem ser honrados, principalmente os internacionais, mas mecanismos devem existir na busca de fórmulas que possam estabelecer o convívio entre o escopo da reforma tributária para o País e a observância dessas obrigações, com alongamento de dívida, com refinanciamento ou com outra solução, nas negociações bilaterais ou multilaterais.

De nada adiantará se a carga tributária permanecer como está. Será uma frustração para todos. Será um desgaste para o Governo e para o Congresso Nacional. O povo está ansioso. O cidadão que paga Imposto de Renda hoje, o assalariado, a classe média, que está destrocada, não vai se conformar em permanecer pagando a mesma coisa ou aumentar sua contribuição para a Previdência Social.

Então, é preciso buscar negociação para que se aliviem essas tensões do movimento das contas dentro do País e possamos ter um horizonte mais largo no cumprimento das obrigações internacionais. É importantíssimo que o Governo leve isso adiante e consiga resultado concreto. Com isso, teremos recursos mais abundantes.

O Governo tem compromisso também com a redução das profundas desigualdades que existem entre os cidadãos e entre as regiões do País, os grandes desequilíbrios regionais. O Presidente Lula tem anunciado também como uma de suas metas, como determinação na elaboração do PPA, o enfoque para a redução das desigualdades. Não sou perito nem especialista, mas creio que o sistema tributário deve ser instrumento para a realização de uma política grandiosa nesse sentido. Isso envolve a revisão do pacto federativo quanto à partilha do bolo da arrecadação tributária, maior participação dos Estados e Municípios nessa partilha, inclusão das contribuições neste bolo. Por isso, ao mesmo tempo, estou fazendo indagações ao ilustre amigo e companheiro Mussa Demes e ao ilustre e querido amigo Deputado Virgílio Guimarães. Estou ansioso para ouvir algo sobre essas questões que estou apresentando.

Qual o pensamento do Deputado Mussa Demes sobre o aumento desse bolo que seja partilhado?

Ontem li nos jornais declaração do nosso querido Governador Aécio Neves sobre maior participação dos Estados – eu diria também dos Municípios – na partilha do bolo da arrecadação.

No campo social, queremos aumentar os índices de emprego, de geração de oportunidades de trabalho para os cidadãos. Com a carga tributária que está aí, se mantivermos o que é hoje, qual a condição do

País para enfrentar a competição com as empresas estrangeiras multinacionais a fim de aumentarmos a exportação?

Não desejo ter frustração também como político que quer apoiar uma proposta vigorosa, ousada, de iniciativa do Poder Executivo, enriquecida e aperfeiçoada pelo Legislativo. Mas não apenas a visão estritamente técnica. Desculpem-me os puristas e os *experts*. Não podemos nos acomodar. Não é possível que o superávit tem de ser “x”. Com todo o respeito ao Ministro e a todos que assim pensem, temos de pensar diferente e mudar o quadro desse sistema caótico que aí está.

São essas as observações que faço. Espero satisfazer-me com as manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor expositor, meus colegas, reputo o depoimento do Deputado Mussa Demes como histórico. Esta reunião traz informações verdadeiramente interessantes para a reflexão sobre o Sistema Tributário Nacional.

Sempre defendi que a reforma tributária deveria começar pelo relatório do Deputado Mussa Demes. Vejo até com preocupação quando no seu próprio depoimento diz que alguns fatores vão ser considerados e outros não, mesmo porque o atual Ministro da Fazenda era o Vice-Presidente da Comissão, participou de todos os debates e sabe que houve um esforço muito grande do nosso Deputado Mussa Demes e do ex-Deputado Germano Rigotto, que fizeram peregrinação por todos os Estados e procuraram apresentar à Nação uma peça que pudesse corrigir as distorções experimentadas por todos.

Pensava que seria mais do que justo o Ministro da Fazenda pegar esse documento e, a partir dele, desenhar uma reforma tributária. Mas também vejo com preocupação o depoimento do Ministro Francisco Dornelles, quando diz: *“Vamos trabalhar naquilo que é possível, e não adianta querermos abrir os braços, porque não conseguiremos fechar”*. É como se fosse uma galinha que se dispusesse a chocar muitos ovos e muitos deles acabassem por gorar.

Na medida em que se coloca em discussão apenas a questão do ICMS como meta do Governo, fico preocupado com o aspecto sobre origem e destino. Fico preocupado também com o depoimento, quando vemos que a participação da União sai de 40% para 60% da receita, e o Constituinte, em 1988, não percebeu e deixou essa janela aberta. As contribuições sociais elevaram para 60% a participação da União. Com toda a competência do Everardo Maciel, mas com a visão muito pequena daquilo que é a Federação, ele

prejudicou sobremaneira os Estados e os Municípios. Hoje os Estados estão experimentando uma dificuldade muito forte, pois houve a preocupação de se fortalecer a receita da União sem dar a participação dos Estados. Não se vai construir uma Nação sem as unidades federadas. Essa preocupação tem de haver. Na minha região, há Municípios verdadeiramente em dificuldades.

A Lei Kandir, que resumiu todo seu desejo de reforma tributária, foi uma desgraça para nós, Deputado Mussa Demes. Pegue o relatório da mão do nosso Relator e verá que prejudica mais ainda o Estado do Pará.

Nossa perda é de quase 80% das receitas. Nossa participação, que hoje deveria ser em torno de 220, 270 milhões, está limitada entre 80 e 140 milhões. Hoje, nossa participação é de 7,5 milhões, que vai dar 100 milhões. Estamos perdendo 50% da receita.

Portanto, com base nessa perda, estamos reivindicando uma compensação financeira sobre o Imposto de Importação, até como forma de minimizar a dificuldade que estamos experimentando, agravada pela Lei Kandir.

Quando vejo no Pará uma cidade que não tem saneamento básico ou não tem um programa de segurança, ou de saúde, lembro da Lei Kandir, que retirou recursos.

Pior do que isso, quando importamos um processo, instala-se uma serraria, são gerados créditos para esse empresário, o que aumenta ainda mais a dívida do Estado. Portanto, perdemos duas vezes: primeiro, o Estado importador tem uma compensação por meio do ICM, que não temos, porque somos exportadores; segundo, quando instalam a empresa, a geração de crédito passa a ser um débito dobrado contra o Estado.

Quero deixar registrado que o Estado do Pará está sofrendo grande injustiça, agravada pela Lei Kandir. Vejo no depoimento do Deputado Mussa Demes uma injustiça maior do que a praticada contra o Estado do Pará: a condenação de uma pessoa por sonegação, cujo direito de defesa foi cerceado ou, então, apressado o julgamento. O Governo tem de corrigir essa injustiça.

Peço ao Deputado Virgílio Guimarães que faça uma reunião com os membros da Mesa e com o Ministro da Fazenda a fim de iniciar a reforma a partir deste relatório. Vamos ver se a proposta do Governo pode contemplar o relatório do Deputado Mussa Demes. Ele representa o esforço da Comissão, é um trabalho sério.

V.Exa. há de convir que a situação tende a se agravar para o Estado do Pará. Já somos um Estado

periférico, nosso desenvolvimento foi dificultado, apesar de termos 25 mil quilômetros de rio navegável na Amazônia. O Porto de Santana foi desativado, pois foi construída uma estrutura fantástica para exploração do minério, que acabou, e aquele porto está parado. O Porto de Vila do Conde, que está sendo estruturado, poderia até ter base frigorificada, com linhas regulares de navio, para termos a oportunidade de exportar carne, frutas, peixe. E há o Porto da SOTAVE. O País não pode se dar o luxo de ter um porto daquele parado, servindo apenas aos narcotraficantes.

Estribamos nosso desenvolvimento em dois meios de transporte mais caros do mundo: o aéreo e o rodoviário. Não temos a preocupação do Governo de promover a valorização do transporte fluvial, nem no sentido da conclusão das ferrovias, da construção de outras e do fortalecimento desses sistemas, da modernização do transporte fluvial.

Peço à Mesa desta Comissão que convide o Ministro Antonio Palocci para uma audiência pública, com o intuito de expor os principais pontos da Proposta Mussa Demes a fim de saber se o Governo pode absorver alguns pontos. Quem sabe, contemplar a sociedade paraense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Por ser provavelmente a última reunião antes do envio do projeto de lei, não quero perder a oportunidade de dizer aos Deputados que a expectativa que tínhamos era de uma reforma tributária muito mais avançada.

De tudo que ouvi, considero o relatório do Deputado Mussa Demes o mais avançado, talvez o mais completo, pois envolve a maioria dos tributos. Sabemos que o que será enviado será algo pequeno. Até disse na imprensa ser o possível. Mas não nego que se esperava do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva muito mais ousadia, muito mais decisão. Antes da reunião, os Deputados diziam que o controle da arrecadação do Sistema Tributário Nacional é do Secretário da Receita Federal e também a fiscalização, sobre a qual há uma série de suspeitas de corrupção e sonegação.

Antes de fazer a reforma tributária, precisamos saber qual o tamanho do Estado. Assim, saberemos qual a arrecadação necessária.

A impressão que tenho é de que o Brasil é um leão que rugir, que tem enorme disposição de crescer, de disputar mercado, de competir com as grandes potências do mundo, mas não consegue por amarras que impedem o estímulo da produção, da economia, que desoneremos o trabalho, uma série de medidas que poderiam ser tomadas.

O Ministro Tarso Genro já disse que serão feitas reformas moderadas. Compreendemos. Não há acú-

mulo social nas relações políticas para que as reformas sejam mais profundas, mas, pelo menos, gostaríamos de saber qual a opinião do Governo em relação a elas. Isso não está claro.

No Estado de São Paulo, reduzimos mais de 200 impostos e houve aumento de arrecadação, ou seja, houve estímulo à atividade econômica.

O Deputado Luiz Carlos Hauly é considerado incendiário porque propõe algo absolutamente novo. Vamos mexer nos impostos vagabundos, como diz S.Exa., e no seletivo. Será que não seria possível sermos um pouco mais ousados? É muito desagradável imaginar que o Secretário da Receita manda mais do que o próprio Governo, do que os que dirigem a Nação, e mais do que o Congresso Nacional, e sobre ele não passa nada, porque quer que seja assim, porque só pensa no tamanho do Estado que foi criado e tem a responsabilidade de sempre tributar mais.

O jurista Ives Gandra diz que nenhuma reforma é neutra. Vamos aumentar a carga tributária. Portanto, além de fazermos uma pequena reforma, ainda haverá aumento de carga tributária. Segundo ele, não há registro histórico para que isso não aconteça.

Sobre a incorporação do ISS, no Relatório Mussa Demes isso era possível. Hoje parece que abandonamos a idéia. Seguramente, facilitaria a origem e destino.

Na prática, seria possível um dia pensarmos em uma reforma maior ou se este será o início de todo o processo, ou seja, um pouco agora, um pouco depois? Quem sabe, um dia dominaremos o leão, que é o Secretário, não é o Brasil. Na verdade, o grande leão deste País é o Secretário da Receita Federal, poderoso, mais do que todos nós, ou eventualmente escolhemos um que se enquadre em nossa idéia, e não ao contrário, o que normalmente acontece.

Concedo a palavra ao Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, tentarei ser breve.

O Deputado José Militão preocupa-se com a alíquota que poderia ser adotada. Temos de raciocinar sobre impostos. Primeiro, não sabemos em que termos virá o projeto de contribuição sobre a folha, que inclusive não virá para esta Comissão, mas para a Comissão Especial da Reforma da Previdência.

O Deputado José Militão deve recordar muito bem que naquela ocasião trabalhamos com alíquota. Se realmente fizéssemos desaparecer a cumulatividade de uma alíquota de contribuição da ordem de 8% a 9% sobre todas as contribuições então existentes, se viesse essa contribuição sobre a folha, imagino que isso não aconteceria em nosso projeto. O Deputado

Virgílio Guimarães terá de resolver a questão com o Ministro Ricardo Berzoini.

A linha de raciocínio de que não se pode perder receita deverá se situar em termos tais que permita reduzir substancialmente o déficit da Previdência. Não vejo como isso possa acontecer sem realmente causar danos graves às empresas que são obrigadas a essa contribuição. De uma forma ou de outra haverá ônus, já que não pode haver perda de receita na concepção da equipe econômica do Governo.

O Deputado Anivaldo Vale e a Deputada Ann Pontes são do Pará e expressam preocupação comum. Dirijo um apelo ao Relator. O grupo realmente se sensibilizou muito com a situação do Pará, talvez o Estado, não em termos nominais, mas em termos relativos, mais prejudicado da Federação com esse sistema que estamos adotando. Minas Gerais entra com um ganho bom também, mas que não é tão significativo. Em números absolutos a situação é parecida, mas em números relativos, dada a economia mais forte do Estado de Minas, não é tão significativa.

Naquela oportunidade, a Comissão se sensibilizou de tal maneira que admitimos introduzir no texto algo que conceitualmente não deveria acontecer. Os impostos de natureza regulatória não têm finalidade de arrecadação. Portanto, deveriam servir, pelo menos teoricamente, de instrumento de política econômica para que o Governo pudesse, em determinado momento, estimular ou inibir a exportação.

Na prática, temos visto que os impostos de natureza regulatória acabam servindo para fazer caixa do Governo e muito pouco é utilizado como instrumento de política econômica. Por essa razão, a Comissão resolveu destinar 15% da arrecadação desse tributo para compensar perdas de natureza permanente. Recursos não-renováveis significa dizer que daqui a pouco não haverá esses recursos à disposição e não haverá nenhuma compensação por isso, a não ser um enorme buraco ou áreas florestais inteiramente devastadas.

O Deputado Anivaldo Vale também se queixa muito das perdas que aconteceram com a Lei Kandir. Praticamente todos os Estados brasileiros se queixam disso. Não sei se existe alguma providência do atual Governo. Os Governadores têm-se queixado. Não sei se o Presidente Lula vai encontrar uma forma de compensar essas perdas que aconteceram também no Governo passado.

Não sabemos exatamente o que o Presidente da República prometeu, mas parece que o Governador Aécio Neves está satisfeito com as conversas que teve com S.Exa. Quem sabe o Governador de Minas Gerais conseguiu alguma promessa de reposição, pelo menos parcial, das perdas do passado.

As observações do Deputado Walter Feldman foram dirigidas ao Relator. Peço a S.Exa. que, em suas considerações, que devem iniciar-se agora, responda os questionamentos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado.

Em meu comentário final, não poderia deixar de assinalar que a contribuição do nosso companheiro e mestre Deputado Mussa Demes será permanente ao longo de todo o trabalho. Ao fazer referência à montagem do colegiado de Relatores, o Deputado Mussa Demes, com a humildade que tem, disse que o papel do Relator é insubstituível, mas S.Exa. é o nosso coordenador. A palestra que fez hoje dá continuidade ao que aprendi quando nos conhecemos na Constituinte. É bom lembrar que naquela época fizemos algo absolutamente correto: discutimos o sistema tributário e o Orçamento na mesma Subcomissão.

Quando ouvimos comentários sobre o que fizemos na ocasião, não podemos nos esquecer de que fizemos, do ponto de vista da elaboração orçamentária, uma verdadeira revolução. Criamos um sistema que ainda não funciona inteiramente: PPA, LDO e o Orçamento anual. Saímos daquela armadilha de o Deputado não poder emendar o Orçamento. Estabelecemos as diretrizes para o ano e plurianualmente vai-se organizando o endividamento. Aquelas variáveis nas quais não se pode mexer a cada ano passam a ser resolvidas a médio e longo prazo. E isso também foi pensado para o Orçamento. Quando foi feita a descentralização, isso estava em mente. Houve o fortalecimento dos Municípios, mas a idéia é que as atividades fossem descentralizadas. Então, não foi um ato irresponsável.

Presto esse reconhecimento ao Deputado Mussa Demes, que não fará apenas um discurso, mas uma orientação, uma inspiração, inclusive no que se refere ao ponto de partida, ao relatório votado.

O Governo enviará um projeto que em nada conflita com o relatório do Deputado Mussa Demes, que busca atingir alguns objetivos centrais que estavam presentes.

Comento um pouco a idéia de que a proposta do Governo seria tímida, limitada, restrita e de pequeno alcance. Quando ouço alguém falar isso, lembro daqueles filmes infanto-juvenis. Havia sempre a arena dos gladiadores romanos. Eles lutavam até que um era vencido. O vencedor, antes de dar o golpe de misericórdia, olhava para o imperador e esperava ele dizer: vida ou morte. Era um discurso tímido, pequeno, mas que representava tudo: vida ou morte para o vencido. Nem sempre discursos curtos têm pouco significado.

A reforma que o Governo está enviando a esta Casa significa tudo. O que o Governo está fazendo é

de um destemor, de um arrojo! Impressiona-me como conseguiu tanto em tão curto espaço de tempo.

Não nos esqueceremos da nossa situação. Quando o contribuinte paga muito e recebe pouco, parte é devido à corrupção, à incompetência e o restante ao desperdício. Em números redondos, 50 bilhões de reais são inativos públicos; 50 bilhões de reais, superávit primário, e 100 bilhões de reais, juros, totalizando 200 bilhões de reais.

É justo pagar inativos? Claro, é um dever! Mas o retorno ocorreu no passado, não agora. Temos de enfrentar a situação. A carga tributária era distribuída da seguinte forma: 5% do PIB do Município, mais 10% e mais 10%. Aumentamos dez pontos, ficando 5%, 10% e 20%, ou seja, a União cresceu 10% do PIB. Essa parte esterilizada representa 10% do PIB. A União ganhou o encargo de ter de suportar os juros de rolagem da dívida e o superávit primário.

O Governo deverá atirar nesse problema com absoluta determinação, com mão firme, mas dependerá de nós ultrapassá-lo. Trata-se da vida ou morte do imperador. Essa não é uma reforma pequena. Vegetaremos mais três, quatro anos, trabalhando todo o País, sem aplicar em nada, sem realizar obras, ou enfrentaremos, corajosamente, a questão central? Devemos fazer uma reforma responsável com as finanças públicas. Não devemos entender que o Governo é voraz e não quer repartir. À medida que ficarmos livres desse encargo pesado, que não é apenas dos Governos Federal e Estadual, mas de todo o povo brasileiro, reduziremos a carga tributária que cabe à União.

Como bem disse o nobre Deputado Francisco Dornelles, poderíamos simplesmente voltar àquela situação da Constituinte. Não teríamos mais de gerar superávit, pagaríamos a taxa de juros e aboliríamos os monstros que foram criados para gerar recursos. Realmente, seria uma fantástica reforma tributária. Mas não poderemos fazê-la. Se formos irresponsáveis com as finanças públicas, mandaremos as taxas de juros, que estão nas nuvens, para a estratosfera, para a lua, não sei para que galáxia. Empresário nenhum quer fazer *downsizing* em finança pública, o que seria um tiro no pé. Para onde jogaria a taxa de juros?

Corajosamente, precisamos enfrentar a situação, e o Governo está fazendo o melhor. Já há consenso com os Governadores e, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com os segmentos econômicos do País quanto às vigas mestras que orientarão o objetivo central: dar sustentabilidade às finanças públicas dos Estados e da União, à Previdência Social pública, tomando medidas no sentido de torná-la mais justa socialmente, além da desoneração de alguns produtos do ICMS e da reforma do Imposto

de Renda, que tornarão a economia mais dinâmica e potente. A reforma que receberemos virá com avanço imenso, com a consciência de Governadores e de segmentos econômicos, empresariais e trabalhistas.

Teremos agora o que faltou ao Deputado Mussa Demes para as reformas: apoio significativo de Governadores de todos os partidos, pois a reforma deixou de ser partidária. Quem se colocar contra ela, estará se colocando contra o Governador de seu partido ou confessando que nunca será Governo Federal. A reforma não é para o Governo, mas para o País, não é para este momento, mas para o futuro.

Isso é o que temos de positivo no momento, além da experiência e do legado que nos deixou nosso companheiro Deputado Mussa Demes.

Não vamos receber uma reforma tão completa, mas o esqueleto de um prédio. Temos o endereço. Não podemos desmontar tudo e levá-lo para outro lugar. A estrutura metálica está montada, já temos o volume, o número de andares e a localização. Vamos completar isso. Se será bom ou não, nós é que vamos fazê-lo. Esse é um dever do Poder Legislativo. O Governo não está mandando uma reforma acabada, com todos os detalhes. Respeitado esse esqueleto do prédio, poderemos embelezá-lo mais ou menos, fazer tudo com escada rolante, sem escada rolante, com elevador e mezanino. Nós é que vamos dar conforto ou não. Vamos fazer as divisórias, pintar e decorar. Nós é que vamos recheiar essa reforma. Não vamos mudar as vigas mestras, porque isso já vem com a consciência dos Governadores, dos segmentos econômicos. É esse o nosso espaço de trabalho, e é enorme, grandioso, acertado inclusive com a reforma da Previdência.

Em relação ao comentário do nosso Presidente a respeito da desoneração da folha e de outras questões, gostaria de expressar minha opinião. Hoje, em um longo café da manhã, que começou às 7h30min, com os Ministros José Dirceu e Ricardo Berzoini, estava lá também o Deputado Carlito Merss, disse que tributo, seja ele qual for, é assunto da reforma tributária. Essa é a minha opinião. Trata-se de uma discussão sistêmica. Tudo pode ser, se a discussão for integrada. Não vamos necessariamente aumentar a carga tributária, porque a nossa discussão é sistêmica, integrada. Pode-se fazer a homogeneização de alíquotas do ICMS sem que nenhum Estado perca, desde que haja compensações, ou sem aumento de carga tributária, desde que se baixe a carga em outro lugar. A discussão é sistêmica.

Acredito e vou defender – se o Governo não entender, não vou ficar triste – que contribuição, seja ela previdenciária ou social, é tributo e deveria ser discutida nesta Comissão. Essa discussão sobre se

inativo entra ou não entra não deveria ser feita lá. É uma discussão de orientação geral. Devem discutir lá o modelo de Previdência que querem. Vamos discutir o sistema tributário, porque ele é integrado. Como vamos financiar uma coisa ou outra?

Em relação à desoneração da folha, eles podem, no máximo, dizer que querem a contribuição para o Regime Geral da Previdência carimbada. Aliás, o Ministro Ricardo Berzoini disse-me hoje, com toda a clareza, que tem de ser carimbada e que não dá para diluir tudo em uma contribuição genérica. Tudo bem. Essa é a integração que temos de fazer, mas defendendo que tributo é da reforma tributária, para fazermos uma discussão mais integrada e sistêmica possível.

Nós é que temos o desafio de fazer uma reforma mais ampla, inovadora e harmônica. Essa é uma tarefa nossa, respeitando essas vigas mestras. É como se fosse uma estrada, falta atravessar um grande rio. Eles nos ofereceram a ponte. Vamos fazer a caminhada inteira. Se demolirmos a ponte, ficará difícil. Que diferença faz ouvir o relato histórico do Deputado Mussa Demes e o nosso relato curto e histórico? A Nação quer uma reforma tributária. Há um consenso de Governadores, apoios importantes do empresariado para as questões centrais.

Como vamos compor a questão da origem e do destino? Como faremos as compensações? Vamos discutir essas questões com competência, até porque todos aqui são experientes e na época em que foram Governo já viram frustrados uma série de sonhos.

Reafirmo minha absoluta crença em que ainda este ano faremos as reformas, a fim de que no dia 1º de janeiro de 2004 elas já possam entrar em vigor. Faremos as reformas com soberania, ousadia e criatividade. E, para isso, pretendemos contar com a colaboração de todos.

Desculpem-me, mas sou um entusiasta deste assunto – não sei se isso ajuda ou atrapalha. Tenho consciência das dificuldades, mas minha determinação é do mesmo tamanho ou maior do que elas. Sei que esta Comissão tem o mesmo sentimento e determinação de fazer o que precisa ser feito e já. O Brasil não pode esperar por essas reformas! A União, os Estados e o povo não podem continuar a ser esmagados pela drenagem insuportável do esforço produtivo brasileiro. De uma maneira ou de outra, chegamos a essa difícil situação e precisamos superá-la.

Digo aos companheiros de velhas jornadas, que já estão nesta Casa há mais tempo, pois somos jurássicos – refiro-me aos Deputados Jairo Carneiro, Mussa Demes, a mim e a outros que já se afastaram —, que não podemos sair do Parlamento sem deixar a marca dessas reformas.

Quando o Deputado Mussa Demes foi Relator da Constituinte, essas reformas foram tentadas por nós, mas naquela época as circunstâncias fizeram com que a grande reforma acabasse não produzindo seus efeitos, pois já no dia seguinte foi feita uma contra-reforma reconcentradora. Aliás, talvez essa contra-reforma tenha sido motivada pela drenagem de recursos que vinha ocorrendo.

Deputado Jairo Carneiro, não vamos sair desta Casa sem realizar esse sonho que é nosso e, sobretudo, do Deputado Mussa Demes, que será nosso Presidente nesta grande transição. Vamos fazer a nossa parte! O Brasil vai agradecer agora e no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Os dinossauros podem ser modernos.

Cumprimento o Deputado Virgílio Guimarães por sua contundência verbal. Às vezes, uma boa provocação promove um debate bastante saudável. Também cumprimento S.Exa. pela elegância.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Os que me conheceram na Legislatura passada talvez tenham dificuldades de me reconhecer agora, pois já fui eleito o mais deselegante Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) – Nosso Relator, V.Exa. tem de estar sempre muito elegante.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, o Duda Mendonça está penetrando em todas as esferas do poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Exato, inclusive em nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Mussa Demes, que fará algumas considerações a respeito da pergunta do Deputado Jairo Carneiro. Imediatamente depois, S.Exa. assumirá a Presidência e encerrará nossa reunião.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Deputado Jairo Carneiro, V.Exa. é meu velho companheiro, assim como o Deputado Virgílio Guimarães, da época da Assembléia Nacional Constituinte.

Em primeiro lugar, peço-lhe desculpas, pois em virtude de descuido de minha parte e do qual me penitencio, sua manifestação foi feita entre a da Deputada Ann Pontes e a do Deputado Anivaldo Vale, acabei por esquecê-la. Peço desculpas a V.Exa., meu velho companheiro e amigo.

Creio que o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, já forneceu se não uma explicação, uma satisfação sobre a forma como o processo está sendo conduzido, uma vez que V.Exa. cobra a redução da carga tributária prometida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na época da campanha. V.Exa. também cobra a redefinição da partilha nas diferentes esferas

de Governo, na medida em que todos sabem que a União fez crescer as suas e, proporcionalmente, não fez o mesmo com Estados e Municípios – e isso é realmente preocupante.

O Deputado Virgílio Guimarães disse que no momento oportuno isso poderá acontecer. O momento atual não permite que já façamos essas alterações, pois os compromissos assumidos no plano internacional nos obrigam a ter certa cautela, sem o que poderíamos ver comprometida a própria estabilidade da moeda.

Comungo de seu sentimento e me preocupo muito com essa situação. Como Deputados, sofremos grande assédio, especialmente em virtude do tipo de legenda a que pertencemos, que nos torna mais ligados aos Municípios do que os Deputados da Esquerda. Nossos companheiros Deputados da Esquerda são mais bem votados nas grandes cidades e Capitais, enquanto nós o somos nas periferias, para as Guaribas e Acauás da vida, onde a cobrança é muito maior. Afinal, quase em sua totalidade os Municípios que representamos não têm base econômica para sobreviver, a não ser por meio das receitas transferidas. Essa é a razão de nossa grande preocupação.

Se não pode haver a redução da carga tributária, que pelo menos agora, durante o processo de reforma tributária, preocupemo-nos com a partilha. Temos de conseguir transferir para os Municípios, principalmente para os mais carentes, parcela maior do que a atual. Parece que essa preocupação já ocorre em âmbito estadual. Observei que o Governador do Estado de Minas Gerais tem reclamado bastante da situação. Imagino que o Governador da Bahia também esteja fazendo essa mesma cobrança.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Desculpe-me a interrupção, Deputado Mussa Demes, mas lembro que houve a Carta de Natal, feita pelos Governadores do Nordeste. Naquela ocasião, o Governador de Minas Gerais estava presente, discutiu o assunto, manifestou sua preocupação e expôs suas expectativas.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – É evidente que a partilha é objeto da reforma tributária. Tenho certeza de que nosso Relator, que vem acompanhando assídua e diariamente nossos trabalhos e anotando todos os pontos para que possamos formar nossa opinião, vai nos ajudar no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Deputado Mussa Demes, permita-me.

Deputado Jairo Carneiro, para que a redução da carga tributária seja possível, temos de levar em conta as medidas. Isso não quer dizer que agora alguma redistribuição não possa ser feita; pelo contrário, considero que isso deve ocorrer, sobretudo do ponto de

vista social, mas também regional e de outras esferas da Federação. Apesar de todas as dificuldades, espero que essa reforma seja vista como municipalista.

Deputada Ann Pontes, V.Exa. sugeriu a realização de uma audiência pública. Aproveito a oportunidade para dizer a todos que a primeira providência tomada pelo Vice-Presidente eleito foi marcar uma audiência pública no Estado da Bahia. Se não me engano, essa audiência será feita no próximo dia 23. Realizaremos audiências em outros lugares. Temos o compromisso de realizá-las sobretudo onde as preocupações com a reforma sejam mais acentuadas.

É claro que uma audiência pública será realizada em Manaus. Ontem, à noite, estive com o Governador do Estado do Amazonas. Na oportunidade, reiterei o compromisso de ir a Manaus, o que faremos com muito prazer. Faltou apenas acertarmos uma data. Parece-me que, com relação à Bahia, a data já está combinada. Precisamos ainda acertar o dia com o Estado do Pará. Já foi marcada a audiência pública em Santa Catarina e no Paraná. No Estado do Rio Grande do Sul, a audiência será no dia 5. Todas essas datas foram marcadas ontem – estou falando os dias de acordo com o que me recordo.

O Deputado Pedro Chaves me procurou, e marcamos para o dia 6 a audiência em Goiânia. Aliás, encontrei-me com o Deputado Pedro Valadares, que nos deixou muitas saudades. Chamei o Deputado Pedro Chaves de Pedro Valadares, mas creio que S.Exa. não se ofendeu, porque o outro também é um grande companheiro.

Marcamos a data com o Deputado Pedro Chaves, que também é nosso companheiro aqui e na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Enfim, Deputada Ann Pontes, a questão é simplesmente acertarmos a agenda. Parece-me que também existe uma preocupação com relação ao Estado do Tocantins, mas depois combinarei essas visitas com o Presidente.

Nosso escritório está quase funcionando. Com a chegada do projeto do Governo, a situação se estabelecerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman)

– Com muita alegria, registro a presença do Deputado Benito Gama, ex-Presidente da nossa Comissão.

Passo a palavra ao Presidente, Deputado Mussa Demes, para que encerre nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Agradeço ao Deputado Walter Feldman a maneira como conduziu os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 9ª Reunião Ordinária, Realizada em 08 de Maio de 2003.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional, no Plenário 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Eduardo Cadoca, Edson Duarte, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Gerson Gabrielli, João Leão, Jorge Bittar, José Militão, Julio Semeghini, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Machado, Max Rosenmann, Nelson Marquezelli, Pauderney Avelino, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Romel Anizio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Walter Feldman e Walter Pinheiro – Titulares; Ann Pontes, Eduardo Sciarra, Fernando Gabeira, Gervásio Silva, Jaime Martins, Júlio Cesar, Júlio Redecker, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Wasny de Roure e Yeda Crusius – Suplentes. Compareceram também os Deputados Darcísio Perondi, Elimar Máximo Damasceno, Francisco Appio, Marcelo Castro, Milton Cardias, Pastor Reinaldo e Serafim Venzon, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Delfim Netto, Edmar Moreira, José Mentor, José Roberto Arruda, Marcelo Teixeira, Narcio Rodrigues, Paulo Bernardo e Sérgio Miranda. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, declarou abertos os trabalhos. **ATA** – O Deputado Eduardo Paes solicitou a dispensa da leitura da ata da 8ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. Em discussão e votação, a ata foi aprovada, sem restrições. **EXPEDIENTE:** Correspondências Recebidas: a) Ofício nº 252/2003 do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Carlão de Oliveira, encaminhando cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como da legislação existente no que se refere a incentivos fiscais e b) Ofício nº 354/2003, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,

Deputado Romário Dias, informando que a legislação sobre incentivos fiscais de 1988 até hoje, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 encontram-se disponibilizados no site da Assembléia. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou que a reunião fora convocada para eleição do Segundo e Terceiro Vice-Presidentes; Audiência Pública com o Governador do Rio Grande do Sul, Dr. Germano Rigotto; e apreciação de requerimentos. Prosseguindo, o Deputado Mussa Demes, com a anuência da Comissão, informou que a eleição dos Vice-Presidentes, ficaria para a próxima semana. Em seguida, anunciou a presença do Deputado Victorio Emanuele Falsitta, Relator da Comissão da Reforma Tributária da Itália, justificando a importância da Comissão ouvir o depoimento do parlamentar italiano. Durante a exposição do parlamentar italiano, adentrou ao Plenário da Comissão o Governador do Rio Grande do Sul que foi saudado com palmas pelo Colegiado e convidado a tomar assento à Mesa. A palavra foi dada, novamente ao Deputado Falsitta para as considerações finais. A seguir, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, agradeceu ao Deputado Victorio Falsitta a breve exposição e registrou as presenças do Embaixador da Itália e do Senador Pedro Simon à reunião. Na sequência, o Deputado Mussa Demes, Presidente, passou a palavra ao Dr. Germano Rigotto, Governador do Rio Grande do Sul e Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, na Legislatura anterior. Finalizada a exposição e após os devidos agradecimentos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Júlio Redecker, autor do requerimento que originou a vinda do Governador. A seguir, interpelaram o palestrante os Senhores Deputados Luiz Carlos Hauly, Paulo Afonso, Renato Casagrande, Francisco Dornelles, José Militão, Wasny de Roure, Júlio César, Ann Pontes, Vanessa Graziotin, Marcelo Castro, Paulo Rubens Santiago e Virgílio Guimarães, Relator. O Deputado Gerson Gabrielli, Primeiro Vice-Presidente, presidiu a reunião das onze horas e vinte e cinco minutos às treze horas e cinco minutos. Os requerimentos constantes da pauta não foram apreciados. **ENCERRAMENTO:** Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião e convocou uma próxima para quinta-feira, dia 15, às 10h, com a seguinte pauta: debate sobre a proposta de Reforma Tributária, enviada pelo Governo. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional.

Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias da Ata da 8ª reunião, realizada em 24 de abril de 2003, a todos os membros presentes, indago ao Plenário se há necessidade da leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Eduardo Paes pede a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Correspondência recebida.

Dou conhecimento à Casa de ofício recebido do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Carlão de Oliveira, encaminhando cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como da legislação existente no que se refere a incentivos fiscais. Solicitação feita pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

Ofício nº 354/2003, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Romário Dias, informando que a legislação sobre incentivos fiscais de 1988 até hoje, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, encontram-se disponibilizados no site da Assembléia.

Aliás, nós já os recolhemos também.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada com a seguinte finalidade: eleição de 2º e 3º Vice-Presidentes; audiência pública com o Governador do Rio Grande do Sul e apreciação de requerimentos.

Sugiro ao Plenário que transfiramos a eleição do 2º e 3º Vice-Presidentes para a próxima reunião, uma vez que estamos um pouco atrasados para o início dos nossos trabalhos e também porque nos honra hoje com o seu comparecimento ao plenário da Comissão o Sr. Deputado Vittorio Emanuele Falsitta, Relator da Comissão de Reforma Tributária da Itália. *(Palmas.)*

Eu, na condição de Presidente, o convidei a prestar à nossa Comissão depoimento a respeito de como andam os trabalhos no seu país. Convido, portanto, o Deputado Vittorio Falsitta para compor a nossa Mesa de hoje.

Tendo em vista que o ex-Deputado e atual Governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto ainda não chegou a este recinto, gostaria que o Plenário ouvisse do Deputado Vittorio Falsitta como anda a tramitação

na Itália da proposta que visa promover alterações no sistema tributário daquele país.

Com a palavra o Deputado Vittorio Falsitta.

O SR. VITTORIO EMANUELE FALSITTA – (*Exposição em italiano.*)

O SR. FILIPPO LA ROSA (Intérprete) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, sobretudo pela oportunidade que me oferecem aqui.

Quero dizer muito claramente, desde o começo, que agradeço e estou muito fascinado pelo jeito, pela forma que no Brasil está-se encarando a questão da reforma tributária, com muita paixão, porque só quando existe uma paixão como essa é que se vai realmente conseguir fazer mudanças profundas.

Tendo conhecimento que essa é uma sessão muito importante, vou tratar de ser muito breve e só dizer as partes mais fundamentais da nossa reforma.

Na Itália, mais ou menos temos os mesmos problemas que os senhores têm aqui; o que muda são as razões, as causas que determinaram essas questões.

Mas também temos limites e problemas profundos para interferir, para fazer mudanças no sistema tributário fiscal.

Os problemas que temos e os vínculos que temos lá são dois. Temos de fazer política monetária sem fazer política fiscal, porque estamos na área do euro.

Também na política fiscal temos capacidade limitada, porque temos de respeitar os parâmetros de Maastricht.

De todo jeito, temos de mudar nosso sistema fiscal, porque ele é injusto, está sendo ineficiente, e pode ser um mau exemplo. É injusto, porque os impostos não estão sendo pagos de forma uniforme por todas as categorias de trabalhadores. Sobretudo estão sendo pagos pelos trabalhadores dependentes.

É ineficiente, porque temos na Itália uma quantidade enorme de leis; são muitas leis e elas repercutem sobre a estabilidade do quadro legislativo fiscal.

E não é competitivo pela empresa, porque a imposição fiscal na Itália fica sendo muito elevada, e, pela empresa, também são elevados os custos para determinar a renda que tem de ser taxada, para determinação do impunível que vai ser taxado.

Um dos pontos mais importantes que se destacam na nossa reforma é o seguinte: tem de haver impostos sobre a pessoa física.

Vamos passar de um regime com cinco alíquotas a um regime com duas alíquotas. Uma de 23%, com valor de mais ou menos 100 mil dólares. E acima dos 33%, para o imposto sobre as pessoas físicas, estamos prevendo uma alíquota, uma faixa de crédito que não tem alíquota que são isentas de impostos.

Essa faixa de renda isenta de imposto diminui em função do aumento da renda. E ela acaba mais ou menos em um valor de 20 mil dólares. Então, quem tem uma renda de aproximadamente 150 mil dólares por ano não terá custos a ser deduzido dos impostos.

Outro elemento que vai se destacar na nossa reforma se refere às pessoas jurídicas. Há o reconhecimento de um consórcio de empresas. A *holding* que controla um grupo de empresas vai ser o único sujeito que vai pagar os impostos. O regime jurídico dos bens que circulam no interno da *holding*, das empresas que fazem parte da *holding*, é neutro. Não se paga imposto na movimentação entre as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Acaba de chegar ao recinto o ex-Presidente da Comissão de Reforma Tributária, Governador Germano Rigotto, para quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Peço ao Deputado Vittorio Falsitta que continue sua exposição.

O SR. VITTORIO EMANUELE FALSITTA – (*Exposição em italiano.*)

O SR. FILIPPO LA ROSA (Intérprete) – Agradeço. Vou tentar terminar, para não tomar mais o tempo de V.Exas.

Quero sublinhar que o momento em que se vai decidir mudar o sistema fiscal é, na realidade, o mais oportuno para voltar a conceber de forma diferente o que é a tarefa de um sistema fiscal dentro de uma sociedade.

Há vários modos de enxergar o sistema fiscal. Um que acha que os impostos não têm de alterar, turbar, modificar o sistema produtivo, e aquele que acha que o imposto tem, de forma absoluta, de incidir, modificar, ter repercussões sobre o processo produtivo, de modo a ajudar os setores que são definidos bons, enquanto são bons para o sistema produtivo, e não ajudam a gerar problemas para aqueles que são considerados bons para o sistema produtivo.

Eu me incluo nessa segunda categoria que acha que o sistema fiscal pode modificar os processos produtivos. Creio que o sistema fiscal, como estava explicando, hoje pode ser o instrumento principal, se utilizado de um jeito correto, para conduzir ao bem comum, ajudar as áreas mais pobres da sociedade. Acho que ele pode se tornar um sistema principal para governar os efeitos negativos do sistema neoliberal.

Então, se essa vai ser a direção que este Parlamento vai tomar, nós ficaremos ao lado de vocês. Fico à disposição para qualquer tipo de ajuda futura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A Mesa agradece ao Deputado Vittorio Falsitta a

gentileza de proferir essa breve exposição, muito importante para que nossos trabalhos continuem se desenvolvendo. É uma legislação que também se aperfeiçoa no país vizinho.

Registro, no momento, a presença do Embaixador da Itália, Dr. Vincenzo Petrone, a quem agradeço também o comparecimento. *(Palmas.)*

Honrando nossos trabalhos, agradeço também ao destemido, combativo e respeitado Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, a presença. *(Palmas.)*

Meus prezados companheiros, a audiência de hoje, com toda certeza, de todas as que realizamos até agora, é a mais esperada.

Vamos ter hoje a oportunidade e o privilégio de ouvir o ex-Presidente desta Comissão, o Presidente que deu a ela realmente a dimensão que merecia ter na Legislatura passada, com seu estilo combativo, destemido, que nunca faltou com sua presença onde se fez necessária, que percorreu, num curto espaço de tempo, todos os Estados da Federação brasileira e que deu altivamente respostas às provocações que recebemos em diversos momentos dos nossos trabalhos, partidas especialmente naquela ocasião do próprio Poder Executivo.

A presença do Governador Germano Rigotto nesta Comissão é, para nós, motivo da mais alta satisfação, porque com sua experiência, com o conhecimento que acumulou ao longo dos anos, certamente agora, na condição de Governador do seu Estado, enriquecerá nossos trabalhos com a exposição que nos fará a partir de agora.

Bem-vindo, Governador Germano Rigotto, eterno Presidente da Comissão da Reforma Tributária.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar a todos e dizer, Presidente Mussa Demes, da alegria que é retornar à Casa e à nossa Comissão. Quando digo à nossa Comissão é porque estou ali na galeria, com muita honra e orgulho, ao lado de Deputados como Francisco Dornelles e Yeda Crusius, aqui presentes, e vários outros Parlamentares que passaram pela Presidência da Comissão de Finanças e Tributação. E aqui é a nossa sala da Comissão de Finanças e Tributação. E era nesta sala, neste Plenário 4, que acontecia a maior parte das reuniões da Comissão de Reforma Tributária, quando tive a honra de presidir os trabalhos da Comissão.

Tenho a alegria de ver na Presidência da Comissão o Deputado Mussa Demes, eterno Relator da Comissão de Reforma Tributária, que hoje mudou de posição: não é ponta direita nem ponta esquerda, é centroavante, ou mudou de centroavante para ponteiro. Espero, Deputado Mussa Demes, com a ajuda dos membros da Comissão, que possamos conseguir aquilo

que não se conseguiu até aqui, ou seja, não apenas promover o debate de um projeto e aprovar a proposta de um sistema tributário que surja desse debate, uma estrutura tributária nova, mas a aprovação do Plenário. Conseguimos a aprovação por 35 votos a 1, ou seja, um voto contrário foi mais de protesto, porque existia a tese dos tributos não-declaratórios. E como existia tributo declaratório ficou marcada a posição. Com 35 votos a 1, aprovamos uma proposta de reforma tributária passando por cima de divergências partidárias e ideológicas. Conseguimos avançar na negociação com a União, Estados e Municípios depois da aprovação na Comissão, uma alternativa que aperfeiçoava aquele trabalho. Infelizmente, até hoje, estamos esperando que o projeto seja votado no plenário. Mudaram os Governos Estaduais, o Governo Federal e o Congresso Nacional. Temos, então, a oportunidade de discutir e votar definitivamente essa reforma.

O Deputado Virgílio Guimarães, nosso Relator, tem a incumbência de ser o ponta ou centroavante e ajudar na concretização da reforma. Fiquei muito feliz, Deputado Virgílio Guimarães, de tê-lo recebido em nosso Estado, há poucos dias, para debater essas questões. Agora esse debate começa a acontecer com muito mais profundidade no intuito de definir o que vai ser alterado em relação à proposta do Executivo.

Sr. Presidente, cumprimento os Deputados Virgílio Guimarães e Gerson Gabrielli, membros desta Comissão, os Deputados que se encontram aqui presentes e trabalharam conosco, os Deputados do Estado do Rio Grande do Sul e de todos os Estados da Federação que compõem a Comissão de Reforma Tributária e meus colegas do Congresso Nacional. Agradeço ao Senador Pedro Simon a presença. Na pessoa da Angélica, nossa eterna Secretária da Comissão de Reforma Tributária, cumprimento toda a assessoria da Comissão e todos os funcionários da Casa. Cumprimento também a imprensa que cobre essa reunião. Agradeço, portanto, a todos a presença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, após trabalho realizado no sentido de aprovarmos a reforma tributária – e não aconteceu a aprovação da reforma tão esperada na Legislatura passada —, alguns diziam: todo o tempo foi perdido; tudo o que foi feito, na verdade, foi tempo perdido. Visitamos 27 Estados da Federação e conversamos com Governadores, Prefeitos e entidades representativas da sociedade.

O então Presidente da Comissão aproveitava as palestras para as quais era convidado e pedia a quem me convidava que indicasse um local onde pudesse pernoitar. Visitamos 27 Estados da Federação – sem nenhuma passagem e diária pagas pelo Legislativo

—, mobilizamos todos em favor da reforma e procuramos ouvir todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

— Com as minhas desculpas, peço às pessoas que se encontram na bancada que cedam seus lugares aos Deputados, porque há muitos Parlamentares, inclusive membros da Comissão, de pé. Essa bancada está reservada aos Deputados, tendo em vista que hoje o comparecimento a esta Casa foi muito maior do que o esperado.

O SR. GERMANO RIGOTTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero que o que foi feito não se perdeu. Com o resultado de vários anos de debate — como Presidente desta Comissão durante dois anos, promovi debates desde 1995 com várias Comissões — criamos um conjunto de informações e alternativas que estão contidas, muitas delas, na proposta enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. É bom que se diga que muitas propostas debatidas, analisadas, dissecadas pela Comissão de Reforma Tributária, naquela ocasião, estão contidas no texto enviado pelo Executivo.

É bom lembrar que o Vice-Presidente da Comissão era o atual Ministro Antonio Palocci, que teve importante papel durante os trabalhos da Comissão, como também o ex-Deputado Antonio Kandir — infelizmente para o Congresso Nacional hoje não é mais Deputado Federal. Mas quero fazer justiça ao trabalho que fez. Como membro da Mesa Diretora da Comissão, S.Exa. fez um trabalho muito forte, como todos os Deputados da Comissão.

Posso citar o trabalho de cada um. O que fez o Ministro Antonio Palocci? Aproveitou aquele projeto e retirou dele pontos importantíssimos que estão contidos no projeto atual. Se V.Exas. me perguntarem qual o ponto que destacaria — a meu ver é fundamental que seja aprovado na reforma tributária —, eu diria que é o ICMS com uma única legislação e com cinco faixas de alíquotas em todo o território nacional.

Agora Governador, estou dando conta de que — mais do que me dava conta como Deputado Federal — essa bagunça do ICMS não pode continuar. Se o Deputado Vittorio estudasse um pouquinho mais o IVA, Imposto sobre o Valor Agregado, cobrado na Itália, na Alemanha, na Espanha e na França, certamente concluiria que aquele imposto nada tem a ver com os nossos impostos.

Na verdade, temos vários tributos, como o ICMS, IPI, COFINS, PIS, CPMF e ISS, recaindo sobre a mesma base de consumo, uma situação horrível pela qual está passando o sistema tributário brasileiro.

Quando no mundo inteiro há um grande tributo sobre o consumo, geralmente o Imposto sobre o Valor

Agregado, e um tributo sobre patrimônio e renda, no Brasil, temos essa doidice que é o sistema tributário.

Prezado companheiro e amigo Francisco Dornelles, à época da promulgação da Constituição Federal, de 1988, não havia essa situação. O modelo tributário, que foi pensado à época, não tinha esse conjunto de contribuições sociais que complicou o sistema tributário, recaindo sobre a base de consumo. Mas o pior de tudo é que temos 27 ICMS e mais de quarenta alíquotas do ICMS; o pior de tudo é que o Governador Germano Rigotto resolve anunciar que vai reduzir, no seu Estado, a alíquota para zero.

Não há nada que exista no meu Estado que tenha no Maranhão em relação a determinado setor. E eu vou tentar trazer uma empresa do Maranhão para cá, reduzir a alíquota para zero — não há impactação nas minhas finanças, porque, na realidade, não vou perder nada — e atrair o investimento daquele Estado. E tento puxar o investimento do Maranhão, com a redução de alíquota, sem respeito ao CONFAZ, porque o CONFAZ está desmoralizado. E simplesmente fica o Estado do Maranhão com duas alternativas: ou reduz alíquota e perde receita, no momento em que os Estados não podem perder receita, ou simplesmente diz que não vai reduzir a alíquota e perde competitividade. A situação é insuportável.

Esta doidice de termos 27 legislações com dezenas de alíquotas cria problemas seriíssimos, inclusive o aumento da evasão fiscal. Isso tem de ser dito, porque alguns entendem que isso tira a autonomia dos Estados.

Será que 27 Governadores e Secretários de Fazenda de então, quando presidíamos a Comissão de Reforma Tributária, concordaram com isso naquele momento e 27 Governadores e Secretários da Fazenda estão concordando com isso hoje porque é ruim? Será que é por ser ruim que 27 Governadores concordaram naquela oportunidade e estão concordando hoje? Com certeza, é por ser uma mudança fundamental para termos um sistema tributário mais racional, mais eficiente e com mais estabilidade — é o objetivo da reforma tributária.

Alguém poderia me perguntar se o ICMS tem a ver com a federalização do ICMS. São coisas totalmente diferentes.

Lembrem-se, meus companheiros de Comissão na Legislatura passada, de que a Receita Federal chegou a aventar a possibilidade de termos o ICMS federal. Lembrem-se disso. O ICMS seria arrecadado pela União, haveria uma fusão com o IPI, algo positivo, teríamos um processo de racionalização, poderia trazer contribuições para dentro disso, e haveria uma partilha com os Estados. Alguns podem dizer que a

federalização do ICMS seria muito mais racional. Só que politicamente é inviável. E é inviável o Estado perder seu tributo dentro da formação da Federação brasileira. Não estou falando de federalização do ICMS, mas de legislação única do ICMS, o que é totalmente diferente. A arrecadação é do Estado.

Considero este um ponto importantíssimo dentro da proposta de reforma tributária que o Executivo enviou a esta Casa, porque não saiu do nada, mas de um grande debate e da análise do quadro atual, que não pode continuar.

Se me perguntarem sobre outras mudanças propostas pelo Executivo ao Congresso Nacional, eu diria que, nas contribuições sociais, não estamos tendo efetivamente grandes mudanças. Temos acenos de mudança.

Conseguimos aqui fazer com que o PIS deixasse de ser uma contribuição cumulativa para ser uma contribuição sobre valor agregado. Daí a preocupação com a calibragem de alíquota.

Se a reforma tributária não deve tirar receita da União, dos Estados e dos Municípios, ela não está acontecendo também para aumentar a carga tributária. Ela é neutra na sua arrancada. Sempre se disse isso. Ela, mesmo neutra na arrancada, dentro de um sistema mais racional e mais eficiente, vai permitir a melhor distribuição da carga tributária. Com a desoneração das exportações, a diminuição da carga sobre os produtos essenciais e a desoneração da produção vai ter efeitos de redução de cargas setoriais, mas sempre com a calibragem de alíquota fazendo com que não tenhamos perda de arrecadação para União, Estados e Municípios.

Vou falar sobre o pacto federativo depois e dar minha opinião sobre a movimentação dos Prefeitos e até de Governadores para rediscutir a fatia de Estados e Municípios. Mas vamos lá. A reforma é neutra.

Para os meus amigos da imprensa que aqui estão – alguns dizem que não teria por que realizar uma reforma neutra, porque não vai haver mudança – vai haver mudança sim. Vai distribuir melhor a carga. A reforma pode ser neutra na arrancada, pode estabelecer uma carga tributária que não diminua, pode ter uma calibragem de alíquota que signifique a manutenção da carga tributária, mas terá um efeito que, se ampliada a base tributária, irá reduzir a evasão fiscal e o País vai ter um sistema tributário mais eficiente, porque vai ampliar a base e dar condições de reduzir cargas setoriais.

É um equívoco pensar que uma reforma tributária neutra não vá significar a manutenção do *status quo*. Nada disso. Vai haver redução de cargas setoriais e, obrigatoriamente, uma diminuição da evasão fiscal. Diria

que nas contribuições não teremos grandes mudanças. O que está sendo acenado no campo das contribuições? Uma alíquota máxima da CPMF de 0,38%.

Discordo do Relator, Deputado Virgílio Guimarães, que chegou a conversar sobre a possibilidade de termos um aumento dessa alíquota da CPMF para resolver pendências como, por exemplo, o Fundo de Compensação dos Estados Exportadores. Há outras formas. A alíquota de 0,38% é a máxima a que podemos chegar, e esse teto deve constar da Constituição Federal. O que diz o Governo? Ela poderá chegar a 0,08% e ser aquilo que defendíamos, uma Contribuição sobre Movimentação Financeira que instrumentalize a Receita Federal e que sirva não tanto pelo efeito arrecadatário, mas exatamente para combater a evasão fiscal.

Ficará na Constituição Federal a alíquota de 0,38%, com a possibilidade de chegar a 0,08%. Mas se não houver a definição do tempo, isso vai para o espaço. Vai ficar eternamente em 0,38%. Não tenho dúvida. Cheguei a dizer isso ao Ministro Palocci. Teríamos que determinar, nem que fosse nas Disposições Constitucionais Transitórias, o período de redução da alíquota de 0,38% para 0,08%. Não podemos tirar receita da União neste momento. Ela não pode abrir mão dos 20 bilhões de reais que arrecada com a CPMF. Só que também precisamos compreender que, se o objetivo é caminhar de 0,38% para 0,08%, não podemos apenas deixar que esses valores representem o teto e o piso. Temos de saber como iremos caminhar para 0,08%.

Esteve nesta Comissão, no mês passado, o Sr. Ives Gandra, ocasião em que disse algo que considero verdadeiro: precisamos ter cuidado na mudança de um tributo, porque podemos ter embutido nela algo positivo, que é o fim da cumulatividade de uma contribuição social e um aumento de carga tributária.

Tivemos aumento de carga tributária com o PIS. O Sr. Ives Gandra disse que a alíquota do PIS, segundo estudo da FIESP, deveria ser de 1,1%. Há um cálculo que mostra que a União, só com a mudança no PIS, terá um aumento de arrecadação de 6 bilhões de reais, o que significa que houve aumento de carga tributária – o dobro, está dizendo o ex-Ministro Dornelles.

Precisamos ter cuidado, porque às vezes o objetivo é um, e terminamos chegando a outro porque aumentamos a carga tributária. O que representa retirar a cumulatividade de uma contribuição? Dar transparência àquilo que está sendo cobrado. Se observarmos, por exemplo, o café que está aqui e o que vamos comprar no supermercado, a COFINS está na tinta vermelha, na tinta amarela, na tinta azul, no papel que determinou a embalagem. Se há três etapas de produção, há

três incidências de COFINS – o PIS agora está como valor agregado; se tivermos cinco etapas, a COFINS será cobrada cinco vezes! Isso não determina transparência nenhuma. Não sabemos quanto está embutido de tributo no produto que estamos consumindo. De acordo com o número de etapas, será cobrada tantas vezes a COFINS.

Essa situação – que, no meu modo de ver, é uma tributação sobre valor agregado, transformado de cumulativo para valor agregado – dá transparência.

Alguns dizem que irá aumentar a alíquota. Claro que aumenta a alíquota, mas há transparência. E mais do que transparência, não ocorrem os problemas que existem no tributo cumulativo. Por mais que se diga que conseguimos retirar tributos cumulativos das exportações, desonerá-las, com eles é muito difícil acreditar que se vai realmente desonerar as exportações. Então, temos tributos cumulativos que efetivamente não existem em outros lugares do mundo. Apenas três ou quatro países têm esse tipo de tributo, não mais do que isso. É claro que, no momento em que se retira a cumulatividade, ocorre aumento de alíquota.

Se observarmos bem, veremos que o aumento de alíquota não significou aumento de carga tributária. Se calibrarmos bem essa alíquota, não existe aumento de carga tributária.

O que me preocupa é que na proposta que chegou ao Congresso Nacional temos acenos importantes para a retirada da cumulatividade. Temos a CPMF com redução de alíquota, temos alguns acenos, mas acho que a Comissão e o Congresso teriam de acertar melhor isso.

E muito cuidado com a questão de calibragem de alíquota! Se não houver cuidado com isso, efetivamente vamos ter aumento de carga tributária. Se me perguntarem se podemos garantir isso na Constituição, responderei que não. Trata-se de matéria objeto de legislação infraconstitucional. Mas, no momento em que estivermos trabalhando a mudança na Constituição, temos de trabalhar junto o que vai representar a legislação infraconstitucional, inclusive com alíquotas, fazendo simulações.

Vejo críticas ao estabelecimento de uma alíquota especial para os alimentos, que considero uma das grandes vantagens que teremos na reforma tributária. Haverá uma alíquota especial, uma alíquota ampliada, uma alíquota reduzida, uma alíquota básica, uma alíquota seletiva, e a legislação infraconstitucional vai definir que produtos terão alíquota especial. No meu modo de ver, não devem ser apenas os alimentos. Os medicamentos também deveriam ter alíquota especial. E alimento não é o caviar, alimento é o produto essencial, que vai estar com uma alíquota bem reduzida.

Alguns me dizem que em determinados Estados já existe alíquota reduzida. Mas em outros, não. De acordo com o produto e com o Estado existe variação de alíquotas. Então, teremos em todo o território nacional uma alíquota muito reduzida para alimentos e medicamentos.

Essa alíquota especial é muito importante, e discordo do Sr. Ives Gandra, que diz que com reforma tributária não se faz distribuição de renda ou não se consegue enfrentar os problemas sociais.

Hoje o trabalhador de baixa renda não tem como fugir da tributação indireta. O trabalhador que ganha até três salários mínimos não paga Imposto de Renda. Mas quanto ele paga de tributo embutido no alimento? Tivemos aqui depoimentos que mostraram que o alimento industrializado chega a ter 34,7% de imposto embutido, e a média mundial é 9%. Quem é que paga essa conta? Todos nós. Só que nós podemos pagar aquilo que um trabalhador que ganha um, dois, três salários não sabe que está pagando – e perdendo 13% do que ganha com tributos embutidos no alimento.

Alguns dizem que a redução de impostos sobre os alimentos não se vai refletir no preço dos produtos. Pelo amor de Deus! Pode até não se refletir no primeiro momento, mas se reflete no segundo. Obrigatoriamente tem que diminuir o preço do produto.

Existem avanços importantíssimos nas mudanças do ICMS. Poderiam me perguntar sobre os problemas. Eu avançaria na mudança origem/destino. Nós, com toda a dificuldade, pensamos em uma câmara de compensação que pode ser aperfeiçoada. Tínhamos sete anos de transição para mudar origem/destino. A mudança origem/destino, com o tempo, põe fim a essa absurda guerra entre Estados, que vai chegar a uma situação insustentável de perda de arrecadação. Vai cair a arrecadação dos Estados devido a essa guerra fiscal.

Aqueles que acham que estão ganhando hoje vão perder amanhã. Então, se não entrarem na guerra fiscal, estarão perdendo investimento. Não dá para continuar do jeito que está.

Se me perguntarem se a legislação única de ICMS termina com a guerra fiscal, direi que não. Ela dá um novo ordenamento, melhor. A guerra fiscal efetivamente tem condições de ser barrada com a mudança origem/destino, que não vai ser feita num curtíssimo espaço de tempo. No nosso projeto estava prevista uma transição de sete anos. A resistência de Governadores – e quando digo de Governadores, estou dizendo de Estados – à mudança origem/destino fez com que o Governo optasse por manter a origem.

Acredito que um dos trabalhos mais difíceis que esta Comissão deve ter é na discussão da mudança

origem/destino, do que ela representa e da forma para realizar uma boa transição, porque tanto na reforma previdenciária quanto na reforma tributária o segredo está na transição. Se houver transição, as coisas podem ser conseguidas com mais facilidade.

Talvez com uma boa transição e com uma garantia na câmara de compensação possamos ter maior segurança para os Estados produtores e a possibilidade de realizar a mudança para o destino.

Outro ponto que ressaltamos para o Ministro Palocci, desde o primeiro momento – essa foi uma discussão também realizada na Comissão de Reforma Tributária, na Legislatura passada, foi o esforço para que o Brasil fique menos dependente do capital especulativo internacional, o que significa termos mais superávit na balança comercial. Precisamos exportar mais, e esse esforço para exportação tem de ser feito pelos Estados. Agora os Estados exportadores não podem pagar a conta, pelo esforço que fazem, para aumentar suas exportações.

A desoneração das exportações está constitucionalizada no projeto do Governo. E preciso constitucionalizar também a reposição das perdas dos Estados exportadores. Não estou pedindo favor nenhum para os Estados.

Ontem o Vice-Presidente José Alencar foi ao Rio Grande do Sul e disse que é totalmente a favor disso; o Ministro Palocci também nos tinha dito.

A Lei Kandir desonerou as exportações, e estamos recuperando 40% das perdas dos Estados exportadores com ela. Tivemos ameaça, no final do ano passado, de ficar sem os recursos de reposição da Lei Kandir. Por quê? Porque o fundo estava caducando, estava chegando o final do ano, e simplesmente ninguém se movimentou para revalidá-lo. E não havia recursos no Orçamento para repor as perdas dos Estados.

Graças a um trabalho que iniciei, conseguimos fazer uma mobilização para garantir recursos, com o apoio dos Srs. Deputados, e revalidar o fundo, que caducava, no dia 31 de dezembro. Os Estados exportadores ficaram ameaçados de perder receita absurda, que não tinham a mínima possibilidade de perder.

Pois bem, temos de aproveitar este momento para discutir o que representa o esforço para exportar, a constitucionalização da desoneração das exportações, e também a constitucionalização do fundo de reposição das perdas dos Estados. E o fundo não pode ser o que temos hoje. Segundo ele, os Estados ficam com créditos que não têm como adiantar. Estamos recebendo apenas 40% das perdas que temos.

O fundo, no meu modo de ver, precisa de recursos do Orçamento, como tem hoje – neste ano foram 3 bilhões de reais no Orçamento, e de recursos dos

tributos que recaem sobre o comércio exterior: o Imposto de Importação, o Imposto de Exportação, tributos regulatórios, porque parte desses tributos não compõe o fundo para repor a perda dos Estados exportadores.

Trago essa sugestão à Comissão e faço um apelo aos Srs. Deputados: que ao analisar a constitucionalização da desoneração das exportações, não deixem de analisar a constitucionalização também do fundo de reposição de perdas, senão a qualquer momento podemos perder uma arrecadação absurda, pelo esforço exportador que cada Estado faz.

Chamo a atenção para isso porque, no projeto encaminhado ao Congresso Nacional, está definida apenas a desoneração, mas não na Constituição. Por mais que o Governo diga querer que o fundo se mantenha e até que seja aperfeiçoado, prefiro que se tenha a desoneração de forma constitucionalizada, assim como o fundo.

Coloco-me à disposição, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, para tentar esclarecer alguma dúvida. Todos os presentes que participaram do nosso trabalho sabem o que foi feito, sabem como construímos, sabem a base que foi montada para o projeto que está aí – que é diferente, mas tem muita coisa daquilo que produzimos.

Agradeço aos Deputados Mussa Demes, Virgílio Guimarães, Gerson Gabrielli, Pauderney Avelino, bem como a cada um dos membros da Comissão a lembrança de me convidarem para participar deste encontro. Fiquei muito honrado por ter sido o primeiro depoente ouvido após a chegada do projeto de reforma tributária ao Congresso Nacional. Fico muito agradecido pela lembrança, pela consideração que tiveram comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Governador. V.Exa. encaminhou essa matéria durante dois anos, e tudo indica que vai continuar no Governo do Rio Grande do Sul e na convivência com seus companheiros. Esperamos produzir um texto que, se não representar o anseio de toda a sociedade brasileira, seja o possível na atual conjuntura.

A lista de inscrições está comigo, mas peço licença ao plenário para me ausentar por alguns minutos e passar a Presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Gerson Gabrielli, tendo em vista que sou o Presidente do PFL no Piauí e que neste momento se realiza convenção nacional, no auditório Petrônio Portela. Voltarei em seguida, para acompanhar os debates até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Não sei se me desconcentrei, mas me parece que no início da exposição o Governador Germano Rigotto disse que

faria uma consideração sobre o pacto federativo. Antes de começarem as perguntas dos Srs. Deputados, peço ao Governador que aborde o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Com a palavra o Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Deputado Walter Feldman, acho que a lembrança é procedente. Disse que daria minha opinião sobre a distribuição do bolo, sobre o fato de aproveitarmos a reforma tributária para fazer aquilo que seria o ideal, redistribuirmos o total arrecadado entre União, Estados e Municípios. Mas é bom que se lembre que teríamos de redistribuir também atribuições e competências.

Tenho muita dificuldade de acreditar. Meu colega Romel Anizio, com toda a contribuição que deu sendo Vice-Presidente da nossa Comissão de Reforma Tributária, sabe das dificuldades que tivemos quando pensávamos em rediscutir o pacto federativo. Se fôssemos rediscutir o pacto federativo, isso significaria tirar receita de alguém.

Pergunto: se tiro receita da União para dar aos Estados e aos Municípios, terei condições de fazer a reforma avançar? Dificilmente. Se tiro receita dos Estados para dar aos Municípios, a reforma avançará? É muito difícil. Então, temos de compreender que uma coisa é ter uma mudança no sistema tributário e que a mudança no ICMS, no meu modo de ver, significará aumento de arrecadação para os Municípios. Com um sistema mais eficiente, teremos obrigatoriamente os Municípios também ganhando. Os Municípios vão ganhar parte do ICMS, e não tenho dúvida de que esse ICMS será mais eficiente do que o que temos hoje. Mas se pensarmos em rediscutir o pacto federativo neste momento, dificilmente a reforma tributária avançará. Preferiria ter um processo de racionalização do sistema que, num segundo momento, permitisse a discussão mais aprofundada das competências, das atribuições e dos recursos que vão financiá-las.

Estou dando a minha opinião. Poderia ser muito tranquilo, no papel de Governador, dizer: “Prefiro rediscutir tudo, até para ter uma fatia maior para os Estados neste momento”. Se fizesse isso, estaria ajudando a não haver reforma tributária alguma. Estou dizendo, com muita clareza, o que penso que podemos fazer, ou seja, avançar para um sistema melhor, em que todo o mundo ganha.

A sociedade termina ganhando se cuidarmos da calibragem de alíquotas. Ganham também a União, os Estados e os Municípios, porque o sistema vai ser mais eficiente. Porém, não se rediscutiu o tamanho da fatia de cada um, o que teria de trazer consigo a discussão das atribuições e competências dos três entes federativos. Não vejo tempo para isso, de forma a votarmos

a reforma ainda neste ano. E a reforma, no meu modo de ver, tem de ser votada neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Por questões regimentais, daremos a preferência da fala inicial ao Deputado Júlio Redecker, autor do requerimento de convocação. Em seguida, falarão de três em três Parlamentares. Pedimos que aproveitemos ao máximo a experiência do nosso convidado, na qualidade de ex-Presidente desta Comissão e, agora, como Governador, para termos uma visão mais clara da proposta do Governo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Governador, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, a razão de convidar o Governador Germano Rigotto para participar desta audiência deve-se ao seu notório saber e esforço em prol de uma reforma tributária. Nós, gaúchos, muito alegres com o seu Governo – já que participamos do apoio para sua eleição —, não poderíamos deixar de buscar a experiência de um Parlamentar experimentado, agora também vivendo do outro lado do balcão, como Governador de Estado, sofrendo com nosso anacrônico sistema tributário, que não traz os resultados objetivos de que precisamos.

Sr. Governador, nossa grande preocupação é com a finalidade do presente texto de reforma tributária encaminhado pelo Governo. Uma reforma tributária deveria considerar dois importantes pontos. Primeiro, uma pergunta que temos recebido das bases eleitorais, dos nossos amigos e companheiros, em todo o Brasil: essa reforma tributária, segundo as palavras de V.Exa., vai melhorar a funcionalidade da arrecadação? Do ponto de vista do contribuinte, vai diminuir as alíquotas? O Brasil cobra, em média, 37% do seu Produto Interno Bruto, tirando competitividade, oferecendo serviços que não condizem com a alta taxa sobre a produção e sobre a renda da pessoa física, se compararmos com países concorrentes como México e Argentina, onde a carga tributária está em 20% do PIB. Essa é uma questão fundamental.

Por outro lado, vai melhorar a arrecadação para os Estados e também para os Municípios? Sabemos que, na média, a União tem 60%, os Estados, 25%, e os Municípios, 15%. Essa reforma tributária vai melhorar a distribuição do bolo tributário? Queremos ter a resposta para essa pergunta.

A proposta melhora a situação para o contribuinte, para o Município e para o Estado. O Município disporá de mais dinheiro para cumprir suas funções. O Estado melhorará seu desempenho a partir do aumento da arrecadação. O comprometimento do esforço produtivo nacional em relação aos contribuintes diminuirá.

Por outro lado, Sr. Governador, queremos sua opinião sobre se estamos enganados ou se, mais uma vez, não ocorrerá um aumento da carga tributária.

Em primeiro lugar, esse aumento da carga tributária decorreria da CPMF, que deveria cair para 0,08%, em 2004, e ser eliminada em 2005. Além disso, com a criação do novo CSS/CMF, ela fica fixada em 0,38%; assim, se não criarmos outro tributo, vamos cobrar o percentual máximo. Corremos o risco de continuar pagando esse mesmo valor com essa nova contribuição.

A arrecadação também aumentará porque haverá a tributação dos servidores inativos. Haverá o aumento compulsório das contribuições dos trabalhadores celetistas com renda entre o atual e o novo teto. Também aumentarão os impostos patrimoniais e de transmissão, indicativos de aumentos sobre proprietários rurais, herdeiros, compradores de imóveis e grandes afortunados.

Estamos vendo que a carga tributária aumentará. E que reforma tributária é essa que aumenta a arrecadação do Estado como um todo e as despesas do contribuinte? Na realidade, a reforma proposta visa apenas a melhorar a funcionalidade da arrecadação.

Sr. Governador, também gostaria que V.Exa. abordasse duas outras questões cruciais do Estado brasileiro. A primeira delas é a funcionalidade da arrecadação para que não haja evasão fiscal.

Sempre defendi os impostos compulsórios e a idéia de, se o Estado consegue minimizar ou acabar com a sonegação, que tenhamos no Brasil uma fiscalização mais efetiva. Poderíamos utilizar membros da Receita Federal, da Receita Estadual, do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados para fiscalizar a aplicação do dinheiro público, porque se resolvermos o problema da arrecadação, teremos de dar conta também da aplicação do dinheiro público.

Segundo dados, de cada cem reais arrecadados, somente a metade chega ao destino, nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura. Um país pobre como o Brasil não pode permitir isso.

Sr. Governador, saúdo sua presença em nossa Comissão. E espero poder saudar o ex-Secretário da Receita, Sr. Everardo Maciel, e o Sr. Pratini de Moraes, que falarão sobre a tributação do agronegócio.

A proposta deve melhorar a vida do brasileiro no sentido de diminuir a alíquota, melhorar a arrecadação dos Estados e dos Municípios e não aumentar a carga tributária. O que a reforma tributária traz de novidade nesses campos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – O Sr. Governador responderá ao autor do

requerimento. Em seguida, concederemos a palavra em bloco de três Deputados. Há quinze inscritos para participar do debate.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Júlio Redecker a iniciativa de me convidar para participar desta reunião. Em segundo lugar, a pergunta feita por S.Exa. é aquela que tem de ser formulada: o que representa uma reforma tributária para o contribuinte e para a sociedade?

A reforma com que sonho não é esta que chegou ao Congresso Nacional. A reforma que aqui chegou está muito longe daquela de que precisamos. E, mais do que isso, esse projeto terá de ser aperfeiçoado no Congresso Nacional. Mas a verdade é que não conseguiremos fazer uma reforma ideal. Há quantos anos discutimos a reforma tributária? Há quanto tempo idealizamos um sistema no qual não existe evasão fiscal, e, por consequência, conseguindo uma base muito ampla, que terminaria determinando a redução de cargas individuais? E desejamos essa redução sem que a União, os Estados e Municípios percam receita.

Se a União, os Estados e os Municípios não podem perder receita, não podemos passar à opinião pública a idéia de que a reforma tributária reduz. E explico bem essa idéia, para que não saia uma notícia distorcida amanhã. A reforma tributária reduzirá a carga tributária total. Se a reforma é neutra – e sempre se discutiu uma reforma neutra na arrancada –, ela não interfere na carga tributária total. Ela não diminui nem aumenta.

Como vamos ter certeza disso? Com o cuidado que o Congresso Nacional terá de ter com relação à calibragem de alíquotas. Não é na mudança constitucional, mas na calibragem de alíquotas que deveremos ter o cuidado de não gerar um aumento de carga tributária.

Deputado Júlio Redecker, não lhe posso dizer que, ao mudar a Constituição e buscar um sistema mais perfeito, depois não terei um aumento de carga tributária. Não posso lhe garantir, porque isso vai depender da legislação infraconstitucional e do cuidado que vamos ter com a calibragem de alíquota.

É bom que se diga que, se alguém pensar em retirar receita da União, dos Estados e Municípios, neste momento não está analisando a realidade do País. Se não é para aumentar e não é para diminuir, a pergunta é: para que reforma tributária para o contribuinte, para a União, para os Estados e para os Municípios?

Dei o exemplo do ICMS. No momento em que se racionaliza mais o sistema tributário e se tem sistema mais eficiente, obrigatoriamente tem de haver menos evasão. Menos evasão fiscal significa a possibilidade de diminuir a carga tributária para quem paga muito, Depu-

tado Júlio Redecker. Quer dizer, pode-se ter a mesma arrecadação, mas distribuída de forma diferente.

Então, qual o objetivo de uma reforma? É ter um sistema mais eficiente, mais racional, mais funcional. E se conseguir isso, haverá a possibilidade concreta de reduzir a carga de quem paga muito. Como se vai desonerar totalmente a exportação sem que a União, Estados e Municípios percam receita? Tem de haver um sistema mais eficiente que compense a desoneração das exportações. E não vamos deixar de considerar que a desoneração das exportações, da produção, ativa a economia. Ativar a economia significa mais tributos gerados e mais empregos criados.

Não podemos olhar a reforma tributária como paliativo para todos os males do País. Temos que olhá-la como algo que vai significar a possibilidade concreta de uma economia ativada. Isso significa maior arrecadação, o que pode determinar com a neutralidade, redução de cargas setoriais.

Quando falei sobre o tributo que recai sobre a cesta básica, sobre o produto essencial, vai haver reflexo na população de baixa renda. E tem que haver. A população de baixa renda tem de ganhar.

As centrais sindicais nunca se mobilizaram pelas reformas. Eu disse ao Vicentinho, ao Paulinho, ao Pegado e ao Alemão que eu não entendia por que a reforma tributária ficava sendo algo de empresário, porque o trabalhador pagava duas vezes a conta: a primeira, com o desemprego, pela perda de competitividade da nossa economia; e a segunda, pela injustiça fiscal do sistema tributário brasileiro.

Quando o capital especulativo não tem a tributação que deveria ter e o pequeno está excessivamente tributado – não estou falando sobre o capital produtivo mas sobre o capital especulativo —, é injusto. E não se vêem as centrais sindicais se movimentarem. No entanto, se garantirmos a redução da carga sobre produto essencial, teremos efeito direto sobre a população de baixa renda.

A indústria calçadista será mais competitiva se garantirmos a desoneração total das exportações? Com certeza, será.

A reforma tributária que o Congresso Nacional vai votar é a ideal? Vai evitar a evasão fiscal? Será que vamos chegar a um sistema tributário só de tributos não declaratórios, que alguns vêm como o caminho para termos um sistema em que não haja evasão fiscal? Acho que seria o ideal. Pergunto: do ideal para o possível, quanto falta?

Apenas a criação de tributos não declaratórios não interfere na Federação? Interferir na Federação não cria um problema político para aprovar uma proposta como essa? Temos que avançar dentro do que

for possível. A proposta do Governo está aí para baliar. Se conseguíssemos apenas avançar no IVA, em vez dessa quantidade de tributos que recaem sobre o consumo, seria o melhor dos mundos.

No momento, não se pode tirar receita da União, dos Estados e Municípios. Essa questão tem de ficar clara, porque se a tirarmos neste momento, criaremos um problema. Não podemos vender a idéia de que a reforma tributária vai reduzir todas as cargas e tirar receita da União, dos Estados e dos Municípios para sermos simpáticos. Ela é neutra na arrancada, mas redistribui a carga tributária; poderá fazer com que tenhamos mais justiça fiscal e redução de cargas setoriais.

Deputado Júlio Redecker, respondendo à sua pergunta, o contribuinte pode ganhar, sim. A questão das alíquotas vai depender da calibragem que há na legislação infraconstitucional. Não pode acontecer o que aconteceu no PIS, em que está comprovado que a alíquota foi turbinada. Se temos no PIS uma alíquota turbinada, isso não pode acontecer na regulamentação da reforma tributária. Quanto à COFINS turbinada, já tem gente falando em 8% de alíquota. Duvido que a alíquota da COFINS, com valor agregado, não possa ser muito inferior a isso; deve ser transparente e tirar os problemas de uma contribuição cumulativa.

Vai melhorar a arrecadação para Estados e Municípios? Com certeza, se tivermos um sistema mais racional, mais eficiente, um sistema que amplie a base tributária, um sistema que gere mais desenvolvimento na economia, num segundo momento, poderemos manter a arrecadação. Paralelamente, haverá aumento da participação de Estados, Municípios e da própria União como resultado do aumento que vai gerar a reforma tributária na economia, com maior desenvolvimento econômico.

Temos, Deputado Júlio Redecker, que compreender que a neutralidade, no início, não significa que os contribuintes, os Estados, os Municípios e a União não ganharão pela funcionalidade que V.Exa. citou em relação ao novo sistema tributário. É claro que ganharão.

Atualmente, a complexidade do sistema tributário, a elisão fiscal está aumentando a cada dia, porque enquanto não há uma reforma tributária que estabilize mais o sistema, estamos aqui reunidos e estarão saindo convênios pelo Brasil afora. Estamos aqui reunidos e se pensa em decretos que modificam o sistema tributário. Estamos aqui reunidos e, de repente, em algum Estado da Federação, há um projeto sendo gestado para modificar o sistema tributário. No Ministério da Fazenda, da mesma forma. Então, essa instabilidade do sistema tributário gera um cipoal na legislação. As pessoas buscam o Judiciário em cima da vírgula, da

palavrinha mal colocada, para não pagar tributo. E isso está crescendo.

Qual é o problema do nosso sistema tributário? Os 37% da carga tributária são citados como o grande problema do Brasil, mas o maior problema é a distribuição errada dessa carga; o maior problema é a concentração da carga de quem paga, que está na formalidade e que compete com quem está na informalidade. O maior problema dessa carga tributária é que ela é muito concentrada e se concentra cada vez mais, porque mais gente sonega, pela informalidade e pela elisão. Ou modificamos essa situação em busca de mais eficiência, ou vamos ajudar a continuar essa doidice que está aí.

Por favor, entendam, disputei com o PT o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, disputei com o Ministro Tarso Genro. Neste momento, entendo que a reforma tributária e a reforma previdenciária são tão ou mais importantes para os Estados que para a União. Sobre a Previdência dos Estados, no Rio Grande do Sul os inativos contribuem há muito tempo. Mas se não houver o comando constitucional, com o passar do tempo... Provavelmente com o teto estabelecido o Rio Grande do Sul perde arrecadação. Se não houver o comando constitucional, se buscará o Judiciário e gradativamente vai desaparecer a arrecadação do Estado. Outros Estados não a têm, e o sistema previdenciário dos Estados caminha para a falência.

Estou entrando na questão dos inativos porque o Deputado Júlio Redecker a levantou. Não se trata apenas de aumentar a arrecadação, mas de resolver o problema da Previdência Pública e da Previdência em geral, que está caminhando para a falência. Alguns dizem: "Não, é só utilizar o recurso da Previdência naquilo". Há alguns anos os recursos da Previdência eram canalizados para tudo. Hoje não adianta esses recursos permanecerem na Previdência, porque estamos num buraco que, se não for logo tapado, vai gerar um problema muito sério e os servidores, que atualmente resistem a alguma mudança, amanhã serão os primeiros a serem prejudicados pela falência do sistema.

Estou dizendo isso com muita tranquilidade, porque essa questão não pode passar despercebida. Talvez o PT, meus prezados Deputados do PT, tenha errado na análise que fez há algum tempo sobre as reformas, inclusive faz-se hoje um mea-culpa. Quando chegamos ao Governo nos deparamos com realidades que não são vistas quando se está de fora. Mas não podemos cometer o erro de ser Governo ou Oposição, de olhar para este quadro e dizer: "Olha, não tenho nada a ver com isso. Esse é um problema do Governo que está aí". Não, é problema nosso. Hoje sou Governador, Deputado Júlio Redecker, mas amanhã V.Exa. poderá assumir

o Governo do Estado e, se não tivermos minimizado o problema da Previdência, este vai estourar em cima de quem assumir o governo daqui a quatro anos. Tenho de ser responsável e dizer que estas reformas são fundamentais para a União e para os Estados.

Desculpem-me se me alonguei, mas prometo que serei muito objetivo nas respostas às perguntas que me forem feitas, até porque o Deputado Júlio Redecker esgotou todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Nosso Governador continua entusiasmado com os desafios tributários do Brasil.

Temos três Deputados inscritos. Inicialmente, falarão os Deputados Luiz Carlos Hauly, Eduardo Paes e Serafim Venzon.

Passo a palavra ao eminente Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Obrigado, Sr. Presidente. Querido amigo Governador do Rio Grande do Sul, ex-Deputado Germano Rigotto, é uma honra tê-lo nesta Casa. A proposta elaborada pela Comissão da Câmara, presidida por V.Exa. e relatada pelo Deputado Mussa Demes, é infinitamente melhor do que a proposta elaborada pelo Governo.

Aproveito duas palavras ditas por V.Exa. para tratar da questão maior, do crescimento econômico e da geração de emprego e renda. Estou convencido, como V.Exa. e muitos no Brasil estão, de que não crescemos mais por conta da carga tributária, do sistema tributário iníquo, injusto, regressivo, concentrador da renda e da riqueza do País e, conseqüentemente, fator de empobrecimento e desemprego e por causa das taxas de juros e tributação elevadas, as mais altas do mundo.

O que fazer? Qual o caminho? Temos hoje, dentro das três bases tributárias clássicas e conhecidas, a propriedade, a renda e o consumo. A propriedade arrecada mais ou menos 3% do bolo tributário; a renda, 20%; o consumo direto, sem a Previdência, 57%. Esses números não estão com precisão de 100%, apenas 90%, porque os recuperei rapidamente para poder explicitar o que desejo.

A primeira pergunta feita ao colega Deputado italiano que esteve nesta Comissão, Deputado Vittorio, dizia respeito à carga tributária e à incidência do Imposto de Renda no sistema tributário italiano. Ele respondeu que na Itália isso correspondia a mais da metade da arrecadação. No Brasil, a 20%. Quanto mais progressivo, menos regressivo. O Imposto de Renda é progressivo. Portanto, a primeira deficiência do Brasil é a baixa tributação do Imposto de Renda, apenas 20%. No entanto, quando se fala em aumento de Imposto de Renda, os brasileiros dão chlique. Claro, é preciso ter

uma macrovisão. Se se dobrar a carga do Imposto de Renda no Brasil, tem se de tirar os 20% do consumo de milhões de pessoas pobres.

Por que não cresce? As razões nós já sabemos. Tem-se que dar 47% do Imposto de Renda aos Estados e Municípios e o Fundo Constitucional. A terceira base tributária é o consumo, com 57% da carga, mais os 20% da Previdência; então, cerca de 77%.

A proposta do Governo mantém o status quo. Não alterando isto, não resolve o problema do crescimento econômico, da distribuição de renda e da geração de emprego e renda no País. A proposta que vem melhora o ICM? Melhora infinitamente, sem dúvida alguma.

Nós estivemos no Paraná, juntamente com os Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães. Depoimento do Secretário da Fazenda do Paraná – o Paraná tem 170 mil empresas: “Nós já fazemos a seletividade no Paraná. Mil e quinhentas empresas arrecadam 96% do ICMS do Estado e 168 mil e 500 empresas correspondem a 4%”.

O fundamental argumento de que eu precisava para analisar a perspectiva: o Governo, a União Federal, não entra no mérito dos seus impostos, a não ser para terminar com a cumulatividade da COFINS, a exemplo do que já foi feito com o PIS. Por que nós, nos Estados, não vamos direto ao seletivo monofásico, já que energia, combustíveis, comunicação, cigarros, comida e veículos correspondem a quase 60% da arrecadação estadual?

Para que vamos entrar num supermercado, num Carrefour, com 35 mil itens, com milhões de empresas no Brasil? É incontrolável a circulação. Um compra, um vende, devolve mercadoria, vai e vem, nota para cá, caminhão para lá. Um país continental como o nosso! Se fôssemos a França, a Alemanha, Portugal, a Inglaterra ou a Itália, tudo bem. Esses países são do tamanho do Estado de São Paulo, com um mesmo povo, e 90% da população é da mesma raça, da mesma origem. Eles têm cultura, tradição, estudo, saber.

Imagino o erro histórico que cometemos ao insistir naquilo que foi repetido por V.Exa. várias vezes, o imposto declaratório. Ele é declaratório no ICM, no ISS, no PIS, no COFINS, no IPI, no IOF. Então, o inferno de Dante é aqui mesmo.

Quando defendemos o REFIS e aquelas coisas todas... O empresário brasileiro é herói. Apesar de tudo, apesar disso, a carga tributária incidente sobre a produção ainda paga 36% do PIB.

Então, Governador, fiquei mentalizando: “O Germano vem, preciso...” Se V.Exa., na linha do seu Secretário, Luiz Roberto Ponte, que mais do que eu nesta Casa defendeu... Só que S.Sa. fazia uma defesa mais ampla, queria tudo no seletivo. Não, ICM por seletivo, e

depois nós vamos conversar com a União se fazemos Imposto de Renda maior, rediscutir com os Estados a partilha, diminuir a carga do PIS e da COFINS sobre o Imposto de Renda. Os Estados trabalhariam com o seletivo. V.Exa. sabe, me conhece de cor e salteado, e eu também a V.Exa.

Quando nós não cobramos ICMS da água, o que a União fez? Ela pôs 1,65% de PIS e 3% de COFINS na água, que é também uma unidade de referência para arrecadação, em vez de se ter um sistema que tribute no País inteiro, igual à energia elétrica. Mas a União cobrou, na sua voracidade.

Isto é o que eu quero dizer: vamos olhar macro, vamos olhar concentrado para a economia. Só há um jeito: acertar a reforma tributária e acertar a previdenciária. Se se acerta no Imposto de Renda, aumenta-se a base para baixo e para cima, progressivamente, e se mata metade do problema previdenciário, porque o Imposto de Renda retido na fonte é arrecadação própria dos Estados e Municípios. E para a União também podemos consignar isso.

Eu não vou mais alongar-me, mas queria falar com precisão da nossa tese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Gostaria de registrar que começou a Ordem do Dia. As sinalizações que temos são de que as votações poderão acontecer por acordo. Então, se os companheiros puderem alternar-se e só marcar a presença, nós daremos continuidade ao trabalho. Não há votação nominal por enquanto.

Tem a palavra o nobre e eminente Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Agradeço, Sr. Presidente. Quero saudar o nosso Governador Germano Rigotto e especialmente, nessa Mesa, os Deputados Gerson Gabrielli e Virgílio Guimarães, porque quem já se sentou a essa Mesa da reforma tributária, no mínimo, terminou Governador de Estado ou Ministro da Fazenda. (Risos.) O futuro de V.Exas. é muito promissor.

Nosso Governador Germano Rigotto vem mais uma vez aqui, com a sua capacidade de comandar, de liderar. Eu acho que o Governador tem várias qualidades, características que lhe são muito peculiares, mas a que mais me impressiona é a capacidade de mobilizar e defender suas teses, porque eu tenho certeza de que são convicções. É muito difícil defender teses sem que elas venham lá de dentro. Eu tenho absoluta convicção de que assim é a personalidade do Governador Germano Rigotto.

Eu tenho horror, Governador, de ter que discordar de V.Exa., até porque V.Exa. sabe do meu carinho pessoal, da minha admiração. Eu já lhe disse até que

gostaria de, em 2006, votar em V.Exa. lá do Rio de Janeiro, sem que tenha que mudar de domicílio eleitoral. Portanto, para mim é sempre doloroso ter que discordar de sua opinião. Mas vou permitir-me discordar um pouco.

Não me quero estender. A proposta tem uma série de incorreções, de imperfeições, de problemas graves que têm de ser tratados e sanados. Tenho certeza de que o Deputado Virgílio Guimarães, com a sua capacidade, vai tratar deles.

Ouvi atentamente o Governador dizer: “Estamos fazendo a reforma tributária possível”. Desde que V.Exa. presidia esta Comissão – e tive a honra de fazer parte da Comissão, de participar daquele trabalho – era muito claro isso: nós vamos ter que fazer reforma tributária possível. Não adianta ninguém chegar aqui e achar que vai fazer a reforma tributária dos sonhos, porque não vai fazer. Não é possível se fazer tudo – é preciso acordo político, é muito interesse, mexe-se com tudo, com o financiamento do Estado, com prestação de serviço, com as pessoas, com o cidadão que paga seus impostos.

Lembro-me da primeira reunião que tivemos na Comissão. Foi a primeira Comissão Especial de que eu participei como Deputado. V.Exa. me delegou, ao Deputado Marcos Cintra, que depois foi o voto contrário, e ao ex-Deputado Emerson Kapaz a tarefa de definir consensos e pressupostos para o início da discussão. E eu me lembro de que alguns consensos e pressupostos para o início da discussão se referiam exatamente à impossibilidade de diminuição da carga tributária, tendo em vista as dificuldades fiscais por que passa o País. Não vamos debater os motivos, porque eles são muito menos relacionados com o aposentado, o cidadão comum, e têm muito mais a ver com a incompetência da nossa categoria, os políticos.

Estou desde segunda-feira lendo a proposta. Estive fora na semana passada, portanto, só na segunda-feira comecei a lê-la. A cada dia em que a leio, descubro uma possibilidade nova de aumento de carga tributária.

Sei que o Estado, o Município e a União não podem perder arrecadação, e nós não permitiremos que percam arrecadação, mas também o cidadão não agüenta pagar mais. Assim, vamos aumentar a informalidade deste País.

Nesta Comissão, há sempre setores empresariais importantes que acompanham as discussões. Eu estava conversando com uma pessoa de uma grande empresa, e ela me disse: “Olha, daqui a pouco, vamos sobrar só nós”.

Temos que seguir a idéia do Ponte mesmo, fazer um seletivo sobre alguns produtos e mandar brasa

nessa questão. Mas o que se está fazendo – parece-me – são alguns absurdos que permitirão aumentos de carga tributária. E não é aumento carga tributária global somente, é aumento de carga tributária sobre determinados setores da nossa economia.

Queria concordar com V.Exa., Governador Germano Rigotto. Parece que cabe a nós, Deputado Virgílio Guimarães, falar sobre a questão da origem/destino. Trata-se de uma falta de sensibilidade. Pior é quando vejo os Estados mais pobres dizerem que têm de manter na origem. Não acredito que o sujeito não consiga ver o que está a sua frente. Isso significa carrear recursos de Estado pobre para Estado rico. E o Estado rico está bem do jeito que está; o Estado pobre está ferrado com origem/destino. Tem de ser no destino. Aliás, tributação do consumo tem de ser tributada onde se consome, por isso é que se chama tributação do consumo. Então, tem que concordar.

Esta é a primeira reunião que realizamos com a proposta do Governo na mesa, portanto, talvez alguns Deputados estejam se estendendo até demais, tendo em vista que não conseguíamos nem tratar de muita coisa aqui sem proposta.

Há aspectos que me preocupam, e vou falar apenas dois deles. O primeiro é a desconstitucionalização.

Governador Germano Rigotto, concordo que o grande avanço dessa reforma é a unificação da legislação do ICMS. Fico feliz de ver isso acontecer, mas me assusta jogar tudo para a lei complementar. Até a definição da repartição que abre aos Municípios do fundo de participação foi jogada para a lei complementar. Isso é inconstitucional, porque as competências tributárias e repartição desses tributos têm de estar no texto constitucional. Isso não pode prosperar, avançar.

A justificativa do Governo é que os Municípios pediram isso. Eu não consigo acreditar! Conversando aqui com o Deputado Francisco Dornelles a esse respeito, vimos que desconstitucionalizar, jogar para a lei complementar, é muito perigoso. O Governador Germano Rigotto disse que depois vai caber ao Congresso Nacional calibrar isso, definir alíquota e tal.

Governador, se V.Exa. estivesse aqui terça-feira e visse o que se votou de aumento de imposto nesta Casa, o que se votou de mudança! O Deputado Francisco Dornelles fez pronunciamentos. Houve mudança no REFIS, mudança na tributação de pequenas e microempresas, no SIMPLES, enfim, as coisas mais absurdas, e sabemos como funciona. Fico com muito medo da desconstitucionalização, porque depois vai acabar mais uma vez servindo para se aumentar tributo.

Portanto, Sr. Governador, faço um apelo, pela sua grandeza, pela sua capacidade de mobilização, pela

sua força política, pela legitimidade do seu mandato, não teve eleição mais emocionante e mais bonita em todo o Brasil do que a sua, no Rio Grande do Sul. Todos aqui vibraram, até aqueles que eram de partidos adversários que disputavam a eleição vibraram com sua eleição no Rio Grande do Sul. Portanto, V.Exa. tem possibilidade muito grande de chamar a atenção para alguns pontos. Eu não quero que se resolva tudo, não. V.Exa. conhece meus pontos sobre a reforma, sabe o que acho do sistema tributário ideal, mas existem alguns pontos dos quais não podemos abrir mão.

Apelo para que V.Exa. use sua força política, sua capacidade de mobilização a fim de que possamos ter uma reforma tributária que efetivamente represente alguns avanços e que o contribuinte mais uma vez não perca, embora se respeitem os Estados, os Municípios, a União. Ninguém quer quebrar ninguém aqui, mas que o contribuinte, mais uma vez, não saia pagando essa conta, porque ninguém mais agüenta isso neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Com a palavra o eminente Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, Sr. Relator, meu caro Governador Germano Rigotto, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, da mesma forma como os companheiros que me antecederam, quero dizer que é enorme satisfação ouvir o Governador. E diria mais: ganhamos a semana ao ter esta oportunidade de tê-lo aqui e ouvir sua posição abalizada, seu conhecimento, a experiência de alguém que esteve à frente da Comissão de Reforma Tributária e hoje, com todos os méritos, experimenta o exercício da chefia do Poder Executivo Estadual. V.Exa. tem, portanto, visão ainda mais abrangente dessa questão.

Também me permitiria dizer que, ouvindo manifestação do Deputado Eduardo Paes no sentido de desejar ser seu eleitor, em breve, sem mudar a jurisdição, fica reforçada minha tese, sobre a qual já conversamos várias vezes, informalmente. A manifestação de S.Exa. fortalece o que já lhe disse em outras oportunidades.

Queria fazer algumas breves considerações e também manifestar algumas discordâncias, Governador. Vou começar por um ponto que queria vê-lo reforçar aqui, porque me parece fundamental, qual seja a questão da CPMF.

Também defendo que temos que estabelecer o prazo e o mecanismo da redução da alíquota, sob pena de estarmos desmentindo a premissa de não-aumento da carga tributária. Evidentemente, se temos um tributo que se estaria extinguindo no próximo exercício

ou no exercício seguinte e o perenizamos, obviamente estamos aumentando a carga tributária, ainda que não neste instante, mas um pouco mais adiante. Seria importante que V.Exa. enfatizasse esse aspecto, aliás, um dos pontos que pretendo que se encaminhe quando das nossas deliberações, para que não fique em aberto essa questão, já que há premissa de não-aumento da carga tributária.

Segundo ponto. V.Exa. enfatizou a questão da guerra fiscal. Tenho-me batido um pouco contrariamente a esse tema, porque não aceito, Governador – não foi bem isso que V.Exa. fez, mas de qualquer maneira sempre tangencia nesse aspecto —, que transformemos a questão da guerra fiscal no mote da reforma tributária, na razão de ela acontecer, até porque se fosse esse o nosso problema federalizaríamos o nosso ICMS, resolveríamos em definitivo essa questão e o Brasil estaria com seus problemas resolvidos. Nossos males do desemprego, da má distribuição de renda e da falta de desenvolvimento não estão na guerra fiscal – esta é uma observação que quero fazer, respeitosamente, a V.Exa. Se não tivermos políticas de desenvolvimento, não adianta unificar a legislação, não adianta nada disso, porque Governadores e Prefeitos, com toda a razão, sempre buscarão e acharão mecanismos para, de alguma maneira, privilegiar investimentos, como tenho certeza de que V.Exa. faria e fará no seu Estado em regiões mais carentes.

Em relação à carga tributária, Governador, tenho uma preocupação. Em tese, a reforma está aumentando a carga tributária. Quase me convenci, mas não de todo, da sua observação de que haverá redução setorial. Então, fiquei um pouco mais tranquilo. Mas tenho a seguinte visão: a carga, creio que aumenta. Parece-me mais razoável essa explicação para sua visão de divisão setorial. Não tenho convencimento de tudo.

Finalmente, quero discordar do fato de não mexermos na participação e na ampliação das receitas dos Estados e Municípios. E a minha preocupação é que não vejo a médio prazo outra oportunidade de reforma tributária. Não estaremos, a cada Legislatura, discutindo essa matéria de novo. A própria questão da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, tudo o que estamos vivendo é o momento de encaminharmos propostas, num prazo mais longo, ainda que não de mudanças imediatas. Vejo que quanto à questão da repartição das receitas, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento dos Municípios, ou damos o encaminhamento agora ou não ocorrerá a curto prazo, se não podemos tirar da União receitas neste momento.

Podemos ter um sistema gradativo no sentido de, a médio prazo, essa repartição ser modificada.

Além disso, o que vimos – e não creio que seja muito diferente, apesar da mudança de pessoas no Governo – é que a União insiste nos tributos que não são compartilhados. Isso não vai ser diferente agora e não será diferente se V.Exa. for Presidente. Isso é a própria burocracia. A própria visão faz isso.

A questão é: ou colocamos tudo num bolo só e encaminhamos o fortalecimento dos Municípios ou não vamos ter na próxima década uma questão dessa natureza.

Quanto à questão da carga tributária, concordo que, neste momento, não temos condições de reduzi-la. A reforma poderia sinalizar essa questão, no decorrer dos anos. Poderia, sim, porque não vamos ter outra reforma a curto prazo e poderíamos ter um encaminhamento que dissesse que nos próximos quatro ou até oito anos teríamos, gradativamente, desoneração do conjunto, de modo a reduzir a carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o eminente Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Quando trabalhamos na reforma tributária, os Deputados Luiz Carlos Haully e Eduardo Paes foram duas das maiores lideranças nesse trabalho em todo o Brasil. O Deputado Eduardo Paes ficou responsável pela definição, no início do trabalho, dos alicerces, consensos e pressupostos da reforma tributária. Estabelecemos, naquela oportunidade, um conjunto de consenso, entre os quais o de que a reforma seria neutra, não haveria aumento ou diminuição de carga tributária.

O Deputado Luiz Carlos Haully é autor de proposta de reforma, assim como o Deputado Nelson Proença, o Deputado Armando e tantos outros. Não sei se o Max Rosenmann é autor de proposta. Talvez o Deputado José Militão seja autor de propostas. Temos um conjunto de propostas de reforma tributária que vão das mais audazes e radicais às mais conservadoras. A mais radical de todas era a do Deputado Marcos Cintra, que estabelecia o Imposto Único. Essa proposta foi trazida para cá pelo Deputado Flávio Rocha, quando o Marcos Cintra não era Deputado.

Tivemos um conjunto de variações nas propostas que levavam em consideração os tributos declaratórios e os não declaratórios. Num primeiro momento, o Deputado Luiz Carlos Haully entendia a dificuldade de termos um encaminhamento para tributo não declaratório. Quando terminamos o trabalho na Comissão, o Deputado Luiz Carlos Haully disse: “Rigotto, mudei toda a minha posição. Estou mudando. Agora estou indo para a radicalização. Quero um sistema tributário que

realmente entre a fundo na questão dos não declaratórios”. E é a linha do que S.Exa. está dizendo aqui.

Deputado Haully, se esta Comissão conseguir maior seletividade, com a tributação monofásica do ICMS, como ficam os outros produtos: a bebida, o cigarro, o combustível, a energia elétrica e as telecomunicações? Como ficam os outros que terão mais dificuldade em não ser monofásicos? Monofásico funciona bem em algum setores, mas em outros, não.

A proposta tem que estabelecer, Deputado Haully, qual a carga que teremos sobre bebida, cigarro, energia, telecomunicações e combustível.

Temos uma situação a considerar. O monofásico e o seletivo são os melhores. Mas qual é o efeito do aumento da alíquota que vamos ter na energia, telecomunicações, combustível, bebida e cigarro? Hoje, 30% do que se arrecada com cigarro... Poderíamos arrecadar mais, não fosse a sonegação existente, o contrabando. Uma alíquota mais alta incentiva mais a sonegação. Essa questão tem que ser bem analisada.

De qualquer forma, quero dizer ao Deputado Luiz Carlos Haully que a Comissão tem todas as condições.

Reforma possível, Deputado Eduardo Paes, não é a proposta que o Governo mandou. Reforma possível é a proposta que o Governo mandou e o resultado de todo o debate que vai surgir aqui. Não estou afirmando que tem de ser a proposta mandada pelo Executivo, tanto que levantei pontos – e V.Exa. mencionou muito bem – no sentido de que a mudança origem/destino deve ser buscada pela Comissão.

O Governo não conseguiu avançar na negociação com os Governadores, com os Estados, mas a Comissão pode avançar. Eu acho que a Comissão tem condições de avançar na mudança origem/destino. Então, quando eu falo em reforma possível, estou falando que, por mais que esta Comissão, a Câmara e o Senado debatam o assunto; não vamos conseguir a reforma ideal.

Em relação ao pacto federativo, Deputado Paulo Afonso, V.Exa. disse uma coisa muito bonita e muito importante: pode haver uma sinalização de que, num segundo ou num terceiro momento, vai haver uma redistribuição de parte das receitas que hoje são da União. Mas não num primeiro momento. É preciso haver transição. Aí é possível caminharmos para uma distribuição melhor do total arrecadado.

Hoje está acontecendo uma coisa muito séria, que é esse bater de cabeças de Estados, Municípios e União. Desculpem-me – fui Deputado, participei disso –, mas essa história de mandar a verba para Estados e Municípios da forma como ocorre hoje, por tudo que temos de defender no sistema atual, pelas brigas por

emendas parlamentares e de bancada, não é a ideal. A União, os Estados e os Municípios deveriam ficar cada um com o que é seu. Mas isso só pode ocorrer com atribuições claras, definidas. O passeio do dinheiro público não é bom.

Será que temos condições de, neste ano, definir claramente quais são as atribuições e competências da União, Estados e Municípios e o que é preciso para financiar essas atribuições e competências?

Estou sendo sincero. Não acredito que neste ano tenhamos condições de redefinir o pacto federativo. Este ano é o tempo que temos para votar essa reforma. Mas, como o Deputado Paulo Afonso disse, pode haver já um indicativo de transição, a Comissão já pode encontrar uma forma.

Aconteceram absurdos. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE foi criada por esta Casa com parte dela ficando para os Estados. Qual é o Estado que está recebendo parte da CIDE? O acordo que possibilitou a votação da CIDE estabelecia que eles ficariam com uma parte da arrecadação para conservar as rodovias federais dos Estados. No meu Estado, a maior parte delas está numa situação muito complicada. E essa situação não é diferente nos outros Estados. E onde está a parte da CIDE que deveria ficar com os Estados?

Em segundo lugar, obrigatoriamente, tem que haver um comando constitucional prevendo que qualquer tributo que venha a ser criado, contribuição ou o que quer que seja, tenha que ser partilhado entre União, Estados e Municípios. Isso não acontecendo, houve margem para que a União criasse as contribuições sociais para não partilhá-las com Estados e Municípios, concentrando carga.

Então, Deputado Eduardo Paes, quero apenas dizer a V.Exa. que reforma possível vai ser a reforma que resultar deste debate. V.Exa. pegou o projeto do Governo e viu imperfeições naturais. Vai ser preciso trabalhar para sanar essas imperfeições. Mas não vamos conseguir fazer a reforma dos nossos sonhos neste ano, infelizmente. Se ficarmos trabalhando na reforma dos sonhos, acabaremos não fazendo reforma alguma. E a unificação do ICMS, que é importante, ficará perdida também. Mas isso já seria um grande avanço.

Com relação à questão da lei complementar, quero que entendam o que eu disse. Não é na Constituição que tem de haver alíquota. Não estou dizendo que não tem de haver um comando constitucional. Se eu falei que tem de haver um comando constitucional em relação à reposição de perdas dos Estados, a questão da repartição dos recursos dos Municípios também tem que ser objeto de um comando constitucional. O que eu disse foi que a legislação infraconstitucional é que

vai ter de definir as alíquotas. Por quê? Porque não é normal haver na Constituição alíquotas, a Constituição detalhar alíquotas.

Mas eu concordo com V.Exa.: é preciso haver, obrigatoriamente, comando constitucional na definição de competências e repartição dos tributos. Mas quando digo que a legislação infraconstitucional vai determinar a calibragem de alíquotas estou dizendo a verdade. Haverá aumento de carga tributária se formos incompetentes na calibragem de alíquota. Se puxarmos para nós, que somos incompetentes, que não teremos condições de garantir a neutralidade na arrancada – e uma neutralidade que não signifique não termos uma distribuição melhor da carga e uma ampliação da base – vamos, então, dizer que não faremos nada, que deixaremos tudo como está, e vamos continuar votando remendo fiscal, como foi votado nesses dias, um em cima do outro, complicando mais o sistema, jogando mais pessoas para a informalidade, jogando carga para cima dos que estão pagando impostos. Dessa forma, vamos caminhar para a insubordinação fiscal de quem está pagando. Esta é a verdade.

O Deputado Paulo Afonso diz ainda que a CPMF deveria ter a redução de alíquota já encaminhada, definida. Concordo plenamente. Não pode ficar 0,8%, 0,38%. Não se pode transformar um tributo provisório em permanente e dizer que no dia de São Nunca sua alíquota vai chegar a 0,8%. Como disse na reunião com o Ministro Palocci, o Presidente Lula e os Governadores, é muito importante definir já o prazo da transição de 0,38% para uma alíquota menor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Com a palavra o Deputado Renato Casagrande e, posteriormente, os Deputados Francisco Dornelles, Sandro Mabel e José Militão.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, Sras. e Srs. Deputados, quero, inicialmente, saudar o Governador Germano Rigotto e agradecer-lhe pela bela exposição que faz na Comissão de Reforma Tributária.

Tenho a opinião do Deputado Virgílio Guimarães: melhor uma reforma tímida do que nenhuma reforma. Então, temos que avançar em algumas questões. Creio que esta Casa pode avançar em pontos importantes. Penso que a reforma que o Governo encaminhou para esta Casa atende ao princípio da simplificação, mas não ao da progressividade. Atende à simplificação – a questão do ICMS é fundamental —, mas é ineficaz com relação a propostas para um sistema tributário progressivo neste País, por meio do qual as pessoas que ganham mais possam, de fato, pagar mais, e não o contrário, como acontece hoje.

Na hora de avaliarmos as leis complementares e de redefinirmos as cinco alíquotas de ICMS, e com a perenização da CPMF, a primeira impressão que tenho é de que teremos aumento de carga tributária. Mas, ao mesmo tempo, creio que podemos aproveitar para desonerar setores importantes da sociedade, os pobres e os pequenos. É importante, Governador, primeiro, que a alíquota referente aos alimentos e também aos medicamentos – concordo com essa inclusão —, tenda a zero. Se não for zero, que seja uma alíquota simbólica. Esse é o primeiro questionamento: é possível haver uma alíquota zero, nenhuma alíquota ou uma alíquota tendendo simbolicamente a zero?

Há outra maneira de fazer com que haja desoneração de setores importantes que sempre sofreram com o sistema tributário nacional. Precisamos radicalizar – já usei esse termo nos debates da Comissão – para que haja desoneração completa na exportação para as pequenas e microempresas. Porém, pergunto: se hoje temos a desoneração do ICMS, é possível avançarmos numa desoneração maior para as pequenas e microempresas? Também acho fundamental avançarmos na decisão desta Comissão, com o nosso Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

Em contrapartida, creio que esta Casa terá condições de estabelecer algumas mudanças no Imposto de Renda. É necessário, Governador, instituímos algum comando constitucional para que possamos já apontar para as mudanças do Imposto de Renda, depois, na votação, na apreciação de uma lei complementar? Há algum comando constitucional importante que podemos propor nesta Comissão com relação ao Imposto de Renda?

Gostaria de saber a opinião do Governador com relação ao ITR Estadual, já que S.Exa. ainda não se referiu a esse assunto.

O outro questionamento vem em forma de proposta. Como o Governo deseja uma retirada de 50% da contribuição previdenciária da folha de pagamento de pessoal, será que não poderíamos começar com uma retirada de 50% e, no prazo de quatro anos, chegar a 100%?

A outra questão é com relação ao ICMS. Parece-me que foram retirados da Constituição os critérios de distribuição do ICMS entre Estados e Municípios.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A distribuição entre os Municípios, sim, foi transferida da Constituição e agora consta de lei complementar.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Pois é. Então, se foi retirado, gostaria de saber se V.Exa. tem alguma opinião com relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o nobre Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Governador Germano Rigotto, reitero minha admiração e profunda amizade por V.Exa.

Serei objetivo, Governador. Concordo plenamente com V.Exa. em que o projeto é o possível e tem aspectos positivos, entre os quais cito a unicidade da legislação do ICMS, o grupo reduzido de alíquotas, a possibilidade de transformar uma parte da contribuição social sobre os salários e a COFINS em valor adicionado. Considero essa a parte positiva do projeto.

Ma há partes extremamente perigosas, que não podemos deixar, de modo algum, no projeto. Uma delas é a repartição do ICMS para os Municípios, que hoje é de três quartos pelo valor agregado, um quarto pela legislação interna. Ninguém sabe por que colocaram isso para ser fixado em lei federal complementar. Quer dizer, o Governo Federal é que vai estabelecer, por lei complementar, votada por maioria absoluta, como o Estado vai distribuir o ICMS para o Município. Considero isso a raia do absurdo. Não entendo de onde saiu essa medida.

Em segundo lugar, considero também um ponto extremamente perigoso o imposto de transmissão progressivo. Acho que no momento em que se tem a transmissão, você tem o ganho de capital daquele que vende, que deveria ser tributado com o Imposto de Renda. A compra é um ato jurídico de transferência. O sujeito chega, entrega 100 mil reais e recebe uma casa. Por que o que compra vai pagar o imposto progressivo? Deveria pagar imposto sobre ganho de capital quem vende, e não pagar imposto progressivo quem compra. Também considero isso absurdo.

Como Governador, talvez V.Exa. tenha uma posição divergente, mas acho que o IPTU deveria ser municipal. Se o Imposto Predial Territorial Urbano é municipal, não vejo por que o Territorial Rural não seria do Município. A reforma estabelece, ainda, que a União, por lei complementar, vai definir o que é pequena gleba, para a não-incidência do Imposto Territorial Rural. Ora, acho que o Estado é que deveria fazer tal definição. O que é uma pequena gleba no Amazonas ou no Rio Grande do Sul? Será uma lei federal complementar que vai dizer o que é pequena gleba dentro do Estado? Acho esse aspecto totalmente incongruente.

O outro problema, Governador, é que a grande fortuna tem que ser tributada com Imposto de Renda ou imposto sobre patrimônio. Não há outro caminho. Pois bem. A Constituição estabeleceu a tributação da grande fortuna por lei complementar. Ainda não se tributou porque, no momento em que se quiser criar

a tributação, vai-se recorrer aos patrimônios e rendas existentes. Mas foi retirada a expressão “lei complementar”, pelo que se pode dizer que as grandes fortunas poderão ser tributadas por medida provisória, o que considero um absurdo, porque o art. 146 dos Atos Gerais da Constituição proíbe medida provisória para assuntos constitucionais votados até 2000. Nos últimos dias tivemos aqui medida provisória revogando artigo do Código Civil, assim como já tivemos medida provisória aumentando em 180% o imposto sobre serviços pago pela sociedade civil. Amanhã, podemos acordar com uma medida provisória que cria um imposto sobre grandes fortunas, e ninguém vai saber.

Então, minha observação geral sobre a reforma é que essa parte perigosa, juntamente com a prorrogação da CPMF e da DRU, pode entrar quase imediatamente em vigor, e a parte positiva vai depender de uma rede de leis complementares. Corremos o risco de, aprovada a medida provisória neste ano, haver aumento de CPMF, quer dizer, manutenção da alíquota de 0,38%, manutenção da DRU, o Imposto sobre Grandes Fortunas, o ITR progressivo, o Imposto de Transmissão Progressivo, o Imposto Territorial Rural progressivo. E, o que é bom, por lei complementar, que nunca sabemos quando vai ser votada.

No campo específico, apresento a V.Exa. um problema operacional. Uma resolução do Senado Federal, aprovada por três quintos, vai fixar os grupos de alíquotas, mas posteriormente, quase um CONFAZ – vamos chamar assim —, como está na proposta, vai dizer que produtos entrarão naquelas alíquotas. Ora, ninguém diz que esse CONFAZ, que essas “aliquotagens” têm de ser aprovadas por três ou quatro quintos.

Então, pergunto a V.Exa., que é Governador do Rio Grande do Sul e que hoje tem competência para fixar a alíquota interna: V.Exa. não acha que ficaria muito dependente, vamos admitir, de uma série de Governadores de outros Estados para fixar a alíquota do Rio Grande do Sul? Não seria preciso uma salvaguarda maior? Imaginemos determinado produto importante para o Rio Grande do Sul que não tenha nenhuma importância para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa alíquota poderia ser fixada em níveis não admitidos pelo Rio Grande do Sul.

Essa operacionalidade de colocar produtos dentro das classes de alíquota é extremamente perigosa. É aquela questão: pimenta nos olhos dos outros é refresco. Os Governadores deveriam pensar em como será a operacionalidade de o Senado Federal fixar a “aliquotagem” e o CONFAZ colocar os produtos dentro de cada série.

Por fim, Governador Germano Rigotto, em termos ainda de ICMS, acho difícil – em tese, é possível

– não haver pressão de aumento de carga tributária. Vamos dar um exemplo prático. A alíquota do diesel no Rio Grande do Sul é 12%, em São Paulo também; no Rio de Janeiro, é 18%. Na unificação, ou a alíquota do Rio de Janeiro vai para 12% ou a dos outros Estados vai para 18%.

Tendo em vista o peso dos três impostos – combustível, energia elétrica e comunicação –, que V.Exa. disse representarem quase 40% da arrecadação de ICMS, acho difícil que, na unificação de alíquota, não haja carga tributária. Se se unir por baixo, haverá perda de receita, o que os Estados certamente não aceitarão; se por cima, parece-me que haverá, obrigatoriamente, aumento de receita.

Em termos operacionais, eu gostaria de discutir um ponto com a assessoria de V.Exa. Muitas vezes se jogam as linhas gerais e na hora da operacionalidade aparece a complicação. Se me for permitido discutir com a assessoria de V.Exa. eu até irei ao Sul. Eu gostaria de saber como seria a operacionalidade desta operação: o Senado Federal fixa a “aliquotagem”, vamos dizer, as cinco alíquotas, e depois o CONFAZ coloca cada produto dentro dessa norma de alíquotas. Eu realmente não saberia como fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Concedo a palavra ao Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO – Sr. Presidente, Sr. Governador Germano Rigotto, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, essa reforma pode não ser a ideal, mas é melhor que tudo que aí está.

Tenho dito ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, que temos de nos inspirar no relatório produzido pelo Deputado Mussa Demes na última Comissão formada pela Câmara dos Deputados. Entretanto, admito que, se fizéssemos alguns ensaios, juntamente com a Receita Federal e os Estados, poderíamos voltar a ter algo produzido pelo relatório Mussa Demes.

Por exemplo, se fundíssemos o ISS e parte do IPI na base do ICMS, haveria uma base muito mais ampla, que hoje não é alcançada pelo ICMS, a exemplo do ISS da construção civil. Poderíamos tirar todos aqueles produtos que não representam grande coisa para a União, em termos de IPI, fundi-los com o ICMS e criar para a União um imposto seletivo sobre os produtos que pesam mais de 90% na arrecadação do IPI, a fim de que não haja perda de receita, tanto do FPE quanto do FPM. Exemplo: petróleo, energia, bebidas, cigarro etc.

Há uma grande preocupação com o que está formatado pela proposta de emenda constitucional. A proposta deixa de fora da base de cálculo do IPI aqueles produtos que serão exportados de um Esta-

do para outro. Isso pode gerar novamente, se não for bem trabalhado, o passeio de nota fiscal, já que os produtos seriam destinados a determinado Estado e descarregados no próprio Estado de origem.

Outra preocupação é, no que se refere ao relatório que será produzido pelo Deputado Virgílio Guimarães, criarmos uma forte base de sustentação para a substituição tributária, de modo que não haja questionamento jurídico e haja a garantia, para aqueles Estados que receberão a mercadoria, de que efetivamente o contribuinte que destinou a mercadoria seja responsável pelo pagamento do imposto.

Sr. Governador, V.Exa. tem um importante papel na reforma tributária, porque, pelo trabalho produzido na última Comissão e pela liderança que exerce, podemos construir, junto com o Deputado Virgílio Guimarães, um relatório que corrija todos os defeitos citados, a fim de criarmos um ICMS com a fusão do ISS e uma parte do IPI; fazermos um seletivo para o IPI da União, que representa mais de 90%; e criarmos para os Municípios, a fim de que não haja perda de receita, o IVV proposto no relatório do Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sr. Governador, Deputado Virgílio Guimarães, Srs. Deputados, meus cumprimentos.

Gostaria de parabenizá-lo, Sr. Governador, por sua desenvoltura com relação à matéria. Cheguei recentemente a esta Casa, mas tive oportunidade de ouvi-lo, por ocasião de um congresso da UNALE, quando V.Exa. fez uma exposição. A partir daí, passei a acompanhá-lo e a apreciar a maneira séria e responsável com que trata essa matéria. Quiçá todos os homens públicos tivessem esse compromisso. Infelizmente, não é a realidade em nosso País.

Duas questões me preocupam profundamente. Tenho observado vários Parlamentares criticarem, de maneira violenta mas competente, o crescimento da carga tributária. Parece que a carga tributária cresceu numa rapidez estúpida, em alguns meses. Alguns foram Ministros, outros estão nesta Casa por vários mandatos e não viram passar por este Parlamento os aumentos tributários que, de repente, viraram o grande criminoso deste País, como se o Brasil tivesse estagnado em função do aumento da carga tributária. Estou cansado e estarrecido diante desse discurso, porque ele não diferencia as classes sociais. Pobre neste País paga muito imposto, mas rico paga pouco.

A questão de diferenciar socialmente neste País perdeu vigor. O País mantém um nível de concentração de renda singular. Ninguém desconhece que a estru-

tura de distribuição de renda no Brasil é vergonhosa. O que me deixa profundamente angustiado é que isso não nos incomoda. Não incomoda os grandes homens públicos deste País e está-se perpetuando. Isso, sim, deve-nos incomodar seriamente, não simplesmente o fato de os banqueiros agora passarem a pagar um pouquinho mais. De repente, é a grande carga tributária que está crescendo no Brasil. Precisamos dar um basta nesse tipo de discurso. A sociedade quer ver a taxa de retorno desses tributos. Nesse caso, a indagação é correta.

Foi dito aqui que V.Exa. fez um trabalho maravilhoso, bem superior ao projeto ora encaminhado. Não tenho dúvida disso. Mas por que não foi votado? Por que não lhe foi dado encaminhamento, se era tão bom, eficiente e competente? Por que não houve conclusão? Não havia responsável neste País? Todos tiveram o mesmo grau de participação ou havia alguém mais responsável que outro? Por que essa tão eficiente proposta de reforma tributária, bem superior à ora apresentada, não foi aprovada? Deve haver uma explicação. Pergunto a V.Exa. por que esse trabalho não foi adiante e não foi aprovado. Quem foram os responsáveis?

Há uma segunda questão. Temos acumulado seriamente neste País um projeto de incentivo fiscal. Os economistas que mais trabalharam com teorias de desenvolvimento econômico tratam dessa matéria de maneira temporária e não permanente. Entretanto, vejo que alguns querem perpetuar programas de incentivos fiscais na estrutura produtiva.

V.Exa. sucedeu um Governador do meu partido, por quem tenho um grande apreço pessoal, no Estado onde houve um ponto polêmico discutido pela sociedade como um todo. Refiro-me à transferência da fábrica da Ford do Rio Grande do Sul para a Bahia. A matéria tornou-se polêmica. Eu gostaria que V.Exa. fizesse uma avaliação dos programas de incentivos fiscais e do papel que têm representado para o desenvolvimento econômico do nosso País, particularmente do seu Estado. Sou do PT, mas não tenho constrangimento nenhum em receber qualquer observação crítica.

Por último, nessa proposta, V.Exa. apontou um aspecto com o qual concordo: a federalização dos tributos estaduais, em parte até em face do problema anteriormente exposto. Eu gostaria que V.Exa. abor-dasse o princípio da progressividade nesse projeto como um todo. Essa proposta da federalização tipifica cinco grandes grupos, sendo que o dos produtos básicos teria a menor alíquota e, conseqüentemente, a de melhor impacto social. Além dessa, que outra perspectiva de progressividade V.Exa. veria na proposta ora encaminhada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o eminente Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Respondo primeiramente ao Deputado Renato Casagrande, com relação à progressividade. Não sei que outro Deputado mencionou o assunto, além do Deputado Wasny de Roure.

Progressividade no Imposto de Renda, Deputado Renato Casagrande, não precisa estar na Constituição. Não há necessidade de se mudar a Constituição para haver progressividade no Imposto de Renda. A Constituição é clara: o Imposto de Renda tem que ser progressivo. A maior ou menor progressividade será definida na legislação infraconstitucional, que trata de alíquotas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, várias vezes debatemos a possibilidade de maior progressividade do Imposto de Renda, ao que sou totalmente favorável. O Imposto de Renda tem de ser mais progressivo do que é. Votei a favor, na Comissão de Finanças e Tributação, de uma proposta do Deputado Ricardo Berzoini, hoje Ministro da Previdência, nesse sentido. O Imposto de Renda tem de ser mais progressivo, mas não é preciso mudar a Constituição para que essa progressividade ocorra. Uma legislação infraconstitucional pode determiná-la com mais facilidade.

Com relação ao aumento de carga tributária que poderia haver num primeiro momento, volto a dizer que ele pode acontecer se não houver uma calibragem bem-feita de alíquotas. Pode haver a desoneração de setores da sociedade no momento em que houver um sistema tributário mais eficiente, pois haveria menor evasão e maior possibilidade de reduzir cargas setoriais. Então, essa redução pode acontecer.

Aqui muito se falou na justiça fiscal para desonerar o alimento. A alíquota para o alimento pode ser zero? Produtos essenciais da cesta básica podem ter uma alíquota zero. Quanto aos demais alimentos, eles não podem continuar sendo tributados da forma como é no Brasil. Os Governos perdem de um lado, mas ganham de outro pelo aumento da produção. Além disso, a menor tributação do alimento vai-se refletir no preço do produto para o consumidor final, e o trabalhador de baixa renda vai-se beneficiar.

Se me perguntarem se a alíquota seria zero, eu diria que poderia haver uma alíquota pequena. Inclusive, defendo essa alíquota especial também para medicamentos. Uma alíquota muito pequena será muito melhor do que a bagunça que é hoje.

O Deputado Francisco Dornelles tem razão. No momento em que se colocar o feijão na alíquota especial, haverá gente contrariada, pois o Estado usa

uma alíquota maior. Mas, pelo menos, haverá um ordenamento novo e não essa confusão de aumentar alíquota, diminuir alíquota, zerar alíquota e um Estado criar problema para outro Estado. Com relação ao alimento, quem paga a conta é geralmente quem ganha menos.

Deputado Renato Casagrande, é possível caminhar para uma alíquota zero para alguns produtos. A média mundial para os alimentos é 9%. No alimento industrializado, como eu disse, a carga tributária pode chegar perto dos 35%, como no Brasil. Isso é injusto e irracional. Deve haver separação por faixas de alimento. Não podemos dizer que o caviar é alimento que deve ser pouco tributado. Ele tem de continuar sendo tributado como produto supérfluo, mas o feijão, o arroz, a mandioca, os produtos da cesta básica, o pão, obrigatoriamente, devem ter uma carga tributária diferente da que existe hoje. Estou analisando o Brasil como um todo, não um Estado ou outro da Federação.

Quanto à desoneração maior para as micro e pequenas empresas, após muito trabalho nesta Casa, um dos grandes avanços do sistema tributário, dentre tantos remendos fiscais votados ao longo desses anos, foi o SIMPLES, pois ele faz o que a Constituição determina: desburocratiza.

Está ao meu lado o Deputado Gerson Gabrielli, homem que tem a vida parlamentar voltada para a defesa das micro e pequenas empresas. O Deputado Max Rosenmann é outro que trabalhou no SIMPLES, que foi um grande avanço. É possível avançarmos mais na desoneração e na desburocratização? Podemos até avançar mais, mas hoje já temos com o SIMPLES uma diferenciação da micro e pequena empresa no que diz respeito à desburocratização e à diminuição da carga tributária.

Quanto ao ITR, não pode continuar havendo o ITR federal. Pela proposta que mandou, o próprio Governo Federal concorda em que esse é um tributo cuja arrecadação é insignificante. O Governo Federal não vê o ITR como tributo que possa lhe gerar arrecadação e não há interesse em mantê-lo.

Por que deve haver um comando federal? Por causa da política de reforma agrária. Se há uma política de reforma agrária, é preciso haver um comando federal que defina os parâmetros de cobrança do ITR para tributar mais as propriedades não-produtivas. Se é preciso haver esse comando federal e o Governo entendeu que o ITR não deve ser cobrado pela União, pois ela não é eficiente na cobrança do imposto, há a opção de a cobrança ser efetuada pelo Estado ou pelo Município. Uma das idéias é a cobrança ficar a cargo do Estado, sendo que 40% do valor arrecadado ficaria com o Município. Há a opção de um convênio do Esta-

do, permitindo que o Município cobre e até fique com a totalidade do ITR. Existe abertura para isso.

Os Deputados que participaram da Comissão de Reforma Tributária na Legislatura passada lembram que houve um grande debate. A proposta comandada pelo Deputado Fetter Júnior, que infelizmente hoje não está entre nós e muita falta faz à Casa, foi no sentido de que o ITR passasse para o Município. Para quem não sabe, há alguns dias, o Deputado Fetter Júnior, com toda sua juventude, sofreu um infarto, mas, graças a Deus, está em processo de recuperação.

Naquela oportunidade, se a proposta tivesse sido votada pelo Plenário, o ITR teria ido para o Município; ou para o Estado e o Município, com este ficando com 40% da arrecadação, ou a totalidade dentro de um convênio entre Estado e Município, sob o comando da legislação federal. Esta serve exatamente para que haja uma política que leve em consideração o imposto, na busca de tributar mais a propriedade não-produtiva. Esse é o objetivo da legislação federal. Às vezes, no Estado, isso pode não acontecer da forma como deveria.

Claro, Deputado Francisco Dornelles, V.Exa. tem razão. O Estado é que sabe o pode, mas não vejo risco de as peculiaridades do Rio Grande do Sul não serem consideradas, assim como as diferenças do Piauí, do Deputado Marcelo Teixeira, nesse balizamento que será feito. O balizamento pode levar em consideração toda a realidade nacional e analisar o que pode levar a essa tributação.

Felizmente, um dos avanços da proposta é a compreensão do Governo Federal de que o ITR é ineficiente se cobrado pela União e pode ser muito mais eficiente se cobrado pelo Estado ou Município. Talvez pelo Estado mais do que pelo Município. Se a receita pode ficar com o Município, se pode haver esse convênio entre Estado e Município, isso deve ser analisado.

Em relação à contribuição patronal sobre a folha, a medida que está sendo adotada é a melhor, ou seja, transitar de uma contribuição que leve em conta a folha de pagamentos para outra em que 50% é folha e 50% é contribuição sobre valor agregado. Se derem certo esses 50%, pode-se até avançar na direção de uma contribuição patronal do INSS.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– A proposta nem estabelece proporção. Podem ser 50%, 60%, 80%.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Se a Constituição não estabelece isso, pode-se migrar de 50% para 100%. Num primeiro momento, seria 50%, até por experiência, porque com certeza isso vai determinar um auxílio à formalidade do trabalhador. Esse é um avanço considerável na proposta.

O Deputado José Militão levanta que o ideal é o Imposto Sobre Serviços junto com o ICMS e com o IPI, os três tributos transformados num novo ICMS. Não tenho dúvida de que o IPI está cada vez mais ineficiente para a União, que o arrecada efetivamente sobre muito poucos produtos. Sobre os restantes, ela não se interessa em cobrar. Não existe nem a fiscalização que deveria existir sobre alguns setores, e cada vez mais o IPI se concentra sobre menos itens.

Para a União, não haveria grande problema em fundir o ICMS com o IPI e receber um pedaço disso. É um processo de racionalização, de simplificação. Pelo menos, a União poderia fazer o IPI seletivo, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly. É muito mais fácil fazer um seletivo monofásico com o IPI do que com o ICMS. Como a União está jogando o IPI sobre poucos itens, por que não jogá-lo monofasicamente sobre um seletivo? Não há aquela loucura de fiscalizar, e a União não está fiscalizando eficientemente.

Aquilo que disse o Deputado Luiz Carlos Hauly é mais fácil, sem dúvida, no IPI do que no ICMS. Acho que a Comissão pode avançar, Deputado José Militão, na busca de um grande IVA, um ICMS novo, com uma legislação com cinco faixas de alíquotas, trazendo o IPI, e a União pode ficar com uma parte disso. Não se está querendo tirar receita da União.

Acho mais difícil o ISS, dentro da nossa proposta. Digo-lhe, com toda tranqüilidade, que os Municípios ganhariam. Os grandes Municípios não querem nem ouvir falar em perder o Imposto Sobre Serviços.

Temos dificuldade em convencer a sociedade de que o Imposto de Vendas a Varejo, o IVV, é bom. Há forte oposição a ele. Ele vai contra o trabalho que fazemos. Estamos racionalizando de um lado, mas, de outro, criando um tributo que não sabemos exatamente o que vai determinar. Pode ser eficiente no resultado da cobrança e bom para os Municípios, mas não tenho convicção de que seria bom para a sociedade. Não tendo essa convicção, não posso dizer que esse será o melhor caminho.

Deveria acontecer uma racionalização, uma simplificação, uma fusão dos tributos que recaem sobre o consumo, o que já é proposto pelo Deputado José Militão. Não podemos ter ICMS com 27 legislações, ISS, IPI, ICMS, COFINS, PIS e CPMF incidindo sobre a mesma base. Isso é uma loucura!

A grande reforma de que precisamos não é no tributo sobre o patrimônio e a renda. Para alterá-los, pode-se mudar a legislação infraconstitucional, o que é mais fácil do que mudar a Constituição. Temos o comando constitucional na questão da renda e do patrimônio, mas existe a possibilidade de mudança por lei complementar.

Quanto à questão dos tributos sobre consumo, ou se mexe na Constituição, ou vai continuar o que está aí. Então, a grande reforma é sobre os tributos que recaem no consumo. A reforma que vem depois, a progressividade, as melhorias no Imposto de Renda, nos tributos sobre patrimônio podem vir por lei complementar ou em paralelo à reforma constitucional. É isso que alguns não entendem.

Deputado José Militão, a Comissão pode avançar nessa questão. O Deputado Francisco Dornelles fala sobre o ICMS e aborda uma questão verdadeira: teremos problemas depois de votarmos, porque haverá cinco faixas de alíquota. O Senado Federal terá de definir as alíquotas e os Estados definirão o que constará nessas faixas. Que produtos estarão nelas? Aí haverá realmente um problema.

Se a maioria dos Estados tem alíquota quase igual em telecomunicações, combustíveis e energia, alguns têm um pouquinho mais e poderão perder arrecadação no momento em que a alíquota for uniformizada em todo o território nacional. Outros poderão ganhar se conseguirmos uma alíquota intermediária. Em determinado Estado, haverá aumento de carga tributária se o imposto sobre o combustível passar de 12% para 15%, por exemplo. Essa questão exigirá realmente um trabalho muito grande na calibragem da alíquota e na análise dos produtos que comporão cada faixa. Deputado Francisco Dornelles, mesmo que haja dificuldade, não se pode deixar de enfrentá-la.

Há uniformização da legislação do ICMS. Uniformização é diferente de federalização. Federalização é o ICMS para a União, é bom que se diga. O ICMS continua com o Estado, mas teria uma legislação única.

Mesmo que V.Exa. tenha razão, Deputado Francisco Dornelles, teremos de enfrentar essas dificuldades, não só nas alíquotas, mas na definição das faixas dos produtos que comporão cada uma delas. O pior é continuar como está: alíquotas diferenciadas em 27 legislações.

Com relação à transitoriedade do Imposto de Transmissão e à progressividade prevista, eu diria que devemos ter muito cuidado, porque às vezes pode-se pensar em ganhar receita, mas terminar perdendo. De qualquer forma, deve haver um comando constitucional e uma legislação infraconstitucional. Alguma coisa deve estar na Constituição. Não se pode delegar tudo à legislação infraconstitucional.

Concordo em que possa existir o ITR municipal. Os Estados não têm tanta oposição a que isso aconteça. É bom para os Estados, porque ficarão com uma parte do ITR, mas não há uma oposição enorme. A Comissão pode migrar para um ITR municipal. Talvez

fosse mais eficiente o estadual, com a participação do Município na cobrança.

Quanto ao imposto sobre grandes fortunas, da mesma forma. A grande fortuna pode ser tributada como patrimônio e renda. Há condições de fazer a tributação sobre grandes fortunas.

A retirada da repartição do ICMS com os Municípios da Constituição foi um pedido das entidades municipais, mas eu preferiria que ela ficasse. Deve haver o comando constitucional. Essa retirada, pelo que sei, foi solicitação de entidades representativas de Municípios. É bom a Comissão ficar atenta a isso, analisar esse problema e trazer representantes dos Municípios para discuti-lo aqui.

Eu gostaria de falar ao Deputado Wasny de Roure sobre crescimento de carga tributária. Quando se toca nesse assunto, há um equívoco. O problema não é o crescimento, mas a má distribuição. Se ela cresceu, cresceu mais ainda sua má distribuição, sua concentração. Esse é o maior problema. A carga tributária efetiva sobre quem paga tributo é superior a 37% do PIB, porque a evasão está crescendo. Então, esta é a discussão que temos de fazer: como evitar o crescimento da sonegação, da informalidade e da elisão fiscal?

Seria bom que tivéssemos uma carga tributária de menos de 37% do PIB? Seria. Hoje, essa carga é o mínimo necessário para o Estado enfrentar o quadro que temos, mas o maior problema é que ela está concentrada tremendamente sobre quem paga e joga muita gente para fora do sistema. Cada votação que acontece aqui ou nos Estados e que determina aumento de carga tributária está jogando para fora do sistema uma quantidade incrível de empresas, setores e pessoas. É isto que tem de ser discutido: como a distribuição dessa carga poderá ser melhor num primeiro momento?

Com relação ao fato de que o rico paga pouco, acho que a tributação sobre o capital especulativo é muito menor do que deveria ser. No que se refere à vergonhosa distribuição de renda, nosso sistema tributário leva também à concentração de renda. Quem ganha menos não paga Imposto de Renda, mas paga imposto embutido no alimento, no vestuário, uma quantidade absurda de impostos indiretos que não tem como pagar. Então, vai perdendo renda. Se não se tributar o capital especulativo mais fortemente, haverá pessoas ganhando cada vez mais.

Então, o sistema tributário é fator, sim, de concentração de renda, e a Comissão terá de verificar como trabalhar para construir um sistema que ajude a enfrentar a questão da má distribuição.

Antes de responder à última pergunta sobre incentivo fiscal, Deputado Wasny de Roure, digo de coração que não tenho dúvida de que o fato de a Ford ter ido para a Bahia não foi bom para o Rio Grande do Sul, onde estou tentando fazer com que a GM dobre a sua planta. Pergunte para o Prefeito de Gravataí, que é do seu partido, o que representou a ida da GM para aquela região.

Não vou discutir o porquê de termos perdido a Ford, mas tenho certeza de que não foi bom para o Rio Grande do Sul. E lhe digo com toda a tranquilidade: a questão da guerra fiscal é absurda e não pode continuar da forma como está. Se não entro nela, perco investimento. Se entro, termino criando problemas, inclusive para governos futuros.

Estamos caminhando para uma situação em que, às vezes, o fato de alguns governos não serem transparentes – e tenho procurado dar muita transparência às atitudes que estão sendo tomadas e a todas as discussões que fazemos para buscar investimentos – cria problemas futuros, e essa guerra fiscal vai complicar as finanças dos Estados de forma absurda. O Estado que acredita estar ganhando hoje certamente vai perder amanhã.

Alguns Governadores dizem que se não houver guerra fiscal não há solução para o projeto de enfrentamento das desigualdades regionais. Por isso, deve haver projetos para resolver essas questões. Não é possível que elas continuem. Pode parecer que a guerra fiscal vai resolver esses problemas, num primeiro momento, mas, ao contrário, ela acaba por gerar outros mais sérios.

Não é incoerência de minha parte dizer que no Rio Grande do Sul existe fundo de desenvolvimento para atrair investimentos. Se não dispuser dele, simplesmente vou perder qualquer tipo de investimento que poderia ir para o Estado.

Temos de pôr um freio à guerra fiscal. Para isso, deve primeiro existir a legislação única de ICMS, mas ela não é suficiente, porque os Estados podem continuar a dar incentivos. Segundo, se houver uma boa transição, poderemos chegar a uma mudança origem/destino. Dessa forma, será bastante difícil manter a guerra fiscal hoje existente.

O Presidente da Comissão, Deputado Mussa Demes, e o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, têm conhecimento de toda essa discussão. Mas, infelizmente, alguns Estados hoje julgam a guerra fiscal o melhor dos mundos. Vão dar com os burros n'água, vão quebrar lá adiante. Ela não é boa para os Estados que estão se beneficiando dela nem para o País.

Precisamos de políticas de desenvolvimento para as regiões mais oprimidas e devemos ter transparên-

cia nessas políticas. Por exemplo: se quero trazer uma empresa para meu Estado e tenho orçamento para isso, vou estabelecer um valor para atrair investimentos para aquela região. O Município doa o terreno, faz a terraplanagem, e, de posse do dinheiro, eu decido ser esse investimento estratégico para o Estado. Com a planta da empresa, posso definir claramente meu investimento no orçamento. Essa realidade ainda vai existir e certamente será muito melhor do que a atual situação. Ao lado disso, é preciso fundos e projetos de desenvolvimento para enfrentar o problema das desigualdades regionais.

O Estado que hoje não entra na guerra fiscal pára e perde investimentos. Vejam que situação! Um Governador que resolver zerar uma alíquota não perde receita, mas atrai investimento, e outro que tenha o setor forte tem duas opções: ou zera a alíquota para ganhar competitividade e perde a arrecadação ou mantém a arrecadação e perde a competitividade. Da forma como está, não é possível continuar. Isso é uma doidice! Eu já tinha consciência disso e hoje, como Governador, tenho muito mais.

Quanto à última pergunta, Deputado Wasny de Roure, sobre o que aconteceu com aquele projeto tão debatido, elogiado e aprovado pela Comissão, realmente ele tem imperfeições e teria de ser ampliado. Não tenho convicção de que o IVV seja uma boa alternativa. O Deputado Mussa Demes sabia que o projeto ainda sofreria alterações, mas não foi votado porque o Governo Federal preferiu mudar o sistema tributário por tópicos. Não houve discussão sobre as contribuições sociais.

Quando houve acordo com todos os Estados sobre o ICMS e discutimos os tributos federais, puxou-se o tapete e o freio. Havia o medo de se perder a arrecadação. O conservadorismo dizia ser melhor que o sistema tributário fosse modificado por medida provisória. Isso fez com que o freio fosse puxado. Numa república presidencialista, o Congresso Nacional pode querer fazer tudo, mas se não tiver o Poder Executivo caminhando ao seu lado – não só no Brasil, mas em qualquer parte do mundo —, as coisas não acontecem.

O Governo anterior, do qual tive a honra de ser Líder no primeiro ano e meio, cometeu o erro de falar muito na reforma tributária, mas de preferir mudanças pontuais e, não, estruturais. Produzimos nosso projeto com muita negociação. Deputado Wasny de Roure, foram seis horas diárias de negociação no Ministério da Fazenda, depois de o termos aprovado na Comissão, com o Governo Federal, com Governadores e com representantes de Municípios. Seis horas diárias! Era algo absurdo. Fizemos tudo o que podíamos, mas houve a decisão de que era preferível não correr o risco

de perda de arrecadação e manter o sistema tributário com mudanças pontuais. Essa foi a razão pela qual o projeto de reforma tributária não foi adiante.

Hoje, vejo a enorme determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para fazer as reformas. S.Exa., inclusive, diz que elas vão lhe custar caro em termos de popularidade e lhe trarão desgastes, mas, se não acontecerem, não adianta ser Presidente com altos índices de popularidade.

Essa postura é muito forte. Sinto sinceridade nas palavras de S.Exa., mesmo com a cobrança de que seu partido há algum tempo votou de forma diferente, mas agora, no Governo, entende que essas reformas têm de acontecer.

Essa decisão é muito importante para que a reforma avance. Se o Poder Executivo claudicar, o Congresso poderá promover grande debate e, mais uma vez, as reformas tributária e previdenciária não se concretizarão e não serão aprovadas na Câmara nem no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Governador.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Governador Germano Rigotto, ouvi atentamente V.Exa. e estou muito preocupado com a afirmação de que os Municípios, os Estados e a União não podem perder. E a briga gira em torno de quem perde e de quem ganha.

Vou abordar especificamente as transferências constitucionais. No mês de março, estive aqui o Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e afirmou que, em 1988, com a nova Constituição, as receitas compartilhadas com os Estados e Municípios, que representavam 65% do bolo da receita total da União, hoje representam 45%. Então, eles já vêm perdendo ao longo desses 15 anos.

V.Exa. questiona o problema da origem e do destino. Na proposta, a tributação será feita na origem, mas a maioria esmagadora dos Governadores quer no destino. O senhor também afirmou que um Governador de determinado Estado pobre defendeu a tese de ser tributado na origem. Não sei o que esse Governador está pensando, porque em todas as projeções do Deputado Mussa Demes, os Governadores dos Estados mais pobres são beneficiários da tributação no destino. E dizem, à boca pequena, que esse fundo de 2% criado do IPI foi apenas para satisfazer os Governadores das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quanto às desigualdades regionais, como vamos combatê-las se não houver realmente tratamento diferenciado como aquele dado em 1999, com a distribuição dos fundos constitucionais para os Estados em

proporção inversa à renda per capita, favorecendo os mais pobres em detrimento dos mais ricos?

Essas são as questões que desejo que V.Exa. esclareça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Governador, acompanhei com satisfação sua exposição, em que manifestou preocupação em constitucionalizar o fundo para os Estados superavitários. Meu Estado, o Pará, se inclui entre eles, e, se não se tomarmos cuidado nesta Comissão, corremos o risco de transformá-los constitucionalmente em devedores das empresas exportadoras. No caso específico do Pará, cujas exportações estão voltadas basicamente para recursos naturais não-renováveis – minérios —, seria punir duplamente o nosso Estado, ao criar déficit social e ambiental.

Com a devida vênia, acredito ser este o momento propício para reavaliarmos a questão do pacto federativo. Sou de Tucuruí, localizada no sul do Pará. Podemos perceber que as pequenas Prefeituras assumem responsabilidades que originalmente caberiam aos Estados ou à União. Hoje temos funcionários do INSS, da Defensoria Pública e dos fóruns que nos prestam serviços, e os Municípios acabam tendo de custear as despesas desses funcionários sob pena de ficar sem esse atendimento.

Portanto, este é o momento ideal para rediscutir essa questão e fazer justiça social. Somente assim poderemos aplicar o princípio constitucional para combater as desigualdades regionais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigada, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN – Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, Sr. Relator, com satisfação saúdo o ex-Deputado e Governador Germano Rigotto, cuja liderança está dando rosto ao PMDB, partido grande e que possui várias silhuetas. Confio em S.Exa. e acredito que seu nome satisfaça ao partido e ao País pela notável liderança política, que testemunhamos por meio do seu trabalho diário, do seu patriotismo, da sua honestidade, da sua sinceridade e da sua competência, atestadas na monumental vitória nas eleições, em que foi eleito praticamente sozinho. É disso que o Brasil precisa.

O Rio Grande do Sul está muito bem servido. Pena que não possamos ter um Germano Rigotto em cada Estado! Creio que, em muito pouco tempo, po-

deremos ter a avaliação positiva do seu trabalho no Executivo.

A meu ver, o que ocorreu com a proposta de reforma tributária, que não foi aceita pelo Governo, foi muito semelhante ao que aconteceu com a CPMF, idealizada pelo ex-Ministro Adib Jatene para a Saúde e, depois de aprovada, tomada pelo Governo para si. Da mesma forma, o Governo Fernando Henrique nunca sinalizou o desejo de fazer a reforma tributária, porque um governo que evolui de 22% para 37% de arrecadação não vai correr o risco de perdê-la.

Entretanto, o Governo anterior – inclusive eu era do mesmo partido, na época – cobrava, pela televisão, votações no Congresso Nacional. No presidencialismo não existe a possibilidade de se votar uma matéria de cuja decisão o Presidente não participe.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Deputado Max Rosenmann, para não haver mal-entendido, temos aqui a imprensa e a TV Câmara transmitindo o debate sobre a reforma constitucional para todo o Brasil.

O Congresso Nacional tem todas as condições de votar lei ordinária ou complementar. Entretanto, para haver reforma constitucional numa república presidencialista são necessários três quintos de votos em várias votações. Sem a presença do Governo Federal, o Congresso não tem condições de aprovar esse tipo de reforma, e vice-versa. Senão, o Congresso não seria necessário. O caso da reforma tributária é muito pior, porque mexe na arrecadação.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – E o presidencialismo está arraigado em tudo, até em um clube. Ninguém aumenta ou reduz mensalidade de um clube se o presidente não quiser. Não existe essa história de o conselho deliberativo decidir.

Não votei no Presidente Lula e não tenho esperança na qualidade do seu governo, mas, pelo menos na questão da reforma, S.Exa. está sendo aparentemente sincero. Isso para mim é muito importante. Em outras questões, tenho minhas dúvidas, porque vejo a voracidade do Governo, demonstrada inclusive em depoimentos feitos nesta Casa, em aumentar a arrecadação.

Alguns têm vontade de aumentar impostos de qualquer natureza. Esta Comissão é composta por mais de trinta Deputados. Apenas cinco ou seis são defensores do contribuinte e 25 são defensores do Estado, independentemente de serem de esquerda ou de direita. Querem o Estado forte e o povo fraco. Essa é a filosofia da maioria dos políticos nesta Casa, principalmente nesta Comissão.

Há anos trabalho em defesa do contribuinte e vejo com preocupação este Governo, com tantos Ministros e tantos gastos. O Governo já entrou com o pé no ace-

lerador do gasto e não no da redução, porque no Brasil se aumenta a arrecadação para gastar como se quer e não se diminui a despesa nem se faz economia.

Em qualquer situação, vejo o País como viável, porque vai ter capacidade de vender seus produtos, faturar mais e superar a incompetência de todos os Governos passados e futuros. Quer dizer, o Brasil vai crescer no faturamento, na exportação e, conseqüentemente, no desenvolvimento. Vamos discutir tanto que talvez até aprendamos a governar com economia. Confio muito no Governo de V.Exa. em relação à economia. Acredito que V.Exa. esteja tomando as medidas necessárias nessa área, o que muitos não estão fazendo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito boa, mas quero que me digam se alguém foi censurado ou condenado por não cumpri-la. O Governador Jaime Lerner, do Paraná, assumiu o Estado com uma dívida de 1 bilhão e meio de reais e o entregou com uma dívida de 27 bilhões de reais! Gastou o que quis, do jeito que quis, privatizou como quis, e onde está a Lei de Responsabilidade Fiscal? Ela serve de balizamento, é muito importante, deveria ser seguida e respeitada, mas, na verdade, não tem conseqüência, como tudo que não é para valer.

Infelizmente, tudo leva a crer que querem aumentar impostos. Ainda nesta semana, Governador, tivemos aqui mais uma sessão para votar aumento de impostos. A maioria dos Deputados que afirmaram ser contrários foram ao plenário, votaram a favor e ainda congratularam o Relator da matéria pela genialidade de promover o aumento sem dor. Então, é um sistema fantástico.

Da mesma forma, vejo a questão do discurso político sobre a distribuição de renda. Gostaria de um dia pedir a cada um dos Parlamentares desta Casa que, em vinte linhas, escrevesse o que entende sobre distribuição de renda, porque, pelo que estou vendo, todos pensam que distribuir renda é aumentar salário. Na verdade, essa distribuição se dá quando os benefícios são levados ao cidadão; quando a escola e a saúde públicas funcionam com qualidade; quando há garantia de vida à família e assistência à saúde; quando há verdadeira segurança no País. Distribuição de renda é viver em um País onde o dinheiro público é bem aplicado. Não tem nada a ver com Imposto de Renda e aumento de salário. No entanto, todos pensam assim.

Essas questões realmente nos preocupam. Por isso, tive o cuidado de entregar minha proposta nas mãos do Relator. Há contribuições pontuais que podem ser aproveitadas. Pude levantar junto a S.Exa. uma questão ainda não debatida com contabilistas, com representantes de fóruns, com outras áreas de

serviço, com os fiscais estaduais, com todo aquele grupo que constituímos: a redução da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos, para que não recaia somente nela.

Há 40 milhões de brasileiros sem carteira assinada. Isso demonstra que esse sistema não funcionou. É válida a tentativa para que a contribuição seja repartida pelo menos meio a meio, ou sessenta e quarenta. Para não fazer de uma vez só, estou de acordo em que se vá calibrando – fiquei muito satisfeito quando V.Exa. usou a palavra calibrar. Temos de aumentar o faturamento. Precisamos ter coragem para fazer essa reforma tributária, além de capacidade e rapidez para fazer as leis complementares que calibrem o todo, mas não como ocorreu nesta semana. Se o Deputado Professor Luizinho novamente exercer todas as relatorias e calibrar o País ao seu estilo, vamos ter uma carga tributária entre 45% e 50%. Corro o risco. O meu desejo é o de votar essa reforma previdenciária e ter a coragem de, neste democrático Congresso, discutir as leis complementares. Por isso estou disposto a prosseguir nessa questão e não ser negativista.

Novamente, registro minha admiração e orgulho, Governador Germano Rigotto, pelo exemplo do bom político que V.Exa. é e de que este País precisa. Não precisamos de político do tipo velhaco, que já cansou o Brasil. V.Exa. obteve maravilhosa vitória por ser exemplo contrário desse tipo de político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Agradeço ao Deputado Max Rosenmann as carinhosas e sinceras palavras, que vêm do coração e muito têm a ver com o trabalho que juntos desempenhamos. S.Exa. foi Presidente do Núcleo de Assuntos Tributários e Contábeis, que contou com o forte assessoramento das entidades dos contabilistas do Brasil sobre as questões que tramitavam no Congresso e que se referiam a mudanças, principalmente no sistema tributário.

Depois de S.Exa., tive a honra de presidir esse núcleo de assuntos tributários e contábeis, antes até de ser Presidente da Comissão de Reforma Tributária. Obrigado, Deputado, pelas palavras que nos animam e nos dão força.

Desde o meu primeiro dia de Governo, o Rio Grande do Sul vem atravessando uma situação economicamente forte, com finanças tremendamente combatidas. Muito antes de olhar para trás, de buscar responsáveis, procuro olhar para frente e saber que temos de enfrentar essa realidade, às vezes contando cada real para chegar ao final do mês e poder pagar a folha

e a dívida com a União. Caso contrário, as contas do Estado são bloqueadas e teremos incrível dificuldade, pois contamos com pouquíssimos recursos para investimento.

É difícil trabalhar assim, mas nosso Estado tem um incrível potencial e sabemos que podemos reverter esse quadro, apesar de não ser em curtíssimo prazo. Espero deixar para o meu sucessor o Estado em melhores condições, Deputado Max Rosenmann, de governar, com menor grau de dificuldade que o que estamos enfrentando.

Queremos criar um ambiente com menos tensão. O Rio Grande do Sul estava com as posições muito radicalizadas. Tenho procurado ouvir e conversar com todos, inclusive a oposição, na tentativa de compreender o seu papel de criticar e fiscalizar.

Essa semana, por exemplo, foi aberto espaço para críticas na televisão. Na verdade, não dei motivos para críticas até agora, mas estavam tentando criar algo para poder criticar. Até entendendo esse tipo de postura, mas não vou entrar em um jogo de procurar radicalizar, que gere um ambiente desfavorável ao desenvolvimento do Estado e o impeça de enfrentar as desigualdades regionais, sociais e sua difícil situação financeira. Vamos reverter esse quadro.

Respondendo ao Deputado Júlio Cesar, quanto às transferências constitucionais, eu diria que a situação do bolo tributário passou de 65 para 45 ao longo dos anos. Vários Governos criaram as contribuições sociais exatamente para não partilhar com os Estados e os Municípios.

Quanto à questão do pacto federativo, quando os Governadores estiveram com o Presidente Lula e com o Ministro Palocci, perguntaram por que não se pegar um pedaço da CPMF. A CPMF, que era provisória, é mantida com 0,38%, então, por que o Governo Federal não compreende a realidade e deixa uma fatia dessa arrecadação para os Estados e os Municípios?

O Ministro Palocci disse que se a União perder receita neste momento haverá dificuldade no enfrentamento do déficit público com todas as repercussões que na inflação, na política cambial e na questão dos juros, que têm de cair, mas só cairão se o quadro for diferente. Tudo isso tem a ver com o enfrentamento do déficit público. Segundo a União, será um complicador perdermos a arrecadação agora.

Ficou aqui acordado que parte da CIDE ficaria com os Estados. No entanto, não foi isso que ocorreu. O acordo não está sendo cumprido – talvez o seja no ano que vem. Esta Comissão e o Congresso Nacional podem encaminhar, com cuidado e com responsabilidade, sugestões dos Estados e Municípios.

Deputado Júlio César, se é verdade que a arrecadação da União e a participação dos Estados e Municípios aumentaram principalmente devido às contribuições sociais, também é verdade que se mexermos nos recursos da União, de uma hora para outra, provavelmente, primeiro, inviabilizaremos a reforma tributária e, segundo, criaremos um problema para nós mesmos.

Deputado Virgílio Guimarães, concordo plenamente com a proposta do Deputado Mussa Demes, que é favorável à mudança da origem e do destino com transição de sete anos e fundo de compensação.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, é mais produtor do que consumidor, tem saldo comercial positivo. Uma boa mudança na origem e no destino aperfeiçoa o sistema, freia a guerra fiscal, faz com que tenhamos mais justiça tributária e enfrentemos inclusive a questão das desigualdades. Sem isso, não há solução. Há quem diga que esse fundo de compensação não funciona. Vamos estudá-lo e analisá-lo um pouco mais até ficarmos seguros do que queremos. Não posso trabalhá-lo no voto, na Comissão ou no plenário da Casa, mas o farei formando opinião a favor.

Só conseguiremos enfrentar as desigualdades regionais se inserirmos no Orçamento da União fundos controlados para alavancar as regiões mais oprimidas tributariamente, que têm potencial para se desenvolver. Ao longo dos últimos anos, houve grande concentração de riqueza.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Governador Germano Rigotto, peço a V.Exa. que comente a questão dos 2%.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Na verdade, os 2% surgiram no momento em que não houve mudança na origem e destino. Há Estados não produtores que trabalharam contra a mudança na origem e destino. Não se esqueçam de que essa mudança freia a guerra fiscal e há Estado que ganha muito com essa guerra. Digo, com toda tranqüilidade, que a mudança na origem e no destino não avançou na proposta por São Paulo e outros Estados resistiram.

O Governador Geraldo Alckmin tem toda razão quando diz que a proposta de mudança na origem e no destino, que teve apoio do ex-Governador Mário Covas e do Secretário Nakano, traz o ISS para dentro do IVA, o que amplia consideravelmente a base do Imposto Sobre Serviços e faz com que a perda de São Paulo seja muito menor que 5 bilhões, se não houver uma forma de compensação. É difícil acreditar que um Governador aceitará uma perda de cinco bilhões na sua arrecadação.

Devemos ter certeza de que esse fundo de compensação, formado por recursos do próprio ICMS,

com o passar do tempo, essas perdas dos Estados produtores.

Esse fundo de 2% – a meu ver, um paliativo – surgiu, porque três Governadores se recusaram a mudar a origem e o destino, alegando que a desigualdade entre as regiões continuaria.

Deputado Max Rosenman, V.Exa. tem razão quando enfatiza que aumentar o faturamento é uma forma de termos um País menos dependente do capital especulativo – o sistema tributário tem de sinalizar para isso —, que a questão da calibragem da alíquota é perigoso e, se não tivermos cuidado, poderá haver aumento de carga tributária sobre o contribuinte. V.Exa. sempre teve o cuidado de olhar para o contribuinte e com certeza trabalhará a questão da emenda constitucional, que tem a seu lado um anteprojeto de lei complementar a ser votado depois da mudança constitucional. Isso trará o mínimo de segurança para o contribuinte, que saberá que a emenda constitucional está sendo votada, mas já há todo um balizamento com relação às alíquotas.

Nós, Governadores, conversamos com o Ministro Antonio Palocci quando soubemos que a desoneração das exportações estava sendo constitucionalizada antes de o projeto chegar a esta Casa.

O Governador do Pará, Simão Jatene, disse que se deve constitucionalizar ou não o fundo. Ambos preferimos que continue constitucionalizada a desoneração das exportações. No entanto, se o Governo assim não o fizer, será melhor desconstitucionalizar a desoneração, uma vez que o Estado do Pará, grande exportador de minério, poderá perder muito, porque a Lei Kandir permite que se recupere apenas 40% do que foi perdido. Um Estado exportador é incentivado a não exportar pela perda de arrecadação. Precisamos exportar para que a balança comercial seja superavitária e, assim, tenhamos um Estado que enfrente inclusive o problema da dependência do capital especulativo internacional.

Os Deputados Júlio Cesar e Paulo Afonso enfatizaram a questão do pacto federativo. O ideal seria que houvesse redistribuição do bolo tributário. Mas isso só será possível se tivermos sinalização de uma boa transição.

Seria antipático chegar aqui e dizer para os senhores que a reforma tributária na arrancada é neutra, que não mexe na carga tributária, que não pode tirar receita da União, do Estado e do Município. Atualmente, se um desses três perder receita será um horror. Não significa que a reforma tributária não permitirá redução de receitas a cargas setoriais. Se houver sistema mais eficiente, haverá condições, com alíquotas bem definidas, de se reduzir as cargas setoriais sem

restringir a carga global. A carga é melhor distribuída e a base é ampliada. Mas alguns Governadores assim não compreendem. Abordei essa questão anteriormente, e um jornal brasileiro de grande circulação publicou que para se fazer reforma tributária a carga tributária global deverá ser igual. Não entendeu que houve ampliação da base e redistribuição da carga com redução de cargas setoriais, e quem ganha com isso é a sociedade.

O objetivo da reforma é o de haver a mesma carga melhor distribuída e mais adiante reduzir a carga global.

Nobre Deputada Ann Pontes, o pacto federativo pode ser tocado, mas não podemos visar apenas determinado Município. Citou V.Exa. o exemplo do Município de Tucuruí, no sul do Pará. Não posso pensar nele, por mais injustiçado que seja, sem analisar a atribuição, a competência e a receita que receberá. Temos de focalizá-lo como um todo; o que é atribuição de cada ente federativo, o que faz, o que terá, o que é necessário para cumprir, quais suas competências e suas atribuições. Só assim teremos clara definição da redistribuição desse bolo tributário, o que é muito difícil. Se ficarmos discutindo pacto federativo, que seria a melhor saída, não teremos mudança na estrutura tributária, fundamental para a União, Estados, Municípios e para a sociedade.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Exmo. Governador Germano Rigotto, só citei Tucuruí a título de exemplificação para sabermos o que acontece, via de regra, com os Municípios.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Entendi.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Nobre Governador, desejo fazer uma rápida observação, mesmo sabendo que o Deputado Mussa Demes não concorde comigo.

Quanto à questão do destino, tenho notícias de que é comum chegar mercadorias do Sul para as Regiões Norte e Nordeste e os empresários rasgarem a nota fiscal, porque não interessa o crédito, tal a sonegação.

Seria interessante enfatizarmos esse caso para saber onde e como isso funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Na verdade, Deputado Max Rosenmann, não tenho preconceito quanto a isso. Estamos aqui para discutir e avaliar essas questões.

Ouviremos agora os questionamentos dos três últimos inscritos.

Concedo a palavra à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN
– Sr. Presidente, Sr. Governador Germano Rigotto,

tomo a intervenção do Deputado Max Rosenmann como sendo minha, já que o tempo está adiantado. Todas as referências dele a V.Exa. é o reconhecimento de todos nós pela sua postura nesta Casa e, certamente, no Rio Grande do Sul, com grande responsabilidade de enfrentar as dificuldades por que passa o seu Estado. O seu empenho neste debate tem sido essencial para o Brasil.

Disse V.Exa. que no texto da PEC, enviada pelo Governo, a menor alíquota do ICMS é a de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Na Legislatura passada, aprovamos lei que concedia incentivos para os medicamentos – PIS e COFIS —, ou seja, lista de medicamentos constantes e alguns de uso continuado da RENAME, elaborada pelo Ministério da Saúde.

Na minha opinião, poderíamos pensar, de forma muito bem definida, no texto constitucional, porque adicionar medicamentos de forma ampla é extremamente preocupante. Os medicamentos são diferentes do segmento da alimentação, porque passam por todo um processo produtivo e boa parte dos insumos são importados. Resolveremos o preço dos medicamentos no Brasil e o acesso da população a eles não com reformas tributárias ou com isenção de incentivos fiscais, mas por meio de política de fiscalização. Esse setor não pode ser comparado ao automobilístico, ao do vestuário, porquanto é essencial à vida. Por isso deve haver regras. Em quase todo o mundo se controla o custo e a produção de medicamentos. Precisamos estabelecer algumas medidas que apontem para essa política.

A questão da origem e destino continuará sendo a grande polêmica.

O Deputado Max Rosenmann enfatizou que quem recebe a mercadoria no destino pode rasgar as notas fiscais.

Sabemos que V.Exa., Governador, é defensor da cobrança do ICMS no destino, e isso seria uma grande arma para acabar com a guerra fiscal. Para mim, a PEC já enfrenta o maior mecanismo para frear a guerra fiscal no País: a legislação única de ICMS. Por outro lado, será que o ICMS cobrado no destino não aumentaria a possibilidade da sonegação e dificultaria o controle das mercadorias?

Nobre Governador Germano Rigotto, V.Exa. sabe que sou do Amazonas, um Estado pobre, mas que não perderia, como São Paulo, e acabaria economicamente, caso a definição do Poder Executivo fosse pelo destino e não pela origem. O meu Estado somente se soergueu devido à aplicação de modelo de desenvolvimento que hoje serve não só àquele Estado, mas a toda a Região Norte.

Sou defensora da origem e V.Exa. do destino, mas outros elementos devem vir à tona. O tributarista

Ives Gandra e muitos outros afirmam que essa mudança poderia dificultar a fiscalização e aumentar a sonegação.

Desejo saber de V.Exa. se seria possível, por meio de lei complementar, resolver não só os conflitos da regulamentação do ICMS como o estabelecimento das cinco alíquotas para milhares de produtos diferenciados existentes em cada Estado, estabelecendo-a de acordo com sua realidade objetiva.

Nunca tivemos reforma tributária no Brasil, pelo menos nos últimos anos, não porque o Congresso, V.Exa., quando Presidente da Comissão de Reforma Tributária, ou o Relator, Deputado Mussa Demes, não se empenharam ou não quiseram. Pelo contrário, sou testemunha não só dos pronunciamentos de V.Exa. no plenário da Câmara, mas da verdadeira andança que fez por todo o Brasil em busca de apoio para aprovar uma reforma tributária. Não houve reforma tributária porque o Governo não quis.

Essa proposta que chega ao Congresso Nacional não é a reforma tributária ideal – essa opinião é unânime –, não é a reforma radical; não é a reforma que mexe na estrutura, mas é possível idealizá-la. Concordo com V.Exa. quando diz ser esse o primeiro passo a ser dado para enfrentar um grande problema. Mesmo porque, se analisarmos o projeto enviado pelo Governo, a modificação no sistema tributário é muito pequena – basicamente no ICMS.

Quanto à aplicabilidade dessa reforma, ela não será a curto ou a médio prazo, porque haverá ampla discussão para aprovar a PEC, e depois virão as leis complementares, que terão de resolver problemas maiores – teremos conflitos menores, mas em número extremamente maior. Depois da lei complementar, virão os colegiados. Ou seja, possivelmente teremos sua aplicabilidade a partir de quatro anos.

Essa a iniciativa de um governo que pretende enfrentar o problema do sistema tributário brasileiro. Todos nós, no Congresso Nacional, estamos prontos a colaborar. Essa proposta é do Governo, é do Poder Executivo. Temos toda a possibilidade de, com maturidade e muita responsabilidade, mudar aquilo que for necessário e possível.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Governador Germano Rigotto a presença. Certamente, V.Exa. será convidado a comparecer a esta Comissão mais vezes, e não tenho dúvidas de que estará à disposição para contribuir com a Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputada Vanessa Grazziotin, não é costume do Presidente se manifestar sobre pronunciamento dos Deputados, mas desejo tranquilizá-la quanto ao pro-

blema de seu Estado. O Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a ADIN nº 310, estabeleceu que todas as prerrogativas asseguradas à Zona Franca de Manaus, pela Constituição de 1988, terão de ser preservadas até o ano de 2013. Inclusive, inserimos mecanismos para isso no texto, que acabou por não ser votado no plenário da Casa, mas o foi na Comissão Especial. Tenho absoluta certeza de que o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, estará muito atento, até porque, como todos nesta Casa, S.Exa. é defensor das desigualdades regionais.

Faço apenas essa observação sobre seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Inicialmente, parabeno o Governador Germano Rigotto pela brilhante palestra. Somando-me aos que já se pronunciaram, no Estado do Piauí, estamos com nosso título de eleitor preparado para votar em V.Exa. no próximo pleito, sem que seja preciso a mudança de domicílio eleitoral. Nós, peemedebistas, acreditamos que V.Exa. é hoje a grande estrela do nosso partido, que, conforme disse o Deputado Max Rosenmann, está amorfo, indefinido, e necessita de melhor estampa. Mas essa questão deve ser discutida em outra oportunidade.

Governador Germano Rigotto, como V.Exa. sabe, essa não é a minha praia, mas como sou curioso, ouço a opinião de um e de outro, participo das palestras desta Comissão, da qual não faço parte, e tenho identificado, fazendo breve síntese, três grandes problemas do sistema tributário brasileiro.

Primeiro, a arrecadação às custas dos impostos indiretos. Isso vai na contramão dos países mais desenvolvidos e é um sistema extremamente regressivo, resultando em muitas mazelas.

Segundo, há complexidade de leis muito grande, o que traz, no seu bojo, o problema da sonegação.

Terceiro, nossa carga tributária é elevadíssima para um país em desenvolvimento como o Brasil.

Essa reforma não ataca nenhum dos três problemas; talvez simplifique um pouco a complexidade do sistema. Então, mais uma vez, estamos perdendo oportunidade de ter um sistema consentâneo como os existentes hoje no mundo moderno – uma legislação mais simples, com aplicabilidade mais automática e que dificulte a sonegação hoje gritante.

Quando encontro amigos empresários, comerciantes, pergunto a eles como é esse negócio do imposto. Na verdade, eles pagam pouco imposto. Quem paga muito imposto, no Brasil, é classe média assalariada, porque é descontado na fonte. Por exemplo, vou citar nosso caso. Pagamos 11% de contribuição pre-

videnciária; 27,5% de Imposto de Renda – são quase 40% —; se compramos um carro, pagamos 40% de imposto; uma camisa, mais 25% de imposto. No final das contas, não ficamos nem com 40% do nosso salário. Sessenta por cento vai para o Governo. Em um ano, dos doze meses trabalhados, ficamos com a renda de apenas quatro ou cinco meses. Esse sistema é injusto. Não estamos, portanto, atacando os problemas principais do nosso sistema tributário.

Vejam, por exemplo, o caso dos impostos indiretos. O Presidente Lula está a encampar belíssima campanha contra a fome. Muitas pessoas estão na miséria, fazem um enorme sacrifício para conseguir comprar um quilo de carne, quando poderiam comprar dois se não houvesse imposto. Segundo pesquisas da empresa de consultoria Arthur Anderson relativas ao preço da carne, nela incidem 47% de imposto.

Não é justo uma pessoa que esteja passando fome, quando for comprar arroz, feijão, pão, macarrão, carne, leite, ovos pagar índice tão alto de imposto, de 30%, 40%, quando, como bem disse V.Exa., sabemos que no restante do mundo a incidência de imposto sobre esses alimentos gira em torno de 7% a 9%, segundo estatísticas. Então, precisamos atacar esse problema. A tributação sobre alimentos básicos deveria ser zero ou bem próximo disso. Nesse caso, teríamos de encontrar uma maneira de compensar a arrecadação dos Estados.

Outro problema é a elevada carga tributária. Nenhum país como o Brasil, que possui renda per capita de 3 mil dólares, tem carga tão elevada – 37% do PIB. Isso traz enorme malefício para a sociedade. A Suécia e a Suíça possuem alta carga tributária, mas são países com renda per capita superior a 20 mil dólares. Agora, uma vez que V.Exa. já tocou no assunto, 37% é a média – há milhares de sonegadores. Os bons pagadores, com certeza, estão pagando 50%, 60%. Portanto, a carga tributária, hoje, no Brasil, é absurda.

V.Exa. já se manifestou contrariamente à CPMF, mas não sei por que há tanta implicância com esse tributo. Houve muitas dúvidas quanto à sua implantação, deu muita celeuma, mas a contribuição mostrou ser muito eficaz. Primeiro, porque não há gasto de arrecadação; ela entra gratuitamente nos cofres do Governo. A União, os Estados e os Municípios gastam muito com arrecadação de seus impostos. Quanto à CPMF, não há gastos, praticamente não há sonegação. A base é ampla e a alíquota, muita reduzida. O que a União arrecada com o IPI é o mesmo que arrecada com a CPMF. Um carro, uma geladeira poderiam custar a metade do que custam se não incidisse sobre eles o IPI. E a CPMF é um imposto que pagamos sem perceber, sem sentir.

V.Exa. já deu sua opinião: acha que a CPMF deve ter apenas um papel fiscalizador, e não arrecadador. Minha opinião é justamente contrária à sua. Já que a CPMF mostrou ser um imposto tão eficiente, que arrecada tanto, todos pagam muito pouco, deveríamos continuar nessa direção. Poderíamos englobar na CPMF impostos cumulativos, como a COFINS, o PIS, o IOF e tantos outros. Simplificaríamos o sistema, teríamos poucos impostos e dificultaríamos a sonegação.

Para finalizar, quero dizer que esse problema da sonegação traz uma séria influência na formação moral do povo brasileiro. Hoje em dia nenhum empresário, nenhum comerciante ensina seu filho a pagar imposto, porque se pagar todos os impostos devidos, não se estabelece. Então, ensinando o filho a burlar os impostos, ensina uma série de distorções nas relações sociais. Crescemos ouvindo nossa mãe dizer para não mentir, não roubar, não matar, não enganar ninguém. Hoje, nenhum comerciante aconselha seu filho a não sonegar. E o sujeito que aprende a sonegar, aprende também uma série de outras coisas, o que traz repercussões muito graves para a sociedade.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Governador Germano Rigotto e dizer que conto com S.Exa. para conseguirmos a aprovação dessas reformas, cujas propostas, no meu entender, não têm a abrangência e a intensidade necessárias que o momento exige.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes; prezado Relator, Deputado Virgílio Guimarães; Governador Germano Rigotto; olhando para o relógio, lembrei-me da época do ginásio, nos anos 70. Por alguns anos estudei num turno de 11h às 15h, chamado pela meninada de turno da fome. Esse turno ainda existe em algumas redes estaduais de ensino. Felizmente, ele está sendo extinto, porque é uma agressão à capacidade de aprendizagem das crianças e dos jovens. Fazendo uma comparação, estamos em pleno turno da fome, mas daqui a pouco contaremos com o Programa Fome Zero.

Gostaria de expor algumas questões. Antes, porém, quero dizer ao Governador Germano Rigotto que é sempre um prazer muito grande ouvi-lo. Já tive essa oportunidade na Casa, embora exercesse mandato na esfera estadual, assim como em um dos congressos da UNALE, em Recife, quando S.Exa. lá esteve.

Listei algumas perguntas que, na verdade, não são para o Governador Germano Rigotto, mas peixes que pescaríamos. Olhando para o território nacional,

gostaria de compartilhar algumas dúvidas com todos o senhores. Segundo o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, o Rio perdeu o controle contra a violência. Nos últimos anos reapareceram cólera e dengue. A repetência e a evasão escolares caem a ritmo de preguiça. Temos 50 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. Apenas 10% das crianças de 4 a 6 anos estão nas salas de aula de educação infantil. Um por cento dos ricos neste País detêm 50% da riqueza. Por que tudo isso acontece?

Levaria um bom tempo colhendo os pequenos peixes dessa tarrafa de pescador. Na verdade, se pudéssemos sintetizar, quando se trata de discutir legislação tributária sobre a renda, a pressão dos interesses dos mais fortes é muito grande; é praticamente determinante para que se molde um modelo tributário.

Aqueles que estão do outro lado do balcão, os que mais consomem, os assalariados, a maioria da população, não são os que fazem a lei. Muitos até votam em nós, mas passam ao largo das questões que são discutidas aqui. Então, os mais fortes fazem a lei para se preservarem.

Já perdi a conta das vezes em que nesta Comissão ouvimos repetidas alusões à elevada carga tributária. Fico esperando que, depois dessas referências, virão perguntas essenciais: por que a carga tributária subiu tanto? Para quê? Para quem foi essa receita?

Ontem, li nos jornais que, de um ano para cá, aumentou 45% o rendimento da carteira de títulos públicos de um banco, mas a carteira de crédito só teve 0,22% de rendimento. Ou seja, criou-se no País uma orgia de financiamento com dinheiro público.

Perguntava ao Deputado Carlito Merss: quanto é mesmo que descontamos de Imposto de Renda? Em torno de 4 mil reais. Toparia descontar 5 mil reais, aumentar para 35% a alíquota. Só tenho uma fonte de renda, contribuo com o Partido dos Trabalhadores e pago pensão alimentícia. Porém, aceitaria o aumento se, além da discussão da norma, tivéssemos o compromisso de que se universalizariam as competências constitucionais.

Legou-se a este País uma Lei de Responsabilidade Fiscal que de fiscal *stricto sensu* não tem quase nada – só dois artigos, o 11 e o 14 – e vem diplomando Prefeitos e Governadores pelo bom cumprimento da norma. No entanto, o Prefeito não tem uma sala de aula de educação infantil; o Governador não colocou todos os adolescentes no ensino médio, o que é sua competência. Há Prefeitos e Governadores que fazem política de desenvolvimento industrial tirando impostos pagos pela população, antes de universalizarem as competências constitucionais, porque prevalece a lei dos mais forte.

Se abrímos os jornais nas páginas econômicas, veremos 4 ou 5 bancos e 3 ou 4 consultorias que, com seus releases, fazem uma página de opinião econômica sobre o câmbio.

Ouvi bem a preocupação do Governador com a questão da guerra fiscal. Vou mais além: não tivemos guerra fiscal no País, mas orgia fiscal. E trabalhamos isso durante 8 anos. Já discutimos essa matéria aqui. A imensa maioria dos Estados praticou orgia fiscal. Projetos de transferência de recursos públicos foram para interesses privados, sem a norma de auditorias independentes, sem relatórios apresentados às Assembleias Legislativas. Verdadeiros lobbies foram feitos em cima das Secretarias de Indústria e Comércio, com promessas de emprego mirabolantes, sem que uma única vez um Tribunal de Contas tenha feito auditoria nos números dessas promessas.

Concordo com o Governador, quando sinaliza que a mudança da sistemática origem e destino vai tolher os passos da guerra fiscal. Talvez tolha muito mais. Certamente, o Governador tem mais a dizer sobre isso. Existe quadrilha que atua no desvio de mercadorias dos Estados industrializados para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Presidi a CPI da Sonegação Fiscal durante seis meses. O que mais encontramos no setor de alimentos industrializados, eletroeletrônicos e combustíveis foi o desvio de destino. Esta Casa acaba de implantar a CPI dos Combustíveis, da qual vou ser Vice-Presidente.

O Deputado Max Rosenmann falou de se rasgar a nota fiscal. Não se rasga, não. Ela sai bonitinha de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro ou de qualquer outro Estado. A mercadoria deveria ir para um supermercado no interior da Paraíba, no interior de Pernambuco, mas a danada fica na Bahia, em Alagoas, em Sergipe. Esse é o famoso passeio.

A minha pergunta é a seguinte: se podemos apresentar ao Congresso Nacional uma reforma constitucional na matéria tributária, por que, ao mesmo tempo, não apresentamos projetos de reforma do processo administrativo tributário? Em alguns casos, é preciso ir ao DNA, à gênese do processo de sonegação: a fragilidade do controle do cadastro mercantil deste País.

Se houvesse tempo, deveríamos convidar alguns dos mais destacados auditores que andam com segurança e têm identidades preservadas porque são inteligências tributárias das Secretarias de Fazendas estaduais. Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Governador do Rio Grande do Sul, de que aprenderíamos talvez a ver pelo outro lado quem cuida de proceder à arrecadação tributária.

Quero compartilhar com os senhores uma publicação de 10 anos da Editora Vozes, de um auditor do

Rio Grande do Sul, Deoni Pelizzari: “A Grande Farsa da Tributação e da Sonegação”. Demorei para acreditar no que estava escrito. É desmontado esse senso comum, fictício, de que se não sonegar não sobrevive. Há inadimplência e evasão lícitas, previstas nos espaços da lei, mas há quadrilhas criminosas fiscais e tributárias que estão passando ao largo da reforma tributária. Tínhamos a responsabilidade de reinserir o debate da criminalidade fiscal e tributária, a não ser que o Estado jogue fora procuradores da Fazenda, auditores fiscais, auditores tributários, informatização de postos fiscais, fechamento de fronteiras. Então, vamos jogar tudo fora, porque gastamos uma fortuna com a máquina fazendária e, quando a máquina fazendária separa o joio do trigo, misturamos novamente e fazemos uma panqueca.

Quero saber o sentimento do Governador quanto aos dois lados da moeda. Vamos redefinir normas tributárias, a estrutura interna entre Estados e Municípios, alíquotas, a matriz tributária que caberia a cada Estado da Federação. Será que vamos chegar a algum lugar, se neste mesmo momento, neste mesmo empenho, neste mesmo comprometimento não avançarmos no processo administrativo tributário e criarmos condições para que não tenhamos que passar por esse prejuízo ético de pais ensinarem a filhos que têm que se sonegar para não quebrar a empresa? Será que não deveríamos inserir no currículo das escolas públicas e nos cursos superiores a disciplina Finanças, Orçamento e Tributação? Talvez pudéssemos começar a construir outra cultura fiscal.

Por fim, pondero sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional. Vi pela imprensa a ansiedade dos Governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com um cala-boca pela não-mudança da sistemática origem e destino. Ora, essas mesmas instâncias regionais que talvez tenham-se mantido caladas agora, com o FDR de 2%, foram os Estados e até alguns Governadores reeleitos, que deixaram vazias sua cadeira no Conselho Deliberativo da SUDENE ou da SUDAM. Antes de esperar que o Governo Federal fizesse política de desenvolvimento regional, e não o fez em 8 anos, ficou mais fácil receber os empresários na Secretaria de Fazenda, na sala do Governador e negociar o incentivo fiscal. Será que esse Fundo de Desenvolvimento Regional terá um mecanismo de operacionalidade eficaz ?

A última pergunta de fato – quando dizemos a última, Sr. Presidente, sempre há a última que vem depois da última: temos discutido no País, e há um consenso até entre juristas e membros do Poder Executivo que a reforma tributária deve dar tratamento definitivamente diferente a impostos diretos e a impostos indiretos sobre o consumo.

Apontam para que no ICMS, conforme o art. 155, inciso II, da Constituição Federal, não haja mais sigilo fiscal, porque se trata de imposto sobre consumo, assim como o STF já decidiu que não existe sigilo bancário para empresa tomadora de crédito público. Daí a necessidade de qualquer processo de benefício, incentivo, crédito fiscal com imposto indireto pago na ponta pelo consumidor, ser objeto de publicidade eletrônica. O bom contribuinte, que recolhe, paga a Secretaria de Fazenda. Todo fim de ano é uma festa, a Secretaria de Fazenda publica no jornal os grandes contribuintes de ICMS. Companhias telefônicas não pagam ICMS, mas nós que usamos o telefone.

Pergunto se é viável, para obter transparência fiscal, não haver mais sigilo fiscal para ICMS, que é imposto indireto. A não ser que aquele que compra mercadoria e paga a conta telefônica exija para si a prerrogativa do sigilo fiscal. Mas para quem é mero recolhedor numa sistemática que, tributando no destino, não vai ter mais crédito, para que sigilo fiscal com ICMS? Para preservar sonegador? São essas minhas indagações ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Tem a palavra o Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Em primeiro lugar, quero agradecer à Deputada Vanessa Grazziotin suas palavras. Não só o carinho, mas o respeito foram sentimentos bonitos que deixei nesta Casa e orgulho-me muito disso. Agradeço também ao meu partido as palavras carinhosas externadas pelo Deputado Marcelo Teixeira. Sempre houve respeito aos partidos de oposição com os quais convivi nesta Casa. Em muitos momentos, tive com a Deputada Vanessa Grazziotin posições divergentes, mas sempre nos tratamos com muito respeito. Lembro que, quando fui Líder do Governo, em todos os projetos que necessitavam de negociação, procurava a Oposição e tentava mostrar como podíamos aperfeiçoá-los. Nunca tive uma atitude de desrespeito no plenário ou da Oposição para comigo, pela forma como conduzíamos os processos. Ficou uma marca muito importante no sentido de que esse respeito e essa admiração existem e são mútuos. Sempre admirei a Deputada Vanessa Grazziotin pela garra, determinação, vontade e aprofundamento nas questões em que se envolvia. Estava justamente dizendo isso ao Deputado Mussa Demes.

Então, é importante termos nossas diferenças, mas elas têm de ser externadas sempre num alto nível e com muito respeito, porque o Congresso Nacional cresce com isso. Agora temos a TV Câmara, que transmite os trabalhos para o Brasil inteiro, e é impressionante sua audiência. Às vezes não nos damos conta de

que um ato, uma atitude, um desrespeito a um colega atinge a instituição como um todo. De outra forma, a consideração até na divergência, muitas vezes, é a forma grande de se portar, significa um crescimento na instituição.

Fico muito feliz com essas palavras, Deputada Vanessa Grazziotin, e quero lhe dizer que quando me referi a medicamentos que poderiam entrar na alíquota especial, claro que não são todos os medicamentos. Houve por parte do Congresso Nacional, na Legislatura passada, a preocupação em reduzir a carga da COFINS e do PIS para os medicamentos. O Congresso Nacional e o Governo Federal entenderam que o medicamento deve ser menos tributado. Isso não atingiu o ICMS, e estamos falando desse tributo que tem várias alíquotas pelo Brasil afora. Pense na possibilidade de haver uma alíquota especial para um medicamento de uso contínuo que será colocado no posto de saúde para atender à população. De repente, por mais que seja o Estado que esteja colocando medicamento à disposição da população – e o Estado não precisa pagar para ele mesmo —, há uma realidade em que muitas vezes o medicamento será comprado na farmácia, porque, por uma razão ou outra, a população não teve acesso a ele, mas está muito tributado porque não foi incluído como produto essencial. Poderia citar medicamentos, como os de emagrecimento. Não estou falando de uma pessoa obesa, mas de uma pessoa que vai tomar o medicamento porque acha que precisa perder quatro ou cinco quilos. Claro, esse é um medicamento que não pode entrar na faixa de uma alíquota especial. Então, a relação que determinou o balizamento para o PIS e a COFINS poderia ser a que determinaria a alíquota do ICMS, dentro da alíquota especial.

Com relação à guerra fiscal, a legislação única do ICMS é um grande avanço, mas não resolve o problema. O que termina com essa guerra é o incentivo, e, no meu modo de ver, se não for feito, perde-se o investimento. Não podemos simplesmente fechar os olhos e dizer que em nosso Estado não entra incentivo nenhum porque lá há o FUNDOPEM. Todos os Governos utilizaram esse fundo, uns mais outros menos, e outros deram incentivos maiores. E aí a contestação. Mas se não houver incentivo num Estado e houver no Estado ao lado, este leva o investimento daquele.

Essa situação está chegando a um nível insustentável e, sem sombra de dúvida, há falta de transparência na maior parte das vezes. Além disso, se houver no orçamento a definição clara do que significará atração, do que será investido para atrair mais investimentos, a forma será transparente e estará dentro do seu período de Governo. A guerra fiscal não termina com a legislação única do ICMS.

A mudança origem e destino, com certeza, determinam um freio. Deputada Vanessa Grazziotin, entendo que a mudança do destino não aumenta a sonegação. O que a aumenta é essa loucura de alíquotas internas, alíquota interestadual. Como disse o Deputado Paulo Rubem Santiago: vai a nota e fica o produto. E aí a evasão fiscal é absurdamente alta.

Essa questão da mudança origem e destino será discutida pelo Deputado Mussa Demes nas próximas semanas dentro de uma fórmula, junto com o Deputado Virgílio Guimarães e com a Comissão. Esse será o grande debate da Comissão. Não tenho a menor dúvida de que isso vai envolver todos. Deveria haver algumas reuniões só para discutir origem e destino, abordando as diferentes posições.

O Deputado Ives Gandra aqui esteve e disse que mudança origem e destino é loucura, não há como fazê-la, e que o fundo de compensação que pensamos ainda não foi implementado na Europa, porque, apesar de criado lá, não tiveram coragem de implementá-lo entre os países. Disse ainda que há diferenças de origem e destino entre países e dentro de uma Federação. Mas não há muita diferença. Temos de saber se o fundo é um instrumento que realmente garantiria essa mudança origem e destino.

Portanto, Deputada Vanessa Grazziotin, com certeza, com mais esclarecimento e debate, poderemos formar mais opinião a favor ou contra a mudança origem e destino.

Senador Leonel Pavan, é bom vê-lo de volta. Soube do seu acidente e fico muito feliz em vê-lo na atividade.

É natural ver imperfeições no projeto. Nenhum projeto de emenda à Constituição chega ao Congresso Nacional e é votado; todos sofrem aperfeiçoamentos. O projeto baliza todo o processo de discussão, mas sofre um aperfeiçoamento. Essa é a função do Congresso Nacional. Se é difícil não haver modificação em projeto de lei, imaginem em emenda constitucional que mexe na estrutura tributária. Teremos de trabalhar em cima desse projeto para aperfeiçoá-lo, pois essa é a função principal da Comissão.

Por isso, há a questão da aplicabilidade e do tempo para termos a legislação infraconstitucional. Prefiro demorar 3 a 4 anos para ver uma mudança no ICMS a esperar 10 a 15 anos e não acontecer mudança. Então, se tivermos de mudar o ICMS para uma única legislação com cinco faixas de alíquota, mesmo sabendo da dificuldade que terei no segundo momento, prefiro saber como será a legislação infraconstitucional, o que vai constar em cada faixa, qual a alíquota do especial e qual poderemos trabalhar paralelamente à reforma constitucional. A Comissão é que tem de fazer esse

trabalho. Se formos mudar o ICMS, qual o debate que faremos sobre a legislação infraconstitucional? Temos de fazê-lo agora. Isso vai dar trabalho, mas se não tivermos coragem de enfrentá-lo, ficaremos com essa bagunça que é o ICMS.

O Deputado Marcelo Castro, com todo seu carinho e suas palavras elogiosas, resultado do tempo em que trabalhamos juntos, é médico, mas sempre se preocupou muito com a questão tributária. S.Exa. demonstra vontade de ajudar em tudo que se envolve. S.Exa. está aqui até o final da nossa reunião e nem é membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIA-GO – Governador, se o Ministro da Fazenda é médico, não há problema em discutirmos tributo, finanças, área fiscal.

O SR. GERMANO RIGOTTO – É verdade. Mas discordo do Deputado Marcelo Castro quando tratou da arrecadação em cima dos impostos indiretos, a complexidade das leis e a carga tributária elevada. Quando se mexe no ICMS e se acabam com as 27 legislações e as mais de 40 alíquotas, mexe-se na complexidade. De certa forma, quando se mexe na complexidade, mexe-se na evasão. Mexendo na evasão, teremos condições de reduzir cargas setoriais. Se reduzimos a carga sobre produto essencial, estaremos atingindo muita gente. Então, a proposta pode não ser perfeita, mas mexe na complexidade, podendo mexer menos do que deveria. Aí temos de avançar onde pudermos para mexer mais. Ela mexe na arrecadação em cima de impostos indiretos e, nessa questão, S.Exa. tem razão.

Acredito que teríamos de avançar na direção de acabar com alguns dos tributos que recaem sobre o consumo, que não têm transparência e criam toda essa confusão.

O Governo Federal está arrecadando menos, não tem grande interesse no IPI. Então, que se faça um IPI seletivo, monofásico, cobrado apenas sobre alguns produtos que são os que dão arrecadação à União e se racionalize o sistema tributário. Isso mudaria a questão da tributação sobre o consumo.

Creio que a Comissão tem de trabalhar no IPI, pois o Governo Federal não tem tido muita aptidão para aumentar a arrecadação desse imposto. A Comissão tem condições de avançar nisso, isto é, na CPMF, CO-FINS e PIS. S.Exa. disse que, na CPMF, seria interessante manter 0,38%, talvez até aumentar. Acredito que o máximo que podemos ter na CPMF é uma alíquota de 0,5%, com risco. A CPMF é eficiente com uma alíquota até determinado limite, a partir do qual existe a desintermediação financeira, a fuga da intermediação bancária. Quer dizer, onde houver crescimento muito alto da alíquota, haverá uma monetarização maior da

economia, utilização de moeda e queda na arrecadação da CPMF. Ela é eficiente, concordo, até um determinado ponto.

A CPMF não é progressiva, mas regressiva, penaliza o pequeno, não é um tributo bom em termos de justiça fiscal e tem o sério problema da cumulatividade. Assim, a CPMF tem uma grande virtude, que S.Exa. abordou muito bem: é fácil de cobrar, de arrecadar e dá resultado. Mas temos de considerar que seu resultado começa a cessar e a não ser tão eficiente quando a alíquota começa a crescer. Creio que uma alíquota de 0,38% está de bom tamanho, mas estou vendo uma CPMF que era para ser provisória e que está-se tornando permanente, com um aceno de que um dia será de 0,8%. Não estou querendo dizer que esse percentual de 0,8% tem de vigorar agora. O Governo Federal não pode perder 20 bilhões de reais em receita neste momento. Mas quem sabe temos de acenar nas Disposições Transitórias com uma transição? Para a sociedade isso tem efeito. E o Governo vai preparar-se com o tempo para a mudança, com a redução da alíquota da CPMF.

Creio que a CPMF é eficiente, mas apresenta problemas, como a cumulatividade, a regressividade e outros que não podemos deixar de considerar. Ela é fácil de cobrar, realmente, mas nem sempre imposto fácil de cobrar é o mais justo e o melhor tributo. A CPMF não é imposto, mas uma contribuição. Ela possui vantagens, mas também tem problemas.

Alguns disseram que a CPMF podia substituir todos os tributos por ter surgido como alternativa para o imposto único. Qual seria a alíquota da CPMF como imposto único? Pelo amor de Deus! Mesmo os defensores do imposto único através da CPMF se deram conta, com o tempo, de que não é possível ter nela a base de todo o sistema tributário, porque a alíquota e a desintermediação financeira seriam brutais. E eles mesmos hoje estão compreendendo a impossibilidade de termos a CPMF como base de um sistema tributário.

O Deputado Marcelo Castro falou da carga total e do problema da formação moral que leva à sonegação. No Rio Grande do Sul, enviamos à Assembléia projeto de educação tributária, com envolvimento da Secretaria de Educação e de outras Secretarias de Estado, para mostrar o que representa pagar o tributo e por que ele é importante. Vamos fazer uma campanha envolvendo, inclusive, entidades sociais, a fim de buscarmos a exigência da nota.

Todos somos responsáveis pela sonegação. Quem não chega a um shopping center e compra, com a maior naturalidade, um produto sem pedir a nota? E cadê a nota? É incrível a naturalidade com

relação ao não fornecimento da nota. Então, estamos incentivando a evasão fiscal.

Portanto, a questão da educação é cultural. Podem alguns não gostarem do que vou dizer. Em Nova Iorque, há uma taxa embutida na nota que é cobrada na hora da compra. Na loja de brasileiros não é preciso pagar a taxa. É uma questão cultural.

Não dá para deixar de dizer que temos um sistema tributário com esse grau de complexidade, de irracionalidade e que fortalece a evasão fiscal. Não dá para deixar de considerar que temos uma concentração de carga que fortalece a fuga. Alíquota alta, muitas vezes, é um incentivador de evasão fiscal. Muitas vezes, comprovadamente, ao reduzir uma alíquota, em vez de se perder arrecadação, ganha-se, por trazer para a formalidade setores que estavam na informalidade. Mas isso é muito difícil dentro do sistema tributário atual, pois vemos o impacto da redução de alíquota. Hoje temos um sistema que incentiva a fuga e uma cultura que, na verdade, ajuda a evasão fiscal. Essa a verdade.

Portanto, quando falamos em problema de formação moral, estamos dizendo que a questão da educação tributária tem de acontecer em todos os Estados da Federação.

Respondendo ao Deputado Paulo Rubem Santiago, quando S.Exa. fala em administração tributária, posso afirmar que isso não tem a ver efetivamente com a reforma.

Muitos não vão gostar do que vou dizer. Infelizmente, nos setores de arrecadação e fiscalização – e ao meu lado está alguém que veio desses setores; não gosto de generalizar – existe conservadorismo e corporativismo com relação a mudanças no sistema tributário. Pessoas que ajudaram a criar o monstro não querem entender que ele precisa ser reformado. O pai não quer reconhecer que gerou um monstrinho e então tem dificuldade de aceitar a modificação.

Muitas pessoas acham que uma racionalização maior do sistema significará perda de poder de fiscalizar e de cobrar – e isso também determina a resistência. Mas não podemos generalizar. Conheço pessoas dos setores de arrecadação e fiscalização que são os maiores defensores da racionalização do sistema. Mas, como disse, há também muito conservadorismo e corporativismo. Muitos trabalham com planejamento fiscal, falam em reforma tributária, mas quando há uma proposta concreta, são os primeiros a bombardeá-la. Não estou generalizando! Há pessoas que ganham muito com planejamento fiscal, enchem a boca dizendo que querem a reforma tributária, mas são os primeiros a ser contra ela. Por quê? Porque acham que a mudança do sistema tributário vai significar perda.

Não condeno quem faz planejamento fiscal, mas o sistema permite isso.

Nesse sistema, o grande não paga imposto, e o pequeno paga. Há o aumento do desnivelamento social, da concentração de renda. O sistema permite a elisão fiscal, o planejamento fiscal. Está errado quem faz? Está errado quem busca o Judiciário? O sistema é que está errado.

Temos de agir com inteligência na gestão tributária. Temos de enfrentar a pirataria, o contrabando, a sonegação. Precisa haver integração, cruzamento de informação. Contamos hoje com a informática. A informatização permite que haja entrelaçamento entre os órgãos arrecadadores e fiscalizadores da União e dos Estados.

Então, isso tem a ver com administração tributária. O aumento da arrecadação virá do combate à sonegação, de quem tem de pagar imposto e não paga. S.Exa. tem toda a razão. Inteligência tributária significa utilizar todos os meios possíveis para fazer com que aqueles que não pagam passem a pagar. Ou seja, se reduz a carga sobre os que pagam, porque há ampliação da base tributária.

Peço desculpas por ter-me alongado muito. O Deputado Carlito Merss ainda não falou, isso até me preocupou, mas sei que S.Exa. é um dos grandes defensores da reforma.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Estou fazendo o mesmo que o Relator. Agora sou Governo; quero ouvir V.Exas.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Eu sei, Deputado. Quero protestar quanto à ausência do Deputado Beto Albuquerque, Vice-Líder do Governo, que só apareceu no início e no final da reunião. Estou brincando. S.Exa. me avisou que teria muita dificuldade para estar aqui.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Governador, e dizer da nossa honra e orgulho em tê-lo aqui. Infelizmente, tive atribuições no plenário – hoje pela manhã tivemos sessão com Ordem do Dia, o que me impediu de ouvi-lo, embora já conheça suas posições, muito claras, consistentes, sobre a reforma tributária.

Então, em nome da Liderança do Governo, saúdo sua presença e parabeno os Deputados Mussa Demes e Virgílio Guimarães pelo trabalho que vêm fazendo à frente da Comissão. O Governador é muito bem-vindo. É sempre muito bom poder ouvir S.Exa., fiel na defesa das medidas que o Governo Lula está propondo para melhorar não apenas a vida de um ou outro segmento, mas a vida de todo o País.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Agradeço ao Deputado Beto Albuquerque, a cada um dos Srs. e

Sras. Deputados, às entidades presentes, à imprensa, aos senhores e senhoras que ficaram até esta hora, quase 15h. Agradeço mais uma vez à Secretária Angélica e aos funcionários da Comissão, a quem tive a alegria de reencontrar.

Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, agradeço muito o convite que me foi feito para prestar este depoimento. Respeito V.Exa., pelo companheirismo, pelo trabalho que sempre realizou na Casa, e continua realizando, agora presidindo esta importante Comissão. Estou à sua disposição para tudo aquilo que precisar, e que, modesta e humildemente, puder ajudar. Da mesma forma, estou à disposição do Deputado Virgílio Guimarães, que tem muita responsabilidade, como Relator da matéria.

Não tenho dúvida de que a Casa se sairá bem, aperfeiçoaremos o projeto, que será votado pela Câmara e pelo Senado ainda este ano.

Muito obrigado a todos. Estou à disposição, sempre que necessário, para atender a qualquer convocação da Comissão e da Casa.

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Governador Germano Rigotto, quem agradece é a Comissão e todos os seus membros. V.Exa., mais uma vez, reafirmou o elevado brilhantismo e a competência que sempre demonstrou quando comandou os trabalhos desta Comissão. Na ocasião, levou a cabo tarefa que parecia impossível: votar, no plenário da Comissão, projeto de reforma tributária, o que durante 4 anos não foi possível. As razões são conhecidas por todos da imprensa e desta Casa também.

Sabemos que V.Exa. continuará nessa luta conosco, na trincheira dos interesses do seu Estado e do País, e não se furtará, temos certeza, a comparecer novamente a este plenário, quando houver necessidade.

Passo a palavra agora ao Deputado Virgílio Guimarães, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Queria apenas agradecer ao Governador Germano Rigotto e dizer que S.Exa. usou bem a expressão “eterno Relator” para se referir ao Deputado Mussa Demes. O nosso relatório vai-se mirar na herança positiva que recebemos da Comissão passada. Mas vamos também – nós dois, os membros da Mesa e os integrantes de pequeno colegiado de relatoria que formamos, que vai trabalhar para viabilizar maior integração da Comissão – lançar mão de sua colaboração ao longo dos trabalhos e, sem dúvida nenhuma, ouvi-lo depois que tivermos um projeto de relatório pronto.

Muito obrigado. Até outra ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Antes de encerrar os trabalhos, convoco reunião para a próxima quinta-feira, com a seguinte Ordem do Dia: eleição do 2º e do 3º Vice-Presidentes e debate sobre a proposta formalmente apresentada pelo Poder Executivo, que, no momento, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Está encerrada a reunião.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado **Alex Canziani**

PROJETO DE LEI Nº 4.183/04 – do Poder Executivo – que “dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências”.

Ao Deputado **Antonio Cambraia**

PROJETO DE LEI Nº 3.635/04 – do Sr. Léo Alcântara – que “altera o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 222/04

– do Sr. Ney Lopes – que “estabelece norma geral de matéria tributária relativa ao IPTU”.

Ao Deputado **Carlito Merss**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 220/04

– do Sr. Ricardo Izar – que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências”.

Ao Deputado **Coriolano Sales**

PROJETO DE LEI Nº 3.380/04 – da Comissão

de Legislação Participativa – (SUG 52/2003) – que “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001”.

Ao Deputado **Eduardo Cunha**

PROJETO DE LEI Nº 4.713/04 – Tribunal de Contas da União – que “altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União”.

Ao Deputado **Fernando Coruja**

PROJETO DE LEI Nº 3.073/00 – do Senado Federal

– José Eduardo Dutra – (PLS 597/1999) – que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monito-

ração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos”. (Apensados: PL 6321/2002, PL 533/2003, PL 5664/2001 e PL 3522/2004)

PROJETO DE LEI Nº 863/03 – do Sr. Pompeo de Mattos – que “dispõe sobre a criação do Programa de Medicamentos ao Trabalhador – PMT, em complemento aos programas de saúde assistencial ou ocupacional”.

PROJETO DE LEI Nº 1.702/03 – do Sr. Serafim Venzon – que “acrescenta § 6º ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a filiação facultativa do médico residente ao Regime Geral de Previdência Social”.

Ao Deputado **Feu Rosa**

PROJETO DE LEI Nº 3.969/04 – do Poder Executivo – que “fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências”.

Ao Deputado **João Magalhães**

PROJETO DE LEI Nº 652/03 – do Sr. Luciano Zica – que “altera a redação do artigo 2º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide) e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 2.749/03 – do Sr. Salvador Zimbaldi – que “institui a obrigatoriedade de todas as indústrias automobilísticas a produzirem carros movidos a GNV – Gás Natural Veicular”.

PROJETO DE LEI Nº 4.079/04 – do Sr. Paulo Delgado – que “dispõe sobre a proibição de exclusividade na contratação de instituições bancárias para depósito dos valores de quitação da folha de pagamento das empresas”.

Ao Deputado **José Carlos Araújo**

PROJETO DE LEI Nº 1.895/03 – do Sr. Zonta – que “autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Florestal Trabalho e Renda em todo o Território Nacional, ajustado ao Programa Fome Zero, do Governo Federal”.

Ao Deputado **Mussa Demes**

PROJETO DE LEI Nº 3.319/04 – do Sr. Reinaldo Betão – que “obriga as empresas de concessão de crédito a emitir documento explicando a razão da não aprovação do crédito solicitado”.

Ao Deputado **Paulo Afonso**

PROJETO DE LEI Nº 1.694/03 – do Sr. Walter Pinheiro – que “altera o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 2.974/04 – do Sr. João Alfredo – que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, com a redação dada pela Lei nº 10.700, de 09 de julho de 2003, e dá outras providências”. (Apensados: PL 3092/2004 e PL 3289/2004)

Ao Deputado **Paulo Rubem Santiago**

PROJETO DE LEI Nº 6.600/02 – TST – que “dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região”.

PROJETO DE LEI Nº 2.334/03 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 2.548/03 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 4.659/04 – do Poder Executivo – que “dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências”.

Ao Deputado **Wasny de Roure**

PROJETO DE LEI Nº 3.507/04 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a inclusão de quadras poliesportivas nos projetos de construção de escolas públicas e dá outras providências”.

À Deputada **Yeda Crusius**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 221/04 – do Sr. Max Rosenmann – que “altera o art. 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966”. (Apensado: PLP 226/2004)

Sala da Comissão, 28 de dezembro de 2004
– **Nelson Bornier**, Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:

JOÃO PAULO CUNHA - PT - SP

1º Vice-Presidente:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL - PE

2º Vice-Presidente:

LUIZ PIAUHYLINO - PDT - PE

1º Secretário:

GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB - BA

2º Secretário:

SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE

3º Secretário:

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

4º Secretário:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

1º Suplente de Secretário:

GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE

3º Suplente de Secretário:

CONFÚCIO MOURA - PMDB - RO

4º Suplente de Secretário:

JOÃO CALDAS - PL - AL

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:

Angela Guadagnin, Antônio Carlos Biffi, Vignatti, Durval Orlato, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Ivan Valente, João Grandão, José Eduardo Cardozo, José Pimentel, Luiz Sérgio, Maria do Rosário, Nilson Mourão, Neyde Aparecida, Orlando Desconsi, Paulo Pimenta, Paulo Rocha, Roberto Gouveia, Wasny de Roure e Zezéu Ribeiro.

PMDB

Líder: JOSÉ BORBA

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Osvaldo Biolchi, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Henrique Eduardo Alves, Wilson Santiago, Jorge Alberto, Zé Gerardo, José Divino, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Silas Brasileiro (Licenciado), Takayama e Max Rosenmann.

PFL

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

Vice-Líderes:

Rodrigo Maia (1º Vice), Roberto Brant, Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Ney Lopes e Corauci Sobrinho.

PP

Líder: PEDRO HENRY

Vice-Líderes:

Celso Russomanno (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Mário Negromonte, Ricardo Fiuza, Ricardo Barros, Professor Irapuan Teixeira, André Zacharow, Reginaldo Germano e Julio Lopes.

PTB

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Vice-Líderes:

Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, José Carlos Elias, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Ronaldo Vasconcellos e Jackson Barreto.

PSDB

Líder: CUSTÓDIO MATTOS

Vice-Líderes:

Alberto Goldman (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Antonio Cambraia, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Walter Feldman e Zenaldo Coutinho.

Bloco PL, PSL

Líder: SANDRO MABEL

Vice-Líderes:

Miguel de Souza, Carlos Rodrigues, Inaldo Leitão, Lincoln Portela, João Paulo Gomes da Silva, Carlos Mota, Aracely de Paula, Luciano Castro, Paulo Marinho, João Mendes de Jesus, Almir Moura e Maurício Rabelo.

PPS

Líder: JÚLIO DELGADO

Vice-Líderes:

Lupércio Ramos (1º Vice), B. Sá, Cláudio Magrão, Maria Helena, Geraldo Resende e Cezar Silvestri.

PSB

Líder: RENATO CASAGRANDE

Vice-Líderes:

Dr. Evilásio (1º Vice), Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre e Pastor Francisco Olímpio.

PDT

Líder: DR. HÉLIO

Vice-Líderes:

Pompeo de Mattos (1º Vice), Álvaro Dias e Severiano Alves.

PCdoB

Líder: RENILDO CALHEIROS

Vice-Líderes:

Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PSC

Líder: PASTOR AMARILDO

Vice-Líderes:

Renato Cozzolino (1º Vice) e Zequinha Marinho.

PV

Líder: EDSON DUARTE

Vice-Líderes:

Deley e Sarney Filho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA

Repr.: ENÉAS

Liderança do Governo

Líder: PROFESSOR LUIZINHO

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria

Líder: JOSÉ THOMAZ NONÔ

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Antonio Nogueira - PT
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PDT
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PDT
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PPS
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PPS
Anselmo - PT
Confúcio Moura - PMDB
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PL
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PL
Júnior Betão - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL

Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PSC
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Antonio Joaquim - PP
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

Ceará

Almeida de Jesus - PL
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSDB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Gonzaga Mota - PSDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Leônidas Cristino - PPS
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Roberto Pessoa - PL
Rommel Feijó - PTB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PPS
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PTB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PMDB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PT
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PFL
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhyllino - PDT
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Miguel Arraes - PSB
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuzza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - S.PART.
Severino Cavalcanti - PP

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PSB
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonânicio Fonseca - PP
Helena Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - S.PART.
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL

João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PFL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PFL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PL
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Anderson Adauto - PL
Aracely de Paula - PL
Athos Avelino - PPS
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PSC
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PSC
César Medeiros - PT
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Herculano Anghinetti - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PPS
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair - PT
Odelmo Leão - PP
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT

Roberto Brant - PFL
Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Ronaldo Vasconcellos - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PCdoB
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Mediolini - PSDB

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriany Lopes - PT
José Carlos Elias - PTB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PP
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PL
André Costa - PT
André Luiz - PMDB
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PV
Dr. Heleno - PP
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - S.PART.
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PTB
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSL
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Júfiza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Maria Lucia - PMDB
Miro Teixeira - PPS
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - PSC
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB
Amauri Gasques - PL

Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Evilásio - PSB
Dr. Hélio - PDT
Dr. Pinotti - PFL
Durval Orlato - PT
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Gilberto Kassab - PFL
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Kobayashi - PSDB
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Rubinelli - PT
Salvador Zimbaldi - PTB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PL
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Feldman - PSDB
Wanderval Santos - PL
Zarattini - PT
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Lino Rossi - PP
Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Welinton Fagundes - PL

Distrito Federal

Alberto Fraga - PTB
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Sigmaringa Seixas - PT
Tadeu Filippelli - PMDB
Tatico - PTB
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PTB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PP
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PTB
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PMDB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PP
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - S.PART.
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Haully - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Paulo Bernardo - PT

Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PFL
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Ary Vanazzi - PT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
José Ivo Sartori - PMDB
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Oswaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Leonardo Vilela (PP)

1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)

2º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)

3º Vice-Presidente:

Titulares

PT

Adão Pretto
Anselmo
Assis Miguel do Couto
João Grandão
Josias Gomes
Zé Geraldo

Suplentes

Guilherme Menezes
Odair
Orlando Desconsi
Paulo Pimenta
Rubens Otoni
Vignatti

PMDB

Airton Roveda vaga do PTB
Confúcio Moura
Moacir Micheletto vaga do PSC
Odílio Balbinotti
Silas Brasileiro (Licenciado)
Waldemir Moka
Zé Gerardo

Darcísio Perondi
José Ivo Sartori
Leandro Vilela
Osvaldo Reis
Pedro Chaves

Bloco PFL, PRONA

Fábio Souto
Kátia Abreu
Ronaldo Caiado
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Abelardo Lupion
João Carlos Bacelar vaga do PC do B
Lael Varella
(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga

PP

Augusto Nardes
Dilceu Sperafico vaga do PSDB
Francisco Turra
Leonardo Vilela
Luis Carlos Heinze
Nélio Dias vaga do PC do B
Zonta vaga do Bloco PFL, PRONA

Benedito de Lira
Cleonânio Fonseca
Érico Ribeiro vaga do Bloco PFL, PRONA
Roberto Balestra
Romel Anizio

PSDB

Anivaldo Vale
Antonio Carlos Mendes
Thame
Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Bosco Costa
Julio Semeghini
2 vagas

PTB

Carlos Dunga
José Carlos Elias
Rommel Feijó
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Alberto Fraga
Joaquim Francisco
Josué Bengtson
Nelson Marquezelli

Bloco PL, PSL

Almir Sá
Anderson Aduato
Helena Silva

Jorge Pinheiro
Mário Assad Júnior
Welinton Fagundes

PPS

Cezar Silvestri

Júnior Betão

PSB

Luciano Leitoa

1 vaga

PDT

Dr. Rodolfo Pereira

Pompeo de Mattos

PC do B

(Dep. do PP ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Zequinha Marinho

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Presidente: Júnior Betão (PPS)

1º Vice-Presidente: Agnaldo Muniz (PPS)

2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PDT)

3º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)

Titulares

Antônio Carlos Biffi
Antonio Nogueira
Henrique Afonso
Nilson Mourão

Suplentes

Josias Gomes
Paulo Rocha
Terezinha Fernandes
Zé Geraldo

PMDB

Ann Pontes
Asdrubal Bentes
(Dep. do PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

Mauro Lopes
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
2 vagas

Bloco PFL, PRONA

Enéas
2 vagas

Elimar Máximo Damasceno
Nice Lobão
Vic Pires Franco

PP

Carlos Souza vaga do Bloco PL, PSL
Francisco Garcia
Zé Lima

Suely Campos
1 vaga

PSDB

Helenildo Ribeiro
1 vaga

Anivaldo Vale vaga do PMDB
João Castelo
Zenaldo Coutinho

PTB

João Lyra
(Dep. do PDT ocupa a vaga)

Ricarte de Freitas
(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Miguel de Souza
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Hamilton Casara vaga do PSB
Luciano Castro
Raimundo Santos

PPS

Agnaldo Muniz vaga do PMDB
Júnior Betão

Lupércio Ramos
Maria Helena vaga do PTB

PSB

Janete Capiberibe

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)

PDT

Davi Alcolumbre
Gervásio Oliveira vaga do PTB

Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Perpétua Almeida

Vanessa Grazziotin

PSC

Zequinha Marinho vaga do PMDB

Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria

Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 216-6432

FAX: 216-6440

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

Presidente:

1º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)

2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB)

3º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PFL)

Titulares

Jorge Bittar
Mariângela Duarte
Nazareno Fonteles
Professor Luizinho
Walter Pinheiro
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Suplentes

Angela Guadagnin
Fernando Ferro
Mauro Passos
Paulo Delgado
Zarattini
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PMDB

Adelor Vieira <small>vaga do PTB</small>	Confúcio Moura <small>vaga do PT</small>	Sigmaringa Seixas (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nelson Pellegrino 1 vaga
Aníbal Gomes <small>vaga do PP</small>	Edson Ezequiel		
Eduardo Cunha	Luiz Bittencourt	PMDB	Ann Pontes
Henrique Eduardo Alves	Pastor Pedro Ribeiro		Asdrubal Bentes
Jader Barbalho	Vieira Reis		Cezar Schirmer
Wilson Santiago	Zé Gerardo		João Matos
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			Mauro Benevides
Bloco PFL, PRONA			Sandra Rosado 2 vagas
Corauci Sobrinho	José Carlos Araújo		
Gilberto Kassab	José Carlos Machado		
João Batista <small>vaga do PP</small>	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		
José Mendonça Bezerra	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	
José Rocha		Antonio Carlos Magalhães Neto	André de Paula
Júlio Cesar <small>vaga do PDT</small>		José Roberto Arruda	Coriolano Sales
PP		Luiz Carlos Santos	Enéas
Lino Rossi	Antonio Joaquim	Ney Lopes	Laura Carneiro
Ricardo Barros	Augusto Nardes	Paulo Magalhães	Marcos Abramo
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Reginaldo Germano	Vic Pires Franco	Moroni Torgan <small>vaga do PP</small>
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Sandes Júnior	Vilmar Rocha	Onyx Lorenzoni
PSDB			Robson Tuma <small>vaga do PC do B</small>
Ariosto Holanda	Alberto Goldman		Ronaldo Caiado <small>vaga do PSB</small>
Julio Semeghini	Carlos Alberto Leréia		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Narcio Rodrigues	Nilson Pinto	PP	
PTB		Darci Coelho	Celso Russomanno
Iris Simões	Antonio Cruz	Ildu Araujo	Ivan Ranzolin
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Romeu Queiroz	Odelmo Leão	Sandes Júnior
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Salvador Zimbaldi	Reginaldo Germano	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL		Ricardo Fiuza	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Mário Assad Júnior	Almir Moura	Wagner Lago	1 vaga
Paulo Marinho	Carlos Nader <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		PSDB
Pedro Irujo <small>vaga do PTB</small>	João Mendes de Jesus	Aloysio Nunes Ferreira	Antonio Carlos Pannunzio
Raimundo Santos	Maurício Rabelo	Bosco Costa	Átila Lira
PPS		João Almeida	Bonifácio de Andrada
Nelson Proença	Raul Jungmann	Jutahy Junior	Helenildo Ribeiro
PSB		Vicente Arruda <small>vaga do PT</small>	João Campos <small>vaga do PSC</small>
Jurandir Boia <small>vaga do PT</small>	Renato Casagrande	Zenaldo Coutinho	Léo Alcântara
Luiza Erundina		(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PDT		PTB	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Dr. Hélio <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	Antonio Cruz	Jair Bolsonaro
	1 vaga	Edna Macedo	Jovair Arantes
PC do B		Paes Landim	Luiz Antonio Fleury
Jamil Murad	Alice Portugal	Vicente Cascione	Neuton Lima
PSC		1 vaga	Roberto Jefferson
Costa Ferreira	Pastor Amarildo	Bloco PL, PSL	
S.PART.		Carlos Mota	Almeida de Jesus
Gustavo Fruet <small>vaga do PMDB</small>		Carlos Rodrigues	Coronel Alves
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira		Edmar Moreira	Jaime Martins
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49		Inaldo Leitão	João Leão
Telefones: 216-6452 A 6458		João Paulo Gomes da Silva	Neucimar Fraga
FAX: 216-6465		PPS	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA		Dimas Ramalho	Agnaldo Muniz
Presidente: Maurício Rands (PT)		Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>	Colbert Martins
1º Vice-Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)		Roberto Freire	Fernando Coruja <small>vaga do PP</small>
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)		PSB	
3º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)		Alexandre Cardoso	Isaías Silvestre
Titulares	Suplentes	Gonzaga Patriota	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PT		PDT	
Antonio Carlos Biscaia	Dra. Clair	Alceu Collares	Severiano Alves
José Eduardo Cardozo	Fátima Bezerra	PC do B	
José Mentor	Gilmar Machado	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Luiz Eduardo Greenhalgh	Iara Bernardi	PSC	
Maurício Rands	Ivan Valente	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
Odair	João Alfredo	PV	
Rubens Otoni	José Pimentel		
Rubinelli	Luiz Couto	Marcelo Ortiz	Sarney Filho

S.PART.Roberto Magalhães vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Rejane Saete Marques
 Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21
 Telefones: 216-6494
 FAX: 216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Paulo Lima (PMDB)
 1º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
 2º Vice-Presidente: Julio Lopes (PP)
 3º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)

Titulares **Suplentes**

PT	
Dr. Rosinha	Antonio Nogueira
Maria do Carmo Lara	Luiz Bassuma
Simplicio Mário	Rubinelli
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Walter Pinheiro

PMDB	
Leandro Vilela <small>vaga do PPS</small>	André Luiz
Luiz Bittencourt	Max Rosenmann
Olavo Calheiros	Silas Brasileiro (Licenciado)
Pastor Pedro Ribeiro <small>vaga do PV</small>	

PMDB	
Paulo Lima	
Wladimir Costa <small>vaga do PT</small>	

Bloco PFL, PRONA

José Carlos Machado	Marcelo Guimarães Filho
Marcos Abramo	Ney Lopes
Robério Nunes	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PP

Celso Russomanno	Alexandre Santos
Julio Lopes	Ricardo Fiuza

PSDB

Paulo Kobayashi	Manoel Salviano
Sebastião Madeira	Professora Raquel Teixeira

PTB

Jonival Lucas Junior	Alex Canziani
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Ricardo Izar

Bloco PL, PSL

Maurício Rabelo	Amauri Gasques
Medeiros	Wellington Roberto

PPS

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dimas Ramalho
-----------------------------	---------------

PSB

Jorge Gomes	Givaldo Carimbão
-------------	------------------

PV

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Deley
-----------------------------	-------

PCdoBDaniel Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA**PSC**

Renato Cozzolino vaga do PTB
 Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
 Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
 Telefones: 216-6920 A 6922
 FAX: 216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Gonzaga Mota (PSDB)
 1º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
 2º Vice-Presidente: Almeida de Jesus (PL)
 3º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)

Titulares **Suplentes**

PT	
Durval Orlato	Luiz Eduardo Greenhalgh
Jorge Boeira	Paulo Bernardo
Reginaldo Lopes	Vicentinho

1 vaga

PMDB

Bernardo Ariston	Zico Bronzeado
Carlos Eduardo	Luiz Bittencourt
Cadoca	Odílio Balbinotti
Edson Ezequiel	Paulo Afonso

Bloco PFL, PRONA

Fernando de Fabinho	Carlos Melles
Gerson Gabrielli	Jairo Carneiro
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PP

Dr. Benedito Dias	Delfim Netto
1 vaga	Nélio Dias

PSDB

Gonzaga Mota	Bismarck Maia <small>vaga do PV</small>
Léo Alcântara <small>vaga do PV</small>	Júlio Redecker
Ronaldo Dimas <small>vaga do PTB</small>	Yeda Crusius
Vittorio Mediolli	

PTB

Nelson Marquzezelli	Armando Monteiro
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>

Bloco PL, PSL

Almeida de Jesus	Giacobo
Reinaldo Betão	Ricardo Rique

PPS

Lupércio Ramos	Nelson Proença
----------------	----------------

PSB

1 vaga	1 vaga
--------	--------

PV

(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
-----------------------------	-----------------------------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
 Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
 Telefones: 216-6601 A 6609
 FAX: 216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Silas Câmara (PTB)
 1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
 2º Vice-Presidente: Walter Feldman (PSDB)
 3º Vice-Presidente: Cezar Schirmer (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT	
Ary Vanazzi	Carlito Merss
Fátima Bezerra	Devanir Ribeiro
Terezinha Fernandes	Ivo José
Zezeu Ribeiro	Maria do Carmo Lara

PMDB

Cezar Schirmer	Jader Barbalho
Jorge Alberto	Leonardo Picciani
Mauro Benevides	Marinha Raupp
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Claudio Cajado	Dr. Pinotti
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Francisco Rodrigues
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	José Roberto Arruda

PP

Romel Anizio	Zé Lima
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Walter Feldman	Paulo Kobayashi
1 vaga	Sebastião Madeira

PTB

Jackson Barreto	José Carlos Elias
Joaquim Francisco <small>vaga do PDT</small>	Pastor Frankembergen
José Chaves <small>vaga do PMDB</small>	Tatico <small>vaga do PP</small>
Pedro Fernandes <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	

Ricardo Izar <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Silas Câmara			Titulares		Suplentes
	Bloco PL, PSL			PT	
Paulo Gouvêa (Dep. do PTB ocupa a vaga)		Anderson Aduato Chico da Princesa	Carlos Abicalil Chico Alencar Iara Bernardi Ivan Valente Maria do Rosário <small>vaga do PSB</small> Neyde Aparecida		Antônio Carlos Biffi Colombo Fátima Bezerra Henrique Afonso Paulo Rubem Santiago Selma Schons <small>vaga do PMDB</small>
Ivan Paixão <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Maria Helena	PPS	B. Sá		PMDB	
Dr. Evilásio (Dep. do PTB ocupa a vaga)	PSB PDT	Barbosa Neto 1 vaga	Gastão Vieira <small>vaga do PTB</small> João Matos José Ivo Sartori Marinha Raupp Osvaldo Biolchi		Luiz Bittencourt Osmar Serraglio Paulo Lima (Dep. do PT ocupa a vaga)
Inácio Arruda Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188 Telefones: 216-6551/ 6554 FAX: 216-6560	PC do B	1 vaga		Bloco PFL, PRONA	
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS					
Presidente: Mário Heringer (PDT) 1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT) 2º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL) 3º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)					
Titulares		Suplentes			
	PT		Celcita Pinheiro César Bandeira Osvaldo Coelho		Antonio Carlos Magalhães Neto Clóvis Fecury Murilo Zauith
Iriny Lopes Luci Choinacki Luiz Couto Orlando Fantazzini		Adão Pretto Carlos Abicalil Chico Alencar Luiz Alberto Maria do Rosário <small>vaga do PMDB</small>		PP	Márcio Reinaldo Moreira Vanderlei Assis Wagner Lago
Fernando Diniz (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga	PMDB	(Dep. do PT ocupa a vaga) 2 vagas	Professor Irapuan Teixeira Suely Campos (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PSDB	
Jairo Carneiro Zelinda Novaes	Bloco PFL, PRONA	(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Átala Lira Bonifácio de Andrada <small>vaga do PP</small> Lobbe Neto Nilson Pinto <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Professora Raquel Teixeira	PTB	Domiciano Cabral Eduardo Barbosa Rafael Guerra
2 vagas	PP	José Linhares Nilton Baiano	Eduardo Seabra Kelly Moraes (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Elaine Costa Rommel Feijó (Dep. do PSC ocupa a vaga)
Thelma de Oliveira (Dep. do PV ocupa a vaga)	PSDB	João Almeida (Dep. do PV ocupa a vaga)	Milton Monti (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL	Humberto Michiles Wanderval Santos
2 vagas	PTB	Marcus Vicente Pastor Reinaldo	Rogério Teófilo (Dep. do PT ocupa a vaga)	PPS	Athos Avelino
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL	Lincoln Portela <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Paulo Gouvêa	Severiano Alves	PSB	Luciano Leitao
Geraldo Thadeu Miro Teixeira <small>vaga do PMDB</small>	PPS	Cláudio Magrão	Alice Portugal	PDT	1 vaga
Pastor Francisco Olímpio	PSB	1 vaga		PC do B	
Mário Heringer <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	PDT	Enio Bacci <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		PSC	Sérgio Miranda Costa Ferreira <small>vaga do PTB</small>
Leonardo Mattos <small>vaga do PSDB</small>	PV	Edson Duarte <small>vaga do PSDB</small>	COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185 Telefones: 216-6575 FAX: 216-6580			Presidente: Nelson Bornier (PMDB) 1º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PP) 2º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PT) 3º Vice-Presidente: Carlos Willian (PSC)		
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			Titulares		Suplentes
Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: César Bandeira (PFL) 2º Vice-Presidente: João Matos (PMDB) 3º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)				PT	
			Carlito Merss José Pimentel Paulo Rubem Santiago Vignatti Virgílio Guimarães		Henrique Fontana Jorge Bittar Jorge Boeira José Mentor Wasny de Roure
			Marcelino Fraga <small>vaga do PTB</small> Max Rosenmann Nelson Bornier Paulo Afonso Pedro Novais	PMDB	André Luiz Eduardo Cunha João Magalhães 1 vaga
			Bloco PFL, PRONA		

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
1º Vice-Presidente: Givaldo Carimbão (PSB)
2º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)
3º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)

Titulares

PT
César Medeiros
Ivo José vaga do PTB
João Alfredo
Leonardo Monteiro
Luciano Zica
Luiz Alberto vaga do PTB

Suplentes

Anselmo
Assis Miguel do Couto
Iriy Lopes
Nazareno Fonteles

PMDB

Oswaldo Reis vaga do PDT
Teté Bezerra
(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga

José Divino
Luiz Bittencourt
Max Rosenmann

Bloco PFL, PRONA

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)
1 vaga

Gervásio Silva

José Roberto Arruda
Milton Barbosa vaga do Bloco PL, PSL
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PP

Antonio Joaquim
Roberto Balestra
(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga

PSDB

Itamar Serpa
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Afonso Camargo
Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)

Paes Landim
Ronaldo Vasconcellos

Bloco PL, PSL

Jorge Pinheiro vaga do Bloco PFL, PRONA

Pedro Irujo
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

Welinton Fagundes

PPS

B. Sá

Cezar Silvestri

PSB

Givaldo Carimbão vaga do PSDB

Janete Capiberibe

Paulo Baltazar
Renato Casagrande vaga do Bloco PFL, PRONA

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Davi Alcolumbre

PV

Edson Duarte vaga do PMDB
Sarney Filho

Jovino Cândido vaga do PP
Marcelo Ortiz

S.PART.

Fernando Gabeira

1 vaga

PSC

Carlos Willian vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: João Pizzolatti (PP)
1º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares

PT
Fernando Ferro
Luiz Bassuma

Suplentes

Eduardo Valverde
Hélio Esteves

Luiz Sérgio
Mauro Passos

PMDB

Marcello Siqueira
Moreira Franco
Rose de Freitas
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Luciano Zica
Vander Loubet

Alceste Almeida
João Matos
Josias Quintal
1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Aroldo Cedraz
Betinho Rosado vaga do PSC
Eduardo Sciarra
Gervásio Silva

Celcita Pinheiro vaga do PSC
César Bandeira
Luiz Carlos Santos
Pauderney Avelino vaga do PDT
Robério Nunes

PP

Dr. Heleno
João Pizzolatti
José Janene vaga do PMDB
Vadão Gomes vaga do PPS

Nelson Meurer
Ricardo Barros
Simão Sessim vaga do PTB

PSDB

Eduardo Gomes
Nícias Ribeiro
Paulo Feijó vaga do PSB

Antonio Cambraia
Lobbe Neto

PTB

Marcus Vicente vaga do PDT
Osmânio Pereira
Salvador Zimbaldi

Edna Macedo
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

João Caldas
José Santana de Vasconcellos

Aracely de Paula
Miguel de Souza

PPS

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Leônidas Cristino

PSB

(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Jurandir Boia

PDT

(Dep. do PTB ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PSC

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente: Maninha (PT)
2º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (PL)
3º Vice-Presidente: André Zacharow (PP)

Titulares

PT
Maninha
Paulo Delgado
Zarattini
Zico Bronzeado

Suplentes

João Magno
Leonardo Monteiro
Nilson Mourão
Sigmarina Seixas

PMDB

Edison Andrino
Fernando Lopes
Vieira Reis
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)

Marcelino Fraga
Moreira Franco
(Dep. do PV ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Carlos Melles
Francisco Rodrigues vaga do Bloco PL, PSL
José Thomaz Nonô
Murilo Zauith

Claudio Cajado
João Carlos Bacelar
Robério Nunes vaga do Bloco PL, PSL
Roberto Brant vaga do PTB
Vilmar Rocha

PP

André Zacharow

Dilceu Sperafico

Feu Rosa	Francisco Dornelles	Raul Jungmann	Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}
Ivan Ranzolin	Luis Carlos Heinze ^{vaga do PPS}		Roberto Freire
	Professor Irapuan Teixeira		S.PART.
	PSDB		Luciana Genro
Antonio Carlos Pannunzio	Aloysio Nunes Ferreira		PDT
João Castelo	Antonio Carlos Mendes Thame	Pompeo de Mattos ^{vaga do PP}	PCdoB
Zulaiê Cobra	Luiz Carlos Hauly ^{vaga do PMDB}		Perpétua Almeida ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
	Professora Raquel Teixeira		PSC
	PTB	Cabo Júlio ^{vaga do PMDB}	
Arnon Bezerra	Jackson Barreto	Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana	
Jair Bolsonaro	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C	
Pastor Frankembergen	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Telefones: 216-6761 / 6762	
	Bloco PL, PSL	FAX: 216-6770	
Lincoln Portela ^{vaga do PMDB}	João Paulo Gomes da Silva		COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
Marcos de Jesus	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Presidente: Eduardo Paes (PSDB)	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)	
	PPS	2º Vice-Presidente: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)	
Átila Lins	(Dep. do PP ocupa a vaga)	3º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)		Titulares	Suplentes
	PSB		PT
João Herrmann Neto	Dr. Evilásio	Angela Guadagnin	Dr. Rosinha
		Guilherme Menezes	Durval Orlato
	PDT	Henrique Fontana	Luci Choinacki
Renildo Calheiros ^{vaga do PSB}	Manato	Roberto Gouveia	Maninha
	PCdoB	Selma Schons	Telma de Souza
	PV		PMDB
	Leonardo Mattos ^{vaga do PMDB}	Benjamin Maranhão	Almerinda de Carvalho
	S.PART.	Darcísio Perondi	Jorge Alberto
	Fernando Gabeira ^{vaga do PTB}	Hermes Parcianello ^{vaga do PSC}	Silas Brasileiro (Licenciado)
Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha		Sandra Rosado	Teté Bezerra
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125		Saraiva Felipe	
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737			Bloco PFL, PRONA
FAX: 216-6745		Dr. Pinotti	José Mendonça Bezerra
	COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	Elimar Máximo	Zelinda Novaes
	Presidente: Wanderval Santos (PL)	Damasceno	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)	Milton Barbosa	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
	2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)	Nice Lobão	
	3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)		PP
	Titulares	José Linhares	André Zacharow
	PT	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Dr. Benedito Dias
Nelson Pellegrino	Antonio Carlos Biscaia	1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Paulo Pimenta	Maurício Rands		PSDB
Vander Loubet	Reginaldo Lopes	Eduardo Barbosa	Thelma de Oliveira
	PMDB	Eduardo Paes	Walter Feldman
Gilberto Nascimento	Luiz Bittencourt	Rafael Guerra	1 vaga
Josias Quintal	2 vagas		PTB
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		Arnaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra ^{vaga do PP}
	Bloco PFL, PRONA	Dr. Francisco Gonçalves	Kelly Moraes
Laura Carneiro	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Homero Barreto	Marcondes Gadelha
Moroni Torgan	1 vaga		Milton Cardias ^{vaga do PSC}
	PP		Osmânio Pereira
Sandes Júnior	Carlos Souza ^{vaga do Bloco PL, PSL}	Bloco PL, PSL	Carlos Mota
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Darci Coelho		Remi Trinta
	Francisco Appio	Amauri Gasques	Roberto Pessoa ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
	PSDB	Neucimar Fraga	PPS
Carlos Sampaio	Zulaiê Cobra	Athos Avelino	Geraldo Thadeu
João Campos	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Geraldo Resende ^{vaga do PP}	
	PTB		PSB
Alberto Fraga	Vicente Cascione	Dr. Ribamar Alves	Alexandre Cardoso ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
Ronaldo Vasconcellos	1 vaga		Jorge Gomes
	Bloco PL, PSL	Manato	PDT
Coronel Alves	Edmar Moreira	Jandira Feghali	PC do B
Wanderval Santos	(Dep. do PP ocupa a vaga)		PSC
	PPS		Jamil Murad

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)
Secretário(a): Flávio Alencastro
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Tarcisio Zimmermann (PT)

1º Vice-Presidente: Dra. Clair (PT)

2º Vice-Presidente: Isaías Silvestre (PSB)

3º Vice-Presidente: Luciano Castro (PL)

Titulares

	PT	Suplentes
Dra. Clair		Carlos Santana
Paulo Rocha		José Eduardo Cardozo
Tarcisio Zimmermann		Lúcia Braga
Vicentinho		Neyde Aparecida

	PMDB	
Leonardo Picciani		Ann Pontes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Luiz Bittencourt
1 vaga		1 vaga

	Bloco PFL, PRONA	
Clóvis Fecury		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Rodrigo Maia		2 vagas
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)		

	PP	
Érico Ribeiro		Mário Negromonte
Pedro Corrêa		Vadão Gomes

	PSDB	
Carlos Alberto Leréia		Ariosto Holanda
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		Carlos Sampaio
1 vaga		Narcio Rodrigues

	PTB	
Jovair Arantes		Arnaldo Faria de Sá
Luiz Antonio Fleury		Eduardo Seabra
Milton Cardias <small>vaga do PMDB</small>		Homero Barreto <small>vaga do PPS</small>

	Bloco PL, PSL	
Luciano Castro		Medeiros
Ricardo Rique <small>vaga do PSDB</small>		Paulo Marinho
Sandro Mabel		

	PPS	
Cláudio Magrão		(Dep. do PTB ocupa a vaga)

	PSB	
Isaías Silvestre		Pastor Francisco Olímpio

	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
Vanessa Grazziotin <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		

	PV	
Jovino Cândido		Leonardo Mattos

	PDT	
		Alceu Collares <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo

Local: Anexo II, Sala T 50

Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807

FAX: 216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: José Militão (PTB)

1º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)

2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)

3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)

Titulares

	PT	Suplentes
Gilmar Machado		César Medeiros
Orlando Desconsi <small>vaga do PP</small>		João Grandão
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Mariângela Duarte

(Dep. do PTB ocupa a vaga)

	PMDB	
Alceste Almeida		Edison Andriano
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Jefferson Campos
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Marcelo Teixeira

	Bloco PFL, PRONA	
Marcelo Guimarães Filho		Eduardo Sciarra
1 vaga		José Rocha <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
		(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

	PP	
(Dep. do PV ocupa a vaga)		Ildu Araujo
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Julio Lopes

	PSDB	
Bismarck Maia		Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Jutahy Junior

	PTB	
Alex Canziani <small>vaga do PT</small>		Philemon Rodrigues
Enio Tatico <small>vaga do PSDB</small>		Ronaldo Vasconcellos
José Militão		
Josué Bengtson <small>vaga do PT</small>		
Pastor Reinaldo		
Ricarte de Freitas <small>vaga do PMDB</small>		
Tatico <small>vaga do PMDB</small>		

	Bloco PL, PSL	
Hamilton Casara <small>vaga do PSB</small>		Reinaldo Betão
João Mendes de Jesus		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
João Tota		

	PPS	
Colbert Martins		(Dep. do PDT ocupa a vaga)

	PSB	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		Dr. Ribamar Alves

	PDT	
		João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>

	PCdoB	
		Renildo Calheiros <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>

	PV	
Deley <small>vaga do PP</small>		
Secretário(a): Elizabeth Paes dos Santos		
Local: Anexo II, Ala A, Sala 5,Térreo		
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833		

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Wellington Roberto (PL)

1º Vice-Presidente: Giacombo (PL)

2º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)

3º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB)

	PT	Suplentes
Carlos Santana		Ary Vanazzi
Devanir Ribeiro		Zezeu Ribeiro
Hélio Esteves		(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Telma de Souza		1 vaga

	PMDB	
Marcelo Castro		Eliseu Padilha
Marcelo Teixeira		Marcello Siqueira
Mauro Lopes		Oswaldo Reis
Pedro Chaves		1 vaga

	Bloco PFL, PRONA	
Lael Varella		Aroldo Cedraz
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		1 vaga

	PP	
Francisco Appio		Francisco Garcia
Mário Negromonte		Leodegar Tiscoski

	PSDB	
Afonso Camargo		Nicias Ribeiro

Benjamin Maranhão Henrique Eduardo Alves Jorge Alberto Marcelo Castro	Aníbal Gomes Sandra Rosado 2 vagas	Feu Rosa Ivan Ranzolin	2 vagas
PSDB		PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame Átila Lira Helenildo Ribeiro Manoel Salviano	Bosco Costa Eduardo Barbosa Gonzaga Mota João Castelo	Antonio Carlos Pannunzio Zulaiê Cobra (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada Carlos Sampaio João Campos
PP		PTB	
Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Enivaldo Ribeiro	Mário Negromonte Nélio Dias 1 vaga	Jackson Barreto Marcondes Gadelha Milton Cardias	Pastor Frankembergen 2 vagas
PTB		Bloco PL, PSL	
Jackson Barreto Marcondes Gadelha	Carlos Dunga Paes Landim <small>vaga do PFL</small> Ronaldo Vasconcellos	Coronel Alves Edmar Moreira Lincoln Portela	Almir Moura João Paulo Gomes da Silva Wanderval Santos
PL		PPS	
Almeida de Jesus Helena Silva	Ricardo Rique 1 vaga	Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small> (Dep. do PDT ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB		PSB	
Gonzaga Patriota Pastor Francisco Olímpio	Isaías Silvestre Luciano Leitoa <small>vaga do PDT</small> 1 vaga	Isaías Silvestre	1 vaga
PPS		PDT	
B. Sá	1 vaga	Dr. Hélio João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>	Severiano Alves
PDT		PC do B	
Severiano Alves (Dep. do PSB ocupa a vaga)		Perpétua Almeida	1 vaga
PC do B		PSC	
Daniel Almeida	1 vaga	Cabo Júlio	Costa Ferreira
PV		PV	
Edson Duarte	Sarney Filho	Leonardo Mattos Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6211/6232 FAX: 216-6225	Edson Duarte
S.PART.		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".	
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6209/6232 FAX: 216-6225	João Fontes <small>vaga do PFL</small>	Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À MENSAGEM Nº 183, DE 2004, DO PODER EXECUTIVO, QUE "SUBMETE À CONSIDERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL O TEXTO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO".		Titulares	Suplentes
Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB) 1º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB) 2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Paulo Rubem Santiago (PT)		Luciano Zica Wasny de Roure Zé Geraldo 3 vagas	Iara Bernardi João Alfredo 4 vagas
Titulares	Suplentes	PMDB	
Antonio Carlos Biscaia Orlando Fantazzini Paulo Delgado Paulo Pimenta Paulo Rubem Santiago Selma Schons	6 vagas	Marcelo Castro Mauro Benevides Oswaldo Reis Sandra Rosado Wilson Santiago	5 vagas
PT		Bloco PFL, PRONA	
Ann Pontes Edison Andrino Eliseu Padilha Marcelino Fraga Vieira Reis	5 vagas	Gervásio Silva Laura Carneiro Milton Barbosa Vilmar Rocha	4 vagas
PMDB		PP	
José Carlos Aleluia Moroni Torgan Onyx Lorenzoni Roberto Brant	4 vagas	Érico Ribeiro Mário Negromonte Pedro Corrêa	Vadão Gomes 2 vagas
Bloco PFL, PRONA		PSDB	
André Zacharow	Professor Irapuan Teixeira	Carlos Alberto Leréia Nicias Ribeiro Zenaldo Coutinho	Eduardo Gomes Itamar Serpa João Campos

Jovair Arantes Nelson Marquezelli Philemon Rodrigues	PTB	3 vagas	Pastor Francisco Olímpio	2 vagas
Paulo Marinho Reinaldo Betão Ricardo Rique	Bloco PL, PSL	Almeida de Jesus Luciano Castro Medeiros	Raul Jungmann	PPS Colbert Martins
Geraldo Thadeu	PPS	Lupércio Ramos	Manato	PDT Davi Alcolumbre
Gonzaga Patriota	PSB	1 vaga	Renildo Calheiros	PC do B 1 vaga
Pompeo de Mattos	PDT	Alceu Collares	Jovino Cândido	PV Marcelo Ortiz
Sérgio Miranda	PC do B	1 vaga	Roberto Magalhães ^{vaga do PTB}	S.PART.
Cabo Júlio	PSC	Renato Cozzolino	Secretário(a): Ana Lucia R. Marques	
Marcelo Ortiz	PV	1 vaga	Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A	
Secretário(a): -			Telefones: 261-6214/6232	
			FAX: 216-6225	
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.</p> <p>Presidente: Affonso Camargo (PSDB) 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Eduardo Sciarra (PFL)</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDÓ QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).</p> <p>Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: Antonio Nogueira (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) Relator: Átila Lira (PSDB)</p>	
Titulares		Suplentes	Titulares	Suplentes
Chico Alencar José Eduardo Cardozo Paulo Delgado Paulo Rocha Rubens Otoni Rubinelli	PT	Luiz Couto Maria do Carmo Lara 4 vagas	Antonio Nogueira Carlos Abicalil Fátima Bezerra Jorge Boeira Odair Tarcisio Zimmermann	6 vagas
André de Paula Eduardo Sciarra Jairo Carneiro Mendonça Prado (Licenciado) Nice Lobão	PFL	Fernando de Fabinho Rodrigo Maia Ronaldo Caiado (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	João Carlos Bacelar Laura Carneiro Ney Lopes (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda 3 vagas
Cezar Schirmer Eliseu Padilha Henrique Eduardo Alves Jefferson Campos	PMDB	Marcelo Castro 3 vagas	Jefferson Campos Jorge Alberto José Ivo Sartori Leonardo Picciani	PMDB Adelor Vieira 3 vagas
Affonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira Rafael Guerra Vicente Arruda	PSDB	Antonio Carlos Pannunzio Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho	Átila Lira Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro (Dep. do PL ocupa a vaga)	PSDB Ariosto Holanda Zenaldo Coutinho 2 vagas
Enivaldo Ribeiro Pedro Corrêa Romel Anizio	PP	Leodegar Tiscoski Mário Negromonte 1 vaga	Feu Rosa Nélio Dias Sandes Júnior Vanderlei Assis ^{vaga do PFL}	PP Nilton Baiano Zé Lima 1 vaga
Vicente Cascione (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PTB	Arnaldo Faria de Sá Luiz Antonio Fleury	Eduardo Seabra José Carlos Elias	PTB Philemon Rodrigues Ronaldo Vasconcellos
João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela	PL	Carlos Nader ^{vaga do PFL} Inaldo Leitão Oliveira Filho	Hamilton Casara ^{vaga do PSDB} Luciano Castro Paulo Marinho	PL Medeiros Welinton Fagundes
	PSB		Gonzaga Patriota Pastor Francisco Olímpio	PSB 2 vagas

Agnaldo Muniz	PPS	Geraldo Thadeu	(Dep. do PP ocupa a vaga)	PV	Zequinha Marinho
Alceu Collares	PDT	Pompeo de Mattos	(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga
Alice Portugal	PC do B		Secretário(a): Maria Terezinha Donati		
Jovino Cândido	PV	Marcelo Ortiz	Local: Anexo II - Pavimento Superior sala 170-B		
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares			Telefones: 216.6215		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			FAX: 216.6225		
Telefones: 216-6207 / 6232					
FAX: 216-6225					
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.		
Presidente: João Grandão (PT)			Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)		
1º Vice-Presidente:			1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)			2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:			3º Vice-Presidente:		
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)			Relator: José Divino (PMDB)		
Titulares			Titulares		
	PT	Suplentes		PT	Suplentes
Ary Vanazzi		Antonio Nogueira	Antonio Carlos Biscaia		Iriny Lopes
Eduardo Valverde		Hélio Esteves	Eduardo Valverde		5 vagas
João Grandão		Zico Bronzeado	João Alfredo		
José Eduardo Cardozo		3 vagas	José Eduardo Cardozo		
Nilson Mourão			Maurício Rands		
Vignatti			Paulo Delgado		
	PMDB			PFL	
Alceste Almeida		Darcísio Perondi	Coriolano Sales		Antonio Carlos Magalhães Neto
Confúcio Moura		João Matos	José Roberto Arruda		José Thomaz Nonô
Osmar Serraglio		Moacir Micheletto	Luiz Carlos Santos		(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Teté Bezerra		Nelson Trad	Marcelo Guimarães Filho		2 vagas
Waldemir Moka		1 vaga	(Dep. do PP ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA			PMDB	
Eduardo Sciarra		Ronaldo Caiado	José Divino		Ann Pontes
Francisco Rodrigues		3 vagas	José Ivo Sartori		Osmar Serraglio
Murilo Zauith			Marcelino Fraga		2 vagas
Onyx Lorenzoni			Nelson Trad		
	PP			PSDB	
Cleonânicio Fonseca <small>vaga do PV</small>		Ivan Ranzolin	Carlos Sampaio		Bonifácio de Andrada
Luis Carlos Heinze <small>vaga do PSB</small>		José Janene	Nicias Ribeiro		Helenildo Ribeiro
Mário Negromonte		1 vaga	Vicente Arruda		Zenaldo Coutinho
Pedro Henry			(Dep. do PPS ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Ronivon Santiago				PP	
Zonta <small>vaga do PSC</small>					Ivan Ranzolin
	PSDB				2 vagas
Antonio Carlos Mendes Thame		Helenildo Ribeiro	Cleonânicio Fonseca		
Júlio Redecker		Manoel Salviano	Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>		
Thelma de Oliveira		Nicias Ribeiro	Dilceu Sperafico		
	PTB		Ricardo Fiuza		
Nelson Marquezelli		Iris Simões	Wagner Lago <small>vaga do PDT</small>		
Ricarte de Freitas		Silas Câmara		PTB	
1 vaga		1 vaga			Antonio Cruz
	Bloco PL, PSL		Luiz Antonio Fleury		Paes Landim <small>vaga do PFL</small>
Carlos Mota		Anderson Aduino	Vicente Cascione		1 vaga
Inaldo Leitão		Edmar Moreira		PL	
1 vaga		João Paulo Gomes da Silva			Inaldo Leitão <small>vaga do PSDB</small>
	PPS		Edmar Moreira		José Santana de Vasconcellos
Maria Helena		Lupércio Ramos	Mário Assad Júnior		Raimundo Santos
(Dep. do PP ocupa a vaga)				PSB	
	PSB				
	PDT		(Dep. do PSC ocupa a vaga)		2 vagas
Gervásio Oliveira		Dr. Rodolfo Pereira	1 vaga		
	PC do B			PPS	
Jamil Murad		1 vaga	Cezar Silvestri		Dimas Ramalho
	PSC		Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		

(Dep. do PP ocupa a vaga)	PDT	Severiano Alves	PSC	Pastor Amarildo ^{vaga do PTB}
Jamil Murad	PC do B	1 vaga		Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Sarney Filho	PV	Marcelo Ortiz		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Carlos Willian ^{vaga do PSB}	PSC			Telefones: 216-6207/6232
Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora				FAX: 216-6225
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A				COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".
Telefones: 216-6205 / 6232				Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
FAX: 216-6225				1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).				2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)				3º Vice-Presidente:
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)				Relator: Neyde Aparecida (PT)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)				Titulares
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)				Suplentes
Relator: Paes Landim (PTB)				PT
Titulares		Suplentes		Antônio Carlos Biffi
PT		Devanir Ribeiro		João Grandão
Arlindo Chinaglia		Fernando Ferro		Maninha
José Pimentel		Neyde Aparecida		Neyde Aparecida
Luiz Sérgio		Nilson Mourão		Rubens Otoni
Professor Luizinho		Paulo Rocha		Wasny de Roure
Rubens Otoni		1 vaga		PFL
Zarattini				Celcita Pinheiro
PMDB				José Roberto Arruda
Fernando Diniz		Almerinda de Carvalho		Vilmar Rocha
Gastão Vieira		Aníbal Gomes		2 vagas
Jader Barbalho		Pastor Pedro Ribeiro		PMDB
José Borba		Wilson Santiago		Aníbal Gomes
Nelson Trad		Zé Gerardo		Fernando Diniz
Bloco PFL, PRONA				Luiz Bittencourt
Laura Carneiro		Ney Lopes		Moacir Micheletto
Moroni Torgan		Rodrigo Maia		PSDB
Robério Nunes		2 vagas		Carlos Alberto Leréia
Vic Pires Franco				Professora Raquel Teixeira
PP				Ronaldo Dimas
Benedito de Lira		Feu Rosa		Thelma de Oliveira
Leodegar Tiscoski		Romel Anizio		PP
Professor Irapuan Teixeira		1 vaga		Romel Anizio
PSDB				Zé Lima
Aloysio Nunes Ferreira		Bismarck Maia		1 vaga
Jutahy Junior		Bosco Costa		PTB
Luiz Carlos Haully		Carlos Alberto Leréia		Ricarte de Freitas
PTB				Sandro Matos
José Múcio Monteiro		Iris Simões		PL
Paes Landim		Jovair Arantes		Jaime Martins
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		1 vaga		Maurício Rabelo
Bloco PL, PSL				PSB
Luciano Castro		Inaldo Leitão		Janete Capiberibe
Sandro Mabel		Medeiros		1 vaga
Valdemar Costa Neto		Paulo Marinho		PPS
PPS				Raul Jungmann
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Átila Lins		PDT
PSB		Jorge Gomes		Dr. Rodolfo Pereira
Dr. Evilásio		Mário Heringer		PC do B
Álvaro Dias				Daniel Almeida
João Herrmann Neto ^{vaga do PPS}				1 vaga
PC do B				Elimar Máximo Damasceno
Daniel Almeida		Jamil Murad		Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
PV		Jovino Cândido		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Sarney Filho				Telefones: 216-6209/6232
				FAX: 216-6225
				COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE

2004, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PEC PARALELA - ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA).

Presidente: Roberto Brant (PFL)

1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)

2º Vice-Presidente: Antonio Joaquim (PP)

3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)

Relator: José Pimentel (PT)

Titulares

PT

Eduardo Valverde
Henrique Fontana
José Pimentel
Maurício Rands
Nelson Pellegrino
Nilson Mourão
Professor Luizinho

PFL

Gervásio Silva
Júlio Cesar
Murilo Zauith
Onyx Lorenzoni
Roberto Brant
Vilmar Rocha

PMDB

Aníbal Gomes
Fernando Diniz
Jorge Alberto
Olavo Calheiros
Wilson Santiago

PSDB

Alberto Goldman
Anivaldo Vale
Eduardo Barbosa
João Campos
Yeda Crusius

PP

Antonio Joaquim
José Linhares
Ronivon Santiago

PTB

Arnaldo Faria de Sá
Iris Simões
Luiz Antonio Fleury

PL

Carlos Rodrigues
Inaldo Leitão
Milton Monti

PSB

Dr. Evilásio
Paulo Baltazar

PPS

Leônidas Cristino

PDT

Alceu Collares

PC do B

Jamil Murad

PV

Leonardo Mattos

Secretário(a): Maria Terezinha Donati

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6215 / 6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE

2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)

1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)

3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)

Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares

PT

Carlito Merss
Jorge Bittar
José Mentor
Paulo Bernardo
Virgílio Guimarães
Walter Pinheiro
Zezéu Ribeiro

PFL

Antonio Carlos Magalhães Neto
Gerson Gabrielli
José Roberto Arruda
Mussa Demes
Pauderney Avelino
Vic Pires Franco

PMDB

Eduardo Cunha
Henrique Eduardo Alves
Osmar Serraglio
Pedro Chaves
Pedro Novais

PSDB

Antonio Cambraia
Julio Semeghini
Luiz Carlos Haully
Walter Feldman
Zenaldo Coutinho

PP

Delfim Netto
Francisco Dornelles
Romel Anizio

PTB

Armando Monteiro
José Militão
Philemon Rodrigues

PL

Miguel de Souza
Raimundo Santos
Sandro Mabel

PSB

Beto Albuquerque
Renato Casagrande

PPS

Lupércio Ramos

PDT

Manato

PC do B

Sérgio Miranda

PRONA

Enéas

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6218 / 6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS,

Suplentes

Devanir Ribeiro
José Pimentel
Nilson Mourão
Paulo Delgado
Paulo Pimenta
Paulo Rubem Santiago
Wasny de Roure

Abelardo Lupion
Eduardo Sciarra
Eliseu Resende
José Carlos Machado
Luiz Carreira
Paulo Bauer

André Luiz
Ann Pontes
Benjamin Maranhão
José Priante
Wilson Santiago

Anivaldo Vale
Antonio Carlos Mendes Thame
Gonzaga Mota
Ronaldo Dimas
Yeda Crusius

Enivaldo Ribeiro
Feu Rosa
Professor Irapuan Teixeira

Jackson Barreto
Pedro Fernandes
Vicente Cascione

Carlos Rodrigues
Humberto Michiles
Jaime Martins

Barbosa Neto
Gonzaga Patriota

(Dep. do PDT ocupa a vaga)

Dr. Rodolfo Pereira
João Herrmann Neto vaga do PPS

Daniel Almeida

Elimar Máximo Damasceno

ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".			
Presidente:		Antonio Carlos Biscaia	Mauro Passos
1º Vice-Presidente:		Chico Alencar	5 vagas
2º Vice-Presidente:		Gilmar Machado	
3º Vice-Presidente:		Orlando Desconsi	
Titulares		Selma Schons	
	PT	Walter Pinheiro	PFL
Leonardo Monteiro		Coraucci Sobrinho	Laura Carneiro
Maninha		Dr. Pinotti	Marcelo Guimarães Filho
Nilson Mourão		Milton Barbosa	3 vagas
Orlando Fantazzini		Vilmar Rocha	
Paulo Delgado		1 vaga	
Zarattini			PMDB
Zé Geraldo <small>vaga do PMDB</small>	PMDB	Almerinda de Carvalho	Alceste Almeida
		Edson Ezequiel	João Correia
Fernando Lopes		Nelson Bornier	2 vagas
João Correia		Pedro Chaves	
Vieira Reis			PSDB
Wilson Santiago		Alberto Goldman	Átila Lira
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Bloco PFL, PRONA		Ronaldo Dimas	Paulo Kobayashi
Francisco Rodrigues		1 vaga	Professora Raquel Teixeira
João Carlos Bacelar			PP
Murilo Zauith		André Zacharow <small>vaga do PDT</small>	3 vagas
Vilmar Rocha		Cleonânicio Fonseca	
	PP	Márcio Reinaldo Moreira	
André Zacharow		Roberto Balestra	PTB
Feu Rosa		José Carlos Elias	Milton Cardias
Ivan Ranzolin		1 vaga	Pastor Reinaldo
	PSDB		PL
Bosco Costa		Carlos Rodrigues	Heleno Silva
Helenildo Ribeiro		Wellington Roberto	João Paulo Gomes da Silva
João Castelo			PSB
	PTB	Isaías Silvestre	2 vagas
Arnon Bezerra		Pastor Francisco Olímpio	
Jackson Barreto			PPS
1 vaga		Leônidas Cristino	Lupércio Ramos
Bloco PL, PSL		(Dep. do PP ocupa a vaga)	PDT
Almeida de Jesus			Mário Heringer
Carlos Mota		Jamil Murad	PC do B
João Paulo Gomes da Silva			Daniel Almeida
	PPS		PRONA
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Eliomar Máximo Damasceno	1 vaga
Alexandre Cardoso		Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas	
	PSB	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>		Telefones: 216-6212 / 6232	
Severiano Alves		FAX: 216-6225	
	PDT		
Jamil Murad		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, DO SR. LUIZ ANTONIO FLEURY, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".	
	PC do B	Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)	
Zequinha Marinho		1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)	
	PSC	2º Vice-Presidente:	
1 vaga		3º Vice-Presidente:	
Secretário(a): -		Relator: José Eduardo Cardozo (PT)	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPTÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).		Titulares	Suplentes
Presidente: Orlando Desconsi (PT)			
1º Vice-Presidente:		Chico Alencar	6 vagas
2º Vice-Presidente:		José Eduardo Cardozo	
3º Vice-Presidente:		Nilson Mourão	
Relator: Isaías Silvestre (PSB)		Orlando Desconsi	
Titulares		Rubens Otoni	
	PT	Sigmaringa Seixas	
			PMDB
		Cezar Schirmer	5 vagas

Eliseu Padilha José Ivo Sartori Paulo Afonso 1 vaga		Gilberto Nascimento ^{vaga do PSB} Marcelo Castro Max Rosenmann Paulo Afonso	Oswaldo Reis Sandra Rosado 1 vaga
Bloco PFL, PRONA		PSDB	
José Roberto Arruda Luiz Carlos Santos Ney Lopes Ronaldo Caiado	Eduardo Sciarra Onyx Lorenzoni 2 vagas	Antonio Cambraia Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Yeda Crusius	Carlos Alberto Leréia Rafael Guerra Walter Feldman (Dep. do PPS ocupa a vaga)
PP		PP	
Francisco Turra Romel Anizio 1 vaga	Enivaldo Ribeiro Márcio Reinaldo Moreira 1 vaga	Benedito de Lira José Linhares Suely Campos	André Zacharow ^{vaga do PDT} Antonio Joaquim Zonta 1 vaga
PSDB		PTB	
Bosco Costa Zenaldo Coutinho (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Antonio Carlos Pannunzio Átila Lira Bonifácio de Andrada	Kelly Moraes Marcondes Gadelha	Arnaldo Faria de Sá 1 vaga
PTB		PL	
Luiz Antonio Fleury 2 vagas	Jovair Arantes 2 vagas	Almeida de Jesus Oliveira Filho	Marcos de Jesus Wanderval Santos
Bloco PL, PSL		PSB	
Almir Sá Carlos Rodrigues João Paulo Gomes da Silva	João Leão Mário Assad Júnior Oliveira Filho	Luiza Erundina (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
PPS		PPS	
Ivan Paixão Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}	Dimas Ramalho	Athos Avelino	Geraldo Resende Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}
PSB		PDT	
Alexandre Cardoso	Renato Casagrande	Mário Heringer	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT		PC do B	
1 vaga	Enio Bacci	Jamil Murad	Alice Portugal
PC do B		PRONA	
Renildo Calheiros	Jamil Murad	Elimar Máximo Damasceno Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225	1 vaga
PSC			
Costa Ferreira	1 vaga		
PV			
Marcelo Ortiz Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6203/6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.			
Presidente: Jamil Murad (PCdoB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Mário Heringer (PDT)			
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Angela Guadagnin Jorge Boeira Maria do Rosário Selma Schons Tarcisio Zimmermann Telma de Souza	PT 6 vagas	Antonio Carlos Biscaia Dra. Clair Leonardo Monteiro Neyde Aparecida Paulo Rocha Tarcisio Zimmermann	PT Chico Alencar Eduardo Valverde João Grandão ^{vaga do PSB} Jorge Boeira Orlando Fantazzini Zé Geraldo 1 vaga
PFL		PFL	
André de Paula Fábio Souto Jairo Carneiro Laura Carneiro Mendonça Prado (Licenciado)	5 vagas	Francisco Rodrigues José Thomaz Nonô Kátia Abreu Marcos Abramo Ronaldo Caiado	Abelardo Lupion Fernando de Fabinho José Carlos Araújo Milton Barbosa (Dep. do PSC ocupa a vaga)
PMDB		PMDB	
Cezar Schirmer	João Correia	Almerinda de Carvalho Asdrubal Bentes Bernardo Ariston Teté Bezerra	Sandra Rosado 3 vagas

Aloysio Nunes Ferreira Anivaldo Vale Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro	PSDB	Bosco Costa João Almeida Júlio Redecker Léo Alcântara	Cleonânncio Fonseca Márcio Reinaldo Moreira Mário Negromonte	3 vagas
André Zacharow Wagner Lago Zé Lima	PP	Cleonânncio Fonseca Enivaldo Ribeiro Ivan Ranzolin	Jackson Barreto Marcondes Gadelha	Jonival Lucas Junior 1 vaga
Homero Barreto Josué Bengtson	PTB	Alberto Fraga Pastor Reinaldo	Heleno Silva Jaime Martins	João Leão Roberto Pessoa
Medeiros Ricardo Rique	PL	Luciano Castro (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão Gonzaga Patriota	2 vagas
Isaías Silvestre Luiza Erundina	PSB	(Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga	Raul Jungmann	Colbert Martins
Colbert Martins	PPS	Geraldo Resende	Mário Heringer	Severiano Alves
1 vaga	PDT	Dr. Rodolfo Pereira	Daniel Almeida	1 vaga
Daniel Almeida	PC do B	Jamil Murad	1 vaga Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218/6232 FAX: 216-6225	1 vaga
Marcelo Ortiz	PV	1 vaga		
	PSC	Pastor Amarildo <small>vaga do PL</small> Zequinha Marinho <small>vaga do PFL</small>		
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211 FAX: 216.6225				
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".				
Presidente: Fernando de Fabinho (PFL) 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) 2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) Relator: Fernando Ferro (PT)				
Titulares		Suplentes		
Fernando Ferro José Pimentel Luiz Bassuma Virgílio Guimarães Walter Pinheiro Zezéu Ribeiro	PT	Josias Gomes 5 vagas	Antonio Carlos Biscaia Devanir Ribeiro Eduardo Valverde Iara Bernardi Mariângela Duarte Paulo Rubem Santiago	Durval Orlato José Mentor Odair Patrus Ananias (Licenciado) 2 vagas
Fernando de Fabinho José Carlos Machado José Rocha Luiz Carreira Osvaldo Coelho	PFL	José Carlos Araújo Júlio Cesar 3 vagas	César Bandeira Coriolano Sales Dr. Pinotti Félix Mendonça Paulo Magalhães	Abelardo Lupion José Carlos Araújo 3 vagas
Jorge Alberto Mauro Lopes Olavo Calheiros Wilson Santiago	PMDB	4 vagas	Benjamin Maranhão Cezar Schirmer Gilberto Nascimento Mauro Lopes	Edison Andrino Osmar Serraglio Silas Brasileiro (Licenciado) 1 vaga
Eduardo Gomes Gonzaga Mota Helenildo Ribeiro João Almeida	PSDB	Antonio Cambraia Narcio Rodrigues Vicente Arruda Walter Feldman	João Campos Zenaldo Coutinho Zulaiê Cobra (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bosco Costa Helenildo Ribeiro Vicente Arruda 1 vaga
	PP		Dr. Heleno Francisco Garcia Nelson Meurer	Érico Ribeiro Julio Lopes Leodegar Tiscoski
	PTB		Alberto Fraga Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar Romeu Queiroz
	PL		Coronel Alves Edmar Moreira	Humberto Michiles Maurício Rabelo
	PSB			

Givaldo Carimbão Gonzaga Patriota		2 vagas	(Dep. do PP ocupa a vaga)	Mário Heringer
	PPS		PC do B	
Geraldo Resende Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Dimas Ramalho		1 vaga
	PDT		PV	
Pompeo de Mattos		Mário Heringer		Sarney Filho
	PC do B		PSC	
Perpétua Almeida		1 vaga		
	PV		S.PART.	
Jovino Cândido Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201 / 6232 FAX: 216-6225		Leonardo Mattos	Gustavo Fruet <small>vaga do PMDB</small> Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212 / 6232 FAX: 216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".				
Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) 1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Eduardo Sciarra (PFL)				
Titulares		Suplentes		
	PT			
Dra. Clair Eduardo Valverde Gilmar Machado Guilherme Menezes Iriny Lopes João Magno		Orlando Fantazzini 5 vagas		Iriny Lopes Maninha 4 vagas
	PFL			
Coriolano Sales Eduardo Sciarra Fábio Souto Fernando de Fabinho 1 vaga		Murilo Zauith (Dep. do PP ocupa a vaga) 3 vagas		
	PMDB			
Mauro Lopes Rose de Freitas <small>vaga do PSDB</small> Wilson Santiago Zé Gerardo (Dep. S.PART. ocupa a vaga)		(Dep. do PPS ocupa a vaga) 3 vagas		
	PSDB			
Custódio Mattos João Almeida Luiz Carlos Haully (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Afonso Camargo Narcio Rodrigues Sebastião Madeira (Dep. do PL ocupa a vaga)		
	PP			
André Zacharow <small>vaga do PDT</small> Dilceu Sperafico Herculano Anghinetti (Dep. do PL ocupa a vaga)		Darci Coelho <small>vaga do PFL</small> Mário Negromonte 2 vagas		Kelly Moraes 1 vaga
	PTB			
Iris Simões José Militão		2 vagas		
	PL			
João Tota <small>vaga do PP</small> Mário Assad Júnior Oliveira Filho		Carlos Mota Chico da Princesa Inaldo Leitão <small>vaga do PSDB</small>		Carlos Mota Marcos de Jesus 2 vagas
	PSB			
Pastor Francisco Olímpio (Dep. do PSC ocupa a vaga)		2 vagas		
	PPS			
Geraldo Thadeu		Cezar Silvestri Maria Helena <small>vaga do PMDB</small>		Álvaro Dias Jandira Feghali Leonardo Mattos
	PDT			
			PSC	

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)

Titulares **Suplentes**

PT

Iara Bernardi
Luci Choinacki
Maria do Rosário
Mariângela Duarte
Selma Schons
Telma de Souza

PFL (Dep. do PSC ocupa a vaga)
4 vagas

Celcita Pinheiro
Kátia Abreu
Laura Carneiro
Nice Lobão
Zelinda Novaes

PMDB

Almerinda de Carvalho
Ann Pontes
Marinha Raupp
Sandra Rosado

Benjamin Maranhão
Teté Bezerra
2 vagas

PSDB

Professora Raquel Teixeira
Thelma de Oliveira
Yeda Crusius
(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Eduardo Barbosa
Ronaldo Dimas
Sebastião Madeira
Zulaiê Cobra

PP

Benedito de Lira
Cleonânicio Fonseca
Suely Campos

Celso Russomanno
2 vagas

PTB

Dr. Francisco Gonçalves
Elaine Costa

Kelly Moraes
1 vaga

PL

Maurício Rabelo
Oliveira Filho

Carlos Mota
Marcos de Jesus

PSB

Janete Capiberibe
Luíza Erundina

2 vagas

PPS

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
Maria Helena

Geraldo Thadeu

PDT

Alceu Collares

Álvaro Dias

PC do B

Alice Portugal

Jandira Feghali

PV

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

Leonardo Mattos

PSC

Renato Cozzolino ^{vaga do PFL}

S.PART.

Fernando Gabeira ^{vaga do PV}

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E
PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003,
QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS
PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: José Carlos Elias (PTB)
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)

Titulares		Suplentes
	PT	
João Grandão José Pimentel Paulo Bernardo Paulo Rubem Santiago Vander Loubet 1 vaga		6 vagas
	PMDB	
Eliseu Padilha Marcelino Fraga Max Rosenmann Nelson Trad Zé Gerardo		5 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion Corauci Sobrinho Gilberto Kassab Mussa Demes		Eduardo Sciarra Pauderney Avelino Paulo Bauer 1 vaga
	PP	
Pedro Corrêa Ricardo Barros Zonta		3 vagas
	PSDB	
João Almeida Léo Alcântara Paulo Kobayashi		Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Walter Feldman
	PTB	
Elaine Costa Enio Tatico José Carlos Elias		Dr. Francisco Gonçalves José Chaves 1 vaga
	Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcelos Miguel de Souza Milton Monti		Edmar Moreira João Leão 1 vaga
	PPS	
Átila Lins		Geraldo Thadeu
	PSB	
Gonzaga Patriota		1 vaga
	PDT	
Mário Heringer		1 vaga
	PC do B	
Sérgio Miranda		Vanessa Grazziotin
	PSC	
Carlos Willian		Zequinha Marinho
	PV	
Marcelo Ortiz Secretário(a): Carla Medeiros Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225		Edson Duarte

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 1756, DE 2003, QUE "DISPÕE
SOBRE A LEI NACIONAL DA ADOÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)
Relator: Teté Bezerra (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Angela Guadagnin Fernando Ferro Maria do Rosário Rubens Otoni Selma Schons Telma de Souza		Luiz Couto Neyde Aparecida Terezinha Fernandes 3 vagas
	PFL	
Corauci Sobrinho Laura Carneiro Paulo Bauer Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga)		Celcita Pinheiro Kátia Abreu Nice Lobão 2 vagas
	PMDB	
João Matos Marcelo Castro Paulo Afonso Teté Bezerra		Ann Pontes Marinha Raupp 2 vagas
	PSDB	
Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Thelma de Oliveira		Professora Raquel Teixeira Yeda Crusius 2 vagas
	PP	
Darci Coelho ^{vaga do PFL} Francisco Garcia José Linhares 1 vaga		Antonio Joaquim 2 vagas
	PTB	
Kelly Moraes Rommel Feijó		Jonival Lucas Junior 1 vaga
	PL	
Marcos de Jesus 1 vaga		Almeida de Jesus Lincoln Portela
	PSB	
Luiza Erundina 1 vaga		2 vagas
	PPS	
1 vaga		1 vaga
	PDT	
Severiano Alves		Enio Bacci
	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga
	PV	
Marcelo Ortiz Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225		Deley

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE
SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS
ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes		PFL	
João Grandão Maninha Mariângela Duarte 3 vagas	PT	César Medeiros 5 vagas		Abelardo Lupion Celcita Pinheiro Kátia Abreu Onyx Lorenzoni Ronaldo Caiado	Aroldo Cedraz Carlos Melles José Carlos Araújo Murilo Zauith (Dep. do PPS ocupa a vaga)
Alceste Almeida Carlos Eduardo Cadoca João Matos Pedro Chaves 1 vaga	PMDB	5 vagas		Darcísio Perondi Marcelo Castro Moacir Micheletto Silas Brasileiro (Licenciado)	Jorge Alberto Leandro Vilela 2 vagas
Fábio Souto Marcelo Guimarães Filho Ney Lopes 1 vaga	Bloco PFL, PRONA	4 vagas		Antonio Carlos Mendes Thame Bismarck Maia Nilson Pinto Yeda Crusius	Ariosto Holanda Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Julio Semeghini
Alexandre Santos Dr. Benedito Dias João Pizzolatti	PP	Francisco Garcia 2 vagas		Dilceu Sperafico Leonardo Vilela Luis Carlos Heinze	Augusto Nardes Francisco Turra 1 vaga
Bismarck Maia Carlos Alberto Leréia Domiciano Cabral	PSDB	Eduardo Paes Luiz Carlos Haully Professora Raquel Teixeira		Dr. Francisco Gonçalves Iris Simões	Alberto Fraga Arnaldo Faria de Sá
Alex Canziani Ronaldo Vasconcellos 1 vaga	PTB	Arnon Bezerra 2 vagas		Chico da Princesa Paulo Gouvêa	Giacobo Hamilton Casara ^{vaga do PSB} Oliveira Filho
Chico da Princesa João Mendes de Jesus Reinaldo Betão	Bloco PL, PSL	João Tota Ricardo Rique Roberto Pessoa		Alexandre Cardoso (Dep. do PC do B ocupa a vaga)	Jurandir Boia (Dep. do PL ocupa a vaga)
Geraldo Thadeu	PPS	Nelson Proença		Nelson Proença	Cezar Silvestri ^{vaga do PFL} Roberto Freire
Isaías Silvestre	PSB	Barbosa Neto		Dr. Hélio	Dr. Rodolfo Pereira
Severiano Alves	PDT	Álvaro Dias		Renildo Calheiros Vanessa Grazziotin ^{vaga do PSB}	Perpétua Almeida
Perpétua Almeida	PC do B	1 vaga		Edson Duarte	Sarney Filho
Costa Ferreira	PSC	1 vaga		Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225	
1 vaga	PV	1 vaga			
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2401, DE 2003, QUE "ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Silas Brasileiro (PMDB) 1º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB) 2º Vice-Presidente: Kátia Abreu (PFL) 3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB) Relator: Darcísio Perondi (PMDB)</p>				<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 28 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Henrique Fontana (PT) 1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL) 2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP) 3º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (PSDB) Relator: Leonardo Picciani (PMDB)</p>	
Titulares		Suplentes		Titulares	Suplentes
Fernando Ferro João Grandão José Pimentel Josias Gomes Luci Choinacki Paulo Pimenta	PT	Adão Preto Anselmo Assis Miguel do Couto João Alfredo Selma Schons Zé Geraldo		Fernando Ferro Henrique Fontana Luciano Zica Mauro Passos Paulo Bernardo Terezinha Fernandes	Devanir Ribeiro Eduardo Valverde José Pimentel Telma de Souza Zezéu Ribeiro 1 vaga
				PMDB	

Eliseu Padilha Leonardo Picciani Mauro Lopes Moreira Franco Osmar Serraglio	Almerinda de Carvalho Darcísio Perondi Eduardo Cunha Gilberto Nascimento José Priante	Milton Barbosa Zelinda Novaes 1 vaga
Bloco PFL, PRONA		PP José Linhares Suely Campos 1 vaga
Eduardo Sciarra Eliseu Resende José Roberto Arruda Vilmar Rocha	Aroldo Cedraz José Carlos Araújo Rodrigo Maia 1 vaga	PSDB Rafael Guerra Walter Feldman (Dep. do PPS ocupa a vaga)
PP		PTB Luiz Antonio Fleury Marcus Vicente Ricardo Izar
Dr. Benedito Dias Francisco Appio Ricardo Barros	André Zacharow Leodegar Tiscoski Vadão Gomes	Arnaldo Faria de Sá Pastor Reinaldo Rommel Feijó
PSDB		Bloco PL, PSL Coronel Alves Marcos de Jesus 1 vaga
Alberto Goldman Antonio Carlos Mendes Thame Eduardo Gomes	Julio Semeghini Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado) Ronaldo Dimas	Lincoln Portela Maurício Rabelo Paulo Gouvêa
PTB		PPS Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small> 1 vaga
Iris Simões Jackson Barreto Jonival Lucas Junior	Jovair Arantes Luiz Antonio Fleury Nelson Marquezelli	Athos Avelino
Bloco PL, PSL		PSB Luciano Leitoa
José Santana de Vasconcellos Luciano Castro Mário Assad Júnior	Medeiros Paulo Marinho Ricardo Rique	Dr. Evilásio Severiano Alves
PPS		PDT Enio Bacci
Fernando Coruja	Roberto Freire	PC do B Daniel Almeida 1 vaga
PSB		PSC Pastor Amarildo Costa Ferreira
Renato Casagrande	Dr. Evilásio	PV Leonardo Mattos Deley
PDT		Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6203 FAX: 216.6225
Dr. Hélio	Severiano Alves	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
PC do B		Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:
Sérgio Miranda	Inácio Arruda	Titulares Angela Guadagnin Antonio Carlos Biscaia Carlos Abicalil Maria do Carmo Lara Neyde Aparecida Zezéu Ribeiro
PSC		Suplentes Orlando Desconsi Reginaldo Lopes 4 vagas
Renato Cozzolino	Cabo Júlio Deley	PT
PV		PMDB Eliseu Padilha João Magalhães Max Rosenmann Paulo Afonso Zé Gerardo 5 vagas
Sarney Filho Secretário(a): Leila Machado Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212 FAX: 216-6225		Bloco PFL, PRONA Fábio Souto Fernando de Fabinho José Carlos Aleluia José Rocha 4 vagas
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		PP Alexandre Santos André Zacharow 3 vagas
Presidente: Leonardo Mattos (PV) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Celso Russomanno (PP)		
Titulares	Suplentes	
Angela Guadagnin Antônio Carlos Biffi Assis Miguel do Couto Luci Choinacki Maria do Rosário Neyde Aparecida	6 vagas	
PT		
Almerinda de Carvalho Marinha Raupp Osvaldo Biolchi Rose de Freitas 1 vaga	5 vagas	
PMDB		
Laura Carneiro	4 vagas	
Bloco PFL, PRONA		

Antonio Joaquim	PSDB		Reinaldo Betão	PPS	Maurício Rabelo
Aloysio Nunes Ferreira		Alberto Goldman	Júnior Betão	PSB	Cláudio Magrão
Antonio Carlos Pannunzio		Gonzaga Mota	Dr. Ribamar Alves	PDT	Luciano Leitoa
Bismarck Maia	PTB	Yeda Crusius	Pompeo de Mattos	PC do B	Davi Alcolumbre
Eduardo Seabra		Jackson Barreto	Daniel Almeida	PSC	1 vaga
Enio Tatico		2 vagas	Carlos Willian	PV	Costa Ferreira
1 vaga	Bloco PL, PSL	3 vagas	Deley		Leonardo Mattos
Almeida de Jesus			Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta		
Almir Moura	PPS	Ivan Paixão	Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A		
Almir Sá	PSB		Telefones: 216.6211		
Geraldo Thadeu		Luciano Leitoa			
Alexandre Cardoso	PDT	Mário Heringer			
Gervásio Oliveira	PC do B	1 vaga			
Perpétua Almeida	PSC	Carlos Willian			
Pastor Amarildo	PV	1 vaga			
Deley					
Secretário(a): -					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".</p> <p>Presidente: Deley (PV) 1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL) 2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Gilmar Machado (PT)</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL) 2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Sandro Mabel (PL)</p>		
<p>Titulares</p>			<p>Titulares</p>		
<p>Suplentes</p>			<p>Suplentes</p>		
César Medeiros	PT	Antônio Carlos Biffi	Antônio Carlos Biffi	PT	Maninha
Dr. Rosinha		5 vagas	Carlos Abicalil		Sigmaringa Seixas
Gilmar Machado			João Grandão		4 vagas
João Grandão			Neyde Aparecida		
Jorge Bittar			Rubens Otoni		
Mariângela Duarte			Wasny de Roure		
	PMDB	Nelson Bornier		PMDB	Leandro Vilela
Aníbal Gomes		Tadeu Filippelli	Luiz Bittencourt		4 vagas
Darcísio Perondi		3 vagas	Nelson Trad		
Gastão Vieira			Pedro Chaves		
Pedro Chaves			Teté Bezerra		
Wilson Santiago			Waldemir Moka		
	Bloco PFL, PRONA			Bloco PFL, PRONA	José Roberto Arruda
José Roberto Arruda		Claudio Cajado	Celcita Pinheiro		Vilmar Rocha
José Rocha		Corauci Sobrinho	Murilo Zauith		2 vagas
Marcelo Guimarães Filho		Onyx Lorenzoni	Ronaldo Caiado		
Ronaldo Caiado		Rodrigo Maia	1 vaga		
	PP			PP	Pedro Henry
Ivan Ranzolin		Alexandre Santos	Darci Coelho		Sandes Júnior
Julio Lopes		Pedro Corrêa	Leonardo Vilela		1 vaga
Ronivon Santiago		1 vaga	1 vaga		
	PSDB			PSDB	Eduardo Gomes
Bismarck Maia		Lobbe Neto	Carlos Alberto Leréia		Ronaldo Dimas
Léo Alcântara		Nilson Pinto	João Campos		Vittorio Mediolio
1 vaga		Professora Raquel Teixeira	Professora Raquel Teixeira		
	PTB			PTB	3 vagas
José Militão		Josué Bengtson	Enio Tatico		
Jovair Arantes		Ronaldo Vasconcellos	Jovair Arantes		
Marcus Vicente		Sandro Matos	Ricarte de Freitas		
	Bloco PL, PSL			Bloco PL, PSL	Luciano Castro
Carlos Rodrigues		João Mendes de Jesus	Jorge Pinheiro		Maurício Rabelo
Paulo Marinho		João Tota	Lincoln Portela ^{vaga do PV}		Miguel de Souza
			Sandro Mabel		
			1 vaga		
				PPS	Júlio Delgado
			Geraldo Resende		
				PSB	1 vaga
			Barbosa Neto		
				PDT	Mário Heringer
			Severiano Alves		

Perpétua Almeida	PC do B	1 vaga	Elimar Máximo Damasceno	1 vaga
Pastor Amarildo	PSC	Zequinha Marinho	Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	PV	1 vaga	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho			Telefones: 216-6211 / 6232	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			FAX: 216-6225	
Telefones: 216-6206/6232				
FAX: 216-6225				
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".	
Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)			Presidente: Átila Lins (PPS)	
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)			1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)	
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)			2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)	
3º Vice-Presidente:			3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)	
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)			Relator: Paulo Rocha (PT)	
Titulares		Suplentes	Titulares	Suplentes
	PT			PT
Fátima Bezerra		João Alfredo	Anselmo	Antonio Nogueira
José Pimentel		Josias Gomes	Carlos Abicalil	Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro		Luiz Alberto	Hélio Esteves	Nilson Mourão
Luiz Couto		Maurício Rands	Henrique Afonso	Zé Geraldo
Paulo Rubem Santiago		Terezinha Fernandes	Paulo Rocha	Zico Bronzeado
Zezéu Ribeiro		1 vaga	Terezinha Fernandes	1 vaga
	PFL			PFL
André de Paula		José Carlos Araújo	Kátia Abreu	Clóvis Fecury
César Bandeira		4 vagas	Pauderney Avelino	Francisco Rodrigues
Fábio Souto			Vic Pires Franco	3 vagas
Luiz Carreira			(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga			1 vaga	
	PMDB			PMDB
Jorge Alberto		Carlos Eduardo Cadoca	Alceste Almeida	Ann Pontes
Marcelino Fraga		Mauro Lopes	Asdrubal Bentes	Confúcio Moura
Mauro Benevides		Moraes Souza	Marinha Raupp	Wladimir Costa
Sandra Rosado		Zé Gerardo	Oswaldo Reis	1 vaga
	PSDB			PSDB
Antonio Cambraia		Átila Lira	Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale
Bosco Costa		Gonzaga Mota	Nilson Pinto	Eduardo Gomes
Helenildo Ribeiro		João Castelo	(Dep. do PL ocupa a vaga)	João Castelo
João Almeida		1 vaga	1 vaga	Zenaldo Coutinho
	PP			PP
Benedito de Lira		Enivaldo Ribeiro	Darci Coelho ^{vaga do PFL}	Zé Lima
Cleonânicio Fonseca		Márcio Reinaldo Moreira	Francisco Garcia	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Ricardo Fiuza		Wagner Lago ^{vaga do PDT}	Ronivon Santiago	1 vaga
		Zé Lima	Suely Campos	
	PTB			PTB
Armando Monteiro		José Carlos Elias	Pastor Frankembergen	Josué Bengtson
1 vaga		1 vaga	Silas Câmara	1 vaga
	PL			PL
Jaime Martins		Inaldo Leitão	Hamilton Casara ^{vaga do PSDB}	Coronel Alves ^{vaga do PSB}
Roberto Pessoa		Sandro Mabel	Humberto Michiles	João Tota ^{vaga do PP}
	PSB		Raimundo Santos	Luciano Castro
Isaías Silvestre		Eduardo Campos		Maurício Rabelo
(Licenciado)		(Licenciado)		
Maurício Quintella Lessa		1 vaga		
(Licenciado)				
	PPS			PSB
B. Sá		Leônidas Cristino	Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)
			Janete Capiberibe	1 vaga
	PDT			PPS
Álvaro Dias		(Dep. do PP ocupa a vaga)	Átila Lins	1 vaga
				PDT
	PC do B		Dr. Rodolfo Pereira	Davi Alcolumbre
Renildo Calheiros		Inácio Arruda		
	PRONA		Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
				PV
			Sarney Filho	Deley
			Secretário(a): Maria Terezinha Donati	
			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
			Telefones: 216-6215 / 6232	
			FAX: 216-6225	

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM
RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO
TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.**

Presidente: Roberto Brant (PFL)

1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Pimentel (PT)

Titulares

Arlindo Chinaglia
Dr. Rosinha
Eduardo Valverde
Henrique Fontana
Ivan Valente
José Pimentel
Nilson Mourão

PT

Suplentes

Adão Pretto
Assis Miguel do Couto
Durval Orlato
Guilherme Menezes
Maninha ^{vaga do PSB}
Mariângela Duarte ^{vaga do PSB}
Roberto Gouveia
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
1 vaga

PFL

Félix Mendonça ^{vaga do PTB}
Gervásio Silva
Murilo Zauith
Onyx Lorenzoni
Roberto Brant
Robson Tuma
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Luiz Carreira
Vic Pires Franco
Vilmar Rocha
(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Adelor Vieira
Darcísio Perondi
Jorge Alberto
Mendes Ribeiro Filho
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

Oswaldo Biolchi
4 vagas

PSDB

Alberto Goldman
Custódio Mattos
Eduardo Barbosa
Yeda Crusius
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Anivaldo Vale
Bismarck Maia
João Campos
(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga

PP

Alexandre Santos ^{vaga do PSDB}
Darci Coelho ^{vaga do PFL}
José Linhares
(Dep. do PTB ocupa a vaga)
1 vaga

Antonio Joaquim
Feu Rosa ^{vaga do PSDB}
Ivan Ranzolin
Reginaldo Germano ^{vaga do PFL}
Ronivon Santiago

PTB

Alberto Fraga ^{vaga do PMDB}
Arnaldo Faria de Sá
Dr. Francisco Gonçalves
Marcus Vicente ^{vaga do PP}
(Dep. do PFL ocupa a vaga)

Jair Bolsonaro
Marcondes Gadelha ^{vaga do PFL}
Ricardo Izar
Vicente Cascione

PL

Carlos Mota
Chico da Princesa
Medeiros

Humberto Michiles
Maurício Rabelo
Paulo Marinho ^{vaga do PFL}
Wellington Roberto

PSB

Dr. Evilásio
Paulo Baltazar

(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga)

PPS

Leônidas Cristino

Geraldo Thadeu

PDT

Alceu Collares

(Dep. do PSL ocupa a vaga)

PC do B

Jandira Feghali

Alice Portugal

PRONA

Enéas

1 vaga

PSL

João Mendes de Jesus ^{vaga do PDT}

S.PART.

Luciana Genro ^{vaga do PT}

Secretário(a): Maria Terezinha Donati

Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A

Telefones: 216-6215 / 6232

FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM
RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO
TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.**

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)

1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)

2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)

3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares

Antonio Carlos Biscaia
Dra. Clair
João Alfredo
José Eduardo Cardozo
José Mentor
Maurício Rands
Rubinelli

PT

Suplentes

Iriny Lopes
Mariângela Duarte
5 vagas

PFL

Coriolano Sales
Jairo Carneiro
Luiz Carlos Santos
Mendonça Prado (Licenciado)
(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

José Mendonça Bezerra
Robério Nunes
Vilmar Rocha
(Dep. do PL ocupa a vaga)
2 vagas

PMDB

Bernardo Ariston
Marcelino Fraga
Nelson Trad
Wilson Santiago
1 vaga

Osmar Serraglio
Paulo Lima
3 vagas

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira
João Campos
Vicente Arruda
(Dep. do PPS ocupa a vaga)
1 vaga

Bonifácio de Andrada
Bosco Costa
Nicias Ribeiro
Zenaldo Coutinho
Zulaiê Cobra

PP

Benedito de Lira
Darci Coelho ^{vaga do PFL}
Feu Rosa
Ricardo Fiuza
Wagner Lago ^{vaga do PDT}

Celso Russomanno
Nélio Dias
Roberto Balestra

PTB

Luiz Antonio Fleury
Paes Landim ^{vaga do PFL}
Vicente Cascione
1 vaga

Arnaldo Faria de Sá
Jair Bolsonaro
1 vaga

PL

Carlos Mota
Inaldo Leitão
José Santana de Vasconcelos

João Paulo Gomes da Silva
Paulo Marinho ^{vaga do PFL}
Raimundo Santos
Wellington Roberto

PSB

Renato Casagrande
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

2 vagas

PPS

Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}

Fernando Coruja

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Pompeo de Mattos

PC do B

Perpétua Almeida

1 vaga

PRONA

1 vaga

1 vaga

<p>PSC Carlos William <small>vaga do PSB</small> Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201 / 6232 FAX: 216-6225</p>	<p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6214 / 6232 FAX: 216-6225</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.</p>	<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.</p>
<p>Presidente: Alexandre Cardoso (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p>	<p>Presidente: Vicentinho (PT) 1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Chaves (PTB)</p>
<p>Titulares</p>	<p>Titulares</p>
<p>PT Chico Alencar Devanir Ribeiro Fernando Ferro José Eduardo Cardozo Luiz Couto Paulo Delgado Rubens Otoni</p>	<p>PT Carlos Santana Dra. Clair Luiz Alberto Maurício Rands Orlando Desconsi Paulo Rocha Vicentinho</p>
<p>PFL André de Paula Luiz Carlos Santos Marcos Abramo Ronaldo Caiado Vic Pires Franco (Dep. do PTB ocupa a vaga)</p>	<p>PFL Coriolano Sales João Batista Paulo Bauer Robson Tuma Vilmar Rocha (Dep. do PL ocupa a vaga)</p>
<p>PMDB Cezar Schirmer José Divino Marcelino Fraga Osmar Serraglio Oswaldo Biolchi</p>	<p>PMDB Leonardo Picciani Marcelo Teixeira Wladimir Costa (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p>
<p>PSDB Afonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira Bonifácio de Andrada João Almeida Professora Raquel Teixeira</p>	<p>PSDB Antonio Carlos Pannunzio Carlos Alberto Leréia Eduardo Paes Ronaldo Dimas Zenaldo Coutinho</p>
<p>PP Leodegar Tiscoski Mário Negromonte Nilton Baiano</p>	<p>PP Francisco Dornelles Nelson Meurer Roberto Balestra</p>
<p>PTB Jackson Barreto Paes Landim <small>vaga do PFL</small> Philemon Rodrigues (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p>	<p>PTB Iris Simões Joaquim Francisco José Chaves <small>vaga do PMDB</small> José Múcio Monteiro</p>
<p>PL Carlos Rodrigues João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela</p>	<p>PL Almir Moura Miguel de Souza Paulo Marinho <small>vaga do PFL</small> Sandro Mabel</p>
<p>PSB Alexandre Cardoso Luiza Erundina</p>	<p>PSB Dr. Ribamar Alves Isaías Silvestre</p>
<p>PPS Agnaldo Muniz</p>	<p>PPS Cláudio Magrão <small>vaga do PMDB</small> Maria Helena</p>
<p>PDT Severiano Alves</p>	<p>PDT Pompeo de Mattos (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p>
<p>PC do B Renildo Calheiros</p>	<p>PC do B Daniel Almeida</p>
<p>PV Jovino Cândido</p>	<p>PRONA 1 vaga</p>
<p>S.PART. Roberto Magalhães <small>vaga do PTB</small> Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques</p>	<p>S.PART. 1 vaga Babá <small>vaga do PT</small></p>
<p>Suplentes César Medeiros Colombo João Alfredo Luiz Sérgio Maria do Carmo Lara (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga</p>	<p>Suplentes Antônio Carlos Biffi Antonio Carlos Biscaia Henrique Afonso Josias Gomes Neyde Aparecida Tarcisio Zimmermann (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p>
<p>Suplentes Antonio Carlos Magalhães Neto Eduardo Sciarra José Rocha Marcelo Guimarães Filho Paulo Bauer Zelinda Novaes</p>	<p>Suplentes Celcita Pinheiro Gerson Gabrielli Onyx Lorenzoni (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas</p>
<p>Suplentes Almerinda de Carvalho Jorge Alberto Leandro Vilela Mauro Benevides Vieira Reis</p>	<p>Suplentes Jefferson Campos Leandro Vilela Pastor Pedro Ribeiro Takayama 1 vaga</p>
<p>Suplentes Carlos Alberto Leréia Nicias Ribeiro Thelma de Oliveira Vicente Arruda 1 vaga</p>	<p>Suplentes Ariosto Holanda Átila Lira Carlos Sampaio 2 vagas</p>
<p>Suplentes Nélio Dias Ricardo Barros 1 vaga</p>	<p>Suplentes Leonardo Vilela Luis Carlos Heinze Vadão Gomes</p>
<p>Suplentes Edna Macedo José Múcio Monteiro Neuton Lima</p>	<p>Suplentes Homero Barreto Paes Landim <small>vaga do PFL</small> Philemon Rodrigues 1 vaga</p>
<p>Suplentes Almeida de Jesus Mário Assad Júnior Oliveira Filho</p>	<p>Suplentes Heleno Silva Milton Monti Raimundo Santos</p>
<p>Suplentes 2 vagas</p>	<p>Suplentes Luciano Leitoa <small>vaga do PDT</small> 2 vagas</p>
<p>Suplentes Átila Lins</p>	<p>Suplentes Raul Jungmann</p>
<p>Suplentes Mário Heringer</p>	<p>Suplentes Jamil Murad</p>
<p>Suplentes Inácio Arruda</p>	<p>Suplentes 1 vaga</p>
<p>Suplentes Marcelo Ortiz</p>	<p>Suplentes 1 vaga</p>
<p>Suplentes João Fontes <small>vaga do PT</small></p>	<p>Suplentes Babá <small>vaga do PT</small></p>
<p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A</p>	<p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A</p>

Antonio Carlos Biscaia	PT		
Mendes Ribeiro Filho	PMDB		
Moroni Torgan	PFL		
Secretário(a): -			
Local: CEDI			
Telefones: 216-5615 / 5625			
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".			
Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)			
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)			
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)			
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)			
Relator: Sarney Filho (PV)			
Titulares		Suplentes	
Dr. Rosinha	PT	João Alfredo	
Henrique Afonso		3 vagas	
Leonardo Monteiro			
Nilson Mourão			
Leandro Vilela	PMDB	3 vagas	
Luiz Bittencourt			
Moacir Micheletto			
Bloco PFL, PRONA			
João Carlos Bacelar		3 vagas	
Robson Tuma			
1 vaga			
Antonio Joaquim	PP	Roberto Balestra	
1 vaga		1 vaga	
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	Nicias Ribeiro	
Nilson Pinto		Thelma de Oliveira	
Antonio Cruz	PTB	Pastor Reinaldo	
Josué Bengtson		1 vaga	
Bloco PL, PSL			
Coronel Alves		João Caldas	
Hamilton Casara	<small>vaga do PSB</small>	1 vaga	
Miguel de Souza			
Lupércio Ramos	PPS	Maria Helena	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	PSB	1 vaga	
Gervásio Oliveira	PDT	Dr. Rodolfo Pereira	
Perpétua Almeida	PC do B	Vanessa Grazziotin	
Sarney Filho	PV	Edson Duarte	
Secretário(a): Saulo Augusto			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B			
Telefones: 216-6276/6252			
FAX: 216-6285			
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE XERTEMINÓ EM TODA A REGIÃO NORDESTE".			
Presidente: Bosco Costa (PSDB)			
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)			
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)			
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)			
Relator: Luiz Couto (PT)			
Titulares		Suplentes	
Fernando Ferro	PT	Guilherme Menezes	
João Alfredo		José Pimentel	
Luiz Alberto		Maurício Rands	
Luiz Couto		Nelson Pellegrino	
José Carlos Araújo	PFL	Fernando de Fabinho	
José Carlos Machado	<small>vaga do PRONA</small>	Rodrigo Maia	
Marcelo Guimarães Filho		1 vaga	
1 vaga			
Josias Quintal	PMDB	Pastor Pedro Ribeiro	
Marcelo Castro		Sandra Rosado	
Mauro Lopes		1 vaga	
Bosco Costa	PSDB	Carlos Sampaio	
Helenildo Ribeiro		João Campos	
Vicente Arruda		1 vaga	
Enivaldo Ribeiro	PP	Márcio Reinaldo Moreira	
Mário Negromonte		Nélio Dias	
Jonival Lucas Junior	PTB	Arnaldo Faria de Sá	
Romeu Queiroz		Osmânio Pereira	
João Caldas	PL	Almeida de Jesus	
Marcos de Jesus		Edmar Moreira	
Dr. Ribamar Alves	PSB	1 vaga	
Geraldo Thadeu	PPS	Colbert Martins	
1 vaga	PDT	Davi Alcolumbre	
Daniel Almeida	PC do B	1 vaga	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	PRONA	Elimar Máximo Damasceno	
Secretário(a): Francisco de Assis Diniz			
Local: Anexo II, Sala 151-B			
Telefones: 216-6213 / 6252			
FAX: 216-6285			
REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.			
Titulares		Suplentes	
Chico Alencar	PT		
José Divino	PMDB		
Laura Carneiro	PFL		
Alexandre Cardoso	PSB		
Jandira Feghali	PC do B		
Secretário(a): -			
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.			
Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)			
Titulares		Suplentes	
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT		

Orlando Fantazzini	PMDB		Marcos de Jesus	PDT	
Gilberto Nascimento			João Herrmann Neto	PV	
Jefferson Campos	Bloco PFL, PRONA		Edson Duarte	S.PART.	
Dr. Pinotti	PP		Fernando Gabeira		
Celso Russomanno	PSDB		Secretário(a): -		
Zulaiê Cobra	PTB				
Arnaldo Faria de Sá	Bloco PL, PSL				
Wanderval Santos	PPS				
Geraldo Thadeu	PSB				
Luiza Erundina					
Secretário(a): -					
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.			COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAI.		
Titulares		Suplentes	Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)		
	PT		Relator: Carlos Mota (PL)		
Josias Gomes			Titulares	PT	Suplentes
Paulo Rocha			Eduardo Valverde		
Professor Luizinho			Luiz Eduardo Greenhalgh		
Zico Bronzeado	PMDB		Virgílio Guimarães	PFL	
Alceste Almeida	PFL		José Roberto Arruda	PTB	
Francisco Rodrigues	PTB		Arnaldo Faria de Sá	PSDB	
Pastor Frankembergen	PP		Eduardo Barbosa	PL	
Suely Campos	PDT		Carlos Mota	PPS	
Dr. Rodolfo Pereira	PC do B		Colbert Martins	PCdoB	
Vanessa Grazziotin			Sérgio Miranda		
Secretário(a): -			Secretário(a): Maria de Fátima Moreira		
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6204/6232 FAX: 216-6225		
Titulares		Suplentes	COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.		
	PT		Titulares	PT	Suplentes
Maninha			Angela Guadagnin		
Zarattini	PMDB		Guilherme Menezes		
Moreira Franco	PFL		Nelson Pellegrino	PMDB	
Carlos Melles			Geddel Vieira Lima		
Murilo Zauith			Jorge Alberto	Bloco PFL, PRONA	
Robério Nunes	PP		José Rocha		
Feu Rosa			1 vaga	PP	
Ivan Ranzolin	PTB		Nilton Baiano		
Jair Bolsonaro	PSDB		Vanderlei Assis	PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	PL		João Almeida	PTB	
			Jonival Lucas Junior	Bloco PL, PSL	
			Amauri Gasques	PPS	
			Colbert Martins	PSB	
			Jorge Gomes	PC do B	
			Alice Portugal		
			Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.

Titulares		Suplentes
Assis Miguel do Couto	PT	
Osmar Serraglio	PMDB	
Eduardo Sciarra	PFL	
Nelson Meurer	PP	
Alex Canziani	PTB	
Luiz Carlos Haully	PSDB	
Fernando Gabeira	S.PART.	
Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLOGICA DE SÃO PAULO.

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

Titulares		Suplentes
Devanir Ribeiro	PT	
Roberto Gouveia	PMDB	
Ann Pontes (Dep. do PV ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti (Dep. do PV ocupa a vaga)	PP	
Ildu Araujo Professor Irapuan Teixeira	PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Bloco PL, PSL	
Amauri Gasques	PPS	
Geraldo Thadeu	PSB	
Dr. Evilásio	PV	
Edson Duarte <small>vaga do PMDB</small>		
Marcelo Ortiz		
Sarney Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6209/6232		
FAX: 216-6225		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.

Coordenador: Alberto Fraga (PTB)
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares		Suplentes
Carlos Abicalil	PT	
Eduardo Valverde		

Luis Carlos Heinze	PP
Alberto Fraga	PTB
Nilton Capixaba	
Miguel de Souza	PL
Aginaldo Muniz	PPS
Perpétua Almeida	PCdoB
Edson Duarte	PV
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Telefones: 216-6211/6232	
FAX: 216-6225	

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

Titulares		Suplentes
Antonio Carlos Biscaia	PT	
Chico Alencar	PMDB	
Gilberto Nascimento		
Josias Quintal	Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	PP	
Reginaldo Germano	PSDB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL	
Almir Moura		
Wanderval Santos	PPS	
Geraldo Thadeu		
Juiza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>	PSB	
Alexandre Cardoso	PDT	
Mário Heringer		
Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: César Medeiros (PT)
Relator: Renato Cozzolino (PSC)

Titulares		Suplentes
César Medeiros	PT	
Leonardo Monteiro	PMDB	
Luiz Bittencourt		
Nelson Bornier	PP	
Julio Lopes	PTB	
Ronaldo Vasconcellos		

Sandro Matos		Iara Bernardi	
Renato Cozzolino	PSC	Gastão Vieira	PMDB
Deley	PV		PFL
Edson Duarte		Paulo Magalhães	PSDB
Jovino Cândido		Aloysio Nunes Ferreira	
Leonardo Mattos		Professora Raquel Teixeira	
Marcelo Ortiz		Secretário(a): -	
Sarney Filho			
	S.PART.		
Fernando Gabeira			
Secretário(a): .			
GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.			
Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)			
Relator: Vicente Cascione (PTB)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Durval Orlato			
Jorge Boeira			
Maria do Rosário			
Terezinha Fernandes			
	PFL		
Laura Carneiro			
Zelinda Novaes			
(Dep. do PP ocupa a vaga)			
	PMDB		
Ann Pontes			
Osmar Serraglio			
Rose de Freitas			
	PSDB		
Aloysio Nunes Ferreira			
Eduardo Barbosa			
Thelma de Oliveira			
	PP		
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>			
Ivan Ranzolin			
Ricardo Fiuza			
	PTB		
Luiz Antonio Fleury			
Vicente Cascione			
	PL		
Carlos Mota			
	PSB		
Luiza Erundina			
	PPS		
Rogério Teófilo			
	PDT		
Severiano Alves			
Secretário(a): Saulo Augusto Pereira			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6276/6232			
FAX: 216-6225			
GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.			
Titulares		Suplentes	
	PT		

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

TÍTULOS PUBLICADOS — 2002

**POLÍTICAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO
EXTERIOR**



ISBN: 85-7365-254-3

R\$ 2,20

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-
ÁRIDO BRASILEIRO: SEMINÁRIO**



ISBN: 857365-256-X

R\$ 5,50

UM PANORAMA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL



ISBN: 85-7365-164-4

R\$ 1,10

RELATÓRIO FINAL



ISBN: 85-7365-222-5

R\$ 9,90

**CARTILHA DE ORIENTAÇÃO SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº 10.287/01**



ISBN: 85-7365-252-7

R\$ 2,20

**VIOLÊNCIA URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA:
SEMINÁRIO**



ISBN: 85-7365-227-6

R\$ 7,70



EDIÇÃO DE HOJE: 346 PÁGINAS